Eduardo Uziel has been a diplomat since 2000. He has served at the Brazilian Mission to the United Nations, the Embassy in Tel Aviv, the Brazilian Mission to the European Union and the Embassy in New Delhi.

He is currently a PhD candidate in political science at the Université Libre de Bruxelles, studying Brazil's absence from the Security Council from 1969 to 1987. He taught International Organizations at the Rio Branco Institute.

He has published the book *The Security Council, Peace Missions* and *Brazil in the United Nations Collective Security Mechanism*, as well as several articles on peacekeeping operations and the Security Council.

Este livro, resultado de uma proposta do chanceler brasileiro Mauro Vieira, abrange um período muito superior aos 75 anos de relações diplomáticas entre Brasil e Índia, comemorados em 2023.

O volume resgata parte da história das trocas econômicas e culturais que ocorreram entre os dois países ainda antes de se tornarem independentes. Também aborda alguns dos principais temas contemporâneos, como segurança energética, intercâmbio em ciência e tecnologia, combate à mudança climática e promoção da segurança alimentar. Finalmente, aponta para questões emergentes que merecerão atenção mais detida em meio a uma agenda cada vez mais dinâmica, identificando potencialidades e apresentando projeções para o futuro do relacionamento entre duas grandes democracias do mundo em desenvolvimento. A leitura dos artigos é ilustrada por imagens representativas da densidade dos laços de amizade e cooperação, não apenas entre governos, mas também entre sociedades.

É com vistas a contribuir para esse olhar amplo e para o maior conhecimento recíproco que a FUNAG publica esta obra. Ao iluminar semelhanças, desafios comuns e, principalmente, oportunidades de ação conjunta, nossa expectativa é que este exercício de reflexão possa reforçar a Parceria Estratégica Brasil-Índia, além de divulgar, no plano internacional, as visões de dois grandes países, conscientes de suas responsabilidades na agenda global do desenvolvimento sustentável, justo e equitativo.

Márcia Loureiro
Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão

This book, the result of a proposal by Brazilian chancellor Mauro Vieira, covers a period much longer than the 75 years of diplomatic relations between Brazil and India celebrated in 2023.

The tome recovers part of the history of the economic and cultural exchanges that took place between the two countries even before they became independent. It also addresses some of the main contemporary themes, such as energy security, exchanges in science and technology, fight against climate change and promotion of food security. Ultimately, this book points to emerging issues that shall deserve closer attention amid an increasingly dynamic agenda, identifying potentialities and presenting projections for the future of the relationship between two major democracies in the developing world. The articles are illustrated by images representing the density of bonds of friendship and cooperation, not only between governments, but also between societies.

It is with the aim of contributing to this broad perspective and to a greater reciprocal knowledge that FUNAG publishes this work. By illuminating similarities, common challenges and, above all, opportunities for joint action, our expectation is that this collective effort can reinforce the Brazil-India Strategic Partnership, in addition to disseminating, at the international level, the visions of two great countries, aware of their responsibilities in the global agenda of sustainable, fair and equitable development.

Márcia Loureiro
President of the Alexandre de Gusmão Foundation

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

ISBN 978-85-7631-948-1

coleção Relações Internacionais

Brasil e Índia: os 75 anos de relações diplomáticas e uma agenda para o futuro

Brazil and India: 75 years of diplomatic relations and an agenda for the future

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

coleção Relações Internacionais

Eduardo Uziel
(Organizador/Editor)

Brasil e Índia: os 75 anos de relações diplomáticas e uma agenda para o futuro

Edição português-inglês

Brazil and India: 75 years of diplomatic relations and an agenda for the future

Portuguese-English edition

Fundação Alexandre de Gusmão
Brasil

Eduardo Uziel é diplomata desde 2000. Serviu na Missão do Brasil junto às Nações Unidas, na Embaixada em Tel Aviv, na Missão do Brasil junto à União Europeia e na Embaixada em Nova Delhi.

Atualmente é doutorando em ciência política na Université Libre de Bruxelles, estudando a ausência do Brasil do Conselho de Segurança de 1969 a 1987. Foi professor de Organizações Internacionais no Instituto Rio Branco.

Publicou o livro *O Conselho de Segurança, as Missões de Paz* e o *Brasil no Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas*, além de vários artigos sobre operações de manutenção da paz e sobre o Conselho de Segurança.

coleção Relações Internacionais

Eduardo Uziel
(Organizador/Editor)

Brasil e Índia: os 75 anos de relações diplomáticas e uma agenda para o futuro

Edição português-inglês

Brazil and India: 75 years of diplomatic relations and an agenda for the future

Portuguese-English edition

Fundação Alexandre de Gusmão
Brasil

coleção | Relações Internacionais

Brasil e Índia: os 75 anos de relações diplomáticas e uma agenda para o futuro

Brazil and India: 75 years of diplomatic relations and an agenda for the future

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado — Embaixador Mauro Luiz Iecker Vieira

Secretária-Geral — Embaixadora Maria Laura da Rocha

Fundação Alexandre de Gusmão

Presidente — Embaixadora Márcia Loureiro

Diretor do Centro de História e Documentação Diplomática — Embaixador Gelson Fonseca Junior

Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais — Ministro Almir Lima Nascimento

Conselho Editorial

Ana Flávia Barros-Platiau
Daniella Poppius Vargas
João Alfredo dos Anjos Junior
Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos
Maitê de Souza Schmitz
Maria Regina Soares de Lima
Maurício Santoro Rocha
Rogério de Souza Farias

A Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

A FUNAG, com sede em Brasília, conta em sua estrutura com o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI e com o Centro de História e Documentação Diplomática – CHDD, este último no Rio de Janeiro.

Eduardo Uziel
(Organizador/Editor)

Brasil e Índia: os 75 anos de relações diplomáticas e uma agenda para o futuro

Brazil and India: 75 years of diplomatic relations and an agenda for the future

Fundação Alexandre de Gusmão

Brasília – 2023

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H, Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2030-9117/9128
Site: gov.br/funag
E-mail: funag@funag.gov.br

Coordenação-Geral:

Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho
Nássara Thomé

Equipe Técnica:

Acauã Lucas Leotta
Fernanda Antunes Siqueira
Luiz Antônio Gusmão

Tradução:

Alessandra Marin da Silva
Ana Clara Ribeiro Teixeira
Gabriela Del Rio de Rezende
Nycole Cardia Pereira

Revisão:

Gabriela Del Rio de Rezende
Nycole Cardia Pereira

Programação Visual e Diagramação:

Denivon Cordeiro de Carvalho

As opiniões emitidas nesta publicação são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição do governo brasileiro.

The opinions expressed in this publication are those of the authors and do not necessarily reflect the position of the Brazilian government.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823b Brasil e Índia: os 75 anos de relações diplomáticas e uma agenda para o futuro = Brazil and India: 75 years of diplomatic relations and an agend for the future / Eduardo Uziel (Organizador/Editor).–- 1. ed. –- Brasília : FUNAG, 2023.
563 p. –- (Coleção relações internacionais)

ISBN: 978-85-7631-948-1

1. Brasil - Relações internacionais - Índia. 2. Brasil - Política externa. 3. Cooperação internacional. I. Uziel, Eduardo. II. Título. III. Série.

CDD-327.81

Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.
Elaborada por Sueli Costa - Bibliotecária - CRB-8/5213
(SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

Sumário / Table of Contents

Prefácio 9
Mauro Vieira

Introdução 13
Eduardo Uziel

Conexões entre Índia e Brasil – séculos XVI a XIX 23
Célia Tavares

Do samba a Bollywood, da ioga à capoeira: a interação das sociedades brasileira e indiana como contribuição para reforçar os laços dos gigantes emergentes nas plataformas multilaterais 45
Florência Costa

Relações Brasil-Índia: antecedentes e perspectivas da descoberta do outro 73
Erik Herejk Ribeiro e Maíra Baé Baladão Vieira

Brasil e Índia nos foros multilaterais políticos 97
Marianna Albuquerque

Brasil e Índia em segurança internacional e terrorismo 121
Rashmi Singh

O papel das escolas de negócios no estímulo às relações bilaterais: caso da FGV EAESP 151
Umesh Mukhi

Brasil-Índia: dimensão energética da parceria estratégica... 173
André Aranha Corrêa do Lago

Cooperação bilateral Brasil-Índia: o enfrentamento às mudanças climáticas e a agenda de segurança alimentar..... 183
Ana Flávia Barros-Platiau, Igor Magri de Queiroz, Carlos Henrique Tomé

O papel do Brasil na segurança energética da Índia: uma visão de longo prazo 209
Hari Seshasayee

Índia e Brasil: histórias de intercâmbio em ciência e tecnologia e a produção de conhecimento socialmente relevante 227
Cláudio Pinheiro e David Danziger

Fotografias/photographs 269

Preface..... 315
Mauro Vieira

Introduction..... 319
Eduardo Uziel

Connections between India and Brazil – 16th to 19th centuries 329
Célia Tavares

From samba to Bollywood, from yoga to capoeira: the interaction between brazilian and indian societies as a contribution to strengthen bonds of the two emerging giants in multilateral platforms 349
Florência Costa

Brazil-India relations: background and perspectives on the discovery of the other 377
Erik Herejk Ribeiro and Maíra Baé Baladão Vieira

Brazil and India in multilateral political fora 401
Marianna Albuquerque

Brazil and India in international security and terrorism 423
Rashmi Singh

The role of business schools in stimulating bilateral relations: the case of FGV EAESP 451
Umesh Mukhi

Brazil-India: energy dimension of the strategic partnership 473
André Aranha Corrêa do Lago

Brazil-India bilateral cooperation: tackling climate change and the food security agenda 483

Ana Flávia Barros-Platiau, Igor Magri de Queiroz, Carlos Henrique Tomé

Brazil's role in India's energy security: a long-term view..... 507

Hari Seshasayee

India and Brazil history of exchange on science and technology and the production of socially relevant knowledge 523

Cláudio Pinheiro and David Danziger

PREFÁCIO

Mauro Vieira
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Brasil e Índia: os 75 anos de relações diplomáticas e uma agenda para o futuro

O Brasil foi o primeiro país latino-americano a reconhecer a independência da Índia, em agosto de 1947. Em 6 de abril de 1948, foram formalmente estabelecidas as relações diplomáticas. Neste ano de 2023, nossas celebrações transcendem o simbolismo desse 75º aniversário. Comemoramos, sobretudo, a consolidação de uma parceria estratégica entre dois grandes países democráticos do Sul Global, defensores da paz, do multilateralismo e do direito internacional, comprometidos com a promoção do desenvolvimento sustentável e prontos a assumir a liderança que lhes cabe nos processos decisórios globais.

Com tantos valores e objetivos compartilhados, não surpreende que um dos pontos altos do relacionamento diplomático entre nossos países seja a intensa articulação em foros internacionais, nos quais buscamos apresentar posições e demandas muito similares.

O estabelecimento da Parceria Estratégica Brasil-Índia, em 2006, destaca-se como marco na consolidação do relacionamento bilateral. Desde então, a agenda de cooperação bilateral ampliou-se consideravelmente. Ao amparo institucional da Comissão Mista Brasil-Índia, os ministros das Relações Exteriores dos dois países acompanham e incentivam o aprofundamento dessa parceria genuína, que hoje contempla os mais variados setores, como energia renovável, ciência e tecnologia, defesa, agricultura e saúde.

Na área de energia renovável, nossa colaboração é particularmente emblemática e seus impactos transcendem nossos países, ao contribuir para a redução de emissões do setor energético em escala mundial. No âmbito da Aliança Global para Biocombustíveis, lançada durante a Cúpula do G20 em Nova Delhi, Brasil e Índia, juntamente com outros parceiros, trabalharão com vistas à segurança energética e à transição para economias de baixo carbono.

Brasil e Índia têm responsabilidades especiais como dois dos maiores produtores mundiais de alimentos. A segurança alimentar e nutricional de ambos os países e do mundo tem muito a ganhar com o resultado de uma cooperação bilateral mais estreita, notadamente em agricultura sustentável e desenvolvimento rural.

As relações comerciais entre o Brasil e a Índia acompanham o bom momento do relacionamento bilateral. A Índia já é o quinto maior parceiro comercial do Brasil, tendo o fluxo de comércio ultrapassado US$ 15 bilhões anuais. Nossos esforços conjuntos devem permanecer voltados à diversificação da pauta comercial e à ampliação do fluxo de investimentos, inclusive em setores mais intensivos em tecnologia e com maior potencial de estabelecimento de parcerias produtivas – aviação e fármacos, apenas para citar algumas possibilidades.

O aniversário de 75 anos das relações diplomáticas Brasil-Índia coincide com a retomada de uma política externa brasileira universalista, voltada à reinserção do país no cenário internacional. No caso da Índia, em 2023, o presidente Lula manteve encontros com o primeiro-ministro Narendra Modi em três oportunidades: na Cúpula do G7, em Hiroshima, em maio, na Cúpula do BRICS, em Joanesburgo, em agosto, e na cúpula do G20, em Nova Delhi, em setembro.

A sintonia no diálogo político se manifesta também em nossas participações conjuntas em foros internacionais. No G4, seguimos

empenhados em assegurar a expansão do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em reforma que contemple Brasil e Índia como membros permanentes. No BRICS e no IBAS, articulamos em conjunto a proposição de reformas na governança global. No BASIC, buscamos o fortalecimento do regime multilateral centrado na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, seu Protocolo de Kyoto e seu Acordo de Paris.

A Declaração de Líderes do G20 adotada na Cúpula de Nova Delhi, em setembro de 2023, é um marco de expressiva importância da capacidade da diplomacia indiana de conduzir negociações de interesse global. O Brasil participou ativamente das negociações durante a presidência indiana do G20 e contribuiu para que um resultado final equilibrado fosse adotado por consenso. Da mesma forma, o apoio da Índia será essencial para o êxito da presidência brasileira do G20 em 2024, quando pretendemos trazer os temas de redução das desigualdades, de enfrentamento à crise climática e de reforma das instituições de governança global para o centro da agenda.

Ainda nos primeiros dias de 2023, propus a publicação deste livro, com um duplo propósito: celebrar os 75 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Índia e traçar uma agenda para o futuro do nosso relacionamento bilateral. Estou seguro de que, além de prestar justo reconhecimento ao legado que nossos países construíram conjuntamente nesses 75 anos de história, o livro fomentará reflexões sobre temas de diálogo e cooperação ainda pouco explorados. A partir de nossas próprias perspectivas, desejamos seguir contribuindo para a paz e a estabilidade internacional, para a segurança alimentar e energética e para a promoção do desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: econômica, social e ambiental.

INTRODUÇÃO

Eduardo Uziel

Em seu recente relatório de gestão da Embaixada em Nova Delhi, o embaixador Corrêa do Lago afirmou:

> Em suas primeiras décadas, após a independência da Índia em 1947, o relacionamento desenvolveu-se, sobretudo, nas arenas multilaterais, como as Nações Unidas e o GATT/OMC, onde, apesar de divergências pontuais, havia (e há) uma propensão geral a convergir nos grandes temas de política e economia internacional. Nas últimas duas décadas, a relação evoluiu para a construção de compromissos plurilaterais estruturados, a exemplo do IBAS, BRICS, BASIC, incluindo a participação sintonizada em agrupamentos maiores, como o G20. Nos últimos anos é o fortalecimento de uma relação bilateral propriamente dita, que já se projetava desde a parceria estratégica de 2006, reestruturada pelo Plano de Ação de 2020, mas que aflora agora com o aumento intenso do fluxo de comércio e de investimentos e da parceria em biocombustíveis, entre outros – mas que ainda deixa entrever espaço para ampliar a coordenação política.

Essa observação começa a dar a dimensão das relações bilaterais, tanto históricas como atuais, entre o Brasil e a Índia, que agora completam 75 anos. Ao mesmo tempo, o trecho deixa entrever que ainda há muito o que fazer para encorajar as afinidades entre esses dois grandes países em desenvolvimento.

Recordar as grandes batalhas nas organizações internacionais é um bom ponto para começar a tratar das convergências entre o Brasil e a Índia. Membros fundadores das Nações Unidas, os países participaram juntos de importantes iniciativas multilaterais. Foram relevantes contribuintes de tropas para a primeira operação de manutenção da paz das Nações Unidas, a UNEF I, que atuou em Suez, de 1956 a 1967, apoiando as tentativas de negociar a paz no Oriente Médio. No Conselho de Segurança, os dois países coincidiram em quatro ocasiões (nos anos de 1951, 1967-1968, 2011, 2022), procurando sempre manter uma coordenação estreita nos temas de interesse comum. Em foros como a Assembleia Geral das Nações Unidas e o GATT, o Brasil e a Índia foram participantes ativos dos mais destacados debates, como a Nova Ordem Econômica Internacional ou o desenvolvimento sustentável.

Mas recordar essas atuações não é só enunciar coincidências: os dois países encontram-se recorrentemente nesses foros por motivos estruturais, porque são dois dos maiores Estados em desenvolvimento que trazem para a arena internacional reivindicações similares e próprias. Também atuam por meio de diplomacias e burocracias estatais bem estruturadas, portadoras de importantes memórias institucionais e que garantem a continuidade da atuação internacional de ambos. As tarefas a que o Brasil e a Índia podem dedicar-se conjuntamente nos foros multilaterais estão longe de terem sido concluídas – vêm à mente, de imediato, a reforma do Conselho de Segurança, com a fundamental iniciativa do G4, e a implementação do Acordo de Paris sobre mudança do clima.

Tampouco é coincidência que o Brasil e a Índia participem de alguns dos mais relevantes grupos plurilaterais (ou "minilaterais", como preferem alguns analistas) da atualidade, tais como BRICS, IBAS e BASIC. A repetição desses dois países em agrupamentos que são fundamentais no contexto internacional explicita como ambos

são cada vez mais capazes de atuar de forma consequente nos temas de maior relevância. É natural que tanto o Brasil quanto a Índia não participem apenas dos mesmos grupos, em particular devido aos compromissos regionais – formando uma teia de compromissos e interações que desafia a representação gráfica. Sua atuação em grupos em comum traz o potencial de formar uma correia de transmissão para consolidar conceitos, políticas e articulação de modo transversal, que não se restrinjam às respectivas regiões.

No momento da edição deste volume comemorativo, porém, nada é mais notável do que a sucessão prevista da Índia pelo Brasil na presidência do G20 – como parte de uma cadeia maior de países em desenvolvimento, que se iniciou com a Indonésia e continuará com a África do Sul. Por sua composição e pela amplitude de sua agenda, o G20 tem o maior potencial para influenciar os rumos da política global. Como tem sido ressaltado pela atual presidência indiana do agrupamento, trata-se de oportunidade para fazer valer as "vozes do Sul", construir uma agenda que privilegie o desenvolvimento sustentável, a distribuição de riqueza, a transferência de tecnologia, a igualdade de gênero, a multiculturalidade e tantas outras pautas que apresentam um valor especial para o Brasil e para a Índia. Sobretudo, a articulação das duas presidências pode ajudar o grupo a superar os inevitáveis impasses decorrentes dos conflitos e disputas internacionais e promover na realidade internacional uma "reativação diplomática" – o termo é de Araujo Castro e tenta encaminhar os países para uma opção que passe sempre pela negociação, pelo diálogo e pela cooperação.

Para que o nível de articulação desejado em foros multilaterais e plurilaterais continue a existir entre o Brasil e a Índia, é fundamental que as relações bilaterais sigam prosperando. Durante uma boa parte desses 75 anos, o relacionamento foi positivo, mas limitado. Os últimos anos têm marcado uma aproximação maior, com um

grande potencial. À guisa de exemplo, é importante citar os aspectos econômico e de energia.

Os dois países sofreram profundamente o impacto da pandemia da Covid-19 e se recuperam em ritmos diferentes, com perspectivas positivas a médio prazo. No entanto, passado o impacto inicial da crise, o que se pôde constatar foi uma interação econômica crescente. Nos anos de 2021-2022, as exportações do Brasil para a Índia somaram US$ 7,3 bilhões de dólares, um aumento de 73% ante os US$ 4,8 comercializados no período de 2019-2020, anterior à pandemia. Segundo dados brasileiros, as importações foram de US$ 6,7 bilhões. A corrente de comércio entre Brasil e Índia alcançou um recorde de US$ 15,2 bilhões em 2021-2022, superando a meta de US$ 15 bilhões anunciada em 2020 – antes que se pudesse entender o efeito da pandemia que se anunciava. Os principais produtos da pauta de exportação brasileira para a Índia, em 2021-2022, foram petróleo bruto e o óleo de soja. As principais importações brasileiras da Índia concentraram-se no diesel, em insumos para inseticidas e em compostos usados para fabricação de produtos farmacêuticos. Os avanços foram imensos, mas ainda é necessário diversificar a pauta, tendo sempre em mente o enorme potencial de exportação agrícola do Brasil. Para isso, seria interessante promover exercício negociador ambicioso, mais além da ampliação substantiva da cobertura de comércio e de linhas tarifárias do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) Mercosul-Índia de 2009. O comércio não foi a única área com crescimento, sendo notáveis os investimentos indianos no Brasil em setores como infraestrutura, automotivo, farmacêutico e de tecnologia da informação; e brasileiros na Índia em motores elétricos, automação bancária, fibras e tecidos industriais, autopeças e tecnologia financeira.

O setor de energia, sobretudo biocombustíveis, tem sido um dos mais dinâmicos da relação, com uma convergência notável de

iniciativas públicas e privadas. Em 2020, a assinatura do memorando de entendimento para Cooperação em Bioenergia estruturou o diálogo e a cooperação, que tem se confirmado, desde então, por uma série de visitas de alto nível de lado a lado. A decisão da Índia de acelerar suas metas de biocombustíveis e de investir em *flex-fuel* abriu novas oportunidades para a aproximação com o Brasil na área de biocombustíveis. Têm-se multiplicado os eventos e as iniciativas organizados por importantes atores relacionados ao setor de energia e de transportes, que permitem promover a parceria entre os dois países a partir da experiência brasileira, construindo uma referência para a transição energética. Essas atividades favoreceram o desenvolvimento de uma crescente interação entre as entidades privadas (empresas, associações de classe, consultorias e *think tanks*). Um dos resultados foi, em outubro de 2022, o lançamento de projeto piloto de veículo híbrido *flex-fuel* na Índia, a partir de modelo importado do Brasil. A troca de conhecimento entre filiais de multinacionais do setor automobilístico nos dois países permitiu que fossem apresentados modelos *flex-fuel* de sete marcas de motocicletas, baseados na experiência brasileira.

Todas essas mudanças na relação bilateral são positivas, entusiasmantes e reforçam um "laço especial", no dizer do embaixador Tovar Nunes, de caráter quase espiritual, que une o Brasil à Índia. No entanto, são países e sociedades que ainda se conhecem pouco e que, ao se conhecerem melhor, darão uma contribuição positiva não só para si próprios, mas para a sociedade internacional como um todo.

O presente livro tem por objetivo dar mais uma pequena contribuição nessa obra por definição incompleta. Junta-se à publicação coordenada em 2019 por Karin Costa Vazquez, *Brazil-India relations beyond the 70 years* e ao relatório coeditado por Almir Lima Nascimento e Harsh Pant, em 2022, "India and Brazil in the Global Multilateral Order", para celebrar o Bicentenário da Independência do

Brasil e os 75 anos da Independência da Índia. É fundamental ressaltar que esses livros não são marcos comemorativos no sentido estanque da palavra; são pensados como elos numa corrente, catalisadores que, ao apontar os êxitos e as falhas, as conquistas e os obstáculos, criem oportunidades para o desenvolvimento das relações bilaterais e para a atuação conjunta do Brasil e da Índia numa sociedade internacional carente de atores responsáveis e que ajam de maneira estratégica.

A professora Célia Tavares traça um perfil das multisseculares trocas culturais e econômicas entre o Brasil e a Índia, levando a que nem se saiba mais a origem de algumas plantas, animais e produtos. Contextualiza a relação Brasil-Índia também dentro da ideia do transcontinental império colonial português que levou às rotas de ligação entre o Brasil e a Índia. Como é esperado em tal contexto, a circulação de pessoas nem sempre foi voluntária e respondia a uma lógica de dominação colonial, que incluía escravizados e degredados. O saldo após séculos é de uma interpenetração de culturas e história, que só se afastaram no último século e meio, mas que podem reavivar sua memória para potencializar seus pontos de convergência.

O texto de Florência Costa dialoga com o anterior, mostrando o processo de redescobrimento da Índia pelo Brasil e do Brasil pela Índia por meio de suas novas manifestações pós-coloniais. Pontos de contato como o futebol, a capoeira, o Carnaval, o afoxé Filhos de Gandhi, o samba e a bossa nova, o yoga e outras práticas espirituais e a medicina ayurvédica são lembrados como pontes que solidificam os valores e interesses comuns de dois grandes países em desenvolvimento. O texto salienta também como, apesar dos esforços de aproximação e dos contatos históricos e recentes, ainda há um importante desconhecimento mútuo, que precisa ser sanado.

O texto dos professores Erik Herejk Ribeiro e Maíra Baé Baladão Vieira procura evidenciar como as relações bilaterais foram construídas no contexto da percepção do Brasil e da Índia de que são

países destinados a terem papéis centrais na política internacional. Embora nas primeiras décadas após a independência indiana tenha sido mantida a interlocução principal nos foros multilaterais, com base nas pautas do terceiro Mundo, as duas últimas décadas foram marcadas pelo fortalecimento das relações bilaterais, notadamente no comércio e nos investimentos. Em especial, os autores salientam como o Brasil e a Índia começaram a perceber de que modo a parceria bilateral pode beneficiar ambos em suas ambições globais. Sugerem áreas, como agricultura, biocombustíveis e tecnologias de defesa, em que as relações podem se basear para crescer.

A professora Marianna Albuquerque, ao tratar da interação entre o Brasil e a Índia em organizações internacionais como as Nações Unidas ou em agrupamentos menos formais como o BRICS, o IBAS, o BASIC, o G4 e o G20, evidencia como os dois países são aliados históricos na luta pelo desenvolvimento sustentável e pela democratização das instituições internacionais, em especial o Conselho de Segurança. São, ainda, parceiros em diversas coalizões de geografia variável, como BRICS, IBAS e BASIC. É central a percepção da autora de que ambos os países, grandes democracias multiculturais em desenvolvimento, entendem a necessidade de que as instituições multilaterais e normas existam e sejam legítimas e democráticas, mas não deixam de formular críticas construtivas e de atuar de modo vigoroso e objetivo para promover reformas. Em um momento de transição, as complementariedades do Brasil e da Índia são trunfos para modificar de modo positivo a estrutura, a governança e as agendas das instituições internacionais.

O artigo da professora Rashmi Singh discute o tema sensível do combate às ameaças de segurança (terrorismo, tráfico de drogas, entre outros) que potencialmente ameaçam a ambos os países. Seu ponto principal é que o Brasil e a Índia enfrentam desafios diferentes, mas compartilham muitas características comuns, em particular o

interesse em serem países que fortalecem a estabilidade de suas respectivas regiões e do mundo em geral. A autora sugere que as afinidades dos dois países podem ser potencializadas para construir soluções diplomáticas, eficazes e de longo prazo para as ameaças de segurança, que poderão beneficiar também outros Eestados e organizações internacionais.

O professor Umesh Mukhi realça como, apesar do grande avanço nas relações econômicas, comerciais, políticas e energéticas, ainda persiste uma percepção de grande desconhecimento mútuo entre atores econômicos no Brasil e na Índia. Tal situação favorece a prevalência de estereótipos e de informações desatualizadas, que podem dificultar o aproveitamento adequado das muitas oportunidades hoje existentes. Descreve também um programa de cooperação desenvolvido por instituições de ensino brasileiras e indianas, que tem surtido efeito em trazer os dois países em mais para próximo do outro.

Em seu artigo, o embaixador André Corrêa do Lago, com base em sua recente e impactante experiência de quatro anos à frente da Embaixada em Nova Delhi, explicita como a Índia é um país essencial nos atuais esforços globais de combate à mudança do clima e como esse fato cria um importante campo de oportunidades e desafios para a relação bilateral com o Brasil. Ao tratar do setor de biocombustíveis, salienta como a parceria entre os dois países – a ser consolidada na Aliança Global de Biocombustíveis – poderá ter efeitos positivos e relevantes não só na área energética, mas também na melhoria da qualidade de vida das populações e na elevação de suas rendas. Ambos os países, o texto sublinha, têm as instituições, os interesses, os meios materiais e o capital humano para fazer da parceria energética um ponto central da relação bilateral, com impacto global positivo.

O texto da professora Ana Flávia Barros-Platiau, de Igor Magri de Queiroz e de Carlos Henrique Tomé trata de temas prementes da agenda internacional e doméstica do Brasil e da Índia, mudança do clima e segurança alimentar. Deixa claro como os dois países podem ser prejudicados pela inação coletiva, o que cria uma situação ao mesmo tempo de vulnerabilidade e de potência para atuação internacional conjunta. O artigo realça as tradicionais convergências multilaterais de ambos, com ênfase na ideia de "direito ao desenvolvimento" como meio para superar velhos problemas, como a fome e a pobreza, a corrupção e a violência nas sociedades, aos quais se juntam novos desafios como a vulnerabilidade climática. O Brasil e a Índia têm, assim, segundo os autores, os motivos e a oportunidade para agirem juntos gerando um benefício global.

O pesquisador Hari Seshasayee focaliza um aspecto essencial da relação bilateral entre o Brasil e a Índia: a energia. Trata-se de tema diretamente complementar aos debates de outros textos deste volume, sobre mudança do clima e segurança alimentar. O artigo ressalta como há importantes interesses mútuos entre os dois países no setor de energia, sobretudo à luz da crescente produção brasileira de petróleo e da experiência com biocombustíveis. Os dois parceiros têm interesses complementares nesse campo e vêm encontrando novas maneiras de cooperar. De particular relevância é como esse setor permite visualizar a atuação da iniciativa privada na relação bilateral, voltada tanto para o comércio quanto para os investimentos de longo prazo.

Os professores Cláudio Pinheiro e David Danziger, em seu texto, fazem uma análise aprofundada da cooperação em conhecimento entre o Brasil e a Índia que vai muito além da ciência e tecnologia. Demonstram como a parceria entre os dois países padece de distorções criadas pelas heranças coloniais e resgatam importantes fluxos de conhecimento que transitivam por canais não governamentais

e eram essenciais na relação entre os dois, inclusive numa área economicamente relevante como a pecuária. Salientam também o limitado grau de conhecimento científico mútuo produzido de parte a parte sobre o outro e a inexplicável preferência por terceiras fontes. Valorizam o papel dos conhecimentos tradicionais e seu potencial inovador, bem como o crescimento recente da interação por meio de mecanismos como o IBAS. Por fim, frisam como as tecnologias de desenvolvimento social são de interesse mútuo e potencialmente campo fecundo de intercâmbio.

Os textos são acompanhados de um importante caderno de fotos, composto de registros do lado brasileiro e do lado indiano, que mostram alguns momentos marcantes dos 75 anos de relações entre os dois países.

Se for dada ao editor licença para afastar a formalidade e o distanciamento por um instante, eu gostaria de mencionar como a edição deste volume, ao final de minha missão na Índia, marca uma importante etapa na minha vida, de descobrimento de um país tão rico e variado e da tentativa de contribuir para aproximá-lo do Brasil. Nada disso seria possível sem o dedicado trabalho dos colegas da Embaixada do Brasil em Nova Delhi.

CONEXÕES ENTRE ÍNDIA E BRASIL – SÉCULOS XVI A XIX

Célia Tavares[1]

Em 2018, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos lançou um selo comemorativo em homenagem aos 70 anos das relações diplomáticas Brasil-Índia.

Fonte: Correios[2].

Além dos identificadores nacionais, tais como as cores das bandeiras de cada país (laranja, branco e verde da Índia e o verde--amarelo brasileiro), animais típicos (tigre e arara) e dois monumentos de referência da arquitetura (Taj Mahal e Catedral de Brasília), o selo, elaborado pela artista digital, ilustradora e arquiteta Lídia Marina Hurovich Neiva, também registra três frutas: manga, caju e jaca. Elas são muito populares atualmente, tanto no Brasil quanto na Índia e, com certeza, pessoas dos dois países afirmariam, quando perguntadas, sem sombra de dúvidas, que são originais de seus

1 Professora do Programa de Pós-Graduação em História Social – PPGHS; Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ; Visões da Ásia – Rede de Pesquisadores; Grupo de Pesquisa Companhia das Índias – CNPq.

2 Autorização de uso: Gerência de Filatelia/Correios. Agradecemos aos Correios a gentileza de podermos utilizar a imagem do selo postal *Série Relações Diplomáticas Brasil - Índia*, emitido em 2018.

respectivos solos pátrios. Na verdade, elas simbolizam e são exemplos das trocas econômicas e culturais significativas que ocorreram ao longo do período em que as duas regiões estavam sob domínio do Império Português: mangueiras e jaqueiras foram trazidas da Índia para o Brasil e cajueiros acabaram enviados do nordeste brasileiro para a Índia, todos adaptando-se tão bem a suas novas regiões, dando a impressão de que sempre existiram nestes lugares.

É com a feliz representação imagética das relações Brasil-Índia estampada no selo comemorativo que se inspira o presente texto ao explorar os pontos de contato entre os dois países ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII e início do XIX[3].

1. Estabelecimento dos contatos

Claro está de antemão que as relações entre os dois países, nesse período de tempo, ocorreram sob a égide de Portugal, que construiu seu domínio colonial predominantemente no litoral de três continentes: África, Ásia e América do Sul, fazendo o que Serge Gruzinski denomina como mundialização do período moderno, integrando pela primeira vez na história as quatro partes do mundo (GRUZINSKI, 2014).

Importa ainda dizer que nem o Brasil nem a Índia constituíam-se nesta época como formas de Estado Nação, o que são atualmente. Por um lado, o Brasil era uma região que fazia parte de todo um continente que era ignorado tanto por europeus quanto por asiáticos, até finais do século XV, tendo sido colocado em contato com outras partes do globo terrestre pela iniciativa das navegações portuguesas e espanholas. De outra parte, a Índia, terra de civilizações milenares, era composta por uma série de reinos, principados, sultanatos e

3 A referência que foi tomada neste artigo é o corte cronológico do chamado período colonial do Brasil, quando esteve sob domínio de Portugal, ou seja, grosso modo, de 1500 a 1822, ano da independência e fundação do Império do Brasil.

impérios que existiam ou passaram a existir neste mesmo período no subcontinente indiano, também conhecido como península Hindustânica, ou ainda Hindustão (ou Industão).

Ao observar-se a região, restringindo-se aos séculos XVI e XVII, é possível ver que, cobrindo a maior parte do sul do subcontinente, há o Império de Vijaianagara – grafado muitas vezes nos documentos de época portugueses como Bisnaga –, fundado por hindus em 1336 e que em 1565 iniciou um processo de enfraquecimento que levou ao seu fim, em 1646, causado por contínuas guerras contra reinos inimigos islâmicos que se localizavam no planalto do Decão. Estes ficaram conhecidos como Sultanatos do Decão, eram os reinos de Bijapur, Golconda, Ahmednagar, Bidar e Berar. Mais ao norte, a partir de 1526, surgiu e iniciou sua expansão o Império Mogol. Contava com o apoio dos Impérios Otomano e Safávida, no início de sua formação, mas ao longo do século XVI foi se fortalecendo e conquistando territórios em direção ao sul, inclusive nos litorais ocidental (Guzerate) e oriental (Bengala) da península Hindustânica (FLORES, 2015, p. 32-38). Nas franjas do litoral sul da península, na região conhecida como Malabar, havia vários pequenos reinos hindus, muito ligados a atividades comerciais marítimas: Calicute, Cochim, Cananor e Coulão (SALES, 2015, p. 25). Na costa oriental sul, na região do Coromandel e de Madurai, também existiam muitas cidades com importantes contatos comerciais, inclusive São Tomé de Meliapor.

Portanto, quando os portugueses navegaram até a Índia, percebe-se que eles "não chegaram a uma Ásia estática, nem agiram sobre uma tabula rasa"[4]. Muito pelo contrário, ao chegarem às costas de vários pontos dos territórios asiáticos, confrontaram-se com um "mundo cujo equilíbrio de forças geopolíticas, sociais e econômicas

4 SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O império asiático português, 1500-1700.* Uma história política e econômica. Carnaxide: Difel,1993. p. 40.

estava em permanente mutação" (SUBRAHMANYAM, 1993, p. 40). Utilizaram sua momentânea superioridade bélica para conquistar pontos específicos do litoral asiático, especialmente na primeira metade do século XVI, consolidando assim o que Subrahmanyam denominou como Império Asiático Português.

No caso específico da península Hindustânica, o pequeno país europeu empreendeu grande esforço de conquista de determinados pontos chave na costa, sem nunca conseguir aprofundar seus domínios no interior da região. Desde os primeiros contatos desenvolvidos no momento da chegada da expedição de Vasco da Gama em 1498, que interligou diretamente o continente europeu à Índia pela rota marítima que contornava o cabo da Boa Esperança, os portugueses demonstraram desejo em fixarem-se na região por conta de seus interesses de comércio das especiarias asiáticas. Primeiramente, estabeleceram feitorias em Calicute e Cochim (1500), além de Cananor, em 1501. Goa foi conquistada ao Sultanato de Bijapur, em 1510, e a importância de sua localização estratégica levou os portugueses a definirem esta cidade como capital do que virá a ser chamado posteriormente de Estado da Índia (designação genérica do conjunto de cidades, feitorias e fortalezas que Portugal desenvolveu no continente asiático). Em 1515, a conquista de Ormuz, na entrada do Golfo Pérsico, possibilitou o controle de rotas comerciais que conectavam o litoral oeste da península indiana à arábica. Em 1518, foi estabelecido um forte lusitano em Colombo, no Ceilão (atual Sri Lanka); Baçaim foi adquirida em 1534 e a importante cidade portuária de Diu, conquistada em 1535. Damão só seria dominada em 1599.

Neste contexto de expansão e dominação por parte do reino de Portugal, a expedição de Pedro Álvares Cabral, que partiu de Lisboa em 9 de março de 1500, foi fundamental para iniciar contatos entre Brasil e Índia. Liderando uma esquadra de 13 embarcações, Cabral tinha ordens do rei D. Manuel para consolidar a presença

dos portugueses no litoral ocidental da península Hindustânica, aprofundando os primeiros contatos – muitos deles conturbados –, que tinham sido promovidos por Vasco da Gama, dois anos antes.

No trajeto da viagem, ao experimentar um arco mais aberto de navegação no Atlântico sul, Cabral alcançou o litoral nordeste do Brasil, região que será mais tarde denominada de Bahia, em 22 de abril do mesmo ano. Imediatamente desenvolveu os procedimentos de tomada de posse do território, ou seja, reconheceu a novidade do local, promoveu a primeira missa em solo do que virá a ser o Brasil, em seguida despachou uma carta que registrava o acontecimento, escrita por Pero Vaz de Caminha, tudo isso ajudando a definir a noção de pertencimento do território aos domínios portugueses. Em seguida, rumou para o seu objetivo principal que era a Índia. De certa maneira, portanto, é possível dizer que o nascimento do que hoje é identificado como Brasil está atavicamente ligado ao empreendimento de dominação de territórios na Índia por parte dos portugueses.

Ainda que Portugal não tenha promovido ao longo de trinta anos um processo de ocupação efetiva da nova conquista feita no novo continente, que receberá o nome de América, a referência tinha sido definida e as potencialidades de riqueza do território estavam ainda por se conhecer mais profundamente.

2. O papel fundamental da Carreira da Índia nas conexões com o Brasil

Dois trabalhos são fundamentais para quem deseja estudar os vínculos que foram estabelecidos entre Brasil e Goa através do protagonismo da Carreira da Índia: *A Bahia e a carreira da Índia*, de Amaral Lapa (1968), e *Relações intracoloniais: Goa-Bahia*, de Filomena Antony (2013). Os dois textos complementam-se principalmente porque partem de perspectivas diferentes. O primeiro propõe uma

análise a partir do protagonismo de Salvador, na Bahia; o segundo enfatiza a perspectiva dos interesses de Goa, destacando um importante aspecto que se pretende expor no presente estudo e que é possível encontrar logo no título do trabalho de Filomena Antony: rompendo a perspectiva explicativa do monopólio do domínio colonial português, coloca em relevo os interesses existentes em cada uma das cidades/regiões, independentemente daqueles que eram os da metrópole.

Mesmo que se reconheça o papel fundamental da política do reino de Portugal, uma nova historiografia tem se preocupado em perceber as dinâmicas que também se estabeleciam entre vários pontos da rede de colônias que os portugueses teceram entre três continentes: América, África e Ásia. Em determinados momentos, mesmo que o fluxo das ações econômicas da metrópole privilegiasse uma determinada região, não se deve negligenciar os papéis que as outras exerciam no balanço das atividades que se desenrolavam no âmbito do Império português.

Dessa forma, se, nos séculos XVI e boa parte do XVII, a maior aspiração da exploração colonial desenvolvida por Portugal era obter altos lucros com o comércio das especiarias orientais, não é possível esquecer a importância crescente da África no abastecimento de mão de obra escrava, ou, ainda, o crescimento da agricultura do açúcar no litoral do Brasil e sua consequente comercialização. Mais tarde, já no século XVIII, com a descoberta e exploração do ouro na colônia americana, o eixo atlântico do império foi fortalecido, ainda mais diante das dificuldades encontradas e enfrentadas no oriente, que, mesmo sem nunca perder prestígio, sofreu problemas de ordem econômica e limitação do domínio territorial.

Filomena Antony ressalta que o rei D. Manuel, quando fez o anúncio a Fernando de Aragão sobre a incorporação do Brasil aos domínios portugueses, em despacho datado de 1501, teria afirmado

que a região seria "conveniente e necessária para a navegação à Índia", mas que apesar disso desestimulou nos anos subsequentes que embarcações indo ou voltando da Índia fizessem escala na costa brasileira. A motivação para tal procedimento, aparentemente contraditório com a afirmação feita, seria a preocupação em proteger o "valioso comércio da Índia" (ANTONY, 2013, p. 143-144).

Para Artur Teodoro de Matos, reforçando argumento de Amaral Lapa, não obstante o desestímulo que a coroa fazia para a escala no litoral brasileiro, ela ocorria com alguma frequência até meados do século XVI, especialmente por causa das dificuldades intrínsecas à própria navegação, ou seja, acidentes, avarias, doenças dos membros das tripulações, entre outras (MATOS, 1989, p. 160-161 e LAPA, 1968, p. 3). Importa saber que a viagem anual de ida e volta de Lisboa a Goa, denominada de Carreira da Índia (BOXER, 1984, p. 33), durava, em geral, cerca de seis meses para cada trecho – se por acaso não fossem encontrados nenhum sério obstáculo, como tempestades, ventos adversos ou quaisquer outros problemas de navegação ou saúde, ou se não houvesse atrasos nas partidas de Lisboa ou de Goa. A mortalidade era alta durante as viagens e os naufrágios eram frequentes. Portanto, pode-se afirmar que eram viagens difíceis, perigosas e arriscadas.

A ordem real de 1565 deixou explícita a proibição de embarcações que saíssem de Portugal para a Índia, assim como as que de lá voltassem, a fazerem escala no Brasil, definindo que qualquer problema na etapa atlântica da viagem deveria fazer com que os navios retornassem a Lisboa (LAPA, 1968, p. 7). Recorrentes renovações da proibição de escalar na costa brasileira, assim como a de comercialização de produtos oriundos do oriente nas cidades ali localizadas, no século XVII (1615, 1632, 1661, 1665, 1667, 1670, 1671) faz acreditar na existência e insistência dessas práticas, como

observam Antony e Amaral Lapa (ANTONY, 2013, p. 149 e LAPA, 1968, p. 13).

O debate sobre a possibilidade de permissão da escala no Brasil era intenso e alimentava algumas exceções. Por exemplo, em 1666, a coroa permitiu que barcos menores fizessem escala em Salvador e, em 1672, houve uma instrução a um capitão da armada para escalar no Rio de Janeiro, caso houvesse muitos problemas de saúde entre a tripulação. Finalmente, ordens reais de 1692 e 1694 liberaram a escala em Salvador da Bahia de embarcações vindas da Índia. Teriam contribuído para isso uma série de fatores, dos quais se destacam a importância da descoberta do ouro no Brasil, o aumento do interesse do tabaco em Goa e o comércio do açúcar (ANTONY, 2013, p. 149--152). Assim, para Filomena Antony, o que ocorreu foi a aceitação de uma prática que já existia e que a metrópole não conseguia mais evitar, ou seja, a existência de uma ligação direta entre Goa e Bahia que convivia com o comércio triangular Goa-Lisboa-Bahia (2013, p. 190).

Com isso, o que a autora chama de comércio invisível, que também pode ser definido como contrabando ou comércio ilícito, deixou de ser preponderante, mesmo sem nunca ter deixado de existir, abrindo as portas para o que denomina como "comércio legítimo", fundamental para o fortalecimento das relações entre pontos distintos da periferia do Império português, como Goa e Salvador, por exemplo. É possível assim perceber que grandes quantidades de produtos circularam nas idas e vindas das embarcações portuguesas entre a América e a Índia, assim como de pessoas.

3. "Um mundo em movimento"

O historiador Russell-Wood colocou essa feliz expressão em título de seu livro que aqui se toma emprestado para encabeçar o item do presente texto (RUSSELL-WOOD, 1998). De fato, a ligação

das quatro partes do mundo promovida pelas monarquias ibéricas da época moderna possibilitou a circulação de uma significativa quantidade de homens, mulheres, mercadorias, conhecimentos etnográficos, geográficos, espécimes da fauna e da flora, sem falar em aspectos mais negativos como disseminação de doenças biologicamente transmissíveis.

Neste sentido, a Carreira da Índia pode ser considerada o principal veículo que promoveu contatos e circulação de muitas pessoas e mercadorias entre Goa e Bahia, mesmo quando houve tentativas de proibição e repressão a esta prática, como foi visto no item anterior.

Também é possível verificar que determinações administrativas da coroa portuguesa contribuíram para estabelecer muitos destes contatos entre América e Índia. Havia necessidade de homens recrutados para compor o exército que enfrentava as forças militares dos reinos e impérios vizinhos aos domínios portugueses na costa indiana. Também eram requeridos soldados que formavam os regimentos de fortalezas que enfrentavam o avanço da expansão dos holandeses nas possessões portuguesas que detinham a exploração das especiarias. Ou ainda, solicitava-se a circulação de funcionários e agentes portugueses que ocupavam cargos nos vários postos que a presença do Império português impunha e necessitava. Tudo isso permitia a circulação de pessoas nascidas no Brasil ou na Índia, além de portugueses propriamente ditos nos vários e distantes pontos do império.

Outro importante vetor de circulação de pessoas era a motivação religiosa. Um dos aspectos mais fundamentais da expansão ibérica era a conversão das populações originárias tanto da África, quanto da América e da Ásia. Assim, a atividade dos missionários de ordens religiosas católicas também contribuiu para alimentar a

movimentação de pessoas entre as várias partes dos domínios portugueses.

Até mesmo o sistema penal português pode ser considerado elemento chave nesta mobilidade social que existiu entre as regiões dominadas pelos portugueses. Frequentemente, pessoas que viviam no Brasil e eram condenadas ao degredo tinham como destino a cidade de Goa, ou ainda condenados na cidade indiana, especialmente os da alçada inquisitorial, podiam passar algum tempo em território brasileiro, mesmo que fosse apenas pelo período de escala da embarcação na qual viajavam em direção aos cárceres e trabalhos nas galés do reino.

Assim como as pessoas, objetos e plantas também circulavam entre as fronteiras da Índia e do Brasil. A seguir será feito o destaque de alguns destes exemplos de contatos e intercâmbios entre as duas regiões.

3.1. Movimento de mercadorias

A grande motivação da expansão marítima portuguesa foi a busca por especiarias, como é sobejamente sabido. Dessa forma, a menção à pimenta, ao cravo e à canela como artigos que despertavam o interesse comercial é comum. Mas outros produtos também tinham seu lugar nas transações comerciais lícitas ou ilícitas atreladas ao movimento das embarcações em portos como Salvador ou Rio de Janeiro: peças de porcelana chinesa, diamantes da Índia, marfins (inclusive pequenas esculturas, miniaturas de imagens de santos feitas por artesãos hindus, muitos deles não convertidos ao catolicismo), têxteis, salitre e medicamentos também eram comercializados. Há registros ainda de escravos de origem indiana sendo vendidos no Brasil, mas em número bem pequeno, se comparado ao fluxo de mão de obra escravizada vindo da África (ANTONY, 2013, p. 198).

Filomena Antony (2013) destaca que, no período de 1796 a 1807, houve um salto quantitativo no volume de produtos comercializados da Índia para o Brasil, resultado de uma série de reformas implementadas pelas autoridades portuguesas em relação ao sistema fiscal e ao incremento do comércio privado neste período (p. 205-208).

Em contrapartida, o Brasil forneceu tabaco (nativo da América) para a Índia, pois o produto passou a ser apreciado na região ao longo do século XVIII. Há também significativo fluxo de ouro e pedras preciosas para Goa, usados para as trocas pelos valiosos produtos que eram obtidos na Índia.

Importa dizer que as trocas comerciais desenvolvidas principalmente de meados do século XVIII a início do XIX fortaleceram os comerciantes goeses e ativaram o mercado no Brasil, o que demonstra um certo grau de autonomia existente nesses espaços coloniais.

3.2. Movimento de plantas

Segundo Heloísa Gesteira, verifica-se que o trânsito de plantas no âmbito do Império português teve predominância na direção oriente-ocidente, ainda que não se possa negligenciar a importância da circulação de espécies vegetais oriundas da América e da África, ou mesmo da Europa, em direção à Índia. Assim, a autora destaca que a paisagem florestal brasileira ficou para sempre marcada por jaqueiras, mangueiras (espécies que se tornaram tão presentes que configuram aquela representação imagética do selo comemorativo apresentado no início deste capítulo), pés de fruta-pão e caramboleiras trazidos da Índia e adaptados ao Brasil (GESTEIRA, 2013, p. 38). Em contrapartida, na Índia, floresceram e espalharam-se cajueiros, goiabeiras, culturas de abacaxi, pinha e mamão, todos de origem brasileira.

Warren Dean ressalta que, no início da experiência de conquista do território americano, muitas vezes a prática de implantar novas espécies de vegetais devia-se ao fato de os portugueses não apreciarem os alimentos que os indígenas localizados na costa brasileira utilizavam para sua sobrevivência cotidiana. O autor ressalta que, mesmo que os motivos fossem mesquinhos, os resultados promoveram grande variedade de alimentos que os habitantes dos domínios portugueses acabavam acessando. O autor também destaca que este movimento de transferir a flora de uma região para outra do globo terrestre significou a aceleração do processo natural de cosmopolitização de plantas e animais que já ocorria desde tempos remotos e que desenvolveu "a universalização do domínio sobre todos os ecossistemas terrestres" por parte da humanidade (DEAN, 1991, p. 216-217).

Essa transposição de plantas e culturas vegetais muitas vezes atendia aos interesses comerciais e econômicos que regiam a lógica do domínio colonial. A ideia de desenvolver o cultivo de especiarias orientais em solo brasileiro foi acalentada pelas autoridades portuguesas, especialmente a partir do acirramento das disputas territoriais que ocorreram no oriente ao longo dos séculos XVII e XVIII. A expansão dos holandeses e dos ingleses na região do oceano Índico, além das próprias pressões dos reinos e impérios que existiam na península Hindustânica, que fustigavam as fronteiras dos territórios portugueses na costa indiana, comprometeram o poderio comercial português desses produtos tão cobiçados no mercado europeu.

Com isso, a proibição de se cultivar espécies asiáticas em solo brasileiro foi revogada em 1642, quando a coroa autorizou o plantio de gengibre e anil no Brasil (ANTONY, 2013, p. 106)[5]. A ideia geral era aproveitar as semelhanças de clima entre Índia e Brasil e a

5 A partir deste ponto, nos parágrafos seguintes que se referem à circulação de plantas entre Brasil e Índia, o rico trabalho desta autora foi plenamente utilizado, no intervalo das páginas 103 a 142.

abundância de mão de obra escrava de origem africana, além da vantagem da costa brasileira ser mais próxima da Europa, o que diminuiria os custos de transporte e facilitaria a execução de preços menores e, portanto, mais competitivos que os produtos vindos do oriente e que tinham sido acessados pelo avanço holandês em regiões de produção de especiarias que antes eram controladas pelo comércio dos portugueses.

O cultivo do gengibre em solo brasileiro obteve grande e rápido sucesso, o que alimentou a esperança da transposição de outras espécies. Assim, a partir de 1677, por ordem da coroa portuguesa, mudas e sementes de cravo, canela, pimenta e noz moscada, principalmente, foram enviadas de Goa para o Brasil. Também foi sugerido que se enviassem especialistas indianos que pudessem ensinar como desenvolver o cultivo e a exploração desses produtos (ordem que poucas vezes foi obedecida, entretanto). Por esta época também foram despachadas mudas de jaca e manga. O transporte dessas espécies vegetais sofria contratempos; por vezes chegavam ao fim da viagem poucos exemplares, o que dificultou o projeto desde o início. Havia ainda o problema da qualidade inferior dos espécimes que eram enviados, pois muitas das regiões que possuíam plantas de maior qualidade não estavam mais sob domínio português, como o caso da canela do Ceilão, região que foi dominada pelos holandeses.

Também na parte do cultivo em larga escala surgiram dificuldades. Os jesuítas da Bahia que desenvolveram o plantio de canela de forma pioneira na Quinta do Tanque relatavam que precisavam de constante combate contra o ataque de formigas e outros insetos que investiam contra as culturas. Regiões alternativas foram procuradas, como por exemplo o Maranhão, cujo clima era mais assemelhado ao indiano. No entanto, lá havia problemas crônicos de mão de obra.

Não obstante estes e outros problemas e obstáculos, as plantas adaptaram-se e produziram, ainda que não na escala que se pretendia

e imaginava. A questão central era que a pimenta e a canela do Brasil não conseguiam ter a mesma qualidade que a do oriente, não garantindo a margem de lucro que a expectativa dos agricultores desejava.

Em finais do século XVIII e início do XIX, uma nova investida na transmigração de plantas da Índia foi desenvolvida. Teca e cânhamo (para uso na construção naval), além do sândalo (com usos medicinais) foram levados para cultivo no sul da Bahia, com relativo sucesso.

Como já foi dito anteriormente, os portugueses também levaram exemplares vegetais do Brasil para a Índia. Assim, o tabaco que era comercializado para lá e possuía um forte consumo acabou sendo plantado na região e garantiu muitos lucros a partir de meados do século XVIII. Frutas e frutos também se adaptaram ao clima indiano, com destaque para o caju, que, desde meados do século XVI, transformou--se em importante base para a fabricação de bebidas alcóolicas e para usos medicinais e alimentares com grande aceitação comercial, garantindo boas receitas para os comerciantes goeses no século XVIII e XIX. A seringueira também se adaptou bem na região do Malabar e garantiu bons lucros com o comércio da borracha.

3.3. Movimento de pessoas

Mercadorias e plantas não se movimentavam sozinhas no espaço do Império português, é claro. As pessoas (homens e mulheres, essas em menor quantidade) que utilizavam a Carreira da Índia para fazer longas viagens entre Lisboa e Goa, e vice-versa, passando algumas vezes por Salvador ou Rio de Janeiro, eram responsáveis pelas práticas mercantis, pelas trocas de produtos comerciais, e objetos de uso pessoal, por transportar sementes, plantas e animais, além de doenças. Ambicionavam os lucros, os cargos administrativos ou militares e os desafios da conversão religiosa. Sofriam com os castigos

das condenações ao degredo em terras distantes ou, simplesmente, com as enormes dificuldades de tão longa travessia.

Russell-Wood informa que, grosso modo, um navio da Carreira da Índia, em sua viagem de ida, possuía tripulação de cerca de 120 homens, podendo chegar ao número de 200. Também transportava entre 500 e 1100 passageiros, de várias categorias, além de soldados destinados às guarnições militares da Índia – cujo número podia atingir os 700 ou 800 homens num único navio. Havia ainda espaço para carregar escravos obtidos na costa da África, cerca de 500. No retorno, em geral, o número era um pouco menor e com gente considerada de condição "superior" – mercadores, religiosos, funcionários da coroa, acompanhados de seus séquitos e escravos (RUSSELL-WOOD, 1998, p. 93). Mesmo que se considere o alto índice de mortalidade que existia nestas viagens, como já dito anteriormente, ainda assim, é possível perceber que era um fluxo de pessoas que não é desprezível.

Entre o Brasil e a Índia circularam "servidores da coroa", expressão usada por Russell-Wood para definir membros da nobreza portuguesa que exerceram cargos importantes nos domínios lusitanos. Aqui é possível detectar mais uma ligação entre a América e a Ásia, uma vez que os primeiros donatários do Brasil, responsáveis pelo início da sua colonização, no século XVI, ou tinham já estado na Índia, ou para lá foram depois de iniciar a tomada de posse do território brasileiro – caso de Duarte Coelho, que, depois de longa trajetória em cargos no oriente, obteve a capitania de Pernambuco, e de Martim Afonso de Sousa, que iniciou a colonização na capitania de São Vicente e partiu em seguida para posições na Índia (RUSSELL-WOOD, 1998, p. 101-102).

Havia os "servidores de Cristo", ainda para usar a nomenclatura de Russell-Wood, clérigos seculares e regulares que exerciam cargos eclesiásticos ou missionavam no Brasil e no oriente. Os religiosos

em geral partiam de Portugal para a Índia, mas há casos de religiosos nascidos no Brasil e que prestaram serviço em Goa. Pode-se destacar como exemplo o caso do padre Francisco de Souza, missionário nascido na Bahia, em 1628, que foi para Goa e lá estudou no colégio de São Paulo, da Companhia de Jesus. Exerceu cargos importantes na província jesuítica, escreveu o livro *Oriente conquistado a Jesus Cristo pelos padres da Companhia de Jesus da Província de Goa*, importante fonte para estudar a presença jesuítica na Índia, e veio a falecer em Goa, em 1712. Outro exemplo de experiência primeiro no oriente e depois no Brasil é a do padre franciscano João de Assunção, que trabalhou na missão no Malabar por 25 anos e depois foi enviado para a Bahia, em 1706. Lá colaborou no projeto de fixação das especiarias no Brasil, ensinando técnicas de cultivo que aprendera na época que viveu naquela região da Índia (ANTONY, 2013, p. 70-73), assim auxiliando o desenvolvimento do projeto da coroa portuguesa de transportar a produção de especiarias para o território brasileiro.

Soldados e marujos também circulavam no espaço dos domínios portugueses. Do Brasil para Goa houve fluxos tanto de recrutados quanto de voluntários que eram envolvidos nos contingentes necessários para a defesa e conquistas de territórios na Índia. Por exemplo, há notícias de envio de 400 soldados da Bahia para Goa em 1702 e de 42 recrutas em 1725 (p. 76-77). Para o final do século XVIII e início do XIX, é possível verificar que muitos voluntários assumiam cargos militares na Índia e postos semelhantes no Brasil, havendo assim circulação entre estes espaços. Deve-se considerar ainda que, apesar do fluxo de pessoas de origem indiana para o Brasil ser pequeno, há registros de embarcados em Goa servindo em postos nos navios, que provavelmente podiam entrar em contato com brasileiros, especialmente nas escalas em Salvador ou Rio de Janeiro (p. 81).

Não se pode esquecer também de um número muito difícil de precisar, mas que constava do fluxo de pessoas que iam do Brasil para Goa de forma compulsória, que eram os degredados e exilados. Russell-Wood classifica-os como os "indesejáveis", ou seja, criminosos, desertores, condenados pela Inquisição, doentes, pessoas destituídas de perspectivas de vida que eram enviadas para o degredo em terras distantes das suas de origem. Podiam ser colocados como soldados ou a prestar trabalhos forçados de diversas naturezas, por um certo período de tempo, ou até mesmo por toda vida (RUSSELL-WOOD, 1998, p. 160-162).

Vale o registro de um tema ainda pouco estudado que é a questão de escravizados na Índia transportados para o Brasil. Filomena Antony lista o caso de algumas centenas deles, como, por exemplo, o de um jovem nascido no Malabar que foi mandado da Bahia para Lisboa em 1767, na comitiva do vice-rei conde de Ega, além de outros escravos indianos que estavam na Bahia e foram levados para Lisboa. Este e outros registros demonstram a existência dessa conexão entre Brasil e Índia, mas é fronteira de pesquisa ainda por explorar mais profundamente (ANTONY, 2013, p. 81).

É perceptível que há poucas menções a mulheres nessa rede de contatos apresentada neste artigo. Isso decorre do fato de que há pouquíssimos registros sobre viagens que mulheres teriam feito, especialmente para o caso de ida ou vinda diretamente do Brasil para Índia. No entanto, em 24 de março de 1718, na *Gazeta de Lisboa*, registrou-se pela primeira vez uma história bastante singular. Foi informado no impresso que Maria Úrsula de Abreu e Lencastre, filha de João de Abreu de Oliveira, nascida no Rio de Janeiro, em 1682, quando fez 18 anos, fugiu da casa dos pais disfarçada de homem e embarcou para Lisboa. Lá alistou-se como soldado com o nome de Balthazar do Couto Cardoso e foi para a Índia, onde "serviu por espaço de 12 anos, 8 meses e 13 dias, desde o primeiro de setembro

de 1700 até 12 de maio de 1714" (GAZETA DE LISBOA, 1718, p. 96), destacou-se em batalhas e chegou a ser cabo do baluarte da Madre de Deus na Fortaleza de Chaul. Depois, no ano de 1714, em 8 de março, o rei D. João V concedeu-lhe mercê do paço de Pangim por seis anos e pensão vitalícia. Boxer acrescenta alguns outros detalhes a este relato registrado na fonte histórica. Segundo o historiador inglês, ao salvar de uma emboscada de inimigos o seu capitão, Afonso Teixeira Arrais de Melo e Mendonça, Maria Úrsula/Balthazar foi ferida gravemente e o seu segredo, descoberto. O capitão casou-se com ela e teriam tido um filho (BOXER, 1977, p. 100-101). Estudos mais recentes informam que não há certeza de quantos filhos teriam nascido desta união, nem a data de sua morte, apenas que ela teria ocorrido em Goa (LUGARINHO, 2018, p. 253-272; e LUGARINHO; MAIA, 2021, p. 120-147). Esta mirabolante aventura foi a base de um romance de inspiração histórica do escritor brasileiro Gustavo Barroso, publicado em 1932.

Mesmo com as muitas incertezas que existem sobre este relato, vale a sua menção por conta da escassez de outros registros sobre viagens de mulheres entre o Brasil e a Índia no período estudado neste trabalho.

4. O legado das conexões entre Índia e Brasil

O livro de Lorelai Kury (2013) traz em sua capa detalhe de uma obra que se encontra no acervo do Rijksmuseum, de Amsterdam: uma pintura a óleo de autor desconhecido, datada de cerca de 1640 a 1666, cujo título é *Uma tenda de mercado em Batavi*[6]. Esta obra pode servir como imagem síntese do que foi exposto ao longo do presente artigo. Três mulheres com peles morenas estão em negociações

6 BEECKMAN, Andries (atribuído; ECKHOUT, Alberto atribuição rejeitada). *A Market Stall in Batavia*, c. 1640 - c. 1666', in J. Bikker (ed.), *Dutch Paintings of the Seventeenth Century in the Rijksmuseum*, online coll. cat. Amsterdam: Disponível em: <hdl.handle.net/10934/RM0001.COLLECT.10087>. Acesso em: 11 set. 2023. Para visualizar a referida obra, acessar o link aqui indicado.

com um mercador com feição oriental – talvez chinês –, acima deles uma cacatua branca observa uma mesa repleta de frutas e frutos. É possível distinguir bananas, tamarindos, cocos, abacaxis, mangas, jacas e cajus; algumas amostras estão abertas, como até hoje pode ser visto em feiras, tanto no Brasil, como na Índia. O comerciante conta moedas e as mulheres seguram alguns produtos.

O quadro permite a visualização da circulação de gentes, animais e plantas, em um mercado que marca o processo de mundialização na época moderna e que permitiu lançar laços poderosos de ligação entre culturas tão distantes geograficamente, mas que se irmanam na alegria de experimentar as gostosuras de frutas saborosas e as riquezas partilhadas por cerca de 300 anos de contatos entre Índia e Brasil.

REFERÊNCIAS

ANTONY, Filomena. *Relações intracoloniais*: Goa-Bahia 1675-1825. Brasília: FUNAG, 2013.

BARROSO, Gustavo. *A senhora de Pangim*. (romance). Rio de janeiro: Guanabara, 1932. Há ainda uma edição brasileira em quadrinhos de 1958

BOXER, C. R. *A mulher na expansão ultramarina ibérica*: 1415-1815. Alguns factos, ideias e personalidades. Lisboa: Livros Horizonte, 1977, p. 100-101.

BOXER, C. R. *From Lisbon to Goa,* 1500-1750. Studies in Portuguese Maritime Enterprise. London: Variorum Reprints, 1984, p. 33.

DEAN, Warren. A botânica e a política imperial: introdução e adaptação de plantas no Brasil colonial e imperial. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 216-217, 1991.

FLORES, Jorge. *Nas margens do Hindustão*. O Estado da Índia e a expansão mogol ca. 1570-1640. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 32-38.

GAZETA DE LISBOA. Lisboa, n. 12, p. 96, 24 mar. 1718. Como não é possível reproduzir o detalhado mapa que consta desta obra, sugere-se ir ao sítio da internet que mostra um mapa do Império Mogol não tão detalhado, mas útil para se obter localização geográfica dos reinos e sultanatos referenciados no texto: <https://compass.rauias.com/modern-history/decline-of-mughal-empire/>.

GESTEIRA, Heloísa. A América portuguesa e a circulação de plantas, séculos XVI a XVIII. In: KURY, Lorelai (org.). *Usos e circulação de plantas no Brasil*, séculos XVI-XIX. Rio de Janeiro: Editora Andrea Jakobsson, 2013, p. 38.

GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo*: história de uma mundialização. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: EdUSP, 2014.

KURY, Lorelai (org.). *Usos e circulação de plantas no Brasil,* séculos XVI-XIX. Rio de Janeiro: Editora Andrea Jakobsson, 2013.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a carreira da Índia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

LUGARINHO, Mário César. Ordem, gênero e transgressão em a Senhora de Pangim, de Gustavo Barroso. *Via Atlântica*. São Paulo, n. 33, p. 253-272, jun. 2018.

LUGARINHO, Mário César; MAIA, Hélder Thiago. De volta à Senhora de Pangim: outras fontes e outras representações. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 120-147, set./dez. 2021.

MATOS, Artur Teodoro de. As escalas do Atlântico no século XVI. *Revista da Universidade de Coimbra*, Lisboa, v. XXXIV, n. CXCVII, 1988, p. 157-183.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento*: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808). Lisboa: Difel, 1998.

SALES, Maria de Lurdes Ponce Edra de Aboim. *Do Malabar às Molucas*: os jesuítas e a Província do Malabar (1601-1693). 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade NOVA de Lisboa, Lisboa, 2015, p. 25.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O império asiático português,* 1500-1700. Uma história política e econômica. Carnaxide: Difel, 1993, p. 40.

DO SAMBA A BOLLYWOOD, DA IOGA À CAPOEIRA: A INTERAÇÃO DAS SOCIEDADES BRASILEIRA E INDIANA COMO CONTRIBUIÇÃO PARA REFORÇAR OS LAÇOS DOS GIGANTES EMERGENTES NAS PLATAFORMAS MULTILATERAIS

Florência Costa[1]

No momento em que se comemoram os 75 anos das relações entre Brasil e Índia, as sociedades dos dois países desfrutam de uma interação cada vez mais intensa no campo da cultura, da educação, da espiritualidade, dos esportes, das atividades econômicas, das trocas em inovações tecnológicas e de experiências que atendem aos desafios destas duas nações emergentes – marcadas pela história colonial – que encaram altos índices de desigualdade social. Há ainda um longo caminho a prosseguir nessa aproximação direta das duas sociedades, mas é fundamental, para a compreensão recíproca de ambas as culturas, que não haja intermediação de terceiros: o olhar brasileiro interpreta diretamente a experiência indiana e vice-versa.

O Brasil, com seus 214 milhões de habitantes, e a Índia, que em abril deste ano acaba de ser declarada o país mais populoso do mundo, com 1 bilhão e 425 milhões de habitantes (WPR, 2023), estão juntos em inúmeros fóruns internacionais, como BRICS, G20, G4, e o IBAS, sendo que este último – composto pelos dois países e pela África do Sul – tem como um dos pilares o incentivo às relações dos atores sociais destas três democracias multiculturais e multiétnicas do Sul Global.

1 Jornalista, correspondente na Índia (2006-2012) pelo jornal *O Globo*, freelancer do Serviço Brasileiro da BBC de Londres e autora do livro *Os indianos* (Editora Contexto, 2012).

O Brasil assumiu no dia 3 de março de 2023 a presidência de turno do Fórum do IBAS, grupo que completa 20 anos de existência em 2023 (BRASIL, 2023). O jornal indiano *Mint* publicou, no dia 17 de abril, uma matéria afirmando que os integrantes do grupo – especialmente o Brasil – estão dispostos a revitalizar as ações do IBAS (MATTOO, 2023).

Um evento marcante que contribuiu para impulsionar a relação bilateral foi o estabelecimento de parceria estratégica em 2006. É importante lembrar que a primeira nação latino-americana a estabelecer laços diplomáticos com o país asiático recém-independente, em 1948, foi justamente o Brasil.

Este artigo procura mostrar as convergências e trocas que atores sociais têm realizado em vários setores, fator significativo para a reaproximação dos países emergentes em suas plataformas multilaterais, como o BRICS e outros. Apesar de culturalmente distintos e da distância geográfica, há algum compartilhamento de conhecimento emergente e convergências na forma de as duas sociedades encararem seus problemas. Um exemplo curioso de tentativa de resolver carências é o do "jeitinho" brasileiro e o *jugaad* indiano. Ou seja, o improviso e a criatividade para achar saídas quando não se tem condições financeiras.

Assim como o "jeitinho" no Brasil, o *jugaad* na Índia é uma instituição nacional e acabou sendo assunto para vários livros, um deles o *best seller* escrito por especialistas em tecnologia e inovação sob o título *Jugaad Innovation: A Frugal and Flexible Approach to Innovation for the 21st Century* (RADJOU; PRABHU; ANUJA, 2012). Cineastas indianos e brasileiros desnudaram a miséria e violência de suas sociedades em filmes premiados que ficaram conhecidos pelo público internacional. Os mais notáveis são *Saalam Bombay*, de Mira Nair (1988) e *Cidade de Deus*, de Fernando Meirelles (2002).

Um aspecto que passou a ser mais evidente nos últimos anos, no que concerne às similaridades das sociedades indiana e brasileira, é a paixão por tradicionais festivais populares espontâneos, como o *Holi*, o *Ganesha Chaturthi*, no caso da Índia, e o Carnaval, no caso do Brasil, entre outros, todos sempre muito coloridos, musicais e capazes de atrair multidões para as ruas. A primeira vez que vi em Mumbai o festival em homenagem ao deus-elefante Ganesha, em 2006, com o povo dançando nas ruas ao som dos imensos tambores chamados *dhol*, a primeira cena que me veio à mente foram os blocos de carnaval do Brasil.

Em ambos os países as novas gerações estão cada vez mais abertas a novidades e recebem informações recíprocas sobre como funcionam suas sociedades pela internet, redes sociais, por filmes e séries das plataformas de streaming. A Índia é o país do mundo com maior percentagem de jovens em sua população: cerca de 66% do total (808 milhões) estão abaixo dos 35 anos de idade (WPR, 2023), e isso contribui para a disposição de abrir-se para outras culturas, um aspecto que a sociedade brasileira já exibe devido a fatores históricos, entre outros.

Assim como o Brasil, a Índia recebeu muitas influências externas em áreas como gastronomia, vestuário, música, danças e linguagem. Mas estas manifestações de fora sempre foram regurgitadas – não apenas absorvidas automaticamente sem modificações. As influências foram se mesclando com as tradições locais e transformaram-se em algo novo, totalmente indiano. Um exemplo mais recente: as pizzas invadiram o repertório alimentar das cidades indianas, mas ganharam pimenta e *paneer*, uma espécie de ricota tradicional nos pratos e doces indianos.

Alguns aspectos do Brasil na Índia

A primeira vez que testemunhei a força da imagem do Brasil na Índia foi em junho de 2006, logo que desembarquei em Mumbai para ser a primeira correspondente brasileira em solo indiano, no meu caso, pelo *O Globo*, do Rio de Janeiro, como registrou no dia 23 de junho de 2006 o jornal na coluna "Por Dentro do Globo" a matéria intitulada "Uma Repórter do Globo na Índia". A Copa do Mundo começava e minha primeira matéria foi justamente sobre a paixão de indianos pelas seleções do Brasil e da Argentina. O artigo foi publicado em 25 de junho de 2006, no Caderno Mundo. "A Índia é verde-amarela" era o título da matéria, com o subtítulo "País ignora distância, torce pelo Brasil e adora o sorriso de Ronaldinho" (COSTA, 2006).

Os esportes mais populares da Índia são o críquete e o *hockey* de campo, mas era curioso notar que torcedores indianos se digladiavam nas ruas pelo futebol, vestidos com as camisetas amarelas (do Brasil) e azuis (da Argentina) durante os jogos, principalmente nos estados de Bengala Ocidental, Goa e Kerala. Pesquisando sobre o assunto, foi possível perceber que a paixão pelas competições demonstrada pelos indianos era semelhante à dos brasileiros: quando a seleção indiana de críquete joga contra a do Paquistão, especialmente em uma Copa do Mundo, o país para.

Ao assistir à cobertura televisiva dos canais indianos em inglês, para o trabalho no jornal *O Globo*, pude observar que eles potencializavam o sentimento pró-Brasil e bombardeavam os telespectadores com cenas do Pão de Açúcar, das praias do Rio de Janeiro e de mulheres sambando no carnaval. *País tropical*, de Jorge Ben Jor, e *E vai rolar a festa*, de Ivete Sangalo, tocavam na TV, enquanto um repórter de Calcutá, rosto pintado com as cores brasileiras, anunciava: "Calcutá está verde e amarela. O momento agora é do samba. Vamos cruzar os dedos pelo Brasil".

A Índia só se classificou uma única vez para a Copa do Mundo, em 1950, para o campeonato no Brasil. Mas, recém-independente e com uma nação para construir dos escombros da dominação britânica, a seleção indiana não participou por falta de dinheiro, como relatei no livro *Os indianos*, publicado pela Editora Contexto:

> Desde os anos 90, com o início das transmissões dos campeonatos europeus pelas televisões a cabo, a classe média passou a se interessar por futebol. Três estados indianos são especialmente ligados em futebol e costumam se dividir durante as Copas do Mundo entre torcer para o Brasil e a Argentina: Goa, Bengala Ocidental e Kerala. Às vezes há pancadaria entre as torcidas. Os especialistas em esportes contam que o gosto por futebol começou em Calcutá, em 1911, então capital da Índia Britânica, a partir da vitória de um time indiano (Mohum Bagan) sobre um britânico (East Yorkshire). Foi uma vitória simbólica contra os colonizadores. O interesse dos indianos pelo futebol brasileiro começou a partir da Copa de 1958; para eles, foi uma quebra da supremacia branca nos esportes. Um time misto de brancos, negros e mulatos (o Brasil) havia vencido os europeus claros, de olhos azuis (Suécia) (COSTA, 2012, p. 234).

O amor pelo futebol não se resume apenas a Goa, Kerala e Bengala Ocidental. Na Caxemira, extremo norte do país, pude testemunhar essa fascinação pelo "jogo bonito" como a mídia indiana costumava referir-se ao futebol, especialmente o brasileiro. Na capital Srinagar, tive a oportunidade de entrevistar, em 2011, um técnico argentino do International Sports Academy Trust. Casado com uma brasileira e vivendo lá com suas três filhas, Marcos Troia vestia frequentemente a camisa da seleção brasileira. Seus jovens

jogadores eram apaixonados pelo Brasil. Musadik Mehra, o Musa, por exemplo, então com 18 anos, falava português porque havia tido a chance de jogar no Brasil por um ano em um clube da cidade de Marília (SP). "Eu amei o Brasil, tudo o que eu queria era voltar para lá", disse o menino (COSTA, op. cit., p. 219). Outro garoto, Basharat Baba, também sonhava com isso e chegou a pintar a parede inteira de verde e amarelo.

Na Copa do Mundo de 2022, essa predileção indiana pelas seleções do Brasil e da Argentina chamou bastante a atenção da mídia brasileira e internacional. O site jornalístico *Al Jazeera*, do Qatar, por exemplo, publicou uma matéria sobre o amor dos indianos de Kerala pela Copa do Mundo (SHANKAR, 2022). A revista brasileira *Exame* destacou, em 2022: "Maior torcida do Brasil na Copa, indianos fazem música oficial para apoiar a seleção; veja o clipe" (EXAME, 2022).

Se há vários jogadores brasileiros em times indianos (Zico chegou a ser técnico em um time de Goa), já existem jogadoras também. O clube indiano Odisha FC anunciou em fevereiro de 2023 a assinatura de contrato com Cynthia Marcondes dos Santos, 26 anos, para a temporada do Indian Women's League: ela é a primeira mulher brasileira a jogar neste torneio da Índia, como publicou o jornal *The Hindu* (2023).

Na Índia, onde o *kalaripayattu* é a mais famosa arte marcial, muito tradicional, a capoeira brasileira tem conquistado cada vez mais os corações, com academias em várias partes do país. O Centre for Capoeira India, uma das mais famosas, tem sua sede em Mumbai, e seus mestres, indianos, adotam apelidos brasileiros, como Professor Baba, Instrutor Cabeça, Instrutor Capitão, Monitor Choco e Monitora Pimenta.

Em seu website, o Centre for Capoeira India explica que foi aberto em 2005 e hoje ministra aulas não apenas em suas salas, mas para escolas na Índia que queiram adotar a capoeira no seu currículo.

"Capoeira é o esporte mais bonito e a mais completa forma de arte do mundo. [...] Capoeira não é apenas um movimento físico e rotina de treino. Capoeira também treina a sua mente. Capoeira alimenta a sua alma." é a mensagem no website (CFCI, 2023). A graduação anual de capoeira é chamada de "batizado". Os alunos indianos aprendem outras palavras do português brasileiro, assim como detalhes da cultura brasileira ligados à capoeira. Como afirmam os fundadores da escola em seu website:

> Compreender as canções na capoeira é uma boa maneira de entender e colocar em algum contexto histórico a vida e a história do Brasil. Se alguém pode se identificar com a música a nível pessoal, ela percorre um longo caminho na adoção da herança vital na manutenção da capoeira como uma força cultural. As cantigas de capoeira desempenham, em parte, o papel de guia cultural e professor (CFCI, 2023).

A bandeira brasileira é disposta na parede da sala de aula. Os instrumentos afro-brasileiros da capoeira são fabricados na Índia.

Em agosto de 2022, um festival reuniu alunos de capoeira de toda a Índia em Mumbai, a antiga Bombaim e hoje a capital financeira do país. O evento foi organizado por um mestre famoso, de apelido Sucuri, fundador da Academia da Capoeira: "Queremos celebrar as similaridades que existem entre as culturas. As culturas brasileira e indiana encaixam-se na maneira em que nós pensamos e lutamos", disse ao jornal *Hindustan Times*, em entrevista a Abigail Banerjee, autora da matéria "*A Brazilian Twist in the Tale*", publicada em 28 de abril de 2022.

O Carnaval brasileiro é famoso na Índia, mas tem a sua própria versão em Goa com elementos brasileiros, como o Rei Momo, que abre as festividades, conforme detalhou matéria no jornal *O Globo* em 2007: "Índia comemora o carnaval com Rei Momo, fantasias

e desfile". O primeiro cônsul-geral do Brasil em Mumbai, Paulo Antônio Pereira Pinto, fantasiado de Vasco da Gama, participou do Carnaval goense em 2008, cujo tema era "*Discovery of Brazil: common heritage and cooperation for the future*" (A descoberta do Brasil: herança comum e cooperação para o futuro), como publicou o jornal *The Indian Express* (NAYAK, 2008).

Assim como no Brasil o sitar e lendas como Ravi Shankar são sinônimos de Índia para o público mais afinado com a cultura daquele país, na Índia os produtos musicais brasileiros mais famosos são o samba e a bossa nova. Mas iniciativas recentes de fusões musicais e de danças sugerem que experimentos deste tipo podem contribuir também para atrair a atenção de ambos os públicos para as culturas dos dois países.

Um exemplo ocorrido em 2020 e 2021 foi o Projeto Sangham, de fusão de música indiana e brasileira, desenvolvido pela Embaixada Brasileira na Índia, sob a gestão do embaixador André Aranha Corrêa do Lago, com a participação da compositora e pianista Bianca Gismonti e do percussionista Julio Falavigna. Os dois deram uma longa entrevista para o site de cultura indiana *Beco da Índia*, que tinha parceria com *TV BRICS* (2020). O site, que esteve ativo em 2020 e 2021, saiu do ar em 2022, mas os posts sobre suas matérias estão disponíveis nas suas páginas do Facebook[2] e do Instagram[3]. Vários artigos do *Beco da Índia* foram reproduzidos à época de seu funcionamento pelo website *Revista Intertelas*[4] e pelo jornal *The Indian Eye*[5], com sede em Nova York. A entrevista de Bianca e Júlio – brasileiros muito ligados a vários aspectos da cultura indiana, como a ioga – foi reproduzida em inglês no *The Indian Eye*, em janeiro de 2021 sob o título: "Projeto Sangham – onde a música brasileira e a

2 Facebook ID: becodaindia.

3 Usuário: @becodaindia.

4 Disponível em: <https://revistaintertelas.com/>.

5 Disponível em: <https://theindianeye.com/>.

indiana se encontram, se misturam e fluem no mesmo rio" (COSTA, 2021).

Nos últimos 15 anos, atrizes e modelos brasileiras começaram a participar de filmes de Bollywood – a maior indústria cinematográfica do mundo, sediada em Mumbai. Algumas se destacaram na mídia do país, como Giselli Monteiro, que surpreendeu a audiência como típica garota do Punjab no filme *Love Aaj Kal* (Esses Dias de Amor, em tradução livre), do cineasta Imtiaz Ali, no qual ela contracenou com os astros Saif Ali Khan e Deepika Padukone, como registrou o jornal *Hindustan Times* na matéria intitulada "*Brazil Storms Bollywood*" (SINGH, 2013).

Bollywood costuma filmar em outros países em suas grandes produções, mas apenas uma vez a indústria cinematográfica indiana escolheu o Brasil como cenário. Foi em 2006, com o filme *Dhoom 2*, estrelado por três dos mais populares atores da Índia à época: Aishwarya Rai (ex-Miss Mundo), Hrithik Roshan e Amitabh Bachchan. Os astros contracenaram nas ruas do Rio de Janeiro e no filme é possível ver imagens do Aterro do Flamengo, da praia de Copacabana e do centro do Rio, com o Teatro Municipal ao fundo. Encenações do carnaval misturado com capoeira dão o tempero brasileiro no filme. Na trama, Aishwarya Rai faz o papel de uma policial disfarçada de bandida para desbaratar uma gangue, mas se apaixona pelo líder da quadrilha, interpretado pelo galã Hrithik Roshan (COSTA, 2020).

A Índia no Brasil

A atração que a cultura indiana exerce no Brasil também é cada vez mais evidente e foi assunto de uma palestra organizada em 2019 pelo Centro de *Soft Power* da Fundação Índia, com sede em Chennai, capital do estado de Tamil Nadu, sob o título "Do *Soft Power* aos ganhos econômicos e políticos: o envolvimento da Índia com o Brasil e a região da América do Sul", na qual o jornalista indiano

Shobhan Saxena, – primeiro correspondente daquele país no Brasil e presidente da Associação dos Indianos de São Paulo –, destacou que a Índia desfruta de uma imagem forte e positiva no Brasil. O evento foi noticiado em português no *Beco da Índia* e reproduzido na *Revista Intertelas* (INTERTELAS, 2019).

O carnaval de rua do Brasil abriu as portas para Bollywood e suas músicas a partir de 2016, quando desfilou pela primeira vez o Bloco Bollywood, em São Paulo, tocando os principais sucessos musicais de filmes da Índia e levando algumas centenas de brasileiros e indianos que vivem na capital paulista, e até mesmo em outros estados, a cantar e dançar, acompanhando o carro de som. A novidade do carnaval indiano no coração financeiro do Brasil acabou sendo apelidada de *sambra* no segundo ano de desfile do Bloco Bollywood, em 2017, uma referência à mistura do samba com o *bhangra*, estilo de música e dança do Punjab, no norte da Índia. O neologismo foi adotado pelo website indiano *Scroll*, que publicou a matéria "*Bhangra in Brazil – At Carnival, São Paulo did the samba to the sounds of Punjab*" (SAXENA, 2017).

O Bloco, criado por Shobhan Saxena, jornalista indiano radicado no Brasil, e por mim, ganhou holofotes da mídia brasileira com jornais, sites e TVs cobrindo o carnaval da Índia no Brasil. Integrantes do Bloco Bollywood foram chamados a participar do programa *Encontro com Fátima Bernardes*, na *TV Globo*, onde ensinaram passos das danças indianas para a atriz Leandra Leal (GLOBOPLAY, 2017). O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou uma página inteira sobre os blocos de rua de São Paulo, destacando principalmente o Bollywood em matéria sob o título "De Emo a Bollywood, folia nas ruas tem opções para todo gosto" (DIÓGENES; PAES, 2018). O portal *UOL*, na sua coluna "Babel Paulistana", também noticiou a mistura indo-brasileira na folia paulistana (MANTOVANI, 2020).

No primeiro ano do desfile, o secretário de Cultura da cidade de São Paulo, Nabil Bonduki, divulgou em suas redes sociais: "Nosso Carnaval tem de tudo! Desfila agora pelas ruas do centro o Bollywood, o primeiro bloco de rua indiano que se tem notícia nas terras de Piratininga" (COSTA, 2016).

Em 2020, último desfile antes da pandemia da Covid-19, o Bloco Bollywood celebrou a figura indiana mais famosa no Brasil e no mundo: Mahatma Gandhi, dentro das comemorações de 150 anos de seu nascimento, com apoio do Consulado-Geral da Índia em São Paulo e do Centro Cultural Swami Vivekananda, que promove a cultura indiana no Brasil. O desfile foi uma oportunidade para se divulgar para os brasileiros o termo *ahimsa*, ou "não violência", como pregava o líder pacifista que liderou o processo de independência da Índia (COSTA, 2020).

No Bloco Bollywood, o experimento de fusão Índia-Brasil se revela promissor: músicas indianas, cantadas em hindi são acompanhadas pela Cherateria, a bateria dos estudantes de Física da Universidade de São Paulo (USP). Desde então, há mais e mais foliões brasileiros que se vestem com roupas indianas ou improvisam fantasias. Os que conhecem as músicas de Bollywood repetem os refrões das letras em hindi, a língua falada nos filmes de Bollywood.

Para o India Foundation Center for Soft Power, o crescimento orgânico do Bloco Bollywood demonstra o poder da música, dança e roupas indianas de atrair as pessoas, como consta no artigo *Cooperação cultural entre Índia e Brasil*, de 10 de abril de 2023, publicado no site Diplomacy Beyond (NATARAJAN, 2023).

A presença indiana no carnaval brasileiro ocorreu pela primeira vez em 1949, um ano após o Brasil reconhecer a Índia como país independente, o primeiro da América Latina a fazer isso. O bloco Filhos de Gandhy saiu pela primeira vez naquele ano pelas ruas de Salvador (Bahia), liderado por um grupo de trabalhadores e artistas

do qual participava o compositor e cantor Gilberto Gil. O bloco se inspirava nos ensinamentos de Gandhi, assassinado em janeiro de 1948.

A partir de 2016, a mídia indiana passou a noticiar o tempero indiano no carnaval brasileiro, e a palavra "bloco" se tornou mais conhecida no país asiático que antes só via cenas dos luxuosos desfiles no Sambódromo do Rio de Janeiro na TV e não conheciam estas festas populares improvisadas nas ruas de todo o Brasil. Sanya Jain escreveu no site da TV indiana *NDTV*, em 2 de março de 2017:

> Felicidade é o que você vai experimentar quando assistir estes vídeos de danças de Bollywood e *bhangra* no carnaval brasileiro. A fusão das duas diferentes culturas, com percussionistas brasileiros tocando samba e as pessoas dançando ao som de Nagada Sang Dhol [música de grande sucesso de um filme indiano], vale muito ser vista (JAIN, 2017).

Os blocos de carnaval do Brasil já entraram para o circuito de turismo e o Bollywood não passou despercebido pelos blogueiros de viagem estrangeiros. No site *Culture Trip*, um artigo sobre a festança brasileira, publicado em 23 de março de 2018, afirmava: "Um bom carnaval em São Paulo é uma experiência verdadeiramente inesquecível. Em que outro lugar você gastaria a sua manhã dançando bhangra ao lado de dançarinas de Bollywood?" (MARSHALL, 2018).

No primeiro desfile do Bloco Bollywood, a música que mais tocou foi, propositalmente, *Beedi Jalayi Le*, para que os foliões se lembrassem da novela *Caminho das Índias*, da TV Globo, um dos maiores sucessos da TV brasileira. A música, sucesso total na Índia, tocava na abertura da novela. *Beedi*, na verdade, é uma das principais músicas do filme *Omkara,* uma adaptação de *Othelo* de Shakespeare. A novela brasileira exibiu um drama romântico – recheado de estereótipos, exatamente como ocorre com os filmes

de Bollywood – que envolvia casamentos arranjados, castas e outros elementos da sociedade indiana. *Caminho das Índias*, que ganhou o prêmio de melhor telenovela no Emmy Internacional de 2009, foi o produto cultural que mais aproximou a sociedade brasileira da indiana. A novela fez a Índia entrar para o imaginário brasileiro e divulgou também frases e termos em hindi, como *Are Baba* ("poxa"), *Baguan Kelie* ("Meu Deus"), *Namastê* ("O Deus em mim saúda o Deus em você"), entre outros.

A edição dominical do *The Times of India*, o principal jornal em inglês do país, publicou, em 1º de março de 2009, matéria, assinada por Saira Kurup, descrevendo como uma novela brasileira com fórmula parecida às das novelas indianas (chamadas de *Saas-bahu*, ou conflitos sogra-nora) criou uma mania pela Índia na terra do samba (KURUP, 2009).

Quando Bollywood completou um século de existência, em 2013, a Universidade de São Paulo fez uma homenagem: a mostra *100 Anos do cinema indiano*, com exibições de filmes no CINUSP seguidos de palestras sobre as obras. A mostra foi promovida pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), com apoio do Centro Cultural Swami Vivekananda, sob a direção do Indian Council for Cultural Relations[6].

Um filme brasileiro de 2009 também trouxe Bollywood para o imaginário do brasileiro. A obra *Bollywood Dream: o sonho bollywoodiano* foi dirigida pela cineasta Beatriz Seigner, apaixonada pela cultura da Índia, principalmente por dança clássica que havia estudado quando adolescente. A trama do filme conta a trajetória de três amigas brasileiras que buscam uma oportunidade em Bollywood, mas até chegarem a Mumbai fazem uma viagem pela Índia (COSTA, 2020). Há vários grupos voluntários que se dedicam à tradução de legendas dos sucessos do cinema indiano, presentes nas redes sociais.

6 Disponível em: <https://www.iccr.gov.in/home>.

Outro item da cultura indiana que cativou os brasileiros foi o *Holi*, ou Festival da Primavera, no qual as pessoas jogam tintas em pó ou líquidas uns nos outros. O festival lembra bastante o carnaval de rua e entrou para o calendário de eventos no Brasil (RODRIGUES, 2015).

Há o *Holi* organizado por brasileiros, que parece mais uma *rave*, e o *Holi* tradicional, organizado pela comunidade indiana de São Paulo, representada pela Associação dos Indianos de São Paulo. Esse paralelismo cultural inspirou a publicação de um livro de fotos do *Holi* na Índia, tiradas por um fotógrafo brasileiro, Ailton Santos, e do Carnaval no Brasil, feitas pela fotógrafa indiana Natasha Hemarajani. O livro *The Aesthetics of Joy: Holi and Carnival*, lançado pela Embaixada do Brasil na Índia, em 2018, descreve os relatos dos dois profissionais sobre suas experiências nos países que não conheciam antes. O embaixador da época, Tovar da Silva Nunes, destacou, na introdução da obra, que as fotos revelam estranhamento e familiaridade ao mesmo tempo:

> São imagens que discutem não apenas o caráter festivo, musical e exuberante do *Holi* indiano e do Carnaval brasileiro, mas também o uso do espaço público, o papel da mulher, o espaço de fala e da repressão (NUNES, 2018, p. 10).

Natasha conta que não previa que iria se sentir tão à vontade no Brasil, o que aconteceu devido à familiaridade da arquitetura portuguesa, presente em Goa, e ao conceito de "sossegado", palavra da língua portuguesa conhecida na Índia desde os tempos da colonização de Portugal naquela região da Costa Oeste indiana. Sossegado, para ela, é um elemento comum entre o Brasil e a Índia costeira:

> O Brasil roubou meu coração. Durante as minhas viagens pelo país, conheci tanta gente maravilhosa e amigável, pessoas que me receberam em suas casas

> e partilharam suas vidas comigo, como se eu fizesse parte da sua comunidade. Até as favelas espalhadas pelas montanhas do Rio pareceram tão familiares quanto os *chawls* [cortiços] de Bombaim. Há uma grande semelhança na construção de áreas urbanas sem planejamento territorial em ambos os países (SANTOS; HEMARAJANI, 2018, p.18).

Natasha também observou como a música, principalmente com percussão, é elemento fundamental na cultura dos dois países:

> Adorei notar como a música do Carnaval é tão singularmente local e brasileira: samba, bossa nova, maracatu, frevo e outros estilos de tambores afro-brasileiros tipicamente nacionais. A coisa mais parecida a isso na Índia é o *dhol*, os tambores que acompanham festivais e celebrações nas ruas, tocando músicas rítmicas locais (SANTOS; HEMARAJANI, 2018, p. 24).

Ela destacou que percebeu os fortes laços familiares existentes no Brasil, aspecto central da sociedade indiana. Ailton sentiu também os paralelos entre as duas festividades: "O *Holi* traz a mesma sensação frenética do Carnaval, muita gente, muitas cores, e até a sensação de fragilidade e de medo em alguns momentos" (SANTOS; HEMARAJANI, 2018, p. 24).

A espiritualidade e as tradições religiosas indianas, além de práticas como ioga e meditação, são o aspecto mais forte da presença da cultura daquele país na sociedade brasileira, como destacou Roberto Rodolfo Georg Uebel no artigo *Cruzando Artha*: *a migração Índia-Brasil e as possibilidades de cooperação*, capítulo 1 do livro *Relações Brasil-Índia além dos 70 anos,* lançado em 2019 pela Fundação Alexandre de Gusmão:

> O aumento no número de simpatizantes de práticas espirituais e culturais indianas no Brasil está relacionado ao caráter assimilativo da sociedade brasileira em relação às culturas estrangeiras. Nas últimas três décadas, houve um auge de centros culturais, restaurantes e escolas de origem japonesa, chinesa, tailandesa, dentre outras no Brasil. Nesse contexto, os imigrantes indianos contribuíram para a disseminação da ioga e de negócios indianos, principalmente aqueles relacionados à imigração de profissionais da tecnologia. Fenômenos culturais como novelas, livros e cinema também contribuíram para o crescente interesse da sociedade brasileira na Índia e em suas práticas culturais, religiosas e espirituais (UEBEL, 2019, p. 43).

Ele observou ainda que:

> [...] projetos espirituais ganham cada vez mais simpatizantes na sociedade brasileira; e são precisamente os imigrantes indianos que lideram esta revolução espiritual e tecnológica no país. A troca de profissionais e praticantes de ioga e de medicina alternativa ganhou um novo ímpeto dentro do bloco BRICS (UEBEL, 2019 p. 43).

Glória Arieira, uma brasileira do Rio de Janeiro, professora de Filosofia Advaita Vedânta e de Sânscrito, e Lia Diskin, uma argentina que vive há anos no Brasil e divulga a filosofia de Mahatma Gandhi no que concerne à não violência, foram agraciadas, em 25 de janeiro de 2020, com a mais alta honraria do governo indiano. Lia Diskin, que estabeleceu em São Paulo o centro de estudos Palas Athena[7], foi quem traduziu e editou *Uma autobiografia: meus experimentos com*

7 Disponível em: <https://www.palasathena.org.br/>.

a verdade, de Mahatma Gandhi. Glória Arieira, que criou no Rio o Centro Vidya Mandir[8], já traduziu para o Português textos escritos em Sânscrito, como Bhagavagita e Upanishads (THE FEDERAL NEWS, 2020). Há inúmeras outras organizações espirituais indianas no Brasil, como o Centro Hare Krishna de Bhakti Yoga (ISKON), a Missão Ramakrishna e Brahma Kumaris.

Uma das tradições que a Índia tem procurado promover mais mundialmente é a da Medicina Aiurvédica, que também recebe forte acolhida dos brasileiros. O Sistema Único de Saúde (SUS) adotou, além da Aiurveda, a ioga e a meditação como práticas integrativas complementares em saúde (BRASIL, 2023).

Muito tem sido compartilhado entre Índia e Brasil no campo acadêmico, por iniciativas oficiais, como na USP e na Fundação Getulio Vargas, e até mesmo independentes. Um exemplo de iniciativa independente foi a criação, há alguns anos, do grupo de estudos BrInDARC (Brasil, Índia, Associação de Redes de Conhecimento). A I Jornada desta associação, que reuniu no Brasil estudiosos da Índia em todas as áreas de conhecimento, ocorreu em 2015 (INTERTELAS, 2021). A mais recente iniciativa oficial que busca aprimorar os laços acadêmicos entre os dois países foi a inauguração do *Corner* da Índia na USP, em 18 de agosto de 2022. O local é dedicado à divulgação da cultura indiana e apresenta informações sobre intercâmbios e pesquisa no país.

A Índia e a intelectualidade brasileira do século XX

As relações entre Brasil e Índia – na condição de colônias – vêm de longe: desde o século XVI. Mas foi em meados do século XX que alguns renomados integrantes da intelectualidade brasileira, como Gilberto Freyre e Cecília Meireles, passaram a propagar ideias e

8 Disponível em: <https://www.vidyamandir.org.br/>.

obras relacionadas a principalmente três figuras icônicas da história da Índia: Mahatma Gandhi; Rabindranath Tagore, o poeta bengalês agraciado com o prêmio Nobel de Literatura em 1913; e Sarojini Naidu, a poeta e a mais famosa mulher ativista da independência da Índia.

No livro *China tropical*, de Gilberto Freyre, o acadêmico Vamireh Chacon, professor emérito da Universidade de Brasília, escreve, na introdução da obra, que entre as leituras orientalistas de Freyre, as que ficaram mais marcadas na sua memória foram as de Tagore. Freire, segundo Chacon, "foi o primeiro cientista social e escritor do Brasil a sentir e estudar o Oriente" (CHACON, 2011, p. 12). Ele conheceu o pensamento do autor de *Gitanjali* (coletânea de poesias que deu a Tagore o Nobel) na década de 20, quando esteve na Universidade Columbia. O registro deste contato de Freire com Tagore, "eugênica figura de ancião aristocraticamente moreno" (CHACON, op. cit., p. 14), está na obra *Tempo morto e outros tempos* (1975).

Mas quem despertou em Freyre o interesse por Tagore e vontade de visitar a Índia, o que ele fez nos anos 50, foi Sarojini Naidu, cujos versos o intelectual brasileiro leu com apenas 19 anos de idade. Outra importante figura da independência da Índia que caiu no gosto de Freyre foi o sociólogo Radhakamal Mukerjee (1889-1968), por seu pensamento ecológico, também defendido desde 1937 pelo sociólogo brasileiro (CHACON, 2011, p. 16). Em sua palestra na Real Sociedade Asiática de Bombaim, Freyre afirmou que: "[...] muito tem o Brasil que aprender com os indianos" e "[...] alguma coisa poderia, talvez, a Índia – hoje igual ao Brasil em status político – assimilar dos brasileiros" (CHACON, 2011).

Mais famosa entre os brasileiros é a paixão que a Índia despertou na escritora Cecília Meireles, também grande admiradora de Gandhi, a quem dedicou vários poemas e artigos. Em 1948, ao saber de seu assassinato, Meireles escreveu *Elegia sobre a morte de Gandhi*.

O poema foi traduzido na Índia e acabou fazendo com que o então primeiro-ministro Jawaharlal Nehru a convidasse para visitar o país em 1953 (MEIRELES; SEFFRIN; NETO, 2014). A viagem foi produtiva e resultou em poemas, crônicas e ensaios sobre cada lugar que ela visitou na Índia e as pessoas que encontrou ou que admirava. No livro *Poemas escritos na Índia*, editado pela primeira vez em 1961, há um poema para Sarojini Naidu, um grande símbolo feminino que influenciou a obra da brasileira (REIS, 2022):

> Passei por aqui
> Como já não podes ver o que eu estou vendo
> Vejo por ti
> Sedas Vermelhas para Sarojini!
> Tudo quando amavas, tudo o que cantavas encontrei aqui
> Ouro, prata, véus, marfim, bogari
> Colares de flores para Sarojini!
> Lembrei-me de versos que um dia escreveste
> E que um dia li
> Lembrei-me de ti
> Cantai, pregoeiros, para Sarojini!
> Tudo é teu, aqui
> (Falo para aquele rouxinol da Índia que não conheci)
> Incensos, queimai-vos para Sarojini!
> Ao mundo que habitas, tão fora daqui
> Vão minhas saudades, pássaros da ausência
> Sonhando por ti.
> Brilhai, luzes de ouro, para Sarojini!
> (MEIRELES, 1961)

Na revista *Opiniães*, dos alunos de literatura brasileira da USP, Ana Amélia Batista dos Reis escreveu, em 2022, o artigo "Cecília Meireles e Sarojini Naidu: rouxinóis do Brasil e da Índia", no qual afirma que a obra de Cecília desloca-se do pensamento brasileiro, tão orientado pela tradição dos escritores europeus, e passa a dialogar "com um país que, assim como o Brasil, é marcado pela história colonial, o que pode contribuir para a reflexão sobre a própria realidade brasileira" (REIS, 2022).

Durante sua visita à Índia, Cecília Meireles recebeu o título de Doutora Honoris Causa pela Universidade de Nova Delhi. O Nobel de Literatura indiano também foi homenageado por Meireles em *Cançãozinha para Tagore*. O entusiasmo da escritora brasileira foi tamanho que ela chegou a organizar uma apresentação de uma peça de Tagore, em 1949, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro: *O carteiro do rei*.

No livro *Crônicas de viagem 3*, ela traça uma comparação entre Índia e Brasil ao destacar as paisagens que ela não conseguia esquecer por serem "tão parecidas com as do Brasil" (MEIRELES, 1999). Na página 229, há uma referência concreta desta similaridade observada pela poeta brasileira, quando ela se refere a uma larga avenida de Mumbai que contorna o Mar da Arábia: Marine Drive, o cartão postal da capital financeira da Índia. Para ela, a imensa curva de Marine Drive à beira-mar a transformava em uma versão indiana da Praia de Botafogo (RJ). A espiritualidade indiana a tocou de modo mais especial:

> Feliz a Índia, que tem dado ao mundo tantos valores espirituais, ainda que muitas vezes desconhecidos do Ocidente! Dois, pelo menos, se universalizaram: o do passado chamou-se Siddharta Gautama, e foi o Buddha; o do presente foi Mohandas Karamchand Gandhi; e não importa que ambos já tenham desaparecido,

> porque os sentimos e vemos na face e na alma deste povo (MEIRELES, 1999, p. 67).

Interessante é a conclusão de Cecília Meireles no livro *Crônicas de Viagem 2*:

> [...] é mais fácil entender-se o Oriente conhecendo-se o Brasil, cujos problemas são curiosamente semelhantes (luta pela afirmação de uma nacionalidade, urgência de adaptação às circunstâncias internacionais, aproveitamento das riquezas, contratempos raciais, consolidação da economia, planos de educação), salvo no que se refere às respectivas idades, e à data de sua independência (MEIRELES, 1999, p. 48).

A sensibilidade de Cecília toca em um ponto crucial, muito mais evidente hoje do que em sua época: o da possibilidade de uma compreensão mútua mais afinada entre duas sociedades que encaram desafios e realidades semelhantes. O olhar brasileiro sobre a Índia e o olhar indiano sobre o Brasil se cruzam e o diálogo torna-se muito mais fácil. As trocas culturais, esportivas e acadêmicas reverberam positivamente no terreno comercial e econômico. Todas essas iniciativas oficiais e não oficiais de aproximação mútua de atores da sociedade civil de ambos os países funcionam como vigas que fortalecem as pontes entre estes dois emergentes do Sul Global que dividem interesses mútuos em vários setores e buscam reforçar seu papel e sua voz no mundo.

Mesmo com todos os choques culturais, de ambos os lados, com sua longitude geográfica, com suas línguas tão diferentes e com suas tradições específicas, as similaridades – quando trabalhadas como instrumento de aproximação – encurtam distâncias. É o samba afinado com o *bhangra*. É a bateria de bloco tocando para os *dhols*. É o *Holi* provocando o carnaval de rua. É a capoeira jogando com o *kalaripayattu*. É o futebol roubando o coração dos amantes

do críquete. São os dramalhões de Bollywood contracenando com as novelas brasileiras. É Cecília dedicando poesias para Sarojini. São os Filhos de Gandhy cantando a *ahimsa*. É a ioga flexionando a alma brasileira. É o jeitinho piscando o olho para o *jugaad*.

REFERÊNCIAS

2023 World Population by Country. *World Population Review*, 2023. Disponível em: <https://worldpopulationreview.com/countries>. Acesso em: 9 maio 2023.

A Índia desfruta de uma imagem forte e positiva no Brasil. *Revista Intertelas,* 2019. Disponível em: <https://revistaintertelas.com/2019/10/08/a-india-desfruta-de-uma-imagem-forte-e-positiva-no-brasil/>. Acesso em: 15 maio 2023.

A rede brasileira BRICStreet lançou o projeto educacional "Beco da India". *TV BRICS*, 2020. Disponível em: <https://tvbrics.com/pt/news/a-rede-brasileira-bricstreet-lan-ou-o-projeto-educacional-beco-da-india-/>. Acesso em: 14 maio 2023.

ANUJA, Simone; PRABHU, Jaideep; RADJOU, Navi. *Jugaad Innovation:* a Frugal and Flexible Approach to Innovation for the 21st Century. San Francisco: Random House India, 2012.

ARE baba! Relembre as expressões de "Caminho das Índias". *Gshow*, 2015. Disponível em: <https://gshow.globo.com/tv/noticia/2015/07/relembre-expressoes-de-caminho-das-indias-are-baba.html>. Acesso em: 15 maio 2023.

ARGENTINA or Brazil? Football fans in India hedge their bets. *Aljazeera*, 2022. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/sports/2022/11/21/keralas-unique-love-for-world-cup>. Acesso em: 14 maio 2023.

BANERJI, Abigail. A Brazilian Twist in the Tale. *Hindustan Times,* 28 abr. 2022. Disponível em: <https://www.hindustantimes.com/lifestyle/art-culture/a-brazilian-twist-in-the-tale-101651121163204.html>. Acesso em: 22 maio 2023.

BRASIL. *Técnicas da medicina tradicional, como homeopatia, meditação e yoga podem ser encontradas no SUS,* 3 out. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2022/10/tecnicas-da-medicina-tradicional-como-homeopatia-meditacao-e-yoga-podem-ser-encontradas-no-sus>. Acesso em: 15 maio 2023.

BRASIL. *Início da presidência brasileira do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul – IBAS,* 3 mar. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/inicio-da-presidencia-brasileira-do-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas>. Acesso em: 9 maio 2023.

BRAZIL Storms Bollywood. *Hindus Time*, 2013. Disponível em: <https://www.hindustantimes.com/bollywood/brazil-storms-bollywood/story-2UuWNltboXrceiYLYVCtBM.html>. Acesso em: 14 maio 2023.

CFCI – Centre for Capoeira India. Disponível em: <https://www.capoeiraindia.in/about-centre-for-capoeira-india/>. Acesso em: 14 maio 2023.

CHACON, Vamireh. Introdução. In: FREYRE, Gilberto. *China tropical*. 2a ed. São Paulo: Global, 2011.

COSTA, Florência. A Índia é verde-amarela. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 jun. 2006, p. 10.

COSTA, Florência. *Os indianos*. São Paulo: Editora Contexto, 2012, p. 241.

COSTA, Florência. Indianos dançam "bhangra" na democracia carnavalesca paulistana. *Vermelho*, Brasília, 13 fev. 2016. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2016/02/13/indianos-dancam-bhangra-na-democracia-carnavalesca-paulistana/>. Acesso em: 15 maio 2023.

COSTA, Florencia. Como o Brasil apareceu nas telas de Bollywood? *Revista Intertelas*, 2020. Disponível em: <https://revistaintertelas.com/2020/02/14/como-o-brasil-apareceu-nas-telas-de-bollywood/>. Acesso em: 14 maio 2023.

COSTA, Florencia. Sangam Project: Where Brazilian and Indian music meet, mix and flow in the same river. *The Indian Eye*, 5 jan. 2021. Disponível em: https://theindianeye.com/2021/01/05/when-brazilian-and-indian-music-flow-in-the-same-river/. Acesso em: 14 maio 2023.

CULTURA indiana inspira bloco em São Paulo. *Globoplay*, 2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5676252/>. Acesso em: 15 maio 2023.

DA Índia para o Brasil: Conheça os Festivais Holi. *Projeto Pulso*, 2015. Disponível em: <https://projetopulso.com.br/da-india-para-o-brasil-conheca-os-festivais-holi/#.ZGJ4BXbMJPY>. Acesso em: 15 maio 2023.

DIÓGENES, Juliana; PAES, Marcela. De emo a Bollywood: folia nas ruas tem opções para todo gosto. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 fev. 2018. Disponível em: https://www.estadao.com.br/sao-paulo/de-emo-a-bollywood-folia-nas-ruas-tem-opcoes-para-todo-gosto/. Acesso em: 15 maio 2023.

FREYRE, Gilberto. *China tropical*. São Paulo: Global Editora, 2011.

GRUPO de estudos BrInDARC completa cinco anos e faz uma ponte acadêmica entre Brasil e Índia. *Revista Intertelas*, 2021. Disponível em: <https://revistaintertelas.com/2021/02/25/grupo-de-estudos-brindarc-completa-cinco-anos-e-faz-uma-ponte-academica-entre-brasil-e-india/>. Acesso em: 15 maio 2023.

ÍNDIA comemora o carnaval com Rei Momo, fantasias e desfile. *G1*, 2007. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1460482-5602,00-INDIA+COMEMORA+O+CARNAVAL+COM+REI+MOMO+FANTASIAS+E+DESFILE.html>. Acesso em: 15 maio 2023

INDIA honours 2 Brazilian women with Padma Shri. *The Federal News*, New Delhi, 26 jan. 2020. Disponível em: <https://thefederal.com/news/india-honours-2-brazilian-women-with-padma-shri/#>. Acesso em: 15 maio 2023.

IWL: Odisha FC Women signs Brazilian Cynthia for the upcoming Indian Women's League season. *The Hindu*, 2023. Disponível em: <https://sportstar.thehindu.com/football/odisha-fc-women-signs-brazil-footballer-cythia-for-indian-womens-league-iwl-2023/article66532113.ece>. Acesso em: 14 maio 2023.

JAIN, Sanya. Bollywood In Brazil: When Indians Took to the Carnival in Sao Paulo. *NDTV*, 2017. Disponível em: <https://www.ndtv.com/offbeat/bollywood-in-brazil-when-indians-took-to-the-carnival-in-sao-paulo-1665297>. Acesso em 15 maio 2023.

KURUP, Saira. Indian Soap Sizzles on Brazilian TV. The Times of India, 1 mar. 2009. Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/india/indian-soap-sizzles-on-brazilian-tv/articleshow/4206656.cms>. Acesso em: 26 jul. 2023.

MAIOR torcida do Brasil na Copa? Indianos fazem música oficial para apoiar a seleção. *Exame*, São Paulo, 5 dez. 2022. Disponível em: <https://exame.com/esporte/maior-torcida-do-brasil-na-copa-indianos-fazem-musica-oficial-para-apoiar-selecao-veja-o-clipe/>. Acesso em: 9 maio 2023.

MANTOVANI, Flávia. Bloco Bollywood mistura samba com cultura indiana no Carnaval de rua de SP. Folha de S. Paulo, 15 fev. 2020. Disponível em: <https://babelpaulistana.blogfolha.uol.com.br/2020/02/15/bloco-bollywood-mistura-samba-com-cultura-indiana-no-carnaval-de-rua-de-sp/>. Acesso em: 26 jul. 2023.

MARSHALL, Euan. The Ultimate Guide to São Paulo's Carnival. *Culture Trip*, 23 mar. 2018. Disponível em: <https://theculturetrip.com/south-america/brazil/articles/ultimate-guide-sao-paulos-carnival/>. Acesso em: 26 jul. 2023.

MATTOO, Shashank. Members Keen to Revitalize India-Brazil-SA Forum. *Mint*, 17 abr. 2023. Disponível em: <https://www.livemint.com/news/world/india-brazil-and-south-africa-to-revive-dormant-ibsa-forum-increase-diplomatic-focus-ibsa-diplomacy-brics-emerg ingeconomies-11681753095941.html>. Acesso em: 26 jul. 2023.

MEIRELES, Cecília. *Poemas escritos na Índia*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1961.

MEIRELES, Cecília. *Crônicas de viagem*, v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

MEIRELES, Cecília. *Crônicas de viagem*, v. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

MEIRELES, Cecília; NETO, Afonso Henrique; SEFFRIN, André. *Poemas escritos na Índia*, 2014, p. 12. São Paulo: Global Editora.

MEMBERS keen to revitaliza India-Brazil-AS forum. *Mint*, 2023. Disponível em: <https://www.livemint.com/news/world/india-brazil-and-south-africa-to-revive-dormant-ibsa-forum-increase-diplomatic-focus-ibsa-diplomacy-brics-emergingeconomies-11681753095941.html>. Acesso em: 15 maio 2023

NATARAJAN, Priyadarshini. Cultural Cooperation between India and Brazil. *Diplomacy and Beyond*. Noida, 10 abr. 2023. Disponível em: <https://diplomacybeyond.com/cultural-cooperation-between-india-and-brazil/>. Acesso em: 15 maio 2023.

NAYAK, Rayak. Samba troupe to spice up Goa Carnival. *The Indian Express*, 2 fev. 2008. Disponível em: <http://archive.indianexpress.com/news/samba-troupe-to-spice-up-goa-carnival/268131/>. Acesso em: 10 maio 2023.

REIS, Ana Amélia Neubern dos. Cecília Meireles e Sarojini Naidu: rouxinóis do Brasil e da Índia. *Opiniães,* São Paulo, 7 jul. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-8133.opiniaes.2022.197433>. Acesso em: 15 maio 2023.

SANGAM Project: Where Brazilian and Indian music meet, mix and flow in the same river. *The Indian Eye*, 5 Jan. 2021. Disponível em: <https://theindianeye.com/2021/01/05/when-brazilian-and-indian-music-flow-in-the-same-river/>. Acesso em: 14 maio 2023.

SANTOS, A. e HEMARAJANI, N. *The Aesthetics of Joy*: Holi and Carnival. Mumbai, Embaixada do Brasil na Índia, 2018.

SAXENA, Shobhan. Bhangra in Brazil: At Carnival, Sao Paulo did the samba to the sounds of Punjab. *Scroll.in*, 1º maio 2017. Disponível em: <https://scroll.in/magazine/830636/bhangra-in-brazil-at-carnival-sao-paulo-did-the-samba-to-the-sounds-of-punjab>. Acesso em: 15 maio 2023.

SHANKAR, Priyjanka. Why Indians love World Cup football, even without India in it. *Al Jazeera,* 16 dez. 2022. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2022/12/16/why-indians-remain-ardent-football-fans>. Acesso em: 26 jul. 2023.

SINGH, Prashant. Brazil Storms Bollywood. *Hindustan Times*, 12 ago. 2013. Disponível em: <https://www.hindustantimes.com/bollywood/brazil-storms-bollywood/story-2UuWNltboXrceiYLYVCtBM.html>. Acesso em: 26 jul. 2023.

THE Ultimate Guide to São Paulo's Carnival. *Culture Trip*, 2018. Disponível em: <https://theculturetrip.com/south-america/brazil/articles/ultimate-guide-sao-paulos-carnival/>. Acesso em: 15 maio 2023.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. Cruzando Artha: a migração Índia-Brasil e as possibilidades de cooperação. In: Relações Brasil-Índia além dos 70 anos. Brasília: FUNAG, 2019.

UMA repórter do Globo na Índia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 jun. 2006.

UNITED NATIONS. *UN DESA Policy Brief No. 153: India overtakes China as the world's most populous country*, 2023. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/dpad/publication/un-desa-policy-brief-no-153-india-overtakes-china-as-the-worlds-most-populous-country/>. Acesso em: 9 maio 2023.

RELAÇÕES BRASIL-ÍNDIA: ANTECEDENTES E PERSPECTIVAS DA DESCOBERTA DO OUTRO

Erik Herejk Ribeiro[1] e Maíra Baé Baladão Vieira[2]

Introdução

Quando observamos o panorama das relações exteriores de Brasil e Índia, é difícil encontrar uma parceria bilateral com tantas potencialidades a serem descobertas e exploradas. Em um mundo cada vez mais caótico e desequilibrado, as duas potências emergentes têm sido forças positivas em direção à construção de uma ordem multipolar e à cooperação internacional para o desenvolvimento. Por isso, chama a atenção que, apesar dos avanços exponenciais da globalização e da transformação tecnológica, Brasil e Índia ainda sejam relativamente estranhos e exóticos um ao outro.

O objetivo deste estudo é lançar luz sobre marcos históricos e contemporâneos nas relações Brasil-Índia, ao mesmo tempo em que fornecemos a nossa visão sobre caminhos a serem trilhados nos próximos anos. O professor Varun Sahni (2015) destaca que ambos consideram-se como os países do futuro, destinados ao protagonismo internacional e à superação de suas dificuldades

---

1 Pesquisador Sênior do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE) e Pesquisador Associado do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT). Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador Visitante no Institute for Defence Studies and Analyses (IDSA) em Nova Delhi (Índia) 2017.

2 Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS (2012) e mestre em Relações Internacionais pela UFRGS (2007), possui especialização em Projetos Sociais e Culturais pela UFRGS (2004) e graduação em Comércio Exterior pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2000). Atualmente é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul e Pesquisadora Associada do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT/UFRGS).

socioeconômicas. No caminho para a grandeza, Brasil e Índia encontram similaridades em suas singularidades: grandes populações e territórios, ampla diversidade cultural, étnica e ambiental e sistemas políticos democráticos e federais. Os dois enxergam um ao outro como pontes para a construção de relações com suas vizinhanças, seja a Índia na América Latina ou o Brasil na Ásia.

Durante a Guerra Fria, Brasil e Índia tiveram poucos pontos de convergência para além da diplomacia terceiro-mundista, onde a liderança indiana teve lugar de destaque e a participação brasileira era inconstante. Após o fim da Guerra Fria, a parceria indo-brasileira alcança nova sintonia na participação em fóruns multilaterais e abre espaço para um relacionamento bilateral mais sólido. A coordenação política trouxe grandes marcos na construção de uma nova ordem internacional, marcada pela criação do Fórum de Diálogo IBAS (Índia--Brasil-África do Sul) em 2003 e pelo grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) na esteira da Crise de 2008. Atualmente, para além dos ganhos diplomáticos e econômicos imediatos, as elites políticas no Brasil e na Índia também veem oportunidades para elevar a Cooperação Sul-Sul e trocar conhecimentos e *know-how* complementares em vários setores.

O aprofundamento da parceria Brasil-Índia significa muito mais do que unir seu poder de barganha diplomática frente às Grandes Potências. É impulsionar mutuamente o destino de grandeza de duas potências emergentes que almejam um mundo multipolar, onde a desigualdade de poder econômico e militar seja substituída pela cooperação, pela promoção do desenvolvimento e pela ciência e tecnologia em prol da humanidade. Em última instância, as relações Brasil-Índia são parte de um esforço para reverter a atual tendência de polarização do Sistema Internacional, de modo que o Sul Global não tenha mais a sua voz silenciada como fora no período da Guerra Fria.

O capítulo segue com três seções de desenvolvimento e a conclusão. Na primeira seção, temos um breve histórico das interações bilaterais entre Brasil e Índia desde o período colonial português até a década de 1990, quando surgem as primeiras iniciativas de uma parceria bilateral abrangente. A segunda seção traz a fase da descoberta mútua entre os dois países entre 2000 e 2018, com a estruturação do diálogo diplomático e a evolução inconstante das relações econômicas e de Cooperação Sul-Sul. A terceira seção analisa a agenda atual da parceria estratégica Brasil-Índia e perspectivas de avanço. Por fim, concluímos com um balanço geral do estudo e possíveis cenários internacionais que podem impactar as relações bilaterais.

Trilhas percorridas

A viagem de Pedro Álvares Cabral tinha como objetivo principal a afirmação de Portugal na Índia e, secundariamente, o descobrimento do Brasil[3]. Após essa viagem, Brasil e Índia estabeleceram contato comercial regular. Os navios da "Carreira da Índia" saíam de Goa, porto indiano, e as naus indianas também aportavam no Brasil para comercializar ilegalmente com os colonos. As relações entre os dois países foram institucionalizadas por contrabandistas, pois os colonos portugueses preferiam adquirir produtos diretamente do oriente, em vez de esperar pelo trânsito obrigatório pelo reino e pela "Casa da Índia" em Portugal.

Apesar das adversidades e das multas aplicadas aos infratores, o comércio direto entre Brasil e Índia floresceu durante o período colonial. O contrabando era tão frequente e abundante que a coroa portuguesa restringiu a descarga de navios do Oriente no Brasil apenas para casos de extrema necessidade. Esses navios também transportavam tabaco baiano ilegalmente para o mercado oriental,

3 Seção baseada em VIEIRA (2009).

recebendo caixas de açúcar como pagamento do frete. A troca de plantas e animais úteis era comum entre os dois países tropicais, como a introdução da mandioca e do caju na Índia, e o coco e as mangas sendo levados para o Brasil.

As experiências coloniais de Brasil e Índia foram contrastantes. Enquanto a Índia vivenciou uma aproximação modesta com comerciantes recém-chegados em uma civilização sofisticada, o Brasil estabeleceu as capitanias hereditárias e exerceu pleno poder colonial. Além disso, as condições geopolíticas também diferiram. Enquanto a Índia se tornou uma possessão britânica no século XVII, o Brasil se tornou uma economia primário-exportadora dependente do capitalismo industrial inglês quando a família real portuguesa chegou ao país em 1808. Após o início conturbado, as relações comerciais entre as colônias foram aceitas pela Coroa Portuguesa, diminuindo após a independência brasileira.

A independência indiana possibilitou a retomada das relações bilaterais entre Brasil e Índia. As relações bilaterais oficiais entre Brasil e Índia tiveram início em 1947, quando o embaixador indiano Minoo Masani apresentou suas credenciais ao presidente Getúlio Vargas no Rio de Janeiro. A Índia estabeleceu sua primeira embaixada na América Latina no Brasil em 1948. Em 1968, a primeira-ministra indiana Indira Gandhi visitou o Brasil, fortalecendo os laços entre os dois países. No entanto, algumas questões afetaram negativamente as relações bilaterais. Após a independência indiana, a Índia buscou Portugal para discutir a questão de Goa, Damão e Diu, mas o Brasil apoiou a posição portuguesa na época.

Nas décadas que se seguiram, os dois países viveram intensa relação no Movimento dos Não Alinhados, capitaneado pela Índia e frequentado pelo Brasil, que se configurava como observador assíduo. O terceiro-mundismo, que ocupou de forma indelével a agenda política, não impactou de forma relevante a agenda econômica, o que

contribuiu para que Brasil e Índia mantivessem o distanciamento que caracterizou suas percepções por um longo tempo.

O ano de 1991 marcou um ponto de virada para a Índia em termos de sua inserção internacional. Com o lançamento da *New Economic Policy*, um pacote radical de reformas macroeconômicas, a Índia buscou uma integração competitiva no mercado global. Essa mudança foi motivada tanto pela nova dinâmica do sistema internacional quanto pelos problemas macroeconômicos enfrentados pelo país. Nesse contexto, a Índia passou a demonstrar interesse no Brasil como parte de sua estratégia global. A Índia adotou uma abordagem globalista, ampliando suas relações internacionais e buscando diversificar seu comércio exterior.

As reformas econômicas implementadas a partir de 1991 resultaram em um aumento significativo do comércio exterior indiano. As relações comerciais entre a Índia e o Brasil foram influenciadas por mudanças no fluxo comercial indiano após o desmantelamento da União Soviética. A Índia diversificou seus parceiros comerciais, diminuindo sua dependência da União Europeia e aumentando suas exportações para os países do Oriente Médio e do Leste Asiático.

A aproximação entre a Índia e o Brasil foi impulsionada pelo interesse indiano em encontrar novos mercados e superar a perda do espaço comercial anteriormente ocupado pelos países do bloco soviético. Neste contexto, o Brasil se destacou como parceiro comercial mais importante na América Latina, e iniciativas de cooperação e intercâmbio foram estabelecidas entre os dois países.

A partir de 1996 houve um aumento significativo na aproximação bilateral, com a Índia buscando se envolver mais com a América Latina e o Brasil tentando responder a essa iniciativa. Nesse ano, a visita do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) à Índia foi considerada um marco importante nessa fase. A viagem de FHC marcou o início de uma nova dinâmica nas relações, com o Brasil

buscando diversificar e intensificar a cooperação em várias áreas. O governo indiano demonstrou um forte interesse em aumentar o comércio bilateral com o Brasil e a América Latina. A abertura do Consulado indiano em São Paulo foi um dos primeiros passos para promover o relacionamento comercial. A Índia concentrou esforços na região como parte de sua estratégia de diversificação econômica e redução do impacto do fim da Guerra Fria. O Brasil era considerado o país mais atraente na América Latina para os dirigentes indianos, e ambos os países foram selecionados para receber atenção especial nas relações comerciais.

As trocas comerciais entre a Índia e a América Latina aumentaram significativamente, principalmente devido aos esforços conjuntos do governo e do empresariado indiano. A Índia mostrou um dinamismo crescente no comércio exterior, e a perspectiva era de um aumento ainda maior nas exportações para o Brasil e a América Latina, impulsionado pelas reformas econômicas em curso na Índia. O comércio bilateral entre a Índia e o Brasil ganhou relevância, e a Índia estava se tornando um mercado significativo para o Brasil.

Trajetórias da contemporaneidade (2000-2018)

Ao analisarmos as relações contemporâneas entre Brasil e Índia, percorremos também o caminho da ascensão do Sul Global no Século XXI, liderado por vibrantes potências emergentes. O retorno brasileiro às bases universalistas de sua política externa foi ao encontro do princípio indiano de autonomia estratégica e da nova concepção de "multialinhamento", posicionando a Índia como um ator global.

O interesse comum na construção de uma ordem multipolar somou-se aos esforços brasileiros em beneficiar-se da rápida ascensão do continente asiático, enquanto a Índia enxergou o Brasil como ponte para o aprofundamento de suas relações com a América Latina. Ambos também partilharam a visão de transformação do

continente africano por meio da cooperação trilateral. O desejo e a capacidade de realizar mudanças estruturais foram o primeiro ponto de encontro entre os dois países, dando origem à construção do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), em 2003, e posteriormente ao grupo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), consolidado na esteira da Crise Global de 2008.

Indo além de uma concertação de interesses políticos, Brasil e Índia descobriram-se importantes parceiros para o desenvolvimento, aprofundando suas relações comerciais e de investimento e estabelecendo um novo arcabouço de acordos para a cooperação científica e tecnológica. Esse processo, no entanto, teve a difícil tarefa de superar a distância geográfica, histórica e psicológica entre os dois países.

O período de 2000 a 2018, analisado nesta seção, compreende quatro presidências brasileiras e três governos indianos, além da Crise Global de 2008 e da crise política no Brasil a partir de 2015. É natural que mudanças de prioridades influenciem os rumos das relações bilaterais, que evoluíram de forma gradual e intermitente. Não obstante, o progresso é notável quando consideramos a tenuidade histórica dos laços indo-brasileiros e o crescimento da cooperação, impulsionada de forma consciente por elites de ambos os espectros políticos, sejam progressistas, liberais ou conservadores.

A década de 2000 foi uma fase de *descoberta do outro*, facilitada pelas iniciativas do alto escalão nos dois países: entre 2003 e 2012, houve mais visitas de chefes de Estado e de governo (além de ministros e delegações empresariais) do que em toda a história das relações bilaterais. Esses esforços foram simbolizados pela criação da Comissão Mista Brasil-Índia de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural (2002) e pelo estabelecimento de uma parceria estratégica em 2006 entre o presidente Luiz Inácio

Lula da Silva (2003-2010) e o primeiro-ministro Manmohan Singh (2004-2014).

A concepção de parceria estratégica para o Brasil e a Índia tem dois níveis de análise complementares. No âmbito estrutural, seus valores compartilhados abrangem uma ordem política e econômica menos desigual entre Norte e Sul, a promoção da democracia e a solidariedade na superação do subdesenvolvimento. Na esfera bilateral, a parceria estratégica aponta para a construção de relacionamentos de longo prazo, com relevância global e grande abrangência nas áreas cultural, econômica, social, técnico-científica e de defesa e segurança.

Neste período inicial, dois eixos complementares guiaram as relações indo-brasileiras: a cooperação trilateral via Fórum IBAS e a construção de uma agenda bilateral permanente. No âmbito do IBAS, 16 grupos de trabalho intergovernamentais[4] e seis fóruns da sociedade civil foram criados para identificar desafios e propor soluções em diferentes áreas. A agenda trilateral também se apoiou num arcabouço institucional incipiente (acordos de cooperação) e em encontros ministeriais e de chefes de Estado. A lógica do Fórum, além de propiciar maior poder de barganha frente às potências tradicionais, foi promover a socialização entre países até então distantes psicologicamente. Contudo, a emergência do BRICS e a inclusão da África do Sul no grupo em 2011 relegaram o Fórum IBAS a uma posição secundária (STUENKEL, 2014).

Na agenda bilateral Brasil-Índia, foram identificadas áreas de complementaridade econômica e tecnológica que começaram a receber maior atenção, particularmente em setores sensíveis para ambos os governos, como o energético e o aeroespacial. Podemos citar, como exemplos, investimentos da Oil and Natural Gas

4 Os grupos de trabalho dividem-se nas seguintes áreas: Agricultura, Ciência e Tecnologia, Sociedade da Informação, Saúde, Energia, Transporte (aviação civil e navegação), Cultura, Defesa, Educação, Comércio e Investimentos, Administração Pública, Assentamentos Humanos, Meio Ambiente, Administração Tarifária e Aduaneira, Desenvolvimento Social e Turismo.

Corporation (ONGC) em dois campos do Pré-Sal brasileiro em 2006 e 2007, a cooperação para a venda e transferência de tecnologia do etanol brasileiro para a Índia[5] e a venda de cinco aviões executivos Legacy pela Embraer à Força Aérea Indiana. No setor siderúrgico e automotivo, cabe destacar *joint ventures* realizadas pela Gerdau-Kalyani e pela Marcopolo-Tata em fábricas localizadas na Índia.

No âmbito espacial, a cooperação bilateral iniciou-se com o memorando de entendimento entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Indian Space Research Organisation (ISRO) em 2002 e pelo Acordo Quadro sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior (2004). O resultado imediato do Acordo foi o compartilhamento de informações geoespaciais de satélites indianos ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), auxiliando no monitoramento do desmatamento e de queimadas em território brasileiro (VIANA JÚNIOR, 2017, p. 122).

A cooperação bilateral em defesa e segurança rapidamente tornou-se uma área importante para a parceria estratégica. Brasil e Índia assinaram, em 2003, o Acordo de Cooperação em Assuntos de Defesa, em vigência desde 2006. Já em 2007, foi estabelecido o Mecanismo de Diálogo Estratégico, um encontro informal entre o ministro das Relações Exteriores do Brasil e o National Security Advisor (NSA) da Índia. A proposta inicial foi intensificar os contatos entre o alto escalão político e das forças armadas dos dois países, além de prospectar oportunidades de desenvolvimento conjunto de tecnologias no âmbito da indústria de defesa. Em 2007, a Índia criou o posto de adidância de defesa (Defence Wing) na Embaixada em Brasília, reciprocado pelo Brasil na Embaixada em Nova Delhi em 2009, consolidando a ideia de priorização da parceria. Ainda cabe mencionar os exercícios navais trilaterais IBSAMAR, realizados

5 O acordo vigente neste sentido é o Memorando de Entendimento referente à Cooperação Tecnológica na Área de Mistura de Etanol em Combustíveis para Transportes, assinado em 2002.

bianualmente com o objetivo de ampliar a interoperabilidade das marinhas dos países do IBAS (VIANA JÚNIOR, 2017, p. 125).

As relações comerciais deram um salto quantitativo entre 2000 e 2010, partindo de apenas US$ 271 milhões para US$ 4,2 bilhões[6] (NEVES JÚNIOR, 2011, p. 110). Contudo, a pauta comercial esteve bastante concentrada em itens primários. Do lado das exportações brasileiras, entre 2001 e 2009, destacaram-se o óleo de soja (15%), minérios (14%), petróleo (14%) e açúcar (13%). No caso das exportações indianas para o Brasil, os principais produtos foram o óleo diesel (46%), químicos orgânicos (9%) e produtos farmacêuticos (6%) (PINHEIRO; VIEIRA, 2013, p. 54).

O período de 2011 a 2018 foi marcado por turbulências políticas e transição de poder nos dois países. Do lado brasileiro, houve uma retração da política externa durante o governo Dilma Rousseff (CORNETET, 2014), particularmente durante a crise de 2015-2016. Na Índia, houve a vitória de Narendra Modi, do Partido Bharatiya Janata (BJP), encerrando um período de 10 anos do governo Singh sob o Congresso Nacional Indiano.

A turbulência no Brasil e em seu entorno estratégico somou-se à queda no preço das *commodities*, reduzindo a margem de manobra do governo Dilma. Ainda assim, a Presidenta realizou duas visitas de Estado à Índia (2012 e 2014, a última em função da Cúpula do BRICS), assinando acordos bilaterais nas áreas de educação, cooperação científica, meio ambiente, intercâmbio cultural, sensoriamento remoto, entre outros. No entanto, praticamente não houve avanços concretos neste período.

6 Cabe ressaltar que as relações econômicas Brasil-Índia beneficiam-se também do Acordo Preferencial de Comércio Mercosul-Índia, assinado em 2004 e em vigor desde 2009. O acordo comercial foi fruto da iniciativa brasileira em aproximar seu bloco econômico ao IBAS. No ano de 2004, também foi assinado o Acordo Mercosul-SACU, compreendendo a União Aduaneira da África Austral, liderada pela África do Sul.

A Índia, por sua vez, lançou uma política externa assertiva: ainda em 2014, o primeiro-ministro Narendra Modi estabeleceu claramente sua prioridade em estreitar laços com a América Latina, colocando o Brasil em posição privilegiada (DESAI, 2015). O interesse renovado teve como pano de fundo a busca da Índia por fontes alternativas de matérias-primas e ampliação de mercados para seus produtos de maior valor agregado. Além disso, há o interesse em reduzir a dependência energética em relação à Ásia Ocidental (VAZQUEZ, 2019, p. 29).

Esta iniciativa só encontraria respaldo a partir do governo Michel Temer (2016-2018), em meio a relativo constrangimento nas relações com parceiros tradicionais. A política externa de Temer concentrou-se na agenda econômica, visualizando a Índia como interlocutor importante para a articulação internacional do país em meio às tensões da China e da Rússia com o Ocidente. Durante a Cúpula do BRICS em Goa (2016), Temer e Modi reafirmaram o interesse em elevar a parceria estratégica a um novo patamar. Quatro acordos bilaterais foram firmados (ÍNDIA, 2016): dois deles no setor agrícola, voltados à cooperação técnica em biotecnologia e gado bovino; o terceiro sobre regulação de produtos farmacêuticos; e o quarto sobre facilitação de investimentos, fornecendo maior segurança jurídica às partes[7]. Notavelmente, este foi o primeiro acordo de investimentos feito entre o Brasil e um país da Ásia.

Do ponto de vista econômico, o comércio bilateral atingiu o pico histórico de US$ 11,4 bilhões em 2014, flutuando abaixo dos US$ 8 bilhões entre 2015 e 2018 (BRASIL, 2023). Além da queda dos preços das *commodities*, a retração comercial brasileira foi marcante neste período. Na contramão dessa queda, alguns setores em ambos os países ampliaram sua contribuição para o crescimento do comércio

7 Segundo dados fornecidos pelo governo brasileiro, o Acordo sobre Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) foi assinado em 2020, durante visita do então presidente Jair Bolsonaro à Índia (BRASIL, 2020).

Brasil-Índia. No lado brasileiro, tiveram variação positiva: o óleo de soja, o açúcar, químicos básicos, leguminosas, madeira e outros produtos agrícolas. Nas exportações indianas, as principais categorias passaram a ser dominadas por bens industriais: Pesticidas e produtos agroquímicos (15,6%), químicos básicos (13,6%), farmacêuticos (11,6%), partes e acessórios de veículos motorizados (8,3%) e filamentos sintéticos (7,2%) (BAUMANN et al., 2021, p. 12).

No campo dos investimentos, estima-se que o estoque de capital indiano no Brasil ultrapassou a marca de US$ 6 bilhões até 2018, enquanto o capital brasileiro na Índia chegou a US$ 1 bilhão. Os investimentos indianos concentram-se nos setores de energia, tecnologia da informação, engenharia, farmacêuticos, mineração, automóveis e agronegócio[8]. Do lado das empresas brasileiras, os investimentos na Índia estão nos setores de automóveis, motores, tecnologia da informação, mineração, calçados, etanol e equipamento hospitalar[9] (ÍNDIA, 2022).

Nas esferas cultural e social, percebeu-se grande curiosidade mútua e o início de fluxos migratórios mais consistentes entre os dois países. Na área governamental, acordos de cooperação em turismo (2004), educação (2006), ciência e tecnologia (2006), Programa Ciência sem Fronteiras (2012) e migrações (2014) foram celebrados bilateralmente, entre outros. A estimativa de Uebel (2019) aponta que, naquela época, havia cerca de 5.000 brasileiros residindo na Índia e 19.000 famílias indianas residindo no Brasil. Os imigrantes brasileiros destacaram-se pelas atividades de ensino da língua portuguesa e trabalho em ONGs e empresas de tecnologia. Além

8 Como principal case temos a atuação do Sterlite Group, vencedor de vários leilões de transmissão de energia em estados brasileiros. Outros exemplos são a Tata Consultancy Services, Tata Motors, TVS Motor Company, Infosys, Wipro, UPL India, Glenmark, Zydus Cadila, Sun Pharma, Dr. Reddy's Laboratories, Pidilite e NMDC Limited, além da ONGC Videsh Limited

9 Segundo o Consulado Geral da Índia, alguns exemplos de empresas brasileiras atuando na Índia são: Marcopolo, Vale do Rio Doce, Stefanini, Gerdau, WEG, Compsis, Dedini, Kunz, Perto e Fanem. Em 2020, a Marcopolo vendeu a sua participação na *joint venture* com a Tata Motors.

disso, há um fluxo crescente de visitantes em ambas as direções vinculados à espiritualidade e à prática do Yoga. A partir de 2010, o principal motivador para o estabelecimento de imigrantes indianos no Brasil tem sido a proliferação de investimentos e parcerias em *startups* e *fintechs* no setor de tecnologia da informação (UEBEL, 2019).

Caminhos para a cooperação indo-brasileira

Nos últimos anos, as perspectivas para as relações Brasil-Índia ganharam novo ímpeto durante o governo Jair Bolsonaro (2019--2022). O alinhamento automático aos Estados Unidos de Donald Trump e a países governados por elites conservadoras teve efeitos deletérios ao universalismo brasileiro, particularmente na esfera multilateral e nas relações com países sul-americanos e europeus. Por outro lado, a ideologia e a falta de alternativas de cooperação internacional colocaram a política externa brasileira em posição favorável para reavivar laços com países asiáticos como Índia, Japão, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos.

O casamento ideológico concedeu a liberdade necessária para a diplomacia brasileira operar uma nova fase das relações com a Índia. Em janeiro de 2020, Bolsonaro foi convidado de honra durante a cerimônia do Dia da República da Índia. A delegação brasileira contou com a presença de oito ministros de governo e dezenas de empresários corporativos e de *startups*.

Durante a visita, foi lançado o Plano de Ação para Fortalecer a Parceria Estratégica Brasil-Índia (BRASIL, 2020), que estabelece seis temas prioritários com grupos de trabalho e metas de curto e médio prazo. As áreas escolhidas pelo Plano de Ação de 2020 são: a) Coordenação político-estratégica; b) Comércio, Investimentos, Agricultura, Aviação Civil e Energia; c) Ciência, Tecnologia e Inovação, Cooperação Espacial, Meio Ambiente e Cooperação Técnica, Saúde;

d) Defesa e Segurança; e) Cultura e Educação; f) Temas Consulares, Previdência social e Cooperação jurídica. A visita de Bolsonaro ainda contou com a assinatura de outros 14 acordos bilaterais no âmbito das áreas temáticas[10].

Do ponto de vista econômico, a pandemia da Covid-19 e a Guerra da Ucrânia foram fatores importantes para o desvio de comércio positivo entre Brasil e Índia. Alguns exemplos que merecem menção são o envio de dois milhões de doses da vacina AstraZeneca pela Índia em janeiro de 2021 e a reinserção das exportações de petróleo e do óleo de soja brasileiro por conta da Guerra. O comércio bilateral, que representou cifras pouco expressivas em 2019 (US$ 7,3 bilhões) e 2020 (US$ 7,1 bilhões), chegou às marcas históricas de US$ 11,5 bilhões em 2021 e 15,2 bilhões em 2022. Como resultado da corrente em 2022, a Índia tornou-se o quinto parceiro comercial do Brasil pela primeira vez na história, estando apenas atrás de China, Estados Unidos, Argentina e Alemanha (BRASIL, 2023). Em termos de investimentos externos, o Brasil pouco avançou nos últimos anos, enquanto estima-se que a Índia tenha aumentado seu estoque em território brasileiro para US$ 8 bilhões até o final de 2022, gerando cerca de 25 a 30 mil empregos (VAZQUEZ, 2022).

A despeito desses fatores conjunturais positivos, grande parte dos desafios para as relações Brasil-Índia se mantém. Não há clareza nos objetivos estratégicos de ambas as partes para guiar a parceria bilateral, fator que encontra eco nas barreiras psicológicas dos seus respectivos setores empresariais. Neste sentido, cabe aos governos Lula e Modi direcionar esforços para áreas específicas de grande potencial, criando *cases* de sucesso com o objetivo de impulsionar uma mudança geral de percepção entre as sociedades.

A seguir, apresentamos a nossa perspectiva sobre setores e projetos com potencial multiplicador para as relações Brasil-Índia

10 A lista de acordos está disponível em BRASIL (2020).

que poderiam auxiliar nessa jornada de aproximação. Nosso objetivo não é criar uma lista exaustiva ou um plano estratégico de ação, mas fornecer caminhos para o pragmatismo em favor do desenvolvimento, da soberania e com base na cooperação ganha-ganha.

Abordamos os setores de energia renovável e nuclear, tecnologia espacial, defesa, agricultura e biotecnologia. Nossa escolha setorial baseia-se em duas abordagens complementares: a) a busca por autonomia em tecnologias duais (civil-militares) com impacto positivo para a soberania nacional (SAMUELS, 1994); b) a teoria da complexidade econômica, que apresenta a indústria de alto valor agregado como o motor do desenvolvimento de longo prazo (GALA; RODRIGUES JÚNIOR; CARVALHO, 2020).

No setor de energia renovável, o estudo de Maria Cândida Mousinho (2018) aponta a energia solar e biocombustíveis (etanol) como as áreas de maior potencial para a cooperação indo-brasileira. Enquanto o Brasil pode se beneficiar da *expertise* indiana na geração e transmissão de energia solar, a Índia busca aumentar o uso do etanol na matriz energética nacional. Em 2022, o Brasil ratificou a sua adesão à Aliança Solar Internacional, e a Índia planeja usar a sua presidência do G20 em 2023 para promover uma nova aliança de biocombustíveis com apoio brasileiro.

Mousinho (2018, p. 232-242) apresenta uma série de estratégias para potencializar a cooperação bilateral em energia renovável, incluindo a formalização de metas e o aprofundamento das redes virtuais de pesquisa e desenvolvimento. O BNDES e o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS são dois agentes importantes neste processo de financiamento de projetos renováveis, que também devem contar com a expansão de parcerias público-privadas, cooperação trilateral com países desenvolvidos e investimentos privados, entre outros.

Cabe ressaltar que o Brasil pouco explorou seu potencial solar e sua capacidade produtiva de painéis fotovoltaicos (PFVs) ainda é diminuta comparada aos avanços do programa *Make in India* na área. Num setor altamente concentrado em grandes *players* internacionais, ambos têm como desafio comum a diversificação de sua dependência importadora e o avanço naeis *flex fuel* com tecnologia brasileira, tornando-se um marco histórico para a cooperação bilateral (APEX BRASIL, 2022). No futuro próximo, há a perspectiva de que o biodiesel e o biogás se tornem importantes componentes da agenda bilateral.

No âmbito da energia nuclear, Brasil e Índia reabriram potenciais avenidas de cooperação após o apoio brasileiro à candidatura indiana no Grupo de Fornecedores Nucleares em 2016. O Brasil possui, respectivamente, a terceira e a sexta maior reserva de tório e urânio do mundo, tendo desenvolvido a maior parte de suas pesquisas no uso do último. No âmbito estratégico, o Brasil busca *know-how* na tecnologia de propulsão para seu primeiro submarino nuclear, enquanto a Índia investe em expandir sua produção dos submarinos da classe Arihant. Em geral, a Índia detém maior conhecimento especializado na área nuclear civil e militar, concentrando suas pesquisas no uso do tório. Há também espaço para explorar a cooperação em medicina nuclear, particularmente em relação ao projeto do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), reativado em 2023. O governo Lula também tem sinalizado interesse em expandir a geração de energia nuclear no país. Por fim, tanto o Brasil quanto a Índia enxergam oportunidades de desenvolvimento de novas tecnologias, em especial no ramo de pequenos reatores modulares.

No setor espacial, a Índia está rapidamente se tornando um *hub* global de produção e lançamento de satélites, que têm sido potencializados pelo governo Modi por meio do incentivo à participação do setor privado. O Brasil tem muito a se beneficiar de uma parceria aprofundada, visto que hoje seu programa espacial

depende essencialmente da cooperação com a China. Em 2021, o primeiro caso de sucesso na parceria incipiente Brasil-Índia foi o lançamento do Amazonia 1, o primeiro satélite totalmente nacional, no Centro de Lançamento Satish Dhavan em Sriharikota. O Brasil poderia tomar lições com a experiência indiana no sentido de capitalizar o seu programa espacial, que hoje enfrenta grandes dificuldades orçamentárias. A regulação setorial e a inclusão do setor privado brasileiro e estrangeiro trariam novas oportunidades e capacidades ao país, sem descuidar dos imperativos de soberania nacional.

A cooperação em defesa é outro setor que, além de estratégico, tem uma janela de oportunidade inédita na cooperação indo-brasileira. As barreiras diplomáticas e psicológicas em relação ao tema têm sido quebradas e hoje os dois países contemplam maior participação no comércio internacional e na cooperação tecnológica para além dos parceiros tradicionais. Durante a visita de Bolsonaro em 2020, uma *joint venture* foi firmada entre a Taurus Armas SA e a Jindal Defence (pertencente ao O.P. Jindal Group) para produção de vários tipos de armas leves, com transferência de tecnologia brasileira. A Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) também está presente na Índia por meio de *joint venture* com a SSS Defence. Já a empresa indiana MKU Ltd é a única do setor com investimento no Brasil, participando de licitações locais para a venda de coletes blindados de alto desempenho.

A área de defesa é, provavelmente, uma das grandes oportunidades nas relações bilaterais, tendo em vista que a Índia possui o quarto maior orçamento de defesa do mundo (US$ 81,4 bilhões) e o Brasil é o 17º da lista (US$ 20,2 bilhões) segundo o relatório do SIPRI (TIAN et al., 2023). Os dois países teriam muito a contribuir com o desenvolvimento conjunto de diversas categorias de mísseis táticos (ar-ar, ar-superfície e superfície-ar) e sistemas aviônicos.

Os carros-chefe nesta categoria são o Programa ASTROS 2020 do Exército Brasileiro e os mísseis supersônicos de cruzeiro BrahMos, desenvolvidos em parceria da Índia com a Rússia, que em breve terão uma versão hipersônica. No nicho de sistemas para aviões-caça de quarta geração aprimorada (4.5 ou 4+), a Índia produz o caça HAL Tejas e busca indigenizar e aprimorar cada vez mais o projeto, enquanto o Brasil trabalha na produção e absorção de tecnologia dos caças SAAB Gripen.

O Brasil possui ampla experiência na produção de aeronaves e atualmente tem como principais produtos o cargueiro médio KC-390 (competidor do C-130J Hercules operado pela Índia) e o Super Tucano. Ambos foram oferecidos à Índia pela Embraer em 2023. Há espaço para que Brasil e Índia colaborem estrategicamente na exportação de aeronaves de alerta aéreo antecipado (conhecido pelas siglas AEW&C e AWACS), a partir da colaboração no projeto DRDO NETRA. No âmbito naval, há espaço para cooperação tecnológica, visto que ambas as marinhas estão produzindo, com a ajuda da França, submarinos convencionais Scorpene. Pensando no futuro da cooperação tecnológica, tanto o Brasil quanto a Índia percebem os aviões não-tripulados (*drones*) e mísseis hipersônicos como *game changers*. O desenvolvimento custoso dessas tecnologias e a necessidade de economias de escala poderiam ser incentivos pragmáticos para os dois países iniciarem um diálogo mais próximo.

No setor agrícola, a Índia é o principal interessado em garantir sua soberania alimentar e gerar desenvolvimento sustentável no campo, onde vivem cerca de 65% da população. O Brasil, por sua vez, está na fronteira da nova revolução agrícola, conhecida como agricultura digital ou 4.0. O potencial para cooperação técnica reside na extensa *expertise* da Embrapa e na consolidação do ecossistema brasileiro de *startups* agritech. Um exemplo desta cooperação incipiente é o programa Maitri, *Indo-Brazil Agri-Tech Cross Border*

Incubation, lançado em 2019 para promover a troca de experiências e tecnologias entre *startups* dos dois países. Em segundo lugar, o Brasil tem muito a contribuir com o desenvolvimento do processamento de alimentos e da cadeia logística fria da Índia.

Outro ponto que tem ganhado atenção é o gargalo dos fertilizantes em ambos os países, particularmente após a Guerra da Ucrânia. Brasil e Índia estão entre os quatro maiores consumidores mundiais, mas ainda não possuem autonomia produtiva, dependendo de importações. Há espaço para os dois países cooperarem do ponto de vista técnico e explorarem oportunidades de desenvolvimento do mercado de biofertilizantes e nanotecnologia aplicada à agricultura, aumentando a eficiência e reduzindo a dependência de insumos tradicionais.

Por fim, no âmbito econômico, há uma tendência de diversificação da pauta comercial e de investimentos, que precisa ser impulsionada pela coordenação política bilateral. Primeiro, a internalização do acordo de facilitação de investimentos deve dar maior segurança jurídica entre Brasil e Índia. Os acordos consulares e de seguridade social facilitam a imigração. Segundo, a fase de descoberta mútua pode evoluir para um cenário de criação de interdependência em alguns setores, conforme discutimos acima. Neste sentido, é necessário manter o fluxo constante de fóruns empresariais bilaterais, de visitas ministeriais e de delegações de empresários e ampliar iniciativas como a *India-Brazil Startup Bridge*, criada em 2020. Os governos também precisam avançar negociações sobre o acordo preferencial Mercosul-Índia, que hoje cumpre papel praticamente inócuo do ponto de vista comercial.

Considerações finais

Passadas as fases de estranhamento e de descoberta, as relações indo-brasileiras agora se encaminham para a consolidação. Os fluxos

comerciais e de investimentos já apontam ligações que vão além de aspectos transacionais, mas ainda estão muito aquém do potencial das duas economias. A cooperação tecnológica já tem casos de sucesso na agricultura, nos biocombustíveis e nos setores aeroespacial e de defesa, que podem ter efeitos importantes de demonstração para tomadores de decisão e à sociedade em geral.

No entanto, é necessário reconhecer que este caminho não será linear e nem orgânico, dependendo dos esforços políticos de ambas as partes. Em contraste com a diplomacia multilateral, onde Brasil e Índia já possuem interesses comuns e interlocução frequente, a interdependência econômica e tecnológica somente florescerá com o apoio dos governos e instituições públicas e privadas nacionais.

Diante de um ambiente de polarização internacional, Brasil e Índia encontram-se em posição privilegiada entre Ocidente e Oriente, seja na perspectiva diplomática ou da reorganização das cadeias globais de valor. Neste sentido, é imperativo que os dois países desenvolvam o curso de suas relações internacionais com autonomia estratégica e cautela para não se verem envoltos nas disputas entre Grandes Potências. A parceria bilateral indo-brasileira, portanto, pode representar um elemento fundamental e simbólico desta autonomia e da visão compartilhada sobre o futuro da ordem internacional.

REFERÊNCIAS

BAUMANN, Renato; RIBEIRO, Fernando J.; CARNEIRO, Flavio L.; ARAÚJO, Mateus de A. Brazil and India: Peculiar Relationship with Big Potential. *Technical Note*, n. 2, out. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10901/1/TN_Dinte_02_Brazil_and_India.pdf>. Acesso em: 1 maio 2023.

BRASIL. Em visita à Índia, Bolsonaro fecha 15 acordos para alavancar cooperação bilateral. *Palácio do Planalto*, 25 jan. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2020/01/em-visita-a-india-bolsonaro-fecha-15-acordos-para-alavancar-cooperacao-bilateral>. Acesso em: 1 maio 2023.

BRASIL. Plano de Ação para fortalecer a Parceria Estratégica entre o Brasil e a Índia – 25 de janeiro de 2020. Nota à imprensa n. 12/2020. Ministério das Relações Exteriores (MRE), 25 jan. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2020/plano-de-acao-para-fortalecer-a-parceria-estrategica-entre-o-brasil-e-a-india-25-de-janeiro-de-2020>. Acesso em: 1 maio 2023.

BRASIL abre as portas da tecnologia de etanol para a Índia. *apexBrasil*, online, 28 jun. 2022. Disponível em: <https://apexbrasil.com.br/br/pt/conteudo/noticias/Brasil-abre-as-portas-da-tecnologia-de-etanol-para-a-India.html>. Acesso em: 1 maio 2023.

BRASIL. Comex Vis. *Comex Stat*. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), abr. 2023. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 1 maio 2023.

CORNETET, João M. C. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. *Conjuntura Austral*, v. 5, n. 24, 2014, p. 111-150.

DESAI, Ronak D. A New Era for India-Latin America Relations? *Forbes*, 25 jun. 2015. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/ronakdesai/2015/06/25/a-new-era-for-india-latin-america-relations/>. Acesso em: 1 maio 2023.

GALA, Paulo; RODRIGUES JÚNIOR, Luiz A.; CARVALHO, André R. Um novo mapa do comércio internacional usando análise de complexidade: Competição imperfeita e a escada tecnológica. *Texto para Discussão*, v. 540. São Paulo, Escola de Economia de São Paulo da FGV, dez. 2020.

INDIA. List of MoUs signed between India and Brazil. Ministry of External Affairs, India (MEA), 17 out. 2016. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/bilateral-documents.htm?dtl/27510/List_of_MoUs_signed_between_India_and_Brazil>. Acesso em: 1 maio 2023.

INDIA. India-Brazil Brief. *Consulate General of India, Sao Paulo (CGI)*, dez. 2022. Disponível em: <https://www.cgisaopaulo.gov.in/Bilateral-Relations.php>. Acesso em: 1 maio 2023.

MOUSINHO, Maria C. A. de M. *Cooperation in Renewable Energy:* The Challenge of Brazil and India in The Multi-Polarized World. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Energia e Meio Ambiente), 307 f. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28908/1/MOUSINHO-2018.pdf>. Acesso em: 1 maio 2023.

NEVES JÚNIOR, Edson J. Relações entre Brasil e Índia: resgate histórico e potencialidades estratégicas atuais. *Revista InterAção*, v. 2, n. 2, 2011, p. 99-124.

PINHEIRO, Cláudio C.; VIEIRA, Maíra B. B. Índia e Brasil: Temporalidades e escalas de um diálogo. In: LESSA, A. C.; OLIVEIRA, H. A. (Orgs). *Parcerias estratégicas do Brasil*: a dimensão multilateral e as parcerias emergentes, v. 2. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2013.

SAHNI, Varun. Brazil: Fellow Traveler on the Long and Winding Road to Grandeza. In: MALONE, David M.; MOHAN, C. Raja; RAGHAVAN, Srinath (eds.). *The Oxford Handbook of Indian Foreign Policy.* Oxford: Oxford University Press, 2015, p. 524-538.

SAMUELS, Richard J. *Rich Nation Strong Army:* National Security and the Technological Transformation of Japan. Ithaca: Cornell University Press, 1994.

STUENKEL, Oliver. *India-Brazil-South Africa Dialogue Forum (IBSA):* The Rise of the Global South. London: Routledge, 2014.

TIAN, Nan; SILVA, Diego L. da; XIAO, Liang; SCARAZZATO, Lorenzo; SUDREAU, Lucie B.; ASSIS, Ana C. de O. Trends in World Military Expenditure, 2022. *SIPRI Fact Sheet*. Solna: SIPRI, abr. 2023. Disponível em: <https://www.sipri.org/sites/default/files/2023-04/2304_fs_milex_2022.pdf>. Acesso em: 1 maio 2023.

UEBEL, Roberto R. G. "Cruzando Artha": a migração Índia-Brasil e as possibilidades de cooperação. In: VAZQUEZ, K. C. (Org). *Relações Brasil-Índia*: além dos 70 anos. Brasília: FUNAG, 2019.

VAZQUEZ, Karin C. Introdução. In: VAZQUEZ, K. C. (Org). *Relações Brasil-Índia:* além dos 70 anos. Brasília: FUNAG, 2019.

VAZQUEZ, Karin C. Uma agenda estratégica e de futuro para o desenvolvimento sustentável do Brasil. *CEBRI-Revista*, Brasília, ano 1, n. 4, out./dez. 2022, p. 83-103.

VIANA JÚNIOR, Paulo A. Brasil-Índia: construindo uma parceria estratégica – a cooperação entre dois gigantes democráticos do século XXI. In: BARBOSA, PEDRO H. B. (Org). *Os desafios e oportunidades na relação Brasil-Ásia na perspectiva de jovens diplomatas*. Brasília: FUNAG, 2017.

VIEIRA, Maíra Baé Baladão. *Relações Brasil-Índia* (1991-2006). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BRASIL E ÍNDIA NOS FOROS MULTILATERAIS POLÍTICOS

Marianna Albuquerque[1]

Introdução

Em análises internacionais, comentários na mídia e discursos de autoridades, é crescente a menção à existência de um cenário de crise do multilateralismo. As críticas apontam a falta de capacidade das organizações e fóruns existentes em decidir e atuar, coletivamente, em prol da estabilidade do sistema internacional. Um caminho explicativo possível decorre da percepção de que a crise está relacionada ao declínio da legitimidade do arcabouço ocidental-liberal do pós-Segunda Guerra, pano de fundo das instâncias multilaterais existentes (LIMA; ALBUQUERQUE, 2021).

As tensões atuais seriam resultantes, portanto, da inadequação desta estrutura a uma nova ordem, marcada pelo aumento da diversidade identitária e ideológica e pela emergência de novos atores. Estamos diante de um processo no qual há um deslocamento do centro gravitacional do Ocidente para a Ásia, um percurso que é acompanhado por demandas de diversidade e pluralidade, pautadas na reestruturação do arcabouço do pós-guerra para abarcar valores distintos da normatividade ocidental (CASARÕES, 2019).

Uma nova correlação de forças é, historicamente, acompanhada por alterações normativas. Momentos de reorganização sistêmica

1 Professora do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IRID-UFRJ). Raisina Fellow do Asia Forum of Global Governance, programa organizado pela instituição indiana Observer Research Foundation (ORF).

abrem janelas de oportunidade para que sejam colocadas propostas alternativas ou complementares de governança, participação e cooperação. É nesse contexto que Brasil e Índia podem unir forças para garantir que, dos escombros da estrutura anterior, as fundações de uma nova ordem sejam resilientes, inclusivas e verdadeiramente globais (PANT; NASCIMENTO, 2022).

A parceria indo-brasileira tem o potencial de ser uma das balizadoras dos reordenamentos do sistema internacional. Ao celebrar 75 anos de relações diplomáticas, são muitos os indícios que apontam para a vitalidade do alinhamento entre Nova Delhi e Brasília. O comércio e o investimento entre os dois países têm crescido ao longo dos anos, bem como a cooperação em temas críticos como energia e defesa. Em 2006, Brasil e Índia estabeleceram uma Parceria Estratégica, demonstrativo de que a relação está baseada em uma visão global compartilhada, fundada em um compromisso com o desenvolvimento e com valores democráticos.

O dinamismo das relações entre duas democracias multiculturais, de grande extensão territorial e significativa demografia é exemplificado pela frequente e intensa coordenação em organizações e fóruns multilaterais políticos. Na Organização das Nações Unidas (ONU), os países são aliados históricos da luta pelo desenvolvimento e pela reforma do Conselho de Segurança. São, ainda, parceiros em diversas coalizões de geografia variável, como BRICS, IBAS e BASIC.

Apesar da mútua importância política e diplomática, a cooperação bilateral ainda pode evoluir. A ampliação do conhecimento sobre o potencial da parceria nos círculos acadêmicos e políticos teria a capacidade de maximizar as interações e promover interesses compartilhados. Em uma ordem em transição, as complementariedades e ações conjuntas entre Brasil e Índia são centrais para que a governança e a agenda dos fóruns multilaterais

sejam, progressivamente, inclusivas, diversas e atentas às demandas do Sul Global.

Nesse ínterim, o objetivo deste capítulo é analisar a cooperação entre Índia e Brasil nos fóruns multilaterais e apontar caminhos para o aprofundamento das relações. Para tal, o texto está dividido em quatro seções. A primeira analisa a atual crise do multilateralismo, ressaltando a conexão entre possíveis explicações para as contestações e as demandas de países do Sul. Na sequência, a segunda seção apresenta os princípios e padrões históricos que guiaram a política multilateral de Brasil e Índia em fóruns políticos. A terceira parte resume as organizações e coalizões nas quais a parceria indo-brasileira indica o compartilhamento de valores e interesses mútuos. A conclusão apresenta os principais pontos do texto e sugere recomendações para a ampliação das relações em fóruns multilaterais.

1. Multilateralismo e crise

O emprego de ações unilaterais, em desacordo à Carta das Nações Unidas, e a dificuldade de avançar nos compromissos coletivos na Organização Mundial de Comércio (OMC) são alguns indícios que estimulam os progressivos questionamentos sobre a efetividade das atuais instituições multilaterais. Os diagnósticos sobre causas e efeitos têm vários contornos, a depender da natureza dos atores, dos processos decisórios e do nicho de atuação da organização.

Os motivos elencados como explicações para a crise são inúmeros, mas, no centro da questão, estão temas estruturais que culminam na limitação da capacidade de agência e na falta de representação, participação e adequação da ordem formada em 1945 à nova correlação de forças do século XXI. A mudança de equilíbrio no poder mundial é ilustrada por fenômenos como a emergência da China como ator global, a retomada das ambições geopolíticas da Rússia, a perda progressiva de legitimidade das ações unilaterais dos

Estados Unidos, e mudanças estruturais no capitalismo a partir da crescente centralidade da Ásia nas cadeias globais de valor.

A crise possui, portanto, tanto uma dimensão prática quanto normativa. Na prática, a falta de satisfação com os resultados da ordem liberal resultou no aumento de discursos autocentrados e antimultilaterais, sobretudo associados à emergência de governos autoritários e de extrema direita. Um exemplo foi a narrativa em torno da eleição de Donald Trump, com o questionamento do acesso a benefícios que a ordem internacional daria aos Estados Unidos e do suposto "aparelhamento" das organizações multilaterais pela China. Outros exemplos foram a saída do Reino Unido da União Europeia, justificada, entre outros, pela ausência de resultados satisfatórios e a existência de ônus que superam benefícios.

A replicação destes argumentos por outros países impulsionou a proliferação de acordos fora dos âmbitos multilaterais, privilegiando diálogos diplomáticos bilaterais e plurilaterais, em fóruns informais ou entre *like-minded states*. O multilateralismo foi esvaziado para a ascensão de espaços de "diplomacia de clube" ou "minilateralismo", nos quais os ideais de participação e inclusão não são assegurados (ALBUQUERQUE, 2022a). Esse ponto se relaciona com a dimensão normativa da crise.

No cerne do conceito de multilateralismo está a coordenação política baseada em valores como reciprocidade, indivisibilidade e inclusão. Ao ampliar a participação dos espaços deliberativos e decisórios para além de ações unilaterais e bilaterais, é esperado que, no multilateralismo, haja espaço para a pluralidade de opiniões e identidades, bem como instrumentos de controle para evitar tendências de dominação (MILANI, 2012). Este elemento é particularmente caro aos países em desenvolvimento, uma vez que, dada a interdependência da ordem internacional, mesmo as grandes potências teriam de considerar os acordos feitos nestas instituições

em seus cálculos de ação externa, uma vez que descumprimentos geram, no mínimo, custos políticos. Nessa linha, a institucionalização de organizações e fóruns multilaterais teria o papel de consolidar espaços deliberativos baseados em princípios e ordenamentos gerais, aceitos por e aplicáveis a todos os participantes, e no estabelecimento de normas e mecanismos capazes de ampliar a transparência e reduzir custos de transação.

De acordo com Tharoor e Saran (2020), essa tendência de ampliação participativa e de interdependência, estimulados no pós-Segunda Guerra, tem sido revertida em direção a uma ordem global cada vez mais *westphaliana*. Para os autores, as fraturas na ordem internacional do pós-guerra derivam do fato desta não ser nem ordenada nem verdadeiramente internacional. A governança global teria sido fundada com base no consenso de elites ocidentais, legitimando uma relação de poder herdada da diplomacia estatal coercitiva. A crise atual, portanto, seria resultado da incapacidade da corrente estrutura de absorver propostas alternativas de governança que resultam, sobretudo, da ascensão da Ásia e do espaço conquistado por países do Sul Global. Como consequência, mais países têm questionado dimensões materiais e normativas da ordem, propondo reformas ou fundando novas instituições.

Nessa linha, parece acertado pensar que uma nova ordem mundial deve ser caracterizada por múltiplas ordens em interação – ou, como Tharoor e Saran nomeiam, por uma ordem multiconceitual:

> Uma nova ordem mundial será caracterizada por múltiplas ordens concorrentes e em interação; será um mundo simultaneamente multipolar e interdependente. Atualmente, a ordem internacional é multiconceitual: diferentes potências, instituições, atores e ideologias competem entre si para se afirmarem na configuração de uma ordem emergente. As instituições que as

> potências emergentes criaram não têm muitas certezas quanto a um novo consenso global, mas estão de acordo quanto ao que não querem: a universalização da ordem liberal liderada pelo Ocidente (THAROOR; SARAN, 2020, p. 185).[2]

Nesse contexto, Brasil e Índia têm a capacidade de – isoladamente, mas, sobretudo, juntos – influenciar na direção de regras mais equitativas e que protejam os interesses diversos do Sul Global. Ambos são países com ampla presença regional e global, democracias multiculturais, e com um histórico de ação externa que privilegia o multilateralismo e a *rule-based order*. Em um momento no qual a conjuntura internacional é marcada pelo unilateralismo e pela falta de diálogos, é necessário que espaços de liderança sejam ocupados por países que proponham métodos de governança inclusivos e participativos.

Dessa forma, a próxima seção irá introduzir o histórico do ativismo multilateral de Brasil e Índia, com o objetivo de reforçar o potencial crescente de liderança e colaboração indo-brasileira.

2. Princípios históricos do ativismo de Brasil e Índia nos fóruns multilaterais

Historicamente, as instituições multilaterais foram um mecanismo diplomático central para que o Brasil alcançasse seus objetivos de política externa. Como, desde cedo, o país renunciou à projeção militar como instrumento de poder internacional, a diplomacia desempenhou um papel crucial, em particular por meio da participação

2 Tradução livre. No original: "*A new world order will be characterized by multiple competing and interacting orders; it will be a world that is at once multipolar and interdependent. The international order today is multiconceptual: different powers, institutions, actors and ideologies are competing to stake a claim in shaping an emerging order. Institutions that emerging powers have created are often uncertain about a new global consensus, but agree on what they do not want: the universalization of the Western-led liberal order*".

ativa em fóruns multilaterais, tornando-se o ativo reputacional mais valioso do país (CASARÕES, 2019). Portanto, a diplomacia multilateral funciona, para o Brasil, como uma possibilidade de minimizar os efeitos da falta de poder militar e ampliar seu prestígio diplomático. O Brasil é membro fundador e participa ativamente de diversas organizações globais e regionais, como a ONU, a OMC e a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Para países com posições intermediárias no sistema, como o Brasil, as instituições multilaterais aumentam a capacidade de influenciar a produção normativa, de forma a garantir maior segurança jurídica e maior convergência entre interesses (UZIEL, 2015). Para ampliar a fronteira de possibilidades, os países intermediários intentam reformar as instituições, sem confrontá-las, para buscar uma divisão de forças mais justa. Dessa forma, o multilateralismo representa não apenas uma oportunidade de partilhar os custos políticos das decisões internacionais, mas também um mecanismo de defesa.

Apesar da permanência do multilateralismo enquanto instrumento de política externa mesmo em regimes políticos e em contextos ideológicos diferentes, o objetivo para o qual o Brasil agiu nas instâncias multilaterais variou ao longo de sua história. Há diferentes visões sobre o papel que o país deve desempenhar no sistema internacional, dependendo do contexto particular de cada momento. Não há, no Brasil, um consenso entre as elites econômicas, intelectuais e políticas sobre qual é o destino do país – se grande potência, se líder regional, se grande potência emergente, ou se os três ao mesmo tempo.

Como cada objetivo externo exige estratégias distintas, o Brasil adaptou seus repertórios de ação de acordo com as oportunidades apresentadas no contexto global, regional e doméstico. Em alguns casos, o Brasil atuou como mediador entre países desenvolvidos e

em desenvolvimento. Em outros, buscou o reconhecimento pelas grandes potências de seu *status* especial entre os países do Sul, e se colocou à disposição para missões relacionadas à estabilidade da ordem internacional. O Brasil ofereceu, portanto, um *menu* variado de papéis e posições negociadoras, que refletem as mudanças nos interesses, valores e prioridades.

Podemos identificar, no final do século XX, um marco importante para a consolidação do multilateralismo enquanto um dos pilares fundamentais da política externa brasileira: a proclamação da República. Para além da mudança de regime, o momento simbolizava a descontinuidade das relações carnais com Portugal. O histórico de colonização fortaleceu, no Brasil, as narrativas de agência e autonomia, a necessidade de evitar interferências nos assuntos internos, e a condenação da seletividade e dos *double standards*. Dessa forma, o objetivo do novo regime de conquistar o reconhecimento internacional foi buscado por meio de uma política deliberada de ativismo em fóruns multilaterais, nos quais o Brasil podia apresentar publicamente as credenciais do regime republicano, aprofundar os seus laços comerciais e evitar questionamentos sobre a sua capacidade de agir como governo independente por meio da proposição de uma agenda própria.

Dois grandes pensadores do país ilustraram esse momento. O Barão do Rio Branco, chanceler do país entre 1902 e 1912, defendia a necessidade de definição e autonomia dos interesses do país de forma pragmática, sem refletir, automaticamente, nos interesses das grandes potências. A política externa bem construída teria um papel fundamental da consecução desses objetivos e, dadas as limitações materiais, as instituições multilaterais eram um espaço importante para que o Brasil pudesse influenciar a agenda internacional (CERVO; BUENO, 2010). Rui Barbosa, por sua vez, defendeu enfaticamente o princípio da igualdade soberana durante a Conferência de Haia,

em 1907, questionando a proposição de acordos internacionais assimétricos e baseados em tratamentos desiguais (AMORIM; FELDMAN, 2011).

São em contextos nos quais impera a igualdade soberana, como em organizações multilaterais, que o Brasil tem maximizada sua capacidade de exercer o direito de voz e voto de forma efetiva. É esperado e pragmático, portanto, que o Brasil use meios diplomáticos para assegurar, para si, espaços de interlocução privilegiados desses espaços. As campanhas para ser membro permanente do Conselho Executivo da Liga das Nações e, posteriormente, do Conselho de Segurança da ONU, podem ser compreendidas a partir dessa lógica.

A política multilateral da Índia parte de duas premissas diferentes das identificadas no caso brasileiro. A primeira é em relação ao "destino" do país no sistema internacional. Se, no Brasil, não há consenso nas elites sobre o papel que o país deve desempenhar, a Índia sabe perfeitamente onde merecia e gostaria de estar. A segunda é em relação ao peso da região na construção dos objetivos externos. Enquanto o Brasil é seu próprio referente, a concepção de política externa da Índia tem base regional, e não nacional. Os dois pontos serão explorados abaixo.

Em relação ao primeiro, desde a independência, a política externa da Índia tem sido orientada pela consciência de si própria como uma grande potência, com muito para contribuir para o sistema internacional, e uma determinação de manter a autonomia estratégica e evitar novos formatos de subjugação colonial (CHADDA, 2014). Por conseguinte, são centrais na política externa indiana a garantia de posições de liderança e o reforço das instituições internacionais e do Estado de direito.

Se, no Brasil, a fundação dos princípios multilaterais de política externa coube a Rio Branco e Rui Barbosa, na Índia o papel foi de Jawarhal Nehru, o primeiro primeiro-ministro pós-independência.

Nehru era um grande crítico dos efeitos que a colonização britânica trouxe para o país, como a desarticulação do papel autônomo da Índia no comércio global por meio da introdução da Companhia das Índias Orientais. A colonização relegou à Índia o papel de produtora de matérias-primas, gerou o desmonte do sistema produtivo artesanal e familiar, e instituiu uma política de restrição à ocupação da terra. Com a independência, Nehru instituiu a centralização do planejamento econômico na mão do Estado e o privilégio ao capital privado nacional, ação baseada no princípio hindu do *swadeshi* (busca de autossuficiência). Passaram a ser base da política externa indiana, portanto, princípios como reconstrução, desenvolvimento, integridade territorial e não ingerência nos assuntos internos (ALBUQUERQUE, 2022a).

Como herança desses princípios, há uma percepção generalizada, transversal aos partidos políticos e resistente a variações ideológicas dos líderes, que a Índia possui um papel especial a desempenhar a nível mundial, em virtude da sua dimensão, das suas realizações civilizacionais e das suas conquistas democráticas. Se o subdesenvolvimento e as tensões regionais herdadas da colonização condicionaram e atrasaram a capacidade da Índia de ocupar o lugar que lhe seria de direito, o destino da Índia é o de "assumir o manto da liderança mundial", nas palavras do primeiro-ministro Narendra Modi (AYRES, 2018). Esse seria, de acordo com Tharoor e Saran (2020), o "imperativo indiano".

A política multilateral indiana, portanto, considera que levar o país a ocupar espaços proeminentes nas instituições da governança global é uma questão de justiça. O papel que a Índia teria, hoje, seria diminuto em relação à sua capacidade e desconectado do crescimento de sua economia. Após o período pós-independência ter sido marcado por posturas como a defesa do não alinhamento e o envolvimento em diversas guerras em seu entorno regional, a

exemplo dos conflitos com o Paquistão e a Guerra Sino-Indiana, a Índia precisou se reinventar no pós-Guerra Fria.

Depois de décadas privilegiando as relações militares com a União Soviética, a Índia desenvolveu uma relação econômica e militar abrangente com os EUA, simbolizada pela assinatura do acordo nuclear, que lhe permitiu tornar-se a sexta nação nuclear reconhecida no mundo e garantir o apoio estadunidense para o pleito indiano de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança. No pós-11 de setembro, a Índia foi vista como uma força de estabilidade em uma região turbulenta, assolada por guerras civis e pelo extremismo islâmico. A Índia também manteve seus laços militares e diplomáticos com a Rússia, como ilustrado por sua postura autonomista em relação à Guerra da Ucrânia, iniciada em 2022, e aprofundou relações políticas e comerciais com a União Europeia e a China.

Em relação ao segundo ponto, o referencial regional da política externa indiana, o país buscou, sistematicamente, manter-se como fiel da balança e evitar que tanto potências regionais, como China e Rússia, quanto poderes exógenos, como os EUA, pudessem ditar as regras do sul da Ásia. De acordo com Chadda (2014), a Índia busca exercer um controle relacional para garantir sua integridade territorial e consecução de interesses, ao mesmo tempo em que evita interferências externas indevidas. Nos anos recentes, essa postura foi ilustrada pela Doutrina Gujral, em que a Índia, enquanto país central na região, faria concessões unilaterais aos vizinhos menores para construir confiança e boa vontade mútua, a fim de dificultar o protagonismo da China e conter o Paquistão.

O país também busca manter o equilíbrio regional por meio da criação e da participação em instituições multilaterais regionais, como a Indian Ocean Rim Association (IORA), a Conference in Interaction and Confidence-Building in Asia (CICA), o Indian Ocean

Naval Symposium (IONS), o Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB) e a Organização para a Cooperação de Shangai. A proposta de instituições alternativas também ocorre a nível global, a exemplo do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), no âmbito dos BRICS. Estas iniciativas indicam uma ambição indiana de moldar ou criar organizações que respondam às suas necessidades e lhe permitam desempenhar um papel que ainda não desempenha em espaços criados no pós-Segunda Guerra (AYRES, 2018). Nesse processo de reformulação das instituições globais, a Índia vê o Brasil como um aliado na coordenação de um conjunto de prioridades compartilhadas.

Para Tharoor e Saran (2020), a Índia tem o objetivo constante de se consolidar como uma potência normativa. Desde a articulação da política de não alinhamento, o país tem uma longa história de contraposição ao exercício de poder unilateral por parte do Ocidente. Ainda de acordo com os autores, embora a Índia não busque redefinir completamente a ordem internacional contemporânea, o país rechaça ser cooptado para uma ordem internacional controlada pelo Ocidente. Para tal, a Índia estaria, agora, passando de uma postura de não alinhamento para o multialinhamento, com base na preferência histórica pela multipolaridade e pelo multilateralismo, tanto a nível global como regional.

Retomando falas do primeiro-ministro Modi, a ambição declarada da Índia não é ser apenas uma grande potência, mas uma "potência líder", uma âncora para a democracia liberal em uma parte do mundo onde a liderança americana já não é tão bem-vinda e onde a oferta normativa da China não é universalmente aceita (THAROOR; SARAN, 2020). Essa liderança manifesta-se, crescentemente nos fóruns multilaterais e na cooperação com o Brasil, conforme será abordado na próxima seção.

3. A cooperação indo-brasileira em fóruns multilaterais

Com a celebração dos 75 anos de relações diplomáticas, em 2023, a cooperação entre Índia e Brasil, apesar de ainda longe do potencial completo, encontra-se em um momento de dinamismo significativo. Os avanços nas últimas décadas são inegáveis. Se, no período colonial, os contatos eram sobretudo comerciais, houve uma intensificação após a independência indiana, com a inauguração de Embaixadas em 1948. Na base do vínculo estava a narrativa da convergência identitária entre duas das maiores democracias no mundo, cujas formações foram baseadas em multiculturalidade e diversidade religiosa.

Desde então, foram diversos os exemplos de reforço das relações. No campo da defesa e da segurança internacional, os países assinaram o Acordo de Cooperação sobre a Utilização Pacífica da Energia Nuclear, em 1968, e o Memorando de Entendimento entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear do Brasil e a Comissão de Energia Atômica da Índia, em 1996[3]. No campo político, são marcos o estabelecimento, em 2002, da Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural Brasil-Índia, presidida pelos respectivos ministros das Relações Exteriores; a assinatura da Parceria Estratégica, em 2006; e o Plano de Ação para fortalecer a Parceria Estratégica entre o Brasil e a Índia, firmado em 2020. No plano comercial, o volume de trocas atinge níveis progressivamente maiores, com intenso contato empresarial, simbolizado pela assinatura, em 2009, do Acordo de Comércio Preferencial entre Mercosul-Índia.

Como ambos privilegiam os fóruns multilaterais para a consecução de objetivos nacionais, é esperado que haja, em organizações e coalizões internacionais, um espaço frutífero de

3 Os acordos foram denunciados em 1975 e 1998, respectivamente, após a Índia realizar rodadas de testes nucleares.

interação. Analisaremos, abaixo, os padrões históricos e tendências recentes em alguns dos principais fóruns contemporâneos.

a) Organização das Nações Unidas:

A ONU é um espaço de atuação privilegiado tanto para o Brasil quanto para a Índia. Membros originários da organização, ambos conferem ao engajamento na ONU um papel central em sua estratégia diplomática. Para o Brasil, o compromisso com a ONU é traduzido em diversos comunicados e discursos oficiais, bem como na participação ativa em todas as suas frentes, seja a contribuição de tropas para as operações de paz, sejam as candidaturas frequentes para órgãos como o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e o Conselho de Direitos Humanos. Para a Índia, muitos dos preceitos da Carta das Nações Unidas foram incorporados em dispositivos constitucionais. Muitas das liberdades que a Constituição da Índia garante são retiradas de acordos internacionais, e seu Poder Judiciário remete frequentemente à Carta das Nações Unidas para decidir sobre casos de direitos humanos. A Índia adotou princípios da Carta que incentivam a promoção da paz e da segurança, o direito internacional e a resolução pacífica de litígios (THAROOR; SARAN, 2020).

Se Brasil e Índia, por um lado, demonstram um empenho constante e sólido com a organização, por outro, não deixam de questionar, com frequência, suas falhas de funcionamento. Na base dos questionamentos está a existência de um "déficit democrático", simbolizado não apenas pelas assimetrias estruturais da ONU, como também pela inadequação do arcabouço à ordem global do século XXI.

Durante a Guerra Fria, Brasil e Índia participaram, conjuntamente, de iniciativas de países do então Terceiro Mundo que demandavam que as desigualdades econômicas fossem colocadas no centro do debate internacional. Para os países em desenvolvimento, haveria um conflito Norte e Sul que precedia as tensões Leste e Oeste,

que passaram a ocupar as atenções da agenda global no momento bipolar. Duas iniciativas que contavam com a liderança indo-brasileira foram o G77, grupo formado pelos países em desenvolvimento, e a Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, da sigla em inglês). Nesses espaços, a Índia avançou com a proposta da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), e o Brasil, com base nos estudos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), apresentou os fundamentos da teoria da dependência.

Outro espaço de interação frequente e convergências diplomáticas é o Conselho de Segurança. Ambos estão entre os países que mais vezes serviram como membros não permanentes e, desde os primórdios da ONU, buscam ocupar um assento permanente no órgão responsável pela promoção da paz e da segurança internacionais. No bojo do argumento está a necessidade de ajustar a composição do Conselho para adequá-lo a um cenário internacional no qual os grandes países emergentes e líderes regionais possam ter voz ativa nas questões securitárias. A inadequação e as assimetrias, conforme Brasil e Índia questionam, acabam por consolidar um *status quo ante* que limita a emergência de novos polos de poder, com visões alternativas.

Na década de 1960, esse argumento foi expresso no rechaço de ambos ao Tratado de Não Proliferação (TNP). Para o Brasil, a separação formal entre os países legitimamente nucleares e a proibição de que novos atores conquistassem a tecnologia gerava um "congelamento de poder mundial" (CASTRO, 1971), enquanto, para a Índia, o TNP criava um sistema de "apartheid nuclear", além de ser um freio às aspirações de desenvolvimento. Os dois adotaram caminhos na década seguinte, quando a Índia realizou os testes nucleares de Pokhran I. A estratégia de nuclearização indiana foi completada nos anos 1990, quando os testes e Pokhran II deram à

Índia o domínio do ciclo bélico nuclear, coincidindo com o momento no qual o Brasil decidiu aderir ao TNP. Com esse ato, o Brasil procurou tornar-se influente nas questões de segurança com uma abordagem alternativa na qual a promoção da paz seria obtida não por meio do poder militar, mas da diplomacia (ALBUQUERQUE, 2022a).

Baseados nessa postura comum de denúncia das assimetrias internacionais, mesmo com diferenças de valores fundamentais em relação aos instrumentos de paz e segurança, Brasil e Índia engajaram-se e aliaram-se na defesa da reforma do Conselho de Segurança. Apesar dos esforços datarem da própria criação da ONU, o fim da Guerra Fria gerou um momento favorável para reacender os debates, uma vez que novos desafios internacionais minaram a legitimidade e a efetividade do Conselho.

Nos anos 2000, o aumento do peso econômico dos países emergentes também propiciou que estes buscassem papéis mais ativos. Com isso, em 2004, Brasil, Índia, Japão e Alemanha formaram o G4 para apresentar uma proposta de reforma do órgão. De acordo com o G4, o CSNU deveria comportar a entrada de seis novos membros permanentes e quatro não permanentes. Os novos permanentes, além dos quatro proponentes, deveriam incluir dois países africanos (ALBUQUERQUE, 2022b). Dado que os atuais membros permanentes têm de chegar a acordo sobre qualquer reforma da Carta das Nações Unidas, e cada um deles opõe-se ou à reforma em si ou à adesão de pelo menos um dos membros do G4, a ampliação do CSNU não avançou.

No centro da denúncia de Brasil e Índia ao atual funcionamento do órgão está a necessidade de introduzir uma mudança no sentido da democratização da governança global. Em 2011, quando ambos estavam conjuntamente no órgão, Brasil e Índia convergiram em levantar a voz contra a exclusão dos membros não permanentes do processo negociador das resoluções sobre a Líbia e a Síria, em resposta

às instabilidades pós-Primavera Árabe. Ambos argumentaram que não foram convidados a apoiar a redação dos rascunhos e só receberam as propostas quando o texto estava quase pronto para votação (PURI, 2016).

Em 2022, ambos estiveram novamente juntos no Conselho, e a defesa de princípios que lhe são caros, como autonomia e não interferência, passou por um novo teste, no contexto da invasão da Ucrânia pela Rússia. Apesar de condenarem a agressão russa, ambos não chancelaram as sanções impostas a Moscou e se opuseram às suspensões ou exclusões da Rússia de fóruns multilaterais devido ao impacto nos espaços de diálogo – um padrão de comportamento histórico, adotado em ocasiões anteriores, e, portanto, não direcionado a esse caso específico.

b) BRICS, IBAS e BASIC:

Brasil e Índia colaboram, ainda, em coalizões de geometria variável, como BRICS, IBAS e BASIC. Impulsionadas pelo contexto de emergência de países em desenvolvimento nos anos 2000, esses agrupamentos, progressivamente, se institucionalizaram e apresentaram resultados concretos de coordenação política. O grupo mais conhecido é o BRICS, cuja idealização foi inspirada no estudo "*Building Better Global Economic BRICs*", formulado por Jim O'Neil, economista-chefe da Goldman Sachs, publicado em 2001. O texto defendia a necessidade de a comunidade internacional incluir, em suas estratégias, novos referenciais que levassem em consideração o crescimento exponencial de Brasil, Rússia, China e Índia. Em 2006, após um encontro de chanceleres às margens da Assembleia Geral da ONU, houve um impulso inicial para que o grupo articulasse uma agenda de trabalho e encontros periódicos. Em 2011, a África do Sul aderiu formalmente ao grupo.

Por ser um mecanismo informal, sem sede ou secretariado fixo, é a vontade política que guia os esforços para manter o agrupamento

operante e dinâmico. Como ativo, o BRICS proporciona um espaço de alto nível para concertação política e estímulo à identificação de convergência e ações conjuntas em setores que variam do sistema financeiro à saúde e educação.

Enquanto um grupo de coordenação, o BRICS tem mantido uma crítica consistente ao que considera ser o caráter não representativo de instituições globais, demandando, em suas comunidades, a reforma da ONU, do Banco Mundial e do FMI. Dado o relativo imobilismo da adaptação dessas instituições, o BRICS decidiu, em 2012, explorar a criação de instituições próprias e sensíveis à nova ordem, a exemplo do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, da sigla em inglês) e o Arranjo Contingencial de Reservas (CRA, da sigla em inglês). No comunicado à imprensa que informava a aprovação da criação desses instrumentos, o governo indiano reforçou que "a estrutura de governança e a tomada de decisões no Banco serão equitativas, ao contrário dos bancos multilaterais de desenvolvimento existentes", uma vez que "enquanto se aguarda a reforma da governança do FMI, a Índia não tem grande influência nas decisões do órgão. O CRA proposto proporcionará uma abordagem alternativa" (AYRES, 2018, p. 170-171)[4].

Essas estruturas não podem passar despercebidas para os demais países, uma vez que o peso político e econômico do BRICS não pode ser negligenciado:

> Em 2040, os BRICS serão responsáveis por uma parcela maior do PIB mundial do que o G7 original. [...] Um atributo importante que todos os membros do BRICS partilham é a sua exclusão dos lugares que acreditam merecer na ordem mundial existente. O BRICS não

4 Tradução livre. No original: "*The governance structure and decision-making in the Bank will be equitable unlike the existing multilateral development banks.*"; "*Pending the IMF governance reforms, India does not have much say in the IMF decisions. The proposed CRA will provide an alternative approach*".

> é uma coletividade que se une por convergência econômica ou geopolítica. Em vez disso, o BRICS serve como um veículo funcional para articular exigências de modelos alternativos de governança e desenvolvimento – que não estejam ligados a narrativas atlânticas. [...] são demasiado grandes para continuarem a ser ignorados, tanto individualmente como, sobretudo, em conjunto. [...] Tudo o que querem é um lugar à mesa – eles perceberam que, nos assuntos mundiais, ou se está sentado à mesa ou se está no menu (THAROOR; SARAN, 2020, p. 255-257)[5].

Nessa linha, devido à diversidade entre os próprios membros do BRICS, subgrupos foram formados para atuar em nichos específicos. Enquanto um conjunto de três grandes democracias, o Fórum de Diálogo Trilateral Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), criado em 2003, tem sido ativado, ocasionalmente, para tratar de questões de paz e segurança internacionais, estimular a cooperação em área de defesa (a exemplo dos exercícios navais IBSA-Mar), e avançar em um compromisso nominal para aumentar o comércio.

De acordo com Ayres (2018), a cooperação bilateral entre Índia e Brasil em matéria de defesa aumentou desde a criação do IBAS. Exemplo concreto é o estabelecimento do Comitê Misto de Defesa Índia-Brasil (CMD), que realiza reuniões desde 2010 e aborda a troca de experiências para a participação de operações de manutenção da paz da ONU, por meio da coordenação entre o Centro Brasileiro de

5 Tradução livre. No original: "*By 2040, BRICS will account for more of world GDP than the original G7. [...] One major attribute all BRICS members share is their exclusion from the places they believe they deserve in the existing world order. BRICS is not a collectivity that is driven together by economic or geopolitical convergence. Instead, BRICS serves as a functional vehicle to articulate demands for alternative models of governance and development – ones that are not tied to Atlantic narratives. The BRICS forum provides a platform for non-OECD leaders to discuss global challenges and coordinate their actions both within and outside existing global institutions. [...] they are too big to be ignored anymore, both individually but, in particular, together. [...] All they want is a place at the high table – they realize that in world affairs, one is either at the table or on the menu.*"

Treinamento Conjunto de Operações de Paz e o Centro Indiano para Manutenção da Paz da ONU.

Já o BASIC, grupo formado em 2009 e composto por Brasil, África do Sul, Índia e China, atua em outro nicho: as mudanças climáticas. Formado às margens da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, da sigla em inglês), o grupo também denunciava a diferença de tratamento entre os países desenvolvidos – emissores históricos de gases de efeito estufa –, e os países em desenvolvimento, que deveriam tanto ter metas de emissões adequadas à necessidade de crescimento econômico quanto a previsão de recursos para financiar a transição para economias de baixo carbono. Como forma de sustentar sua posição, o BASIC elaborou seu próprio esboço de compromissos voluntários.

No regime internacional de mudança do clima, o Brasil pautou sua atuação, historicamente, pela defesa dos direitos dos países em desenvolvimento, consubstanciada no princípio das "responsabilidades comuns, porém diferenciadas". A Índia adotou uma posição mais refratária, com recusas em aceitar propostas globais, apresentando-se como uma nação com décadas de desenvolvimento pela frente. Durante muitas Conferências das Partes, os líderes indianos reforçaram a proteção aos interesses indianos, definidos como a máxima prioridade ao crescimento econômico, invariavelmente intensivo em energia, e um caminho que incluiria a utilização de carvão enquanto fosse necessário (AYRES, 2018). Essa postura vem sendo mitigada desde a assinatura do Acordo de Paris, pois, conquanto a Índia mantenha firme a necessidade de metas extensas de neutralidade de emissões, houve compromissos significativos em relação às energias renováveis.

Conclusão

A colaboração entre Brasil e Índia no sistema internacional é vigorosa e perpassa relações econômicas, culturais e políticas. Pelo

peso que ambas as políticas externas conferem às organizações multilaterais, a coordenação indo-brasileira em fóruns políticos possui, simultaneamente, um histórico de avanços concretos e um futuro de grande potencial. Em um contexto de crise e contestação da atual estrutura da ordem global, com demandas de ampliação da representação, da inclusão e da diversidade, Brasil e Índia devem buscar – e ocupar – um papel tanto prático quanto normativo na reforma das instituições existentes e na criação de modelos alternativos de governança.

A celebração dos 75 anos de relações diplomáticas converge com o início do Amritkaal, período de 25 anos até o centenário da independência indiana no qual propõe-se que o país ocupe o lugar que lhe é de direito no sistema internacional. No Brasil, marca-se também o retorno do ativismo aos fóruns multilaterais, após anos de crise política interna e a sucessão de políticas externas erráticas.

Os caminhos a serem percorridos são diversos, mas Brasil e Índia tem mais a ganhar juntos do que isolados. Algumas estratégias que ambos podem observar para ampliar os canais de cooperação são: a) estimular a partilha de conhecimentos mútuos sobre temas da agenda internacional, bem como sobre o funcionamento prático das organizações e fóruns multilaterais dos nichos temáticos respectivos; b) coorganizar debates e eventos paralelos em fóruns de alto nível sobre agendas convergentes, o que aumentaria o poder de definição conjunta da agenda, duplicaria as suas possibilidades de assumir posições de liderança internacional e gerariam mais oportunidades para que Brasil e Índia se apresentem como uma frente unida; e c) reforçar o papel de ambos enquanto duas das maiores democracias do mundo, em um contexto em que os regimes autoritários estão em ascensão.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. *Brasil e Índia no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1946-2012)*. Curitiba: Editora Appris, 2022a.

ALBUQUERQUE, M. The UNSC and Brazil-India Relations. In: PANT, H. V; NASCIMENTO, A. L. (Orgs.). *India and Brazil in the Global Multilateral Order*. Nova Delhi/Brasília: Observer Research Foundation/FUNAG, 2022b.

AMORIM, C; FELDMAN, L. A política externa do governo Lula em perspectiva histórica. In: DANTAS, San Tiago. *Política externa independente*. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2011.

AYRES, A. *Our Time Has Come:* How India is making its place in the world. Nova York: Oxford University Press, 2018.

CASARÕES, G. Leaving the Club Without Slamming the Door: Brazil's Return to Middle-Power Status. In: ESTEVES, P.; JUMBERT, M.G.; CARVALHO, B. (Eds.). *Status and the Rise of Brazil:* Global Ambitions, Humanitarian Engagement and International Challenges. Palgrave Macmillan, 2019, p. 89-110.

CASARÕES, G. *Conversas estruturadas II:* reorientações do multilateralismo. CEBRI, 2020. Disponível em: <https://www.cebri.org/br/doc/5/conversas-estruturadas-ii-reorientacoes-do-multilateralismo>. Acesso em: 31 maio 2023.

CASTRO, A. O congelamento de poder mundial. *Revista de Informação Legislativa*, v. 8, n. 31, p. 37-52, 1971.

CERVO, A.; BUENO, C. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2010.

CHADDA, M. *Why India Matters*. Londres: Lynne Rienner Publishers, 2014.

LIMA, M. R. S.; ALBUQUERQUE, M. Reordenamento global e crise do multilateralismo. In: JAGUARIBE, A. (Org.). *Política internacional:* reorientações do multilateralismo. Rio de Janeiro: CEBRI/Fundação Konrad Adenauer, 2021.

MILANI, C. R. S. Crise política e relações internacionais: uma análise escalar da política externa brasileira. In: *VI Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional:* relações internacionais em tempos de crise econômica e política. Brasília: FUNAG, 2012, p. 43-60.

PANT, H. V; NASCIMENTO, A. L. Introduction. In: PANT, H. V; NASCIMENTO, A. L. (Orgs.). *India and Brazil in the Global Multilateral Order*. Nova Delhi/Brasília: Observer Research Foundation/FUNAG, 2022.

PURI, H. S. *Perilous Interventions:* the Security Council and the politics of chaos. Uttar Pradesh: Harper Collins Publishers, 2016.

THAROOR, S.; SARAN, S. *The New World Disorder and the Indian Imperative*. Nova Delhi: Aleph Book Company, 2020.

UZIEL, E. *O Conselho de Segurança, as missões de paz e o Brasil no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas*. Brasília: FUNAG, 2015.

BRASIL E ÍNDIA EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E TERRORISMO

Rashmi Singh[1]

Introdução

À medida que o mundo se torna cada vez mais interconectado, os desafios da Segurança Internacional e do terrorismo surgem como preocupações críticas para todas as nações. O Brasil e a Índia, duas potências emergentes com contextos geopolíticos distintos, enfrentam uma série de riscos comuns em termos de segurança internacional e terrorismo. Não seria exagero afirmar que tanto o Brasil quanto a Índia estão situados em regiões caracterizadas por ambientes de segurança complexos.

O Brasil, como o maior país da América do Sul, vive um conjunto complexo de dinâmicas de segurança regional que moldam seu cenário de segurança. A dinâmica de segurança regional do país é influenciada por uma combinação de fatores, incluindo crimes transnacionais, questões de fronteira, instabilidade política nos países vizinhos e desafios internos. Os principais desafios do Brasil incluem o tráfico de drogas, o crime organizado e a presença de organizações criminosas transnacionais dentro de suas fronteiras. Ainda que o Brasil tenha mantido relações relativamente pacíficas com seus vizinhos, ele faz fronteira com vários países, incluindo Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai e Uruguai, que são conhecidos pela produção e tráfico de drogas. Suas fronteiras porosas também podem

1 Professora Associada do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); cofundadora e codiretora da rede de pesquisa em Terrorismo, Radicalização e Crime Transnacional (TRAC).

facilitar o tráfico de armas e a imigração ilegal, principalmente do Paraguai, da Venezuela e da Bolívia. O Brasil também tem questões transfronteiriças históricas com os países vizinhos, como a Guiana e o Suriname. Apesar de essas disputas não terem se transformado em conflitos armados, elas prejudicaram as relações diplomáticas entre esses países no passado. Embora o Brasil tenha enfrentado enormes desafios relacionados ao crime organizado e ao tráfico de drogas, não tem sido o principal alvo do terrorismo internacional. No entanto, o Brasil participa ativamente dos esforços internacionais de combate ao terrorismo por meio de organizações como as Nações Unidas e a União das Nações Sul-Americanas (Unasul). Também participa ativamente de iniciativas e colaborações internacionais facilitadas pela Força-Tarefa de Ação Financeira (FATF), envolvendo-se em avaliações mútuas, revisões por pares e trocas de informações com outros países membros para aumentar a eficácia de seu regime de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (ALD/CFT).

Da mesma forma, a Índia, localizada no sul da Ásia, enfrenta ameaças à segurança decorrentes de disputas de fronteira, terrorismo nacional e internacional, bem como movimentos insurgentes nacionais. O relacionamento contencioso entre a Índia e o Paquistão representa um desafio de longa data para a segurança da Índia. De fato, o desafio de segurança mais significativo da Índia decorre do terrorismo transfronteiriço originário do Paquistão. Além disso, as tensões com o Paquistão também giram em torno da região disputada de Jammu e Caxemira, levando a violações periódicas do cessar-fogo e tentativas de infiltração. A Índia também tem disputas de fronteira com a China na região do Himalaia, o que exige vigilância constante, negociações diplomáticas e gerenciamento de fronteiras. A China, como uma potência em ascensão, também representa um desafio militar, geopolítico e econômico para a Índia. Além disso, a Índia enfrenta desafios de segurança decorrentes de atividades ilegais,

incluindo contrabando de drogas, armas, moeda falsa e tráfico de pessoas, ao longo de suas fronteiras com os países vizinhos. As fronteiras porosas com Nepal, Butão, Mianmar e Bangladesh facilitam o fluxo de contrabando e de redes criminosas. Por fim, a situação da segurança no Afeganistão tem implicações diretas para a segurança regional da Índia. O país tem sido um importante parceiro de desenvolvimento do Afeganistão e tem enfrentado ameaças de grupos extremistas que operam na região, como o Talibã e seus afiliados. Portanto, a Índia, ao contrário do Brasil, teve uma experiência mais direta com o terrorismo[2]. Sua interação de longa data com uma variedade de terrorismos levou o país a tentar desenvolver capacidades antiterroristas mais robustas e a ter se envolvido ativamente em esforços internacionais para combater o terrorismo. A Índia colabora com organizações internacionais e contrapartes regionais para combater a lavagem de dinheiro, o financiamento do terrorismo e outros crimes financeiros. Também trabalha em estreita colaboração com o GAFI e seus órgãos regionais, como o Grupo Ásia-Pacífico sobre Lavagem de Dinheiro (GAP), para avaliar e aprimorar sua estrutura de ADL/CFT.

À primeira vista, o Brasil e a Índia podem parecer países profundamente diferentes, com contextos geopolíticos e desafios de segurança distintos. Entretanto, eles também compartilham vários pontos em comum que os tornam parceiros naturais no

2 Vale ressaltar que uma das principais dificuldades no estudo do terrorismo é a tendência de se concentrar apenas no ataque (ou no "*boom*", como é frequentemente chamado). No entanto, o terrorismo é mais bem compreendido se for visto como um ciclo complexo, com circuitos de *feedback*, em que cada estágio representa uma sequência generalizada de atividades comumente observadas no planejamento e na execução de ataques terroristas. Um ciclo de ataque típico consiste em vários estágios que podem incluir, por exemplo: radicalização, planejamento, recrutamento e treinamento, propaganda, vigilância pré-ataque, preparativos e execução do ataque e atividades pós-ataque. Em resumo, nossa compreensão do que é terrorismo precisa ir muito além do foco apenas nos ataques terroristas. Entendido dessa forma, o Brasil pode até agora ter se isolado dos ataques terroristas internacionais, mas ainda sofre o impacto de outros estágios do ciclo do terrorismo, inclusive seu financiamento, sua propaganda e recrutamento. A Índia, por outro lado, infelizmente teve um contato muito mais direto com todos os estágios do ciclo do terrorismo.

sistema internacional. Muitas dessas semelhanças decorrem de suas características compartilhadas como potências emergentes e como democracias fortes, embora complexas. Como potências emergentes, ambos os países lutam por uma ordem global mais equitativa, promovem valores democráticos, enfrentam desafios de desenvolvimento, defendem a cooperação Sul-Sul e enfatizam a importância do multilateralismo. Em outras palavras, ao alavancar esses pontos em comum, o Brasil e a Índia podem não apenas colaborar e trabalhar para o avanço de seus interesses compartilhados, mas também promover a estabilidade e contribuir para a construção de um sistema internacional mais inclusivo e equilibrado.

Este breve ensaio tem como objetivo analisar algumas das vulnerabilidades e desafios que o Brasil e a Índia enfrentam no sistema internacional, com foco especial nos desafios de segurança enfrentados por ambos. Ao examinar suas dinâmicas regionais, vulnerabilidades domésticas e influências externas, este trabalho esclarece os riscos de segurança comuns e específicos enfrentados pelo Brasil e pela Índia, destacando, em última análise, a importância da cooperação internacional para lidar com essas ameaças.

Índia

A Índia é amplamente reconhecida como uma grande potência emergente no sistema internacional. Sua população, força econômica e capacidades militares, liderança regional e *soft power* atestam essa posição e, na última década, ela conseguiu agir para garantir seus interesses muito além da região sul-asiática. Entretanto, apesar de suas capacidades em expansão, a Índia ainda enfrenta uma gama de desafios de segurança, especialmente nos níveis regional e doméstico, que dificultam sua ambição central de política externa de emergir plenamente como uma grande potência segura. Esses desafios surgem

de vários fatores, como dinâmica geopolítica, disputas de fronteira, terrorismo, insurgência e conflitos internos (OGDEN, 2014).

A Índia enfrenta desafios geopolíticos com vizinhos de fronteira, incluindo rivalidades regionais e disputas territoriais com o Paquistão e a China. A história das disputas territoriais entre a Índia e o Paquistão tem suas raízes na divisão da Índia Britânica em 1947 e na subsequente criação desses dois Estados-nação separados. A divisão foi acompanhada por uma significativa violência comunal e migração em massa, resultando em cicatrizes profundas e tensões duradouras entre os dois países. Entretanto, a disputa territorial mais significativa entre a Índia e o Paquistão gira em torno da região de Jammu e Caxemira, com ambos os países reivindicando a soberania sobre todo o território. Essa disputa territorial gerou várias guerras e conflitos entre a Índia e o Paquistão por causa da Caxemira. A primeira guerra ocorreu imediatamente após a independência em 1947-1949, seguida pelas guerras indo-paquistanesas de 1965, 1971 (que levaram à criação de Bangladesh) e, por fim, o conflito de Kargil em 1999 (SWAMI, 1999). A Linha de Controle (LoC) marca a frente militar onde os dois países declararam um cessar-fogo em janeiro de 1949. No entanto, após a guerra de 1971, essa frente passou a ser oficialmente conhecida como LoC e reconhecida como a fronteira que divide a Caxemira administrada pela Índia da área da Caxemira ocupada pelo Paquistão na primeira guerra indo-paquistanesa de 1947. A LoC continua a ser um local frequente de violações do cessar-fogo e de confrontos entre as forças militares indianas e paquistanesas, causando muitas mortes de civis em ambos os lados da fronteira. Os esforços para resolver a disputa sobre a Caxemira incluíram uma miríade de negociações diplomáticas, conversações de paz e medidas de construção de confiança. No entanto, o progresso foi limitado e a disputa continua sem solução, sendo ainda uma das principais fontes de tensão na região. Vale a pena mencionar que, além da disputa pela Caxemira, várias outras disputas territoriais

prejudicaram as relações entre a Índia e o Paquistão. Entre elas estão as divergências sobre a geleira Siachen, Sir Creek em Rann of Kutch e várias áreas de fronteira na região de Punjab (JAIN, 2009).

As disputas territoriais entre a Índia e seu vizinho do norte, a China, são complexas e abrangem várias regiões ao longo de sua fronteira compartilhada. As causas fundamentais de muitas dessas disputas podem ser atribuídas a fatores históricos, culturais e geopolíticos. As duas principais áreas contestadas são a de Aksai Chin, na parte noroeste do Himalaia, e Arunachal Pradesh, situada no nordeste da Índia. A disputa sobre Aksai Chin teve início com a Guerra Sino-Indiana de 1962, durante a qual a China ganhou o controle da região. Atualmente, embora Aksai Chin seja administrada pela China, ela é reivindicada pela Índia. Da mesma forma, Arunachal Pradesh é frequentemente chamado de "Tibete do Sul" pela China e é reivindicado como parte de seu território histórico (JAIN, 2008; OGDEN, 2014). A Linha de Controle Real (LAC) percorre quase toda a fronteira norte da Índia com a China e funciona como a fronteira efetiva entre os dois Estados. No entanto, há várias áreas em que a LAC não está claramente demarcada, o que leva a incursões e disputas de fronteira entre os dois países e tensiona periodicamente as relações bilaterais.

A última fonte de insegurança geopolítica regional indiana emerge da região do Oceano Índico (ROI). Como uma nação marítima importante com um litoral de mais de 7.500 km, a Índia vê a ROI como seu domínio natural e uma parte significativa de sua "pegada estratégica" (LADWIG, 2010). Certamente, sua política de expansão da influência regional no Oceano Índico não apenas reflete sua posição geoestratégica dominante na ROI, mas também seus esforços para recuperar sua primazia natural no que a Índia considera sua "vizinhança próxima". No entanto, embora suas enormes fronteiras marítimas tragam vantagens distintas, elas também são uma fonte

crítica de insegurança decorrente de pirataria, contrabando e ameaças às linhas de comunicação marítimas, que representam riscos substanciais à sua segurança, estabilidade e interesses econômicos. A pirataria, caracterizada por atos de roubo, sequestro e violência contra navios e suas tripulações, tem assolado as águas próximas às costas ocidental e oriental da Índia. O Golfo de Áden e o Mar da Arábia, em especial, testemunharam uma epidemia de incidentes de pirataria, com piratas atacando embarcações comerciais, barcos de pesca e até iates de lazer. Essas atividades criminosas interrompem o comércio marítimo, colocam em risco a segurança dos profissionais do mar e geram perdas econômicas para todos os países da ROI. O contrabando marítimo é outro desafio urgente enfrentado pela Índia. O vasto litoral do país, as fronteiras porosas e a proximidade com as rotas internacionais de tráfico de drogas tornaram-no um ponto de trânsito para narcóticos, armas e mercadorias contrabandeadas. As redes criminosas exploram medidas de segurança fracas, rotas clandestinas e práticas corruptas para facilitar o contrabando de mercadorias ilegais através das fronteiras terrestres e marítimas. Embora a Marinha indiana tenha implantado navios de guerra e recursos navais em áreas propensas à pirataria e a Guarda Costeira indiana, que desempenha um papel crucial no combate ao contrabando marítimo, tenha aumentado constantemente suas patrulhas, interceptando embarcações suspeitas e participando de operações de combate ao contrabando, a ameaça está longe de ser neutralizada (THOMPSON, 2017).

Desde o início, a República Democrática da Índia tem enfrentado uma variedade incomum de desafios internos, da insurgência e da violência terrorista dentro de suas fronteiras às disparidades socioeconômicas e às tensões étnicas e comunitárias. Essas tensões têm sido um desafio persistente devido à diversidade de seu cenário religioso e étnico. Por isso, a Índia tem testemunhado incidentes esporádicos de violência comunitária, geralmente entre hindus e

muçulmanos, embora também possam surgir tensões entre outras comunidades religiosas (JAFFRELOT, 2007). No passado, esses conflitos foram desencadeados por fatores como extremismo religioso, manipulação política, disparidades socioeconômicas ou animosidades históricas. As tensões intercomunitárias resultaram em violência, danos à propriedade, deslocamento e perda de vidas, e representam um desafio significativo para a harmonia social e a unidade nacional da Índia. A Índia também é uma nação com uma gama diversificada de grupos étnicos, e tensões podem surgir devido a diferenças de idioma, cultura e experiências históricas. Elas podem derivar de questões relacionadas à identidade, reivindicações territoriais, distribuição de recursos ou representação política. As tensões étnicas podem se manifestar em protestos, demandas por autonomia, conflitos entre grupos e, em casos extremos, movimentos separatistas. A Índia também é caracterizada por enormes disparidades socioeconômicas e lacunas de desenvolvimento em todo o país. A pobreza, o desemprego, o acesso desigual à educação e à saúde e a divisão rural-urbana contribuem para a agitação social e têm implicações potencialmente desastrosas para a segurança do país. Também temos evidências de que essas disparidades alimentam as queixas, a radicalização e a alienação dos jovens.

Embora as disparidades socioeconômicas e as tensões étnicas e comunitárias sejam, por si só, graves desafios, na Índia elas estabelecem um ambiente propício para os maiores obstáculos internos do país: o terrorismo e a insurgência. A Índia não só produziu um número absurdamente alto de grupos terroristas locais que operam dentro de suas fronteiras, como também se mostrou particularmente vulnerável à ameaça do terrorismo transfronteiriço e transnacional. Apesar de existirem casos do que pode ser melhor categorizado como "terrorismo puro" na Índia, a maioria dos conflitos internos do país se manifesta como insurgências separatistas com o terrorismo como sua "característica definidora" (UPADHYAY, 2009).

Talvez a Índia seja o único país do mundo com uma gama tão ampla de atividades terroristas e rebeldes.

Um dos conflitos mais conhecidos da Índia envolve o estado de Jammu e Caxemira (J&K). Já uma fonte de tensão territorial entre a Índia, o Paquistão e a China desde 1947, em 1998 essa região também passou por uma insurgência separatista étnico-religiosa, pois os secessionistas pró-independência liderados pela Frente de Libertação da Caxemira de Jammu (FLKJ) lançaram uma campanha armada contra o Estado indiano (GANGULY, 1997). No entanto, essa insurgência separatista logo foi sequestrada, primeiro por grupos islâmicos locais pró-Paquistão, como o Hizbul Mujahideen, e depois por uma série de grupos islâmicos transfronteiriços patrocinados pelo Estado paquistanês (SCHOFIELD, 1996; MUKHERJEE, 2017). Desde o início, o Paquistão procurou controlar a militância na J&K apoiando vários grupos islâmicos (*tanzeems*) e minando sistematicamente os elementos pró-independência em favor de grupos mais inclinados a uma fusão com o Estado paquistanês (PATANKAR, 2009). Dessa forma, à medida que o Paquistão minava com sucesso os grupos pró-independência da Caxemira, a insurgência passou a ser levada adiante por organizações locais pró-Paquistão e grupos transfronteiriços. Portanto, o que se desenvolveu em J&K pode ser melhor classificado como um conjunto complexo de insurgências locais (representadas por grupos locais com demandas e ambições divergentes) que se transformaram em terrorismo islâmico predominantemente transfronteiriço apoiado pelo Paquistão como parte de sua guerra por procuração contra o Estado indiano.

O "Nordeste" é um termo genérico usado para se referir aos oito estados de Assam, Arunachal Pradesh, Mizoram, Nagaland, Meghalaya, Sikkim, Tripura e Manipur. Partes significativas dessa região estão sob o domínio da violência insurgente desde a independência da Índia. Embora a comunidade internacional

tenda a se concentrar em J&K, a complexidade política e social do Nordeste (STANILAND, 2017), juntamente com o grande número de grupos insurgentes com diferentes agendas que usam táticas terroristas nessa região, faz com que a agitação política seja um desafio muito mais intratável para o Estado indiano do que J&K. A primeira insurgência nessa região ocorreu na década de 1950, com o movimento separatista Naga, e as insurgências locais em Mizoram, Tripura e Manipur se seguiram rapidamente (UPADHYAY, 2009). As demandas insurgentes de separatismo ou autonomia nessa região tendem a ser associadas a afirmações de diferenças étnicas, culturais e religiosas com o restante da Índia. Apesar dos longos períodos de contenção e dos esforços de gerenciamento de conflitos por parte do centro, o ressentimento continuou a fervilhar e, desde a década de 1980, quase todos os estados do nordeste têm sido assolados por rebeliões. O mais significativo é que os insurgentes dessa região passaram gradualmente para o terrorismo puro e, como resultado, houve um aumento contínuo nos ataques à infraestrutura, aos civis e às autoridades políticas, além das forças de segurança indianas (SINGH, 2019).

A insurgência de Punjab (1978-93) é frequentemente citada como um exemplo bem-sucedido das estratégias de CT e COIN da Índia (MAHADEVAN, 2012). Ela buscava a criação de uma pátria Sikh separada, chamada Calistão, no estado indiano de Punjab. A insurgência, enraizada em queixas religiosas e políticas, levou a um período prolongado de violência e instabilidade na região, caracterizado por uma militância armada que tinha como alvo as forças de segurança, os líderes políticos e os civis. Os militantes realizaram atentados a bomba, assassinatos e atos de violência, criando uma atmosfera de medo e tensão em Punjab. A atividade atingiu seu auge na década de 1980 e no início da década de 1990, resultando em uma perda significativa de vidas e em perturbações econômicas. No entanto, por meio de esforços determinados, incluindo operações

lideradas por inteligência, melhor compartilhamento de inteligência e envolvimento da comunidade, as forças de segurança indianas conseguiram desmantelar as redes extremistas e colocar a insurgência sob controle em meados da década de 1990 (WALLACE, 2007). Desde então, a revolta do Calistão diminuiu significativamente, mas os remanescentes do movimento ainda existem, embora de forma enfraquecida. Alguns grupos e indivíduos Sikhs radicais continuam a defender o Calistão, tanto na Índia quanto na diáspora Sikh. No entanto, a comunidade Sikh mais ampla na Índia, bem como os líderes religiosos e políticos Sikhs, distanciaram-se da demanda pelo Calistão e enfatizaram meios pacíficos e inclusivos para lidar com as queixas.

A Índia vem enfrentando problemas com os Naxalitas, também conhecidos como insurgência Maoísta, há várias décadas. O movimento Naxalita teve origem no final da década de 1960 como uma rebelião armada contra as desigualdades sociais e econômicas percebidas, principalmente, nas áreas rurais (SINGH, 2018). Inspirados na ideologia e nas estratégias maoístas, os Naxalitas têm como objetivo derrubar o Estado indiano por meio da luta armada e estabelecer uma sociedade comunista. O movimento opera principalmente em regiões remotas e florestais, predominantemente nos estados de Chhattisgarh, Jharkhand, Odisha, Bihar, Andhra Pradesh, Telangana, Maharashtra e Bengala Ocidental. Essas áreas geralmente sofrem com a pobreza, a falta de infraestrutura, o acesso inadequado a serviços básicos e a governança limitada, criando um ambiente propício para o crescimento da ofensiva. Os naxalitas se envolvem em guerrilhas, atacando forças de segurança, instituições governamentais e infraestrutura, além de realizar assassinatos, extorsões e sequestros. Eles também usam estratégias de propaganda e recrutamento para expandir sua influência e obter apoio entre os setores marginalizados da sociedade (RAY, 2012). A insurgência Naxalita continua sendo um desafio significativo para a Índia,

afetando o desenvolvimento, a governança e a segurança das regiões afetadas. A abordagem do governo reconhece a necessidade de uma solução abrangente que aborde as disparidades socioeconômicas, aprimore os mecanismos de governança e garanta o Estado de direito (SAHNI, 2000). Dessa forma, juntamente com as operações de segurança, estão sendo feitos esforços para envolver as comunidades locais, promover o diálogo e resolver as queixas das seções marginalizadas para facilitar a reintegração dos quadros naxalitas à sociedade convencional. Entretanto, embora tenha havido progresso na contenção e na redução de sua influência, incidentes esporádicos de violência e focos localizados de atividade naxalita continuam a representar desafios.

A experiência da Índia com o terrorismo islâmico pode ser discutida em três categorias amplas: terrorismo transfronteiriço, *jihad* interna e, por fim, *jihad* global transnacional. Como visto anteriormente, no início, a insurgência local em J&K era nitidamente dividida entre grupos pró-independência, de um lado, e grupos pró--Paquistão, de outro. Entretanto, em 1996, o que era uma insurgência local que adotava táticas terroristas acabou sendo sequestrado por grupos terroristas transfronteiriços patrocinados pelo Estado paquistanês, como o Lashkar-e-Taiba (LeT) e o Jaish-e-Mohammad (JeM) (TANKEL, 2014). Em segundo lugar, embora a escala ainda não esteja clara, a Índia também enfrenta uma ameaça islâmica interna cada vez mais virulenta, que tem suas raízes em seu passado histórico e nas tensões comunitárias entre a comunidade hindu e a minoria muçulmana (GANGULY, 1997). Um forte sentimento de discriminação na comunidade muçulmana facilitou a radicalização progressiva e a mudança para a violência terrorista. Vários grupos jihadistas locais começaram a surgir em meados da década de 1980. Esses elementos de uma *jihad* indiana de origem local foram ainda mais reforçados pelo desastre do Ram Janm Bhoomi-Babri Masjid em 1992, que inspirou uma série de atentados a bomba

retributivos mortais em Mumbai no início de 1993, que acabaram sendo rastreados até o Paquistão e sua ligação com a Índia, o líder da D-Company, Dawood Ibrahim (MEDIRATTA, 2017). Outra série de explosões em dezembro de 1993 foi atribuída ao Tanzim Islahul Muslimeen (TIM), uma milícia armada de defesa muçulmana cujos líderes foram treinados por um agente do LeT no início da década de 1990 (TANKEL, 2014; 2011). Enquanto isso, grupos como o Movimento Islâmico dos Estudantes da Índia (SIMI) também surgiram como fornecedores para o que era um movimento jihadista indiano em expansão, enquanto o Indian Mujahideen (IM), composto por membros mais militantes do SIMI, também começou a realizar ataques terroristas contra o Estado indiano (ROUL, 2009). Por fim, a Índia também enfrenta a ameaça do terrorismo transnacional de organizações como a Al Qaeda (AQ) e o Estado Islâmico (EI), que a classificam como parte da conspiração cruzada, sionista e hindu contra a nação muçulmana (ROGGIO, 2014). O ex-líder da AQ, Ayman al-Zawahiri, anunciou a formação da filial regional do grupo, a Al Qaeda na Índia (AQIS), em setembro de 2014 (SINGH, 2019). Uma série de prisões também indica que o EI está presente na Índia. O EI tem usado as mídias sociais para mobilizar o apoio de indivíduos anteriormente associados a grupos terroristas locais, como o SIMI e o IM, bem como de outros indivíduos não afiliados. Vários jovens da Índia também viajaram para a Síria e o Iraque para lutar pelo EI (ROUL, 2016).

Brasil

O Brasil, assim como a Índia, é uma grande potência emergente e, cada vez mais, um importante atuante global. O tamanho, a população e os abundantes recursos naturais do país não apenas o posicionam como uma potência regional na América do Sul, mas

também como uma economia emergente de destaque no cenário mundial.

O Brasil possui uma das maiores economias do mundo e é membro do influente grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). É um participante ativo em organizações multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). O Brasil também desempenhou um papel fundamental em iniciativas como negociações sobre mudanças climáticas, operações de manutenção da paz e cooperação Sul-Sul, enfatizando seu compromisso com a governança global e a diplomacia. Como o maior país da América do Sul, o Brasil também desempenha um papel significativo em assuntos regionais. O país tem buscado promover a integração regional por meio de iniciativas como a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul). No entanto, ainda enfrenta uma série de desafios de segurança notáveis que afetam sua estabilidade interna e sua influência regional.

O Brasil enfrenta vários desafios geopolíticos regionais que moldam sua posição na América do Sul e suas relações com os países vizinhos. Entretanto, seus desafios diferem consideravelmente daqueles enfrentados pela Índia. Por exemplo, o Brasil tem um relacionamento relativamente estável com seus países vizinhos, resolvendo até mesmo disputas históricas de fronteira com a Guiana, o Suriname e o Uruguai por meios diplomáticos. No entanto, as relações relativamente pacíficas com os vizinhos também podem ter um custo. Vimos no passado como as crises políticas na Venezuela, Bolívia e Colômbia tiveram graves repercussões para o Brasil em termos de fluxos de refugiados, interrupções econômicas e estabilidade regional geral. Da mesma forma, assim como a Índia, o Brasil também enfrenta vários desafios de segurança marítima devido a um extenso litoral ao longo do Oceano Atlântico que se estende por mais de

8.000 quilômetros. Assim, os ricos recursos marinhos do Brasil atraem atividades de pesca ilegal, tanto por embarcações nacionais quanto estrangeiras. Isso representa uma ameaça à biodiversidade marinha do país, aos estoques de peixes e aos meios de subsistência das comunidades pesqueiras locais. As atividades de pesca ilegal também estão frequentemente ligadas a redes de crime organizado envolvidas em contrabando, lavagem de dinheiro e outras atividades ilícitas. Em segundo lugar, o extenso litoral do Brasil e a proximidade com as principais regiões produtoras de drogas na América do Sul o tornam vulnerável às atividades de tráfico de drogas. Os cartéis de drogas locais, regionais e internacionais geralmente usam rotas marítimas para transportar narcóticos, o que torna o Brasil, com seu extenso litoral, uma opção atraente. Vale lembrar que a maior parte da cocaína do mundo é produzida na Bolívia, Colômbia e Peru e uma porcentagem significativa é enviada para a Europa, África e outros continentes usando portos brasileiros (FORD, 2022). Terceiro, as redes criminosas transnacionais envolvidas em outros fluxos ilícitos, como tráfico de pessoas, contrabando de armas e comércio de contrabando, também exploram as rotas marítimas do Brasil para suas atividades (OECD, 2016).

Portanto, ao contrário da Índia, os principais desafios de segurança do Brasil estão relacionados ao crime organizado, incluindo tráfico de drogas, contrabando de armas e violência de gangues. Organizações criminosas, como o Primeiro Comando da Capital (PCC), operam em várias regiões, especialmente em áreas urbanas, causando violência, instabilidade social e desafios para a aplicação da lei. O crime organizado no Brasil é uma questão importante que afeta vários aspectos da sociedade, inclusive a segurança pública, a economia e a governança.

O comércio de drogas ilícitas, principalmente no que se refere à cocaína e à maconha, é um importante mercado criminoso na região.

O Brasil e o Paraguai são os principais participantes do comércio de cocaína no Cone Sul, enquanto o Paraguai, o Brasil e a Argentina lideram o comércio de maconha. O Brasil desempenha um papel duplo, tanto como destino quanto como ponto de trânsito crucial para o tráfico de cocaína. A cocaína, proveniente da região andina da América do Sul (Colômbia, Peru e Bolívia), é transportada pelo Brasil para vários mercados globais usando diferentes meios de transporte. O mercado interno do Brasil tem uma demanda significativa pela base de cocaína (pasta de coca). Assim, o transporte de cocaína conecta dois aspectos fundamentais dos mercados ilícitos do Brasil: as regiões de fronteira com a Bolívia, o Peru, a Colômbia e a Tríplice Fronteira (Argentina, Paraguai e Brasil) e as regiões portuárias do país, especialmente Paranaguá, Itajaí, Salvador e Santos (HUDSON, 2003; KOSMYNKA, 2020). A conexão entre a Rota Sul, uma das principais rotas internacionais para o contrabando de cocaína, e os portos no Brasil e em outros países da região (Argentina, Uruguai, etc.) é crucial para a dinâmica atual do contrabando. A Europa continua sendo o principal mercado para o consumo, com países como Espanha, Portugal, Holanda, Bélgica, República Tcheca, Polônia e Reino Unido sendo destinos importantes (UNODC, 2023). A cocaína serve como um importante catalisador para o crime organizado na região, contribuindo para a corrupção, os homicídios, a lavagem de dinheiro, a fraude e as dificuldades no monitoramento das fronteiras. Ela também alimenta um ciclo de violência crescente entre as organizações criminosas e as forças de segurança do Brasil. O PCC (Primeiro Comando da Capital), a maior organização criminosa organizada do Brasil, tornou-se um ator importante nessa dinâmica devido ao seu controle sobre vários corredores de cocaína (UNODC, 2021).

Nos últimos anos, o Brasil também emergiu como o maior mercado de maconha da América Latina. Enquanto o Brasil costumava produzir uma parte significativa de sua cannabis, o Paraguai

surgiu como a principal fonte da droga para o Brasil e o maior produtor de maconha da América do Sul. É importante observar que o consumo de maconha é altamente estigmatizado no Paraguai, com menos de 1% da população consumindo-a (GARAT, 2016). Como resultado, a maior parte da maconha produzida no país entra no mercado clandestino e é exportada para os países vizinhos, incluindo Brasil, Argentina, Bolívia, Chile e Uruguai. Aproximadamente 80% da maconha do Paraguai atravessa a fronteira com o Brasil, onde é distribuída por várias organizações criminosas em todo o país. As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro são os principais centros de consumo e distribuição da maconha paraguaia, enquanto a maconha colombiana domina o comércio no norte do Brasil (UNODC, 2020b).

O Brasil enfrenta desafios relacionados ao contrabando de armas, já que armas de fogo ilegais frequentemente entram no país por meio de suas fronteiras permeáveis. Essas armas alimentam atividades criminosas, incluindo assaltos à mão armada, violência de gangues e disputas territoriais entre organizações criminosas. O combate ao contrabando de armas e o fortalecimento do controle de armas de fogo são elementos cruciais no combate ao crime organizado - porém, é mais fácil falar do que fazer! O Brasil enfrenta desafios significativos relacionados ao tráfico paralelo de drogas e armas de fogo por diferentes rotas. Duas rotas principais foram identificadas pelas autoridades brasileiras: a fronteira terrestre com o Paraguai, onde a maconha e a cocaína são traficadas juntas, e o transporte de mercadorias ilegais por meio de pequenos aviões da Bolívia para estados do sudeste do Brasil, como São Paulo ou Minas Gerais (OECD, 2016). Desses locais, as mercadorias ilícitas, incluindo armas de fogo, são traficadas para cidades como o Rio de Janeiro. A demanda por armas de fogo em grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro é motivada pelo seu uso para manter o controle de áreas de tráfico de drogas (UNODC, 2020a). Os grupos criminosos dessas cidades recebem as armas de fogo e administram

sua circulação ilícita alugando-as, emprestando-as e vendendo-as. As armas de fogo são utilizadas para diversas atividades criminosas, inclusive assaltos a bancos.

No Brasil, há indivíduos e grupos criminosos especializados no transporte de drogas, mercadorias contrabandeadas e armas de fogo das áreas de fronteira terrestre para os centros urbanos, utilizando principalmente as rodovias do país. Algumas organizações criminosas sediadas em São Paulo e no Rio de Janeiro, envolvidas na importação de drogas de países andinos, estabeleceram células no Paraguai para supervisionar o tráfico de armas de fogo daquele país. Embora muitos grupos criminosos transportem armas de fogo junto com drogas em seus carregamentos ilícitos, há também grupos dedicados primordialmente ao tráfico de armas. Esses grupos são especializados na aquisição, distribuição e venda de armas de fogo ilegais, muitas vezes separadamente de seu envolvimento no comércio de drogas. Suas atividades contribuem para a proliferação de armas e representam desafios significativos à segurança no Brasil, principalmente em áreas urbanas, onde as armas de fogo são usadas para manter o controle sobre territórios e realizar atividades criminosas. Esse tráfico paralelo de drogas e armas de fogo representa desafios significativos de segurança para o Brasil (MARTENS, 2019; NEUMANN e PAGE, 2018). É uma contribuição para a proliferação de armas clandestinas, além de alimentar a violência em áreas urbanas. Também facilita as operações de grupos do crime organizado, que exploram diferentes negócios ilícitos, mas interconectados, para obter ganhos financeiros.

O Brasil tem uma presença significativa de quadrilhas criminosas que operam em vários estados e cidades. Essas quadrilhas se envolvem em tráfico de drogas, extorsão, sequestro, lavagem de dinheiro e outras atividades ilícitas. A violência relacionada às quadrilhas, incluindo disputas territoriais e confrontos com as forças policiais,

representa um desafio significativo para a segurança. Essas gangues criminosas poderosas e altamente organizadas são conhecidas como "facções" ou "facções criminosas" e operam em várias partes do país, especialmente em áreas urbanas (SULLIVAN e BUNKER, 2022a). Em geral, elas se baseiam em favelas, onde estabelecem seu domínio e realizam suas operações. Os territórios se tornam campos de batalha para facções de gangues rivais, resultando em altos níveis de violência e insegurança para os moradores. A violência das gangues no Brasil é caracterizada por táticas brutais, incluindo assassinatos seletivos, execuções públicas e disputas territoriais. Muitas dessas organizações criminosas têm acesso a armamentos sofisticados, o que aumenta ainda mais o nível de violência. Além disso, as gangues frequentemente se envolvem em confrontos com as forças policiais, resultando em confrontos e baixas em ambos os lados.

As duas maiores facções criminosas do Brasil, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), exercem influência significativa e representam um desafio considerável para a segurança pública. Essas quadrilhas expandiram suas atividades criminosas para além das fronteiras nacionais, envolvendo-se em tráfico internacional de drogas, tráfico de armas e comércio de clandestino. O PCC e o CV se estabeleceram como entidades poderosas, com uma ampla rede de membros e afiliados operando em todo o Brasil. Eles estão cada vez mais envolvidos na imposição de um controle violento dentro das prisões do país, levando a confrontos e rebeliões mortais. Seu domínio no sistema prisional lhes permite coordenar atividades criminosas e recrutar novos membros, fortalecendo ainda mais suas fileiras. Tanto o PCC quanto o CV também expandiram suas operações para o tráfico internacional de drogas. O PCC, em particular, ampliou seu alcance ao estabelecer uma base de poder secundária no vizinho Paraguai, onde administra o tráfico de cocaína e outros bens ilícitos (DUBOIS, 2021). O envolvimento da gangue no comércio de cocaína facilitou sua expansão para os mercados europeus, com o Brasil

servindo como uma rota de trânsito fundamental para as drogas que vão para a Europa (MCDERMOTT et al., 2021).

Além da violência das gangues, o Brasil enfrenta um desafio em particular que contribui para aumentar os níveis gerais de violência urbana e insegurança no país, ou seja, a presença de milícias policiais. As milícias policiais são grupos armados ilegais compostos principalmente por policiais ativos ou ex-policiais, bombeiros e outros funcionários públicos que exploram suas posições de poder para ganhos pessoais e atividades criminosas. Essas milícias geralmente surgem em áreas com fraca presença e governança do Estado, principalmente em bairros de baixa renda e comunidades marginalizadas. Inicialmente formadas com o suposto objetivo de fornecer segurança e combater o crime, essas milícias geralmente se envolvem em atividades ilícitas, incluindo tráfico de drogas, extorsão, jogos ilegais e esquemas de proteção (SULLIVAN e BUNKER, 2022b).

As milícias do Rio de Janeiro, no Brasil, talvez sejam as mais notórias. Aqui, a presença de grupos de milícias com conexões frouxas, também conhecidos como "bondes", representa um desafio de segurança significativo. Essas milícias surgiram como entidades poderosas com uma estrutura hierárquica, exercendo controle sobre várias comunidades de baixa renda nos subúrbios da zona oeste da cidade. As raízes das milícias do Rio de Janeiro remontam aos esquadrões da morte que operavam nas periferias durante as décadas de 1960 e 70. Inicialmente, eles usavam a força letal para combater pequenos crimes, mas, com o tempo, esses grupos evoluíram para gangues organizadas compostas por policiais e agentes penitenciários fora de serviço. Aos poucos, eles começaram a exercer autoridade sobre grandes áreas, a buscar cargos eletivos e a acumular riquezas por meio de várias atividades ilegais, incluindo venda de propriedades e roubo de combustível. Desde os anos 2000, essas milícias expandiram seu controle sobre partes significativas do território (FORD, 2022).

Muitas vezes, eles entram nos bairros sob o pretexto de expulsar criminosos e traficantes de drogas, inicialmente obtendo o apoio dos moradores que esperam melhorar a segurança. No entanto, rapidamente estabelecem seus próprios esquemas de extorsão em troca de proteção, explorando as próprias comunidades que dizem proteger. As milícias geram renda por uma série de meios ilícitos. Elas exercem controle sobre as empresas, impondo “impostos” sobre atividades como a venda de gás de cozinha, redes piratas de TV a cabo e Internet e transporte por micro-ônibus. Também se envolvem na venda de terras, principalmente em áreas com propriedade incerta, e impõem "impostos" sobre pedreiras de areia e empresas de construção locais. As milícias buscam constantemente novos fluxos de receita para expandir sua influência e fortuna (PHILLIPS, 2022).

Vale a pena observar que, quando as milícias surgiram nos subúrbios da zona oeste do Rio de Janeiro, há cerca de duas décadas, elas inicialmente receberam um certo apoio dos moradores que as viam como grupos de "autodefesa comunitária" que prometiam combater o crime e o tráfico de drogas. Ainda hoje, alguns segmentos conservadores da sociedade brasileira fazem vista grossa aos métodos violentos das milícias para lidar com o problema da criminalidade no país. Além disso, houve casos em que os políticos hesitaram em condenar abertamente essas milícias, complicando ainda mais os esforços para resolver a questão (SULLIVAN e BUNKER, 2022a; OECD, 2021). Um dos principais problemas das milícias policiais é sua ligação com as forças de segurança. Devido à presença de policiais ativos e ex-policiais em suas fileiras, as milícias podem acessar recursos, armas e inteligência da polícia. Isso permite que elas operem com uma sensação de impunidade, pois geralmente têm conhecimento interno das operações policiais e podem manipular ou corromper os agentes da lei. As ações das milícias policiais exacerbam a insegurança de várias maneiras. Em primeiro lugar, elas contribuem para o colapso geral da lei e da ordem, pois se envolvem em atividades

criminosas e minam a autoridade das forças de segurança legítimas. Isso leva a uma perda de confiança na polícia entre a população, o que dificulta a prevenção e a investigação eficazes de crimes. Em segundo lugar, as milícias se envolvem em violentas guerras territoriais com grupos criminosos rivais, aumentando ainda mais a violência e colocando em risco a vida de civis inocentes pegos no fogo cruzado. Esses conflitos geralmente resultam em um alto número de homicídios e outros crimes violentos, e contribuem para a epidemia de violência no Brasil (PHILLIPS, 2018). Além disso, a presença de milícias perpetua um ciclo de corrupção e impunidade no setor de segurança. Sua infiltração nas instituições de aplicação da lei corrói a confiança pública e prejudica o Estado de Direito. Isso também dificulta os esforços para combater o crime organizado de forma eficaz, pois essas milícias podem dificultar as investigações e proteger suas redes criminosas (SULLIVAN e BUNKER, 2022b).

Por fim, a Amazônia é uma floresta tropical úmida que cobre a maior parte da Bacia Amazônica da América do Sul. A maior floresta tropical do mundo desempenha um papel fundamental na luta contra as mudanças climáticas. A floresta amazônica cobre uma enorme área de 6,7 milhões de quilômetros quadrados, abrangendo 8 países e um território ultramarino na América do Sul. Simplificando, ela cobre uma área duas vezes maior do que a Índia! A floresta amazônica absorve aproximadamente 25% do dióxido de carbono atmosférico e produz cerca de 6% do oxigênio total na atmosfera da Terra. Não é de se surpreender que ela seja chamada de pulmão do planeta Terra. Sessenta por cento da floresta amazônica encontra-se em território brasileiro. Assim, os desafios ambientais do Brasil têm implicações globais, principalmente devido à importância da floresta amazônica, mas também de outros biomas, como o Pantanal e o Cerrado. O desmatamento é uma das principais preocupações na Amazônia, com a extração ilegal de madeira, a expansão das atividades agrícolas, o desenvolvimento de infraestrutura e a invasão

de terras representando ameaças à integridade dos ecossistemas florestais. A destruição da floresta amazônica não só resulta na perda da biodiversidade, mas também contribui para a mudança climática. À medida que as árvores são cortadas e os ecossistemas são perturbados, a capacidade da floresta tropical de absorver o dióxido de carbono diminui, levando ao aumento das emissões de gases de efeito estufa e ao aquecimento global (OECD, 2021). Outro desafio é o comércio ilegal de animais silvestres, que representa uma ameaça à rica biodiversidade do Brasil. O tráfico de espécies raras e ameaçadas de extinção, tanto em nível nacional quanto internacional, prejudica os esforços de conservação e perturba os ecossistemas. Os conflitos fundiários e a invasão de terras indígenas também são desafios significativos à segurança. Disputas sobre a propriedade da terra e a extração de recursos muitas vezes levam à violência e a conflitos, principalmente na região amazônica. A proteção dos direitos indígenas e a gestão sustentável da terra e dos recursos são fundamentais para manter a segurança ambiental e a estabilidade social (OECD, 2021). Embora a Índia também lide com questões ambientais semelhantes, como poluição do ar, degradação do solo, escassez de água e desmatamento, os desafios ambientais do Brasil, especialmente em relação à floresta amazônica, têm importância global. A preservação e o manejo sustentável da floresta amazônica não são apenas cruciais para a segurança doméstica e a conservação da biodiversidade do Brasil, mas também para a regulação geral do clima do planeta e o bem-estar das gerações futuras.

Conclusões

Em conclusão, este breve ensaio destacou os riscos de segurança comuns e específicos enfrentados pelo Brasil e pela Índia no sistema internacional. Ambos os países estão situados em regiões caracterizadas por ambientes de segurança complexos

e enfrentam várias vulnerabilidades e desafios que requerem cooperação internacional para serem enfrentados. O Brasil e a Índia compartilham muitos pontos em comum que podem ser aproveitados para promover a estabilidade e contribuir para a construção de um sistema internacional mais inclusivo e equilibrado. Ao colaborar e trabalhar para o avanço de seus interesses compartilhados, essas duas potências emergentes podem fazer contribuições significativas para a segurança global.

Um dos principais desafios enfrentados pelo Brasil é sua vulnerabilidade ao crime organizado transnacional, principalmente ao tráfico de drogas. As extensas fronteiras do país, o litoral permeável e a fraca infraestrutura de aplicação da lei o tornam um destino atraente para os traficantes de drogas. Além disso, os centros urbanos do Brasil são assolados por altos níveis de violência, o que agrava ainda mais os desafios de segurança do país. A Índia enfrenta um conjunto diferente de riscos de segurança devido ao seu contexto geopolítico. O país está localizado em uma região volátil caracterizada por conflitos contínuos com os vizinhos Paquistão e China. A Índia também enfrenta ameaças internas de grupos insurgentes e terroristas que operam em várias partes do país.

Apesar das diferenças, o Brasil e a Índia compartilham várias vulnerabilidades que exigem cooperação internacional para serem tratadas de forma eficaz. A título de exemplo, ambos os países estão enfrentando cada vez mais ameaças à segurança cibernética de agentes patrocinados pelo Estado que buscam roubar informações confidenciais ou danificar infraestruturas fundamentais. Eles também enfrentam diferentes desafios relacionados ao terrorismo, com a Índia lutando contra a propaganda, o recrutamento, o financiamento e ataques terroristas e o território brasileiro sendo usado para financiar atividades terroristas por meio de conexões com o crime organizado e lavagem de dinheiro. Para enfrentar esses desafios de

forma eficaz, o Brasil e a Índia devem trabalhar em conjunto com outras nações da comunidade internacional. Isso requer a construção de confiança entre os países por meio de canais diplomáticos e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de mecanismos eficazes para o compartilhamento de informações de inteligência.

Outro aspecto fundamental para enfrentar esses desafios é investir em capacidades domésticas que possam ajudar a reduzir os riscos. Por exemplo, tanto o Brasil quanto a Índia precisam fortalecer sua infraestrutura de aplicação da lei para combater com eficácia o crime organizado transnacional. Eles também precisam investir no desenvolvimento social e econômico interno para lidar com as disparidades socioeconômicas que, muitas vezes, funcionam como queixas fundamentais não apenas para os movimentos separatistas, mas também para o crime organizado. Por fim, é essencial que o Brasil e a Índia dialoguem com outras nações para promover um sistema internacional mais inclusivo e equilibrado. Para isso, é necessário trabalhar em prol de objetivos em comum que beneficiem todas as nações, como a promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento, a redução da pobreza e o enfrentamento das mudanças climáticas.

Em resumo, o Brasil e a Índia enfrentam desafios significativos de segurança no sistema internacional que exigem cooperação internacional para serem enfrentados de forma eficaz. Ao aproveitar seus pontos em comum e trabalhar em conjunto com outras nações, essas duas potências emergentes podem fazer contribuições significativas para a segurança global. É essencial que eles invistam em capacidades domésticas e, ao mesmo tempo, dialoguem com outras nações para promover um sistema internacional mais inclusivo e equilibrado.

REFERÊNCIAS

DUBOIS, Roberto. Paraguayan Authorities Conduct Record Cocaine Seizure. *Diálogo Américas,* 15 set. 2021. Disponível em: <https://dialogo-americas.com/articles/paraguayan-authorities-conduct-record-cocaine-seizure/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

FORD, Alessandro. Lake Itaipú – The Smugglers's Paradise Between Brazil and Paraguay. *InSight Crime*, 8 jul. 2022. Disponível em: <https://insightcrime.org/news/lake-itaipu-the-smugglers-paradise-between-brazil-and-paraguay/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

GANGULY, Sumit. *The Crisis in Kashmir:* Portents of War, Hopes of Peace. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

GARAT, Guillermo. Paraguay: The Cannabis Breadbasket of the Southern Cone. *TNI*, Amsterdam, 3 oct. 2016. Disponível em: <https://www.tni.org/en/publication/paraguay-the-cannabis-breadbasket-of-the-southern-cone>. Acesso em: 28 jun. 2023.

HUDSON, Rex. Terrorist and Organized Crime Groups in the Tri--Border Area (TBA) of South America. *U.S. Department of Justice*, Washington, jul. 2003. Disponível em: <https://www.ojp.gov/ncjrs/virtual-library/abstracts/terrorist-and-organized-crime-groups-tri-border-area-tba-south>. Acesso em: 28 jun. 2023.

JAFFRELOT, Christophe. Introduction: The Invention of an Ethnic Nationalism. In: *Hindu Nationalism:* A Reader. Princeton: Princeton University Press, 2007, p. 3-25.

JAIN, B. M. *Global Power:* Indian's Foreign Policy, 1947-2006. United Kingdom: Lexington Books, 2009.

KOSMYNKA, Stanisław. The Problem of Organized Crime in the South American Tri-Border Area: Paraguay, Brazil and Argentina. *International Studies*, v. 25, n. 1, p. 9-28, 2020. Disponível em: <https://czasopisma.uni.lodz.pl/international/article/view/9425/9282>. Acesso em: 28 jun. 2023.

LADWIG, Walter C. India and Military Power Projection: Will the Land of Gandhi Become a Conventional Great Power? *Asian Survey*, v. 50, n. 6, p. 1162-1183, 2010.

MAHADEVAN, Prem. *The Politics of Counterterrorism in India:* Strategic Intelligence and National Security in South Asia. New York: I.B. Tauris, 2012.

MARTENS, Juan A. Entre grupos armados, crimen organizado e ilegalismos: actores e impactos políticos y sociales de la violencia en la frontera noreste de Paraguay con Brasil. *Revista sobre acesso à Justiça e Direitos Humanos nas América,* v. 3, n. 3, p. 65-87, 2019.

MCDERMOTT, Jeremy; BARGENT, James; DOUWE, den Held; RAMÍREZ, Maria Fernanda. The Cocaine Pipeline to Europe. *Global Initiative Against Transnational Organized Crime,* 2021. Disponível em: <https://globalinitiative.net/analysis/cocaine-to-europe/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

MEDIRATTA, Rahul. India and Transnational Organized Crime. In: *The Oxford Handbook of India's National Security*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

MUKHERJEE, Shivaji. India's Hidden War – Maoist Insurgency in the World's Largest Democracy. In: *The Oxford Handbook of India's National Security*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

NEUMANN, Vanessa; PAGE, Stuart. The *Many Criminal Heads of the Golden Hydra*: How the Tri-Border Area's Interlocking Arcs of Crime Create LatAm's #1 International Fusion Center. Counter Extremism Project, 2018.

OECD. *Evaluating Brazil's Progress in Implementing Environmental Performance Review Recommendations and Promoting Its Alignment with OECD Core Acquis on the Environment*. Paris: OECD Publishing, 2021.

OECD. *Illicit Trade:* Convergiving Criminal Networks. Paris: OECD Publishing, 2016.

OGDEN, Chris. *Indian Foreign Policy*. Cambridge: Polity Press, 2014.

PATANKAR, V.G. Insurgency, Proxy War, and Terrorism in Kashmir. In: *India and Counterinsurgency:* Lessons Learned. New York: Routledge, 2009.

PHILLIPS, Dom. 'Lesser Evil': How Brazil's Militias Wield Terror to Seize Power from Gangs. *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2018/jul/12/brazil-militia-paramilitary-wield-terror-seize-power-from-drug-gangs>. Acesso em: 28 jun. 2023.

PHILLIPS, Tom. Brazil's Fearsome Militias: Mafia Boom Increases Threat to Democracy. *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2022/oct/18/brazil-militias-paramilitary-far-right-bolsonaro>. Acesso em: 28 jun. 2023.

RAY, Anasuya. Tribal Development and Maoism in India: A Gendered Perspective. *International Journal of Diversity in Organizations, Communities and Nations*, v. 11, n. 5, 2012.

ROGGIO, Bill. Al Qaeda in the Indian Subcontinent Incorporates Regional Jihadist Groups. *The Long War Journal*, 5 set. 2014. Disponível em: <https://www.longwarjournal.org/archives/2014/09/analysis_al_qaeda_in.php>. Acesso em: 28 jun. 2023.

ROUL, Animesh. India's Home-Grown Jihadi Threat: A Profile of the Indian Mujahideen. *Terrorism Monitor,* v. 7, n. 4, 2009.

ROUL, Animesh. How Islamic State Gained Ground in India Using Indigenous Militant Networks. *Terrorism Monitor,* v. 14, n. 9, 2016.

SAHNI, Ajai. Naxalism: The Retreat of Civil Governance. *Faultlines:* Writings on Conflict & Resolution, v. 5, 2000. Disponível em: <http://www.satp.org/satporgtp/publication/faultlines/volume5/Fault5-7asahni.htm>. Acesso em: 28 jun. 2023.

SCHOFIELD, Victoria. *Kashmir in the Crossfire.* London: I.B. Tauris, 1996.

SINGH, Rashmi. India's Experience with Terrorism. In: *The Oxford Handbook of India's National Security*. New Delhi: Oxford University Press, 2018, p. 247-266.

SINGH, Rashmi. Counterterrorism in India: An Ad Hoc Response to an Enduring and Variable Threat. In: *Non-Western Responses to Terrorism*. Manchester: Manchester University Press, 2019, p. 153-158.

STANILAND, Paul. Counterinsurgency in India. In: *The Oxford Handbook of India's National Security*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

SULLIVAN, John P.; BUNKER, Robert. *Competition in Order and Progress:* Criminal Insurgencies and Governance in Brazil. Bloomington: Xlibris, 2022a.

SULLIVAN, John P.; BUNKER, Robert. Introduction: Gangs, Militias and Competitive Control in Brazil. In: *Competition in Order and Progress:* Criminal Insurgencies and Governance in Brazil. Bloomington: Xlibris, 2022b.

SWAMI, Praveen. *The Kargil War.* New Delhi: LeftWord Books, 1999.

TANKEL, Stephen. *Storming the World Stage:* The Story of Lashkar--e-Taiba. New York: Columbia University Press, 2011.

TANKEL, Stephen. *The Indian Jihadist Movement:* Evolution and Dynamics. Washington: National Defence University Press, 2014.

THOMPSON, William R. Indian National Security and Indian State Capacity. In: *The Oxford Handbook of India's National Security*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

UNOCD. *Global Report on Cocaine 2023* – Local dynamics, global challenges. Vienna: United Nations publications, 2023.

UNODC. *Global Study on Firearms Trafficking*. New York: United Nations publications, 2020a.

UNODC. *World Drug Report 2020*. Vienna: United Nations publications, 2020b.

UNODC. *Cocaine Insights 2:* Cocaine – A Spectrum of Products. Vienna: UNODC, 2021.

UPADHYAY, Archana. *The Dynamics of Terrorism in North East India:* India's Fragile Borderlands. London and New York: I.B. Tauris, 2009.

WALLACE, Paul. Countering Terrorist Movements in India: Kashmir and Khalistan. In: *Democracy and Counterterrorism:* Lessons from the Past. Washington: United States Institute of Peace, 2007.

O PAPEL DAS ESCOLAS DE NEGÓCIOS NO ESTÍMULO ÀS RELAÇÕES BILATERAIS: CASO DA FGV EAESP

Umesh Mukhi[1]

Introdução

O momento em que a Índia e o Brasil comemoram 75 anos de relações diplomáticas é singular para refletir sobre esta relação contínua que, de fato, tem sido relativamente resiliente, consistente e cada vez mais forte. Neste capítulo, apresento brevemente uma visão retrospectiva das relações Índia-Brasil. Embora esta relação tenha evoluído de forma multifacetada, especificamente nos fóruns comerciais e multilaterais, há uma lacuna considerável no meio acadêmico, o que oferece uma oportunidade única para os elaboradores de políticas encorajarem Instituições de Ensino Superior (IES) a colaborar para a criação de uma base de conhecimento mais forte, melhorando assim as percepções para o crescimento e desenvolvimento de ambas as economias. Neste capítulo, destaco a forma como a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EAESP) vem desempenhando um papel crucial na transposição desta lacuna de conhecimento.

Relações Índia-Brasil

A Índia alcançou sua independência em 15 de agosto de 1947. Em 6 de abril do ano seguinte, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas

1 Professor do Departamento de Administração da Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV EAESP), <umesh.mukhi@fgv.br>.

com a Índia (ÍNDIA, 2022). Pode-se dizer que ambas as nações partilham um ponto em comum no seu passado, ou seja, foram colonizadas, e, mais tarde, lutaram pelo reconhecimento da soberania e da integridade territorial. Deste ponto de vista, o reconhecimento da Índia pelo Brasil, imediatamente após a sua independência, simboliza o valor da independência, da autonomia e a importância da adesão aos valores democráticos. Após o estabelecimento dessa relação, a primeira visita oficial foi feita pelo vice-presidente da Índia, S. Radhakrishnan, em 1954, quase oito anos após a independência (ver Tabela 1). A visita seguinte ocorreu em 1968, com um intervalo de 14 anos, e depois em 1992, com um intervalo de 24 anos. A partir de 1991, período de abertura comercial da Índia após a crise econômica causada por déficit da balança de pagamentos, pudemos assistir a visitas mais consecutivas, em 1992, 1996, 1998, e assim por diante. Estas visitas podem também ser atribuídas ao crescimento em paralelo com a conjuntura da economia mundial.

Ano	**Visitas oficiais**	**Crescimento do PIB Índia (% anual)**	**Crescimento do PIB do Brasil (% anual)**
1954	Visita do Vice-Presidente S. Radhakrishnan ao Brasil	Não disponível	Não disponível
1968	Visita da Primeira-Ministra Indira Gandhi ao Brasil	3.4	9.8
1992	Visita do Primeiro-Ministro Narasimha Rao ao Brasil (Rio-92)	5.5	-0.5
1996	Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Índia	7.5	2.2
1998	Visita do Presidente K. R. Narayanan ao Brasil	6.2	0.3
2004	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia	7.9	5.8

2006	Estabelecimento da Parceria Estratégica Índia-Brasil; Visita do Primeiro-Ministro Manmohan Singh ao Brasil	8.1	4
2007	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia	7.7	6.1
2008	Visita da Presidente Pratibha Patil ao Brasil;	3.1	5.1
2010	Visita do Primeiro-Ministro Manmohan Singh ao Brasil	8.5	7.5
2012	Visita da Presidente Dilma Rousseff à Índia;	5.5	1.9
2014	Visita do Primeiro-Ministro Narendra Modi ao Brasil (BRICS)	7.4	0.5
2016	Visita do Presidente Michel Temer à Índia	8.3	-3.3
2017	Encontro do Presidente Michel Temer com o primeiro-ministro Narendra Modi (em paralelo à IX Cúpula do BRICS em Xiamen)	6.8	1.3
2019	Encontro bilateral entre o Presidente Jair Bolsonaro e o Primeiro-Ministro da Índia em paralelo à cúpula do G20 em Osaka (junho); Visita do Primeiro--Ministro Narendra Modi ao Brasil na XI Cúpula do BRICS (novembro)	3.7	1.2
2020	Visita do Presidente Jair Bolsonaro à Índia (janeiro)	-6.6	-3.9

Tabela 1: Visitas oficiais e crescimento do PIB de Brasil e Índia. Fonte: informações compiladas pelo autor usando dados do Banco Mundial e Embaixadas do Brasil e Índia.

Nos anos 2000, um estudo de Jim O'Neill intitulado *Building Better Global Economic BRICs* (GOLDMAN SACHS, 2001) congregou os países emergentes Brasil, Rússia, Índia, China e, finalmente, África

do Sul (BRICS) (IPEA, 2014). Para além da utilização do conceito BRICS como categoria analítica nos círculos econômicos, financeiros, empresariais, acadêmicos e midiáticos, houve o agrupamento de forma institucionalizada destas nações de economias emergentes e interesses comuns em plataformas multilaterais. Como resultado, podemos ver as visitas de Estado neste cenário, durante as quais parcerias e visões estratégicas foram estabelecidas em 2006 e 2020.

> A parceria estratégica bilateral, que abriu uma nova fase para as relações Índia-Brasil em 2006, é baseada em uma visão global comum, valores democráticos compartilhados e um compromisso de promover o crescimento econômico com inclusão social para o bem-estar dos povos de ambos os países.
>
> Dossiê de Relações Bilaterais Índia-Brasil do Ministério das Relações Exteriores, Índia (ÍNDIA, 2020).

Além do BRICS, são dignos de nota o engajamento na forma do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS, 2021), em 2003, e a criação do Novo Banco de Desenvolvimento em 2015 (NDB, 2023), que representa um mecanismo institucionalizado de compromisso das relações Índia-Brasil no âmbito do BRICS. Esse é um marco importante que reforça que, além das relações diplomáticas de Estado para Estado, a Índia e o Brasil podem ampliar sua parceria para novos níveis de engajamento. De fato, esse engajamento tem se caracterizado principalmente por interesses estatais, mas evidencia o ensejo de expandir as oportunidades econômicas.

Ano	Índia	Brasil
2021	9.1	5
2022	6.8	2.9
2023	5.9	0.9

Tabela 2: Crescimento real do PIB. Variação percentual anual, durante e após o cenário da Covid. Fonte: FMI (2023).

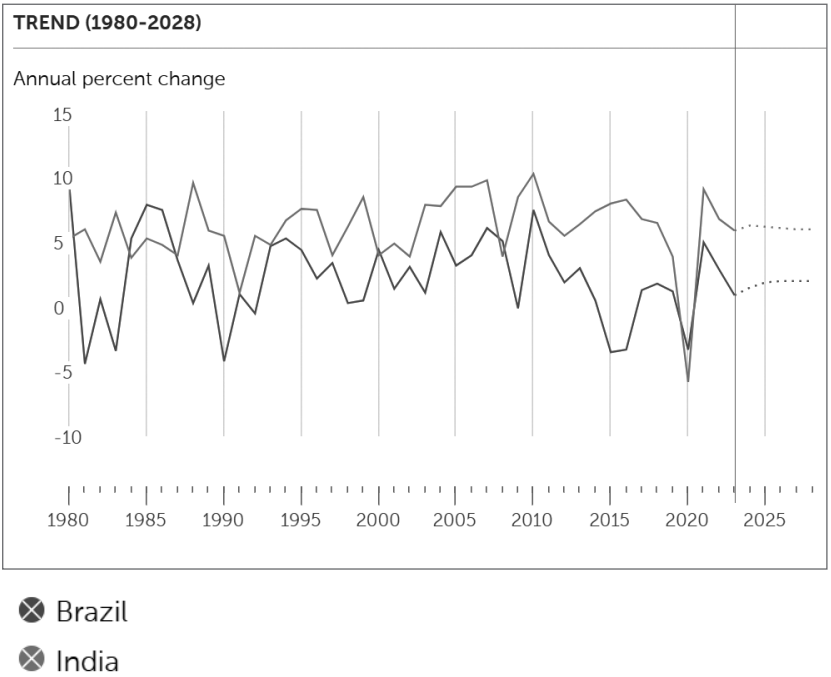


Figura 1: Comparação entre o PIB da Índia e o do Brasil. Fonte: FMI (2023).

Em uma rápida olhada no crescimento do PIB nas Tabelas 1 e 2 e também na Figura 1, é possível ver como as nações aproximaram-se na trajetória de crescimento econômico em relação à crise financeira de 2008 e à pandemia de Covid-19 em 2020. Como resultado, podemos ver que cada uma delas passou por ciclos de crescimento e recessão ao longo de duas décadas. Enquanto a Índia e o Brasil compartilham algumas características e desafios semelhantes em termos de ameaças ao desenvolvimento e natureza democrática da governança, o crescimento pós-Covid foi caracterizado por fatores localizados, volatilidade política e inflação, juntamente com os cenários geopolíticos do conflito Ucrânia-Rússia e das tensões EUA-China.

De fato, considerando esses fatores, a taxa de crescimento da Índia tem sido resiliente em comparação com a do Brasil.

O comércio bilateral também vem registrando crescimento exponencial (ver Tabela 3). Em meio a esse cenário, não se pode descartar o grande potencial de expansão dessa oportunidade comercial, considerando que a China e os Estados Unidos ainda dominam como os principais parceiros comerciais do Brasil (BANCO SANTANDER, 2022). Além do comércio, também vemos que as multinacionais investiram em ambos os países. Alguns exemplos de empresas indianas que têm atuado no Brasil incluem a Tata Consultancy Services, do setor de TI, a ACG, do setor farmacêutico, e a Royal Enfield, do setor automotivo. Do lado brasileiro, alguns exemplos incluem a WEG Motors em infraestrutura, a Alpargatas no varejo e a Taurus no setor de defesa.

Período	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
Comércio total	7.020	7.052	11.488	15.205
Índia - exportações	4.257	4.167	6.729	8.864
Índia - importações	2.763	2.884	4.760	6.340
Balança comercial para a Índia	1.494	1.283	1.969	2.524

Tabela 3: Comércio bilateral Índia-Brasil 2019-2022 (todos os valores em milhões de dólares). Fonte: Informações fornecidas pela missão diplomática indiana em São Paulo.

Lacuna de Percepção Índia-Brasil

Pela minha experiência, em interações com executivos, diplomatas, estudantes e cidadãos de ambos os países, há uma lacuna entre percepção e realidade que funciona como barreira, mas também como uma oportunidade inexplorada. Essas interações revelam que suposições estereotipadas prevalecem entre as massas, o que pode levá-las a presunções, minando assim oportunidades de explorar o potencial de colaboração entre os dois países. Por exemplo,

uma presunção indiana sobre o Brasil se limitaria a futebol, crime ou café, enquanto a presunção brasileira sobre a Índia seria sobre castas, superpopulação e pobreza. Além disso, a mídia muitas vezes tende a reforçar os estereótipos em sua cobertura. Um bom exemplo disso seria a novela *Caminho das Índias*, da Rede Globo, que teve um impacto positivo em termos de abertura do Brasil para uma nova cultura, mas também reforçou estereótipos. Nas relações Índia-Brasil, a lacuna de percepção é ainda mais agravada pela longa distância, que levou a uma interação limitada, menos migração ou presença marginal da diáspora indiana no Brasil em comparação com outros países. A diferença de idioma é uma barreira enorme que resulta da grande população que fala português no Brasil em comparação com o inglês na Índia. Como resultado, a troca de informações é limitada devido a informações limitadas ou fragmentadas. Um bom exemplo disso pode ser visto nos comunicados de imprensa: os artigos de mídia sobre a Índia no Brasil geralmente são retirados de fontes internacionais em inglês e, por fim, traduzidos para o português. Por certo, essa é uma maneira eficiente de fazer reportagens, mas a falta de pautas originais muitas vezes deixa espaço para replicar as reportagens sem uma análise original de jornalistas brasileiros que possam cobrir especialmente a região indiana. Pelo menos no Brasil, a falta de interesse na região pode ser fomentada por jornalistas ou empresas de mídia por motivos que apenas eles conhecem. Por exemplo, quando o ministro das Relações Exteriores da Índia, Dr. Subrahmanyam Jaishankar, visitou o Brasil em 2022, quase não houve cobertura da mídia, exceto pelo canal de TV estatal. Apesar dos meus esforços para informar sobre essa visita a jornalistas de veículos como a CNN, não houve quase nenhum interesse expresso pela cobertura da mídia. Como resultado, a lacuna de percepção aumenta, e a sociedade em geral fica privada de informações sobre a região indiana.

De forma alguma se pode generalizar; interagi com jornalistas brasileiros que demonstraram grande interesse em analisar o cenário indiano para desenvolver suas matérias. O mesmo cenário poderia ser aplicado ao jornalismo indiano, onde pouquíssimos jornalistas e acadêmicos cobrem o Brasil. Esse círculo do lado indiano é limitado a acadêmicos, jornalistas e alguns pesquisadores especializados na região da América Latina. Um exemplo seria o veículo *The Financial Express*, do lado indiano, que cobre algumas perspectivas do Brasil.

A lacuna entre percepção e realidade não existe apenas no sentido de viés psicológico, mas também em termos de falta de conhecimento quanto à formação acadêmica. Conforme destacado na Tabela 1, a realidade do crescimento econômico e das oportunidades de negócios vai além dos estereótipos. Se os brasileiros quiserem expandir a cooperação com a Índia e vice-versa, deve haver uma base de conhecimento consolidada que informe a tomada de decisões dos empresários e dos formuladores de políticas e, se for necessário promover a conexão entre as pessoas, as escolas de negócios e as universidades desempenharão um papel fundamental para preencher essa lacuna de conhecimento. Minhas conversas com acadêmicos no Brasil, expatriados indianos no Brasil e expatriados brasileiros na Índia revelaram que há uma oportunidade de capacitação para funcionários que possam compreender as realidades do mercado, bem como demonstrar habilidades interculturais para trabalhar entre a Índia e o Brasil, considerando que esse ecossistema de negócios está se expandindo.

Finalmente, o desafio da lacuna de conhecimento *versus* percepção é o círculo vicioso, o que exige mais investimentos em recursos como livros, materiais didáticos e pedagógicos sobre a Índia em português no Brasil e vice-versa. Outros programas de intercâmbio ou formações-sanduíche não podem proporcionar a mobilidade dos alunos, pois, mais uma vez, são inviabilizados devido

a diferenças estruturais, custos de viagem, barreiras linguísticas e interesse limitado dos alunos.

O Caso da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EAESP)

A FGV EAESP[2] foi criada em 1954 pelos esforços conjuntos do governo brasileiro e da comunidade empresarial brasileira, com a colaboração da Michigan State University, visando treinar pessoas para enfrentar os desafios pelos quais o Brasil estava passando. Atualmente, a escola oferece vários programas de graduação, mestrado e doutorado em Administração de Empresas e Administração Pública. Em 2023, a escola contará com 3.700 alunos e 245 professores, além de centros de pesquisa ativos e parceiros internacionais. Com o seu crescimento, ela internacionalizou o corpo docente recrutando professores de fora do Brasil capazes de ministrar cursos em inglês. De fato, um dos programas emblemáticos recentes da escola é oferecer um curso de graduação em tempo integral em Administração de Empresas em inglês.

A tabela abaixo destaca as atividades que foram realizadas na FGV EAESP para promover a produção e a disseminação de conhecimento relacionado ao ecossistema Índia-Brasil. No cerne dessas iniciativas, a ideia é criar uma base de conhecimento ao ser o epicentro das interações entre o meio acadêmico, as missões diplomáticas, o setor social e o setor privado que trabalham entre a Índia e o Brasil. Como instituição educacional, vemos que três iniciativas surgiram em suas respectivas dimensões. Elas estão detalhadas na Tabela 4:

2 Disponível em: <https://eaesp.fgv.br/sobre-eaesp>. Acesso em: 29 maio 2023.

Ensino	Pesquisa	Extensão
Programa de Imersão na Índia **Objetivo: Treinar os alunos sobre as relações Índia-Brasil e as oportunidades oferecidas pela economia indiana.**	**Pesquisa sobre o ecossistema de negócios Índia-Brasil (em andamento, previsão de término em 2023)** Objetivo: Produzir pesquisa aplicada com base em empresas que operam na Índia e no Brasil	**Revista GV Executive** Objetivo: Disseminar o conhecimento por meio de artigos em que percepções e oportunidades sobre o ecossistema Índia-Brasil são compartilhadas por acadêmicos e profissionais

Tabela 4: Atividades que promovem a disseminação de conhecimento Índia-Brasil na FGV EAESP.

Ensino: Semana de Imersão na Índia

Com relação às matérias lecionadas, uma das modalidades exclusivas é oferecer um programa intensivo de uma semana por semestre, que abrange aproximadamente 40 horas de aprendizado. Esse programa é conhecido como *Immersion Week* (Semana de Imersão), em que a escola incentiva os professores a organizar uma experiência extracurricular de aprendizado intensa para os alunos ou a desenvolver uma atividade curricular que trabalhe um determinado conjunto de habilidades. É nesse contexto que ocorre o Programa de Imersão na Índia, que foi iniciado em 2020 e teve continuidade em 2021 e 2022. Decerto, alguns fatores desempenharam um papel fundamental: em primeiro lugar, o fato de eu ser o único professor de origem indiana na FGV EAESP gerou expectativas de compartilhar mais conhecimento sobre a economia da Índia e as empresas indianas no contexto gerencial. Em segundo lugar, muitas vezes as perguntas da imprensa relacionadas à Índia eram direcionadas a mim para que eu articulasse e compartilhasse opiniões sobre o contexto da

Índia. Por fim, a curiosidade dos alunos em saber mais sobre a Índia, juntamente com a lacuna de percepção observada no setor e na interação diplomática, incentivou ainda mais a necessidade de criar o programa.

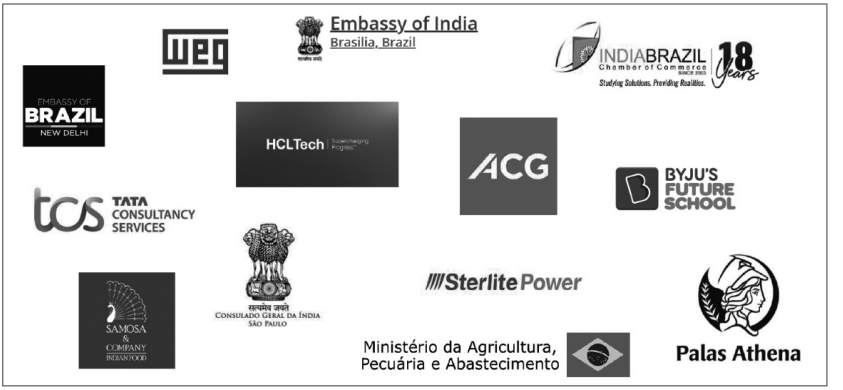


Figura 2: Parceiros do Programa de Imersão na Índia em 2022.

O programa é ofertado na segunda metade do semestre, no mês de outubro. A cada período costuma haver 30 alunos matriculados, que, durante uma semana, comparecem a cerca de 40 horas de palestras e discussões acerca de relações Índia-Brasil, oportunidades de negócios a serem exploradas por empresas em ambos os países e aspectos culturais e sociais da Índia. O programa é conduzido de modo híbrido; os alunos se deslocam para o campus e as palestras de executivos acontecem presencialmente ou online. A maioria de nossos alunos é de origem brasileira e está cursando o segundo ou terceiro ano da graduação. Para valorizar o aspecto intercultural, as aulas são ministradas em inglês e português.

Um dos principais destaques do programa é o fato de ele ter conseguido reunir o apoio da Câmara de Comércio Índia-Brasil, das missões diplomáticas de ambos os países e das empresas que operam no ecossistema Índia-Brasil. Vale ressaltar que a semana de imersão começa com os discursos do embaixador da Índia no

Brasil e do embaixador do Brasil na Índia. Esse tipo de interação com autoridades diplomáticas é raro para os alunos e, portanto, dá mais legitimidade ao curso. Recentemente, em 2022, também adicionamos um módulo de visitas a empresas indianas sediadas em São Paulo. Durante toda a semana, os alunos participam de uma série de palestras, leituras e interações com as partes interessadas. As palestras de convidados incluem sessões com executivos seniores de empresas no ecossistema Índia-Brasil. Em 2022, Padma Shri Lia Diskin, que é amplamente reconhecida por seu trabalho social e por disseminar a filosofia de Mahatma Gandhi no Brasil e na América Latina por quase 40 anos, também interagiu com os alunos.

> Uma oportunidade de conhecer muitas pessoas influentes quanto ao relacionamento Índia-Brasil, mas também pessoas que têm muito poder no setor de negócios (Comentário de participante, 2022).

> Os palestrantes excederam muito minhas expectativas; embaixadores, o cônsul-geral e vários CEOs que desempenham papéis extremamente importantes e, ainda assim, tiveram todo o tempo para conversar conosco, os alunos, que sabíamos muito pouco sobre a Índia antes (Comentário de participante, 2021).

Por fim, o programa também inclui sessões sobre aspectos culturais como ioga, valores Gandhianos, música ou Dança Clássica Indiana, que são facilitadas pelo Centro Cultural Swami Vivekananda. Esse ponto também é crucial, pois torna o evento mais leve e se aprofunda no aspecto cultural que provoca o lado místico e histórico da cultura indiana. Em 2022, foram introduzidas sessões de ioga no início de cada dia para enfocar o bem-estar dos participantes, enquanto a parte da dança ou da música geralmente ocorre no final do evento.

Os dados abaixo destacam como as percepções dos alunos mudaram antes e depois do programa. A lacuna de percepção, conforme destacado em minha discussão anterior, é evidente. "Antes do curso, eu não tinha muito conhecimento sobre a Índia. Depois do que aprendi com essa imersão, mudei de visão e passei a me interessar mais por esse grande país" (Comentário de participante, 2021).

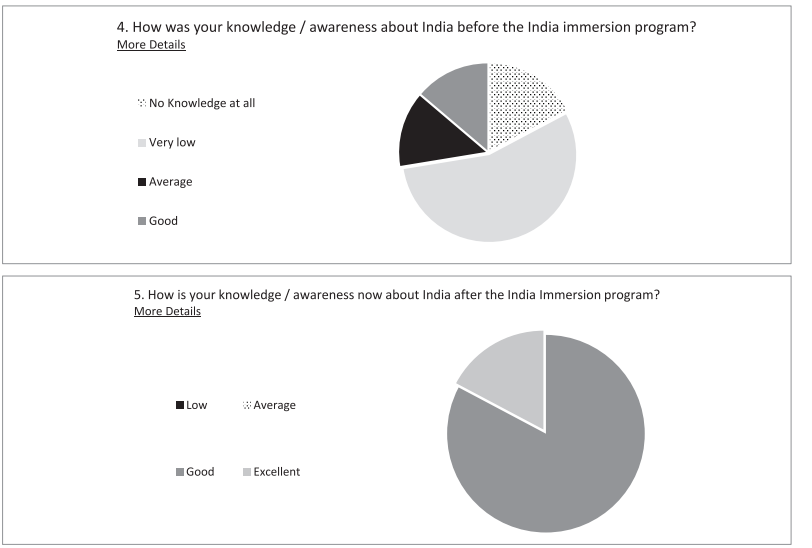


Figura 3: Pesquisa de *feedback* dos alunos, Imersão na Índia na FGV EAESP, 2022. Fonte: Autor.

Conforme observado no *feedback* da Figura 4 a seguir, é possível identificar o impacto do curso não somente nas percepções dos alunos, mas também em termos de desenvolvimento de aspirações profissionais. O programa é muito eficaz não apenas para fechar a lacuna de percepção, mas também para estimular os alunos a trabalhar com empresas indianas e brasileiras que operam em seus respectivos países.

> O curso me ajudou a mudar minha mentalidade. Quando eu estava na escola, meus professores me ensinaram que a Índia era um país muito pobre e desigual. Por causa disso, nunca me interessei por esse país. Agora eu realmente quero conhecer e visitar a Índia e trabalhar com eles (Comentário de participante, 2022).

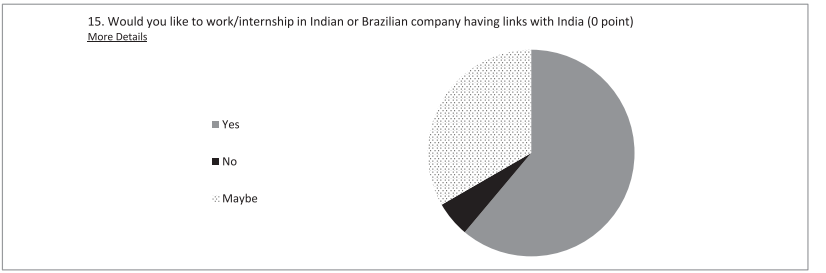


Figura 4: Pesquisa de *feedback* dos alunos, Imersão na Índia na FGV EAESP, 2022. Fonte: Autor.

Por fim, a tabela abaixo destaca a evolução e a comparação do programa em termos de *feedback* dos alunos desde 2020. A metodologia *Net Promoter Score* (NPS) (QUALTRICS, 2023) é geralmente usada para quantificar as métricas de experiência do cliente. Neste curso, usamos essa pergunta para medir a eficácia dos programas em termos de experiência do aluno. Conforme destacado pela pontuação, o curso evoluiu gradualmente em termos de pontuação NPS e também em termos de manutenção de "Promotores". De 2020 a 2022, houve um declínio relativo também nos "Neutros". É claro que se deve ter em mente que o curso recebeu *feedback* crítico tanto em termos de "Detratores" quanto em termos de carga de conteúdo e carga de trabalho intensa do programa e dos alunos.

"Não é culpa do curso, mas algumas apresentações foram muito longas e, no final, foi muito difícil manter o foco" (Comentário de participante, 2022).

Programa de Imersão na Índia da FGV	2022	2021	2020
Net Promoter Score (NPS) **As pontuações do NPS são medidas com uma pesquisa de pergunta única e relatadas com um número que varia de -100 a +100, sendo desejável uma pontuação mais alta.**	77	62	53
Promotores **Respondem com uma pontuação de 9 ou 10 e, em geral, são clientes fiéis e entusiasmados.**	15	18	16
Neutros **Respondem com uma pontuação de 7 ou 8. Estão satisfeitos com seu serviço, mas não o suficiente para serem considerados promotores.**	2	11	11
Detratores **Respondem com uma pontuação de 0 a 6. Esses são clientes insatisfeitos que provavelmente não voltarão a comprar de você e podem até mesmo desencorajar outras pessoas a comprarem de você.**	1	0	1

Tabela 4: Evolução do curso NPS do Programa de Imersão na Índia. Fonte: Autor.

Pesquisa: Estudo sobre o ecossistema Índia-Brasil

A FGV EAESP incentiva seu corpo docente a produzir pesquisas aplicadas que possam ter um impacto relevante na sociedade. A iniciativa da pesquisa sobre o ecossistema Índia-Brasil, realizada pelo corpo docente, considera que há uma defasagem de conhecimento em termos de acesso a pesquisa que compreenda desafios e oportunidades específicas do setor no ecossistema Índia-Brasil. O principal motivo para lançar essa pesquisa foi consolidar as perspectivas oferecidas

por executivos do setor que estão operando ou desejam investir na Índia ou no Brasil. A pesquisa reuniu mais de 100 entrevistados em sua fase inicial de análise com o objetivo de publicar os resultados até o final de 2023.

Extensão: Revista *GV-Executivo*

O objetivo da criação da edição especial da revista em português foi disseminar opiniões de acadêmicos e executivos da indústria sobre a cooperação Índia-Brasil. A revista foi uma iniciativa inovadora, pois conseguiu lançar duas edições consecutivas, nas quais foram apresentadas perspectivas de setores como, por exemplo, Farmácia, Tecnologia da Informação e *Startups*. Uma das principais ideias por trás da produção da revista foi incentivar os membros do corpo docente a colaborar com executivos do setor para escrever artigos conjuntos. Além disso, o Consulado da Índia em São Paulo e a Câmara de Comércio Índia-Brasil também conseguiram mobilizar alguns fundos de patrocínio.

Com efeito, em menor escala, a revista cumpre sua função principal como recurso bibliográfico e de conhecimento. No entanto, há ainda uma perspectiva de escala mais ampla em que a revista consegue exercer influência entre os funcionários do governo. O Consulado da Índia em São Paulo recebeu exemplares impressos que foram entregues a autoridades governamentais de alto nível durante a visita oficial do cônsul-geral. Dada a confiabilidade e a reputação da FGV no Brasil, a edição especial da revista serviu como um canal de *branding* em que foi possível obter credibilidade intelectual que vai além da lacuna de percepção. Quando as autoridades governamentais no Brasil percebem que uma instituição de ensino superior está se concentrando na Índia, isso lhes dá uma base sólida para explorar ainda mais as possibilidades de cooperação com a Índia. Por exemplo, observamos que o secretário de Relações Internacionais do Rio

Grande do Sul escreveu uma correspondência especial para o cônsul-geral da Índia em 2021 parabenizando essa iniciativa. Além disso, a revista também foi apresentada ao Dr. Subrahmanyam Jaishankar durante sua visita ao Brasil em 2022.

Figura 5: Edição especial da *GV-Executivo* com foco nas iniciativas Índia-Brasil. Fonte: Biblioteca FGV (2021).

Perspectivas e principais aprendizados

Considero que a parceria Índia-Brasil ainda não atingiu sua fase de maturidade. Por exemplo, o potencial comercial da Índia com o Brasil ainda não atingiu seu pico em comparação com os EUA ou a China. Por outro lado, a parceria Índia-Brasil está ganhando impulso com base no *soft power* cultural, nos valores democráticos compartilhados e no alinhamento gradual no Sul Global. A reunião do primeiro-ministro Modi e do presidente Lula à margem da cúpula do G7 em 21 de maio de 2023, em Hiroshima,

resultou no desenvolvimento de uma posição compartilhada sobre o conflito Rússia-Ucrânia, e ambos enfatizaram a necessidade de dar seguimento a uma parceria estratégica em amplas áreas de cooperação bilateral. A atual volatilidade no cenário geopolítico e nas cadeias de suprimentos levou a uma interação mais próxima nas áreas estratégicas de petróleo (ÍNDIA, 2022), etanol e segurança alimentar (VINYAK, 2022). Outros setores podem incluir o da aviação no caso da Embraer (THE FINANCIAL EXPRESS, 2023), ou *startups*, no caso da Jupiter (MANIKANDAN e MISHRA, 2021).

Assim, ao refletirmos sobre o 75º aniversário das relações diplomáticas entre a Índia e o Brasil em 2023, essa parceria permanecerá incompleta sem a cooperação educacional das instituições da Índia e do Brasil. Podemos, portanto, refletir sobre as palavras do Dr. Radhakrishnan, que foi o primeiro estadista indiano a visitar o Brasil em 1954, e avançar para 2023, em que podemos pensar não apenas sobre iniciativas de ensino, mas também sobre o papel das Instituições de Ensino Superior para promover a cooperação bilateral e o intercâmbio de conhecimento. "Os professores precisam ser as melhores mentes do país" (Dr. Sarvepalli Radhakrishnan).

Tanto instituições públicas quanto privadas devem desempenhar um papel ativo na análise dos principais determinantes e desafios para explorar áreas de elaboração de conhecimento. Alguns aprendizados são dignos de nota em nível individual, organizacional ou de políticas:

a) As instituições indianas e brasileiras devem buscar o apoio das missões diplomáticas na Índia e no Brasil, bem como da Câmara de Comércio, para facilitar a interação com o governo e o setor privado.

b) As instituições precisam superar as restrições orçamentárias e oferecer mais recursos didáticos e incentivos para que o corpo docente promova o ensino e os interesses de pesquisa

na Índia e no Brasil. Bolsas de pesquisa e professores visitantes podem possibilitar que acadêmicos trabalhem em projetos concretos relevantes para o ecossistema Índia-Brasil.

c) As instituições devem combater a lacuna de percepção por meio de capacitação, treinamento e desenvolvimento, pesquisa e interação com as partes interessadas relevantes.

d) As instituições devem promover a mobilidade de alunos por meio de programas conjuntos de graduação, intercâmbio de idiomas e cursos eletivos. É importante observar que escolas oferecem oportunidades de desenvolvimento de carreira em conjunto com empresas para que os alunos possam ter contato com o ecossistema no Brasil e na Índia.

Nossa experiência na FGV EAESP evidencia várias facetas das iniciativas que um instituto educacional pode empreender. Sem dúvida, nossas iniciativas têm limitações e recursos limitados, mas destacam como foi possível encontrar o avanço nesse espaço por meio do apoio das partes interessadas no ecossistema Índia-Brasil. Esperamos que outras instituições também possam assumir uma liderança semelhante para promover a cooperação educacional e bilateral entre a Índia e o Brasil.

REFERÊNCIAS

BANCO SANTANDER. Brazilian Foreign Trade in Figures, 2022. Disponível em: <https://santandertrade.com/en/portal/analyse-markets/brazil/foreign-trade-in-figures>. Acesso em: 29 maio 2023.

BRASIL. Relações bilaterais. Embaixada do Brasil em Nova Delhi, 11 out. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-nova-delhi/relacoes_bilaterais>. Acesso em: 29 maio 2023.

EMBRAER Seeks to Expand its Presence in India and China. *The Financial Express*, 8 apr 2023. Disponível em: <https://www.financialexpress.com/business/defence-embraer-seeks-to-expand-its-presence-in-india-and-china-3039185/>. Acesso em: 30 maio 2023.

FGV EAESP. Disponível em: <https://eaesp.fgv.br/sobre-eaesp>. Acesso em: 29 maio 2023.

GV EXECUTIVO, v. 20, n. 3, jul./set. 2021. Fundação Getulio Vargas. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/issue/view/4652>. Acesso em: 30 maio 2023.

IBSA. India, Brazil, South Africa Forum, 2021. Disponível em: <https://www.ibsa-trilateral.org/>. Acesso em: 29 maio 2023.

INDIA. India-Brazil Relations. *Ministry of International Affairs*, 31 jan. 2020. Disponível em: <https://mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/Brazil_bilateral_brief_Jan_2020.pdf>. Acesso em: 29 maio 2023.

INDIA. Joint Statement on Meeting Between Minister of Petroleum and Natural Gas of India and Minister of Mines and Energy of Brazil on Cooperation Between India and Brazil in the Energy Sector, Bioenergy and Biofuels. *Press Information Bureau, Government of India*, 21 abr. 2022. Disponível em: <https://pib.gov.in/PressReleasePage.aspx?PRID=1818727>. Acesso em: 30 maio 2023.

LEARN about BRICS. *IPEA*, 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/forumbrics/en/learn-about-brics.html>. Acesso em: 30 maio 2023.

MANIKANDAN, A.; MISHRA, D. Exclusive: Neobank Jupiter Raises $45 Million from Brazil's Nubank, others. *The Economic Times*, 5 aug. 2021. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/tech/funding/neobank-jupiter-raises-45-million-from-brazils-nubank-others/articleshow/85063723.cms>. Acesso em: 30 maio 2023.

NDB. History. *New Development Bank*, 2023. Disponível em: <https://www.ndb.int/about-ndb/history/>. Acesso em: 29 maio 2023.

REAL GDP Growth. Annual Percent Change. *International Monetary Fund*, 2023. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/BRA>. Acesso em: 29 maio 2023.

VINYAK, AJ. India Imports More Soya Oil From Brazil to Make up for Cooking Oils Shortage. *The Hindu Business Line*, 28 abr. 2022. Disponível em: <https://www.thehindubusinessline.com/markets/commodities/with-sunflower-oil-supplies-affcted-india-imports-more-soya-oil-from-brazil/article65362643.ece>. Acesso em: 30 maio 2023.

WHAT is NPS? Your Ultimate Guide to Net Promoter Score. *QUALTRICS*, 2023. Disponível em: https://www.qualtrics.com/experience-management/customer/net-promoter-score/. Acesso em: 30 maio 2023.

WITH GS Research Report, "BRICs" Are Born. *Goldman Sachs*, 2001. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/our-firm/history/moments/2001-brics.html>. Acesso em: 30 maio 2023.

BRASIL-ÍNDIA: DIMENSÃO ENERGÉTICA DA PARCERIA ESTRATÉGICA

André Aranha Corrêa do Lago[1]

As relações entre Brasil e Índia se intensificaram de forma significativa em anos recentes. No período em que tive o prazer de ser embaixador em Nova Delhi, ouvi com frequência a concordância com a evolução da relação ao longo das décadas. Em seu princípio, logo após a independência do país, apresentava um forte componente de coordenação multilateral – nos mais diversos órgãos das Nações Unidas e no GATT, por exemplo. Esse padrão evoluiu para uma dinâmica plurilateral nos anos 1990, com o IBAS, o BRICS e o G20, e, nos últimos anos, tornou-se uma verdadeira relação bilateral. Com o crescimento significativo da economia indiana em anos recentes, a Índia chegou a quinto parceiro comercial do Brasil em 2023.

Como se sabe, a Índia alcançou o posto de quinta economia do mundo em 2022 e está a caminho de tornar-se a terceira, constituindo com Estados Unidos e China as três únicas economias que ultrapassarão os 10 trilhões de dólares em produto interno bruto. Com todas as suas capacidades, a Índia, no entanto, continua enfrentando grandes desafios, ligados em parte ao fato de combinar um território menor que o bioma amazônico brasileiro com a maior população do mundo a partir deste ano, com 1,4 bilhão de pessoas. A relação estratégica entre Brasil e Índia está estabelecida, e seu

1 André Aranha Corrêa do Lago é bacharel em Economia pela UFRJ (1981), tendo ingressado na carreira diplomática em 1982. Foi embaixador no Japão (2013-2018), na Índia (2018-2023) e, cumulativamente, no Butão (2019-2023). Desde março de 2023, é o secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores. Corrêa do Lago é também crítico de arquitetura.

plano de ação permite uma interação dinâmica em diversas áreas, mas muito ainda está por ser feito.

Diante do desafio global da mudança do clima, a Índia tem papel central. Sua dependência do carvão e do petróleo exige significativos investimentos, ainda mais com o aumento de renda de sua população. Ao contrário do Brasil, cujas emissões de CO_2 são dominadas por questões ligadas ao uso da terra, a energia é o centro das preocupações indianas. Por isso, a relação nessa área se tornou cada vez mais significativa para a relação bilateral. Energia e mudança do clima – tanto em mitigação quanto em adaptação – são não só desafios, mas, sobretudo, oportunidades na relação bilateral.

A Índia é o terceiro maior consumidor de energia, após EUA e China, com participação de cerca de 5,8% do consumo mundial. Entre 1990 e 2018, o consumo energético triplicou, e a tendência é de continuo crescimento da demanda com a entrada constante de milhões de indianos na classe média. O país importa grande parte da matéria-prima energética, sendo petróleo bruto o primeiro produto, registrando US$ 92,7 bilhões em 2019. No mesmo ano, a Índia foi o maior importador do mundo de carvão (US$ 25 bilhões), superando a China, sendo também o quarto maior importador de gás natural. O consumo per capita de energia da Índia representa menos da metade da média mundial, mas há tendência de crescimento com aumento do poder aquisitivo, resultando na expansão do número de veículos e maior demanda para urbanização e para indústria. Nesse contexto, a Índia está em processo de transição energética com ambiciosos planos, anunciados durante a COP-26 e reforçados na COP-27, de alcançar capacidade de produção de eletricidade de fontes não fósseis de 500GW até 2030 e de alcançar capacidade para ter 50% das necessidades de energia por meio de fontes renováveis até 2030. Diversas fontes de energia renovável têm sido exploradas,

em especial o hidrogênio verde, sem abandonar de imediato os combustíveis fósseis.

Em relação a outras fontes de energia, o governo indiano tem planos de expansão do uso do gás natural na matriz energética, com objetivo de alcançar 15% até 2030 (partindo dos cerca de 6% atuais). Tal cifra ainda estaria abaixo da média global de 23% e, para que seja atingida, demandará vultosos investimentos em infraestrutura, além de subsídios e incentivos por parte do governo. Vale ressaltar que empresas estatais indianas estão buscando diversificar investimentos em gás natural também fora do país, inclusive no Brasil.

Uma parte importante do contexto energético indiano é o investimento em biocombustíveis, a fim de assegurar mobilidade urbana mais sustentável. Como se sabe, a Índia tinha apenas 1% de etanol na gasolina em 2014, mas, em junho de 2022, o governo anunciou ter alcançado 10% de mistura de etanol à gasolina (E10). Para 2025, a meta é atingir 20% (E20), que acompanha o propósito de acelerar a produção de motores *flex-fuel*. O conjunto dessas decisões governamentais potencializou as oportunidades de cooperação com o Brasil. Os grandes avanços ocorrem enquanto persistem alguns questionamentos de montadoras quanto à adoção de tecnologias de biocombustíveis, uma vez que avaliam que a eletrificação seria inevitável, em que pesam diversos desafios logísticos.

O Brasil e a Índia têm forte cooperação no setor de energia renovável, e os biocombustíveis têm sido a pedra angular desse engajamento, como demonstra a assinatura de Memorando de Entendimento de Cooperação em Bioenergia, em 2020, e a realização de diversos seminários, entre os quais o primeiro Ethanol Talks, naquele ano. Após a decisão indiana de acelerar as metas de biocombustíveis e de investir em *flex-fuel*, o Brasil tem encontrado um número crescente de interlocutores no governo indiano e na indústria prontos a promover a aproximação com o Brasil na área

de biocombustíveis, especialmente no Ministério do Petróleo e Gás Natural da Índia. Como se sabe, o ministro Hardeep Puri, dessa pasta, foi embaixador da Índia no Brasil entre 2006 e 2008, quando identificou, na experiência brasileira com o etanol, um tema com grandes oportunidades para a Índia. Sua convicção de que, com os devidos ajustes, o etanol abriria significativas oportunidades na Índia, foi determinante para a rapidez com que o governo indiano adotou legislação proativa. Outro grande parceiro do Brasil é o ministro de Transportes e Rodovias, Nitin Gadkari, bem como os principais dirigentes da Sociedade dos Produtores Indianos de Automóveis (SIAM). Graças a essa base institucional, têm-se multiplicado os convites para eventos organizados por importantes atores relacionados ao setor de energia e de transportes, que permitem promover a imagem do Brasil como referência no processo de transição energética, tendo contato próximo com lideranças da indústria, do governo e da imprensa. Diversas iniciativas têm estimulado a cooperação entre os dois países, como a terceira edição do Ethanol Talks programada para julho de 2023. Com apoio da UNICA (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) e da Datagro, outros eventos têm permitido promover conhecimento público sobre as vantagens do etanol e "desmistificar" questões relacionadas ao biocombustível.

No nível governamental, um marco do relacionamento nessa área foi a visita à Índia, em abril de 2022, do então ministro de Minas e Energia, acompanhado de importante comitiva do setor privado, com executivos dos setores sucroalcooleiro e automobilístico. Ficou evidente a disposição de ambas as partes em desenvolver uma aliança bilateral para a promoção global da bioenergia e dos biocombustíveis, ideia que foi desenvolvida pela Índia para propor a Aliança Global de Biocombustíveis no contexto de sua presidência do G20. Essa aliança foi desenvolvida por Índia, Brasil e EUA e será anunciada por ocasião da reunião de ministros de energia do G20 em julho de 2023.

Teve grande impacto no relacionamento bilateral a interação entre as entidades privadas. A experiência das grandes montadoras multinacionais que operam no Brasil e que também produzem na Índia foi fundamental. Apesar do grande impulso para o automóvel elétrico, ficou muito claro que os biocombustíveis teriam um papel central na descarbonização dos transportes no país, com a significativa redução da poluição causada pela queima dos resíduos agrícolas, que é uma das principais fontes de poluição das grandes cidades indianas. Sabe-se que todos os números na Índia impressionam, mas um dos dados de maior impacto é que, segundo o governo indiano, 50 milhões de pessoas no país têm suas vidas ligadas ao ciclo produtivo da cana-de-açúcar, o que torna evidente e natural a atenção do governo a este setor. A aproximação entre Brasil e Índia na área abre também uma oportunidade de superação das dificuldades enfrentadas entre Brasil e Índia na Organização Mundial do Comércio, no contexto de subsídios ao açúcar. A Índia, com seu ambicioso programa de etanol, demandará sua produção de cana-de-açúcar para cumprir o mandato de mistura de etanol à gasolina e reduzirá necessariamente sua exportação.

O lançamento de projeto piloto de veículo híbrido *flex-fuel* na Índia, a partir de modelo Corolla importado do Brasil e a troca de conhecimento entre filiais de multinacionais do setor automobilístico nos dois países permitiram que a SIAM apresentasse modelos *flex-fuel* de sete marcas de motos (TVS Motors; Bajaj Auto; Heromotocorp; Royal Enfield; Maruti Suzuki; e Yamaha). Foi realizada, ainda, importante missão de representantes do governo indiano, lideradas pelo Ministério de Petróleo e Gás Natural da Índia. No início de 2023, o governo brasileiro apoiou o estande da UNICA no pavilhão do etanol na Auto Expo, maior feira de automóveis da Ásia.

A cooperação bilateral na área de energia inclui também um forte relacionamento na área de petróleo. O petróleo bruto corresponde

hoje a um quarto das exportações brasileiras para a Índia, e os derivados de petróleo são um terço das exportações indianas para o Brasil. Empresas indianas como ONGC Videsh and Bharat Petroleum têm investimentos em bacias petrolíferas brasileiras e querem aumentar sua presença no país. Registra-se também que, em 2020, foi assinado o memorando de entendimento em cooperação sobre petróleo e gás natural, que busca auxiliar na expansão de negócios entre os dois países, de modo a assegurar suas necessidades de segurança energética. O memorando estabeleceu um grupo de trabalho, cuja última reunião ocorreu em 7 de abril de 2021. Ainda durante a visita presidencial de 2020, foi assinado o memorando de entendimento entre o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM) e a Indian Oil Corporation, com foco em pesquisa e desenvolvimento. A segurança energética da Índia passa pelo fornecimento confiável de petróleo, o que inclui a ampliação do número de fornecedores, e o Brasil é visto como um novo parceiro extremamente confiável.

Entre as outras fontes de energia renovável, a Índia vem dando especial atenção à energia solar. Como parte de sua transição energética, o governo indiano pretende, até 2030, expandir também, prioritariamente, a produção de energia solar como modo de reduzir dependência do carvão. A Índia promoveu, juntamente com a França, em 2015, a criação da organização Aliança Solar Internacional (ISA), sediada em Nova Delhi, que tem como objetivo enfrentar coletivamente os principais desafios para a expansão da energia solar. O governo indiano é o principal financiador da organização e vê com grande prioridade suas atividades. O Brasil, como membro pleno da ISA desde dezembro de 2022, tem iniciado entendimentos bilaterais com significativo potencial de crescimento. Como se sabe, o Brasil hoje conta com mais de 3% de sua eletricidade proveniente da energia solar e tem, como a Índia, desafios tecnológicos para

se tornar competitivo na produção de equipamentos para geração fotovoltaica.

Por fim vale registrar que os maiores investimentos indianos no Brasil hoje são os da empresa Sterlite, cuja participação nos leilões de transmissão de energia elétrica vem-se fortalecendo. Na Índia, a empresa é igualmente um importante ator na área de energia e está identificando outras possíveis sinergias para seus investimentos. Como se sabe, a transmissão de energia é infraestrutura chave para uma maior flexibilidade na melhor utilização de energias intermitentes, e a experiência nessa área é central para a transição energética visando a redução de emissões.

O fato de a Índia presidir o G20 em 2023, imediatamente antes do Brasil, tem permitido também que o agrupamento possa ver os desafios da área de energia sob uma ótica de grandes países em desenvolvimento. A sequência das presidências oferece uma visão coerente, que se está manifestando no contexto do G20 também em eventos como a Clean Energy Ministerial. Serão realizados em 2023, na Índia, os eventos Clean Energy Ministerial (CEM) e Mission Innovation (MI). Trata-se de parte do esforço indiano de atuar de modo protagônico na área energética. Como o Brasil sediará os eventos em 2024, o tema ganha importância crescente.

A Índia tem buscado fortalecer a imagem do país como importante ator no tema da mudança do clima, tendo em consideração sua necessidade de assegurar o crescimento econômico para a inclusão de centenas de milhões de habitantes que estão sendo retirados da pobreza, e também pelo desejo de projeção de imagem de potência mundial. A Índia sempre ressalta a necessidade de justiça climática e de financiamento por parte dos países historicamente responsáveis por maiores emissões desde o século XVIII, de acordo com o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e respectivas capacidades. Índia e Brasil costumam manter posicionamentos

convergentes em foros internacionais e há excelente interlocução e concertação durante negociações multilaterais relacionadas a temas de mudança do clima. Nesse sentido é que Índia, Brasil, África do Sul e China estabeleceram o grupo BASIC, para coordenar as ações destes países em relação aos principais processos do regime de mudança climática. Neste ano de 2023, o Brasil passa a presidir o BASIC e está em estreita coordenação com o Índia, África do Sul e China, tendo em vista a agenda do G20 cuja sequência é Índia – Brasil – África do Sul.

Na COP-26 da Convenção do Clima, o primeiro-ministro Narendra Modi enfatizou cinco objetivos principais (chamados por ele de "Panchamrit", ou cinco "elixires"): 1) alcançar capacidade de produção de eletricidade de fontes não fósseis de 500GW até 2030; 2) alcançar capacidade para ter 50% das necessidades de energia por meio de fontes renováveis até 2030; 3) reduzir a projeção de emissões de carbono em um bilhão de toneladas até 2030; 4) reduzir a intensidade de carbono da economia, ou seja, o total emitido por unidade de PIB gerada, em 45% até 2030; 5) e, como maior destaque, alcançar neutralidade de emissões de carbono até 2070. Em setembro de 2022, a Índia apresentou a primeira atualização de sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC). Como principais alterações, destacam-se o objetivo de redução de intensidade de emissão por unidade do PIB em 45% até 2030, em relação a 2005, e aumento da participação de combustíveis não fósseis para 50% na capacidade instalada de geração elétrica. Essas iniciativas exigirão grande investimento em tecnologia e infraestrutura e fazem parte de um projeto ambicioso de posicionamento da Índia como um dos principais centros de tecnologias verdes.

No contexto da COP-27, houve grande promoção da iniciativa *LiFE – Lifestyle for Environment*, que busca difundir um estilo mais sustentável de vida, alinhado com tradições e valores de conservação

e moderação. Na realidade, a iniciativa se encaixa no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 12, sobre padrões sustentáveis de produção e consumo. A Índia, consciente da tendência da sua classe média de adotar padrões muito próximos aos da classe média norte-americana, busca usar a agenda climática e dos ODS para uma interpretação cultural de uma postura mais sustentável. A estratégia de longo prazo para a agenda ambiental do país inclui não só iniciativas adicionais na área de mitigação, como o crescimento das energias solar e eólica e de biocombustíveis, mas um papel importante no desenvolvimento da indústria do hidrogênio. Nisto reside mais uma oportunidade de cooperação bilateral, uma vez que o Brasil também tem grande potencial na área de hidrogênio e vem sendo reconhecido internacionalmente como um provável líder do hidrogênio verde.

Na área de adaptação, a Índia já vive importantes desafios. A grande densidade populacional aliada às tradicionais e violentas chuvas já vêm impondo impactos crescentes. Muito mais do que o Brasil, a Índia vem sendo vítima de eventos extremos mais frequentes e com maior impacto. Um importante projeto de projeção indiana no cenário global de adaptação é o *Coalition for Disaster-Resilient Infrastructure* (CDRI), um importante projeto de projeção indiana no cenário global de energia, meio ambiente e mudança do clima. O Brasil aderiu à CDRI, cuja sede é em Delhi, em maio de 2021, com o objetivo de explicitar a contribuição brasileira no tema de adaptação à mudança do clima e a possibilidade de fortalecer seu conhecimento técnico nessa área. Até o momento, a principal forma de atuação brasileira tem sido em discussões técnicas, principalmente nos temas de energia (hidrelétricas) e transportes (portos). O Brasil participa tanto do Conselho de Administração (por meio de representante do Ministério dos Transportes) quanto do Comitê Executivo (representante da Embaixada em Nova Delhi), em representação aos países das Américas. Isso exemplifica como Brasil e Índia vêm

dialogando e cooperando tanto em mitigação quanto em adaptação à mudança do clima.

Por onde quer que se olhe, Brasil e Índia já estão conscientes da importância de cooperação na área. Apesar das grandes vantagens que tem o Brasil pela sua matriz energética significativamente renovável, é importante os dois países olharem para as inúmeras soluções que vêm surgindo. Ambos têm instituições com tecnologia de ponta, universidades de prestígio internacional e empresariado dinâmico. Se grandes avanços vêm sendo obtidos em diversos setores, é sem dúvida na energia que se deve ampliar significativamente a cooperação bilateral.

A escala da Índia permitirá conferir aos biocombustíveis a dimensão internacional que o Brasil sempre buscou. Ao contrário das economias avançadas, ambos os países veem a transição para energia limpa não como uma oportunidade de renovação de infraestrutura, mas, prioritariamente, como uma forma de assegurar energia limpa e acessível à população de baixa renda. O etanol, além de utilizar infraestrutura já existente – inclusive motores a combustão, postos de gasolina, etc. – adquire nova dimensão com as pesquisas avançadas no Brasil que indicam ser o etanol uma forma de combustível econômica e segura de transporte de hidrogênio. Os avanços tecnológicos já realizados no Brasil na área de bioenergia, aliados às contribuições da Índia, com seu extraordinário número de engenheiros e cientistas, deverá permitir um avanço significativo do setor. Essa experiência excepcional será a referência para o crescimento da cooperação em outras áreas.

COOPERAÇÃO BILATERAL BRASIL-ÍNDIA: O ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A AGENDA DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Ana Flávia Barros-Platiau[1], Igor Magri de Queiroz[2], Carlos Henrique Tomé[3]

Introdução

As mudanças climáticas constituem o maior desafio do multilateralismo para a vida no planeta Terra, que está cada vez mais quente e menos resiliente (FUTURE EARTH, 2021; IPCC, 2023). A temperatura média global continua aumentando de forma acelerada, apesar das medidas já implementadas[4]. No seu relatório de 2022, o IPCC reforçou os alertas de que o aquecimento global engendraria "disrupções perigosas e amplas" nas próximas décadas, como extinção de espécies, colapso de ecossistemas, ondas mortais de calor e inundações[5]. O Relatório deste ano corroborou as mesmas constatações (IPCC, 2023), e a ONU já reconheceu o contexto de emergência climática. Consequentemente, a meta do Acordo de Paris dificilmente será alcançada, haja vista as estimativas científicas que

1 Professora de Relações Internacionais na Universidade de Brasília e pesquisadora associada da Escola Superior de Defesa. Diretora do Brasília Research Centre for Earth System Governance (Holanda) e bolsista PQ do CNPq.

2 Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Trabalha atualmente na Embaixada da Índia.

3 Doutorando no Instituto de Relações Internacionais na Universidade de Brasília e Consultor Legislativo no Senado Federal.

4 Disponível em: <https://www.unep.org/facts-about-climate-emergency>. Acesso em: 12 maio 2023.

5 Summary for Policymakers of the IPCC Working Group II Report, Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/2022/02/28/pr-wgii-ar6/>. Acesso em: 12 maio 2023.

chegaremos a 1,5ºC por volta de 2030, com emissões estimadas em 60 $GtCO_2e$ (UNEP, 2020). Certo é que o custo da inação coletiva aumenta a cada ano e recai principalmente sobre países megabiodiversos e com alta vulnerabilidade climática, como são os casos do Brasil e da Índia.

Nesse contexto, o Brasil precisa desenhar políticas públicas para a mitigação, mas principalmente enfatizar medidas de adaptação. Neste sentido, o Plano de Transição Ecológica de 2023 e o futuro Conselho de Segurança das Mudanças Climáticas podem atender recomendações como: "reformas estruturais e medidas de aumento da produtividade, políticas abrangentes para crescimento resiliente e descarbonizado, políticas multissetoriais e pacotes de investimentos, além de ações para garantir financiamento para os investimentos necessários" (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2023, p. 22). Tais agendas correspondem às grandes prioridades do Brasil que interessam às relações bilaterais aqui tratadas. São elas: maior capacidade de interlocução para construir uma ordem multipolar e multilateral (Belli e Nasser, 2018, usam o *neo-multipolarity*), a segurança humana (em suas dimensões climática, alimentar e energética) e o comércio[6].

Por sua vez, a Índia tem uma trajetória recente e inédita de crescimento econômico acelerado. Tornou-se a quinta economia mundial e o país mais populoso do planeta em 2023. Além de ser uma potência nos setores de tecnologias de comunicação, nuclear e de fármacos, a Índia já é um *global player* em diversos tabuleiros e tem potencial para colaborar com o Brasil nas prioridades acima, notadamente em comércio e investimentos. Combinando as vulnerabilidades que Brasil e Índia apresentam com as necessárias transformações para o futuro que queremos (ONU, 2012), entendemos que a segurança energética e alimentar são excelentes pontos de entrada para fortalecer a cooperação bilateral.

6 Segundo o ministro de Estado Mauro Vieira, o Brasil terá uma diplomacia "ativa e construtiva". Sabatina no Senado Federal, CRE, 11 de maio de 2023.

O presente capítulo traz uma dupla linha argumentativa. Primeiro, em que pese Brasil e Índia terem interesses convergentes em diversas agendas multilaterais desde a criação do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), há um potencial para consolidação das relações bilaterais ainda subexplorado. Segundo, as alterações climáticas trazem novos desafios, que, se combinados com as atuais crises de confiança política, competição econômica e degradação ambiental em escala global, aumentam significativamente a vulnerabilidade climática de ambos os países.

Na primeira parte do texto, em vez de discutir se Brasil e Índia são parceiros ou competidores, escolhemos discorrer sobre a diplomacia multilateral como ponto de partida para o aprimoramento das relações bilaterais, à condição que haja mais colaboração do que competição pelo status de representantes do Sul Global. Em seguida, argumentamos que o atual cenário internacional nos remete inexoravelmente ao tema da segurança em suas múltiplas dimensões: humana, climática, energética, hídrica e alimentar, entre outras. Logo, em cenário de emergência climática, a agenda bilateral de segurança energética e alimentar pode ser uma bússola para a cooperação no futuro próximo.

PARTE 1 – A LONGA TRAJETÓRIA DE COOPERAÇÃO MULTILATERAL COM A ÍNDIA

Nos últimos 75 anos, Brasil e Índia compartilham preocupações comuns nas arenas multilaterais que podem ser resumidas pelo "direito ao desenvolvimento" e, desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em 1972, pela rejeição da separação de temas ambientais e temas sociais. Indubitavelmente, temas prioritários como o combate à fome e à pobreza são hoje reforçados por conceitos estruturantes de coordenação política, como "desenvolvimento sustentável" (AGENDA 2030), "cooperação

Sul-Sul" (UNOSSC, 2023; SCHLEICHER et al., 2023), "vulnerabilidades climáticas" (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2023), entre outros. Além de permitirem uma leitura crítica do cenário internacional atual, esses conceitos incentivam um maior alinhamento de interesses e posições negociadoras em diversas arenas.

O multilateralismo como estratégia de aumento do poder de barganha

As relações bilaterais Brasil-Índia são marcadas por um fio condutor que consiste mormente na busca de maior capacidade de interlocução e de status no cenário internacional a partir da coordenação política em foros multilaterais. No passado, Brasil e Índia aproximaram-se em diversas iniciativas multilaterais, como o G77 + China. Aspectos mais específicos sobre desenvolvimento, como no caso da Agenda 2030, também demonstram a forte convergência de interesses dos dois países. A coexistência em foros multilaterais é igualmente marcada por diversas coalizões específicas em temas comerciais, políticos, econômicos, climáticos, ambientais e sanitários, entre outros. As diferentes estratégias de aproximação têm como objetivo o aumento do poder de barganha em arenas multilaterais, como na ONU, mas também na Organização Mundial do Comércio (OMC) e na Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI). Em diversas negociações diplomáticas, pode-se afirmar que Brasil e Índia construíram uma história de coordenação marcada por mais convergências do que divergências, bem como pela ausência de contenciosos.

Cabe ressaltar a aproximação no final do século XX, sob o selo de "países emergentes" ou "*rising powers*" (NARLIKAR, 2013), em arranjos minilaterais como o BRICS, o BASIC, o IBAS e o P4.

O BRICS foi criado por iniciativa russa em 2009[7], às margens das negociações na ONU, em Nova Iorque. Sua principal meta é a de conquistar mais espaço nas arenas multilaterais para os países emergentes. Em outros termos, o que mantém unido o grupo é o interesse em reformar a ordem internacional para que reflita melhor a realidade do século XXI. O BASIC foi concebido como um grupo de alinhamento de interesses diplomáticos no âmbito do regime internacional do clima. Apesar de ter sido extremamente relevante durante a COP 15, na Dinamarca, quando foi negociado o Acordo de Copenhague (HALLDING et al., 2011), o BASIC não tem mais a mesma relevância, como ficou patente na COP 27 de 2022, no Egito[8]. Contudo, o grupo tem potencial para ser revitalizado no futuro próximo. O IBAS é um fórum de alinhamento diplomático de três grandes democracias multiétnicas e multiculturais que assumiram compromissos semelhantes rumo ao desenvolvimento internacional e o seu efetivo financiamento. Atualmente sob presidência por turno brasileira, convém aproveitar a oportunidade de retomar um diálogo mais pragmático, baseado no Fundo IBAS. Por fim, o P4 consiste no grupo de aspirantes a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Criado em 2005 para a janela de oportunidade de reformas sistêmicas da ONU, o P4 reúne Alemanha, Brasil, Índia e Japão. Esses são apenas alguns exemplos da miríade de iniciativas e movimentos de aproximação dos dois países, que inúmeras vezes atuaram e votaram juntos, como em temas referentes à reforma do sistema ONU (CUNHA RAEL, 2020).

7 "A ideia dos BRICS foi formulada pelo economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O'Neil, em estudo de 2001, intitulado '*Building Better Global Economic BRICs*'. Fixou-se como categoria da análise nos meios econômico-financeiros, empresariais, acadêmicos e de comunicação. Em 2006, o conceito deu origem a um agrupamento, propriamente dito, incorporado à política externa de Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2011, por ocasião da III Cúpula, a África do Sul passou a fazer parte do agrupamento, que adotou a sigla BRICS." Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>. Acesso em: 21 maio 2023.

8 Disponível em: <https://www.dffe.gov.za/mediarelease/basicministerialmeeting_cop27egypt2022>. Acesso em: 18 maio 2023.

Contudo, apesar de terem agendas convergentes e uma trajetória diplomática de aproximação, a cooperação multilateral é muito mais intensa do que a cooperação bilateral. Brasil e Índia aspiram por maior capacidade de interlocução internacional, tanto no âmbito do Sul Global, como no estabelecimento de parcerias estratégicas e arranjos comerciais inovadores.

A cooperação bilateral como elemento da cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento sustentável

"Desenvolvimento sustentável" e "cooperação Sul-Sul" são dois conceitos estruturantes das Relações Internacionais. Combinados, eles fornecem um quadro analítico robusto sobre o passado recente. Logo, eles podem ser úteis como ponto de entrada para o planejamento diplomático no futuro próximo, na vertente discutida por Belli e Nasser (2018).

O desenvolvimento sustentável pode ser considerado um novo paradigma, que, se fosse observado, teria nos conduzido ao "multilateralismo efetivo", conceito que foi recentemente retomado pela ONU (HLABEM, 2023). O princípio do desenvolvimento sustentável foi consolidado durante a Convenção das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Rio-92. O capítulo 39 da Agenda 21 e o Princípio 27 da Declaração de Princípios do Rio o mencionam expressamente.

Segundo Birnie e Boyle (2002, p. 85), "o aspecto potencial mais significante do princípio de desenvolvimento sustentável foi que pela primeira vez a gestão do Estado do seu próprio meio ambiente doméstico foi transformada em questão de preocupação internacional de modo sistêmico". Este é justamente um dos pontos preocupantes para os países em desenvolvimento como Índia e Brasil, os quais rejeitam esta interpretação que pode constituir um fator limitante da soberania. Entretanto, embora o desenvolvimento sustentável

possa ser considerado um princípio basilar do direito ambiental internacional, sua aplicação legal e sua relevância jurídica permanecem controversas (KOTZÉ et al., 2023). Logo, o princípio é central para a arquitetura institucional do sistema ONU principalmente e pode ser considerado imprescindível para Brasil e Índia, como países emergentes que ainda enfrentam profundos desafios sociais.

"Cooperação Sul-Sul", por sua vez, pode ser considerado um conceito estruturante das Relações Internacionais por duas razões. Primeiro, porque permite uma narrativa diplomática mobilizadora em torno dos interesses e prioridades do Sul, em contraponto às agendas do Norte. Segundo, porque alguns países do Sul tornaram-se doadores (INOUE & VAZ, 2013; ORLIANGE, 2020) e este novo perfil permite que eles tenham papel cada vez mais relevante no financiamento do desenvolvimento internacional, como foi a ambição do IBAS no momento de sua criação, e tem sido o compromisso do New Development Bank (NDB) (CUNHA RAEL, 2020). Entre o *Belt and Road Initiative* chinês e o *Global Gateway* europeu, há espaço para atração de investimentos e projetos comuns nos dois lados. Não é coincidência que Brasil e Índia estejam juntos também no International Development Finance Club (IDFC), representados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Small Industries Development Bank of India (SIDBI).

Na mesma linha, a cooperação Sul-Sul foi definida pela Organização da ONU para a Cooperação Sul-Sul (UNOSCC) como

> um esforço conjunto das pessoas e países do Sul, nascido de experiências e simpatias compartilhadas. Ela é guiada pelos seguintes princípios: respeito à soberania nacional, independência, igualdade, não condicionalidade, não ingerência nos assuntos domésticos e benefícios mútuos. Do ponto de vista operacional, a [cooperação Sul-Sul] é um processo

> pelo qual países em desenvolvimento perseguem seus objetivos de desenvolvimento de capacidades nacionais individualmente ou conjuntamente por meio de trocas de conhecimento, qualidades, recursos e *know-how* técnico, como também por meio de ações coletivas regionais ou inter-regionais, incluindo parcerias que envolvam governos, organizações regionais, sociedade civil, academia e o setor privado para seu benefício próprio ou mútuo, dentro ou entre regiões. Ademais, a [cooperação Sul-Sul] não substitui a cooperação Norte-Sul, mas a complementa.[9]

Como vimos, esses dois conceitos estão profundamente relacionados ao histórico alinhamento das posições adotadas por Brasil e Índia em muitos fóruns e negociações internacionais multilaterais. Desenvolvimento sustentável e cooperação Sul-Sul servem igualmente como base para o aprofundamento das relações bilaterais, no esforço comum para ampliar o poder conjunto de barganha dos dois países.

Uma agenda para mitigar vulnerabilidades

Velhos problemas, como a fome e a pobreza, a corrupção e a violência nas sociedades, alimentam novos desafios aqui sintetizados como "vulnerabilidades climáticas". Tais vulnerabilidades remetem a uma agenda mais ampla e mais complexa, que engloba questões

9 Tradução livre do original *"a common endeavour of peoples and countries of the South, born out of shared experiences and sympathies, based on their common objectives and solidarity, and guided by, inter alia, the principles of respect for national sovereignty and ownership, free from any conditionalities. Operationally, South-South cooperation for development is a process whereby two or more developing countries pursue their individual and/or shared national capacity development objectives through exchanges of knowledge, skills, resources and technical know-how and through regional and interregional collective actions, including partnerships involving Governments, regional organizations, civil society, academia and the private sector, for their individual and/or mutual benefit within and across regions. South-South cooperation is not a substitute for, but rather a complement to, North-South cooperation."* Disponível em: <https://unsouthsouth.org/about/about-sstc/>. Acesso em: 14 maio 2023.

conexas de segurança humana, tendo em vista deslocamentos forçados que podem chegar a 900 milhões de pessoas que vivem em zonas de baixa altitude (GUTERRES, 2023), e a segurança humana em escala sem precedentes. Logo, a mitigação de vulnerabilidades é tema prioritário para Brasil e Índia.

Há diversos temas de interesse convergente, com potencial para atuação conjunta ativa no âmbito multilateral e bilateral. O tema dos biocombustíveis reveste-se de especial interesse estratégico para ambos os lados. Para o Brasil, é uma oportunidade ímpar de competir no mercado internacional com grandes vantagens e diversificar a pauta exportadora. Para a Índia, significa acesso a energia mais limpa, que poderia atender à demanda doméstica no médio prazo. Considerando-se que a Índia é a quinta economia mundial em termos nominais, com potencial para avançar de forma acelerada neste século, a segurança energética é uma prioridade estratégica indiscutível.

Tendo em vista, principalmente, que a porcentagem da população indiana urbana é de cerca de 35%, enquanto a brasileira é cerca de 87%,[10] a cooperação em infraestrutura também pode oferecer oportunidade para a cooperação no curto prazo, com a troca de experiências em políticas de transição energética e crescimento descarbonizado. Com o aquecimento global, setores como o transporte público e a construção civil serão críticos para atender à demanda energética de ambos (RAO et al., 2019). Estratégias de adaptação para *heat stress* em megacidades é outro tema que será cada vez mais relevante. Enquanto o aumento da temperatura em grandes cidades demandará mais uso de ar-condicionado e afetará esforços de redução de consumo energético, as populações que vivem em condições precárias não terão proteção adequada contra as ondas de

10 Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.URB.TOTL.IN.ZS?end=2021&locations=IN&start=2021&view=map>. Acesso em: 18 maio 2023.

calor (MASTRUCCI et al., 2022). Ademais, a perspectiva de futuras pandemias conduz à necessidade de iniciativas conjuntas, como o BRICS Center for Research and Development of Vaccines, de 2022[11].

Entretanto, conforme mencionado na introdução, entendemos que a segurança alimentar é um excelente ponto de entrada para fortalecer a cooperação bilateral no curto prazo. Este tópico será objeto da parte 2 deste capítulo.

PARTE 2 – A SEGURANÇA ALIMENTAR COMO PRIORIDADES NACIONAIS DE BRASIL E ÍNDIA

Durante a sessão concernente à sabatina de embaixadores na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no Senado Federal, em 11 de maio de 2023, o ministro de Estado das Relações Exteriores, Mauro Vieira, citou a segurança alimentar como uma das pautas mais relevantes do governo Lula. Na mesma ocasião, o embaixador Kenneth da Nóbrega, designado para servir na Índia, destacou a segurança alimentar como ponto de seu futuro plano de trabalho. Isso não só baseia e auxilia a ação conjunta, mas fornece ímpeto para que outros atores possam ter confiança de atuar nesse tópico, projetando para o futuro os caminhos de cooperação entre Brasil e Índia.

Discutir a segurança alimentar entre dois países emergentes pode, à primeira vista, trazer à tona similaridades superficiais. Porém, as questões relativas à segurança alimentar nos dois países são muito distintas. O Brasil tem enfrentado grandes desafios nos últimos anos em termos de segurança alimentar, principalmente durante a pandemia, chegando a 58,7% da população com algum

11 Lançado em 22 de março de 2022. Os integrantes são: o Instituto de Tecnologia de Imunobiológicos (Bio-Manguinhos/Fiocruz), o Instituto Smorodintsev de Pesquisa de Influenza, o Conselho Indiano de Pesquisa Médica (ICMR), a Sinovac Life Sciences Co. Ltda. e o Conselho de Pesquisa Médica Sul-Africano. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=Os-novos-justiceiros-lancamento-do-Centro-Brics-de-P%26D-de-Vacinas-e-a-guerra-Russia-X-EUA-Otan>. Acesso em: 18 maio 2023.

grau de insegurança alimentar (leve, moderado, grave) em 2022 (PENSSAN, 2022). Entretanto, o problema não é a capacidade brasileira de produzir alimentos para a população, estimada em cerca de 213 milhões de pessoas em 2023. Segundo a EMBRAPA (2023), o Brasil é atualmente o terceiro maior produtor mundial de alimentos. Logo, o desafio é a distribuição em escala nacional.

Embora a Índia também enfrente desafios distributivos e apesar dos grandes passos em direção ao enfrentamento da fome nas últimas décadas, o país tem um problema crônico em relação à insegurança alimentar, que fica mais evidente quando se tem em conta o tamanho da população, as desigualdades econômica e social, e os impactos das mudanças climáticas na produção agrícola. A comparação dos desafios, em escala, fica mais clara quando, a partir do Global Hunger Index (GHI) de 2022, vê-se que o Brasil ocupa a 20ª posição e a Índia a 107ª posição, de um total de 121 países (VON GREBMER, 2022).

Apesar da diferença de escala em que os dois países têm de lidar com a questão da insegurança alimentar, ambos enfrentam o desafio de implementar políticas públicas efetivas para reduzir suas respectivas vulnerabilidades. Nesse sentido, há um ponto de convergência na busca de soluções para o problema, tanto no nível mais básico de suprimento de alimentos, como na troca de experiências sobre políticas públicas de enfrentamento à fome. Destacamos a agenda social, que pode ser revisitada pelas lentes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, a partir de uma releitura mais crítica que atribua a devida prioridade às necessidades e aos interesses dos países do Sul. Em outros termos, pensar a Agenda 2030 como um ponto de entrada para o Sul Global fortalecer a cooperação Sul-Sul. Se, no passado, a revolução verde e depois a revolução genética foram experiências marcantes, atualmente merece atenção a iniciativa trilateral do Fórum de Diálogo

Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) para o combate à fome e à pobreza (IBSA FUND, s.d.).

A questão da segurança alimentar em dois países tão distintos demonstra que a resolução do problema da fome por meio da alimentação não se baseia em um nutricionismo, mas está imbricada com práticas culturais e sociais que são indissociáveis do consumo (SCRINIS, 2021; EMBRAPA, 2023). Além disso, envolve práticas agrícolas e negociações de longo prazo.

O avanço da cooperação em segurança alimentar não é um processo simples e linear de oferta e demanda, o que fica muito claro no que tem sido realizado nos últimos anos entre o Brasil e a Índia. Em destaque, há pelo menos as seguintes pautas que atualmente perpassam a agenda de segurança alimentar nos dois países: melhoramento genético de gado leiteiro; suprimento de óleo vegetal; e cooperação na área de grãos e leguminosas.

O Brasil possui uma longa história com a Índia na questão do melhoramento genético de gado leiteiro. Desde pelo menos os anos 1960, o Brasil realiza experimentos com raças bovinas indianas, principalmente a raça Gir, o que resultou na raça Girolando. Com o sucesso do melhoramento genético devido à introdução desta raça indiana no Brasil, formando cerca de 80% da população bovina produtora de leite (FELLET, 2018), a Índia busca a melhoria de sua produção de leite no gado brasileiro. Em 2022, foram realizadas visitas de alto nível ministerial, com delegações formadas por empresários e técnicos de institutos científicos indianos vindo ao Brasil (COMPRE RURAL, 2022) com o objetivo de impulsionar trocas no setor genético entre os dois países. Como resultado, inaugurou-se um processo inicial de exportação pelo Brasil de sêmen bovino para a Índia (KHAKHARIYA, 2023).

Ainda em fase de testes, essa cooperação demonstra a importância da troca de conhecimentos e tecnologia entre os dois

países para a segurança alimentar. Também aponta para o fato de que a governança da segurança alimentar agrega em seu núcleo atores públicos e privados, de maneira que os diversos interesses precisam ser equalizados e integrados nesse processo. Em nível ainda mais profundo, chama a atenção para as diferentes maneiras que os países enxergam as soluções para a insegurança alimentar. No caso brasileiro, faz sentido olhar para o gado como principal fonte de proteína animal, enquanto para a Índia, o foco no leite é algo culturalmente mais aceito.

Um segundo ponto que cresceu muito nos últimos anos, em função principalmente do contexto geopolítico global, foi a questão dos óleos vegetais. A Índia consome cerca de 25 milhões de toneladas de óleos vegetais anualmente, importando cerca de 55% deste total. Com a Guerra na Ucrânia, o suprimento de óleo de girassol ao país tem sofrido uma descontinuação, pois a região do conflito é uma das grandes produtoras mundiais. Neste contexto, outros óleos vegetais têm ganhado espaço no mercado indiano, como o óleo de soja e o de palma, apesar do aumento dos preços decorrente das pressões globais nas cadeias de suprimento (AGGARWAL, 2022).

O Brasil, como grande produtor de soja, triplicou, em média, a sua exportação de óleo de soja para a Índia entre 2020 e 2021 (de cerca de US$ 250 milhões para US$ 780 milhões), e triplicou novamente as suas exportações para o país entre 2021 e 2022, alcançando cerca de US$ 2,3 bilhões (BRASIL, 2023). Mesmo com este crescimento, ainda há espaço para aumento, haja vista que a Argentina exportou para a Índia quase o dobro das exportações brasileiras. A oportunidade de mercado, inclusive com mudanças recentes nas tarifas indianas de importação (JANARTHANAN, 2023), tanto permite aproximar as cadeias de suprimento dos dois países, como complementa e fortalece as estratégias de promoção da segurança alimentar. Contudo, o Brasil sofre de alguns entraves

próprios à cadeia produtiva, como a falta de valor agregado à cadeia da soja (LEMOS et al., 2017) e o fato de que grande parte da cadeia é consumida internamente (CEPEA e ABIOVE, 2023).

Outra agenda que tem sido impulsionada pela Índia é a promoção de sementes tradicionais e culturas resistentes às mudanças climáticas. Nesse contexto, a retomada dos milhetos, conhecidos como "a comida do homem pobre" naquele país, tem papel fundamental na segurança alimentar, pois são importantes fontes de macronutrientes e, por serem resistentes às mudanças climáticas, apresentam boas alternativas de plantio (WFP, 2022a; WFP, 2022b). Como o objetivo de estimular o uso de sementes tradicionais, que forneceriam inclusive mais competitividade à produção agrícola indiana, e de promoção de culturas resistentes na esfera internacional, o governo indiano lançou em 2023 o Ano Internacional do Milheto, resolução adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU, 2021).

Nesse sentido, há uma janela de oportunidade para o Brasil tanto contribuir para a resiliência climática por meio de cultivos mais resistentes como trabalhar em conjunto com a Índia na produção de cultivares que possam ampliar a segurança alimentar em ambos os países. Apesar da incipiência dessa agenda, já há movimentos pelo lado do governo indiano de engajar produtores locais no tema (GOTTEMS, 2023b).

De outro lado, há forte mobilização do setor privado tanto no Brasil como na Índia para impulsionar a troca de informações para o entendimento mútuo na área de leguminosas (pulses) e feijões. Grande parte dos obstáculos à expansão deste mercado estão relacionados à falta de informações para o entendimento das diferentes realidades dos países, passando pela falta de entendimento das medidas protecionistas de mercado (como quotas, subsídios e impostos). Além disso, são pouco conhecidas as políticas de compras públicas de alimentos que regulam o mercado indiano,

como também da própria especificidade dos costumes alimentares do país. Porém, recentemente, o Instituto Brasileiro de Feijão e Pulses (IBRAFE) e a Associação de Importadores de Pulses da Índia (IPGA) assinaram memorando de entendimento para trocas de informações e aprofundamento de investimentos, com o objetivo de aprofundar a cooperação no setor de leguminosas. Assim, o setor espera que esse acordo possa suprir as lacunas entre os dois países no setor de leguminosas para o fortalecimento das relações voltadas para a segurança alimentar (GOTTEMS, 2023a).

Desafios à cooperação bilateral Brasil-Índia para a segurança alimentar

Segurança alimentar é, portanto, um tema relevante e de convergência na cooperação entre Brasil e Índia. Entretanto, existem obstáculos que precisam ser superados para que as oportunidades decorrentes desse debate sejam mais bem aproveitadas por ambos os países.

O primeiro grande desafio é o conjunto de diferenças entre Brasil e Índia. Suas diferenças são marcantes, desde aspectos econômicos até questões políticas, passando por elementos técnicos e culturais[12]. A Índia é um país agrícola, com grande parte da população na zona rural. Verifica-se uma tendência ao protecionismo para a população dependente da agricultura. Porém, em que pesem os bons resultados da agricultura indiana, alimentar essa população rural requer importações vultosas. Dada sua grande população, o país continuará vivendo esse paradoxo. Além das importações, algumas estratégias aliadas têm sido tomadas pelo governo indiano para garantir o suprimento de alimentos. Uma delas tem sido o

12 Targeted Public Distribution System (TPDS) – more than 800 million receive subsidised food grains every month. Disponível em: <https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000148883/download/?_ga=2.8675568.412717903.1684101543-1704265935.1684101543>. Acesso em: 14 de maio 2023.

arrendamento de terras em países vizinhos, como Mianmar, e países africanos, como Moçambique e Malawi (BHOSALE, 2021; ROY et al., 2022).

O segundo grande desafio concerne às dificuldades de entendimento mútuo – entre Brasil e Índia – nos diferentes setores (público e privado), pelas diferentes mentalidades e processos burocráticos, mas com alguns passos na direção de interesses comuns. Isso, contudo, não prejudicou o comércio entre os dois países, que mais do que dobrou nos últimos anos. Desde 2022, houve a retomada de encontros de alto nível nos países latino-americanos em geral, e do Brasil em particular, como com a visita do ministro de Assuntos Exteriores da Índia, Dr. S. Jaishankar.

Oportunidades para impulsionar a cooperação bilateral Brasil-Índia para a segurança alimentar

A superação dos obstáculos identificados na seção anterior passa pela atuação convergente dos dois países no âmbito de dois importantes mecanismos institucionais: o Plano para a Parceira Estratégica Brasil-Índia, de 2020, e a participação ativa no G20.

A parceria estratégica Brasil-Índia[13] foi celebrada em 12 de setembro de 2006. Ela marca o início do diálogo estratégico bilateral para tratar de temas globais e bilaterais, como a segurança internacional e a segurança energética. O Plano de Ação[14] para o fortalecimento dessa parceria estratégica foi lançado em 2020. Suas áreas temáticas são prioritariamente políticas e econômico-comerciais: a) Coordenação político-estratégica; b) Comércio, Investimentos,

13 Disponível em: <https://mea.gov.in/bilateral-documents.htm?dtl/6335/India__Brazil_Joint_Communique>. Acesso em: 14 maio 2023.

14 Ministério das Relações Exteriores. Nota à Imprensa Nº 12/2020. Plano de Ação para fortalecer a Parceria Estratégica entre o Brasil e a Índia – 25 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2020/plano-de-acao-para-fortalecer-a-parceria-estrategica-entre-o-brasil-e-a-india-25-de-janeiro-de-2020#:~:text=n%C2%BA>. Acesso em: 12 maio 2023.

Agricultura, Aviação Civil e Energia; c) Ciência, Tecnologia e Inovação; Cooperação Espacial; Meio Ambiente e Cooperação Técnica; Saúde; d) Defesa e Segurança; e) Cultura e Educação; e f) Temas Consulares, Previdência social e Cooperação jurídica. Entretanto, as reuniões dos grupos de trabalho ainda estão sendo organizadas, havendo muito a se avançar nos diversos acordos e memorandos celebrados entre os dois países.

A atual policrise (WEF, 2023), em suas dimensões econômica, climática e social, pode levar ao enfraquecimento do multilateralismo. Arranjos menores e paralelos são priorizados para fortalecimento da autossuficiência e menor dependência de processos globais que abalam a ordem internacional. Nesse contexto, o G20 tem ganhado destaque para a atuação internacional de países como a Índia e o Brasil, que buscam consolidar a sua projeção global. Portanto, o encontro do presidente Lula com o primeiro-ministro Modi às margens do G7 no Japão em 2023 reveste-se de especial importância para o necessário alinhamento diplomático.

Pensando em termos de Troika (a tríade de países formados pela presidência anterior, atual e futura que organiza as reuniões do G20), o grupo pode fornecer uma boa oportunidade para o aprofundamento das relações bilaterais. A Índia preside o G20 em 2023 e o Brasil o presidirá em 2024. O governo indiano está fortemente inclinado a promover a continuidade das agendas dos países em torno do objetivo do desenvolvimento. Além disso, em que pese a participação de ministros e outros representantes brasileiros nas reuniões do G20 deste ano, o Brasil tem pouco tempo para organizar sua presidência do G20, especialmente se considerarmos a profusão de temas que são hoje tratados no âmbito do grupo. Há boa expectativa de fortalecimento da agenda de segurança alimentar no âmbito do G20, mesmo que o foco do grupo seja a governança econômica. Em 2025, a África do Sul exercerá a presidência do G20.

Essa Troika (2023-2025) do IBAS constitui oportunidade ímpar para que a agenda de desenvolvimento ganhe momento no grupo das vinte maiores economias do mundo.

Conclusão

Ao longo das décadas, a segurança tem sido desdobrada em diversas dimensões conectadas: humana, climática, energética, hídrica, alimentar e sanitária. Considerando o agravamento da crise climática, somado à crise econômica com a lenta retomada pós-pandemia de Covid-19, à expansão geopolítica da aliança estratégica do Atlântico Norte (Otan) e à guerra russa na Ucrânia, o presente capítulo apresenta a reflexão de que a segurança energética e alimentar devem ser tomadas como agendas prioritária para Brasília e Nova Delhi, estreitando laços de forma pragmática e eficiente.

Brasil e Índia têm um potencial de cooperação bilateral ainda inexplorado, que pode proporcionar uma oportunidade de desenvolvimento sustentável para ambos os países, considerando que há tradicional alinhamento diplomático concernente ao direito ao desenvolvimento, principalmente no âmbito do G77 + China. Entre as diversas iniciativas de aproximação, destacamos o IBAS, o BRICS e o BASIC, além da parceria estratégica de 2006 e a participação no G20, notadamente nas respectivas presidências indiana (2023), brasileira (2024) e sul-africana (2025).

Os dois países também compartilham interesses nos mecanismos de financiamento do desenvolvimento, como no caso do New Development Bank, do IBSA Fund e do IDFC, bem como na busca de maior capacidade de interlocução nas arenas multilaterais. São muitas as oportunidades setoriais de cooperação, como o comércio de *commodities* agrícolas, a cooperação em biotecnologia e o Centro BRICS de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas, entre outros. Em suma, a cooperação bilateral pode ter como fio condutor a segurança

humana, desdobrada em segurança energética (biocombustíveis) e, principalmente, alimentar (comércio internacional). Agendas complementares podem alavancar o potencial de Brasília e Nova Delhi para enfrentarem os desafios previstos para as próximas décadas. Certo é que avançar na cooperação bilateral em contexto de incertezas globais não é tarefa anódina. Contudo, a atual convergência de interesses favorece sobremaneira a futura coordenação político-estratégica, em cenário ganha-ganha.

REFERÊNCIAS

AGGARWAL, Mayank. Ukraine-Russia War Jolts India's Import-dependent Edible Oil Mkt. *Aljazeera*, 15 mar. 2022. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/economy/2022/3/15/ukraine-russia-war-jolts-indias-import-dependent-edible-oil-mkt>. Acesso em: 15 maio 2023.

AZEVEDO, Tasso; SZABÓ, Ilona. Our Climate Future Hinges on Forest Preservation. *Project Syndicate*, 17 abr. 2023. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/protecting-forests-key-emissions-reductions-not-enough-by-ilona-szabo-and-tasso-azevedo-2023-04>. Acesso em: 15 maio 2023.

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; SCHLEICHER, Rafael. Saúde Planetária: os nexos entre saúde, clima e segurança. *Revista Diálogos Soberania e Clima*, v. 2, n. 3, 2023. Disponível em: <https://soberaniaeclima.org.br/wp-content/uploads/2023/03/Dialogos-Soberania-e-Clima-No_3_2023.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.

BELLI, Benoni; NASSER, Filipe. Coupling Multipolarity with Multilateralism. Brazil and the World Order in the 21st Century. In: BELLI, Benoni; NASSER, Filipe (eds). *The Road Ahead:* The 21st-century World Order in the Eyes of Policy Planners. Brasília: FUNAG, 2018, p. 85-120. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/the-road-ahead-livro-funag.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.

BELLI, Benoni; NASSER, Filipe. (eds.). *The Road Ahead*: The 21st--century World Order in the Eyes of Policy Planners. Brasília: FUNAG, 2018. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/the-road-ahead-livro-funag.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.

BHOSALE, Jayashree. India Signs 5-year Pulses Import Deals with Myanmar, Malawi. *The Economic* Times, 2021. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/news/economy/foreign-trade/india-signs-5-year-pulses-import-deals-with-myanmar-malawi/articleshow/83871857.cms?utm_source=contentofinterest&utm_medium=text&utm_campaign=cppst>. Acesso em: 15 maio 2023.

BIRNIE, Patricia; BOYLE, Alan. *International Law and the Environment*. Oxford: Oxford University Press, 2. ed. 2002.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Governo Federal. *Comex Stat*. 2023. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 5 maio 2023.

CEPEA. Cadeia da soja e do biodiesel: PIB, empregos e comércio exterior – Primeiros Resultados e metodologia. 2023. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-da-cadeia-de-soja.aspx>. Acesso em: 15 maio 2023.

CUNHA RAEL, Robson. Existe Convergência no BRICS a Respeito da Reforma da Ordem Internacional? *Revista Tempo do Mundo*, n. 22, p. 217-238, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/243>. Acesso em: 5 jun. 2023.

EMBRAPA. *Brasil em 50 Alimentos*. Brasília: Embrapa, 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1153294/brasil-em-50-alimentos>. Acesso em: 5 jun. 2023.

FELLET, João. Como Brasil transformou animal sagrado de marajá indiano em Revolução Genética e mercado bilionário. *BBC News Brasil*, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44730087>. Acesso em: 15 maio 2023.

FUTURE EARTH, Sustainability in the Digital Age, and International Science Council. *Global Risks Perceptions Report 2021*. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.5764288>. Acesso em: 11 maio 2023.

G20 India. *Early Warnings for All in Asia and the Pacific:* Opportunities for action, 2023. Disponível em: <https://g20drrwg.preventionweb.net/media/86863/download?startDownload=true>. Acesso em: 11 maio 2023.

GOTTEMS, Leonardo. Brasil fecha acordo histórico de feijão e pulses com a Índia. *Agrolink*, 2023. Disponível em: <https://www.agrolink.com.br/noticias/ibrafe-assina-alianca-alimentar-brasil-india_476547.html>. Acesso em: 15 maio 2023.

GOTTEMS, Leonardo. Summit 2023 apresentou ao mundo os "superalimentos sustentáveis" do Brasil. *Agrolink*, 2023. Disponível em: <https://www.agrolink.com.br/noticias/summit-2023-apresentou-ao-mundo-os--superalimentos-sustentaveis--do-brasil_478115.html>. Acesso em: 15 maio 2023.

GRUPO BANCO MUNDIAL. *BRASIL* – Relatório Sobre Clima e Desenvolvimento Para o País, 2023. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/a713713d-0b47-4eb3-a162-be9a383c341b>. Acesso em: 15 maio 2023.

GUTERRES, António. *Climate Change-induced Sea-Level Rise Direct Threat to Millions around World,* Secretary-General Tells Security Council SC/15199, 14 fev. 2023. Disponível em: <https://press.un.org/en/2023/sc15199.doc.htm>. Acesso em: 15 maio 2023.

HALLDING, Karl; OLSSON, Marie; ATTERIDGE, Aaron. et al. *Together Alone:* BASIC Countries and the Climate Change Conundrum. Nordic Council of Ministers, Copenhagen. TemaNord, 2011.

HLABEM. A Breakthrough for People and Planet. Effective and Inclusive Global Governance for Today and the Future. Disponível em: <https://highleveladvisoryboard.org/breakthrough/>. Acesso em: 15 maio 2023.

IBSA. IBSA FUND. Disponível em: <http://www.ibsa-trilateral.org/ibsa_fund.html>. Acesso em: 15 maio 2023.

INOUE, Cristina Y. A.; VAZ, Alcides C. Brazil as 'Southern donor': beyond hierarchy and national interests in development cooperation? *Cambridge Review of International Affairs*, v. 25 n. 4, 2013, p. 507-534. Disponível em: <https://ccs.ukzn.ac.za/files/Brazil%20as%20Southern%20donor.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.

IPCC. *Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas* (IPCC Sixth Assessment Report, AR6). Disponível em: <https://www.ipcc.ch/assessment-report/ar6/>. Acesso em: 12 maio 2023.

JANARTHANAN, Janani. Government Allows Duty-Free Import Of Crude Soybean, Sunflower Seed Oils Under TRQ. *BQ Prime*, 2023. Disponível em: <https://www.bqprime.com/business/government-allows-duty-free-import-of-crude-soybean-sunflower-seed-oils-under-trq>. Acesso em: 15 maio 2023.

KHAKHARIYA, Nimesh. New Gir Cow Pedigree to Yield More Milk. *The Times of India*, 2023. Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/city/rajkot/new-gir-cow-pedigree-to-yield-more-milk/articleshow/99572872.cms?from=mdr>. Acesso em: 15 maio 2023.

KOTZÉ, Louis J.; KIM, Rakhyun E.; BLANCHARD, Catherine; GELLERS, Joshua C.; HOLLEY, Cameron; PETERSMANN, Marie; ASSELT, Harro van; BIERMANN, Frank; HURLBERT, Margot. Earth System Law: Exploring New Frontiers in Legal Science. *Earth System Governance*, v. 11, 2022, 100126, ISSN 2589-8116. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.esg.2021.100126.> Acesso em: 30 jul. 2023.

LEMOS, Mario Luiz; GUIMARAES, Diego et al. Agregação de valor na cadeia de soja. *BNDES Setorial*, n. 46, p. 167-217, set. 2017. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/14138>. Acesso em: 15 maio 2023.

MASTRUCCI, Alessio; BYERS, Edward; PACHAURI, Shonali et al. Cooling Access and Energy Requirements for Adaptation to Heat Stress in Megacities. *Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change*, v. 27, n. 8, 2022. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11027-022-10032-7>. Acesso em: 5 jun. 2023.

MINISTRO do 'MAPA indiano' percorre agenda agro pelo Brasil. *Compre Rural*, 30 maio 2022. Disponível em: <https://www.comprerural.com/ministro-do-mapa-indiano-percorre-agenda-agro-pelo-brasil/>. Acesso em: 15 maio 2023.

NARLIKAR, Amrita. Introduction: Negotiating the Rise of New Powers. *International Affairs*, v. 89, n. 3, 2013, p. 561-576.

ONU. The Future We Want. United Nations General Assembly UNGA Doc A/RES/66/288, 2012. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_66_288.pdf> Acesso em: 5 jun. 2023.

ORLIANGE, Philippe. From Poverty Reduction to Global Challenges, a New Horizon for International Development Cooperation? *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 63, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/ZcfDF9yNZLkmGhZmgDCX7ss/?lang=en>. Acesso em: 5 jun. 2023.

PATERSON, Matthew. Climate Change and International Political Economy: Between Collapse and Transformation. *Review of International Political Economy*, v. 28, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09692290.2020.1830829>. Acesso em: 5 jun. 2023.

PENSSAN. *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022.

RAO, Narasimha; MIN, Jihoon; MASTRUCCI, Alessio. Energy Requirements for Decent Living in India, Brazil and South Africa. *Nature Energy*, v. 4, n. 12, p. 1.025-1.032, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41560-019-0497-9>.

ROY, Devesh et al. *India's Self-sufficiency Policies for Pulses and their Implications for Myanmar*. Washington: International Food Policy Research Institute, 2022. Disponível em: <https://ebrary.ifpri.org/utils/getfile/collection/p15738coll2/id/135831/filename/136043.pdf>. Acesso em: 12 maio 2023.

SCHLEICHER, Rafael; BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; COSTA, Iara (orgs.). "Cooperação Sul--Sul para o Desenvolvimento Pós-Pandemia: desafios e oportunidades para o Brasil e o mundo". *Revista Tempo do Mundo*, n. 31, edição especial, 2023.

SCRINIS, Gyorgy. *Nutricionismo:* a ciência e a política do aconselhamento nutricional. Editora Elefante, 2021.

UNEP. *Emissions Gap Report 2020*. United Nations Environment Program, 2020. Disponível em: <https://www.unep.org/emissions-gap-report-2020>. Acesso em: 11 maio 2023.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. International Year of Millets, 2023: resolution/adopted by the General Assembly (A/RES/75/263), 5 mar. 2021. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3904069?ln=en>. Acesso em: 6 jun. 2023.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. State of South-South cooperation: report of the Secretary-General (A/77/291), 17 ago. 2022. Disponível em: <https://daccess-ods.un.org/tmp/1713996.82760239.html>. Acesso em: 6 jun. 2023.

UNOSSC. About South-South and Triangular Cooperation. Disponível em: <https://unsouthsouth.org/about/about-sstc/>. Acesso em: 14 maio 2023.

UNOSSC. United Nations Office for South-South Cooperation, 2023. Disponível em: <https://unsouthsouth.org/>. Acesso em: 14 maio 2023.

VON GREBMER, K.; BERNSTEIN, J. et al. *2022 Global Hunger Index*: Food Systems Transformation and Local Governance. Bonn/Dublin: Welthungerlife/Concern Worldwide, 2022. Disponível em: <https://www.globalhungerindex.org/pdf/en/2022.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2023.

WORLD ECONOMIC FORUM. *The Global Risks Report 2023*, 2023. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/global-risks-report-2023/>. Acesso em: 21 maio 2023.

WORLD FOOD PROGRAM. *Mainstreaming Millets*. Policy brief 1.: A Case for Inclusion of Millets in Social Safety Nets, 2022b. Disponível em: <https://www.wfp.org/publications/mainstreaming-millets-policy-brief-1-case-inclusion-millets-social-safety-nets>. Acesso em: 15 maio 2023.

WORLD FOOD PROGRAM. *Mainstreaming Millets*. Policy brief 3.: Increasing the Consumption of Millets: Need of the Hour, 2022a. Disponível em: <https://www.wfp.org/publications/mainstreaming-millets-policy-brief-3-increasing-consumption-millets-need-hour> Acesso em: 15 maio 2023.

O PAPEL DO BRASIL NA SEGURANÇA ENERGÉTICA DA ÍNDIA: UMA VISÃO DE LONGO PRAZO

Hari Seshasayee[1]

Introdução

Na virada do século XXI, a Índia estava importando cerca de 75 milhões de toneladas de petróleo bruto, um pouco abaixo da Itália, com 83 milhões de toneladas. Naquela época, a Índia era o sétimo maior importador de petróleo do mundo. À medida que a Índia começou rapidamente a se industrializar, ficou evidente que o país precisaria de muito mais petróleo, devido ao seu uso essencial em transporte, combustível industrial, produtos farmacêuticos, petroquímicos e até mesmo fertilizantes. Naturalmente, a segurança energética se tornou uma estratégia central do governo da Índia, não apenas por meio do Ministério do Petróleo e Gás Natural, mas também nos níveis mais altos, por meio do Ministro das Relações Exteriores e do primeiro-ministro.

Atualmente, duas décadas depois, a Índia importa três vezes a quantidade de petróleo bruto, alcançando 200 milhões de toneladas por ano, e é o terceiro maior importador de petróleo do mundo, atrás apenas da China e dos Estados Unidos. Quase todas as necessidades de petróleo da Índia devem ser atendidas por meio de importações, já que o país detém uma parcela desproporcional de 18% da população mundial, mas apenas 0,2% das reservas mundiais de petróleo. Consequentemente, quase 90% das necessidades de consumo de

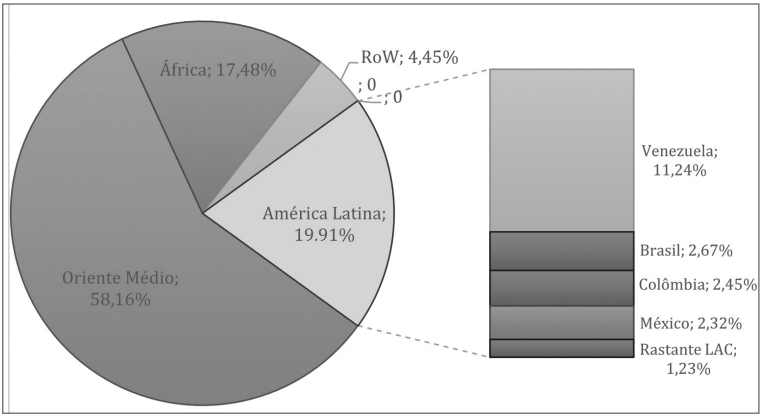
1 Assessor do ministro das Relações Exteriores do Panamá e especialista em Ásia-América Latina no Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. Ele também é membro visitante da Observer Research Foundation (ORF), um *think tank* indiano.

petróleo da Índia são atendidas por meio de importações. Mesmo com o aumento de 15% na produção de petróleo entre 2005 e 2015, o consumo de petróleo da Índia aumentou mais de quatro vezes, chegando a 62%.

Nas últimas cinco décadas, as fontes históricas e tradicionais de importação de petróleo pela Índia foram os países da Ásia Ocidental ou do Oriente Médio, principalmente Arábia Saudita, Iraque, Irã, Emirados Árabes Unidos (EAU) e Kuwait. As duas últimas décadas, entretanto, contam uma história diferente. De 2006 em diante, uma parcela cada vez maior das importações de petróleo da Índia vem da América Latina e da África, em um esforço para diversificar os fornecedores e, como diz o ditado, não colocar todos os ovos na mesma cesta. Em 2014, apenas 58% das importações de petróleo da Índia vieram do Oriente Médio, quase 20% da América Latina e 17% da África (veja o Gráfico 1).

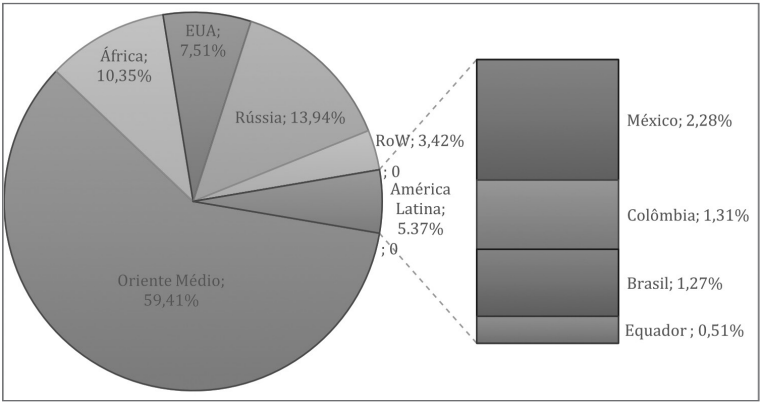
Como grande maioria do mercado de petróleo da Índia é controlada por empresas públicas, boa parte de sua estratégia é influenciada por agentes estatais. Foi feito um esforço conjunto para diversificar as fontes de importação de petróleo da Índia. Apesar das recentes mudanças na política de importação de petróleo da Índia – que viram um aumento maciço nas importações da Rússia e dos Estados Unidos, agora entre as cinco maiores fontes de importação do país – o Oriente Médio manteve sua participação de mercado de pouco menor que 60% do total de importações de petróleo da Índia em 2022 (veja o Gráfico 2).

Gráfico 1: Importações mundiais de petróleo pela Índia (em quantidade) em 2014



Fonte: Departamento de Comércio. Ministério de Comércio e Indústria. Governo da Índia[2].

Gráfico 2: Importações mundiais de petróleo pela Índia (em quantidade) em 2022



Fonte: Departamento de Comércio. Ministério do Comércio e Indústria. Governo da Índia.

2 Disponível em: <https://tradestat.commerce.gov.in/meidb/Default.asp>.

Relações energéticas entre Índia e América Latina: uma questão de interesse mútuo

Em matéria de energia, o relacionamento da Índia com a América Latina ou com qualquer país específico da região, como o Brasil, não pode ser entendido isoladamente. Primeiro, é preciso situá-lo no contexto dos maiores interesses da Índia e da segurança energética global.

Como ilustram os gráficos anteriores, a maioria das importações de petróleo da Índia vem do Oriente Médio, o que é natural dada a proximidade geográfica e os laços históricos do país com a região. Recentemente, a América Latina e a África também se tornaram importantes fornecedores de petróleo bruto para a Índia. Isso se deve a uma combinação de uma política de diversificação entre as empresas petrolíferas de propriedade do governo indiano, bem como às táticas orientadas pelo mercado das empresas petrolíferas privadas da Índia, como a Reliance Industries e a Nayara Energy, que podem importar grandes quantidades de petróleo bruto pesado, muito do qual está disponível na América Latina. Para a região, a Índia é um destino natural de exportação, pois é o terceiro maior importador de petróleo do mundo e uma das economias que mais crescem no mundo.

Ainda assim, a participação da América Latina nas importações de petróleo da Índia diminuiu drasticamente ao longo dos anos; em 2014, a região foi responsável por 20% do total de importações de petróleo da Índia e reduziu para apenas 5% em 2022. Há vários motivos para esse declínio, mas nenhum é mais impactante do que as sanções impostas pelos Estados Unidos à Venezuela, que abriga as maiores reservas de petróleo do mundo. Desde que as sanções foram impostas em 2020, as importações de petróleo da Índia da Venezuela caíram para zero, e as importações da América Latina pela Índia caíram pela metade de 2020 a 2022 (veja a Tabela 1).

Tabela 1: Importações de petróleo bruto pela Índia, global e de países latino-americanos selecionados, de 2006 a 2022 (quantidade em toneladas)

	Global	América Latina	Venezuela	México	Brasil	Colômbia	Equador
2006	106,653,547	2,863,971	1,164,351	1,237,867	422,538		
2007	110,696,607	3,613,858	1,438,912	1,918,334			256,612
2008	125,783,618	8,628,648	6,579,975	1,883,284	145,123		
2009	148,583,256	10,755,152	5,389,074	1,735,388	2,045,271	635,162	93,200
2010	155,583,921	15,708,161	10,263,786	942,718	2,385,937	1,388,419	245,004
2011	157,840,608	15,626,896	9,092,728	2,081,592	3,125,189	1,022,980	
2012	187,311,159	28,585,709	17,455,966	3,773,139	4,784,385	1,463,641	974,344
2013	193,316,457	36,758,853	22,516,269	5,218,564	2,548,353	5,894,719	437,728
2014	189,407,430	38,465,746	21,598,847	4,239,857	5,007,625	5,266,970	1,311,372
2015	196,096,101	35,740,540	22,398,183	6,332,634	4,154,878	1,147,866	1,478,979
2016	212,765,123	33,466,127	23,073,473	6,428,317	3,484,837	179,352	300,148
2017	216,489,638	32,495,582	19,426,031	7,500,257	4,614,524	264,028	690,742
2018	225,556,434	30,726,594	17,453,021	8,878,412	3,124,400	894,933	285,841
2019	220,115,041	28,723,441	15,893,541	10,042,593	2,206,287	146,356	434,662
2020	196,914,649	23,955,543	9,511,963	7,951,725	3,564,061	1,515,735	910,708
2021	213,828,494	18,383,497	0	7,866,320	4,083,126	4,394,440	1,745,057
2022	225,599,130	12,084,414	0	5,136,107	2,859,974	2,945,897	1,142,436

Fonte: Trade Map (International Trade Center)[3].

Para compensar esse déficit da Venezuela, a Índia importou grandes quantidades de petróleo da Rússia e também dos Estados Unidos. Na realidade, a Rússia e os EUA juntos responderam por 21,5% do total das importações de petróleo da Índia em 2022 (consulte a tabela 2), e apenas um país latino-americano está entre os 10 principais fornecedores de petróleo da Índia: o México.

3 Disponível em: <https://www.trademap.org/>.

Tabela 2: Importações de petróleo bruto pela Índia, por país, 2022

	País	Quantidade em toneladas	% do total
1	Iraque	52,441,801.68	23.25%
2	Arábia Saudita	40,221,868.00	17.83%
3	Rússia	31,454,106.53	13.94%
4	Emirados Árabes Unidos	22,512,952.21	9.98%
5	EUA	16,933,471.63	7.51%
6	Kuwait	11,670,139.30	5.17%
7	Nigéria	9,567,349.37	4.24%
8	México	5,136,107.33	2.28%
9	Omã	4,679,273.12	2.07%
10	Angola	4,341,308.42	1.92%
11	República do Congo	3,167,121.36	1.40%
12	Colômbia	2,945,897.70	1.31%
13	Brasil	2,859,974.21	1.27%
	Outros países	17,667,759.5	7.83%
	Total	225,599,130.36	100%

Fonte: Trade Map (International Trade Center).

Relações energéticas Índia-Brasil: uma parte do quebra-cabeça

O relacionamento da Índia com o Brasil é multifacetado, combinando elementos políticos por meio de grupos multilaterais como o BRICS, o G20 e o IBAS, bem como elementos econômicos em setores de base ampla, como commodities e áreas de nicho, ao exemplo dos setores aeroespacial e de energia.

O Brasil é, de longe, o parceiro mais importante da Índia na região da América Latina. Os vínculos comerciais e de investimento da Índia com o Brasil são muito maiores do que com qualquer outro país da região. Na realidade, em 2022, as exportações da Índia para o Brasil ultrapassaram até mesmo as exportações para destinos tradicionais, como Alemanha, Indonésia, África do Sul e França.

Assim, os laços energéticos entre a Índia e o Brasil formam apenas uma pequena parte das relações bilaterais gerais, ao contrário, por exemplo, do relacionamento energético da Índia com a Venezuela, que abrange basicamente todo o relacionamento da Índia com a nação andina. No entanto, como vimos anteriormente, a segurança energética é um dos pilares dos interesses nacionais da Índia e é parte integrante da política externa. É dentro de dois contextos que devemos analisar os laços energéticos Índia-Brasil: parte de um quebra-cabeça maior de laços bilaterais Índia-Brasil, bem como outro quebra-cabeça que engloba a segurança energética da Índia. A relação energética entre a Índia e o Brasil pode ser analisada por meio de dois aspectos específicos: comércio e investimento.

Negociações Energéticas Índia-Brasil: uma via de mão dupla

Quando se trata da América Latina, a relação energética da Índia é geralmente uma via de mão única de importações indianas de petróleo bruto. Entretanto, o caso do Brasil é único na relação energética entre a Índia e a América Latina: a relação comercial da Índia com o Brasil inclui não apenas as importações de petróleo bruto brasileiro, mas também as exportações de petróleo refinado (como o diesel) para o Brasil. Como resultado, o maior componente tanto das importações quanto das exportações no comércio Índia-Brasil é a energia. Em 2022, os produtos energéticos representaram 38,26% do comércio Índia-Brasil (veja a Tabela 3). Do ponto de vista da Índia, o Brasil é um parceiro energético importante tanto para as importações quanto para as exportações.

Tabela 3: Produtos energéticos do comércio Índia-Brasil em % – 2022

	Importações do Brasil pela Índia	**Exportações da Índia para o Brasil**	**Total de transações**	**% do comércio total entre Índia e EUA**
Produtos energéticos (HS 27, incluindo petróleo e carvão)	1,989.33	4,245.23	6,234.56	38.26%
Outros produtos	4,664.98	5,395.32	10,060.3	61.74%
Comércio total entre Índia e Brasil	6,654.31	9,640.55	16,294.86	100%

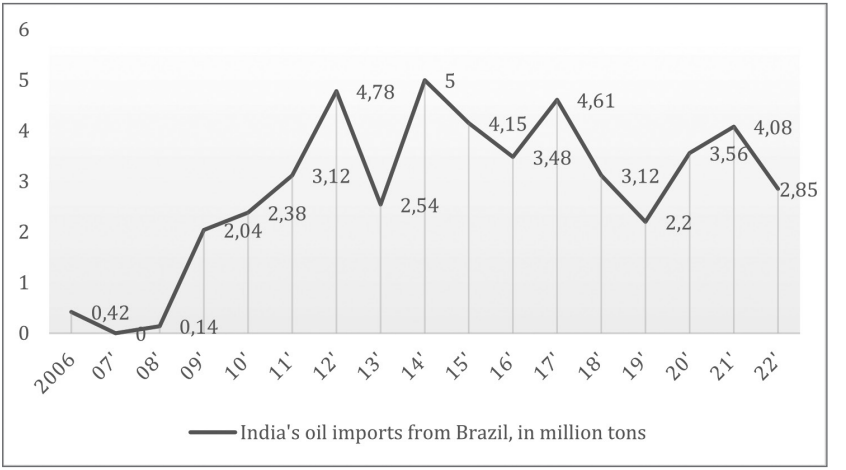
Fonte: Departamento de Comércio. Ministério do Comércio e Indústria. Governo da Índia[4].

Como os produtos energéticos formam o maior componente do comércio Índia-Brasil, é natural que os governos de ambos os lados também entrem na briga e tentem aprofundar essa relação energética. Os ministros de energia e petróleo da Índia e do Brasil visitam frequentemente os países um do outro, como fizeram recentemente em 2022, e essas visitas de alto nível geralmente levam a acordos intergovernamentais que possibilitam um relacionamento estável e duradouro. Um exemplo é o contrato de longo prazo assinado por empresas petrolíferas de propriedade do governo de ambos os lados, a Indian Oil Corporation Ltd e a Petrobras do Brasil, para 1,7 milhão de toneladas métricas por ano. O embaixador do Brasil na Índia, André Aranha do Lago, observou que "a Índia é um dos primeiros países a aceitar a ideia de que o Brasil é um importante participante no setor de petróleo".

4 Disponível em: <https://tradestat.commerce.gov.in/meidb/Default.asp>.

A Índia começou a importar petróleo bruto do Brasil em 2006, inicialmente em pequenas quantidades. Em 2009, as importações de petróleo do Brasil pela Índia chegaram a 2 milhões de toneladas, atingindo o pico de 5 milhões de toneladas em 2014 (veja o Gráfico 3). Embora 2014 tenha representado o ponto alto das importações, esse produto não representou mais do que 2,6% do total de importações de petróleo da Índia naquele ano. Esse é um testemunho do potencial e do escopo que ainda resta para as importações de petróleo do Brasil pela Índia. Desde 2014, embora as importações indianas de petróleo bruto do Brasil tenham caído para 2,2 milhões de toneladas em 2019, as importações de petróleo tiveram uma média de aproximadamente 3,5 milhões de toneladas de 2009 a 2022, o que equivale a cerca de 70.287 barris por dia (bpd) de petróleo ou 1,75% do total de importações de petróleo da Índia.

Gráfico 3: Importações de petróleo brasileiro pela Índia, em milhões de toneladas, entre 2006 e 2022



Fonte: Trade Map (International Trade Center)[5].

5 Disponível em: <https://www.trademap.org/>.

Embora o Brasil possa representar apenas 2% do total das importações de petróleo da Índia, o valor total do comércio e a contribuição a longo prazo continuam sendo notáveis. A partir de 2006, as importações indianas de petróleo bruto do Brasil totalizaram 48,5 milhões de toneladas em quantidade e US$ 24 bilhões (veja a Tabela 4). Essas são contribuições importantes para a segurança energética da Índia e merecem a atenção dos elaboradores de políticas, bem como dos acadêmicos.

Tabela 4: Importações de petróleo bruto brasileiro pela Índia

Ano	Quantidade em toneladas	Valor em US$ milhões
2006	422,538	120
2007	0	0
2008	145,123	35
2009	2,045,271	933
2010	2,385,937	1,293
2011	3,125,189	2,174
2012	4,784,385	3,509
2013	2,548,353	1,787
2014	5,007,625	3,027
2015	4,154,878	1,331
2016	3,484,837	973
2017	4,614,524	1,689
2018	3,124,400	1,494
2019	2,206,287	988
2020	3,564,061	1,179
2021	4,083,126	2,019
2022	2,859,974	1,967
Total	**48,556,508**	**$ 24,518**

Fonte: Trade Map (International Trade Center).

Além das importações, as exportações de petróleo refinado da Índia também são um assunto de interesse nos vínculos energéticos com o Brasil. De fato, pode ser surpreendente para a maioria observar que as exportações indianas de petróleo refinado, principalmente na forma de diesel, têm valor mais alto do que as importações

indianas de petróleo bruto do Brasil. As exportações totais de petróleo refinado da Índia para o Brasil somam US$ 26,62 bilhões, enquanto as importações de petróleo bruto do Brasil totalizam US$ 24,51 bilhões (veja a Tabela 5). No entanto, as importações indianas de petróleo bruto brasileiro são muito maiores em quantidade, 48 milhões de toneladas, em comparação com as 32 milhões de toneladas de exportações de petróleo refinado para o Brasil – mas isso não é surpreendente, uma vez que os produtos refinados de petróleo, como o diesel, são vendidos como produto *premium*, enquanto o petróleo bruto é uma *commodity* que geralmente é vendida pelo menor denominador possível.

Tabela 5: Exportações de petróleo refinado da Índia para o Brasil entre 2003 e 2022

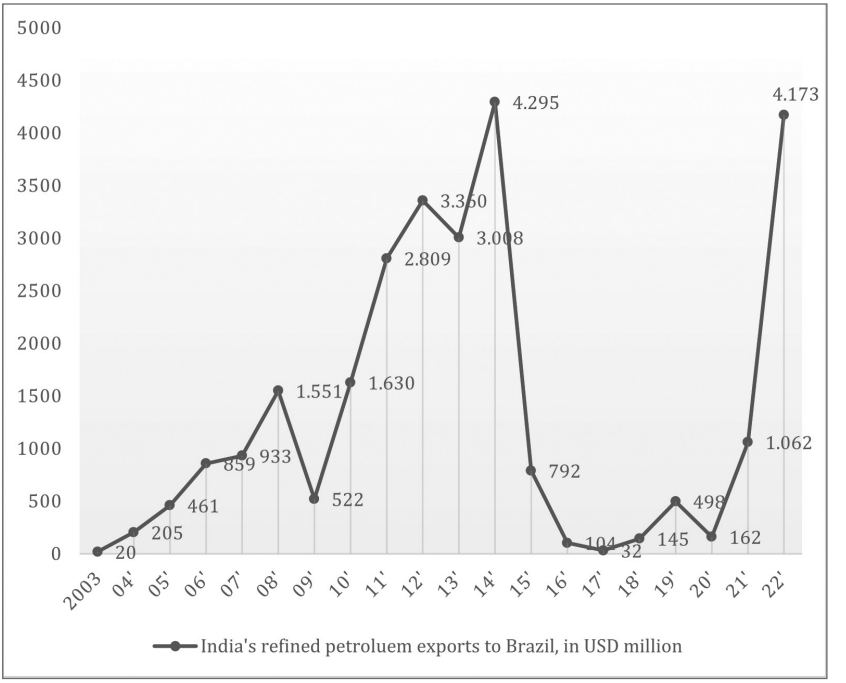
Ano	**Quantidade em toneladas**	**Valor em US$ milhões**
2003	432,572	20
2004	619,376	205
2005	1,008,467	461
2006	1,478,100	859
2007	1,464,393	933
2008	1,633,955	1,551
2009	942,985	522
2010	1,463,028	1,630
2011	3,110,706	2,809
2012	3,550,194	3,360
2013	3,122,009	3,008
2014	4,913,100	4,295
2015	1,591,251	792
2016	297,065	104
2017	54,509	32
2018	188,058	145
2019	861,730	498
2020	353,770	162
2021	1,864,144	1,062
2022	3,998,614	4,173
Total	**32,948,026**	**$ 26,621**

Fonte: Trade Map (International Trade Center).

As exportações de petróleo refinado da Índia para o Brasil são muito mais irregulares do que as importações de petróleo bruto brasileiro. Começaram em um ritmo modesto, com 432.572 toneladas, aumentando gradualmente ao longo dos anos e atingindo o pico de 4,9 milhões de toneladas em 2014. De repente, as exportações caíram e se estabilizaram de 2016 a 2020, aumentando apenas em 2021 para 1 milhão de toneladas e subindo ainda mais para 4 milhões de toneladas em 2022 (veja o Gráfico 4). Essas exportações bastante irregulares devem-se a mudanças na dinâmica do mercado, nos preços do petróleo refinado e na demanda global e regional por esses produtos. Elas também podem ser influenciadas por mudanças na refinaria doméstica e no mercado de exportação da Índia, bem como pela demanda por petróleo refinado no Brasil.

De modo geral, espera-se que a energia continue sendo o componente dominante do comércio Índia-Brasil no curto e médio prazo. Devido à escassez de reservas de petróleo da Índia, podemos esperar que o país continue importando petróleo bruto brasileiro pelo menos até 2050. O Brasil também achará econômico e adequado importar produtos indianos de petróleo refinado, como diesel, nas próximas décadas, dada a demanda das refinarias do país.

Gráfico 4: Exportações de petróleo refinado da Índia para o Brasil em US$ milhões



Fonte: Trade Map (International Trade Center).

Investimentos em energia Índia-Brasil: a história de duas empresas

Embora o comércio de energia entre a Índia e o Brasil seja uma via de mão dupla, os investimentos no espaço energético permanecem limitados ao investimento indiano em energia brasileira. Isso é esperado, uma vez que a Índia carece de energia e o Brasil é dotado de abundantes reservas, sempre com um excedente no setor.

As empresas indianas de energia começaram a procurar oportunidades de investimento no Brasil na mesma época em que

o comércio de energia entre os dois países começou a prosperar, em meados dos anos 2000. Em 2006, a ONGC Videsh Limited (OVL), de propriedade do governo indiano, iniciou suas operações no Brasil, registrando uma nova entidade no Brasil chamada ONGC Campos Ltd. Ainda hoje, a OVL mantém um escritório no Rio de Janeiro. Na verdade, o investimento acumulado da OVL no Brasil totaliza US$ 2,58 bilhões, dos quais US$ 2,48 bilhões são em ativos que já produzem petróleo, enquanto US$ 106 milhões são investidos em ativos exploratórios.

Os investimentos da OVL incluem o projeto de águas profundas BC-10, na costa de Vitória, na Bacia de Campos, onde a OVL detém uma participação de 27% em um projeto que inclui dois outros parceiros internacionais: a Qatar Energy, com 23%, e a Shell, com os 50% restantes. Até o momento, a OVL investiu US$ 2,48 bilhões no projeto BC-10. A OVL também tem outra participação de 25% no projeto exploratório do Bloco BM Seal-4 na Bacia de Sergipe-Alagoas, no nordeste do Brasil, onde a Petrobras é a principal operadora, com os 75% restantes. Até o momento, o projeto BM Seal-4 recebeu um investimento de US$ 106,38 milhões da OVL. Ao todo, o Brasil foi responsável por 4% da produção total da OVL no ano fiscal de 2021-2022, parte de uma contribuição geral de 11% da América Latina para a produção global da OVL. A OVL é, de longe, o maior investidor indiano em energia no Brasil e na América Latina – o que não é surpresa, já que a empresa é o maior investidor indiano em energia em todo o mundo.

Além da OVL, outra empresa indiana, a Bharat Petroleum Corporation Limited (BPCL), investiu no campo do petróleo do Brasil. No entanto, os investimentos da BPCL no Brasil enfrentaram vários obstáculos devido ao parceiro inicial da empresa, a Videocon Industries, que declarou insolvência corporativa em 2018. A *joint venture* BPCL-Videocon no Brasil, chamada IBV Brasil Petróleo Ltda,

investiu US$ 280 milhões em dez blocos de petróleo exploratórios para uma participação de 40% em um projeto administrado pela Petrobras do Brasil, que tinha uma participação majoritária de 60%. Devido ao processo de insolvência da Videocon Industries, a BPCL está em um dilema e está tentando vender sua participação para as empresas brasileiras locais Eneva e PetroRio. A experiência onerosa da BPCL deve-se inteiramente à insolvência da empresa parceira e não é indicativa dos laços energéticos entre a Índia e o Brasil, que parecem ser bastante sólidos e apoiados pelos governos de ambos os lados. Podemos esperar mais investimentos indianos no setor de energia do Brasil, inclusive no espaço não petrolífero, como em etanol e energia renovável.

Conclusão

Mesmo que a Índia aumente o mix de renováveis em sua cesta de energia, o petróleo continua sendo a fonte mais acessível e, portanto, está no centro da política de segurança energética do país. Como resultado, mesmo nas estimativas mais ambiciosas do governo da Índia, em que renováveis representam um aumento de dez vezes em relação aos níveis atuais, o petróleo ainda seria responsável por 25% do suprimento total de energia primária da Índia até 2040; em termos mais específicos, a demanda de importação de petróleo da Índia aumentaria dos atuais 200 milhões de toneladas para entre 350 milhões e 465 milhões de toneladas até 2040.

Os vínculos energéticos entre a Índia e o Brasil devem ser analisados dentro dessa estrutura mais ampla da demanda indiana por petróleo a longo prazo e da abundância de reservas de petróleo no Brasil. Isso, por si só, impulsionará o comércio de energia entre a Índia e o Brasil pelo menos até 2050. Afinal de contas, a meta da Índia para o zero líquido está muito distante, em 2070. As empresas indianas continuarão importando quantidades razoáveis de petróleo bruto

brasileiro, bem como exportando produtos refinados de petróleo, como o diesel. Considerando que os produtos energéticos constituem atualmente quase 40% do comércio Índia-Brasil, também podemos esperar que os governos de ambos os lados continuem a conceder altos níveis de prioridade ao setor de energia, inclusive por meio de comunicação e visitas frequentes entre os ministros de energia de ambos os lados. Os US$ 2,58 bilhões investidos pela OVL no Brasil são possivelmente o maior investimento individual na região da América Latina por qualquer empresa indiana, e o total de US$ 2,86 bilhões investidos pela OVL e pela BPCL no Brasil pode ser o maior investimento de empresas indianas em qualquer setor na América Latina. É provável que a energia continue a ser o maior elemento de comércio e investimento entre a Índia e o Brasil, e continuará a ser uma área de foco para os governos e o setor privado de ambos os países.

REFERÊNCIAS

BP. *Statistical Review of World Energy,* jun. 2020, p. 14. Disponível em: <https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2020-full-report.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2023.

BPCL Agrees to Match Brazilian Companies' Bids for Two VOVL Oil Assets. *The Economic Times*. Disponível em: <https://m.economictimes.com/industry/energy/oil-gas/bpcl-agrees-to-match-brazilian-companies-bids-for-two-vovl-oil-assets/amp_articleshow/100402601.cms>. Acesso em: 26 maio 2023.

BPCL Pays for Defaulting Videocon in Brazil Oil Block. *The Economic Times*. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/industry/energy/oil-gas/bpcl-pays-for-defaulting-videocon-in-brazil-oil-block/articleshow/78344777.cms>. Acesso em: 26 maio 2023.

BRAZIL Minister to Visit India, Energy Ties in Focus. *Mint*. Disponível em: <https://www.livemint.com/news/india/brazilian-mines-and-energy-minister-to-deepen-energy-ties-with-india-on-biofuels-and-ethanol-visiting-later-this-year-11683827622861.html>. Acesso em: 26 maio 2023.

ÍNDIA. *Draft National Energy Policy*, 27 jun. 2017. Disponível em: <https://niti.gov.in/writereaddata/files/new_initiatives/NEP-ID_27.06.2017.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2023.

ÍNDIA. *Joint Statement on Meeting between Minister of Petroleum and Natural Gas of India and Minister of Mines and Energy of Brazil on Cooperation between India and Brazil in the Energy Sector, Bioenergy and Biofuels*. Disponível em: <https://pib.gov.in/PressReleasePage.aspx?PRID=1818727>. Acesso em: 26 maio 2023.

ÍNDIA. *Tradestat*. Disponível em: <https://tradestat.commerce.gov.in/meidb/Default.asp>. Acesso em: 5 jun. 2023.

INTERNATIONAL Trade Centre (ITC). *Trade Map*. Disponível em: <https://www.trademap.org>. Acesso em: 5 jun. 2023.

ONGC Videsh. *Annual Report 2021-22*. Disponível em: <https://www.ongcvidesh.com/wp-content/uploads/2022/10/Revised_OVL_English-Annual-Report-21-22_11-October_low.pdf>. Acesso em: 5 jun 2023.

ONGC Videsh. *Corporate Presentation*. Disponível em: <https://www.ongcvidesh.com/wp-content/uploads/2022/09/OVL_-E-PPT-September-2022.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2023.

ÍNDIA E BRASIL: HISTÓRIAS DE INTERCÂMBIO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOCIALMENTE RELEVANTE

Cláudio Pinheiro[1] e David Danziger[2]

Introdução

As celebrações dos 75 anos de relações diplomáticas oficiais entre Brasil e Índia são um marco notável e oferecem, ademais, uma excelente ocasião para revisitarmos a história desse diálogo. Normalmente, a memória da relação entre estes países tem sido associada ao colonialismo e a afinidades culturais dessa conexão. Nosso propósito aqui é contar uma história científica e tecnologicamente orientada desse encontro.

Efetivamente, as relações entre os territórios que atualmente constituem a Índia e o Brasil não se iniciaram com o estabelecimento de relações oficiais entre esses Estados pós-coloniais, em 1948, mas remontam a um período muito anterior no qual essas regiões estiveram ligadas por estruturas de poder impostas por impérios

---

1 Professor de Estudos Africanos do Instituto de História da UFRJ (Rio de Janeiro), diretor da Sephis (Programa Sul-Sul de Pesquisas sobre a História do Desenvolvimento, Amsterdam) e professor visitante da Cadeira de Estudos Críticos e Transformação do Ensino Superior na Nelson Mandela University (Victoria, África do Sul). Sua agenda inclui o estudo da escravidão e formas de dependência, e a história da produção e circulação de conhecimento, observando os efeitos duradouros do colonialismo na institucionalização do poder nas sociedades ocidentais e não ocidentais.

2 Doutorando no Programa de Pós-Graudação em Antropologia Social do Museu Nacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ), tendo realizado seu mestrado na mesma instituição. Graduado em História (Bacharelado e Licenciatura) também na UFRJ. Seu foco de pesquisa se concentra na Partilha da Índia (1947), na Partilha da Palestina (1947) e em políticas de partilha de modo mais geral, refletindo sobre suas conexões e recursividades históricas através da circulação de categorias, práticas de nomeação e formas de conhecimento em relação a experiências de violências, notando seus efeitos em modos de governo de populações e territórios.

europeus. Em que pese o imperialismo ser um fato histórico totalizante e durável afetando inúmeras instâncias da vida social a um só tempo, a história do intercâmbio entre estes países não deveria ser reduzida a uma história do colonialismo e, menos ainda, a uma história colonizada. Ainda reconhecendo esse aspecto, duas dimensões sobressaem na narrativa sobre o passado do intercâmbio brasileiro com a Índia e outras partes do Sul Global: a centralidade dos intercâmbios oficiais e, sobretudo, a sombra do colonialismo. O peso desses eixos domina intelectual, política e moralmente a forma como se convencionou descrever o passado e projetar o futuro da internacionalização do Brasil, observando como nosso país se projeta de forma desigual e assimétrica no ímpeto de interagir com o Norte e o Sul Global.

De fato, a expansão global do conhecimento científico está diretamente associada ao papel de impérios europeus modernos, e incluía a ciência numa "missão civilizatória", o que afetou a Índia, o Brasil e outros territórios colonizados, produzindo o empoderamento de elites locais que se identificaram com esse projeto colonial (PRAKASH, 1996). No caso brasileiro, embora a ciência tenha adquirido o mesmo valor de certificação de uma moral civilizatória e que o país também tenha recebido missões científicas, isso aconteceu muito tardiamente, e de forma incipiente, durante o período do Brasil Império (PINHEIRO, VERMEULEN & SCHRÖDER, 2019) e de forma mais sistemática no século XX, com iniciativas como a "missão francesa" na USP (PEIXOTO, 1991, 2001). O conhecimento produzido naquele momento introduz tensões entre novos conhecimentos científicos trazidos pelo colonialismo, entidades tradicionais e conhecimentos reprimidos e os sujeitos subalternos (PRAKASH, 1996). A existência de uma moral civilizatória associada à ciência marca definitivamente o lugar de exemplaridade da Europa, definindo paradigmas e agendas.

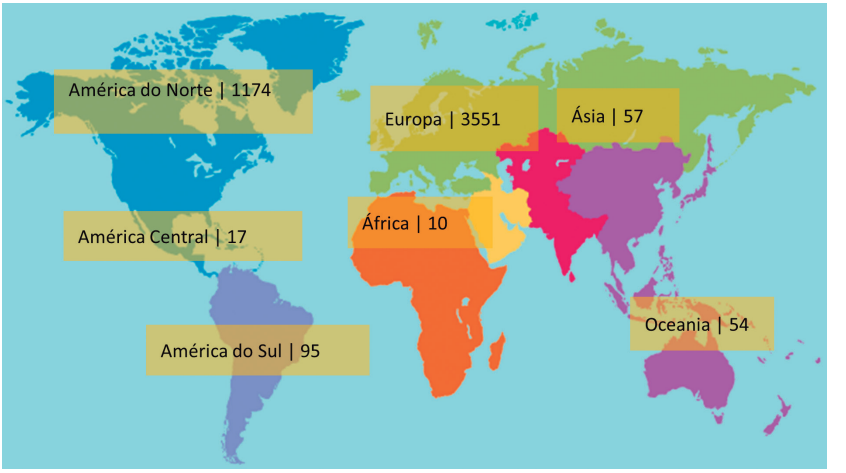
Consequência disso, e em termos gerais, o Norte passou a operar como espaço de exemplaridade, desde onde o Brasil buscou inspirações e modelos de promoção do desenvolvimento político, econômico, social, científico – e até racial – necessários para atingir uma almejada modernidade. Em contrapartida ao descrédito científico de intercâmbios com contextos pós-coloniais do Sul Global, que tenderam a ser *culturalizados*, povoados por exotismos e destituídos de predicados da modernidade, nos quais similitudes sociais e empatias afetivas operam como artefatos políticos definindo prioridades em agendas de cooperação. O senso comum social, político e até acadêmico vincula o estabelecimento de relações entre o Brasil, a África, e até com a China e a Índia, por exemplo, à busca de comunalidades ou empatias adjudicadas a uma *ancestralidade compartilhada* – remetidas a um "passado comum" emprestado do colonialismo, sedimentado na língua (enquanto expressão de uma comunidade política lusofílica) ou em noções indefinidas de afetos e empatias, religiosidade e espiritualidade, entre outras. Essas não são peculiaridades das relações entre o Brasil e a Índia, ou mesmo a China, já que operam fortemente em nossas conexões com a África, o que contrasta com as justificativas para a mobilização de parcerias com a Alemanha ou o Canadá usualmente identificados em atributos do desenvolvimento e da modernidade.

Nesse sentido, importa salientar que Brasil, Índia, China e países africanos elaboraram memórias bastante distintas da opressão do colonialismo e seu legado para a formação de seus Estados pós-coloniais, o que impactou solidariedades políticas entre contextos do Sul Global e suas formas de imaginar o mundo. Mas como algo tão inofensivo e lúdico como a *imaginação* pode produzir impacto político ou econômico? De fato, um dos efeitos mais duradouros e perversos do colonialismo para o destino de espaços pós-coloniais é sua influência em nossa capacidade de imaginação científica, social e política (SAID, 1978, 1994). Em larga medida, a imaginação que informa a narrativa histórica sobre contextos (territórios e povos)

que foram colônias de países europeus se consolidou como uma quase prerrogativa dos próprios colonizadores, seus descendentes e aparatos de Estado. Essa circunstância reforça uma assimetria que opõe um Norte que imagina e um Sul Global que é imaginado política, econômica, social e culturalmente. Imaginação e narrativa são expressões da conquista e formas de exercício do poder do Norte sobre o Sul. Logo, não é de todo estranho que a imaginação das pessoas no Brasil (e na América Latina) a respeito de regiões tão distantes e "exóticas" do mundo como a Índia (e de outras partes da Ásia e da África) seja devedora de estereótipos povoados pela imaginação desse mesmo colonialismo europeu. Historicamente, e em contraste com a China ou a Índia, o Brasil esteve permeável a uma certa *nostalgia colonial*, o que marca a forma como narramos nosso passado de relações com o mundo e constrange nossa forma de imaginar políticas de cooperação internacional. Essa característica marca a compreensão equivocada de que excelência em ciência e tecnologia, assim como eficiência de modelos de gestão econômica, social e administrativa, sejam propriedades exclusivas de países do Norte – e, portanto, de sociedades industriais herdeiras da modernidade ocidental. Essa percepção impõe uma representação muito clara de como as prioridades brasileiras em cooperação em ciência e tecnologia – de pesquisadores(as), instituições ou das próprias agências de fomento – estruturam assimetrias e desigualdades globais, informadas por um entendimento moral das prioridades de cooperação em ciência e tecnologia.

Dados de internacionalização científica brasileira centrados na circulação de pesquisadores apontam para uma representação gráfica das prioridades de nossos(as) pesquisadores(as) diante da possibilidade de complementar sua formação (doutorado e pós-doutorado) e/ou de realizarem estadias de pesquisa e intercambio científico. Esse mapa constitui uma geografia da desigualdade baseada em iniciativas individuais de mobilidade científica acontecidas no ano de 2010.

Circulação de pós-graduandos brasileiros no exterior com bolsas de agências brasileiras e de agências estrangeiras parceiras

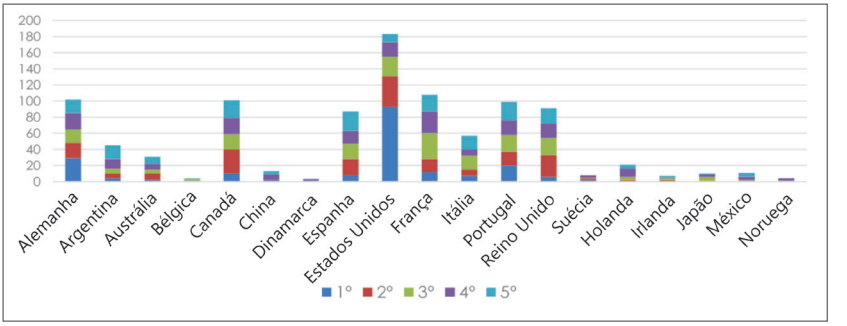


Fonte: Relatório CAPES de internacionalização, 2010.

Já o relatório de internacionalização produzido pela CAPES em 2017 a partir dos resultados do questionário *A internacionalização na Universidade Brasileira* reforça a nitidez de uma representação geográfica dessa assimetria. Quando interrogados a respeito das prioridades de cooperação cientifica e tecnológica internacional, dois grupos de instituições apontavam respostas que, embora oscilassem, não variavam na essência: estamos cientificamente orientados pelo e para o Norte. Entre os 20 países com os quais instituições brasileiras desejavam cooperar preferencialmente, praticamente todos são do Norte; ademais, para instituições brasileiras com baixo registro de acordos internacionais, Portugal aparece como um destino preferencial, mesmo em áreas científicas nas quais este país não se destaca em indicadores globais. Para além da reiteração de atributos de empatias civilizacionais, o dado sugere uma limitação no perfil de cientistas brasileiros(as) com respeito a capacidades linguísticas que permitissem uma melhor integração internacional. Mesmo com um intervalo de quase uma década, já afetados pela decadência dos

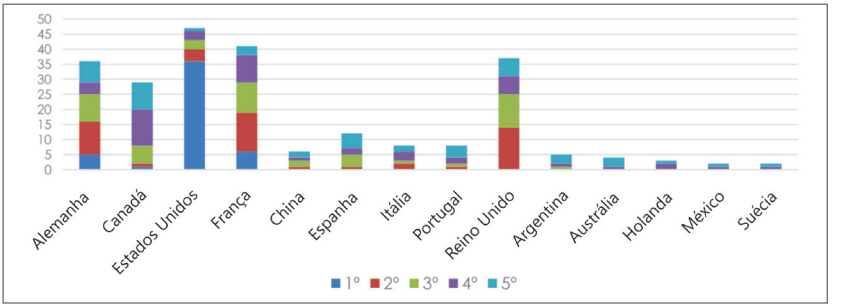
fundos de amparo a ciência que veríamos nos anos 2018-2022, não houve um reajuste das prioridades brasileiras por uma cooperação científica com instituições do Sul Global.

Internacionalização na universidade brasileira
Número de vezes que aparece cada país como destino desejável prioritário, IES grupo 1



Fonte: CAPES, 2017. A internacionalização na Universidade Brasileira: resultados do questionário aplicado pela CAPES.

Internacionalização na universidade brasileira
Número de vezes que aparece cada país como destino desejável prioritário, IES grupo 2



Fonte: CAPES. 2017. A internacionalização na Universidade Brasileira: resultados do questionário aplicado pela CAPES.

Embora seja notável, não é surpreendente que a Índia sequer apareça nesses quadros de "desejos" institucionais preferenciais de cooperação ou destinos individuais de mobilidade. Mesmo a China, que figura na liderança de vários indicadores internacionais de pesquisa e de fomento à investigação científica, aparece como um destino desejável muito tímido. Essa percepção renova a compreensão de que a imposição de modelos eurocêntricos de ciências acontecidos no século XIX como parte de um "segundo colonialismo" (PRAKASH, 1996) assentaram paradigmas e emprestam materialidade ao legado perdurável do colonialismo em histórias do intercâmbio em ciência e tecnologia entre Índia e Brasil, operando em vários níveis interrelacionados. Primeiramente na prevalência do Norte (nomeadamente a Europa e América do Norte) como lugar da exemplaridade e de certificação científica que sustenta a hegemonia de uma história da ciência e tecnologia centrada no agenciamento governamental oficial e no qual efemérides, processos e iniciativas oficiais de Estado sobressaem a conexões informais, não hegemônicas, não oficiais ou não reguladas, de pequena escala ou simplesmente que aconteçam fora do controle de instâncias oficiais. Assim, por exemplo, o apagamento de memórias dos intercâmbios entre movimentos sociais da sociedade civil organizada, a invisibilidade da produção de tecnologias distributivas, ou ainda da ciência comprometidas com iniciativas socialmente relevantes, valorizando uma produção científica que acontece nas margens ou a despeito dos grandes interesses de Estados nacionais.

A proposta desse capítulo é, portanto, reconsiderar a natureza do que qualificamos como ciência e tecnologia, observando processos históricos de aperfeiçoamento científico acontecidos nos extramuros de universidades e instituições científicas de pesquisa, ou incorporando o papel de tecnologias distributivas na promoção do bem-estar (e do bem-viver), de inclusão e justiça social. Nosso intuito é enfatizar histórias não oficiais e não hegemônicas da cooperação científica,

conduzidas através de redes informais ou de instituições, mas que, nem por isso, deixaram de produzir impactos científicos e sociais relevantes e duráveis, promovendo o intercâmbio de conhecimento tecnológico socialmente relevante entre estes países. Isso requer recontar histórias sociais das conexões entre Brasil e Índia, centradas na ciência e tecnologia, evitando um compromisso culturalista, de uma história orientalista, colonizada e de mútuos exotismos entre contextos do Sul Global. Essa opção se faz sem o prejuízo de apresentar iniciativas de instâncias oficiais – universidades, centros de pesquisa, ministérios e outros, e formalizadas por legislação, acordos de cooperação, visitas oficiais etc. – nos quadros de uma agenda de cooperação científica bilateral ou multilateral.

Intercâmbios ecológicos, tecnologias da agropecuária, gestão do trabalho e sindicatos

Entre os séculos XVI e XIX, os territórios que hoje compõem o Brasil e a Índia estiveram conectados a partir de estruturas coloniais. Eram os tempos de domínio de impérios europeus – primeiro o português, depois o britânico, e outros – e ambas as regiões estavam inseridas no sistema internacional desde suas margens, enquanto colônias que atendiam às prioridades político-econômicas de suas metrópoles. Parte da historiografia acadêmica dedicada a esse período observa primariamente a circulação de pessoas, bens, mercadorias, leis, livros, ideias, de pessoas escravizadas, as operações de ordens religiosas etc. No século XVI esse comércio confiou fortemente na iniciativa de grandes negociantes portugueses que possuíam conexões em várias praças do mundo (AMARAL LAPA, 2000 [1968]; SUBRAHMANYAM, 1995; CAROLLO, 2001, p. 127-36; ou FIGUEIREDO, 2001), que, após meados do século XVIII, passou também a ser feito diretamente por negociantes brasileiros e africanos que enviavam embarcações diretamente

à Índia, tendência que se consagrou no século XIX, quando a maior parte do trânsito mercantil entre essas regiões estava na mão de comerciantes privados, principalmente famílias (indianas, angolanas e brasileiras) que mantinham redes amplas de aliança com representantes em outros continentes (ANTUNES, 1997; BORGES, 1993; ANTONY, 2004; VARADARAJAN, 2005). O trânsito comercial entre o Oriente-Brasil-África-Oriente era composto por uma variedade expressiva de gêneros (primários e industrializados), entre eles: alimentos, especiarias, madeiras, tabaco, ouro e prata, pedras preciosas e, principalmente, têxteis (os "panos da Ásia") muito valorizados nessa complexa rede comercial, em especial em Angola e no Brasil, alimentando, inclusive, o tráfico de escravizados para as Américas (ANTUNES, 2001; FERREIRA, 2001; FIGUEIREDO, 2001). Nesse período, o comércio entre praças do Brasil (Rio e Salvador, especialmente) e da Índia não se resumia aos quadros geopolíticos dos domínios do império português. Navios de outras partes da Índia (não portuguesa) chegavam ao Brasil e Angola, assim como comerciantes desses lugares mandavam suas embarcações a outras partes do subcontinente em busca de mercadorias e negócios. Assim, portos do Malabar, Bengala, Guzerate, Karnataka, China e costa oriental africana passaram a negociar regularmente com o Brasil, "muito antes da [celebrada] abertura dos portos brasileiros" às nações amigas, em 1808 (ANTUNES, 2001, p. 407). Também nesse período outros portos sul-americanos passaram a integrar uma imensa e antiga rede de circulação de mercadorias do Índico, longamente controlada por famílias e redes de negócios árabes e indianos, o que construiu interessantes conexões entre o Atlântico Sul e a Ásia do Sul e Sudeste.

O que esta conexão colonial de base mercantil produziu não foi apenas a circulação de mercadorias e a prosperidade de redes comerciais e familiares ao redor do Atlântico, mas o aprimoramento de tecnologias do transporte, da navegação e no transplante e

adaptabilidade de espécies naturais (de fauna e flora) entre Brasil, Índia e as demais partes das Américas, África e Ásia. Esse trânsito não foi simplesmente a forma curiosa pela qual a Índia teve a chance de conhecer a goiaba, a mandioca, o sapoti ou o caju e o Brasil de provar a manga, a jaca ou o dendê, ou da África conhecer a batata-doce, o tomate ou o tabaco, mas serviu a mecanismos de implantação e sedimentação da colonização, a partir da domesticação de espécies e ocupação de territórios (ALENCASTRO, 2000; CORREIA, 2007; FERRÃO, 2013). Ademais, o acúmulo de conhecimento gerado por estes processos dependeu, invariavelmente, do trabalho de pessoas escravizadas e do conhecimento que suas sociedades originais produziram. Foi parte de um *Imperialismo Ecológico* (CROSBY, 1993) que se relaciona ao progressivo desenvolvimento de uma teoria econômica dos impérios a teorias de desenvolvimento para territórios coloniais (ARNDT, 1981). Uma das *commodities* mais importantes desse processo e que chegou ao Brasil desde a Índia e marcaria definitivamente a história agropecuária e da zootecnia nacional tem a ver com esse trânsito de espécies que associava teorias científicas do desenvolvimento econômico, agropecuária, zootecnia e ocupação do território: o gado zebuíno de origem indiana (PINHEIRO & VIEIRA, 2013).

O zebu (*Bos indicus*) começa a ser importado para o Brasil em fins do século XIX a partir das primeiras matrizes vindas de Nelore (província do Tamil Nadu), por iniciativa de famílias da aristocracia pecuária fluminense e do Triângulo Mineiro (MEDRADO, 2013). Naquele momento, "fazendeiros-comerciantes" realizaram diversas viagens à Índia, buscando matrizes que eram trazidas vivas seguindo rotas longuíssimas de transporte. A incorporação do gado indiano acirra um debate científico e disputas intra-oligárquicas em torno de projetos de desenvolvimento que associaram a expansão pecuária, a ocupação do território, e o aprimoramento de tecnologias de seleção genética (MEDRADO, 2013, 2015). Isso enseja uma disputa sobre

qual raça bovina deveria prevalecer no Brasil: o cruzamento de raças europeias com o gado local, a zebuína indiana em cruzamento com o mesmo gado local ou uma seleção genética do gado brasileiro a partir de suas matrizes já assentadas de gado ibérico. A importância desse debate se justificava pelo progressivo aumento da demanda europeia por carne congelada (cresceria ainda mais com o princípio da 1ª Guerra Mundial), o que também acirra uma disputa que envolve distintos projetos político-econômicos de elites brasileiras.

O interesse do Estado brasileiro no comércio bovino com a Índia oscilou. Foi tímido entre os anos 1906-08 e intenso entre 1910-21, quando o ministério da Agricultura subsidiava a importação de animais. Dos anos 1920 em diante, o Estado brasileiro alternou entre fomento, indiferença e coibição à vinda e implementação do gado zebuíno (MEDRADO, 2013, 2015). Foi entre os anos 1920 e 1930 que essa atividade ganhou maior importância para o Brasil, não apenas no comércio direto com a Índia, mas do Brasil com outros países. Em 1928, criadores do Triângulo Mineiro registraram a raça Indubrasil (cruzamento de Nelore, Gir e Guzerá) e passaram a exportar matrizes para o México e Estados Unidos. A criação do Indubrasil – de fato uma nova raça desenvolvida por melhoramento genético (MEIRELLES et al., 1999) – reduziu o interesse por importação direta de gado puro indiano, que continuaria a acontecer, de fato, até 1968, quando finalmente se proibiu o trânsito de gado vivo para o Brasil e iniciou-se uma fase de importação de material genético por empresas especializadas[3]. Esse processo dependeu de redes familiares de produtores que investiram em viagens de aquisição e no desenvolvimento de tecnologias de "aperfeiçoamento" genético, na fundação e manutenção de sociedades de criadores, associado

3 Mesmo com a criação em 1997 do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Índia, dedicado à liberação das importações de material genético bovino indiano, a questão somente encontrou solução em termos de regulamentação fitossanitária em 2005, persistindo até então o popularmente chamado "nova opção", que se caracterizaria como um mercado clandestino de sêmen de embriões bovinos indianos congelados e transportados ilegalmente para o Brasil.

ao debate político por modelos de promoção do desenvolvimento e que afetou agendas governamentais brasileiras de intercâmbio científico ou comercial.

A exemplo de outras *commodities* ecológicas, a implementação do gado zebuíno de origem indiana no Brasil trouxe impactos econômicos, científicos, políticos e ecológicos nas duas economias e sociedades. Uma história "culturalista" das relações entre Brasil e Índia teria enfatizado estes movimentos como parte de uma história global da alimentação que criaria laços afetivos entre esses dois territórios pós-coloniais. Ao contrário, do lado brasileiro, esse movimento ensejou disputas políticas e científicas acaloradas, que impactaram a agenda pública sobre o consumo de carne, sobre balança comercial e soberania alimentar, visível em jornais de grande circulação (MEDRADO, 2013, 2015; WILCOX, 2017). Na Índia, em contraste, o impacto da exportação de animais e de carne abatida afetaria o equilíbrio político desde o século XIX, com os movimentos de "proteção às vacas" (*Guarakshini Sabhas*) se opondo a mobilização do "direito ao abate", inflamando conflitos que opunham hindus (sikhs, budistas e farsis) e muçulmanos em torno de conceitos de "liberdade religiosa" (PRAKASH, 1983; TEJANI, 2008; PATEL, 2008). A questão das disputas políticas e econômicas em torno do gado recrudesceria no século XXI, quando a Índia se tornou o maior exportador de carne do mundo, superando o Brasil.

O intercâmbio ecológico-científico, iniciado no século XVI, não envolveu uma mera circulação de plantas e animais, mas o agenciamento científico a partir da catalogação de espécies, a observação de seus usos por populações locais, a seleção genética, mais tarde convertidas em tecnologias agropecuárias ou de zootecnia, que se conectava a outras instâncias da discussão sobre promoção do desenvolvimento. Entre os séculos XVIII e XIX, e em paralelo ao debate sobre a reformulação de bases produtivas da economia,

a pressão internacional pela substituição do trabalho de africanos e seus descendentes escravizados fez emergir várias modalidades intermediárias entre a escravização e o trabalho livre assalariado, que iam do trabalho forçado, servidão e contratos coletivos às formas "trabalho colonial" e "trabalho indígena" que ensejaram debates sobre formas análogas à escravidão na OIT (FERRERAS, 2017). Uma das modalidades mais comuns eram os *coolies* – trabalhadores asiáticos mobilizados em contratos coletivos de trabalho e migração assistida, largamente empregados nos Estados Unidos, Caribe, em partes da África, Ásia, Oceania e América Latina em várias atividades produtivas, especialmente na construção de ferrovias (LAMOUNIER, 2008; VARMA, 2016, CZEPULA, 2020).

O debate pela reformulação da força de trabalho no Brasil impulsionou prioridades de uma política eugenista assentada em teorias científicas racistas (SCHWARCZ, 1993), na qual as políticas de migração assistida procuravam definir prioridades na atração de trabalhadores de "raças desejadas" e rechaçar as "indesejadas" – ordenando chineses, japoneses, assírios ou europeus de diferentes origens de acordo com hierarquias raciais (SCHWARCZ, 1993; LESSER, 1999). Trabalhadores migrantes indianos, que haviam sido largamente empregados no Caribe, Oceania e outros lugares, aparecem no debate político brasileiro sobre migração e trabalho, invariavelmente entrecortado pelo eugenismo científico, e bastante visíveis nas iniciativas políticas e demográficas da administração colonial britânica na Índia, mas estão razoavelmente ausentes do debate histórico brasileiro. A década de 1910 registra várias tratativas e tentativas de empresas indianas promoverem migrações de trabalhadores do Punjab, mediadas por representantes da coroa britânica no Brasil, o que acaba não acontecendo (PINHEIRO, 2024). Tal como a pressão pela substituição da mão de obra escravizada, os debates a respeito do trabalho forçado, do tráfico de pessoas, do emprego de *coolies* e de formas análogas à escravidão ganharam muito

destaque no século XX, com a criação da Organização Internacional do Trabalho e da Sociedade das Nações. Nesse então, e ainda durante o domínio colonial britânico, a Índia contou com a participação ativa de representantes de sindicatos de trabalhadores no debate internacional sobre o combate a formas do trabalho escravo/compulsório (FERRERAS, 2008).

Ainda que "a Índia" estivesse, direta ou indiretamente, presente em discussões sobre agropecuária, zootecnia, comercio de tecidos ou sobre força de trabalho no Brasil, seguramente ela não figurava tão visivelmente no debate público, quando não porque muitas dessas temáticas tendiam a restringir-se a públicos especializados ou mesmo a uma oligarquia que definia projetos de desenvolvimento e os rumos da nação.

A segunda metade do século XIX é precisamente o momento de reconfiguração da imagem internacional da Índia, cujas representações tornam-se mais disponíveis para um público extra-acadêmico, especialmente no domínio da "espiritualidade". Embora parte dos interesses brasileiros pela Índia se relacionem em alguma medida a uma matriz imperial portuguesa, a curiosidade intelectual, científica ou espiritual brasileira pelo subcontinente indiano parece ter seguido caminhos diversos. A percepção da Índia como parte do "Oriente" associado a interesses filosóficos ou científicos do proselitismo religioso, disponível às prioridades de uma agenda de poder de um império transcontinental, eram visíveis na constituição de um "Orientalismo Português" desde o século XVI (HESPANHA, 1999; VICENTE, 2010; VON KEMNITZ, 2016). No Brasil, a perspectiva de que a Índia integrava uma engrenagem numa estrutura mercantil de impérios colonial prevaleceu até o século XX, definindo prioridades estranhas as ciências. Nem mesmo a Independência ou a Proclamação da República produziram, no Brasil, projetos político-intelectuais autônomos no que respeita nossas prioridades da relação com o

mundo. Para orientar-nos cientificamente havia a Europa. A Índia e os demais territórios coloniais ainda figuravam a partir dos quadros de uma ciência francamente racista que caracterizou o século XIX e parte do XX. Essa assimetria se refletia nas publicações brasileiras sobre a Índia, ordenada a partir de alguns poucos eixos/temas centrais.

Publicações brasileiras sobre a Índia

A história das publicações brasileiras sobre a Índia reflete um longo desconhecimento e um razoável desinteresse de nossa parte com relação ao subcontinente. Ao longo de 150 anos, entre o século XIX e 1947, vieram à luz cerca de 80 publicações sobre a Índia em língua portuguesa no Brasil, entre livros e artigos. Nos cinquenta anos seguintes, entre 1948 e 2000, publicaram-se pouco mais de 600 títulos e, surpreendentemente, entre 2001 e 2012, as publicações brasileiras sobre a Índia somavam cerca de 1000 títulos, já aí incluindo livros e artigos em revistas acadêmicas. Significa dizer que, em pouco mais de uma década do século XXI, publicou-se no Brasil mais sobre Índia do que ao longo dos séculos XIX e XX juntos. Por muito tempo, a maioria das publicações brasileiras sobre o subcontinente indiano correspondia a títulos originalmente publicados em centros como Europa e os Estados Unidos e posteriormente traduzidos no Brasil. Autores indianos representavam uma pequena minoria e mesmo títulos relacionados ao cerne da representação sobre a Índia, como yoga ou espiritualidade, eram europeus ou norte-americanos que adotavam novos nomes em sânscrito ou hindi.

Em meados dos anos 1980, esse quadro começou a se transformar. Embora timidamente, passou a haver mais autores e títulos originalmente publicados na Índia sendo traduzidos diretamente no Brasil. Além disso, autores brasileiros passaram a superar os estrangeiros no número de livros editados em temas que diziam respeito ao subcontinente. De forma geral, começou a haver

mais livros sobre Índia sendo publicados no Brasil, e igualmente mais e mais brasileiros como autores destes textos. Embora o interesse sobre a Índia tenha começado a se intensificar a partir dos anos 1980, isso não significa que a Índia contemporânea seja a mais bem conhecida pelos leitores brasileiros.

Até os anos 1990, essa Índia vista do Brasil estava associada a enunciados e imagens de *tradições milenares* construídas por uma terra de *história ancestral* e atravessada pela *espiritualidade*. Essa Índia "tradicional", produto de uma história de civilizações antigas, estava marcada pela percepção de um tempo que passa tão lentamente que torna as transformações imperceptíveis. E essa literatura acompanhava-se de imagens que ilustravam um país de tradições atemporais e problemas perenes – a intransponibilidade do sistema de castas, a pobreza extrema, as doenças etc.; problemas que só eram suportáveis graças à "*espiritualidade* de uma grande civilização milenar". Adaptando-se os conteúdos e guardadas as proporções, a visão do Brasil sobre a África se assenta de estereótipos semelhantes.

Hoje, a Índia legível pelos brasileiros refere-se majoritariamente a economia sustentável, comércio bilateral, segurança alimentar, matrizes energéticas, setor de serviços e toda uma quantidade de assuntos que remetem à agenda do desenvolvimento. As publicações brasileiras enxergam hoje uma *Índia emergente*, superpotência econômica, protagonista da geopolítica internacional, soberana na indústria de software, líder regional, rival e parceira da China, e que forma, junto com outros *newcomers* do desenvolvimento global, uma nova fronteira de expansão do capitalismo periférico. A Índia vista do Brasil tem mudado do *tradicional* e imemorial ao lugar da *ultramodernidade*. Ontem a Índia era publicada e lida por seu passado, hoje, pelo seu devir. Nem ontem e nem hoje o Brasil se dedica a questões do presente indiano, o que sugere um quadro

curioso sobre como compreendemos a relevância de nosso interesse por outras terras e povos, especialmente aqueles da periferia pós-colonial, o Sul Global.

O mérito desta mudança talvez se assente em dois pontos. Primeiro na requalificação de uma agenda de cooperação cientifica internacional brasileira nos anos 2000, com a sedimentação de acordos de intercâmbio que reconhecem a qualidade e o padrão de excelência da ciência praticada na Índia – que, não gratuitamente, ocupa a 7ª posição no ranking internacional de publicações científicas entre 1996 e 2002[4]. A isso se soma, no mesmo período, o reposicionamento de prioridades brasileiras em termos de uma economia política do multilateralismo reorientada a partir do surgimento dos acordos multilaterais centrados em novos entendimentos da modernidade produzida por países periféricos emergentes – como os acordos IBAS, BRICS, ASPA e outros. Isso recoloca uma questão central na imaginação/concepção das agendas oficiais quanto a políticas científicas de cooperação internacional no Brasil. É quando as periferias passam a servir de modelo para agendas do desenvolvimento, e não mais apenas como espaços *culturalizados* de uma relação afetiva. Resumidamente: a Índia passou a ser reconhecida como potência científica, quando passou a habitar a imaginação e a narrativa ocidental sobre modernidade. Essa transformação reverte um quadro histórico muito resistente a mudança.

Histórias da cooperação internacional em Ciência e Tecnologia

Um dos aspectos pelos quais o desenvolvimento tecnológico e o potencial para cooperação científica podem ser avaliados é no capital científico desses dois países. Desde 1996, Índia e Brasil

4 Scimago journal and country ranking. Disponível em: <https://www.scimagojr.com/countryrank.php>. Acesso em: 1 jun. 2023.

figuram entre os 20 países mais importantes em termos de volume de publicações cientificas no mundo. Em 2008, a Índia quebra um importante paradigma, chegando ao seleto grupo dos 10 países com maior volume de publicações científicas no mundo – ano no qual o Brasil chegou à 13ª posição. Mesmo que a China – que em 2023 ocupa a 2ª posição – venha desafiando a hegemonia do Norte de forma consistente, e há décadas figure entre os 10 países mais visíveis em produção científica, a chegada de Índia e Brasil ao seleto grupo de 20 ou 15 países mais produtivos em termos de publicações científicas é um feito digno de nota.

A performance desses países em C&T das últimas décadas revela um crescimento intenso e constante, visível, inclusive, na diminuição da discrepância vis-à-vis os principais centros internacionais. Certamente, a criação e expansão de IES também acompanhou e sustentou esse processo. Comparativamente, Índia e Brasil possuem trajetórias bastante diferentes no que respeita à formação de estruturas de ensino superior: enquanto a Índia teve as primeiras instituições científicas fundadas no século XVIII e universidades no século XIX, no Brasil esse processo aconteceu em fins dos oitocentos e princípios dos novecentos, respectivamente. Se compararmos o processo político de constituição de nacionalidades, capacidades científicas, a constituição de pensamentos críticos e de projetos intelectuais autônomos, no momento de sua independência (1822), ainda que houvesse algumas instituições científicas que investiam no ensino, o Brasil não possuía nenhuma universidade e nem mesmo no momento da Proclamação da República (1889) (BOTTONI et al., 2013). Comparativamente, a Índia já possuía 20 universidades na independência (1947), com uma capacidade científica também constituída por outras instituições, mas por características que singularizam a ciência indiana: a diáspora científica e a existência de ciência pré-colonial.

Na segunda metade do século XX, a evolução do sistema universitário nos dois países teve ritmos distintos. Em 1980, o Brasil possuía 65 universidades (sendo 20 privadas), em 2008, 183 universidades, e, em 2021, cerca de 2.600 instituições de ensino superior (cerca de 2.300 das quais privadas e pouco mais de 300 públicas). A Índia, em contraparte, contava 200 em 1980 e 357 em 2005, e o número de *colleges* (também considerados instituições de 3º grau) saltou de 500 em 1947 para incríveis 17.625 em 2005 – apenas a título de comparação, o Reino Unido possui 166 instituições de ensino superior, o Japão, 643, sendo 74% privadas. É bem verdade que nossa estrutura demográfica também difere bastante. Em 2010, enquanto o Brasil possuía quase 200 milhões de habitantes, a Índia, segundo país mais populoso do mundo, possuía cerca de 1,2 bilhão. Por outro lado, tínhamos nessa altura cerca de 30% de nossa população em idade universitária, frequentando universidades, enquanto a Índia, 13% (Institute for Scientific Information; Scopus database; University Grants Comission, India; UNESCO; CAPES-MEC; Inep).

Em 2008, depois de cinco anos da assinatura dos acordos IBAS, da sedimentação dos BRICS e outros acordos multilaterais de cooperação, a cooperação direta em C&T começou a ganhar contornos muito diferentes destes ligados à longa história dessa cooperação. Naquele ano, o Ministério da Educação e a UNESCO encomendaram ao professor Claudio Pinheiro (2008) um censo da capacidade cientifica brasileira em relação à Índia e África do Sul, mapeando a história de iniciativas que haviam sido desenvolvidas em cooperação. Foram identificados cerca de 1.300 pesquisadores(as) cuja trajetória profissional, produção cientifica e atividades de cidadania acadêmica indicavam o potencial para a construção de bases concretas de cooperação a partir de critérios objetivos, incluindo: projetos de pesquisa, participação em eventos, produção bibliográfica ou artística e docência, o desenvolvimento de patentes, a participação em associações científicas e disciplinares, a participação

na promoção de políticas de intercâmbio científico e tecnológico (acordos, convênios, gestão política e acadêmica) e a promoção da circulação de docentes e discentes (nos quadros de projetos de pesquisa e eventos). Considerando estes critérios vemos que, em seu conjunto, esses intelectuais dividem-se basicamente em quatro categorias: [Grupo 1] Aqueles para quem Índia e África do Sul configuravam *temas* circunstanciais de investigação[5]. [Grupo 2] Aqueles que possuem investimentos intelectuais dedicados e de longo prazo com temáticas relacionadas à Índia e África do Sul[6]. [Grupo 3] A partir do Grupo 2, destaca-se ainda um conjunto numericamente restrito de acadêmicos brasileiros (e estrangeiros baseados ou não no Brasil) responsáveis pela construção de uma arena de cooperação e de agendas de estudos sobre Índia e África do Sul[7]. Finalmente, [Grupo 4] um conjunto de cientistas sul-africanos e, sobretudo, indianos permanentemente radicados em instituições brasileiras. No caso desse último grupo, o número de pesquisadores indianos fixados no Brasil encontrados nessa pesquisa foi tão significativo que justificou sua inclusão em separado. Esse grupo vem sendo responsável por um intercâmbio sensível entre as suas instituições de filiação profissional no Brasil e outras na Índia, o que interessa especialmente a propostas cooperativas do fórum IBAS.

5 Grupo 1: seja participando de eventos (encontros e seminários), seja através da escrita de um ou poucos artigos, seja através da docência de um curso etc. – o que aponta para uma interação restrita a momentos específicos de suas trajetórias intelectuais.

6 São intelectuais que marcaram suas carreiras por esse tipo de interação – procuraram se atualizar no estado da arte do debate acadêmico local (em África do Sul e Índia), qualificaram-se no aprendizado de alguma das línguas indianas e/ou sul-africanas, possuem uma agenda regular de viagens e intercâmbios com esses países, tem produzido publicações dentro desses quadros temáticos etc.

7 Essas pessoas possuem um histórico de trabalho em áreas acadêmicas variadas e contribuíram para a própria invenção, consolidação e visibilidade deste campo no cenário nacional. Foram ou têm sido pioneiros em organizar centros de estudos, seminários, publicações e têm procurado influenciar a própria agenda de debates sobre Índia, Brasil e África do Sul – domestica ou internacionalmente – procurando reorientar os eixos internacionais de hegemonias intelectuais.

Rede IBAS-Brasil Pesquisadores	
Grupo 1	***866***
Grupo 2 e Grupo 3	***295***
Grupo 4	***106***
Universo total pesquisado	***1267***

Parte considerável dos cientistas brasileiros desenvolveram iniciativas de cooperação que eram poucas, inconstantes, ou não propriamente acadêmicas com Índia e África do Sul. Entretanto, tomado em seu conjunto, o quadro indicava um potencial significativo para futuras cooperações nos quadros IBAS. Muitos destes eram professores-doutores, com postos permanentes em universidades brasileiras e com um potencial para sensibilizar discentes (de graduação ou pós-graduação) para os benefícios deste tipo de cooperação e de colaborar na reestruturação de uma agenda de debates em suas áreas respectivas, que inclua cooperações Sul-Sul. Outros pesquisadores encontravam-se em estágio preliminar de formação (doutorandos, mestrandos, mestres, graduados e graduandos), que produziram textos ou participaram em eventos temáticos relacionados ao quadro IBAS e a promoção do desenvolvimento. O volume das publicações produzido pelos autores desse grupo é significativo. Parte destas publicações está composta por artigos, entrevistas ou a participação em grandes meios da mídia (jornais de grande circulação, rádio ou TV), com temáticas e abordagens exoticizantes e superficiais ("maravilhas da culinária indiana", "as belezas da África do Sul", "os mistérios da Índia" etc.). A natureza dessas publicações certamente contribui para sensibilizar um público amplo, contudo não tem um maior impacto na produção concreta do campo acadêmico-intelectual. Quando consideramos a literatura mais propriamente acadêmica, vemos que boa parte dela nunca foi publicada, ou são publicações de circulação restrita (anais ou resumos de seminários).

Há, por outro lado, outros indicativos positivos. Acadêmicos que se dedicaram à produção (também não editada) de trabalhos de conclusão de curso (monografias individuais ou coletivas), dissertações de mestrado ou teses de doutorado em temáticas afeitas aos quadros da cooperação IBAS e BRICS ou docentes que ofereceram cursos acadêmicos regulares (de graduação e pós-graduação) sobre temáticas afeitas à Índia. Essas iniciativas indicam um investimento maior na direção do diálogo intelectual direto, contudo, o impacto dessas atividades para o campo ainda está por vir, especialmente pelo fato da incorporação de teorias e pesquisas produzidas em Índia e África do Sul ser ainda bastante tímida. O que se vê até o momento é mormente o recurso à bibliografia produzida ou editada nos Estados Unidos ou Europa sobre Índia e África do Sul (traduzida ou não para o português). Isso aponta para um histórico de falta de autonomia intelectual e ilustra o perigo desse procedimento no sentido de gerar a manutenção de estruturas acadêmicas de dependência, antes do rompimento delas – esta sim, uma preocupação dos países expressa na criação do Fórum IBAS.

Não obstante a restrição das ações destes pesquisadores do Grupo 1 acerca de iniciativas concretas de promoção do fórum IBAS, todos já possuem um histórico e um potencial e certamente podem ser incentivados a colaborar na solidificação e institucionalização do campo, uma vez que esta área de cooperação acadêmica internacional seja tão valorizada pelos órgãos de fomento e financiamento acadêmico e pelos organismos governamentais de educação superior, quanto aquela com os tradicionais centros de pesquisa no *Norte*. Assim, obtivemos um conjunto total de *401* casos válidos. Além disso, a comunidade de pesquisadores indianos radicados no Brasil é numericamente expressiva – são *106* pesquisadores –, o que tem contribuído para a manutenção de laços intelectuais e profissionais com a Índia. Catalogamos àquela altura a circulação de *62* indianos pesquisadores como visitantes ou com convênios de pesquisa/

docência/pós-graduação no Brasil. Além disso, e como parte do diagnóstico da capacidade intelectual dessa comunidade cientifica, mapeamos o domínio de idiomas sul-africanos e indianos, para além do inglês. Se uma visão inicial e intuitiva sugeriria que a capacidade de se comunicar em línguas não hegemônicas é um requisito para as ciências sociais e humanidades, especialmente porque não são línguas de publicação cientifica, por outro lado, anunciam a densidade e durabilidade do investimento nesse diálogo. Em 2008, havia no Brasil oito cientistas brasileiros dominando Zulu ou Africaans, e 24 cientistas brasileiros capacitados em Hindi ou Sânscrito (PINHEIRO, 2008, p. 16-17), ao que se somava uma comunidade de 379 intelectuais indianos conectados com a academia brasileira (como professores permanentes, visitantes ou conectados a projetos de colaboração cientifica) capacitados em 15 diferentes idiomas do subcontinente, o que indica a exposição do ambiente científico brasileiro a um grau de diversidade muito relevante para nosso capital científico e intelectual.

Finalmente, a participação de agências de fomento cientifico é variada e não estava restrita a instituições governamentais (incluindo ONGs e a filantropia internacional) e agências não apenas brasileiras, mas também indianas, norte-americanas, holandesas ou transnacionais, o que indica que o interesse pelo intercâmbio entre Índia-Brasil em C&T opere para além das instancias das políticas científicas do Estado-nação – que incluía a CAPES, o CNPq, a Fundação Ford (EUA, África do Sul e Brasil), TWAS (Unesco-Itália), a Fundação Sephis (Holanda) (PINHEIRO, 2008). Uma análise qualitativamente mais dedicada apontaria para a relação entre a durabilidade de iniciativas de cooperação cientifica e o fôlego de agentes financiadores.

A universidade tem sido, em ambos os países, chamada a debater problemas que impactam as sociedades nos dois contextos, e a oferecer

alternativas a aspectos responsáveis pela intensa hierarquização e exclusão social de nossas sociedades e que atravessam fronteiras entre os diferentes legados históricos e culturais. Essas categorias da diferença têm se concentrado em considerar *direitos e inclusão social e científica de minorias políticas* excluídas por marcadores como *raça*, *casta*, *gênero*, a *representação de povos indígenas*. Não obstante seja verdade que forças produtoras de exclusão e da desigualdade social, política e econômica existam nos dois países, é certo também que estas operam diferentemente em cada um dos contextos. Podem parecer semelhantes em seus efeitos, mas não são homólogos. Discriminação por *casta* na Índia não equivale ao racismo no Brasil, embora ambas as circunstâncias possam iluminar o debate de soluções criativas para o desenvolvimento de macropolíticas de inclusão social, tecnologias de distribuição de renda ou mecanismos de representação de minorias nacionais. Assim, diálogos e conexões entre Índia e Brasil devem considerar *desigualdades simétricas* e *similaridades desiguais* que afetam os dois países mutuamente.

Tecnologias do desenvolvimento social, redistribuição e promoção de justiça social

O potencial de cooperação científica e tecnológica entre Brasil e Índia surge mais viável no combate a instâncias da desigualdade profundamente arraigadas em ambas as sociedades brasileira e indiana, como nos aspectos discriminados acima. Neste sentido, visto tanto que a Índia é pioneira na implementação de políticas de ação afirmativa, quanto o impacto desse tipo de ação no Brasil, este parece ser um importante ponto de análise.

A Constituição indiana, promulgada em 1949, já estabelecia reservas de vagas para populações historicamente prejudicadas no serviço público e em instituições de ensino superior. Inicialmente esta política de ação afirmativa era voltada para as assim chamadas

Scheduled Castes, populações também conhecidas como *dalits*, que se encontram à margem do sistema de castas e ficam então sujeitas a uma série de exclusões, e *Scheduled Tribes*, populações consideradas autóctones e marcadas por um estilo de vida próprio. E mais recentemente foi ampliada para incluir também as *Other Backward Castes*, populações sujeitas à discriminação de casta, que compõem o maior contingente demográfico no país.

O fato de ser pioneiro e um dos mais robustos conjuntos de políticas de ação afirmativa não garante, obviamente, que venha a ser relevante para a implementação de políticas de ação afirmativa no Brasil, especialmente dadas as muito significantes diferenças entre modos de discriminação por raça e casta, que não devem ser tomados simplesmente como análogos. Contudo, na própria Conferência de Durban em 2001, oficialmente chamada de "Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância", marco central para o avanço de políticas de ação afirmativa no Brasil (FERES JÚNIOR, CAMPOS, DAFLON & VENTURI, 2018), houve uma expressiva (e controversa) participação de ativistas *dalits* (HOFBAUER, 2015). Assim, é possível pensar em possíveis aproximações entre estes modos de enfrentamento à discriminação sem reduzi-los em enquadramentos homogeneizantes ou universalizantes, seguindo as ações dos próprios ativistas. No entanto, este não é um movimento que vem sendo realizado.

De fato, quando se tratou de pensar experiências internacionais de políticas de ação afirmativa, em especial no ensino superior, o modelo exemplar no debate público brasileiro é os EUA (FERES JÚNIOR & DAFLON, 2015a). Intuitivamente, talvez este caso pareça uma contraparte reflexiva mais apropriada do que a Índia para pensar o Brasil, visto suas trajetórias históricas de colonização, escravização e racismo, que ainda se fazem presentes. Todavia, o

mecanismo de ação afirmativa mais discutido no Brasil, a ponto de se tornar basicamente seu sinônimo de modo irrefletido, o sistema de cotas, isto é, de reserva de vagas para grupos discriminados e subrepresentados, é proibido nos EUA. Devido a uma decisão da Suprema Corte estadunidense em 1978, não é permitida a reserva de vagas para determinados conjuntos populacionais, pois violaria o princípio de igualdade legal (DIETRICH, 2022).

Curiosamente, os EUA não compareceram ao debate sobre ações afirmativas como um exemplo a ser seguido, mas como uma espécie de fantasma a ser evitado. Na argumentação dos oponentes das cotas, sua adoção significaria a importação de um modelo racial estadunidense alheio à realidade brasileira, que promoveria a racialização binária de uma população mestiça. Assim, atacou-se as políticas de ações afirmativas como um modelo importado de fora que, na pior das hipóteses, acirraria o problema que deveria solucionar, ou, na melhor, seria uma ação ineficaz de combate à desigualdade (FERES JÚNIOR & DAFLON, 2015a). Neste sentido, por mais que pragmaticamente não se tratasse nem mesmo da forma pelas quais políticas de ações afirmativas estavam sendo paulatinamente implementadas no Brasil, pelo sistema de cotas – inconstitucional nos EUA –, os EUA eram tomados no debate público como o modelo paradigmático a partir do qual se deve pensar ações afirmativas, raça e combate à desigualdade.

Este ponto ganha um contorno adicional interessante pela emergência de algumas figuras e argumentos chave. Uma das principais linhas retóricas contra o sistema de cotas é que ele beneficia somente os grupos mais avantajados dentre as populações historicamente discriminadas. Feres Júnior e Daflon (2015a) traçam como este argumento surge no debate público brasileiro através de um livro do economista estadunidense Thomas Sowell. No entanto, eles observam como esta alegação foi realizada por Sowell a partir

do contexto e debate público indiano, plasmando-a diretamente para a realidade estadunidense, que, por sua vez, é projetada no futuro do Brasil ansiosamente temido pelos oponentes das cotas. A obliteração da trajetória transnacional desse argumento marca também a obliteração da experiência indiana do debate, substituída pelo fantasma estadunidense. Assim, por mais que haja fortes analogias e similitudes entre a estruturação da discussão pública sobre cotas no Brasil e na Índia (FERES JÚNIOR & DAFLON, 2015b), o reconhecimento de atravessamentos existentes e possíveis entre estes espaços não é realizado. Com isso, gostaríamos de indicar não só como relações geopolíticas e coloniais condicionam as capacidades de imaginação sobre tecnologias sociais e políticas de combate à desigualdade, mas sugerir caminhos para outras imaginações e repertórios políticos.

Tecnologias e mecanismos de redistribuição

Se este capítulo tem como um de seus objetivos pensar em cenário ampliado as possibilidades de intercâmbio de ciência e tecnologia associado à promoção de desenvolvimento social entre o Brasil e o subcontinente indiano, uma interessante referência gira em torno das experiências de microcrédito. Como atestam diversas publicações, acadêmicas e institucionais, em língua portuguesa sobre o assunto (BARONE, LIMA, DANTAS & REZENDE, 2002; NERI et al., 2008; SOUZA, 2010; SOUZA, 2014; HIGGINS & NEVES, 2016; NASCIMENTO & REBOUÇAS FILHO, 2016; MOURÃO, 2019), o trabalho de Muhammad Yunus, fundador do Grameen Bank em Bangladesh na década de 1970 e ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 2006, é referência incontornável. Sua atuação foi crucial nas últimas décadas para ampliar o escopo de práticas financeiras de microcrédito, visando oferecer acesso à população de baixa renda, de modo geral excluída do sistema bancário, financiamento para a criação

e realização de atividades produtivas e comerciais, contribuindo para a mobilidade socioeconômica e o combate à pobreza. Mas como colocam Higgins e Neves (2016), o principal aspecto do microcrédito não é simplesmente a oferta de um empréstimo quantitativamente pequeno, mas a natureza de sua relação social quando comparada às formalidades dos bancos tradicionais e ao caráter predatório de empréstimos oferecidos por agiotas disponíveis a essas populações. O que diferencia o microcrédito na influente elaboração de Yunus é sua natureza coletiva, sua relação de confiança e a ênfase na sustentabilidade do empreendimento financeiro. Isto é, este modo de microcrédito é realizado prioritariamente com pequenos grupos de pessoas, historicamente compondo uma esmagadora maioria de mulheres, sem garantia externa de pagamento, mas realizando um modo de aval solidário, em que se uma pessoa do grupo não pagar de volta o empréstimo, o grupo como um todo fica impossibilitado de tomar novos empréstimos. Neste sentido, é o próprio grupo que é responsável pela avaliação de quem é confiável ou não para participar do empreendimento, conjugando seus próprios parâmetros morais de confiança e reciprocidade. Por outro lado, a ênfase na sustentabilidade da operação financeira, enfatizando os baixíssimos índices de inadimplência buscados, faz do microcrédito um processo que não depende de financiadores externos, criando suas próprias condições de reprodução.

Apesar de seu caráter paradigmático, o Grameen Bank de Yunus não é a única referência de microcrédito, sendo frequentemente destacadas na literatura os casos do Bank Rayat na Indonénsia e do Banco Sol na Bolívia. O Brasil também possui seu pioneirismo na área, com a experiência do Projeto União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (Projeto UNO), estabelecido em 1973 em Pernambuco e Bahia, tendo sido idealizado pela ONG Acción Internacional. Contudo, segundo Souza (2010, p. 27-29), por mais que tenha sido a principal referência de microcrédito na América

Latina durante seu período de atuação de 18 anos, suas atividades foram interrompidas pelo alto índice de inadimplência, o que a autora entende como um reflexo de sua postura mais assistencialista, que mais visava expandir o acesso ao crédito, do que garantir seu retorno e as condições de reprodução de suas atividades. Ainda assim, parte do corpo técnico do Projeto UNO e sua metodologia foram incorporadas pela Rede CEAPE (Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos) nos anos 1980 e que segue em atuação. Interessantemente, em publicação comemorativa dos 15 anos do CEAPE-PE, é escolhido começar a "visão de uma história solidária" do microcrédito localizando-a deste modo: "Do Oriente, uma nova história", em que "ao contrário do que frequentemente ocorre na criação de novas tecnologias, essa história não nasceu nos gabinetes dos países mais desenvolvidos", mas no Bangladesh.

Contudo, o papel do CEAPE foi eclipsado no cenário nacional com o estabelecimento do projeto Crediamigo pelo Banco do Nordeste em 1998, como uma iniciativa de desenvolvimento social, sendo hoje o maior programa de microcrédito produtivo no Brasil e na América do Sul (MOURÃO, 2019), tanto mobilizando o modelo do aval e dos grupos solidários de crédito, quanto enfatizando as condições de sustentabilidade e autorreprodução do crédito (NASCIMENTO & REBOUÇAS FILHO, 2016). A inspiração do bem-avaliado (NERI, 2008) programa do Crediamigo é frequentemente apontada como sendo o Grameen Bank, sendo tanto chamado de o "Grameen Bank tupiniquim" (NERI, 2008), quanto apontada pelo próprio presidente do Banco do Nordeste (SOUZA, 2014, p. 415). Mas o caminho percorrido por essa inspiração tecnológica não é tão claro. De acordo com Valdi de Araújo Dantas (2005), sociólogo envolvido no projeto UNO e na Rede CEAPE, além de ter atuado pela Acción Internacional e como consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da UNICEF na América Latina, as experiências de microcrédito no Brasil nos anos 1970, voltadas em especial

para o setor informal urbano, teriam ocorrido em paralelo e sem conhecimento das iniciativas de Yunus, respondendo a condições e demandas similares, guardadas principalmente as diferenças entre contextos rurais e urbanos. O desenho do CrediAmigo, de acordo com Souza (2010, p. 100-110), ocorreu com apoio tanto do Banco Mundial quanto da Acción Internacional. Durante o processo de elaboração do projeto-piloto, teriam sido realizadas visitas técnicas a outras instituições com experiência em microcrédito no próprio Brasil, em outros países da América Latina e na Indonésia – mas não em Bangladesh. É difícil negar que o trabalho de Yunus não constitua uma referência incontornável neste processo, mas talvez seu impacto seja tamanho e tão difuso que ultrapasse os quadros específicos de seu trabalho com o Grameen Bank. Ademais, como enfatizam em relação a diferentes aspectos Neri (2008), Souza (2010) e Higgins e Neves (2016), o aspecto fundamental do microcrédito é sua natureza local, que exige uma série de adaptações e experimentações em tentativas de reproduzir um certo modelo internacional. Isto é, não se trata de reproduzir uma cópia, mas de entender as dinâmicas intrínsecas e cotidianas nas quais práticas de microcrédito intervém, seja em contextos rurais ou urbanos. Neste sentido, independente de possíveis e infrutíferas disputas genealógicas a respeito da origem do microcrédito, é estabelecido um grande espaço possível de inspirações mútuas entre experiências diversas de desenvolvimento social de natureza local e cotidiana.

Tecnologias da gestão do bem-estar social e espiritual

A agenda de cooperação em tecnologias sociais entre Índia e Brasil deveria apontar para as iniciativas de intercâmbio em nanotecnologia e na indústria de software (COSTA LIMA, 2006), da indústria dos fármacos (FRANÇOSO & STRACHMAN, 2013) e, mais ainda, para as experiências que respeitam tecnologias e

iniciativas de bem-estar social e convivialidade, como a fortíssima presença do "Teatro do Oprimido" de Augusto Boal na Índia (que levou à fundação da Federação Indiana do Teatro do Oprimido, em 2006), da história da prática da yoga no Brasil e dos intercâmbios religiosos nos quadros da Teosofia, meditação e o recurso à medicina ayurvédica no SUS (MARIANO, 2020).

Se a imaginação contemporânea sobre a Índia no Brasil também opera por meio da projeção de seus atributos de espiritualidade e atemporalidade, um elemento importante neste conjunto é a yoga, como prática corporal multidimensional associada a uma origem tradicional indiana (GALINDO, POLETTO & PEREIRA, 2014; BASTOS, 2016; POLETTO, 2017). Contudo, a despeito desta forte associação, a trajetória histórica da yoga no Brasil não consiste num simples processo unidirecional e direto de importação de uma tradição indiana. De acordo com Simões (2022), ao contrário dos EUA e da Europa, os personagens que primeiro introduziram a yoga no Brasil não eram de origem indiana. Ao invés disso, ele aponta que foi um imigrante europeu, Léo Costet de Mascheville, conhecido como Sevananda, que primeiro trouxe e divulgou a yoga no país na primeira metade do século XX. Filho de um famoso ocultista, sua visão e prática de yoga eram marcadas por um tom messiânico e espiritualista que buscava congregar diversas práticas religiosas num único culto universal. Em 1947, ele teria dado uma palestra numa ordem esotérica no Rio de Janeiro, em cuja plateia estaria o general Caio Miranda, que veio a se tornar um dos maiores divulgadores da yoga no Brasil (SIMÕES, 2015). Mas é somente em 1961 que Miranda publicou seu primeiro livro sobre yoga, tendo adentrado neste mundo de modo autodidata a partir de outras leituras. Poletto (2017, p. 80) destaca que ele teria sido introduzido ao mundo da yoga pelos escritos do estadunidense William Walker Atkinson, mais conhecido por seu pseudônimo Ramacharaka Yogi, cujos livros foram traduzidos inclusive para o português e publicados entre os anos

1910 e 1920 na "Coleção Yogue Ramacháraca" da editora paulistana Pensamento, fundada por um imigrante português e afeita à agenda editorial espiritualista e esotérica.

Este tipo de contato e iniciação pelos livros, ao invés de por uma relação de iniciação com um guia autorizado, também marca a trajetória de outra importante figura no desenvolvimento inicial da yoga brasileira: o também militar José Hermogénes de Andrade (POLETTO, 2017, p. 83-84). Ele conta como começou a praticar yoga, relacionado a motivos de saúde, por meio de um livro escrito pelo indiano Selvajaran Yesudian e pela húngara Elisabeth Haich, em sua edição francesa. Originalmente, o livro havia sido publicado em húngaro. Poletto (2017, p. 83) afirma que a trajetória de Yesudian com a yoga curiosamente começou fora da Índia, já na Hungria onde realizava sua formação médica, pois muitos de seus amigos e conhecidos lhe solicitavam que falasse sobre yoga e espiritualidade indiana. Uma marca das publicações de Yesudian e Haich, que vão se desdobrar na obra de Hermogénes, é o enquadramento terapêutico, como exercício corporal e prática de saúde, não iniciática, que qualquer um poderia fazer.

Assim, já estão presentes na origem da yoga no Brasil, relacionadas a diferentes figuras, tanto sua dimensão mais espiritualizada-religiosa, quanto sua dimensão corpórea-terapêutica. Esta é uma tensão que segue presente até hoje em vertentes que enfatizam mais sua dimensão tradicional, ligada à tradição hindu, e outras que desassociam essa matriz, produzindo conexões com outras práticas culturais, religiosas e corporais, ensejando debates e acusações acerca da autenticidade ou da legitimidade de certas yogas (SIMÕES, 2015, 2022). Mas talvez o mais relevante desse breve apanhado histórico seja notar como a emergência e o desenvolvimento da yoga no Brasil foram mediadas fundamentalmente por imaginações e publicações de caráter orientalista. Até mesmo os escritos de Yesudian só ocorrem

pela curiosidade e demanda de um público húngaro a respeito do que imaginavam ser algo tradicionalmente indiano. A emergência de uma imaginação brasileira sobre a Índia neste caso passou pelo Atlântico Norte, o que lhe configurou de modos específicos, imprimindo associações com dimensões espiritualistas difusas e com práticas de saúde modernas. Contudo, como coloca Simões (2022), estas reconfigurações também podem ser lidas como em alinhamento com as próprias transformações que gurus e lideranças indianas realizavam na yoga, em especial ao apresentá-la para os EUA e para a Europa em movimentos de cunho nacionalista, que buscavam valorizar e legitimar suas próprias práticas culturais-espirituais-corporais de acordo com valores inteligíveis ao público internacional. Deste modo, a determinação de agência e direção nos fluxos transnacionais da yoga não é tão clara, imbricando, contrastando e relacionando múltiplos sujeitos, valores, práticas e geografias. Por mais que este processo de aterramento e desenvolvimento da yoga no Brasil seja mediado pelo Atlântico Norte e certa imaginação orientalista, a partir dos anos 1970 ele também ensejou verdadeiros e significativos intercâmbios e relações entre Brasil e Índia, seja pela circulação de gurus, o estudo de textos hindus ou a ida de "peregrinos" e turistas para a Índia (GALINDO, POLETTO & PEREIRA, 2014; BASTOS, 2016). Esta série de movimentos, transformações e enraizamentos tem como uma de suas desembocaduras, mesmo que repleta de desafios e questionamentos, a própria adoção da yoga no Sistema Único de Sáude (SUS) como uma prática integrativa de saúde, fazendo dela também uma tecnologia de saúde e bem-estar pública no Brasil.

Conclusões

Embora o peso do legado colonial seja central no quadro dos intercâmbios entre Brasil e Índia em C&T, é um equívoco sujeitar a história do encontro à memória do legado de instituições de impérios

coloniais, já que constrange a percepção sobre como periferias globais imaginam-se mutuamente fora dos quadros da produção de conhecimento como forma de poder e dominação impostos pelo colonialismo.

O mundo transformou-se. Brasil e Índia tornaram-se Estados independentes que enfrentam os dilemas socioeconômicos produzidos pelo colonialismo e pela complexidade de suas sociedades pós-coloniais. Embora as relações bilaterais tenham sido oficializadas logo após a independência indiana, em 1947, a natureza dos diálogos permaneceu restrita a mútuos exotismos e à opinião pública brasileira, e mesmo nossa intelectualidade continua a desconhecer largamente a história, cultura e sociedade indianas.

Neste aspecto, é provável que o conhecimento produzido pelas ciências humanas seja muito mais inconvenientemente dependente do colonialismo, enquanto expediente de imaginação intelectual, do que o conhecimento produzido nas áreas das ciências exatas, matemáticas, ciências da natureza, da saúde ou da filosofia. O mesmo tipo de compromisso, de um olhar que extrapola o colonialismo, aparece, de alguma maneira, nas agendas de Estado. Parte das ações brasileiras de governo considerou uma Índia contemporânea, política e economicamente ativa, confrontada historicamente pelo desafio de responder à desigualdade como um elemento constitutivo da nação e que, por isso mesmo, oferecia um espelho para os desafios brasileiros para a promoção de justiça social. Isso se viu nas agendas governamentais ligadas à administração pública, no que respeita: tecnologias e mecanismos de redistribuição de renda, alívio da pobreza e promoção de justiça social; em políticas de ações afirmativas, na promoção de acesso de minorias nacionais a educação, consumo e participação política; ou ainda nas mobilizações relacionadas aos mundos do trabalho, incluindo o sindicalismo. Finalmente, se pensarmos em áreas ainda mais insuspeitas, como

formas de promoção do bem-estar e do "bem-viver" (incluindo a "espiritualidade", a yoga, a medicina ayurvédica e outras "medicinas alternativas"), a educação, ou até o teatro, como aspectos centrais da vida social, também aí a Índia surge muito menos ligada ao colonialismo do que nas agendas da História acadêmica e da historiografia brasileira. E a historiografia produzida por intelectuais brasileiros sobre a Índia segue inconveniente e injustificadamente ligada a agendas de pesquisa e a compromissos intelectuais com o "Império Português" e suas tecnologias de colonização, ao invés de em diálogo direto com a intelectualidade indiana – seus textos, temas e abordagens.

Dessa forma, ao observar o que consideramos intercâmbio em Ciência e Tecnologia, o primeiro passo decisivo é definir claramente o que se entende por produção e circulação de conhecimento científico, intelectual, e as demais instâncias de conhecimento socialmente relevantes.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes:* formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AMARAL LAPA, José Roberto do. *A Bahia e a carreira da Índia*. Campinas: Hucitec, 2000 [1968].

ANTUNES, Luís Frederico Dias. Têxteis e metais preciosos: novos vínculos do comércio indo-brasileiro (1808-1820). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Antigo Regime nos trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 379-420.

ANTONY, Philomena Sequeira. *The Goa-Bahia Intra-Colonial Relations*. 1675-1825. Tellicherry: Institute for Research in Social Sciences and Humanities (IRISH), 2004.

ARNDT, Heinz Wolfgang. Economic Development: a Semantic History. *Economic Development and Cultural Change*, v. 29, n. 3, p. 457-466, 1981.

BARONE, Francisco Marcelo; LIMA, Paulo Fernando; DANTAS, Valdi; REZENDE, Valéria. *Introdução ao Microcrédito*. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BASTOS, Cecília Guimarães. A construção social de uma ideia de Índia. *Revista Novos Olhares*, v. 5, n. 2, p. 98-111, 2016.

BOTTONI, Andrea; SARDANO, Edélcio de Jesus; COSTA FILHO, Galileu Bonifácio. Uma breve história da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais. In: COLOMBO, Sonia Simões (org.). *Gestão universitária*: os caminhos para a excelência. Porto Alegre: Editora Penso, 2013, p. 20-42.

CAROLLO, Denise. Além do Atlântico e do Mediterrâneo: a atuação de uma rede comercial no século XVII. In: FURTADO, Júnia (org.). *Diálogos oceânicos*: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 127-139.

CORREIA, Patrícia Cardoso. *A mandioca do Brasil para a Costa Ocidental Africana* (c. 1550-c. 1650). 2007. 400f. Tese (Mestrado em História e Cultura do Brasil) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007.

COSTA LIMA, Marcos. Mundialização hegemônica e modernização periférica: dilemas do desenvolvimento Brasil-Índia. In: *30° ANPOCS 2006*, Caxambu, 2006. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/papers-30-encontro/gt-26/gt05-24/3246-mlima-mundializacao/file>. Acesso em: 10 maio 2022.

CROSBY, Alfred. *Ecological Imperialism*: The Biological Expansion of Europe, 900-1900. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

CZEPULA, Kamila Rosa. A questão dos trabalhadores "chins": salvação ou degeneração do Brasil? (1860-1877). *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, v. 47, n. 1, p. 303-325, 2020.

DANTAS, Valdi de Araújo. A tecnologia do microcrédito produtivo e orientado. Brasília, 2005. Disponível em: <https://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/tecnologia_do_mcpo_fomatado.pdf>. Acesso em: 11 maio 2023.

DIETRICH, Erich. Ações afirmativas no Brasil não são uma importação dos Estados Unidos. *Nexo Políticas Públicas,* 25 mar. 2022. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2022/A%C3%A7%C3%B5es-afirmativas-no-Brasil-n%C3%A3o-s%C3%A3o-uma-importa%C3%A7%C3%A3o-dos-Estados-Unidos1>. Acesso em: 10 maio 2023.

FERRÃO, José Eduardo Mendes. Na linha dos descobrimentos dos séculos XV e XVI – Intercâmbio de plantas entre a África Ocidental e a América. *Revista de Ciências Agrárias*, v. 36, n. 2, p. 250-269, 2013.

FERREIRA, Roquinaldo. Dinâmica do comércio intra-colonial: geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Antigo Regime nos trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 339-378.

FIGUEIREDO, Luciano. O império em apuros: notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no Império colonial português, séculos XVII e XVIII. In: Furtado, Júnia (org). *Diálogos Oceânicos*: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 127-139.

FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica Toste. A nata e as cotas raciais: genealogia de um argumento público. *Opinião Pública*, v. 21, n. 2, p. 238-267, 2015a.

FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica Toste. Ação afirmativa na Índia e no Brasil: um estudo sobre a retórica acadêmica. *Sociologias*, v. 17, n. 40, p. 92-123, 2015b.

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Verônica Toste; VENTURI, Anna Carolina. História da ação afirmativa no Brasil. In: FERES JUNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Verônica; VENTURINI, Anna Carolina. *Ação afirmativa*: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, p. 65-89.

FERRERAS, Norberto O. Trabajo esclavo contemporáneo y trabajo forzado. Las políticas de la OIT y el Brasil en diálogo y conflicto, 1930-1990. In: CARUSO, Laura; STAGNARO, Andrés. (orgs.). *Una historia regional de la OIT*. Aportes sobre regulación y legislación del trabajo latinoamericano. Buenos Aires: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2017, p. 65-86.

FRANÇOSO, Mariane S.; STRACHMAN, Eduardo. A indústria farmacêutica no Brasil e na Índia: um estudo comparativo. *Revista de Economia*, v. 39, n. 1, p. 91-112, 2013.

GALINDO, Dolores; POLETTO, Claudia; PEREIRA, Leihge. Indianidades: repertórios mobilizados pela ioga transnacionalizada nos fluxos turísticos Brasil-Índia. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 297-318, 2014.

HESPANHA, António Manuel (coord.). *O orientalismo em Portugal*: séculos XVI-XX. Lisboa: CNCDP, 1999, p. 15-37.

HIGGINS, Silvio Salej; NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. Insulamento burocrático, inserção social e políticas públicas no Brasil: o caso do CrediAmigo. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, n. 59, p. 3-23, 2016.

HOFBAUER, Andreas. Racismo na Índia? Cor, raça e casta em contexto. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16, p. 153-191, 2015.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. A construção de ferrovias no Brasil Imperial: mão de obra brasileira. In: VASQUEZ, P. (org.). *Caminhos do trem*: profissão ferroviária. São Paulo: Duetto Editorial, 2008, p. 6-24.

LESSER, Jeffrey. *Negotiating National Identity*: Immigrants, Minorities, and the Struggle for Ethnicity in Brazil. Durham: Duke University Press, 1999.

MARIANO, Bianca Palacio Adami. *A cooperação Brasil-Índia em medicina tradicional indiana (Ayurveda) no setor de saúde pública*: potenciais e desafios (2014-2020). 2020. 83f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

MEDRADO, Joana. *Do pastoreio à pecuária*: a invenção da modernização rural nos sertões do Brasil Central. 2013. 255f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

MEDRADO, Joana. A "Guerra contra o Zebu": notas sobre o animal que dividiu as elites pecuaristas brasileiras. *Ruris*, v. 9, n. 2, p. 269--301, 2015.

MEIRELLES, Flávio V. et al. Is the American Zebu really *Bos indicus*? *Genetics and Molecular Biology*, v. 22, n. 4, p. 543-546, 1999.

MOURÃO, Gustavo Nunes. O modelo original de microcrédito e sua versão brasileira: o que deu errado? *Revista da FAE*, v. 22, n. 1, p. 35-50, 2019.

NASCIMENTO, José Erlândio do; REBOUÇAS FILHO, Pedro José. Crédito sustentável: a força da metodologia do programa Crediamigo. *Revista GeoUECE*, v. 5, n. 9, p. 104-117, 2016.

NERI, Marcelo et al. *Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PATEL, Hitendra. Aspects of the Cow Protection Movement and the Intelligentsia in Late Nineteenth and Early Twentieth Centuries. *Proceedings of the Indian History Congress*, v. 69, p. 790-808, 2008.

PEIXOTO, Fernanda. *Estrangeiros no Brasil: a Missão Francesa na Universidade de São Paulo*. 1991. 281f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

PEIXOTO, Fernanda. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras: 1930-1960. In: MICELI, Sérgio (org.). *História da Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré, 2001.

PINHEIRO, Claudio Costa; VERMEULEN, Han; SCHRÖDER, Peter. Introduction: The German Tradition in Latin American Anthropology. *Revista de Antropologia*, v. 62, n. 1, p. 64-96, 2019.

PINHEIRO, Claudio Costa; VIEIRA, Maira Baé Baladão. Índia e Brasil: temporalidades e escalas de um diálogo. In: LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani (orgs.). *Parcerias Estratégicas do Brasil*: a dimensão multilateral e as parcerias emergentes. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 37-63.

PINHEIRO, Claudio Costa. Rede Acadêmica IBAS-Brasil: Pesquisadores, Instituições e Produção Intelectual Brasileira sobre Índia e África do Sul. MEC-UNESCO, 2008.

PINHEIRO, Claudio Costa. *Migração assistida de trabalhadores indianos para o Brasil*: debates políticos, e histórias de rumores, (no prelo) 2024.

POLETTO, Claudia Wanessa Rocha. *Entre Yoga e Ciência, muitas notas de rodapé*. Rio de Janeiro, 2017. 186f. Tese (Doutorado em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

PRAKASH, Gyan. Science between the Lines. *Subaltern Studies*, v. 9, 1996.

SAID, Edward W. *Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 [1978].

SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1994].

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Iberismo e luso-tropicalismo na obra de Gilberto Freyre. *História da Historiografia*, v. 5, n. 10, p. 75-93, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIMÕES, Roberto Serafim. Early Latin American Esoteric Yoga as a New Spirituality in the First Half of the Twentieth Century. *International Journal of Latin American Religions*, v. 2, n. 2, p. 290--314, 2015.

SIMÕES, Roberto Serafim. In Search of the Authenticity of Contemporary Yogas of Non-Indian Matrix. *International Journal of Latin American Religions*, v. 6, n. 2, p. 323-346, 2022.

SOUZA, Maria Celia Garcia Ferreira de. *O Desenho do programa crediamigo do Banco do Nordeste*: inclusão social e mercado. Fortaleza: BNB, 2010.

SOUZA, Nelson Antônio de. Atuação de um banco de desenvolvimento para a superação da pobreza: o exemplo do Banco do Nordeste do Brasil. In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; DA COSTA, Patricia Vieira (orgs.). *O Brasil sem Miséria*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014, p. 409-424.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O império asiático português, 1500-1700*: uma história política e econômica. Lisboa: DIFEL, 1995.

TEJANI, Shabnum. *Indian Secularism*: A Social and Intellectual History, 1890-1950. Bloomington: Indiana University Press, 2008.

VARADARAJAN, Lotika. Indo-Portuguese Textiles – New Orientations. In: GRACIAS, Fátima; PINTO, Celsa; BORGES, Charles (eds.). *Indo-Portuguese History, Global Trends*: Proceedings of XI International Seminar on Indo-Portuguese History. Research Institute for Women: Goa, 2005, p. 251–259.

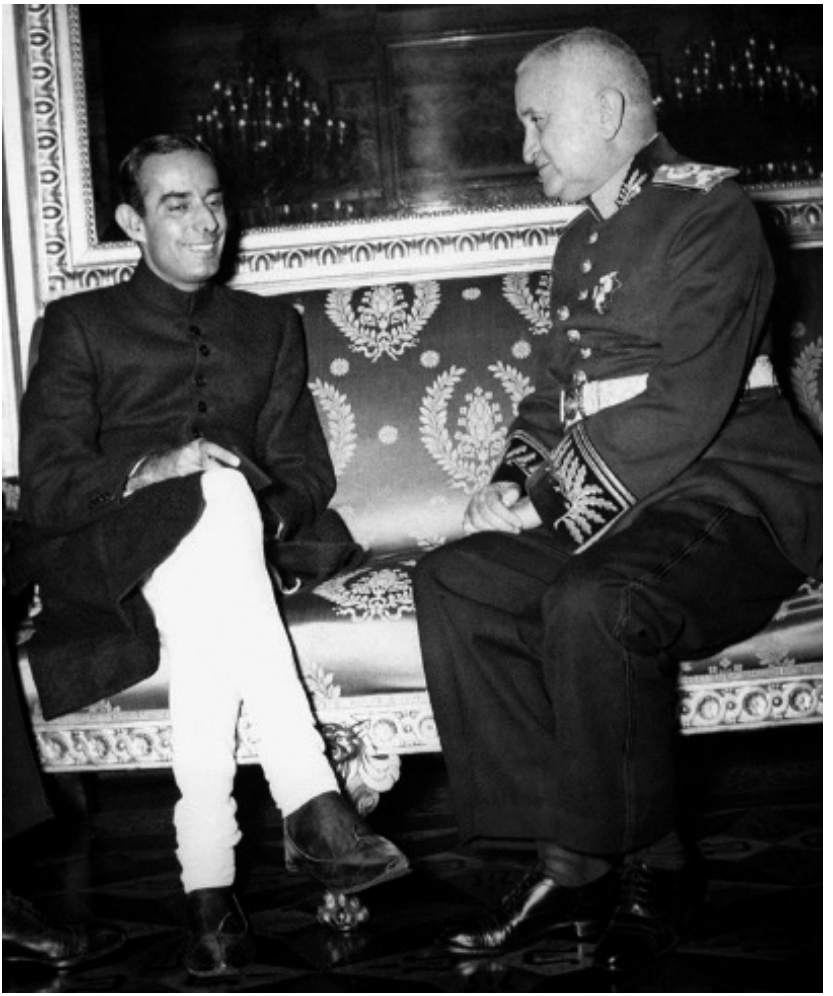
VARMA, Nitin. *Coolies of Capitalism*: Assam Tea and the Making of Coolie Labour. Berlin: De Gruyter, 2016.

VICENTE, Filipa Lowndes. Orientalismos periféricos? O historiador goês José Gerson da Cunha (Bombaim, 1878). *Ler História,* n. 58, p. 27-46, 2010.

VON KEMNITZ, Eva-Maria. Em Portugal – O Orientalismo em fragmentos. *Revista de estudios internacionales mediterráneos*, n. 21, p. 13-25, 2016.

WILCOX, Robert. *Cattle in the Backlands*: Mato Grosso and the Evolution of Ranching in the Brazilian Tropics. Austin: University of Texas Press, 2017.

FOTOGRAFIAS/PHOTOGRAPHS



Apresentação de credenciais do embaixador Shri M. R. Masani ao presidente Dutra, em junho de 1948. Masani foi o primeiro embaixador indiano designado para o Brasil.

Presentation of ambassador Shri M. R. Masani's credentials to President Dutra, June, 1948. Masani was the first indian ambassador appointed to Brazil.

Apresentação de credenciais do embaixador Abelardo Bueno do Prado ao presidente Rajendra Prasad, em março de 1952 (Mapoteca – MRE).

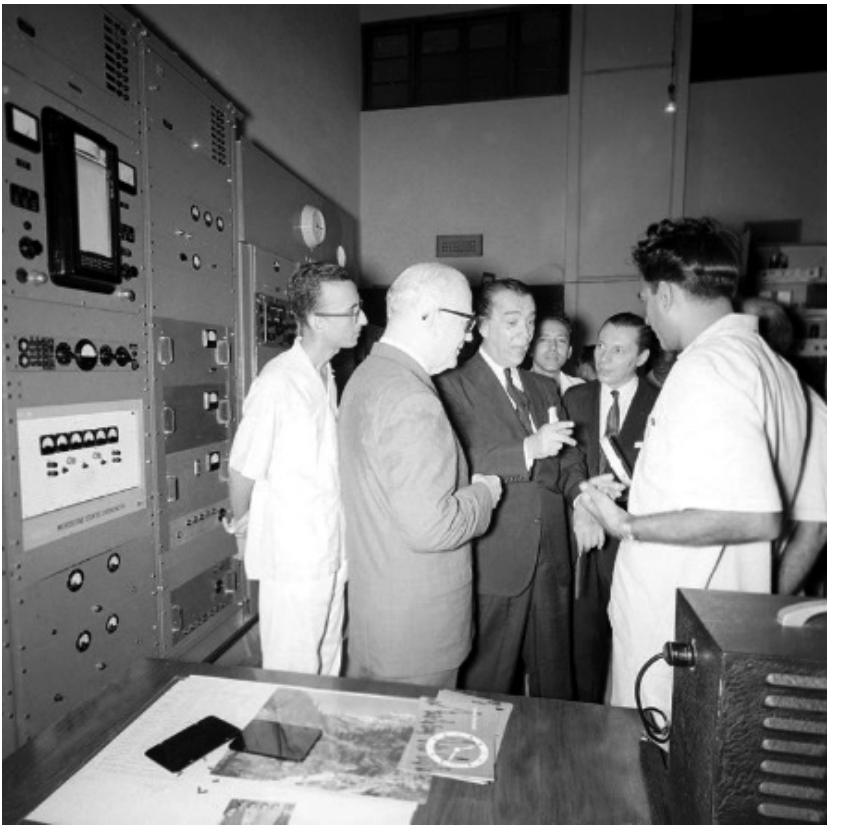
Presentation of ambassador Abelardo Bueno do Prado's credentials to president Rajendra Prasad. New Delhi, march 1952 (Mapoteca – MRE).

Logo após sua chegada à Índia, o embaixador Ildefonso Falcão (à esquerda) visita o primeiro-ministro Shri Jawaharlal Nehru. Nova Delhi, 30 de dezembro de 1953.

Shortly after his arrival in India, ambassador Ildefonso Falcão (left) visits prime minister Shri Jawaharlal Nehru. New Delhi, December 30, 1953.

Apresentação de credenciais do embaixador indiano Shri Lall Ram Sharan Singh ao presidente Juscelino Kubitschek, em maio de 1956.

Presentation of ambassador Shri Lall Ram Sharan Singh's credentials to president Juscelino Kubitschek, May 1956.



Em 7 de outubro de 1961, o ex-presidente brasileiro Juscelino Kubitschek visitou o Laboratório Nacional de Física (National Physical Laboratory), em Nova Delhi.

On October 7, 1961, former Brazilian president Juscelino Kubitschek visited the National Physical Laboratory, in New Delhi.

O ex-presidente Juscelino Kubitschek visitou o primeiro-ministro Shri Jawaharlal Nehru em 10 de outubro de 1961, em Nova Delhi.

Former president Juscelino Kubitschek visited prime minister Shri Jawaharlal Nehru on October 10, 1961, in New Delhi.

Assinatura de acordo comercial entre Brasil e Índia, em 3 de fevereiro de 1968 em Nova Delhi. Pela parte brasileira, o acordo foi assinado pelo ministro das Relações Exteriores, José de Magalhães Pinto, e seu homólogo Dinesh Singh pela parte indiana.

Signing of a trade agreement between Brazil and India, on February 3, 1968 in New Delhi. On the Brazilian side, the agreement was signed by the minister of Foreign Affairs, José de Magalhães Pinto, and his counterpart Dinesh Singh on the Indian side.

Encontro entre o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Magalhães Pinto, e a primeira-ministra indiana, Indira Gandhi, em 2 de fevereiro de 1968.

Meeting between the minister of Foreign Affairs of Brazil, Magalhães Pinto, and the Indian prime minister, Indira Gandhi, on February 2, 1968.

Almoço oferecido à missão indiana ao Brasil em 26 de junho de 1968, no contexto dos preparativos para a primeira visita de primeira-ministra ao Brasil, a qual ocorreria em setembro daquele ano.

Lunch offered to the Indian mission to Brazil on June 26, 1968, in the context of preparations for the first Indian prime minister visit to Brazil, which would take place in September of that year.

Primeira-ministra Indira Gandhi passa em revista ala de militares da Força Aérea em sua chegada ao Rio de Janeiro, em 23 de setembro de 1968.

Prime minister Indira Gandhi inspects Air Force guard of honour upon her arrival in Rio de Janeiro, on September 23, 1968.

Acompanhada pelo ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto, a primeira-ministra da Índia, Indira Gandhi, visita o Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro em setembro de 1968.

Accompanied by the minister of Foreign Affairs, Magalhães Pinto, the prime minister of India, Indira Gandhi, visits the Itamaraty Palace in Rio de Janeiro in September of 1968.

Durante a visita ao Palácio Itamaraty, a PM Gandhi e o ministro Magalhães Pinto assinaram acordo de cooperação cultural entre Brasil e Índia.

During the visit to the Itamaraty Palace, PM Gandhi and minister Magalhães Pinto signed a cultural cooperation agreement between Brazil and India.

Após a assinatura do Acordo de Cooperação Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federativa da Índia e a negociação de acordo nuclear, a PM Gandhi deixou o Palácio Itamaraty acompanhada do chanceler Magalhães Pinto.

After signing the Cultural Cooperation Agreement between the United States of Brazil and the Federative Republic of India and negotiating a nuclear agreement, PM Gandhi left the Itamaraty Palace accompanied by chancellor Magalhães Pinto.

Durante sua visita de Estado de quatro dias ao Rio de Janeiro, em setembro de 1968, a PM Gandhi visitou pontos turísticos como a estátua do Cristo Redentor no Corcovado, de onde pôde avistar a cidade.

During her visit to Rio de Janeiro, in September 1968, PM Gandhi visited tourist attractions such as the Christ the Redeemer statue on the Corcovado mountain, from where she could see the city.

A primeira-ministra Indira Gandhi deposita coroa de flores diante da estátua de Mahatma Gandhi, no Rio de Janeiro, em setembro de 1968 (Radio photo).

Prime minister Indira Gandhi places a wreath of flowers by the statue of Mahatma Gandhi, in Rio de Janeiro, September, 1968 (Radio photo).

Assinatura do Acordo de Cooperação entre o Brasil e a Índia para a utilização pacífica da energia nuclear, em 18 de dezembro de 1968, cujo teor havia sido negociado durante a visita da PM Ghandi em setembro daquele ano.

Signing of the Cooperation Agreement between Brazil and India for the peaceful use of nuclear energy, on December 18, 1968, the content of which had been negotiated during PM Ghandi's visit in September of that year.

Visita do novo embaixador da Índia no Brasil, S.V. Patel, ao chanceler Magalhães Pinto, em 8 de março de 1969.

Visit of India's new ambassador to Brazil, S.V. Patel, to chancellor Magalhães Pinto, on March 8, 1969.

Visita do embaixador S.V. Patel e delegação de seu país ao Palácio Itamaraty em 28 de abril de 1969.

Visit of ambassador S.V. Patel and country delegation to the Itamaraty Palace on April 28, 1969.

Vista da fachada e jardim da Embaixada do Brasil em Nova Delhi, inaugurada em 1959.

View of the façade and garden of the Brazilian Embassy in New Delhi, inaugurated in 1959.

Vista lateral da fachada da Embaixada do Brasil em Nova Delhi.

Side view of the façade of the Brazilian Embassy in New Delhi.

Pátio ao fundo da Embaixada do Brasil em Nova Delhi.

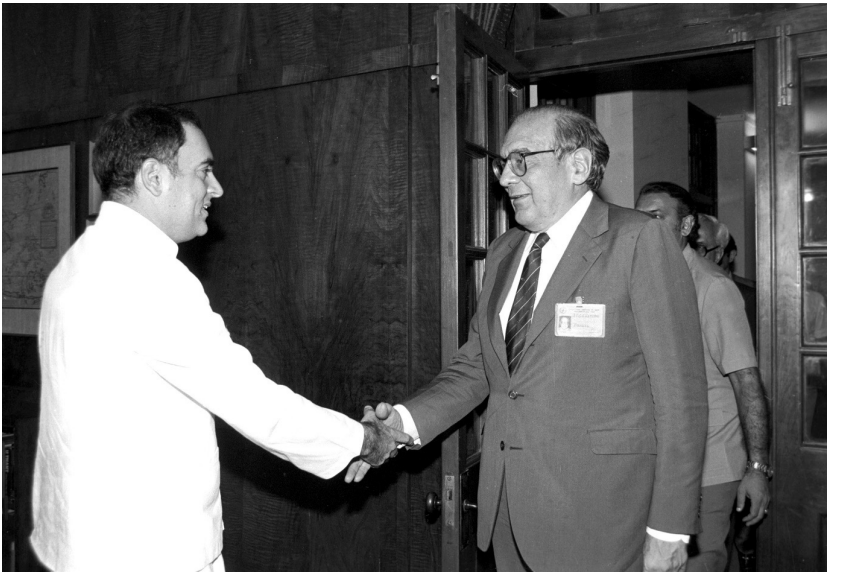
Courtyard at the back of the Brazilian Embassy in New Delhi.

Visita do ministro das Relações Exteriores do Brasil, embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, a seu homólogo indiano, Pamulaparti Venkata Narasimha Rao, em 5 de março de 1984 em Nova Delhi.

Visit of the minister of Foreign Affairs of Brazil, ambassador Ramiro Saraiva Guerreiro, to his Indian counterpart, Pamulaparti Venkata Narasimha Rao, on March 5, 1984 in New Delhi.

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Olavo Setúbal, e seu homólogo indiano, Khurshed Alam Khan, assinam Acordo sobre Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia em Nova Delhi, em 22 de julho de 1985.

Brazilian foreign minister Olavo Setúbal and his Indian counterpart, Khurshed Alam Khan, sign an Agreement on Cooperation in the Fields of Science and Technology in New Delhi, on July 22, 1985.



O primeiro-ministro indiano Rajiv Gandhi recebe o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Olavo Setúbal, em visita a Nova Delhi em 23 de julho de 1985.

Indian prime minister Rajiv Gandhi welcomes Brazilian Foreign minister Olavo Setúbal on a visit to New Delhi on July 23, 1985.

O presidente indiano, Shankar Dayal Sharma, e o primeiro-ministro Pamulaparti Venkata Narasimha Rao recebem o presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso durante sua visita de Estado à Índia (Nova Delhi, 24 de janeiro de 1996).

Indian president Shankar Dayal Sharma and prime minister Pamulaparti Venkata Narasimha Rao welcome Brazilian president Fernando Henrique Cardoso during his State visit to India (New Delhi, January 24, 1996).

O presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso cumprimenta o primeiro-ministro Narasimha Rao em Nova Delhi em 27 de janeiro de 1996.

Brazilian president Fernando Henrique Cardoso shakes hands with prime minister Narasimha Rao in New Delhi on January 27, 1996.

O presidente Fernando Henrique Cardoso depositou uma coroa de flores no monumento funerário dedicado a Mahatma Gandhi, no complexo memorial Raj Ghat, durante sua visita a Delhi em 24 de janeiro de 1996. O monumento a Gandhi, o primeiro do complexo, marca o local de sua cremação em 31 de janeiro de 1948.

The president of Brazil, Fernando Henrique Cardoso, laid a flower wreath at the Samadhi of the Mahatma Gandhi at the Raj Ghat during his visit to Delhi on January 24,1996.

Os presidentes Shankar Dayal Sharma, da Índia, e Fernando Henrique Cardoso, do Brasil, se cumprimentam em recepção em Nova Delhi em 24 de janeiro de 1996.

Presidents Shankar Dayal Sharma of India and Fernando Henrique Cardoso of Brazil shake hands at a reception in New Delhi on January 24, 1996.

Acompanhado do presidente indiano Shankar Dayal Sharma, o presidente Fernando Henrique Cardoso cumprimenta Atal Bihari Vajpayee, que naquele ano assumiria como primeiro-ministro por breve período (de 16 de maio a 1 de junho de 1996).

Accompanied by president Shankar Dayal Sharma, Brazilian president Fernando Henrique Cardoso shakes hands with Atal Bihari Vajpayee, who that same year would take over as prime minister for a brief period (from May 16 to June 1, 1996).

Os presidentes Kocheril Raman Narayanan e Fernando Henrique Cardoso cumprimentam-se durante reunião de diálogo de alto nível realizada em Brasília em 5 de maio de 1998.

Presidents Kocheril Raman Narayanan and Fernando Henrique Cardoso shake hands during a high-level meeting held in Brasília on May 5, 1998.

Os presidentes K.R. Narayanan e Fernando Henrique Cardoso inauguraram conjuntamente o Festival Cultural Indiano em Brasília em 6 de maio de 1998.

Presidents K.R. Narayanan and Fernando Henrique Cardoso jointly inaugurated the Indian Cultural Festival in Brasília on May 6, 1998.

Durante visita de Estado em janeiro de 2004, o presidente Lula depositou coroa de flores no monumento funerário dedicado a Mahatma Gandhi acompanhado da primeira dama Marisa Letícia, do chanceler Celso Amorim e de seu então chefe de Gabinete, Mauro Vieira.

During his state visit in January 2004, Brazilian president Lula laid a wreath at the Samadhi of the Mahatma Gandhi accompanied by first lady Marisa Letícia, chancellor Celso Amorim and his then chief of staff, Mauro Vieira.

Acompanhado do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, o presidente Lula cumprimenta seu homólogo indiano A.P.J. Abdul Kalam durante visita de Estado à Índia em janeiro de 2004.

Accompanied by Brazilian Foreign Minister Celso Amorim, President Lula greets his Indian counterpart A.P.J. Abdul Kalam during the State visit to India in January 2004.

Presidente brasileiro Lula e primeiro-ministro indiano Atal Bihari Vajpayee cumprimentam-se durante visita de Estado à Índia em janeiro de 2004.

Brazilian president Lula and Indian prime minister Atal Bihari Vajpayee greet each other during a state visit to India in January 2004.

Presidente Lula recebe sua homóloga indiana, Pratibha Devisingh Patil, no Palácio do Planalto, em Brasília, no dia 16 de abril de 2008.

President Lula welcomes his Indian counterpart, Pratibha Devisingh Patil, at Palácio do Planalto (the Presidential Office), in Brasilia, on April 16, 2008.

O primeiro-ministro indiano, Manmohan Singh, e os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da África do Sul, Jacob Gedleyihlekisa Zuma, reunidos na conferência de imprensa da IV Cúpula do Fórum de Diálogo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), em 15 de abril de 2010 em Brasília.

The Indian prime minister, Manmohan Singh, and the presidents of Brazil, Luiz Inácio Lula da Silva, and South Africa, Jacob Gedleyihlekisa Zuma, gathered together at the press conference of the IV Summit of the India, Brazil & South Africa (IBSA) Dialogue Forum, on April 15, 2010 in Brasília.

Encontro entre a presidenta brasileira Dilma Rousseff e o primeiro-ministro indiano Manmohan Singh à margem da V Cúpula do Fórum de Diálogo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), em Pretória, África do Sul, em 18 de outubro de 2011.

Meeting between Brazilian president Dilma Rousseff and Indian prime minister Manmohan Singh on the sidelines of the V Summit of the India, Brazil & South Africa (IBSA) Dialogue Forum, in Pretoria, South Africa, on October 18, 2011.

A presidenta Dilma Rousseff é recebida por sua homóloga indiana, Pratibha Devisingh Patil, e o primeiro-ministro, Manmohan Singh, em evento no palácio Rashtrapati Bhavan (residência oficial da presidenta), em Nova Delhi, em 30 de março de 2012.

Brazilian President Dilma Rousseff is welcomed by her Indian counterpart, Pratibha Devisingh Patil, and prime minister Manmohan Singh, at a ceremonial reception at Rashtrapati Bhavan, in New Delhi, on March 30, 2012.

O primeiro-ministro Narendra Modi é recebido pela presidenta Dilma Rousseff ao chegar ao Centro de Eventos do Ceará para a VI Cúpula do Fórum de Diálogo IBAS, em Fortaleza, em 15 de julho de 2014.

Prime minister Narendra Modi is welcomed by Brazilian president Dilma Rousseff upon arriving at the Ceará Events Center for the VI Summit of the IBSA Dialogue Forum, in Fortaleza, Brazil, on July 15, 2014.

Em 2017, foi inaugurado o novo edifício da Embaixada da Índia em Brasília (Foto: Nilson P. Duarte).

In 2017, the new building of the Indian Embassy in Brasília was inaugurated (Photo: Nilson P. Duarte).

Fachada do novo edifício da Embaixada da Índia em Brasília (Foto: Leonardo Finotti).

Façade of the new building of the Indian Embassy in Brasília (Photo: Leonardo Finotti).

Inauguração do novo edifício da Embaixada da Índia em Brasília, em 2017 (Fonte: Revista Projeto).

Inauguration of the new Indian Embassy building in Brasília, in 2017 (Source: Projeto Magazine).

Desembarque de carregamento aéreo de dois milhões de doses da vacina Oxford/AstraZeneca desenvolvidas pelo Serum Institute of India, em São Paulo, 2021, para distribuição pelo SUS (Reuters/Amanda Perobelli).

Landing of air shipment of two million doses of the Oxford/AstraZeneca vaccine developed by the Serum Institute of India, in São Paulo, Brazil, 2021, for distribution by the Brazilian Universal Health System (SUS) (Reuters/Amanda Perobelli).

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cumprimenta o primeiro-ministro Narendra Modi após encontro bilateral à margem da Cúpula do G20, em Nova Delhi, em 10 de setembro de 2023.

President Luiz Inácio Lula da Silva greets prime minister Narendra Modi following a bilateral meeting on the margins of the G20 Summit in New Delhi, on September 10, 2023.

PREFACE

Mauro Vieira
Minister of Foreign Affairs

Brazil and India: 75 years of diplomatic relations and an agenda for the future

Brazil was the first country in Latin America to recognize the independence of India in August 1947. On April 6 1948, diplomatic relations were formally established. In this year of 2023, our celebrations go beyond the symbolism of that 75th anniversary. Above all, we celebrate the consolidation of a strategic partnership between two great democratic countries of the Global South, advocates of peace, of multilateralism and of international law, committed to promoting sustainable development and ready to take their rightful lead in decision-making processes.

With so many shared values and objectives, it is not surprising that one of the highlights of the diplomatic relationship between our countries is the intense articulation in international fora, where we seek to present very similar positions and demands.

The establishment of the Brazil-India Strategic Partnership in 2006 stands out as a milestone in the consolidation of the bilateral relationship. Since then, the bilateral cooperation agenda has expanded considerably. Under the institutional aegis of the Brazil--India Joint Commission, the foreign ministers of both countries monitor and encourage the deepening of this genuine partnership, which today covers a wide range of sectors, such as renewable energy, science and technology, defence, agriculture and health.

In the field of renewable energy, our collaboration is particularly emblematic and its impacts transcend our countries by contributing to the reduction of emissions from the energy sector on a global scale. Within the framework of the Global Biofuel Alliance, launched during the G20 Summit in New Delhi, Brazil and India will work alongside other partners towards energy security and the transition to low-carbon economies.

Brazil and India have special responsibilities as two of the world's largest food producers. The food and nutrition security of both countries and of the world has much to gain from closer bilateral cooperation, notably in sustainable agriculture and rural development.

Trade relations between Brazil and India are in line with the good moment of the bilateral relationship. India is already Brazil's fifth largest trading partner, with trade flows exceeding US$ 15 billion a year. Our joint efforts must remain focused on diversifying the trade agenda and expanding the flow of investments, including those in more technology-intensive sectors with greater potential for establishing productive partnerships - aviation and pharmaceuticals, just to name a few possibilities.

The 75th anniversary of Brazil-India diplomatic relations coincides with the resumption of a universalist Brazilian foreign policy, aimed at reinserting the country into the international arena. In the case of India, President Lula met Prime Minister Narendra Modi on three occasions in 2023: at the G7 Summit in Hiroshima in May, at the BRICS Summit in Johannesburg in August and at the G20 Summit in New Delhi in September.

The harmonious political dialog is also evident in our joint participation in international fora. In the G4, we remain committed to ensuring the expansion of the United Nations Security Council, in a reform that includes Brazil and India as permanent members.

In the BRICS and IBSA, we jointly articulate proposals for reform in global governance. In the BASIC group, we seek to strengthen the multilateral regime centred on the United Nations Framework Convention on Climate Change, its Kyoto Protocol and its Paris Agreement.

The G20 Leaders' Declaration adopted at the New Delhi Summit in September 2023 is a significant milestone in Indian diplomacy's capability to conduct negotiations of global interest. Brazil actively participated in the negotiations during India's presidency of the G20 and contributed to a balanced final outcome being adopted by consensus. Likewise, India's support will be essential for the success of Brazil's presidency of the G20 in 2024, when we intend to bring the themes of reducing inequalities, tackling the climate crisis and reforming the institutions of global governance to the centre of the agenda.

In the early days of 2023, I proposed the publication of this book, with a double purpose: to celebrate the 75th anniversary of the establishment of diplomatic relations between Brazil and India and to outline an agenda for the future of our bilateral relationship. I am sure that, as well as paying fair recognition to the legacy that our countries have built together over these 75 years of history, the book will encourage reflection on issues of dialogue and cooperation that are still little explored. From our own perspectives, we want to continue contributing to international peace and stability, to food and energy security and to the promotion of sustainable development in its three dimensions: economic, social and environmental.

INTRODUCTION

Eduardo Uziel

In his recent management report from the Embassy in New Delhi, Ambassador Corrêa do Lago said:

> In its first decades, after India's independence in 1947, the relationship developed primarily in multilateral arenas, such as the United Nations and the GATT/WTO, where, despite occasional divergences, there was (and is) a general propensity to converge on major issues of international politics and economics. In the last two decades, the relationship has evolved into the construction of structured plurilateral commitments, such as IBSA, BRICS, and BASIC, including the attuned participation in larger groupings, such as the G20. In recent years it is the strengthening of a bilateral relationship itself, which had been projected since the strategic partnership of 2006, and restructured by the 2020 Action Plan, but which now emerges with the intense increase in the flow of trade and investment and the partnership in biofuels, among others – but which still leaves room to expand political coordination.

This observation is indicative of the extent of both the historical and current bilateral relations between Brazil and India, which are now completing 75 years of existence. At the same time, the passage hints that there is still much to be done to encourage the affinities between these two great developing countries.

A recollection of the great battles in international organisations is a good place to start addressing the convergences between Brazil and India. Founding members of the United Nations, these countries participated together in important multilateral initiatives. They were major contributors of troops to the first United Nations peacekeeping operation, UNEF I, which operated in Suez from 1956 to 1967, supporting attempts to negotiate peace in the Middle East. In the Security Council, the two countries coincided on four occasions (in the years 1951, 1967-1968, 2011, 2022), always seeking to maintain close coordination on issues of common interest. In fora such as the United Nations General Assembly and the GATT, Brazil and India have been active participants in the most prominent debates, such as the New International Economic Order or sustainable development.

But remembering these efforts is not only about stating coincidences: the two countries meet regularly in these fora for structural reasons, because they are two of the largest developing countries that bring to the international arena similar and specific demands. They also act through well-structured diplomatic and State bureaucracies, bearers of important institutional memories and which guarantee the continuity of their international activities. The tasks to which Brazil and India can jointly dedicate themselves in multilateral fora are far from being concluded – reform of the Security Council, with the fundamental G4 initiative, and the implementation of the Paris Agreement on climate change come to mind immediately.

It is neither a coincidence that Brazil and India participate in some of the most relevant plurilateral (or "minilateral", as some analysts prefer) groups today, such as BRICS, IBSA and BASIC. The repetition of these two countries in groupings that are fundamental in the international context explains how both are increasingly capable of acting consistently on the most relevant issues. Naturally, both Brazil and India do not participate in only the same groups,

in particular due to regional commitments – forming a web of commitments and interactions that defy graphic representation. Their participation in common groups has the potential to form a transmission belt to consolidate concepts, policies and articulation in a transversal manner, not restricted to their respective regions.

At the time of publishing this commemorative volume, however, nothing is more remarkable than the anticipated succession of India by Brazil in the presidency of the G20 – as part of a larger chain of developing countries that began with Indonesia and will continue with South Africa. Because of its composition and the breadth of its agenda, the G20 has the greatest potential to influence the directions of global politics. As has been stressed by the current Indian presidency of the grouping, it is an opportunity to assert the "voices of the South", build an agenda that favours sustainable development, distribution of wealth, technology transfer, gender equality, multiculturalism and so many other agendas of special value to Brazil and India. Above all, the articulation of the two presidencies may help the group to overcome the inevitable deadlocks arising from international conflicts and disputes and promote a "diplomatic reactivation" in the international reality – a term coined by Araujo Castro and which attempts to guide the countries towards an option that always involves negotiation, dialogue and cooperation.

For the desired level of articulation in multilateral and plurilateral fora to continue to exist between Brazil and India, it is fundamental that bilateral relations continue to prosper. For a good part of these 75 years, the relationship was positive, but limited. The last few years have marked a greater rapprochement, full of potential. By way of example, it is important to mention the economic and energy aspects.

The two countries suffered deeply from the impact of the Covid-19 pandemic and are recovering at different paces, with positive

prospects in the medium term. However, after the initial impact of the crisis, what we have seen is a growing economic interaction. In the years 2021-2022, Brazil's exports to India totalled US$ 7.3 billion, an increase of 73% compared to the US$ 4.8 billion traded in the period 2019-2020, before the pandemic. According to Brazilian data, imports were US$ 6.7 billion. The trade flow between Brazil and India reached a record of US$ 15.2 billion in 2021-2022, surpassing the target of US$ 15 billion announced in 2020 – before the effect of the pandemic could be understood. The main products on Brazil's export list to India in 2021-2022 were crude oil and soybean oil. Brazil's main imports from India concentrated on diesel, insecticide ingredients and compounds used to manufacture pharmaceutical products. The advances were immense, but it is still necessary to diversify the agenda, always bearing in mind Brazil's enormous agricultural export potential. To this end, it would be interesting to promote an ambitious negotiation exercise, going beyond the substantive expansion of trade coverage and tariff lines in the 2009 MERCOSUR-India Preferential Trade Agreement (PTA). Trade was not the only area of growth, with notable Indian investments in Brazil in sectors such as infrastructure, automotive, pharmaceutical and information technology; and Brazilian investments in India in electric motors, banking automation, industrial fibres and fabrics, auto parts and financial technology.

The energy sector, especially biofuels, has been one of the most dynamic sectors of the relationship, with a remarkable convergence of public and private initiatives. In 2020, the signing of the Memorandum of Understanding for Cooperation in Bioenergy structured the dialogue and cooperation, which has since been confirmed by a series of high-level visits from side to side. India's decision to accelerate its biofuels targets and invest in flex-fuel has opened new opportunities for closer ties with Brazil in the area of biofuels. There has been an increase in the number of

events and initiatives organized by major players in the energy and transportation sectors to promote the partnership between the two countries based on the Brazilian experience and to build a reference for the energy transition. These activities have favoured the development of a growing interaction between private entities (companies, class associations, consultancy firms and think tanks). One of the results was, in October 2022, the launching of a flex-fuel hybrid vehicle pilot project in India, based on a model imported from Brazil. The exchange of knowledge between subsidiaries of multinationals in the automotive sector in the two countries allowed flex-fuel models of seven brands of motorbikes to be presented, based on the Brazilian experience.

All these changes in the bilateral relationship are positive and exciting, and reinforce a "special bond", in the words of Ambassador Tovar Nunes, of an almost spiritual nature, that unites Brazil and India. However, these are countries and societies that still know little about each other and that, by getting to know each other better, will make a positive contribution not only to themselves, but to the international society as a whole.

The present book aims to make another small contribution to this work which is by definition incomplete. It joins the publication coordinated in 2019 by Karin Costa Vazquez, *Brazil-India Relations Beyond the 70 Years* and the report co-edited by Almir Lima Nascimento and Harsh Pant in 2022, *"India and Brazil in the Global Multilateral Order"*, to celebrate the bicentennial of Brazil's Independence and the 75th anniversary of India's Independence. It is fundamental to emphasize that these books are not commemorative milestones in the static sense of the word; they are intended as links in a chain, catalysts that, by pointing out successes and failures, achievements and obstacles, create opportunities for the development of bilateral

relations and for the joint action of Brazil and India in an international society that needs responsible actors who act strategically.

Professor Célia Tavares profiles the centuries-old cultural and economic exchanges between Brazil and India, resulting in the fact that the origin of some plants, animals, and products is no longer even known. She contextualises the Brazil-India relationship also within the idea of the transcontinental Portuguese colonial empire that led to the linking routes between Brazil and India. As is expected in such a context, the movement of people was not always voluntary and responded to colonial domination logic, which included slaves and convicts. The balance after centuries is an interpenetration of cultures and history, which have only drifted apart in the last century and a half, but which can revive their memory to enhance their points of convergence.

The text by Florência Costa relates to the previous one, showing the process of rediscovery of India by Brazil and of Brazil by India through their new post-colonial manifestations. Points of contact such as football, *capoeira*, carnival, the *Afoxé Filhos de Gandhi*, samba and bossa nova, yoga and other spiritual practices, as well as Ayurvedic medicine are remembered as bridges that solidify the common values and interests of two great developing countries. The text also highlights how, despite efforts at rapprochement and historical and recent contacts, there is still significant mutual unawareness that needs to be remedied.

The text by professors Erik Herejk Ribeiro and Maíra Baé Baladão Vieira seeks to highlight how bilateral relations were built in the context of Brazil and India's perception that they are countries destined to play central roles in international politics. Although in the first decades after Indian independence the main interlocution in multilateral fora was maintained, based on Third World agendas, the last two decades have been marked by the strengthening of

bilateral relations, notably in trade and investment. In particular, the authors highlight how Brazil and India have begun to realise how bilateral partnership can benefit both in their global ambitions. They suggest areas, such as agriculture, biofuels and defense technologies, on which the relationship can build to grow.

Professor Marianna Albuquerque, in dealing with the interaction between Brazil and India in international organisations such as the United Nations or in less formal groupings such as BRICS, IBAS, BASIC, G4 and G20, shows how the two countries are historic allies in the struggle for sustainable development and for the democratisation of international institutions, especially the Security Council. They are also partners in various coalitions of varying geography, such as BRICS, IBSA and BASIC. Central to this is the author's perception that both countries, large multicultural developing democracies, understand the need for multilateral institutions and norms to exist and be legitimate and democratic, but do not fail to formulate constructive criticism and act vigorously and objectively to promote reforms. At a time of transition, the complementarities of Brazil and India are assets to positively modify the structure, governance, and agendas of international institutions.

Professor Rashmi Singh's article discusses the sensitive topic of combating security threats (terrorism, drug trafficking, among others) that potentially threaten both countries. Her main point is that Brazil and India face different challenges, but share many common characteristics, in particular the interest in being countries that strengthen the stability of their respective regions and the world in general. The author suggests that the affinities of the two countries can be leveraged to build diplomatic, effective, and long--term solutions to security threats that may also benefit other States and international organisations.

Professor Umesh Mukhi highlights how, despite the great progress in economic, trade, political and energy relations between India and Brazil, there is still a perception of great mutual ignorance between economic players in both countries. This situation favours the prevalence of stereotypes and outdated information that may hinder the proper use of the many opportunities that exist today. He also describes a cooperation program developed by Brazilian and Indian educational institutions, which has been effective in bringing the two countries closer to each other.

In his article, Ambassador André Corrêa do Lago, based on his recent and impactful four years as head of the Embassy in New Delhi, explains how India is an essential country in current global efforts to combat climate change and how this fact creates an important field of opportunities and challenges for bilateral relations with Brazil. In dealing with the biofuels sector, he highlights how the partnership between the two countries – to be consolidated in the Global Biofuel Alliance – could have positive and relevant effects not only in the area of energy, but also in improving the quality of life of the populations and increasing their income. The text underlines that both countries have the institutions, interests, material means and human capital to make the energy partnership a central point of the bilateral relationship, with a positive global impact.

The text by Professor Ana Flávia Barros-Platiau, Igor Magri de Queiroz and Carlos Henrique Tomé deals with pressing issues in the international and domestic agendas of Brazil and India: climate change and food security. It makes clear how the two countries can be harmed by collective inaction, which creates a situation of vulnerability and power for joint international action at the same time. The article highlights the traditional multilateral convergences of both, with emphasis on the idea of the "right to development" as a means to overcome old problems, such as hunger and poverty,

corruption and violence in both societies, to which new challenges such as climate vulnerability are added. Brazil and India thus have, according to the authors, the motives and the opportunity to act together benefiting the globe.

Researcher Hari Seshasayee focuses on an essential aspect of the bilateral relationship between Brazil and India: energy. This topic directly complements the debates in other texts in this volume on climate change and food security. The article highlights how there are important mutual interests between the two countries in the energy sector, especially in light of Brazil's growing oil production and experience with biofuels. The two partners have complementary interests in this field and are finding new ways to cooperate. Of particular relevance is how this area allows us to visualize the role of the private sector in the bilateral relationship, both in terms of trade and long-term investment.

Professors Cláudio Pinheiro and David Danziger, in their text, make an in-depth analysis of the cooperation in knowledge between Brazil and India that goes far beyond science and technology. They demonstrate how the partnership between the two countries suffers from distortions created by colonial legacies and recover important flows of knowledge that transit through non-governmental channels which were essential in their relationship, including in an economically relevant area such as livestock. They also highlight the limited degree of mutual scientific knowledge produced by both sides about each other and the inexplicable preference for third-party sources. They value the role of traditional knowledge and its innovative potential, as well as the recent growth of interaction through mechanisms such as IBSA. Finally, they emphasise how social development technologies are of mutual interest and potentially a fruitful field of exchange.

The texts are accompanied by an important book of photographs, composed of records from both the Brazilian and Indian sides, which

show some of the remarkable moments of the 75 years of relations between the two countries.

If the editor is allowed to put formality and distancing aside for a moment, I would like to mention how the editing of this volume, at the end of my mission in India, marks an important stage in my life, of discovering such a rich and varied country and of trying to contribute to bring it closer to Brazil. None of this would have been possible without the dedicated work of my colleagues at the Brazilian Embassy in New Delhi.

CONNECTIONS BETWEEN INDIA AND BRAZIL – 16TH TO 19TH CENTURIES

Célia Tavares[1]

In 2018, the Brazilian Post and Telegraph Company released a commemorative stamp honouring the 70th anniversary of Brazil--India diplomatic relations.

Source: Correios [Brazilian post office]. Management of Philately. We would like to thank Correios for allowing the use of this image of the Brazil - India Diplomatic Relations Series postage stamp, issued in 2018.

In addition to national identifiers such as the colours of each country's flag (orange, white and green from India and green, yellow and blue from Brazil), typical animals (tiger and macaw) and two monuments of architectural reference (Taj Mahal and the Cathedral of Brasilia), the stamp, designed by digital artist, illustrator and architect Lídia Marina Hurovich Neiva, also features three fruits: mango, cashew and jackfruit. These fruits are very popular nowadays in both Brazil and India, and, if you ask any person from any of these

1 Profesor of the Postgraduate Program in Social History (PPGHS) of Rio de Janeiro State University (UERJ); Researcher at Companhia das Índias Research Group – CNPq.

countries, they would certainly say, without a shadow of a doubt, that they are original from their respective homelands. In fact, they symbolise and are examples of the significant economic and cultural exchanges that took place throughout the period when the two regions were under the rule of the Portuguese Empire: mango and jackfruit trees were brought from India to Brazil and cashew trees were eventually sent from north-eastern Brazil to India, all adapting so well to their new regions that they gave the impression that they had always existed in these places.

The present text is inspired by the happy imagery of Brazil-India relations stamped on the commemorative stamp as it explores the points of contact between the two countries throughout the 16th, 17th, 18th and early 19th centuries[2].

1. Firts contacts

It is clear from the beginning that relations between the two countries, during this period of time, took place under the aegis of Portugal, which built its colonial domain predominantly along the coasts of three continents: Africa, Asia and South America, doing what Serge Gruzinski calls the globalisation of the modern period, integrating the four parts of the world for the first time in history (GRUZINSKI, 2014).

It is also important to say that neither Brazil nor India were constituted at that time as nation-state forms, as they are today. On the one hand, Brazil was a region that was part of an entire continent that was ignored by Europeans and Asians alike until the end of the 15th century, having been brought into contact with other parts of the globe by the Portuguese and Spanish navigations. On the other

2 The reference used in this article is the chronological cut of the so-called colonial period of Brazil, when it was under the domain of Portugal, i.e., roughly, from 1500 to 1822, the year of independence and foundation of the Empire of Brazil.

hand, India, land of millenary civilisations, was composed of a series of kingdoms, principalities, sultanates and empires that existed or came into existence in this same period on the Indian subcontinent, also known as the Hindustan.

When looking at the region, restricting oneself to the 16th and 17th centuries, one can see that, covering most of the south of the subcontinent, there is the Vijayanagara Empire – often refered to in Portuguese documents of the time as Bisnaga –, founded by Hindus in 1336 and which in 1565 began a process of weakening that led to its end in 1646, caused by continuous wars against enemy Islamic kingdoms that were located on the Deccan plateau. These became known as the Deccan sultanates, they were the kingdoms of Bijapur, Golconda, Ahmednagar, Bidar and Berar. Further north, from 1526, the Mughal Empire emerged and began its expansion. It had the support of the Ottoman and Safavid Empires at the beginning of its formation, but throughout the 16th century it grew stronger and conquered territories towards the south, including the western (Gujarat) and eastern (Bengal) coasts of the Hindustan península (FLORES, 2015, p. 32-38). On the southern coastal fringes of the peninsula, in the region known as Malabar, there were several small Hindu kingdoms, closely linked to maritime trading activities: the kingdoms of Calicut, Cochin, Kannur and Kollam (SALES, 2015, p. 25). On the south eastern coast, in the region of Coromandel and Madurai, there were also many cities with important commercial contacts, including Saint Thomas of Mylapore.

Therefore, when the Portuguese sailed to India, one can note that they "did not arrive in a static Asia, nor did they act on a tabula rasa"[3]. On the contrary, when they reached the shores of various points of the Asian territories, they confronted a "world whose balance of

3 SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O império asiático português, 1500-1700.* Uma história política e econômica. Carnaxide: Difel, 1993, p. 40.

geopolitical, social and economic forces was in permanent mutation" (SUBRAHMANYAM, 1993, p. 40). They used their momentary warlike superiority to conquer specific points of the Asian coast, especially in the first half of the sixteenth century, thus consolidating what Subrahmanyam called the Portuguese Asian Empire.

In the specific case of the Hindustan peninsula, the small European country undertook great efforts to conquer certain key points on the coast, without ever managing to deepen its domains in the region's midlands. Since the first contacts developed at the time of the arrival of Vasco da Gama's expedition in 1498, which directly linked the European continent to India through the sea route around the Cape of Good Hope, the Portuguese demonstrated their desire to settle in the region because of their interest in trading Asian spices. They first established fiefdoms in Calicut and Cochin (1500), and in Kannur in 1501. Goa was conquered from the Sultanate of Bijapur in 1510, and the importance of its strategic location led the Portuguese to define this city as the capital of what would later be called the State of India (generic designation of the set of cities, fiefdoms and forts that Portugal developed in the Asian continent). In 1515, the conquest of Hormuz, at the entrance to the Persian Gulf, made it possible to control the trade routes that connected the West coast of the Indian peninsula to the Arabian Sea. In 1518, a Lusitanian fort was established at Colombo in Ceylon (now Sri Lanka); Vasai was acquired in 1534 and the important port city of Diu, conquered in 1535. Daman would only be dominated in 1599.

In this context of expansion and domination by the kingdom of Portugal, Pedro Álvares Cabral's expedition, which left Lisbon on 9 March 1500, was crucial to initiating contacts between Brazil and India. Leading a squadron of 13 vessels, Cabral had been ordered by King Manuel I to consolidate the Portuguese presence on the western coast of the Hindustan, deepening the first contacts – many

of them troubled – that had been promoted by Vasco da Gama two years earlier.

In the course of the voyage, trying a more open arc of navigation in the South Atlantic, Cabral reached the northeast coast of Brazil, a region that would later be called Bahia, on 22 April of the same year. He immediately developed the procedures for taking possession of the territory, that is, he recognised the novelty of the place, celebrated the first mass on the soil of what would become Brazil, and then dispatched a letter recording the event, written by Pero Vaz de Caminha, all of which helped to define the notion of the territory's belonging to the Portuguese domains. He then set off towards his main objective, which was India. In a certain way, therefore, it is possible to say that the birth of what is today identified as Brazil is closely linked to the Portuguese endeavour to dominate territories in India.

Even though Portugal did not promote for thirty years a process of effective occupation of the new conquest made on the new continent, which was to be called America, the reference had been defined and the territory's potential for wealth was yet to be more deeply known.

2. The fundamental role of the Indian Route in the connection with Brazil

Two books are essential for anyone wishing to study the links that were established between Brazil and Goa through the leading role played by the Indian Route: *A Bahia e a carreira da Índia* by Amaral Lapa (1968) and *Relações intracoloniais: Goa-Bahia* by Filomena Antony (2013). The two texts complement each other mainly because they start from different perspectives. The first proposes an analysis based on the protagonism of Salvador, in Bahia; the second emphasizes the perspective of the interests of Goa, highlighting an important

aspect that is intended to be exposed in this study and that can be found right in the title of Filomena Antony's book: breaking the explanatory perspective of the monopoly of Portuguese colonial rule, it highlights the interests that exist in each of the cities/regions, regardless of those of the metropolis.

Even if the fundamental role of the politics of the kingdom of Portugal is acknowledged, a new historiography has been concerned with perceiving the dynamics that were also established between various points in the network of colonies that the Portuguese wove between three continents: America, America, and Asia. At certain moments, even if the flow of economic actions of the metropolis privileged a particular region, the roles played by the others in the balance of activities that took place within the Portuguese Empire should not be neglected.

Thus, if, in the 16th and most of the 17th centuries, the greatest aspiration of the colonial exploration developed by Portugal was to obtain high profits from the trade of eastern spices, it is not possible to forget the growing importance of Africa in the supply of slave labour, or, still, the growth of sugar agriculture on the coast of Brazil and its consequent commercialisation. Later, already in the 18th century, with the discovery and exploitation of gold in the American colony, the Atlantic axis of the empire was strengthened, even more so in face of the difficulties encountered and faced in the East, which, even without ever losing prestige, suffered problems of economic order and limitation of territorial domain.

Filomena Antony points out that King Manuel, when he announced to Ferdinand of Aragon the incorporation of Brazil to the Portuguese dominions, in an order dated 1501, stated that the region would be "convenient and necessary for navigation to India", but that despite this he discouraged in subsequent years that vessels going to or returning from India called at the Brazilian coast. The

motivation for such procedure, apparently contradictory to the statement made, would be the concern to protect the "valuable trade of India" (ANTONY, 2013, p. 143-144).

For Artur Teodoro de Matos, reinforcing Amaral Lapa's argument, despite the crown's discouragement for the stopover on the Brazilian coast, it occurred with some frequency until the middle of the 16th century, especially because of the difficulties intrinsic to navigation itself, i.e. accidents, breakdowns, diseases of crew members, among others (MATOS, 1989, p. 160-161 e LAPA, 1968, p. 3). It is important to know that the annual round trip from Lisbon to Goa, called the Indian Route (BOXER, 1984, p. 33), generally lasted about six months for each stretch – if by chance no serious obstacles were encountered, such as storms, adverse winds or any other navigational or health problems, or if there were no delays in departures from Lisbon or Goa. Mortality was high during the voyages and shipwrecks were frequent. Therefore, it can be said that they were difficult, dangerous and risky voyages.

The royal order of 1565 made explicit the prohibition of vessels leaving Portugal for India, as well as those returning from there, to call in Brazil, defining that any problem in the Atlantic stage of the journey should make the ships return to Lisbon (LAPA, 1968, p. 7). The recurrent renewals of the prohibition to call at the Brazilian coast, as well as the commercialization of products from the East in the cities located there, in the 17th century (1615, 1632, 1661, 1665, 1667, 1670, 1671) makes one believe in the existence and insistence of these practices, as Antony and Amaral Lapa note (ANTONY, 2013, p. 149; LAPA, 1968, p. 13).

The debate on whether to allow port calls in Brazil was intense and fuelled some exceptions. For example, in 1666 the crown allowed smaller ships to call at Salvador and in 1672 there was an instruction to a captain of the armada to call at Rio de Janeiro if there were too

many health problems among the crew. Finally, royal orders in 1692 and 1694 allowed vessels from India to call at Salvador, Bahia. A series of factors would have contributed to this, of which the importance of the discovery of gold in Brazil, the increased interest in tobacco in Goa and the sugar trade should be highlighted (ANTONY, 2013, p. 149-152). Thus, for Filomena Antony, what occurred was the acceptance of a practice that already existed and that the metropolis could no longer avoid, i.e., the existence of a direct link between Goa and Bahia that coexisted with the triangular trade Goa-Lisbon-Bahia (ANTONY, 2013, p. 190).

With this, what the author calls invisible trade, which can also be defined as smuggling or illicit trade, ceased to be preponderant, even though it never ceased to exist, opening the doors to what she calls "legitimate trade", fundamental to the strengthening of relations between different points on the periphery of the Portuguese Empire, such as Goa and Salvador, for example. It is thus possible to see that large quantities of products circulated in the comings and goings of Portuguese vessels between America and India, as well as people.

3. "A world on the move"

The historian Russell-Wood used this happy expression in the title of his book, which is borrowed here to head the item of the present text (RUSSELL-WOOD, 1998). In fact, the connection of the four parts of the world promoted by the Iberian monarchies in the modern era made possible the circulation of a significant amount of men, women, merchandise, ethnographic and geographic knowledge, specimens of fauna and flora, not to mention more negative aspects such as the dissemination of biologically transmissible diseases.

In this sense, the Indian Route can be considered the main vehicle that promoted contacts and circulation of many people and

goods between Goa and Bahia, even when there were attempts to prohibit and repress this practice, as seen in the previous item.

It is also possible to note that administrative determinations of the Portuguese crown contributed to establish many of these contacts between America and India. There was also a need for recruited men to form the army that faced the military forces of the kingdoms and empires neighbouring the Portuguese domains on the Indian coast. Soldiers were required to form the regiments of the fortresses that faced the advance of the Dutch expansion in the Portuguese possessions that held the exploitation of spices. Or still, it was requested the circulation of Portuguese officials and agents who occupied positions in the various posts that the presence of the Portuguese Empire imposed and required. All this allowed the circulation of people born in Brazil or in India, in addition to the Portuguese, proper in the various and distant points of the empire.

Another important vector for the circulation of people was religious motivation. One of the most fundamental aspects of the Iberian expansion was the conversion of the populations originating from Africa, America and Asia. Thus, the activity of missionaries from Catholic religious orders also contributed to fuel the movement of people between the various parts of the Portuguese domains.

Even the Portuguese penal system can be considered a key element in this social mobility that existed between the regions dominated by the Portuguese. Frequently, people who lived in Brazil and were sentenced to be deported were destined for the city of Goa, or even those convicted in the Indian city, especially those of the inquisitorial jurisdiction, could spend some time in Brazilian territory, even if only for the period of stopover of the ship in which they travelled towards the prisons and work in the kingdom's galleys.

Like people, objects and plants also circulated between the borders of India and Brazil. The following item will highlight some of these examples of contacts and exchanges between the two regions.

3.1. Flow of goods

The great motivation for the Portuguese maritime expansion was the search for spices, as is well known. Thus, the mention of pepper, cloves and cinnamon as articles that aroused commercial interest is common. But other products also had their place in licit or illicit commercial transactions linked to the movement of ships in ports such as Salvador or Rio de Janeiro: china, diamonds from India, ivory (including small sculptures, miniature images of saints made by Hindu craftsmen, many of them not converted to Catholicism), textiles, saltpeter and medicines were also traded. There are also records of slaves of Indian origin being sold in Brazil, but in very small numbers compared to the flow of enslaved labour coming from Africa (ANTONY, 2013, p. 198).

Filomena Antony (2013) points out that between 1796 and 1807 there was a quantitative leap in the volume of products traded from India to Brazil, the result of a series of reforms implemented by the Portuguese authorities in relation to the tax system and the increase in private trade during this period (p. 205-208).

In contrast, Brazil supplied tobacco (native to America) to India, as the product became appreciated in the region throughout the 18th century. There is also a significant flow of gold and precious stones to Goa, which were used to trade for the valuable products that were obtained in India.

It is important to say that the commercial exchanges developed mainly from the middle of the 18th century to the beginning of the 19th century strengthened Goan traders and activated the market in Brazil, which shows a certain degree of autonomy existing in these colonial spaces.

3.2. Flow of vegetable species

According to Heloísa Gesteira, the flow of vegetable species during the Portuguese Empire predominated primarly in the East--West direction, although the importance of the moving of plant species from America and Africa, or even from Europe to India, cannot be overlooked. The author highlights that the Brazilian landscape would be forever marked by jackfruit, mango (a species that became so present that ilustrates the commemorative stamp shown at the beginning of this chapter), breadfruit, and carambola brought from India and adapted to Brazil (GESTEIRA, 2013, p. 38). On the other hand, in India, cashew, guava, pineapple, sugar-apple and papaya, all of Brazilian origin, flourished and spread.

Warren Dean points out that, at the beginning of the conquest of American territory, the practice of planting new vegetable species was often due to the fact that the Portuguese did not appreciate the food that the indigenous people located on the Brazilian coast used for their daily survival. The author points out that, even if the motives were petty, the results promoted a great variety of foodstuffs to which the inhabitants of the Portuguese domains ended up accessing. The author also points out that this movement to transfer flora from one region of the globe to another meant the acceleration of the natural process of cosmopolitisation of plants and animals that had been taking place since ancient times and which developed "the universalisation of mankind's dominion over all terrestrial ecosystems" (DEAN, 1991, p. 216-217).

This transposition of plants and vegetable cultures often served the commercial and economic interests that governed the logic of colonial rule. The idea of developing the cultivation of oriental spices on Brazilian soil was encouraged by the Portuguese authorities, especially after the intensification of territorial disputes that took place in the East during the 17th and 18th centuries. The Dutch and

English expansion in the Indian Ocean region, in addition to the pressures from kingdoms and empires in the Hindustan peninsula, which were harassing the borders of the Portuguese territories on the Indian coast, compromised the Portuguese commercial power of these products, so coveted in the European market.

Thus, the prohibition of growing Asian species in Brazilian soil was revoked in 1642, when the crown authorized the planting of ginger and true indigo in Brazil (ANTONY, 2013, p. 106)[4]. The general idea was to take advantage of the similarities in climate between India and Brazil, the abundance of slave labour of African origin, in addition to the advantage of the Brazilian coast being closer to Europe, which would reduce transport costs and make it easier to charge lower prices and therefore more competitive than those of products coming from the East and that had been accessed by the Dutch advance in spice-producing regions that were previously controlled by the Portuguese trade.

The cultivation of ginger in Brazilian soil achieved great and rapid success, which fuelled hopes of transposing other species. Thus, from 1677 onwards, by order of the Portuguese crown, seedlings and seeds of cloves, cinnamon, pepper and nutmeg, mainly, were sent from Goa to Brazil. It was also suggested that Indian specialists be sent who could teach how to develop the cultivation and exploitation of these products (an order that was rarely obeyed, however). Around this time jackfruit and mango seedlings were also dispatched. The transport of these plant species suffered setbacks, sometimes only a few specimens arrived at the end of the journey, which hindered the project from the start. There was also the problem of the inferior quality of the specimens that were sent, as many of the regions that

4 From this point on, in the following paragraphs that refer to the circulation of plants between Brazil and India, this author's rich work has been fully utilised, in the interval from pages 103 to 142.

had higher quality plants were no longer under Portuguese rule, such as cinnamon from Ceylon, a region that was dominated by the Dutch.

Difficulties also arose in large-scale cultivation. The Jesuits in Bahia, who pioneered the planting of cinnamon at Quinta do Tanque, reported that they needed constant combat against ants and other insects that attacked the crops. Alternative regions were sought, such as Maranhão, whose climate was more similar to India. However, there were chronic labour problems there.

Despite these and other problems and obstacles, the plants adapted and produced, even if not in the scale that was intended and imagined. The central issue was that Brazilian pepper and cinnamon could not have the same quality as the ones from the East, not guaranteeing the profit margin that farmers expected.

In the late 18th and early 19th centuries, a new attempt of migrating plants from India was developed. Teak and hemp (for use in shipbuilding), as well as sandalwood (with medicinal uses) were taken for cultivation in southern Bahia, with relative success.

As previously mentioned, the Portuguese also took plant specimens from Brazil to India. Thus, tobacco, which was sold there and highly consumed, ended up being planted in the region and guaranteed many profits from the middle of the 18th century. Fruits also adapted to the Indian climate, particularly cashew, which, since the middle of the 16th century, has become an important base for manufacturing alcoholic drinks and for medicinal and food uses with great commercial acceptance, guaranteeing good revenues for Goan merchants in the 18th and 19th centuries. The rubber tree also adapted well to the Malabar region and guaranteed good profits from the rubber trade.

3.3. Flow of people

Goods and plants did not move alone in the space of the Portuguese Empire, of course. The people (men and women, the latter in smaller numbers) who used the Indian Route to make long journeys between Lisbon and Goa and vice versa sometimes passing through Salvador or Rio de Janeiro, were responsible for the mercantile practices, for the exchange of commercial products and personal belongings, for transporting seeds, plants and animals, besides diseases. They coveted profits, administrative or military posts and the challenges of religious conversion. They suffered from the punishments of being condemned to exile in distant lands or, simply, with the enormous difficulties of such a long crossing.

Russell-Wood reports that, roughly speaking, a ship of the Indian Route, in its outward journey, had a crew of about 120 men, and could reach the number of 200. It also carried between 500 and 1100 passengers of various categories, in addition to soldiers for the military garrisons of India – whose number could reach 700 or 800 men in a single ship. There was also room to load slaves obtained from the coast of Africa, about 500. On the return trip, in general, the number was a little lower and with people regarded as "superior" – merchants, religious people, crown officers, accompanied by their retinues and slaves (RUSSELL-WOOD, 1998, p. 93). Even if one considers the high mortality rate that existed on these journeys, as previously mentioned, even so, it is possible to perceive that it was not a negligible flow of people.

Between Brazil and India circulated “servants of the crown”, an expression used by Russell-Wood to define members of the Portuguese nobility who held important posts in the Lusitanian domains. Here it is possible to detect yet another link between America and Asia, since the first donees of Brazil, responsible for the beginning of its colonization in the 16th century, had either

already been to India, or went there after taking possession of Brazilian territory – such as Duarte Coelho, who, after a long career in positions in the East, obtained the captaincy of Pernambuco, and Martim Afonso de Sousa, who began colonization in the captaincy of São Vicente and then left for positions in India (RUSSELL-WOOD, 1998, p. 101-102).

There were the "servants of Christ", still to use Russell-Wood's nomenclature, secular and regular clerics who exercised ecclesiastical positions or missioned in Brazil and the East. Most church men left Portugal for India, but there were some who were born in Brazil and served in Goa. One example is Father Francisco de Souza, a missionary born in Bahia in 1628, who went to Goa and studied at the São Paulo College of the Society of Jesus. He held important posts in the Jesuit province, wrote the book *Oriente conquistado a Jesus Cristo pelos padres da Companhia de Jesus da Província de Goa* (East Conquered to Jesus Christ by the Priests of the Society of Jesus of the Province of Goa), an important source for studying the Jesuit presence in India, and died in Goa in 1712. Another example of an experience that happened first in the East and then in Brazil is that of the Franciscan priest João de Assunção, who worked in the mission in Malabar for 25 years and then was sent to Bahia in 1706. There he collaborated in the project of fixing the spices in Brazil, teaching cultivation techniques he had learned at the time he lived in that region of India (ANTONY, 2013, p. 70-73), thus helping the development of the project of the Portuguese crown to transport the production of spices to Brazilian territory.

Soldiers and sailors also circulated in Portuguese domains. From Brazil to Goa there were flows of both conscripts and volunteers who were involved in the contingents necessary for the defence and conquest of territories in India. For instance, there are reports of 400 soldiers being sent from Bahia to Goa in 1702 and 42 recruits

in 1725 (p. 76-77). Towards the end of the 18th century and the beginning of the 19th century, it is possible to verify that many volunteers assumed military posts in India and similar posts in Brazil, thus circulating between these spaces. It should also be considered that, although the flow of people of Indian origin to Brazil was small, there are records of embarked soldiers in Goa serving in posts in the ships, who probably could come into contact with Brazilians, especially in the stopovers in Salvador or Rio de Janeiro (p. 81).

There were also compulsory travellers from Brazil to Goa, such as convicts and exiles, in numbers that are difficult to pinpoint. Russell--Wood classifies them as "undesirables", i.e. criminals, deserters, those condemned by the Inquisition, the sick, people with no prospects in life who were sent to exile in lands far from their native lands. They could be sent as soldiers or to do forced labour of various kinds, for a certain period of time or even for life (RUSSELL-WOOD, 1998, p. 160-162).

It is worth noting that the issue of slaves from India transported to Brazil is still little studied. Filomena Antony lists the case of a few hundred of them, as, for instance, that of a young man born in Malabar who was sent from Bahia to Lisbon in 1767, in the entourage of the Viceroy Count of Ega, besides other Indian slaves who were in Bahia and were taken to Lisbon. This and other records demonstrate the existence of this connection between Brazil and India, but it is a frontier of research yet to be explored further (ANTONY, 2013, p. 81).

It is noticeable that there is little mention to women in the contact network presented in this article. This happens because there is little to no records about travelling women, especially on ships from Brazil to India or vice-versa. However, on 24 March 1718, the newspaper *Gazeta de Lisboa* recorded a rather unique story for the first time. It read that Maria Úrsula de Abreu e Lencastre, daughter of João de Abreu de Oliveira and born in Rio de Janeiro in 1682,

upon her eighteentn birthday ran away from her parents' home and embarked to Lisbon. There she enlisted as a soldier under the name Balthazar do Couto Cardoso and went to India, where she "served for 12 years, 8 months and 13 days, from 1 September 1700 to 12 May 1714" (GAZETA DE LISBOA, 1718, p. 96), stood out in battles and became corporal at the Madre de Deus bastion in the Korlai Fort. Then, on 8 March 1714, she was granted by King John V the Panjim Palace for six years, as well as life pension. Boxer adds further detail to this account. According to the British historian, upon saving her captain, Afonso Teixeira Arrais de Melo e Mendonça, Maria Úrsula/ Balthazar was severely wounded and her secret was discovered. The captain married her, and they supposedly had a son (BOXER, 1977, p. 100-101). More recente studies show uncertainty about how many children would have been born from this union, as well as about the date of her death, but it has been confirmed that it happened in Goa (LUGARINHO, 2018, p. 253-272; LUGARINHO & MAIA, 2021, p. 120-147). This marvellous adventure was the basis for a historically inspired novel by Brazilian writer Gustavo Barroso, published in 1932.

Despite the uncertainty of this account, it is worth mentioning for the lack of other recoreds on women's travels between Brazil and India during the period studied in this article.

4. The legacy of connections between India and Brazil

The cover of Lorelay Kury's book (2013) has a detail of a painting currently in the Rijksmuseum, Amsterdam. It is an oil painting by an unknown artist, dated around 1640 to 1666, entitled *A market stall in the Batavia*[5]. This picture can be a summary of what has been

5 BEECKMAN, Andries Beeckman (reject attibution to Albert Eckhout) *A Market Stall in Batavia*, c. 1640 - c. 1666', in J. Bikker (ed.), *Dutch Paintings of the Seventeenth Century in the Rijksmuseum*, online coll. cat. Amsterdam: hdl.handle.net/10934/RM0001.COLLECT.10087. Access on: 11 sept. 2023.

exposed throughout this article. Three brown-skinned women are negotiating with a merchant with eastern feature – maybe Chinese –, and above them a white cockatoo observes a table of fruit. It is possible to identify bananas, tamarinds, coconuts, pineapples, mangoes, cashew apples, and some jackfruit – some of them are cut open, as one can still find nowadays on street markets in both Brazil and India. The trader counts coins and the women hold some products.

The painting allows one to observe the circulation of people, animals and plants, in a market that demonstrates the globalisation process in the modern era that allowed powerful bonds to be forged between cultures that are so geographically distant, yet so united in the joy of tasting the delights of fruit and reaches shared over nearly 300 years of contact between India and Brazil.

REFERENCES

ANTONY, Filomena. *Relações intracoloniais*: Goa-Bahia 1675-1825. Brasilia: FUNAG, 2013.

BARROSO, Gustavo. A senhora de Pangim. (novel). Rio de janeiro: Guanabara, 1932. There is a Brazilian comic book edition from 1958.

BOXER, C. R. *A mulher na expansão ultramarina ibérica*: 1415-1815. Alguns factos, ideias e personalidades. Lisbon: Livros Horizonte, 1977, p. 100-101.

BOXER, C. R. *From Lisbon to Goa*, 1500-1750. Studies in Portuguese Maritime Enterprise. London: Variorum Reprints, 1984, p. 33.

DEAN, Warren. A botânica e a política imperial: introdução e adaptação de plantas no Brasil colonial e imperial. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 216-217, 1991.

FLORES, Jorge. *Nas margens do Hindustão*. O Estado da Índia e a expansão mogol ca. 1570-1640. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 32-38.

GAZETA DE LISBOA. Lisbon, n. 12, p. 96, 24 Mar. 1718.

GESTEIRA, Heloísa. A América portuguesa e a circulação de plantas, séculos XVI a XVIII. In: KURY, Lorelai (ed.). *Usos e circulação de plantas no Brasil*, séculos XVI-XIX. Rio de Janeiro: Editora Andrea Jakobsson, 2013, p. 38.

GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo*: história de uma mundialização. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: EdUSP, 2014.

KURY, Lorelai (ed.). *Usos e circulação de plantas no Brasil*, séculos XVI-XIX. Rio de Janeiro: Editora Andrea Jakobsson, 2013.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a carreira da Índia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

LUGARINHO, Mário César. Ordem, gênero e transgressão em a Senhora de Pangim, de Gustavo Barroso. *Via Atlântica*. São Paulo, n. 33, p. 253-272, Jun. 2018.

LUGARINHO, Mário César; MAIA, Hélder Thiago. De volta à Senhora de Pangim: outras fontes e outras representações. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 120-147, Sept./Dec. 2021.

MATOS, Artur Teodoro de. *As escalas do Atlântico no século XVI*. Revista da Universidade de Coimbra, Lisboa, v. XXXIV, n. CXCVII, 1988, p. 157-183.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento*: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808). Lisbon: Difel, 1998.

SALES, Maria de Lurdes Ponce Edra de Aboim. *Do Malabar às Molucas*: os jesuítas e a Província do Malabar (1601-1693). 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade NOVA de Lisboa, Lisboa, 2015, p. 25.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O império asiático português,* 1500-1700. Uma história política e econômica. Carnaxide: Difel, 1993, p. 40.

FROM SAMBA TO BOLLYWOOD, FROM YOGA TO CAPOEIRA: THE INTERACTION BETWEEN BRAZILIAN AND INDIAN SOCIETIES AS A CONTRIBUTION TO STRENGTHEN BONDS OF THE TWO EMERGING GIANTS IN MULTILATERAL PLATFORMS

Florência Costa[1]

At the juncture of celebrating 75 years of relations between Brazil and India, the societies of both countries benefit from an increasingly intense interaction in the fields of culture, education, spirituality, sports, economic activities, exchanges in technological innovations and experiences that meet the challenges of these two emerging nations – marked by colonial history – that face high levels of social inequality. There is still a long path ahead the direct approximation of the two societies, but it is fundamental, for the reciprocal understanding of both cultures, that there is no intermediation by third parties: the Brazilian perspective directly interprets the Indian experience and vice-versa.

Brazil, with its 214 million population, and India, which in April 2023 has just been declared the most populous country in the world, with a population of 1 billion 425 million (WPR, 2023), are part of countless international forums, such as BRICS, G20, G4, and IBSA, whereas the latter – composed of the two countries and South Africa – has as one of its pillars the encouragement of relations between the social actors of these three multicultural and multiethnic democracies in the Global South.

1 Journalist, correspondent in India (2006-2012) for *O Globo* newspaper, freelancer for the BBC's Brazilian Service in London, and author of the book *Os Indianos* (Editora Contexto, 2012).

On the 3rd of March 2023, Brazil took over the presidency of the IBSA Forum, a group that will complete 20 years of existence on the current year (BRAZIL, 2023). The Indian newspaper *Mint* published, on April 17, an article stating that the members of the group – especially Brazil – are willing to revitalize IBSA's actions (MATTOO, 2023).

A landmark event that helped push the bilateral relationship forward was the establishment of a strategic partnership in 2006. It is important to remember that the first Latin American nation to establish diplomatic ties with the newly independent Asian country, in 1948, was precisely Brazil.

This article intends to show the convergences and exchanges that social actors have made in several areas, an important factor for the rapprochement of emerging countries in their multilateral platforms, such as BRICS and others. Despite being culturally distinct and geographically distant, there is some emerging knowledge exchange and convergences in the way the two societies face their problems. A curious example of attempts to solve shortcomings is the Brazilian *jeitinho* and the Indian *jugaad*. In other words, the improvisation and creativity to find solutions when there are no financial conditions.

Just like the *jeitinho* in Brazil, *jugaad* in India is a national institution and ended up being the subject of several books, one of them being the best seller written by experts in technology and innovation entitled *Jugaad Innovation*: *A Frugal and Flexible Approach to Innovation For the 21st Century* (RADJOU; PRABHU; ANUJA, 2012). Indian and Brazilian filmmakers have laid bare the misery and violence of their societies in award-winning films that have become known to international audiences. The most notable are Mira Nair's *Saalam Bombay* (1988) and Fernando Meirelles' *City of God* (2002).

An aspect that became more evident recently, regarding the similarities of Indian and Brazilian societies, is the passion for traditional spontaneous popular festivals, such as *Holi* and *Ganesha Chaturthi*, when it comes to India, and *Carnaval*, when it comes to Brazil, among others; always very colourful, musical, and able to attract crowds to the streets. The first time I saw in Mumbai the festival in honour of the elephant-god Ganesha, in 2006, with people dancing in the streets to the sound of huge drums called *dhol*, the first thing that came to my mind was the carnival parades in Brazil.

In both countries the younger generations are increasingly open to novelty and receive mutual information about how their societies function through the internet, social media, and through films and series from streaming platforms. India is the country with the highest percentage of young people in its population: about 66% out of 808 million are under the age of 35 (WPR, 2023), which contributes to the willingness to open up to different cultures, an aspect that Brazilian society already exhibits due to historical factors.

Like Brazil, India received many external influences in fields such as gastronomy, apparel, music, dance and language. But these external manifestations have always been regurgitated – not just automatically absorbed with no modifications. The influences were blended with local traditions and turned into something new, totally Indian. A recent example: pizzas have invaded the menus in Indian cities, but they have gained pepper and *panner*, a type of ricotta traditionally used in Indian dishes and sweets.

Some aspects of Brazil in India

The first time I witnessed the strength of Brazil's image in India was in June 2006, when I landed in Mumbai to be the first Brazilian correspondent on Indian territorry, in my case for *O Globo*, from Rio de Janeiro, as the newspaper reported on June 23 2006 on the

column "Inside Globo" with the article "A *Globo* reporter in India". The World Cup was starting and my first article was precisely about the passion of Indians for the Brazilian and Argentinean national teams. The article was published on June 25 2006, on the world section. "India is yellow-green" was the title of the article, with the subheading "Country ignores distance, supports Brazil and loves Ronaldinho's smile" (COSTA, 2006).

The most popular sports in India are cricket and field hockey, but it was interesting to see Indian fans on the streets fighting over soccer, wearing yellow (Brazil) and blue (Argentina) jerseys during the matches, especially in the states of West Bengal, Goa and Kerala. Doing some research on the subject, it was possible to notice that the passion for competitions shown by the Indians was similar to Brazilians' enthusiasm: when the Indian cricket team plays against Pakistan, especially in a World Cup, the country stops.

While watching the TV news coverage from Indian channels in English for the *O Globo* newspaper, I could notice that they enhanced the pro-Brazil feeling and bombarded the viewers with scenes of the Sugarloaf Mountain, Rio de Janeiro beaches, and women dancing *samba* during carnival. The songs *País tropical* by Jorge Ben Jor and *E vai rolar a festa* by Ivete Sangalo played on TV, while a reporter from Calcutta, with his face painted in Brazilian colours, announced: "Calcutta is green and yellow. The time is now for samba. Let's cross our fingers for Brazil".

India has qualified for the World Cup only once, in 1950, for the championship in Brazil. However, newly independent and with a nation to build from the rubble of British domination, the Indian team did not participate for lack of funds, as I reported in the book *The Indians*, published by Editora Contexto:

> Since the 1990s, when cable TV started broadcasting European championships, the middle class has become

> interested in soccer. Three Indian states are particularly into soccer and are usually divided during World Cups between supporting Brazil and Argentina: Goa, West Bengal, and Kerala. Sometimes there are physical fights between fans. Sports experts point out that the taste for soccer began in Calcutta in 1911, the capital of British India back then, after an Indian team (Mohum Bagan) defeated a British team (East Yorkshire). It was a symbolic victory against the colonizers. The interest of Indians in Brazilian soccer began after the 1958 World Cup; for them, it was a shattering of white supremacy in sports. A mixed team of white, black, and mulatto men (Brazil) had beaten white, blue-eyed Europeans (Sweden) (COSTA, 2012, p. 234).

The love for soccer is not limited to Goa, Kerala, and West Bengal. In Kashmir, far north of the country, I was able to witness this fascination for the "beautiful game", as the Indian media used to refer to soccer, especially Brazilian soccer. In the capital Srinagar, I had the opportunity to interview, in 2011, an Argentinean coach from the International Sports Academy Trust. Married to a Brazilian woman and living there with his three daughters, Marcos Troia often wore a jersey of the Brazilian national team. His young players were passionate about Brazil. Musadik Mehra, or Musa, for example, then 18 years old, spoke Portuguese because he had had the chance to play in Brazil for a year in a soccer club in the city of Marília (São Paulo). "I loved Brazil, all I wanted was to go back there," said the boy (COSTA, 2012, p. 219). Another boy, Basharat Baba, also dreamed of the same thing and even painted an entire wall of his room green and yellow.

In the 2022 World Cup, the Indian preference for Brazil and Argentina national teams caught the attention of the Brazilian and international media. The news website *Al Jazeera*, from Qatar,

for example, published an article on the Kerala Indians' love for the World Cup (SHANKAR, 2022). The Brazilian magazine *Exame* highlighted in 2022: "As Brazil's biggest supporter in the World Cup, Indians make official music to support the national team; see the music video" (EXAME, 2022).

While there are several Brazilian players in Indian teams (Zico even coached a team from Goa), there are also female players now. The Indian club Odisha FC announced in February 2023 the signing of a contract with Cynthia Marcondes dos Santos, 26, for the Indian Women's League season: she is the first Brazilian woman to play in this tournament in India, as published *The Hindu* newspaper (2023).

In India, where *kalaripayattu* is the most famous, very traditional martial art, Brazilian *capoeira* has been conquering people's hearts, with academies in various parts of the country. The Center for Capoeira India, one of the most famous, has its headquarters in Mumbai, and its Indian masters adopt Brazilian nicknames such as professor Baba, instructor Cabeça, instructor Capitão, assistant Choco, and assistant Pimenta.

Opened in 2005, the Centre for Capoeira India today provides lessons not only in its classrooms, but to schools all over India that want to adopt *capoeira* into their curriculum. "*Capoeira* is the most beautiful sport and the most complete art form in the world. [...] *Capoeira* is not just a physical movement and training routine. *Capoeira* also trains your mind. *Capoeira* feeds your soul." says the message on the Centre for Capoeira's website (CFCI, 2023). The annual *capoeira* graduation is called "batizado". Indian students learn other words of Brazilian Portuguese, as well as details of our Brazilian culture connected to *capoeira*. As the founders of the school state on their website:

> Understanding songs in *capoeira* is a good way to grasp and put into some historical context early Brazilian

> life and history. If one can identify with the music on a personal level, it goes a long way in adopting the vital heritage in the maintenance of *capoeira* as a cultural force. The songs of *capoeira* partly play the role of cultural guide and teacher (CFCI, 2023).

The Brazilian flag is displayed on the classroom wall. Afro--Brazilian *capoeira* instruments are made in India.

In August 2022, a festival brought together *capoeira* students from all across India in Mumbai, formerly Bombay and now the country's financial capital. The event was organized by a famous master nicknamed Sucuri, founder of the Capoeira Academy: "We want to celebrate the similarities that exist between both cultures. Brazilian and Indian cultures fit together in the way we think and strive," he told *Hindustan Times*, in an interview with Abigail Banerjee, author of the article "A Brazilian Twist in the Tale", published on April 28, 2022.

The Brazilian carnival is famous in India, but it has its own version in Goa with Brazilian elements, such as Rei Momo, who opens the festivities, as detailed in the newspaper *O Globo* in 2007: "India celebrates carnival with Rei Momo, costumes and parade." The first Consul General of Brazil in Mumbai, Paulo Antonio Pereira Pinto, dressed as Vasco da Gama, participated in the Goan carnival in 2008, with the theme "Discovery of Brazil: common heritage and cooperation for the future", as published in *The Indian Express* (NAYAK, 2008).

Just as in Brazil the *sitar* and tales such as Ravi Shankar are synonymous of India for audiences more in tune with the Indian culture, in India the most famous Brazilian musical products are *samba* and *bossa nova*. But recent initiatives of musical and dance mixtures suggest that experiments of this kind can also contribute to attract attention of both audiences to the cultures of both countries.

The Sangham Project was an instance of those initiatives in 2020 and 2021, aiming the fusion of Indian and Brazilian music, developed by the Brazilian Embassy in India, under the management of Ambassador André Aranha Corrêa do Lago, with the participation of composer and pianist Bianca Gismonti and percussionist Julio Falavigna. They gave a long interview for the Indian culture website *Beco da Índia*, in partnership with TV BRICS (2020). The website, which was active in 2020 and 2021, went out of business in 2022, but publications about their stories are available on their Facebook[2] and Instagram[3] pages. Several articles from *Beco da Índia* were reprinted at the time of its operation by the *Revista Intertelas*[4] website and the New York-based newspaper *The Indian Eye*[5]. The interview of Bianca and Júlio – Brazilians closely connected to various aspects of Indian culture, such as yoga – was reproduced in English by *The Indian Eye*, in January 2021: "Sangham Project: where Brazilian and Indian music meet, mix, and flow in the same river" (COSTA, 2021).

In the last 15 years, Brazilian models and actresses started to participate in Bollywood movies – the world's largest film industry –, based in Mumbai. Some have stood out in the country's media, such as Giselli Monteiro, who surprised the audience as a typical girl from Punjab in the movie *Love Aaj Kal*, by filmmaker Imtiaz Ali, in which she acted with stars Saif Ali Khan and Deepika Padukone, as reported by the *Hindustan Times* newspaper in the article "Brazil Storms Bollywood", in 2013 (SINGH, 2013).

Bollywood usually shoots in different countries while making big productions, but only once has the Indian film industry chosen Brazil as a setting. It was in 2006, with the movie *Dhoom 2*, starring three of India's most popular actors at the time: Aishwarya Rai

2 Facebook ID: becodaindia.

3 User: @becodaindia.

4 Available at: <https://revistaintertelas.com/>.

5 Available at: <https://theindianeye.com/>.

(former Miss World), Hrithik Roshan, and Amitabh Bachchan. The stars acted on the streets of Rio de Janeiro and in the movie it is possible to see images of the Aterro do Flamengo, Copacabana beach, and downtown Rio, with the Municipal Theater in the background. Carnival performances mixed with *capoeira* provide the Brazilian spice in the film. In the story, Aishwarya Rai plays a policewoman disguised as a bandit to dismantle a gang, but falls in love with the gang's leader, played by the handsome Hrithik Roshan (COSTA, 2020).

India in Brazil

The attractiveness of Indian culture in Brazil is also increasingly evident and was the subject of the lecture "From Soft Power to economic and political gains: India's engagement with Brazil and the South American region" organised in 2019 by the India Foundation Soft Power Center, based in Chennai, the capital of the state of Tamil Nadu. The journalist Shobhan Saxena, who was the first correspondent of India in Brazil, and president of the Association of Indians of São Paulo, highlighted that India has a strong and positive image in Brazil. The event was reported in Portuguese in *Beco da Índia* and reproduced by *Revista Intertelas* (INTERTELAS, 2019).

Brazil's street *Carnaval* opened its doors to Bollywood and its music in 2016, when the Bollywood Parade took place for the first time in São Paulo, playing the main musical hits of Indian movies and leading a few hundred Brazilians and Indians living in the São Paulo capital, as well as people from different states, to sing and dance along with the sound. The innovative Indian *Carnaval* in the financial heart of Brazil ended up being nicknamed *sambra* in the second year of the Bollywood Parade in 2017, a reference to the mixture of samba with bhangra, a style of music and dance from Punjab, in northern India. The neologism was adopted by the Indian website

Scroll, which published the article "Bhangra in Brazil – At *Carnaval*, São Paulo did the samba to the sounds of Punjab" (SAXENA, 2017).

The parade, created by Shobhan Saxena, an Indian journalist living in Brazil, and also by me, earned the spotlight of the Brazilian media with newspapers, websites, and TV stations covering the Indian carnival in Brazil. Members of the Bollywood parade called to participate in the program *Encontro com Fátima Bernardes*, on TV Globo, where they taught Indian dance steps to actress Leandra Leal (GLOBOPLAY, 2017). The newspaper *O Estado de S. Paulo* published a full page on the street parades of São Paulo, highlighting mainly Bollywood in an article under the title "De Emo a Bollywood, folia nas ruas tem opções para todo gosto" (From Emo to Bollywood, parties on the streets have options for all kinds of taste) (DIÓGENES; PAES, 2018). The website UOL, on its column "Babel Paulistana", also reported the Indo-Brazilian mix in São Paulo's folia (MANTOVANI, 2020).

In the first year of the parade, the Secretary of Culture of the city of São Paulo, Nabil Bonduki, posted on his social networks: "Our *Carnaval* has everything! Bollywood, the first Indian street parade in the land of Piratininga, now goes through the downtown streets" (COSTA, 2016).

In 2020, when the last *Carnaval* before Covid-19 happened, the Bollywood parade celebrated the most famous Indian figure in Brazil and in the world: Mahatma Gandhi, within the celebrations of the 150th anniversary of his birth, with support from the Consulate General of India in São Paulo and the Swami Vivekananda Cultural Center, which promotes Indian culture in Brazil. The parade was an opportunity to promote to Brazilians the term *ahimsa*, or "non--violence", as preached by the pacifist leader who led the process of independence of India (COSTA, 2020).

At the Bollywood parade, the India-Brazil fusion experiment reveals itself to be promising: Indian songs, sung in Hindi, are accompanied by *Cherateria*, the drums of physics students from the University of São Paulo (USP). Since then, more and more Brazilian partygoers are dressing up in Indian clothes or improvising costumes. Those who know Bollywood songs repeat the choruses of the lyrics in Hindi, the language spoken in Bollywood movies.

For the India Foundation Center for Soft Power, the organic growth of the Bollywood Parade illustrates the potential of Indian music, dance, and apparel in attracting people, as stated in the article *Cultural Cooperation between India and Brazil*, April 10, 2023, published on the *Diplomacy Beyond* website (NATARAJANA, 2023).

The Indian presence in Brazilian *Carnaval* occurred for the first time in 1949, one year after Brazil recognized India as an independent country, the first in Latin America to do so. The Filhos de Gandhy (Sons of Gandhi) Parade, led by a group of workers and artists, including composer and singer Gilberto Gil, went out for the first time that year on the streets of Salvador, Bahia. The group was inspired by the principles of Gandhi, who was assassinated in January 1948.

Since 2016, Indian media started reporting about the Indian spice in Brazilian *Carnaval*, and the word *bloco* (parade) became better known in the Asian country that previously only had seen footage of the luxurious parades in Rio de Janeiro's Sambódromo on TV and did not know about these improvised popular parties on the streets all over Brazil. Sanya Jain wrote on the website of India's *NDTV* on March 2, 2017:

> And happiness indeed is what you will experience when you watch these videos of Bollywood-style dancing and bhangra at the Brazilian Carnival. The seamless fusion of two different cultures, with Brazilian drummers

> playing samba and people dancing to the tunes of "Nagada sang dhol", makes for a must-watch (JAIN, 2017).

Brazil's *Carnaval* parades have already become part of the tourism circuit, and Bollywood has not gone unnoticed by foreign travel bloggers. On the *Culture Trip* website, an article about the Brazilian festivity, published on March 23, 2018, stated, "A good carnival in São Paulo is a truly unforgettable experience. Where else would you spend your morning dancing bhangra alongside Bollywood dancers?" (MARSHALL, 2018).

In the first Bollywood parade, the most played song was, purposely, *Beedi Jalayi Le*, so that the crowd would remember the soap opera *Caminho das Índias*, from TV Globo, one of the biggest hits of Brazilian TV. The song, a total success in India, was the opening theme of the soap opera. *Beedi*, in fact, is one of the main songs of the movie *Omkara*, an adaptation of Shakespeare's *Othelo*. The Brazilian soap opera featured a romantic drama – filled with stereotypes, just like Bollywood films – involving arranged marriages, castes, and other elements of Indian society. *Caminho das Índias*, which won the best telenovela award at the 2009 International Emmy Awards, was the cultural product that brought Brazilian and Indian societies closer. The soap opera made India part of the Brazilian imagination and also introduced expressions and terms in Hindi, such as Are Baba ("Oh, man!"), Baguan Kelie ("Dear God"), Namastê ("The God in me greets the God in you"), among others.

The Sunday edition of *Times of India*, the country's leading English-language newspaper, published an article on March 1, 2009, signed by Saira Kurup, describing how a Brazilian soap opera with a formula similar to Indian soap operas (called *Saas-bahu*, or mother-in-law/daughter-in-law conflicts) became a fever for India in the land of samba (KURUP, 2009).

When Bollywood completed a century of existence in 2013, the University of São Paulo organized a tribute: the exhibition *100 Years of Indian Cinema*, with movie sessions at CINUSP followed by lectures about the films. The event was promoted by the Faculty of Philosophy, Literature and Human Sciences (FFLCH-USP), with support from the Swami Vivekananda Cultural Center, under the direction of the Indian Council for Cultural Relations[6].

A 2009 Brazilian film also brought Bollywood into the Brazilian imagination. *Bollywood Dream* was directed by the filmmaker Beatriz Seigner, passionate about Indian culture, especially classical dance, which she had studied as a teenager. The plot of the film narrates the story of three Brazilian friends who seek an opportunity in Bollywood, but until they arrive in Mumbai they go on a journey through India (COSTA, 2020). There are several volunteer groups dedicated to the translation of subtitles of Indian cinema hits on social networks.

Another element of Indian culture that captivated Brazilians was *Holi*, or Spring Festival, in which people throw powdered or liquid ink at each other. The festival is very reminiscent of street *Carnaval* and has joined the calendar of events in Brazil (RODRIGUES, 2015).

There are *Holi* organised by Brazilians, which is more similar to a rave, and the traditional *Holi*, organised by the Indian community of São Paulo, represented by the Association of Indians of São Paulo. This cultural parallelism inspired the publication of a photography book of *Holi* in India, taken by the Brazilian photographer Ailton Santos, and of the *Carnaval* in Brazil taken by Indian photographer Natasha Hemarajani. The book, titled *The Aesthetics of Joy: Holi and Carnaval*, released by the Brazilian Embassy in India in 2018, features the two professionals' reports about their experiences in countries previously unknown to them. The ambassador at the time, Tovar da

6 Available at: <https://www.iccr.gov.in/home>.

Silva Nunes, highlighted in the introduction of the book that the photos reveal strangeness and familiarity at the same time:

> These are images that discuss not only the celebrative, musical and exuberant nature of Indian *Holi* and Brazilian *Carnaval*, but also the use of public space, the role of women, the space for speech and also of repression (SANTOS; HEMARAJANI, 2018, p. 10).

Natasha says she didn't expect to feel so welcomed in Brazil, which happened due to the familiarity of the Portuguese architecture present in Goa and the concept of "sossegado", a Portuguese word known in India since the time Portugal colonized that region on the Indian West Coast. *Sossegado*, for her, is a common element between Brazil and coastal India:

> Brazil stole my heart. During my travels throughout the country, I met so many wonderful and friendly people, people who welcomed me into their homes and shared their lives with me as if I were part of their community. Even the scattered slums in the hills of Rio seemed as familiar as the *chawls* [tenements] of Bombay. There is a great similarity in the construction of urban areas without land planning in both countries (SANTOS; HEMARAJANI, 2018, p. 18).

Natasha also remarked how music, especially with percussion, is a fundamental element in both cultures:

> I loved to notice how *Carnaval* music is so singularly local and Brazilian: samba, bossa nova, *maracatu*, *frevo*, and other typically national Afro-Brazilian drum styles. The closest thing to this in India is the *dhol*, the drums that accompany festivals and street

> celebrations, playing local rhythmic music (SANTOS; HEMARAJANI, 2018, p. 24).

She emphasized that she perceived the strong family ties that exist in Brazil, a central aspect of Indian society. Ailton also felt the parallels between the two festivals: "*Holi* brings the same frenetic feeling *Carnaval* does, many people, many colours, and even the feeling of fragility and fear in certain moments." (SANTOS; HEMARAJANI, 2018, p. 24).

Indian spirituality and religious traditions, in addition to practices such as yoga and meditation, are the strongest aspects of the cultural presence of India in Brazilian society, as highlighted by Roberto Rodolfo Georg Uebel in the article *Crossing Artha: the India-Brazil migration and the possibilities of cooperation*, chapter 1 of the book *Brazil-India Relations Beyond 70 Years*, released in 2019 by the Alexandre de Gusmão Foundation:

> The increase in the number of Indian spiritual and cultural practices sympathizers in Brazil is related to the assimilative character of the Brazilian society in relation to foreign cultures. In the last three decades, there has been a boom of cultural centers, restaurants and schools of Japanese, Chinese, Thai and other origins in Brazil. In this context, Indian immigrants have been instrumental in spreading yoga and Indian business mainly related to the immigration of technology professionals. Cultural phenomena, such as soap operas, books, and cinema, have also contributed to the increasing interest of the Brazilian society in India and its cultural, religious and spiritual practices. (UEBEL, 2019, p. 39).

He further noted that:

> [...] spiritual projects are acquiring more and more supporters in Brazilian society; and it is precisely Indian immigrants who are leading this spiritual and technological revolution in the country. The exchange of yoga and alternative medicine enthusiasts and professionals has gained a new impulse within BRICS (op. cit., p. 43).

Gloria Arieira, a Brazilian from Rio de Janeiro who teaches Advaita Vedânta philosophy and Sanskrit, and the Argentinean Lia Diskin, who has lived in Brazil for years and spreads Mahatma Gandhi's philosophy of non-violence, were awarded with the highest honour of the Indian government on January 25, 2020. Lia Diskin, who established the Palas Athena[7] study centre in São Paulo, translated and edited Mahatma Gandhi's *The Story of My Experiments with Truth*. Gloria Arieira, who established in Rio de Janeiro the Vidya Mandir[8] Centre, has translated to Portuguese texts written in Sanskrit, such as Bhagavagita and Upanishads (THE FEDERAL NEWS, 2020). There are numerous other Indian spiritual organizations in Brazil, such as the Hare Krishna Centre for Bhakti Yoga (ISKON), Ramakrishna Mission and Brahma Kumaris.

One of the traditions India has been seeking to promote more globally is that of Ayurvedic Medicine, which also receives a strong welcome from Brazilians. The Unified Health System (SUS) has adopted, in addition to Aiurveda, yoga and meditation as complementary integrative health practices (BRASIL, 2022).

A lot has been shared between India and Brazil in the academic field, by official initiatives, as at University of São Paulo (USP) and Fundação Getulio Vargas, and even independent ones. An example

7 Available at: <https://www.palasathena.org.br/>.

8 Available at: <https://www.vidyamandir.org.br/>.

of an independent initiative was the creation a few years ago of the BrInDARC (Brazil, India, Association of Knowledge Networks) study group. The 1st Journey of this association, which brought together in Brazil academics from India in all areas of knowledge, took place in 2015 (INTERTELAS, 2015). The most recent official initiative that seeks to enhance academic ties between the two countries was the inauguration of the India Corner at USP on August 18, 2022. The website is dedicated to the promotion of Indian culture and presents information on exchanges and research in the country.

India and the Brazilian Intellectuality of the 20th century

The relations between Brazil and India – as colonies – have started long ago: since the 16th century. But it was in the mid--twentieth century that some distinguished members of the Brazilian intellectual community, such as Gilberto Freyre and Cecília Meireles, began to promote ideas and works related to three iconic figures in India's history: Mahatma Gandhi; Rabindranath Tagore, the Bengali poet awarded the Nobel Prize for Literature in 1913; and Sarojini Naidu, the poet and most famous woman activist for India's independence.

In the book *China Tropical*, written by Gilberto Freyre, the academic Vamireh Chacon, professor emeritus of the University of Brasilia, writes in the introduction of the book that among Freyre's orientalist readings, the ones that lingered on his memory were Tagore's. Freyre, according to Chacon, "was the first social scientist and writer in Brazil to feel and study the Orient" (CHACON, 2011, p. 12). He met the thought of the author of Gitanjali (a collection of poetry that gave Tagore the Nobel Prize) in the 1920s, when he was at Columbia University. The record of this contact of Freyre with Tagore, "eugenic figure of aristocratically swarthy elder" (op. cit., p. 14), is in the book *Dead Time and Other Times* (1975).

Who awoke Freyre's interest in Tagore and the desire to visit India, which he did in the 1950s, was Sarojini Naidu, whose verses were read by the Brazilian intellectual at the age of 19. Another important figure of Indian independence that fell into Freyre's taste was sociologist Radhakamal Mukerjee (1889-1968), for his ecological thinking, also advocated since 1937 by the Brazilian sociologist (CHACON, 2011, p. 16). In his lecture at the Royal Bombay Asian Society, Freyre stated that: "[...] Brazil has much to learn from the Indians" and "[...] something could, perhaps, India – today equal to Brazil in political status – absorb from the Brazilians" (CHACON, 2011).

Even more famous among Brazilians is the passion that India sparked in the writer Cecília Meireles, also a great admirer of Gandhi, to whom she dedicated several poems and articles. In 1948, after finding out about his assassination, Meireles wrote *Elegia sobre a morte de Gandhi*. The poem was translated in India and ended up leading the then Prime Minister Jawaharlal Nehru to invite her to visit the country in 1953 (MEIRELES; SEFFRIN; NETO, 2014). The trip was productive and resulted in poems, chronicles, and essays about every place she visited in India and the people she met or admired. In the book *Poemas escritos na Índia*, first published in 1961, there is a poem to Sarojini Naidu, a great feminine symbol that influenced the Brazilian's work (REIS, 2022):

> Passei por aqui
>
> Como já não podes ver o que eu estou vendo
>
> Vejo por ti
>
> Sedas Vermelhas para Sarojini!
>
> Tudo quando amavas, tudo o que cantavas encontrei aqui
>
> Ouro, prata, véus, marfim, bogari

Colares de flores para Sarojini!
Lembrei-me de versos que um dia escreveste
E que um dia liLembrei-me de ti
Cantai, pregoeiros, para Sarojini!
Tudo é teu, aqui
(Falo para aquele rouxinol da Índia que não conheci)
Incensos, queimai-vos para Sarojini!
Ao mundo que habitas, tão fora daqui
Vão minhas saudades, pássaros da ausência
Sonhando por ti.
Brilhai, luzes de ouro, para Sarojini!
(MEIRELES, 1961)[9]

For the magazine *Opiniães*, produced by Brazilian literature students at USP, Ana Amélia Batista dos Reis wrote the article *Cecília Meireles and Sarojini Naidu: Nightingales from Brazil and India*, in which she claims that Cecília's work detaches itself from the Brazilian thinking, so oriented by the tradition of European writers, and begins a dialogue with a country that, like Brazil, is scarred by colonial history, which can contribute to the reflection on the Brazilian reality itself (REIS, 2022).

During her visit to India, Cecília Meireles was given the title of doctor *honoris causa* by the University of New Delhi. The Indian Nobel Prize winner was also honoured by Meireles in *Cançãozinha para Tagore* (A Little Song for Tagore). The Brazilian writer's enthusiasm was such that she even organized a performance of Tagore's play

9 I've been here/Since you cannot see what I can/I see for thee/Red silk sarees to Sarojini!/All you loved, all you sung I've found here/Gold, silver, ivory, veils, bogari/Flower necklaces to Sarojini!/I remember verses you once wrote/And I once read/I remeber thee/Oh sing, vendors, to Sarojini!/All is yours here/(I mean that Indian nightingale I didn't meet)/Burn, incense sticks, burn for Sarojini!/To the world you inhabit, so far from here/go my longings, birds of absence/dreaming of thee./Oh shine, golden lights, to Sarojini! (tradução nossa).

O Carteiro do Rei (The Post Office), in 1949, at the Municipal Theatre of Rio de Janeiro.

In the book *Crônicas de viagem 3*, Cecília draws a comparison between India and Brazil by highlighting the landscapes that she could not forget because they were "so similar to those of Brazil" (MEIRELES, 1999). On page 229, there is a concrete reference of this similarity observed by the Brazilian poet, when she refers to a wide avenue in Mumbai that surrounds the Arabian Sea: Marine Drive, the postcard of the financial capital of India. For her, the immense curve of Marine Drive by the sea transformed it into an Indian version of Botafogo Beach (RJ). Indian spirituality touched her in a more special way:

> Bless India, a country that has given the world so many spiritual values, even if they are mostly unknown to the West! Two, at least, have become universalised: the one from the past was called Siddharta Gautama, and he was Buddha; the one from the present was called Mohandas Karamchand Gandhi; and it doesn't matter that both have disappeared, because we feel and see them in the face and soul of this people (MEIRELES, 1999, p. 67).

Cecília Meireles' conclusion in the book *Crônicas de viagem 2* is interesting:

> [...] it is easier to understand the East if one knows Brazil, whose problems are curiously similar (struggle for the establishment of a nationality, urgency to adapt to international circumstances, use of its resources, racial setbacks, consolidation of the economy, educational projects), except when it comes to their respective ages, and the date of their independence (MEIRELES, p. 48).

Cecília's sensibility touches a crucial point, much more evident today than it was in her days: the possibility of a more refined mutual understanding between two societies that face similar challenges and realities. The Brazilian perspective on India and the Indian perspective on Brazil intersect, and the dialogue becomes much easier. The cultural, sportive and academic exchanges reverberate positively in the commercial and economic terrain. All these official and unofficial initiatives of mutual approach of civil society actors from both countries work as bridges between these two emerging countries from the Global South that share mutual interests in many fields and seek to strengthen their role and their voice in the world.

Even with all the cultural clashes from both sides, with their geographic longitude, with their very different languages, and with their specific traditions, the similarities – when worked as an instrument of proximity – shorten distances. It is *samba* in tune with *bhangra*. It is the parade drums playing for *dhols*. It is *Holi* provoking the street carnival. It is *capoeira* playing with the *kalaripayattu*. It is soccer winning the hearts of cricket lovers. It is Bollywood dramas playing against Brazilian soap operas. It is Cecília dedicating poetry to Sarojini. It is the Sons of Gandhy singing the *ahimsa*. It is yoga infusing the Brazilian soul. It is the *jeitinho* winking at *jugaad*.

REFERENCES

2023 WORLD POPULATION REVIEW, World Population by Country. Available at: <https://worldpopulationreview.com/countries>. Last access on: 9 May 2023.

A Índia desfruta de uma imagem forte e positiva no Brasil. *Revista Intertelas,* 2019. Available at: <https://revistaintertelas.com/2019/10/08/a-india-desfruta-de-uma-imagem-forte-e-positiva-no-brasil/>. Last access on: 15 May 2023.

A rede brasileira BRICStreet lançou o projeto educacional "Beco da India". *TV BRICS*, 2020. Available at: <https://tvbrics.com/pt/news/a-rede-brasileira-bricstreet-lan-ou-o-projeto-educacional-beco-da-india-/>. Last access on: 14 May 2023.

ANUJA, Simone; PRABHU, Jaideep; RADJOU, Navi. *Jugaad Innovation:* a Frugal and Flexible Approach to Innovation for the 21st Century. San Francisco: Random House India, 2012.

ARE baba! Relembre as expressões de "Caminho das Índias". *Gshow*, 2015. Available at: <https://gshow.globo.com/tv/noticia/2015/07/relembre-expressoes-de-caminho-das-indias-are-baba.html>. Last access on: 15 May 2023.

ARGENTINA or Brazil? Football fans in India hedge their bets. *Aljazeera*, 2022. Available at: <https://www.aljazeera.com/sports/2022/11/21/keralas-unique-love-for-world-cup>. Last access on: 14 May 2023.

BANERJI, Abigail. A Brazilian Twist in the Tale. *Hindustan Times,* 28 Apr. 2022. Available at: <https://www.hindustantimes.com/lifestyle/art-culture/a-brazilian-twist-in-the-tale-101651121163204.html>. Last access on: 22 May 2023.

BRASIL. *Início da presidência brasileira do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul – IBAS,* 3 March 2023. Available at: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/inicio-da-presidencia-brasileira-do-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas>. Last access on: 9 May 2023.

BRASIL. *Técnicas da medicina tradicional, como homeopatia, meditação e yoga podem ser encontradas no SUS,* 3 Oct. 2022. Available at: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2022/10/tecnicas-da-medicina-tradicional-como-homeopatia-meditacao-e-yoga-podem-ser-encontradas-no-sus>. Last access on: 15 May 2023.

BRAZIL storms Bollywood. *Hindus Time*, 2013. Available at: <https://www.hindustantimes.com/bollywood/brazil-storms-bollywood/story-2UuWNltboXrceiYLYVCtBM.html>. Last access on: 14 May 2023.

CFCI – Centre for Capoeira India. Available at: <https://www.capoeiraindia.in/about-centre-for-capoeira-india/>. Last access on: 14 May 2023.

CHACON, Vamireh. Introdução. In: FREYRE, Gilberto. *China tropical*. 2a ed. São Paulo: Global, 2011.

COSTA, Florência. Como o Brasil apareceu nas telas de Bollywood? *Revista Intertelas*, 2020. Available at: <https://revistaintertelas.com/2020/02/14/como-o-brasil-apareceu-nas-telas-de-bollywood/>. Last access on: 14 May 2023.

COSTA, Florência. A Índia é verde-amarela. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 Jun. 2006, p. 10.

COSTA, Florência. Indianos dançam "bhangra" na democracia carnavalesca paulistana. *Vermelho*, Brasília, 13 Feb. 2016. Available at: <https://vermelho.org.br/2016/02/13/indianos-dancam-bhangra-na-democracia-carnavalesca-paulistana/>. Last access on: 15 May 2023.

COSTA, Florência. *Os indianos*. São Paulo: Editora Contexto, 2012, p. 241.

CULTURA indiana inspira bloco em São Paulo. *Globoplay*, 2017. Available at: <https://globoplay.globo.com/v/5676252/>. Last access on: 15 May 2023.

DA Índia para o Brasil: Conheça os Festivais Holi. *Projeto Pulso*, 2015. Available at: <https://projetopulso.com.br/da-india-para-o-brasil-conheca-os-festivais-holi/#.ZGJ4BXbMJPY>. Last access on: 15 May 2023.

DIÓGENES, Juliana; PAES, Marcela. De emo a Bollywood: folia nas ruas tem opções para todo gosto. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 Feb. 2018. Available at: <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/de-emo-a-bollywood-folia-nas-ruas-tem-opcoes-para-todo-gosto/>. Last access on: 15 May 2023.

FREYRE, Gilberto. *China tropical*. São Paulo: Global Editora, 2011.

GRUPO de estudos BrInDARC completa cinco anos e faz uma ponte acadêmica entre Brasil e Índia. *Revista Intertelas*, 2021. Available at: <https://revistaintertelas.com/2021/02/25/grupo-de-estudos-brindarc-completa-cinco-anos-e-faz-uma-ponte-academica-entre-brasil-e-india/>. Last access on: 15 May 2023.

ÍNDIA comemora o carnaval com Rei Momo, fantasias e desfile. *G1*, 2007. Available at: <https://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1460482-5602,00-INDIA+COMEMORA+O+CARNAVAL+COM+REI+MOMO+FANTASIAS+E+DESFILE.html>. Last access on: 15 May 2023.

INDIA honours 2 Brazilian women with Padma Shri. *The Federal News*, New Delhi, 26 Jan. 2020. Available at: <https://thefederal.com/news/india-honours-2-brazilian-women-with-padma-shri/#>. Last access on: 15 May 2023.

IWL: Odisha FC Women signs Brazilian Cynthia for the upcoming Indian Women's League season. *The Hindu*, 2023. Available at: <https://sportstar.thehindu.com/football/odisha-fc-women-signs-brazil-footballer-cythia-for-indian-womens-league-iwl-2023/article66532113.ece>. Last access on: 14 May 2023.

JAIN, Sanya. Bollywood In Brazil: When Indians Took To The Carnival In Sao Paulo. *NDTV*, 2017. Available at: <https://www.ndtv.com/offbeat/bollywood-in-brazil-when-indians-took-to-the-carnival-in-sao-paulo-1665297>. Last access on: 15 May 2023.

KURUP, Saira. Indian Soap Sizzles on Brazilian TV. *The Times of India*, 1 Mar. 2009. Available at: <https://timesofindia.indiatimes.com/india/indian-soap-sizzles-on-brazilian-tv/articleshow/4206656.cms>. Last access on: 26 Jul. 2023.

MAIOR torcida do Brasil na Copa? Indianos fazem música oficial para apoiar a seleção. *Exame*, São Paulo, 5 Dec. 2022. Available at: <https://exame.com/esporte/maior-torcida-do-brasil-na-copa-indianos-fazem-musica-oficial-para-apoiar-selecao-veja-o-clipe/>. Last access on: 9 May 2023.

MANTOVANI, Flávia. Bloco Bollywood mistura samba com cultura indiana no Carnaval de rua de SP. *Folha de S. Paulo*, 2020. Available at: <https://babelpaulistana.blogfolha.uol.com.br/2020/02/15/bloco-bollywood-mistura-samba-com-cultura-indiana-no-carnaval-de-rua-de-sp/>. Last access on: 15 May 2023.

MARSHALL, Euan. The Ultimate Guide to São Paulo's Carnival. *Culture Trip*, 2018. Available at: <https://theculturetrip.com/south-america/brazil/articles/ultimate-guide-sao-paulos-carnival/>. Last access on: 15 May 2023.

MATTOO, Shashank. Members Keen to Revitalize India-Brazil-SA Forum. *Mint,* 17 Apr. 2023. Available at: <https://www.livemint.com/news/world/india-brazil-and-south-africa-to-revive-dormant-ibsa-forum-increase-diplomatic-focus-ibsa-diplomacy-brics-emergingeconomies-11681753095941.html>. Last access on: 26 July 2023.

MEIRELES, Cecília. *Poemas escritos na Índia*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1961.

MEIRELES, Cecília. *Crônicas de viagem*, v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

MEIRELES, Cecília. *Crônicas de viagem*, v. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

MEIRELES, Cecília; NETO, Afonso Henrique; SEFFRIN, André. *Poemas escritos na Índia*, 2014, p. 12. São Paulo: Global Editora.

MEMBERS keen to revitalize India-Brazil-SA forum. *Mint*, 2023. Available at: <https://www.livemint.com/news/world/india-brazil-and-south-africa-to-revive-dormant-ibsa-forum-increase-diplomatic-focus-ibsa-diplomacy-brics-emergingeconomies-11681753095941.html>. Last access on: 15 May 2023.

NATARAJAN, Priyadarshini. Cultural Cooperation between India and Brazil. *Diplomacy and Beyond*. Noida, 10 Apr. 2023. Available at: <https://diplomacybeyond.com/cultural-cooperation-between-india-and-brazil/>. Last access on: 15 May 2023.

NAYAK, Rayak. Samba troupe to spice up Goa Carnival. *The Indian Express*, 2 Feb. 2008. Available at: <http://archive.indianexpress.com/news/samba-troupe-to-spice-up-goa-carnival/268131/>. Last access on: 10 May 2023.

REIS, Ana Amélia Neubern dos. Cecília Meireles e Sarojini Naidu: rouxinóis do Brasil e da Índia. *Opiniães,* São Paulo, 7 Jul. 2022: Available at: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-8133.opiniaes.2022.197433>. Last access on: 15 May 2023.

SANGAM Project: Where Brazilian and Indian music meet, mix and flow in the same river. *The Indian Eye*, 5 Jan. 2021. Available at: <https://theindianeye.com/2021/01/05/when-brazilian-and-indian-music-flow-in-the-same-river/>. Last access on: 14 May 2023.

SANTOS, A.; HEMARAJANI, N. *The Aesthetics of Joy*: Holi and Carnival, Mumbai, Embassy of Brazil in India, 2018.

SAXENA, Shobhan. Bhangra in Brazil: At Carnival, Sao Paulo did the samba to the sounds of Punjab. *Scroll.in*, 1 May 2017. Available at: <https://scroll.in/magazine/830636/bhangra-in-brazil-at-carnival-sao-paulo-did-the-samba-to-the-sounds-of-punjab>. Last access on: 15 May 2023.

SHANKAR, Priyjanka. Why Indians love World Cup football, even without India in it. *Al Jazeera,* 16 Dec. 2022. Available at: <https://www.aljazeera.com/news/2022/12/16/why-indians-remain-ardent-football-fans>. Last access on: 26 Jul. 2023.

SINGH, Prashant. Brazil storms Bollywood, *Hindustan Times*, 12 Aug. 2013. Available at: <https://www.hindustantimes.com/bollywood/brazil-storms-bollywood/story-2UuWNltboXrceiYLYVCtBM.html>. Last access on: 25 Jul. 2023.

THE Ultimate Guide to São Paulo's Carnival. *Culture Trip*, 2018. Available at: <https://theculturetrip.com/south-america/brazil/articles/ultimate-guide-sao-paulos-carnival/>. Last access on: 15 May 2023.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. Cruzando Artha: a migração Índia-Brasil e as possibilidades de cooperação. In: Relações Brasil-Índia além dos 70 anos. Brasília: FUNAG, 2019.

UMA repórter do Globo na Índia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 Jun. 2006.

UNITED NATIONS. *UN DESA Policy Brief No. 153: India overtakes China as the world's most populous country*, 2023. Available at: <https://www.un.org/development/desa/dpad/publication/un-desa-policy-brief-no-153-india-overtakes-china-as-the-worlds-most-populous-country/>. Last access on: 9 May 2023.

BRAZIL-INDIA RELATIONS: BACKGROUND AND PERSPECTIVES ON THE DISCOVERY OF THE OTHER

Erik Herejk Ribeiro[1] and Maíra Baé Baladão Vieira[2]

Introduction

When we observe the panorama of Brazil and India's foreign relations, another bilateral partnership with so much potential to be discovered and explored is yet to be found. In an increasingly chaotic and unbalanced world, the two emerging powers have been positive forces towards the construction of a multipolar order and international cooperation for development. It is therefore striking that despite the exponential advances of globalization and technological transformation, Brazil and India are still relatively foreign and exotic to one another.

The purpose of this study is to shed light on historical and contemporary milestones in Brazil-India relations, while offering our insight on paths to be taken in the coming years. Professor Varun Sahni (2015) highlights that both India and Brazil consider themselves as the countries of the future, destined for international prominence and overcoming their socioeconomic difficulties. On

1 Senior Researcher at the South American Institute of Politics and Strategy (ISAPE) and Associate Researcher at the Brazilian Center for Strategy and International Relations (NERINT). PhD in International Strategic Studies from the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). Visiting Researcher at the Institute for Defence Studies and Analyses (IDSA) in New Delhi (India) 2017.

2 PhD in Political Science from the Federal University of Rio Grande do Sul-UFRGS (2012) and Master in International Relations from UFRGS (2007), she has a specialization in Social and Cultural Projects from UFRGS (2004) and a degree in Foreign Trade from the University of Vale do Rio dos Sinos (2000). She is currently a professor at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Sul and Associate Researcher at the Brazilian Center for Strategy and International Relations (NERINT / UFRGS).

the path to greatness, Brazil and India find similarities in their singularities: large populations and territories, broad cultural, ethnic, and environmental diversity, and democratic and federal political systems. Both see each other as bridges for building relationships with their neighbouring countries, be it India in Latin America or Brazil in Asia.

During the Cold War, Brazil and India had little common ground beyond Third World diplomacy, in which Indian leadership played a prominent role and Brazilian participation was inconstant. After the end of the Cold War, the Indo-Brazilian partnership reached a new alignment with participation in multilateral forums and opened space for a more solid bilateral relationship. Political coordination brought major milestones in the construction of a new international order, marked by the creation of the IBSA (India-Brazil-South Africa) Dialogue Forum in 2003 and the BRICS (Brazil, Russia, India, China, and South Africa) group in the wake of the 2008 Crisis. Currently, beyond immediate diplomatic and economic gains, political elites in Brazil and India also see opportunities to elevate South-South cooperation and exchange complementary knowledge and expertise in various sectors.

The deepening of the Brazil-India partnership means much more than uniting their diplomatic bargaining power vis-à-vis the Great Powers. It means to push together the destiny of greatness of two emerging powers that aspire to a multipolar world, where the imbalance of economic and military power is replaced by cooperation, the promotion of development, and science and technology for the benefit of humanity. Ultimately, Brazil-India relations are part of an effort to reverse the current trend of polarization of the International System, so that the Global South will no longer have its voice silenced as it used to happen during the Cold War period.

This chapter follows with three development sections and final thoughts. In the first section, we provide a brief history of the bilateral interactions between Brazil and India from the Portuguese colonial period until the 1990s, when the first initiatives for a comprehensive bilateral partnership emerged. The second section presents the stage of mutual discovery between the two countries from 2000 to 2018, with the structuring of diplomatic dialogue and the fickle evolution of economic relations and South-South cooperation. The third section analyses the current agenda of the Brazil-India strategic partnership and prospects for advancement. Finally, we conclude with an overall assessment of the study and possible international scenarios that may impact bilateral relations.

Pathways traveled

Pedro Álvares Cabral's voyage had as its primary objective the assertion of Portugal in India and, secondarily, the discovery of Brazil[3]. After this trip, Brazil and India established regular commercial contact. Ships of the "India Route" left Goa, an Indian port, and Indian ships also arrived in Brazil to trade illegally with the settlers. The relations between the two countries were institutionalized by smugglers, as the Portuguese settlers preferred to buy products directly from the East, rather than wait for the mandatory transit through the kingdom and the "House of India" in Portugal.

Despite the adversities and the fines imposed on violators, direct trade between Brazil and India flourished during the colonial period. Smuggling was so frequent and abundant that the Portuguese crown restricted the unloading of ships from the Orient in Brazil only to instances of extreme necessity. These ships also illegally transported Bahian tobacco to the oriental market, receiving boxes of sugar as payment for the freight. The exchange of useful plants

3 Section based on VIEIRA (2009).

and animals was common between the two tropical countries, such as the introduction of cassava and cashews in India, and coconuts and mangoes being brought to Brazil.

The colonial experiences of Brazil and India were contrasting. While India experienced a modest approach with newly arrived merchants in a sophisticated civilization, Brazil established hereditary captaincies and exercised full colonial power. In addition, geopolitical conditions differed. While India became a British possession in the 17th century, Brazil became a primary export economy dependent on English industrial capitalism when the Portuguese royal family arrived in the country in 1808. After the troubled beginning, trade relations between the colonies were accepted by the Portuguese Crown, declining after Brazilian independence.

Indian independence enabled the resumption of bilateral relations between Brazil and India. Those officially began in 1947, when Indian Ambassador Minoo Masani presented his credentials to President Getúlio Vargas in Rio de Janeiro. India established its first Latin American embassy in Brazil in 1948. In 1968, Indian Prime Minister Indira Gandhi visited Brazil, strengthening the ties between the two countries. However, some issues negatively affected bilateral relations. After its independence, India sought Portugal to discuss the issue of Goa, Damão and Diu, but Brazil supported the Portuguese position at the time.

In the decades that followed, the two countries had an intense relationship in the Non-Aligned Movement, led by India and attended by Brazil, which positioned itself as an assiduous observer. Third Worldism, which indelibly occupied the political agenda, did not have a relevant impact on the economic agenda, which contributed to Brazil and India maintaining the distancing that characterized their perceptions for a long time.

The year 1991 marked a turning point for India in terms of its international insertion. With the launching of the New Economic Policy, a radical package of macroeconomic reforms, India sought competitive integration into the global market. This change was motivated both by the new dynamics of the International System and by the macroeconomic problems faced by the country. In this context, India began to show interest in Brazil as part of its global strategy. The country adopted a globalist approach, expanding its international relations and seeking to diversify its foreign trade.

The economic reforms implemented from 1991 onwards have resulted in a significant increase in India's foreign trade. Trade relations between India and Brazil have been influenced by changes in India's trade flow after the dismantling of the Soviet Union. India diversified its trade partners, reducing its dependence on the European Union and increasing its exports to Middle Eastern and East Asian countries.

The rapprochement between India and Brazil was driven by India's interest in finding new markets and overcoming the loss of commercial market territory previously occupied by the Soviet bloc countries. In this context, Brazil stood out as India's most important trading partner in Latin America, and cooperation and exchange initiatives were established between the two countries.

From 1996 on there was a significant increase in bilateral proximity, with India seeking to become more involved with Latin America and Brazil trying to respond to this initiative. In that year, the visit of President Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) to India was considered an important milestone in this phase. FHC's trip marked the beginning of a new dynamic in relations, with Brazil seeking to diversify and intensify cooperation in several areas. The Indian government showed a strong interest in increasing bilateral trade with Brazil and Latin America. The opening of the Indian

Consulate in São Paulo was one of the first steps to promote the commercial relationship. India concentrated efforts in the region as part of its strategy of economic diversification and of reducing the impact of the end of the Cold War. Brazil was considered the most attractive country in Latin America to Indian leaders, and both countries were selected to receive special attention in trade relations.

Trade between India and Latin America increased significantly, mainly due to the joint efforts of the Indian government and the Indian business community. India showed increasing momentum in foreign trade, and the prospect was for a further increase in exports to Brazil and Latin America, driven by India's on-going economic reforms. Bilateral trade between India and Brazil gained relevance, and India was becoming a significant market for Brazil.

Contemporary trajectories (2000-2018)

In analysing contemporary relations between Brazil and India, we also follow the path of the rise of the Global South in the 21st century, led by vibrant emerging powers. Brazil's return to the universalist foundations of its foreign policy went along with the Indian principle of strategic autonomy and the new conception of "multi-alignment", positioning India as a global actor.

The common interest in building a multipolar order added to Brazil's efforts to benefit from the rapid rise of the Asian continent, while India saw Brazil as a bridge to deepen its relations with Latin America. Both also shared the vision of transforming the African continent through trilateral cooperation. The desire and capacity to carry out structural changes were the first meeting point between the two countries, giving rise to the India, Brazil and South Africa Dialogue Forum (IBSA) in 2003, and later to the Brazil, Russia, India, China and South Africa (BRICS) group, consolidated in the wake of the 2008 Global Crisis.

Going beyond a concertation of political interests, Brazil and India have found themselves as important partners for development, deepening their trade and investment relations and establishing a new framework of agreements for scientific and technological cooperation. This process, however, depended on the difficult task of overcoming the geographical, historical and psychological distance between the two countries.

The period from 2000 to 2018, analysed in this section, comprises four Brazilian presidencies and three Indian governments, in addition to the Global Crisis of 2008 and the political crisis in Brazil starting in 2015. It is natural that changes in priorities influence the directions of bilateral relations, which have evolved gradually and intermittently. Nevertheless, the progress is remarkable when we consider the historical tenuousness of Indo-Brazilian ties and the growth of cooperation, consciously driven by elites from all political spectrums, whether progressive, liberal, or conservative.

The 2000s was a phase of *discovery of the other*, facilitated by initiatives from the upper echelons in both countries: between 2003 and 2012, there were more visits by heads of State and government (in addition to ministers and business delegations) than in the entire history of bilateral relations. These efforts were epitomized by the creation of the Brazil-India Joint Commission on Political, Economic, Scientific, Technological and Cultural Cooperation (2002) and the establishment of a strategic partnership in 2006 between President Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) and Prime Minister Manmohan Singh (2004-2014).

The conception of strategic partnership for Brazil and India has two complementary levels of analysis. At the structural level, their shared values include a less unequal political and economic order between North and South, the promotion of democracy and solidarity in overcoming underdevelopment. In the bilateral sphere,

the strategic partnership aims at building long-term relationships, with global relevance and great scope in the cultural, economic, social, technical-scientific, defence and security areas.

In this initial period, two complementary axes guided Indo--Brazilian relations: the trilateral cooperation via the IBSA Forum and the construction of a permanent bilateral agenda. Within the IBSA framework, 16 intergovernmental working groups[4] and six civil society forums were created to identify challenges and offer solutions in different areas. The trilateral agenda also relied on an incipient institutional framework (cooperation agreements) and on ministerial and heads of State meetings. The logic of the Forum, besides providing greater bargaining power vis-à-vis the traditional powers, was to promote socialization among countries that had been until then psychologically distant. However, the emergence of BRICS and the inclusion of South Africa in the group in 2011 relegated the IBSA Forum to a secondary position (STUENKEL, 2014).

In the Brazil-India agenda, areas of economic and technological complementarity have been identified and have begun to receive greater attention, particularly in sensitive sectors for both governments, such as energy and aerospace. We can cite, as examples, investments by the Oil and Natural Gas Corporation (ONGC) in two Brazilian pre-salt oil fields in 2006 and 2007, the cooperation for the sale and transfer of Brazilian ethanol technology to India[5], and the sale of five executive Legacy aircraft by Embraer to the Indian Air Force. In the steel and automotive sector, it is worth mentioning joint ventures made by Gerdau-Kalyani and Marcopolo-Tata in plants located in India.

4 The working groups were divided into the following areas: Agriculture, Science and Technology, Information Society, Health, Energy, Transport (Civil Aviation and Navigation), Culture, Defence, Education, Trade and Investment, Public Administration, Human Settlements, Environment, Tariff and Customs Administration, Social Development, and Tourism.

5 The current agreement in this regard is the Memorandum of Understanding on Technological Cooperation in the Area of Ethanol Blending in Transport Fuels, signed in 2002.

In the space field, bilateral cooperation began with the Memorandum of Understanding on Cooperation in the Field of Outer Space between the Brazilian Space Agency (AEB) and the Indian Space Research Organisation (ISRO) in 2002 and the Framework Agreement on Cooperation in the Peaceful Uses of Outer Space (2004). The immediate result of the Agreement was the sharing of geospatial information from Indian satellites to the National Institute for Space Research (INPE), assisting in monitoring deforestation and fires in Brazilian territory (VIANA JÚNIOR, 2017, p. 122).

Bilateral cooperation in defence and security has quickly become an important area for the strategic partnership. Brazil and India signed in 2003 the Agreement on Cooperation in Defence Affairs, in force since 2006. In 2007, a Strategic Dialogue mechanism was established, an informal meeting between the Brazilian Foreign Minister and India's National Security Advisor (NSA). The initial proposal was to intensify contacts between high-ranking politicians and armed forces of the two countries, and to explore opportunities for joint development of technologies in the defence industry. In 2007, India created the Defence Wing at the Embassy in Brasilia, which Brazil reciprocated with the Embassy in New Delhi in 2009, consolidating the idea of prioritizing the partnership. It is also worth mentioning the IBSAMAR trilateral naval exercises, held biannually with the aim of increasing the interoperability of the IBSA countries' navies (VIANA JÚNIOR, 2017, p. 125).

Trade relations took a quantitative leap between 2000 and 2010, from only US$ 271 million to US$ 4.2 billion[6] (NEVES JÚNIOR, 2011, p. 110). However, the trade agenda was highly concentrated in primary items. On the Brazilian export side, between 2001 and

6 Worth mentioning is that Brazil-India economic relations also benefit from the Mercosur-India Preferential Trade Agreement, signed in 2004 and in force since 2009. The trade agreement was the result of Brazil's initiative to bring its economic bloc closer to IBSA. In 2004, the Mercosur-SACU agreement was also signed, comprising the Southern African Customs Union, led by South Africa.

2009, soybean oil (15%), minerals (14%), oil (14%) and sugar (13%) stood out. In the case of Indian exports to Brazil, the main products were diesel oil (46%), organic chemicals (9%) and pharmaceutical products (6%) (PINHEIRO; VIEIRA, 2013, p. 54).

The period from 2011 to 2018 was marked by political turbulence and power transition in both countries. On the Brazilian side, there was a retraction of foreign policy during the Dilma Rousseff administration (CORNETET, 2014), particularly during the 2015--2016 crisis. In India, there was the victory of Narendra Modi of the Bharatiya Janata Party (BJP), ending a 10-year period of the Singh administration under the Indian National Congress.

The turbulence in Brazil and its strategic surroundings added to the fall in commodity prices, reducing the Dilma administration's room for manoeuvre. Even so, the president made two State visits to India (2012 and 2014, the latter due to the BRICS Summit), signing bilateral agreements in the areas of education, scientific cooperation, environment, cultural exchange, remote sensing, among others. However, there was practically no concrete progress in this period.

India, in turn, launched an assertive foreign policy: as recently as 2014, Prime Minister Narendra Modi clearly established his priority to strengthen ties with Latin America, placing Brazil in a privileged position (DESAI, 2015). The renewed interest came against the backdrop of India's search for alternative sources of raw materials and expansion of markets for its higher value-added products. In addition, there is interest in reducing energy dependence on West Asia (VAZQUEZ, 2019, p. 29).

This initiative would only find support after the Michel Temer government (2016-2018), amidst a slight constriction in relations with traditional partners. Temer's foreign policy focused on the economic agenda, viewing India as an important interlocutor for the country's international articulation amid China and Russia's

tensions with the West. During the BRICS Summit in Goa (2016), Temer and Modi reaffirmed their interest in taking the strategic partnership to a new level. Four bilateral agreements were signed (MINISTRY OF EXTERNAL AFFAIRS OF INDIA, 2016): two of them in the agricultural sector, focused on technical cooperation in biotechnology and cattle; the third on pharmaceutical regulation; and the fourth on investment facilitation, providing greater legal certainty for the parties[7]. Notably, this was the first investment agreement made between Brazil and an Asian country.

From an economic perspective, bilateral trade reached a historical peak of US$11.4 billion in 2014, fluctuating below US$ 8 billion between 2015 and 2018 (MINISTRY OF INDUSTRY, FOREIGN TRADE AND SERVICES OF BRAZIL, 2023). In addition to the fall in commodity prices, the Brazilian trade retraction was striking in this period. In contrast to this fall, some sectors in both countries increased their contribution to the growth of Brazil-India trade. On the Brazilian side, they had positive variation: soybean oil, sugar, basic chemicals, pulses, wood and other agricultural products. In Indian exports, the main categories became dominated by industrial goods: pesticides and agrochemical products (15.6%), basic chemicals (13.6%), pharmaceuticals (11.6%), motor vehicle parts and accessories (8.3%) and synthetic filaments (7.2%) (BAUMANN et al, 2021, p. 12).

On the investment front, the stock of Indian capital in Brazil is estimated to have crossed the US$ 6 billion mark by 2018, while Brazilian capital in India reached US$ 1 billion. Indian investments are concentrated in the energy, information technology, engineering,

7 According to data provided by the Brazilian government, the Agreement on Cooperation and Facilitation of Investments (ACFI) was signed in 2020, during then-President Jair Bolsonaro's visit to India (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF BRAZIL, 2020).

pharmaceuticals, mining, automobiles and agribusiness sectors[8]. On the Brazilian companies' side, investments in India are in the sectors of automobiles, engines, information technology, mining, footwear, ethanol and hospital equipment[9] (CONSULATE GENERAL OF INDIA, 2022).

In the cultural and social spheres, great mutual curiosity has been noted and the beginning of more consistent migratory flows between the two countries. In the governmental area, cooperation agreements on Tourism (2004), Education (2006), Science and Technology (2006), Science without Borders Programme (2012) and Migration (2014) were concluded bilaterally, among others. Uebel's estimate (2019) points out that at that time there were about 5,000 Brazilians residing in India and 19,000 Indian families residing in Brazil. Brazilian immigrants stood out for their Portuguese language teaching activities and work in NGOs and technology companies. In addition, there is a growing flow of visitors in both directions linked to spirituality and Yoga practice. Since 2010, the main motivator for the settlement of Indian immigrants in Brazil has been the proliferation of investments and partnerships in start-ups and fintechs in the Information Technology sector (UEBEL, 2019).

Pathways to Indo-Brazilian cooperation

In recent years, the prospects for Brazil-India relations have gained new momentum during the Jair Bolsonaro administration (2019-2022). The automatic alignment with Donald Trump's United States and countries governed by conservative elites has

8 The main case in point is the Sterlite Group, winner of several power transmission auctions in Brazilian states. Other examples are Tata Consultancy Services, Tata Motors, TVS Motor Company, Infosys, Wipro, UPL India, Glenmark, Zydus Cadila, Sun Pharma, Dr. Reddy's Laboratories, Pidilite and NMDC Limited, besides ONGC Videsh Limited.

9 According to the Consulate General of India, some examples of Brazilian companies operating in India are: Marcopolo, Vale do Rio Doce, Stefanini, Gerdau, WEG, Compsis, Dedini, Kunz, Perto and Fanem. In 2020, Marcopolo sold its participation in the joint venture with Tata Motors.

had deleterious effects on Brazilian universalism, particularly in the multilateral sphere and in relations with South American and European countries. On the other hand, ideology and the lack of alternatives for international cooperation have placed Brazilian foreign policy in a favourable position to revive ties with Asian countries such as India, Japan, Saudi Arabia and the United Arab Emirates.

The ideological match has granted the necessary freedom for Brazilian diplomacy to operate a new phase of relations with India. In January 2020, Bolsonaro was the first Brazilian head of State to become a guest of honour during India's Republic Day ceremony. The Brazilian delegation was comprised of eight government ministers and dozens of corporate and start-up entrepreneurs.

During the visit, the Action Plan to Strengthen the Brazil--India Strategic Partnership (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF BRAZIL, 2020) was launched, establishing six priority themes with working groups and short and medium term goals. The areas chosen by the 2020 Action Plan are: a) Political-Strategic Coordination; b) Trade, Investment, Agriculture, Civil Aviation and Energy; c) Science, Technology and Innovation, Space Cooperation, Environment and Technical Cooperation, Health; d) Defence and Security; e) Culture and Education; f) Consular Issues, Social Security and Legal Cooperation. Bolsonaro's visit also included the signing of 14 other bilateral agreements in the thematic areas[10].

From the economic point of view, the Covid-19 pandemic and the War in Ukraine were important factors for the positive trade detour between Brazil and India. Some examples worth mentioning are India's shipment of two million doses of AstraZeneca vaccine to Brazil in January 2021 and the reinstatement of Brazilian oil and soybean oil exports to India because of the war. Bilateral trade,

10 The list of agreements is available in GOVERNMENT OF BRAZIL (2020).

which represented unimpressive figures in 2019 (US$ 7.3 billion) and 2020 (US$ 7.1 billion), reached the historic marks of US$ 11.5 billion in 2021 and $15.2 billion in 2022. As a result of the trend in 2022, India became Brazil's fifth trading partner for the first time in history, only behind China, the United States, Argentina, and Germany (MINISTRY OF INDUSTRY, FOREIGN TRADE AND SERVICES OF BRAZIL, 2023). In terms of foreign investments, Brazil has made little progress in recent years, while India is estimated to have increased its stock in Brazilian territory to US$ 8 billion by the end of 2022, generating 25 to 30 thousand jobs (VAZQUEZ, 2022).

Despite these positive factors, many of the challenges for Brazil-India relations have persisted. There is a lack of clarity in the strategic objectives of both parties to guide the bilateral partnership, a factor that finds echo in the psychological barriers of their respective business sectors. In this sense, it is up to the Lula and Modi governments to direct efforts to specific areas of great potential, creating success stories with the aim of driving a general change in perception among societies.

Below, we present our perspective on sectors and projects with multiplier potential for Brazil-India relations that could assist in this journey towards rapprochement. Our goal is not to create an exhaustive list or a strategic plan of action, but to provide paths for pragmatism in favour of development, sovereignty, and on the basis of win-win cooperation.

We address the renewable and nuclear energy, space technology, defence, agriculture, and biotechnology sectors. Our sectorial choice is based on two complementary approaches: a) the search for autonomy in dual technologies (civil-military) with a positive impact on national sovereignty (SAMUELS, 1994); b) the theory of economic complexity, which presents high value-added industry as

the engine of long-term development (GALA, RODRIGUES JÚNIOR; CARVALHO, 2020).

In the renewable energy sector, the study by Maria Cândida Mousinho (2018) points to solar energy and biofuels (ethanol) as the areas of greatest potential for Indo-Brazilian cooperation. While Brazil can benefit from Indian expertise in solar power generation and transmission, India seeks to increase the use of ethanol in the national energy matrix. In 2022, Brazil ratified its membership in the International Solar Alliance, and India plans to use its G20 presidency in 2023 to promote a new biofuels alliance with Brazilian support.

Mousinho (2018, p. 232-242) presents a number of strategies to enhance bilateral cooperation in renewable energy, including the formalization of targets and the deepening of virtual research and development networks. The BNDES and the New BRICS Development Bank are two important players in this process of financing renewable projects, which should also rely on the expansion of public-private partnerships, trilateral cooperation with developed countries, and private investments, among others.

It is worth noting that Brazil has yet to fully explore its solar potential and its photovoltaic panel (PV) production capacity is still tiny compared to the advances of the Make in India program in the area. In a sector that is highly concentrated in large international players, both have the common challenge of diversifying their import dependence and advancing the production of applicable technical knowledge. In the field of ethanol, Brazil is moving towards second-generation technologies, while India seeks to increase its production capacity and encourage domestic consumption. The Indian government has already achieved its goal of a 10% ethanol blend in gasoline and currently aims to double this proportion by 2025. In 2022, India started producing flex fuel cars with Brazilian technology, becoming a milestone for bilateral cooperation (APEX

BRASIL, 2022). In the near future, there is the prospect that biodiesel and biogas will become important components of the bilateral agenda.

In the nuclear energy sphere, Brazil and India have reopened potential avenues of cooperation following Brazil's support for India's candidacy in the Nuclear Suppliers Group in 2016. Brazil has the third and sixth largest thorium and uranium reserves in the world, respectively, and has developed most of its research in the use of the latter. At the strategic level, Brazil seeks know-how in propulsion technology for its first nuclear submarine, while India invests in expanding its production of the Arihant class submarines. In general, India has greater expertise in the civilian and military nuclear area, concentrating its research on the use of thorium. There is also room to explore cooperation in nuclear medicine, particularly in relation to the Brazilian Multipurpose Reactor (RMB) project, reactivated in 2023. The Lula administration has also signalled interest in expanding nuclear power generation in the country. Finally, both Brazil and India see opportunities for developing new technologies, especially in the field of small modular reactors.

In the space sector, India is fast becoming a global hub for satellite production and launch, which has been enhanced by the Modi government through encouraging private sector participation. Brazil has much to benefit from a deepened partnership, as its space program is now essentially dependent on cooperation with China. In 2021, the first success story in the incipient Brazil-India partnership was the launch of Amazonia 1, Brazil's first fully domestic satellite, at the Satish Dhavan Launch Center in Sriharikota. Brazil could learn from the Indian experience in order to capitalize on its space program, which today faces major budgetary difficulties. Sectorial regulation and the inclusion of the Brazilian and foreign private

sector would bring new opportunities and capabilities to the country, without neglecting the imperatives of national sovereignty.

Defence cooperation is another sector that, besides being strategic, has an unprecedented window of opportunity in Indo--Brazilian cooperation. Diplomatic and psychological barriers regarding the topic have been broken down and today the two countries contemplate greater participation in international trade and technological cooperation beyond traditional partners. During Bolsonaro's visit in 2020, a joint venture was signed between Taurus Armas SA and Jindal Defence (belonging to the O.P. Jindal Group) for the production of various types of light weapons, with Brazilian technology transfer. Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) is also present in India through a joint venture with SSS Defence. The Indian company MKU Ltd. is the only one in the sector with investments in Brazil, participating in local bids for the sale of high--performance armoured vests.

The defence area is probably one of the greatest opportunities in bilateral relations, considering that India has the fourth largest defence budget in the world (US$ 81.4 billion) and Brazil is ranked 17th (US$ 20.2 billion) according to the SIPRI report (TIAN et al., 2023). The two countries would have much to contribute with the joint development of several categories of tactical missiles (air-to--air, air-to-surface and surface-to-surface) and avionics systems. The flagships in this category are the Brazilian Army's ASTROS 2020 program and the BrahMos supersonic cruise missiles, developed in partnership between India and Russia, which will soon have a hypersonic version. In the niche of systems for improved fourth generation fighter aircraft (4.5 or 4+), India produces the HAL Tejas fighter and seeks to indigenize and increasingly improve the project, while Brazil works on the production and technology absorption of the SAAB Gripen fighters.

Brazil has extensive experience in aircraft production and currently has as its main products the KC-390 medium freighter (competitor to the C-130J Hercules operated by India) and the Super Tucano. Both were offered to India by Embraer in 2023. There is room for Brazil and India to collaborate strategically in the export of airborne early warning aircraft (known by the acronyms AEW&C and AWACS), from the collaboration on the DRDO NETRA project. At the naval level, there is room for technological cooperation, since both navies are producing, with the help of France, Scorpene conventional submarines. Thinking about the future of technological cooperation, both Brazil and India perceive unmanned aircraft (drones) and hypersonic missiles as game changers. The costly development of these technologies and the need for economies of scale could be pragmatic incentives for the two countries to initiate a closer dialogue.

In the agricultural sector, India is the main stakeholder in ensuring its food sovereignty and generating sustainable development in the countryside, where about 65% of the population lives. Brazil, in turn, is on the frontier of the new agricultural revolution, known as digital agriculture or agriculture 4.0. The potential for technical cooperation lies in Embrapa's extensive expertise and the consolidation of the Brazilian agritech start-up ecosystem. An example of this nascent cooperation is the Maitri, Indo-Brazil Agri-Tech Cross Border Incubation program, launched in 2019 to promote the exchange of experiences and technologies between start-ups from the two countries. Secondly, Brazil has much to contribute to the development of India's food processing and cold logistics chain.

Another point that has gained attention is the fertilizer bottleneck in both countries, particularly after the War in Ukraine. Brazil and India are among the world's four largest consumers, but still lack production autonomy and depend on imports. There is room for the

two countries to cooperate technically and explore opportunities to develop the market for biofertilizers and nanotechnology applied to agriculture, increasing efficiency and reducing dependence on traditional inputs.

Finally, in the economic field, there is a tendency to diversify the trade and investment agenda, which needs to be driven by bilateral policy coordination. First, the internalization of the investment facilitation agreement should provide greater legal security between Brazil and India. The consular and social security agreements facilitate immigration. Second, the mutual discovery phase can evolve into a scenario of creating interdependence in some sectors, as we discussed above. In this regard, it is necessary to maintain the steady flow of bilateral business forums, ministerial visits, and entrepreneur delegations and to expand initiatives such as the India-Brazil Startup Bridge, created in 2020. Governments also need to advance negotiations on the Mercosur-India preferential agreement, which today plays a practically innocuous role from a commercial point of view.

Closing remarks

Having gone through the stages of estrangement and familiarization, Indo-Brazilian relations are now moving towards consolidation. Trade and investment flows already indicate ties that go beyond transactional aspects, but are still far below the potential of both economies. Technological cooperation already features successful cases in agriculture, biofuels, aerospace, and defence, which could have important demonstration effects for decision makers and society at large.

However, it is necessary to acknowledge that this path will neither be linear nor organic, for it depends on political efforts of both parts. In contrast to multilateral diplomacy, where Brazil and

India already have common interests and constant interlocution, economic and technological interdependence will only flourish with the support of governments and national public and private institutions.

Facing an environment of international polarisation, Brazil and India find themselves in a privileged position between East and West, be it from a diplomatic perspective or within the reorganisation of global value chains. In this sense, it is imperative that both countries develop the course of their foreign affairs with strategic autonomy as well as caution so as not to become ensnared in disputes between Great Powers. The Indo-Brazilian bilateral partnership, therefore, may represent a fundamental and symbolic element of this autonomy and of the shared vision on the future of the international order.

REFERENCES

BAUMANN, Renato; RIBEIRO, Fernando J.; CARNEIRO, Flavio L.; ARAÚJO, Mateus de A. Brazil and India: Peculiar Relationship with Big Potential. Technical Note, n. 2, Oct. 2021. Available at: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10901/1/TN_Dinte_02_Brazil_and_India.pdf>. Last access on: 1 May 2023.

BRASIL abre as portas da tecnologia de etanol para a Índia. *apexBrasil*, 28 Jun. 2022. Available at: <https://apexbrasil.com.br/br/pt/conteudo/noticias/Brasil-abre-as-portas-da-tecnologia-de-etanol-para-a-India.html>. Last access on: 1 May 2023.

CONSULATE GENERAL OF INDIA. India-Brazil Brief. *Consulate General of India, Sao Paulo (CGI)*, Dez. 2022. Available at: <https://www.cgisaopaulo.gov.in/Bilateral-Relations.php>. Last access on: 1 May 2023.

CORNETET, João M. C. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. *Conjuntura Austral*, v. 5, n. 24, 2014, p. 111-150.

DESAI, Ronak D. A New Era For India-Latin America Relations? *Forbes*, 25 Jun. 2015. Available at: <https://www.forbes.com/sites/ronakdesai/2015/06/25/a-new-era-for-india-latin-america-relations/>. Last access on: 1 May 2023.

GALA, Paulo; RODRIGUES JÚNIOR, Luiz A.; CARVALHO, André R. Um novo mapa do comércio internacional usando análise de complexidade: competição imperfeita e a escada tecnológica. *Texto para Discussão*, v. 540. São Paulo, Escola de Economia de São Paulo da FGV, Dec. 2020.

GOVERNMENT OF BRAZIL. Em visita à Índia, Bolsonaro fecha 15 acordos para alavancar cooperação bilateral. *Palácio do Planalto*, 25 Jan. 2020. Available at: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2020/01/em-visita-a-india-bolsonaro-fecha-15-acordos-para-alavancar-cooperacao-bilateral>. Last access on: 1 May 2023.

MINISTRY OF EXTERNAL AFFAIRS OF INDIA. List of MoUs signed between India and Brazil. Ministry of External Affairs, India (MEA). 17 Oct. 2016. Available at: <https://www.mea.gov.in/bilateral-documents.htm?dtl/27510/List_of_MoUs_signed_between_India_and_Brazil>. Last access on: 1 May 2023.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF BRAZIL. Plano de Ação para fortalecer a Parceria Estratégica entre o Brasil e a Índia – 25 de janeiro de 2020. Nota à imprensa n. 12/2020. Ministério das Relações Exteriores (MRE). *MRE*, 25 Jan. 2020. Available at: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2020/plano-de-acao-para-fortalecer-a-parceria-estrategica-entre-o-brasil-e-a-india-25-de-janeiro-de-2020>. Last access on: 1 May 2023.

MINISTRY OF INDUSTRY, FOREIGN TRADE AND SERVICES OF BRAZIL. Comex Vis. *Comex Stat*. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Abr. 2023. Available at: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Last access on: 1 May 2023.

MOUSINHO, Maria C. A. de M. *Cooperation in Renewable Energy:* The Challenge of Brazil and India in The Multi-Polarized World. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Energia e Meio Ambiente), 307 f. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2018. Available at: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28908/1/MOUSINHO-2018.pdf>. Last access on: 1 May 2023.

NEVES JÚNIOR, Edson J. Relações entre Brasil e Índia: resgate histórico e potencialidades estratégicas atuais. *Revista InterAção*, v. 2, n. 2, 2011, p. 99-124.

PINHEIRO, Cláudio C.; VIEIRA, Maíra B. B. Índia e Brasil: Temporalidades e escalas de um diálogo. In: LESSA, A. C.; OLIVEIRA, H. A. (Orgs). *Parcerias estratégicas do Brasil*: a dimensão multilateral e as parcerias emergentes, v. 2. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2013.

SAMUELS, Richard J. *Rich Nation Strong Army:* National Security and the Technological Transformation of Japan. Ithaca: Cornell University Press, 1994.

STUENKEL, Oliver. *India-Brazil-South Africa Dialogue Forum (Ibsa):* The Rise of the Global South. London: Routledge, 2014.

TIAN, Nan; SILVA, Diego L. da; XIAO, Liang; SCARAZZATO, Lorenzo; SUDREAU, Lucie B.; ASSIS, Ana C. de O. Trends in World Military Expenditure, 2022. *SIPRI Fact Sheet*. Solna: SIPRI, Apr. 2023. Available at: <https://www.sipri.org/sites/default/files/2023-04/2304_fs_milex_2022.pdf>. Last access on: 1 May 2023.

UEBEL, Roberto R. G. "Cruzando Artha": a migração Índia-Brasil e as possibilidades de cooperação. In: VAZQUEZ, K. C. (Org). *Relações Brasil-Índia*: além dos 70 anos. Brasília: FUNAG, 2019.

VAZQUEZ, Karin C. Introdução. In: VAZQUEZ, K. C. (Org). *Relações Brasil-Índia:* além dos 70 anos. Brasília: FUNAG, 2019.

VAZQUEZ, Karin C. Uma agenda estratégica e de futuro para o desenvolvimento sustentável do Brasil. *CEBRI-Revista*, Brasília, Ano 1, n. 4, Oct./Dec. 2022, p. 83-103.

VIANA JÚNIOR, Paulo A. Brasil-Índia: construindo uma parceria estratégica – a cooperação entre dois gigantes democráticos do século XXI. In: BARBOSA, PEDRO H. B. (Org). *Os desafios e oportunidades na relação Brasil-Ásia na perspectiva de jovens diplomatas*. Brasília: FUNAG, 2017.

VIEIRA, Maíra Baé Baladão. *Relações Brasil-Índia* (1991-2006). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BRAZIL AND INDIA IN MULTILATERAL POLITICAL FORA

Marianna Albuquerque[1]

Introduction

In international analyses, media comments, and speeches by authorities, there is a growing mention of the existence of a crisis scenario of multilateralism. Criticism points to the lack of capacity of existing organisations and fora to decide and act collectively for the stability of the international system. A possible explanatory path stems from the perception that the crisis is related to the decline of the legitimacy of the post-war Western-liberal framework, background of the existing multilateral instances (LIMA; ALBUQUERQUE, 2021).

The current tensions would therefore result from the inadequacy of this structure to a new order, marked by increased identity and ideological diversity and the emergence of new actors. We are facing a process in which there is a shift from the gravitational centre of the West to Asia, a path that is accompanied by demands for diversity and plurality, based on the restructuring of the post-war framework to encompass values distinct from Western normativity (CASARÕES, 2020).

A new correlation of forces is historically accompanied by normative changes. Moments of systemic reorganization open windows of opportunity for alternative or complementary proposals

1 Professor at the Institute of International Relations and Defense of the Federal University of Rio de Janeiro (IRID-UFRJ). Raisina Fellow at the Asian Forum on Global Governance, program organized by the Indian institute Obeserver Research Foundation (ORF).

of governance, participation and cooperation. It is in this context that Brazil and India can join forces to ensure that, from the debris of the previous structure, the foundations of a new order are resilient, inclusive and truly global (PANT; NASCIMENTO, 2022).

The Indo-Brazilian partnership has the potential to be one of the beacons of the reordering of the international system. When celebrating 75 years of diplomatic relations, there are many signs that point to the vitality of the alignment between New Delhi and Brasilia. Trade and investment between the two countries have grown over the years, as well as cooperation on critical issues such as energy and defense. In 2006, Brazil and India established a Strategic Partnership, demonstrating that the relationship is based on a shared global vision, founded on a commitment to development and democratic values.

The dynamism of the relations between two multicultural democracies, of great territorial extension and significant demography is exemplified by frequent and intense coordination in multilateral political organizations and forums. At the United Nations (UN), countries are historic allies in the struggle for development and reform of the Security Council. They are also partners in several variable geography coalitions, such as BRICS, IBSA and BASIC.

Despite the mutual political and diplomatic importance, bilateral cooperation can still evolve. Expanding knowledge about the potential of partnership in academic and political circles would have the ability to maximize interactions and promote shared interests. In an order in transition, the complementarities and joint actions between Brazil and India are central for the governance and agenda of multilateral fora to be progressively inclusive, diverse and attentive to the demands of the Global South.

In the meantime, the objective of this chapter is to analyze the cooperation between India and Brazil in multilateral fora and point

out ways to deepen relations. To this end, the text is divided into four sections. The first analyses the current crisis of multilateralism, highlighting the connection between possible explanations for the challenges and demands of Southern countries. Following, the second section presents the principles and historical patterns that have guided the multilateral policy of Brazil and India in political fora. The third section summarises the organisations and coalitions in which the Indo-Brazilian partnership indicates the sharing of values and interests.

1. Multilateralism and crisis

The use of unilateral actions, in disagreement with the United Nations Charter, and the difficulty in advancing on collective commitments in the World Trade Organization (WTO) are some indications that stimulate the progressive questions about the effectiveness of current multilateral institutions. The diagnoses of causes and effects have several contours, depending on the nature of the actors, the decision-making processes and the niche of the organisation.

The reasons listed as explanations for the crisis are numerous, but at the heart of the issue are structural themes that culminate in the limitation of agency capacity and lack of representation, participation and adequacy of the 1945-formed order to the new correlation of 21st century forces. The changing balance in world power is illustrated by phenomena such as the emergence of China as a global actor, the resumption of Russia's geopolitical ambitions, the progressive loss of legitimacy from the unilateral actions of the United States, and structural changes in capitalism from the increasing centrality of Asia in global value chains.

The crisis has, therefore, both a practical and normative dimension. In practice, the lack of satisfaction with the results

of the liberal order resulted in the rise of self-centred and anti--multilateral discourses, especially associated with the emergence of authoritarian and far-right governments. One example was the narrative surrounding the election of Donald Trump, questioning the access to benefits that the international order would give to the United States and the alleged "rigging" of multilateral organisations by China. Other examples were the United Kingdom's withdrawal from the European Union, justified, among others, by the absence of satisfactory results and the existence of burdens that outweigh benefits.

The replication of these arguments by other countries has driven the proliferation of agreements outside the multilateral spheres, favouring bilateral and plurilateral diplomatic dialogues, in informal fora or among like-minded States. Multilateralism has been emptied for the rise of spaces of "club diplomacy" or "minilateralism", in which the ideals of participation and inclusion are not assured (ALBUQUERQUE, 2022a). This point relates to the normative dimension of the crisis.

Policy coordination is at the heart of the concept of multilateralismo, which is based on values such as reciprocity, indivisibility and inclusion. By expanding the participation of deliberative and decision-making spaces beyond unilateral and bilateral actions, it is expected that in multilateralism there will be room for plurality of opinions and identities, as well as control instruments to avoid tendencies of domination (MILANI, 2012). This element is particularly dear to developing countries, since, given the interdependence of the international order, even the great powers would have to consider the agreements made by these institutions in their calculations of external action, since non-compliances generate, at the very least, political costs. In this sense, the institutionalisation of multilateral organisations and fora would have the role of consolidating

deliberative spaces based on general principles and regulations, accepted by and applicable to all participants, and establishing standards and mechanisms capable of increasing transparency and reducing transaction costs.

According to Tharoor and Saran (2020), this trend of participatory expansion and interdependence, stimulated in the post-World War II, has been reversed towards an increasingly Westphalian global order. For the authors, the fractures in the post-war international order derive from the fact that it is neither ordered nor truly international. Global governance would have been founded on the consensus of Western elites, legitimizing a power relationship inherited from coercive State diplomacy. The current crisis, therefore, would be the outcome of the inability of the current structure to absorb alternative governance proposals that result, above all, from the rise of Asia and the space conquered by countries of the Global South. As a consequence, more countries have questioned material and normative dimensions of the order, proposing reforms or founding new institutions.

Along these lines, it seems right to think that a new world order should be characterised by multiple orders in interaction – or, as Tharoor and Saran name it, by a multiconceitual order:

> A new world order will be characterised by multiple competing and interacting orders; it will be a world that is at once multipolar and interdependent. The international order today is multiconceptual: different powers, institutions, actors and ideologies are competing to stake a claim in shaping an emerging order. Institutions that emerging powers have created are often uncertain about a new global consensus, but agree on what they do not want: the universalisation

> of the Western-led liberal order (THAROOR; SARAN, 2020, p. 185).

In this context, Brazil and India have the ability – separately, but above all together – to influence towards more equitable rules that protect the diverse interests of the Global South. Both are countries with a broad regional and global presence, multicultural democracies, and with a history of external action that favours multilateralism and rule-based order. At a time when the international conjuncture is marked by unilateralism and lack of dialogues, it is necessary that leadership spaces are occupied by countries that propose inclusive and participatory governance methods.

Accordingly, the next section will introduce the history of Brazil and India's multilateral activism, with the aim of reinforcing the growing potential for Indo-Brazilian leadership and collaboration.

2. Historical principles of Brazil and India's activism in multilateral fora

Historically, multilateral institutions have been a central diplomatic mechanism for Brazil to achieve its foreign policy objectives. As the country early renounced military projection as an instrument of international power, diplomacy played a crucial role, in particular through active participation in multilateral fora, becoming the country's most valuable reputational asset (CASARÕES, 2019). Therefore, multilateral diplomacy functions, for Brazil, as a possibility to minimize the effects of the lack of military power and to expand its diplomatic prestige. Brazil is a founding member and actively participates in several global and regional organisations, such as the UN, the WTO and the Organization of American States (OAS).

For countries with intermediate positions in the system, such as Brazil, multilateral institutions increase the capacity to influence normative production, in order to ensure greater legal certainty and

greater convergence between interests (UZIEL, 2015). To expand the frontier of possibilities, intermediary countries seek to reform institutions, without confronting them, in order to seek a fairer division of forces. In this way, multilateralism represents not only an opportunity to share the political costs of international decisions, but also a defense mechanism.

Despite the permanence of multilateralism as a foreign policy instrument even in different political regimes and ideological contexts, the objective for which Brazil has acted in multilateral fora has varied throughout its history. There are different views on the role that the country should play in the international system, depending on the particular context of each moment. In Brazil, there is no consensus among economic, intellectual and political elites on what the country's destiny is – whether to be a great power, a regional leader, an emerging great power, or all three at the same time.

As each external objective requires different strategies, Brazil has adapted its action repertoires according to the opportunities presented in the global, regional and domestic context. In some cases, Brazil has acted as a mediator between developed and developing countries. In others, it has sought recognition from the great powers of its special status among the countries of the South, and has made itself available for missions related to the stability of the international order. Brazil has thus offered a varied menu of negotiating roles and positions, reflecting changing interests, values and priorities.

At the end of the 20th century, we can identify an important milestone for the consolidation of multilateralism as one of the fundamental pillars of Brazilian foreign policy: the proclamation of the Republic. Beyond the regime change, the moment symbolised the discontinuity of carnal relations with Portugal. Brazil's history of colonisation strengthened narratives of agency and autonomy, the need to avoid interference in domestic affairs, and the condemnation

of selectivity and double standards. Thus, the new regime's goal of gaining international recognition was pursued through a deliberate policy of activism in multilateral fora, where Brazil could publicly present the credentials of the republican regime, deepen its trade ties, and avoid questions about its ability to act as an independent government by proposing its own agenda.

Two great thinkers in the country illustrated this moment. The Baron of Rio Branco, Brazilian Chancellor between 1902 and 1912, defended the need to define and autonomise the country's interests pragmatically, without automatically reflecting the interests of the great powers. A well-constructed foreign policy would play a fundamental role in achieving these objectives and, given the material limitations, multilateral institutions were an important space for Brazil to influence the international agenda (CERVO; BUENO, 2010). Rui Barbosa, in turn, emphatically defended the principle of sovereign equality during the Hague Conference in 1907, questioning the proposition of asymmetric international agreements based on unequal treatment (AMORIM; FELDMAN, 2011).

It is in contexts where sovereign equality prevails, such as in multilateral organisations, that Brazil maximises its ability to exercise its right to speak and vote effectively. It is therefore expected and pragmatic for Brazil to use diplomatic means to secure for itself privileged spaces of interlocution in these spaces. The campaigns to become a permanent member of the Executive Council of the League of Nations and, later, of the UN Security Council, can be understood from this logic.

India's multilateral policy is based on two different premises than those identified in the Brazilian case. The first is in relation to the country's "destiny" in the international system. While in Brazil there is no consensus among the elites on the role the country should play, India knows perfectly well where it deserves and would like

to be. The second is in relation to the weight of the region in the construction of external objectives. While Brazil is its own referent, India's foreign policy conception is based regionally, rather than nationally. Both points will be explored below.

Regarding the first, since independence, India's foreign policy has been guided by a realisation of itself as a great power with much to contribute to the international system, and a determination to maintain strategic autonomy and avoid new formats of colonial subjugation (CHADDA, 2014). Therefore, the guarantee of leadership positions and the strengthening of international institutions and the rule of law are central in Indian foreign policy.

While Rio Branco and Rui Barbosa laid the foundations for multilateral foreign policy principles in Brazil, Jawarhal Nehru, the first post-independence Prime Minister, played a key role in India. Nehru was a major critic of the effects that British colonisation had on the country, such as the dismantling of India's autonomous role in global trade through the introduction of the East India Company. Colonisation relegated India to the role of raw material producer, led to the dismantling of the artisanal and family-based production system, and instituted a policy of land occupation restriction. With independence, Nehru instituted the centralisation of economic planning in the hands of the state and the privileging of national private capital, an action based on the Hindu principle of swadeshi (search for self-sufficiency). Therefore, principles such as reconstruction, development, territorial integrity and non--interference in internal affairs became the basis of Indian foreign policy (ALBUQUERQUE, 2022a).

As a legacy of these principles, there is a widespread perception, cutting across political parties and resistant to ideological variations in leaders, that India has a special role to play at the global level by virtue of its size, its civilisational achievements and its democratic

gains. If underdevelopment and regional tensions inherited from colonisation have conditioned and delayed India's ability to occupy its rightful place, India's destiny is to "assume the mantle of world leadership", in the words of Prime Minister Narendra Modi (AYRES, 2018). This would be, according to Tharoor and Saran (2020), the "Indian imperative".

The Indian multilateral policy, therefore, considers that bringing the country to occupy prominent spaces in the institutions of global governance is a matter of justice. India's role today would be small relative to its capacity and disconnected from the growth of its economy. After the post-independence period was marked by stances such as the defence of non-alignment and involvement in several wars in its regional environment, such as the conflicts with Pakistan and the Sino-Indian War, India had to reinvent itself in the post-Cold War period.

After decades of privileging military relations with the Soviet Union, India developed a comprehensive economic and military relationship with the US, symbolised by the signing of the nuclear deal, which enabled it to become the world's sixth recognised nuclear nation and secured US support for India's bid for a permanent seat on the Security Council. In the post-September 11 era, India was seen as a force for stability in a turbulent region beset by civil wars and Islamic extremism. India also maintained its military and diplomatic ties with Russia, as illustrated by its autonomist stance towards the Ukraine War that began in 2022, and deepened political and trade relations with the European Union and China.

In relation to the second point, the regional reference of Indian foreign policy, the country has systematically sought to remain the kingpin and prevent both regional powers, such as China and Russia, and exogenous powers, such as the US, from dictating the rules in South Asia. According to Chadda (2014), India seeks to exercise

relational control to ensure its territorial integrity and attainment of interests, while avoiding undue external interference. In recent years, this stance has been illustrated by the Gujral Doctrine, in which India, as a pivotal country in the region, would make unilateral concessions to smaller neighbours to build trust and mutual goodwill in order to hinder China's prominence and contain Pakistan.

The country also seeks to maintain regional balance through the creation of and participation in regional multilateral institutions, such as the Indian Ocean Rim Association (IORA), the Conference in Interaction and Confidence-Building in Asia (CICA), the Indian Ocean Naval Symposium (IONS), the Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB) and the Shanghai Cooperation Organisation. Alternative institutions are also being proposed at the global level, such as the New Development Bank (NDB) under BRICS. These initiatives indicate an Indian ambition to shape or create organisations that respond to its needs and allow it to play a role that it does not yet play in spaces created in the post-World War II era (AYRES, 2018). In this process of reshaping global institutions, India sees Brazil as an ally in coordinating a set of shared priorities.

For Tharoor and Saran (2020), India has the constant goal of consolidating itself as a normative power. Since the articulation of the non-alignment policy, the country has a long history of opposing the exercise of unilateral power by the West. According to the authors, while India does not seek to completely redefine the contemporary international order, it refuses to be co-opted into a Western-controlled international order. To this end, India would now be moving from a non-alignment to a multi-alignment posture, based on its historical preference for multipolarity and multilateralism, both at the global and regional levels.

To quote Prime Minister Modi, India's stated ambition is not just to be a great power, but a "leading power", an anchor for liberal

democracy in a part of the world where American leadership is no longer so welcome and where China's normative offer is not universally accepted (THAROOR; SARAN, 2020). This leadership is increasingly manifested in multilateral fora and in cooperation with Brazil, as will be discussed in the next section.

3. Indo-Brazilian co-operation in multilateral fora

With the celebration of 75 years of diplomatic relations in 2023, cooperation between India and Brazil, although still far from full potential, is at a moment of significant dynamism. The progress made in recent decades is undeniable. If, in the colonial period, contacts were mainly commercial, there was an intensification after Indian independence, with the inauguration of Embassies in 1948. At the basis of the bond was the narrative of identity convergence between two of the largest democracies in the world, whose formations were based on multiculturalism and religious diversity.

Since then, there have been several examples of strengthened relations. In the field of defence and international security, the countries signed the Cooperation Agreement on the Peaceful Uses of Nuclear Energy in 1968 and the Memorandum of Understanding between the Brazilian National Nuclear Energy Commission and the Indian Atomic Energy Commission in 1996[2]. In the political field, milestones include the establishment, in 2002, of the Brazil-India Joint Commission on Political, Economic, Scientific, Technological and Cultural Cooperation, chaired by the respective foreign ministers; the signing of the Strategic Partnership, in 2006; and the Action Plan to strengthen the Strategic Partnership between Brazil and India, signed in 2020. On the trade front, the volume of exchanges has reached progressively higher levels, with intense business contact,

2 The agreements were denounced in 1975 and 1998, respectively, after India conducted rounds of nuclear tests.

symbolised by the signing of the Mercosur-India Preferential Trade Agreement in 2009.

As both countries favour multilateral forums for the achievement of national objectives, it is expected that there will be a fruitful space for interaction in international organisations and coalitions. We will analyse below the historical patterns and recent trends in some of the major contemporary fora.

a) United Nations Organisation:

The UN is a privileged space of action for both Brazil and India. As original members of the organisation, both give UN engagement a central role in their diplomatic strategy. For Brazil, the commitment to the UN is reflected in several official statements and speeches, as well as in active participation on all its fronts, be it the contribution of troops to peace operations, or frequent candidacies for bodies such as the Security Council, the Economic and Social Council (ECOSOC) and the Human Rights Council. For India, many of the precepts of the UN Charter have been incorporated into constitutional provisions. Many of the freedoms that India's Constitution guarantees are drawn from international agreements, and its judiciary often refers to the UN Charter to decide human rights cases. India has adopted Charter principles that encourage the promotion of peace and security, international law and the peaceful settlement of disputes (THAROOR; SARAN, 2020).

If Brazil and India, on the one hand, demonstrate a constant and solid commitment to the organisation, on the other hand, they do not fail to question, frequently, its operational flaws. The basis of these questions is the existence of a "democratic déficit", symbolised not only by the structural asymmetries of the UN, but also by the inadequacy of the framework for the global order of the 21st century.

During the Cold War, Brazil and India jointly participated in initiatives by countries of the then Third World that demanded that economic inequalities be placed at the centre of the international debate. For developing countries, there would be a North-South conflict that preceded the East-West tensions that came to occupy the global agenda at the bipolar moment. Two initiatives that had Indo-Brazilian leadership were the G77, a group formed by developing countries, and the United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). In these spaces, India advanced the proposal of the New International Economic Order (NIEO), and Brazil, based on the studies of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), presented the foundations of the dependency theory.

Another space of frequent interaction and diplomatic convergence is the Security Council. Both countries are among the countries that have most often served as non-permanent members and, since the early days of the UN, have sought a permanent seat on the body responsible for promoting international peace and security. At the heart of the argument is the need to adjust the composition of the Council to suit an international scenario in which large emerging countries and regional leaders can have a say in security matters. The inadequacy and asymmetries, as Brazil and India question, end up consolidating a *status quo ante* that limits the emergence of new poles of power with alternative visions.

In the 1960s, this argument was expressed in their rejection of the Non-Proliferation Treaty (NPT). For Brazil, the formal separation of legitimately nuclear countries and the prohibition on new actors gaining the technology created a "freezing of world power" (CASTRO, 1971), while for India, the NPT created a system of "nuclear apartheid" and was a brake on development aspirations. The two parted ways in the following decade, when India conducted

the Pokhran I nuclear tests. India's nuclearisation strategy was completed in the 1990s, when the tests and Pokhran II gave India dominance of the nuclear war cycle, coinciding with the moment when Brazil decided to join the NPT. With this act, Brazil sought to become influential in security matters with an alternative approach in which the promotion of peace would be achieved not through military power but through diplomacy (ALBUQUERQUE, 2022a).

Based on this common stance of denouncing international asymmetries, even with differences in fundamental values regarding peace and security instruments, Brazil and India engaged and allied themselves in the defence of Security Council reform. Although the efforts date back to the very creation of the UN, the end of the Cold War created a favourable moment to rekindle the debates, as new international challenges undermined the legitimacy and effectiveness of the Council.

In the 2000s, the increased economic weight of emerging countries also favoured their pursuit of more active roles. As a result, in 2004, Brazil, India, Japan and Germany formed the G4 to present a proposal for reform of the body. According to the G4, the UNSC should include six new permanent members and four non-permanent members. The new permanent members, in addition to the four proposers, should include two African countries (ALBUQUERQUE, 2022b). Since the current permanent members have to agree on any reform of the UN Charter, and each of them is opposed either to the reform itself or to the accession of at least one of the G4 members, the UNSC enlargement did not move forward.

At the heart of Brazil and India's denunciation of the current functioning of the body is the need to introduce a shift towards democratisation of global governance. In 2011, when both were jointly at the body, Brazil and India converged in raising their voices against the exclusion of non-permanent members from the

negotiating process of the resolutions on Libya and Syria, in response to the post-Arab Spring instabilities. Both argued that they were not invited to support the writing of the drafts and only received the proposals when the text was almost ready for a vote (PURI, 2016).

In 2022, both were together again in the Council, and their defence of principles dear to them, such as autonomy and non--interference, was tested again, in the context of Russia's invasion of Ukraine. Despite condemning the Russian aggression, both did not condone the sanctions imposed on Moscow and opposed Russia's suspensions or exclusions from multilateral fora due to the impact on dialogue spaces – a pattern of historical behaviour, adopted on previous occasions, and therefore not directed at this specific case.

b) BRICS, IBSA and BASIC:

Brazil and India also collaborate in coalitions of varying geometry, such as BRICS, IBSA and BASIC. Driven by the context of the emergence of developing countries in the 2000s, these groupings have gradually become institutionalised and have shown concrete results in terms of political coordination. The best known group is BRICS, whose idealisation was inspired by the study "Building Better Global Economic BRICs", formulated by Jim O'Neil, chief economist at Goldman Sachs, published in 2001. The text advocated the need for the international community to include in its strategies new benchmarks that take into account the exponential growth of Brazil, Russia, China and India. In 2006, after a meeting of foreign ministers on the margins of the UN General Assembly, there was an initial impetus for the group to articulate a work agenda and periodic meetings. In 2011, South Africa formally joined the group.

As an informal mechanism with no fixed headquarters or secretariat, it is the political will that guides efforts to keep the grouping operational and dynamic. As an asset, BRICS provides a high-level space for political consultation and stimulating convergence and

joint action in sectors ranging from the financial system to health and education.

As a coordinating group, BRICS has consistently criticised what it considers to be the unrepresentative character of global institutions, calling in its communities for the reform of the UN, the World Bank and the IMF. Given the relative immobility of the adaptation of these institutions, BRICS decided in 2012 to explore the creation of its own institutions sensitive to the new order, such as the New Development Bank (NDB) and the Contingent Reserve Arrangement (CRA). In the press release informing the approval of the creation of these instruments, the Indian government emphasised that "the governance structure and decision making in the Bank will be equitable, unlike the existing multilateral development banks", since "pending the IMF governance reforms, India does not have much say in the IMF decisions. The proposed CRA will provide an alternative approach" (AYRES, 2018, p. 170-171).

These structures cannot go unnoticed by other countries, as the political and economic weight of BRICS cannot be overlooked:

> By 2040, BRICS will account for more of world GDP than the original G7. [...] One major attribute all BRICS members share is their exclusion from the places they believe they deserve in the existing world order. BRICS is not a collectivity that is driven together by economic or geopolitical convergence. Instead, BRICS serves as a functional vehicle to articulate demands for alternative models of governance and development – ones that are not tied to Atlantic narratives. The BRICS forum provides a platform for non-OECD leaders to discuss global challenges and coordinate their actions both within and outside existing global institutions. [...] they are too big to be ignored anymore, both

> individually but, in particular, together. [...] All they want is a place at the high table – they realise that in world affairs, one is either at the table or on the menu (THAROOR; SARAN, 2020, p. 255-257).

In this vein, due to the diversity among BRICS members themselves, sub-groups have been formed to act on specific niches. As a set of three large democracies, the India-Brazil-South Africa Trilateral Dialogue Forum (IBSA), created in 2003, has been activated occasionally to address international peace and security issues, stimulate defence cooperation (e.g. IBSA-Mar naval exercises), and advance a nominal commitment to increase trade.

According to Ayres (2018), bilateral defence cooperation between India and Brazil has increased since the creation of IBSA. A concrete example is the establishment of the India-Brazil Joint Defence Committee (JDC), which has held meetings since 2010 and addresses the exchange of experiences for the participation of UN peacekeeping operations, through coordination between the Brazilian Joint Peace Operations Training Centre and the Indian Centre for UN Peacekeeping.

BASIC, a group formed in 2009 and composed of Brazil, South Africa, India and China, is active in another niche: climate change. Formed on the margins of the Conference of the Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), the group also denounced the difference in treatment between developed countries – historical emitters of greenhouse gases – and developing countries, which should both have emissions targets appropriate to the need for economic growth and the provision of resources to finance the transition to low-carbon economies. In support of its position, BASIC has developed its own draft voluntary commitments.

In the international climate change regime, Brazil has historically been guided by the defence of the rights of developing

countries, embodied in the principle of "common but differentiated responsibilities". India has adopted a more refractory position, refusing to accept global proposals, presenting itself as a nation with decades of development ahead of it. During many Conferences of the Parties, Indian leaders reinforced the protection of Indian interests, defined as the highest priority for economic growth, invariably energy-intensive, and a path that would include the use of coal as long as necessary (AYRES, 2018). This stance has been mitigated since the signing of the Paris Agreement, as while India remains firm on the need for extensive emissions neutrality targets, there have been significant commitments on renewable energy.

Conclusion

Collaboration between Brazil and India in the international system is vigorous and spans economic, cultural and political relations. Given the weight that both foreign policies give to multilateral organisations, Indo-Brazilian coordination in political forums has both a history of concrete progress and a future of great potential. In a context of crisis and contestation of the current structure of the global order, with demands for increased representation, inclusion and diversity, Brazil and India must seek – and occupy – both a practical and normative role in reforming existing institutions and creating alternative models of governance.

The celebration of 75 years of diplomatic relations converges with the beginning of Amritkaal, a 25-year period until the centenary of Indian independence in which it is proposed that the country occupies its rightful place in the international system. Brazil also marks the return of activism to multilateral fora, after years of domestic political crisis and a succession of erratic foreign policies.

The paths to be travelled are diverse, but Brazil and India have more to gain together than in isolation. Some strategies that

both can observe to broaden the channels of co-operation are: (a) stimulating the sharing of mutual knowledge on issues on the international agenda, as well as on the practical functioning of multilateral organisations and fora in their respective thematic niches; (b) co-hosting debates and side events in high-level fora on converging agendas, which would increase their joint agenda-setting power, double their chances of assuming international leadership positions, and generate more opportunities for Brazil and India to present themselves as a united front; and (c) strengthening their role as two of the world's largest democracies in a context where authoritarian regimes are on the rise.

REFERENCES

ALBUQUERQUE, M. *Brasil e Índia no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1946-2012)*. Curitiba: Editora Appris, 2022a.

ALBUQUERQUE, M. The UNSC and Brazil-India Relations. In: PANT, H. V; NASCIMENTO, A. L. (Eds.). *India and Brazil in the Global Multilateral Order*. New Delhi/Brasilia: Observer Research Foundation/FUNAG, 2022b.

AMORIM, C; FELDMAN, L. A política externa do governo Lula em perspectiva histórica. In: DANTAS, Santiago. *Política externa independente*. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2011.

AYRES, A. *Our Time Has Come:* How India is making its place in the world. New York: Oxford University Press, 2018.

CASARÕES, G. Leaving the Club Without Slamming the Door: Brazil's Return to Middle-Power Status. In: ESTEVES, P.; JUMBERT, M.G.; CARVALHO, B. (Eds.). *Status and the Rise of Brazil:* Global Ambitions, Humanitarian Engagement and International Challenges. Palgrave Macmillan, 2019, p. 89-110.

CASARÕES, G. *Conversas estruturadas II:* reorientações do multilateralismo. CEBRI, 2020. Available at: <https://www.cebri.org/br/doc/5/conversas-estruturadas-ii-reorientacoes-do-multilateralismo>. Last access on: 31 May 2023.

CASTRO, A. O congelamento de poder mundial. *Revista de Informação Legislativa*, v. 8, n. 31, p. 37-52, 1971.

CERVO, A.; BUENO, C. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2010.

CHADDA, M. *Why India Matters*. Londres: Lynne Rienner Publishers, 2014.

LIMA, M. R. S.; ALBUQUERQUE, M. Reordenamento global e crise do multilateralismo. In: JAGUARIBE, A. (Ed.). *Política internacional:* reorientações do multilateralismo. Rio de Janeiro: CEBRI/Fundação Konrad Adenauer, 2021.

MILANI, C. R. S. Crise política e relações internacionais: uma análise escalar da política externa brasileira. In: *VI Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional:* relações internacionais em tempos de crise econômica e política. Brasília: FUNAG, 2012, p. 43-60.

PANT, H. V; NASCIMENTO, A. L. Introduction. In: PANT, H. V; NASCIMENTO, A. L. (Eds.). *India and Brazil in the Global Multilateral Order*. New Delhi/Brasilia: Observer Research Foundation/FUNAG, 2022.

PURI, H. S. *Perilous Interventions:* the Security Council and the politics of chaos. Uttar Pradesh: Harper Collins Publishers, 2016.

THAROOR, S.; SARAN, S. *The New World Disorder and the Indian Imperative*. New Delhi: Aleph Book Company, 2020.

UZIEL, E. *O Conselho de Segurança, as missões de paz e o Brasil no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas*. Brasília: FUNAG, 2015.

BRAZIL AND INDIA IN INTERNATIONAL SECURITY AND TERRORISM

Rashmi Singh[1]

Introduction

As the world becomes increasingly interconnected, the challenges of international security and terrorism have emerged as critical concerns for nations across the globe. Brazil and India, two emerging powers with distinct geopolitical contexts, face a number of common risks in terms of international security and terrorism. It would not be an exaggeration to state that both Brazil and India are situated in regions characterized by complex security environments.

Brazil, as the largest country in South America, experiences a complex set of regional security dynamics that shape its security landscape. The country's regional security dynamics are influenced by a combination of factors, including transnational crime, border issues, political instability in neighbouring countries, and internal challenges. Brazil's key challenges include drug trafficking, organized crime, and the presence of transnational criminal organizations within its borders. While Brazil has maintained peaceful relations with its Neighbours, it shares borders with several countries, including Colombia, Peru, Bolivia, Paraguay, and Uruguay, in which there are drug production or trafficking activities. Its porous borders can also facilitate arms trafficking and illegal immigration, particularly from Paraguay, Venezuela and Bolivia. Brazil has also had historical

1 Associate Professor at the Department of International Relations of the Pontifical Catholic University of Minas Gerais (PUC Minas); Co-Director, Collaborative Research Network on Terrorism, Radicalisation and Organised Crime (TRAC).

cross-border issues with neighbouring countries, such as Guyana and Suriname. While these issues have not escalated into armed conflicts, they have in the past strained diplomatic relations between these countries. While Brazil has faced huge challenges related to organized crime and drug trafficking, it has not been a primary target for international terrorism. Nonetheless, Brazil actively participates in international efforts to combat terrorism through organizations such as the United Nations and the Union of South American Nations (UNASUR). The country also actively participates in international initiatives and collaborations facilitated by the Financial Action Task Force (FATF), engaging in mutual evaluations, peer reviews, and exchanges of information with other member countries to enhance the effectiveness of its anti-money laundering/countering-terrorism financing (AML/CFT) regime.

Similarly, India, located in South Asia, confronts security threats arising from border disputes, both cross-border and domestic terrorism, as well as domestic insurgent movements. The contentious relationship between India and Pakistan represents a long-standing challenge to India's security. Indeed, India's most significant security challenge arises from cross-border terrorism originating from Pakistan. Additionally, tensions with Pakistan revolve around the disputed region of Jammu and Kashmir, leading to periodic ceasefire violations and infiltration attempts. India also has border disputes with China in the Himalayan region which require constant vigilance, diplomatic negotiations, and border management. Moreover, China, as a rising power, presents a military, geopolitical and economic challenge for India. India also faces security challenges from illegal activities, including smuggling of drugs, arms, counterfeit currency, and human trafficking, along its borders with neighbouring countries. The porous borders with Nepal, Bhutan, Myanmar, and Bangladesh all facilitate the flow of contraband and criminal networks. Finally, the security situation in Afghanistan has direct

implications for India's regional security. India has been a significant development partner for Afghanistan and has faced threats from extremist groups operating in the region, such as the Taliban and its affiliates. Therefore India, unlike Brazil, has had a more direct experience with terrorism[2]. Its long-standing interaction with a variety of terrorisms has pushed it to try to develop more robust counter-terrorism capabilities and it has been actively engaged in international efforts to combat terrorism. India collaborates with international organizations and regional counterparts to combat money laundering, terrorist financing, and other financial crimes. The country also works closely with the FATF and its regional bodies, such as the Asia-Pacific Group on Money Laundering (APG), to assess and enhance its AML/CFT framework.

On the face of it therefore, Brazil and India may seem to be deeply dissimilar countries, with very different geopolitical contexts and security challenges. However, despite these differences, they also share several commonalities that make them natural partners in the international system. Many of these commonalities stem from their shared characteristics as emerging powers and as strong, albeit complex, democracies. As emerging powers, both countries strive for a more equitable global order, to promote democratic values, address development challenges, advocate for South-South cooperation, and emphasize the importance of multilateralism. In other words, by leveraging these commonalities, Brazil and India

2 It is worth pointing out that one of the key difficulties in studying terrorism is the tendency to focus solely on the attack (or the 'boom' as it is often called). However, terrorism is instead better understood by viewing it as a complex cycle, with feedback loops, with each stage representing a generalised sequence of activities commonly observed in the planning and execution of terrorist attacks. A typical attack cycle consists of multiple stages that can include, for instance: radicalization, planning, recruitment and training, propaganda, pre-attack surveillance, attack preparations and execution, and post-attack activities. In short, our understanding of what is terrorism needs to extend well beyond a focus on terrorist attacks alone. Understood in this way, Brazil may thus far have been insulated from international terrorist attacks, but it is still impacted by other stages of the terrorism cycle, including the financing of terrorism, propaganda, and recruitment. India, on the other hand, unfortunately has had far more direct contact with *all* stages of the terrorism cycle.

can not only collaborate and work towards advancing their shared interests but also promote stability and contribute to building a more inclusive and balanced international system.

This brief essay aims to analyse some of the vulnerabilities and challenges Brazil and India encounter within the international system, with a special focus on the security challenges faced by them both. By examining their regional dynamics, domestic vulnerabilities, and external influences, this work thus sheds light on the common and particular security risks faced by Brazil and India, ultimately highlighting the significance of international cooperation in addressing these threats.

India

India is widely recognized as an emerging great power in the international system. Its population, economic strength and military capabilities, regional leadership and soft power all attest to this position and over the past decade it has been able to act to secure its interests well beyond the South-Asian region. However, despite its expanding capabilities, India still faces a wide range of security challenges, especially at the regional and domestic levels that hamper its core foreign policy ambition of fully emerging as a secure great power. These challenges arise from various factors such as geopolitical dynamics, border disputes, terrorism, insurgency, and internal conflicts (OGDEN, 2014).

India faces geopolitical challenges in its immediate neighborhood, including regional rivalries and territorial disputes with both Pakistan and China. The history of territorial disputes between India and Pakistan is rooted in the partition of British India in 1947 and the subsequent creation of these two separate nation-states. The partition was accompanied by significant communal violence and mass migration, resulting in deep scars and enduring tensions

between the two countries. However, the most significant territorial dispute between India and Pakistan centres around the region of Jammu and Kashmir with both countries claiming sovereignty over the entire territory. This territorial dispute has engendered several wars and conflicts between India and Pakistan over Kashmir. The first war took place immediately after independence in 1947-1949, followed by the Indo-Pakistan wars of 1965, 1971 (leading to the creation of Bangladesh) and finally, the 1999 Kargil conflict (SWAMI, 1999). The Line of Control (LoC) marks the military front where the two countries declared a ceasefire in January 1949. However, this front came to be officially known as the LoC as well as recognised as the *de facto* border dividing Indian-administered Kashmir from the area of Kashmir occupied by Pakistan in the first Indo-Pakistan war of 1947, after the 1971 war. The LoC continues to be a frequent site of ceasefire violations and skirmishes between Indian and Pakistani military forces, leading to consistent civilian casualties on both sides of the border.

Efforts to resolve the Kashmir dispute have included a myriad of diplomatic negotiations, peace talks, and confidence-building measures. However, progress has been limited, and the dispute remains unresolved, a key source of tension in the region. It is worth mentioning that, in addition to the Kashmir dispute, various other territorial disputes have strained relations between India and Pakistan. These include disagreements over the Siachen Glacier, Sir Creek in the Rann of Kutch, and various border areas in the Punjab region (JAIN, 2008).

Territorial disputes between India and its northern neighbour, China, are complex and span several regions along their shared border. The root causes of many of these disputes can be traced back to historical, cultural, and geopolitical factors. The two key contested areas are that of Aksai Chin, in the north-western part

of the Himalayas, and Arunachal Pradesh, situated in north-eastern India. The dispute over Aksai Chin dates back to the 1962 Sino--Indian War, during which China gained control over the region. Today while Aksai Chin is administered by China it is claimed by India. Similarly, Arunachal Pradesh is often called "South Tibet" by China and is claimed as part of its historic territory (JAIN, 2008; OGDEN, 2014). The Line of Actual Control (LAC) runs along nearly the whole of India's northern frontier with China and functions as the effective border between the two States. However, there are several areas where LAC is not clearly demarcated, leading to incursions and border disputes between the two countries and periodically straining bilateral relations.

A final source of Indian regional geopolitical insecurity emerges from the Indian Ocean Region (IOR). As a significant maritime nation with a coastline of over 7,500 km, India sees the IOR as its natural domain and a significant part of its "strategic footprint" (LADWIG, 2010). Certainly, the country's policy of expanding its regional influence in the Indian Ocean not only reflects its dominant geo--strategic position within the IOR but also its efforts to reclaim its natural primacy in what India considers its "near abroad". However, while its enormous water borders bring distinct advantages, they are also a critical source of maritime insecurity steaming from piracy, smuggling, and threats to sea lines of communication, which pose substantial risk to its security, stability, and economic interests. Piracy, characterized by acts of robbery, hijacking, and violence against ships and their crews, has plagued the waters near India's western and eastern coasts. The Gulf of Aden and the Arabian Sea especially have witnessed an epidemic of piracy incidents, with pirates targeting commercial vessels, fishing boats, and even leisure yachts. These criminal activities disrupt maritime trade, jeopardize the safety of seafarers, and create economic losses for all countries in the IOR. Maritime smuggling is another pressing challenge

faced by India. The country's vast coastline, porous borders, and proximity to international drug trafficking routes have made it a transit point for narcotics, arms, and contraband goods. Criminal networks exploit weak security measures, clandestine routes, and corrupt practices to facilitate the smuggling of illegal goods across land and sea borders. While the Indian Navy has deployed warships and naval assets in piracy-prone areas and the Indian Coast Guard, which plays a crucial role in combating maritime smuggling, has been steadily increasing its patrols, intercepting suspicious vessels and engaging in counter-smuggling operations, the threat is far from neutralised (THOMPSON, 2017).

From its very inception, the Democratic Republic of India has been confronted by an unusually diverse range of domestic challenges – from insurgency and terrorist violence within its borders to socio--economic disparities and ethnic and communal tensions. The latter have been a persistent challenge due to its diverse religious and ethnic landscape. Hence, India has witnessed sporadic incidents of communal violence, often between Hindus and Muslims, although tensions can arise among other religious communities as well (JAFFRELOT, 2007). In the past these conflicts have been triggered by factors such as religious extremism, political manipulation, socio--economic disparities, or historical animosities. Communal tensions have resulted in violence, property damage, displacement, and loss of lives, and they pose a significant challenge to India's social harmony and national unity. India is also a nation with a diverse range of ethnic groups and tensions can arise due to differences in language, culture, and historical experiences. These tensions may stem from issues related to identity, territorial claims, resource distribution, or political representation. Ethnic tensions can manifest in protests, demands for autonomy, inter-group conflicts, and, in extreme cases, separatist movements. India is also characterised by huge socio-economic disparities and development gaps across the

country. Poverty, unemployment, unequal access to education and healthcare, and rural-urban division all contribute to social unrest and have potentially dire security implications for the country. We have also evidence that these disparities fuel grievances, radicalization, and youth alienation.

While socio-economic disparities and communal and ethnic tension are in themselves serious challenges, in India they provide the environmental conditions for the country's greatest internal challenges: terrorism and insurgency. Not only has India produced an unenviably high number of homegrown terrorist groups that operate within its borders, it has also shown itself to be particularly vulnerable to the threat of both cross-border and transnational terrorism. While cases of what can be best categorized as "pure terrorism" exist in India, the majority of India's internal conflicts manifest as separatist insurgencies with terrorism as their "defining feature" (UPADHYAY, 2009). India is perhaps the only country in the world with such a vast range of terrorist and insurgent activity.

One of India's best-known conflicts involves the state of Jammu and Kashmir (J&K). Already a source of territorial tension amongst India, Pakistan, and China since 1947, in 1998 this region also experienced an ethno-religious, separatist insurgency, as pro--independence secessionists led by the Jammu Kashmir Liberation front (JKLF) launched an armed campaign against the Indian state (GANGULY, 1997). However, this separatist insurgency was soon hijacked, first by local pro-Pakistan Islamist groups like Hizbul Mujahideen and then by a host of cross-border Islamist groups sponsored by the Pakistani state (SCHOFIELD, 1996; MUKHERJEE, 2017). From the very beginning, Pakistan both sought to control the militancy in J&K by supporting multiple Islamist groups (*tanzeems*) and systematically undermining pro-independence elements in favour of groups that were more inclined towards a merger with the

Pakistani state (PATANKAR, 2009). Thus, as Pakistan successfully undercut pro-independence Kashmiri groups the insurgency came to be carried forward by local pro-Pakistani organizations and cross--border groups. Hence, what developed in J&K can be best categorized as a complex amalgam of local insurgencies (represented by local groups with diverging demands and ambitions) that mutated into predominantly cross-border Islamist terrorism supported by Pakistan as part of its proxy war against the Indian state.

The "North-East" is a generic term used to reference the eight states of Assam, Arunachal Pradesh, Mizoram, Nagaland, Meghalaya, Sikkim, Tripura, and Manipur. Significant portions of this region have been in the grip of insurgent violence since India's independence. Although the international community tends to focus upon J&K, the political and social complexity of the North-East (STANILAND, 2017), along with the sheer number of insurgent groups with different agendas using terrorist tactics in this region, make political unrest here a much more intractable challenge for the Indian state than J&K. The earliest insurgency in this region emerged in the 1950s with the separatist Naga movement and local insurgencies in Mizoram, Tripura, and Manipur rapidly followed (UPADHYAY, 2009). Insurgent demands of separatism or autonomy in this region have tended to be associated with assertions of ethnic, cultural, and religious differences with the rest of India. Despite long periods of containment and conflict management efforts by the centre, resentment has continued to simmer and, since the 1980s, almost all the states of the North-East have been wracked by insurgencies. More significantly, insurgents in this region have gradually moved towards pure terrorism and, as a result, there has been a steady upturn in attacks upon infrastructure, civilians, and political authorities in addition to Indian security forces (SINGH, 2019).

The Punjab insurgency (1978-93) is often cited as a successful example of India's CT and COIN strategies (MAHADEVAN, 2012). It sought the creation of a separate Sikh homeland called Khalistan in the Indian state of Punjab. The insurgency, rooted in religious and political grievances, led to a prolonged period of violence and instability in the region characterised by an armed militancy targeting security forces, political leaders, and civilians. The militants carried out bombings, assassinations, and acts of violence, creating an atmosphere of fear and tension in Punjab. It reached its peak in the 1980s and early 1990s, resulting in a significant loss of lives and economic disruption. However, through determined efforts, including intelligence-led operations, improved intelligence-sharing, and community engagement, the Indian security forces were able to dismantle the extremist networks and bring the insurgency under control by the mid-1990s (WALLACE, 2007). Since then, the Khalistan insurgency has significantly diminished, but remnants of the movement still exist, albeit in a weakened form. Some radical Sikh groups and individuals continue to advocate for Khalistan, both within India and among the Sikh diaspora. However, the broader Sikh community in India, as well as Sikh religious and political leaders, have distanced themselves from the demand for Khalistan and have emphasized peaceful and inclusive means to address grievances.

India has grappled with the Naxalite problem, also known as the Maoist insurgency, for several decades. The Naxalite movement originated in the late 1960s as an armed rebellion against perceived social and economic inequalities, particularly in rural areas (SINGH, 2018). Inspired by Maoist ideology and strategies, the Naxalites aim to overthrow the Indian state through armed struggle and establish a communist society. The movement primarily operates in remote and forested regions, predominantly in the states of Chhattisgarh, Jharkhand, Odisha, Bihar, Andhra Pradesh, Telangana, Maharashtra, and West Bengal. These areas often suffer from poverty, lack of

infrastructure, inadequate access to basic services, and limited governance, creating an environment conducive to the growth of the insurgency. The Naxalites engage in guerrilla warfare, attacking security forces, government institutions, and infrastructure, as well as carrying out assassinations, extortions, and kidnappings. They also use propaganda and recruitment strategies to expand their influence and gain support among marginalized sections of society (RAY, 2012). The Naxalite insurgency remains a significant challenge for India, impacting the affected regions' development, governance, and security. The government's approach recognizes the need for a comprehensive solution that addresses socio-economic disparities, enhances governance mechanisms, and ensures the rule of law (SAHNI, 2000). As such, alongside security operations, efforts are being made to engage with local communities, promote dialogue, and address the grievances of marginalized sections to facilitate the reintegration of Naxalite cadres into mainstream society. However, while progress has been made in containing the Naxalite insurgency and reducing its influence, sporadic incidents of violence and localized pockets of Naxalite activity continue to pose challenges.

India's experience with Islamist terrorism can be discussed under three broad categories: cross-border terrorism, homegrown jihad, and finally, transnational global jihad. As seen previously, originally the local insurgency in J&K was sharply divided between pro-independent groups on the one hand and pro-Pakistan groups on the other. However, by 1996, what had been a local insurgency that adopted terrorist tactics came to be hijacked by cross-border terrorist groups sponsored by the Pakistani state, like Lashkar-e--Taiba (LeT), and Jaish-e-Mohammad (JeM) (TANKEL, 2014). While the scale remains unclear, India also faces an increasingly virulent homegrown Islamist threat which is rooted in its historic past and the communal tensions between its Hindu community and Muslim

minority (GANGULY, 1997). A strong feeling of discrimination in the Muslim community has facilitated a progressive radicalization and turn towards terrorist violence. Several homegrown jihadist groups began emerging in the mid-1980s. These makings of a homegrown Indian jihad were further bolstered by the 1992 Ram Janm Bhoomi--Babri Masjid debacle which inspired a series of deadly retributive bombings in Mumbai in early 1993 that were eventually traced back to Pakistan and their hand in India, the D-Company leader, Dawood Ibrahim (MEDIRATTA, 2017). Another series of blasts in December 1993 were traced back to the Tanzim Islahul Muslimeen (TIM), an armed Muslim defence militia whose leaders were trained by an LeT operative in the early 1990s (TANKEL, 2014; 2011). Meanwhile, groups like the Students Islamic Movement of India (SIMI) also emerged as suppliers for the Indian Mujahideen (IM), comprised more militant SIMI members, and began conducting terrorist strikes against the Indian state (ROUL, 2009). Finally, India also faces the threat of transnational terrorism from organizations like Al Qaeda (AQ) and the Islamic State (IS) which categorize it as a part of the Crusader-Zionist-Hindu conspiracy against the Muslim nation (ROGGIO, 2014). AQ's former leader Ayman al-Zawahiri announced the formation of the group's regional branch, Al Qaeda in India (AQIS) in September 2014 (SINGH, 2019). A series of arrests also indicate that IS has a presence in India. The IS has used social media in order to mobilize support from individuals formerly associated with local terrorist groups, such as SIMI and IM, as well as other unaffiliated individuals. Several young men from India have also reportedly travelled to Syria and Iraq to fight for the IS (ROUL, 2016).

Brazil

Brazil, very much like India, is an emerging great power and increasingly a key global player. The country's size, population, and

abundant natural resources not only position it as a regional power in South America but also a prominent emerging economy on the global stage.

Brazil possesses one of the largest economies in the world and is a member of the influential BRICS group (Brazil, Russia, India, China, and South Africa). It is an active participant in multilateral organizations such as the United Nations (UN), World Trade Organization (WTO), and the Organization of American States (OAS). Brazil has also played a key role in initiatives like climate change negotiations, peacekeeping operations, and South-South cooperation, emphasizing its commitment to global governance and diplomacy. As the largest country in South America, Brazil also plays a significant role in regional affairs. It has sought to promote regional integration through initiatives like the Union of South American Nations (UNASUR) and the Southern Common Market (Mercosur). However, Brazil still faces a number of notable security challenges that both impact its domestic stability and regional influence.

Brazil faces several geopolitical regional challenges that shape its position in South America and its relations with neighbouring countries. However, its challenges differ considerably from those faced by India. For instance, Brazil has a relatively stable relationship with its neighbouring countries, resolving even historical border disputes with Guyana, Suriname, and Uruguay through diplomatic means. Yet relatively peaceful relations with neighbours can also come at a cost. We have seen in the past how political crises in Venezuela, Bolivia, and Colombia have had severe repercussions for Brazil in terms of refugee flows, economic disruptions, and overall regional stability. Similarly, very much like India, Brazil also faces several maritime security challenges due to an extensive coastline along the Atlantic Ocean that stretches for over 8,000 kilometres. Thus, Brazil's rich marine resources attract illegal fishing activities,

both by domestic and foreign vessels. This poses a threat to the country's marine biodiversity, fish stocks, and the livelihoods of local fishing communities. Illegal fishing activities are also often linked to organized crime networks involved in smuggling, money laundering, and other illicit activities. Second, Brazil's extensive coastline and proximity to major drug-producing regions in South America make it vulnerable to drug trafficking activities. Local, regional, and international drug cartels often use maritime routes to transport narcotics, making Brazil, with its extensive coastline, an attractive option. It is worth remembering that the majority of the world's cocaine is produced in Bolivia, Colombia and Peru and a significant percentage of this is shipped to Europe, Africa and other continents using Brazilian ports (FORD, 2022). Third, transnational criminal networks involved in other illicit flows such as human trafficking, arms smuggling, and contraband trade also exploit Brazil's maritime routes for their activities (OECD, 2016).

Thus, unlike India, Brazil's core security challenges are related to organized crime, including drug trafficking, arms smuggling, and gang violence. Criminal organizations, such as the First Capital Command (*Primeiro Comando da Capital* – PCC) operate in various regions, particularly in urban areas, leading to violence, social instability, and challenges for law enforcement. Organized crime in Brazil is a significant issue that affects various aspects of society, including public safety, economy, and governance.

The illicit drug trade, particularly when it comes to cocaine and cannabis, is a major criminal market in the region. Brazil and Paraguay are the main players in the cocaine trade in the Southern Cone, while Paraguay, Brazil, and Argentina lead in the cannabis trade. Brazil plays a dual role as both a destination and a crucial transit point for cocaine trafficking. Cocaine, sourced from the Andean region of South America (Colombia, Peru, and Bolivia), is

transported through Brazil to various global markets using different modes of transport. Brazil's domestic market has significant demand for cocaine base (coca paste). Thus, the transportation of cocaine connects two key aspects of Brazil's illicit markets: the border regions with Bolivia, Peru, Colombia, and the Tri-border Area (Argentina, Paraguay, and Brazil), and the country's port regions, particularly Paranaguá, Itajaí, Salvador, and Santos (HUDSON, 2003; KOSMYNKA, 2020). The connection between the Southern Route, one of the main international routes for cocaine smuggling, and the ports in Brazil and other regional countries (Argentina, Uruguay, etc.) is crucial to the current dynamics of cocaine smuggling. Europe remains the primary market for this smuggling, with countries like Spain, Portugal, the Netherlands, Belgium, the Czech Republic, Poland, and the United Kingdom being important destinations (UNODC, 2023). Cocaine serves as a major catalyst for organized crime in the region, contributing to corruption, homicides, money laundering, fraud, and difficulties in border monitoring. It also fuels a cycle of escalating violence between organized criminal syndicates and Brazil's security forces. The PCC (*Primeiro Comando da Capital*), Brazil's largest organized criminal organization, has become a significant player in this dynamic due to its control over various cocaine corridors (UNODC, 2021).

In recent years, Brazil has also emerged as the largest cannabis market in Latin America. While Brazil used to produce a significant portion of its cannabis, Paraguay has emerged as the main source of the drug for Brazil and the largest marijuana producer in South America. It is important to note that marijuana consumption is highly stigmatized in Paraguay, with less than one percent of the population consuming it (GARAT, 2016). As a result, most of the marijuana produced in the country enters the illicit market and is exported to neighboring countries, including Brazil, Argentina, Bolivia, Chile, and Uruguay. Approximately 80% of Paraguay's marijuana crosses

the border into Brazil, where it is distributed by various criminal organizations throughout the country. The cities of São Paulo and Rio de Janeiro serve as major consumption and distribution hubs for Paraguayan cannabis, while Colombian cannabis dominates the trade in northern Brazil (UNODC, 2020b).

Brazil faces challenges related to arms smuggling, as illegal firearms often flow into the country through its porous borders. These weapons fuel criminal activities, including armed robberies, gang violence, and territorial disputes among criminal organizations. Addressing arms smuggling and strengthening firearm control are crucial elements in combating organized crime – although this is easier said than done! Brazil faces significant challenges related to the parallel trafficking of drugs and firearms along different routes. Two main routes have been identified by Brazilian authorities: the land border with Paraguay, where marijuana and cocaine are trafficked together, and the transportation of illegal goods via small planes from Bolivia to states in the southeast of Brazil, such as São Paulo or Minas Gerais (OECD, 2016). From these locations, the illicit goods, including firearms, are further trafficked to cities like Rio de Janeiro. The demand for firearms in big cities like São Paulo and Rio de Janeiro is driven by their use in maintaining control of areas for drug dealing (UNODC, 2020a). Criminal groups in these cities receive the firearms and manage their illicit circulation by renting, lending, and selling them. They are then utilized for various criminal activities, including bank robberies.

In Brazil, there are individuals and criminal groups specialized in the transportation of drugs, contraband goods, and firearms from the land border areas to urban centers, primarily using the country's highways. Some criminal organizations based in São Paulo and Rio de Janeiro, involved in drug importation from Andean countries, have established cells in Paraguay to oversee the trafficking of

firearms from that country. While many criminal groups transport firearms together with drugs in their illicit shipments, there are also dedicated groups primarily focused on firearms trafficking. These groups specialize in the acquisition, distribution, and sale of illegal firearms, often separate from their involvement in the drug trade. Their activities contribute to the proliferation of weapons and pose significant security challenges in Brazil, particularly in urban areas where firearms are used to maintain control over territories and carry out criminal activities. This parallel trafficking of drugs and firearms poses significant security challenges for Brazil (MARTENS, 2019; NEUMANN & PAGE, 2018). It contributes to the proliferation of illegal weapons and fuels violence in urban areas. It also facilitates the operations of organized crime groups, who exploit different but interconnected illicit trade for their financial gains.

Brazil has a significant presence of criminal gangs that operate in various states and cities. These gangs engage in drug trafficking, extortion, kidnapping, money laundering and other illicit activities. Gang-related violence, including territorial disputes and clashes with law enforcement, poses a significant security challenge. These powerful and highly organized criminal gangs are known as "*facções*" or "*facções criminosas*", and operate in various parts of the country, particularly in urban areas (SULLIVAN & BUNKER, 2022a). They are often based in "*favelas*" or slums, where they establish their dominance and carry out their criminal operations. The territories become battlegrounds for rival gang factions, resulting in high levels of violence and insecurity for the residents. Gang violence in Brazil is characterized by brutal tactics, including targeted assassinations, public executions, and territorial disputes. Many of these criminal organizations have access to sophisticated weaponry, which further escalates the level of violence. Additionally, gangs often engage in confrontations with law enforcement agencies, resulting in clashes and casualties on both sides.

Brazil's two largest criminal gangs, the First Capital Command (*Primeiro Comando da Capital* – PCC) and the Red Command (*Comando Vermelho* – CV), exert significant influence and pose a considerable challenge to public security. These gangs have expanded their criminal activities beyond domestic borders, engaging in international drug trafficking, arms smuggling, and contraband trade. The PCC and the CV have established themselves as powerful entities, with a wide network of members and affiliates operating throughout Brazil. They have become increasingly involved in imposing violent control within the country's prisons, leading to deadly clashes and riots. Their dominance within the prison system allows them to coordinate criminal activities and recruit new members, further strengthening their ranks. Both the PCC and the CV have also expanded their operations into international drug trafficking. The PCC, in particular, has extended its reach by establishing a secondary power base in neighboring Paraguay, where it manages the trafficking of cocaine and other illicit goods (DUBOIS, 2021). The gang's involvement in the cocaine trade has facilitated its expansion into European markets, with Brazil serving as a key transit route for the drugs heading to Europe (MCDERMOTT, 2021).

In addition to gang violence, Brazil faces a very particular challenge that feeds into augmenting general levels of urban violence and insecurity in the country i.e., the presence of police militias. Police militias are illegal armed groups composed mainly of active or former police officers, firefighters, and other public servants who exploit their positions of power for personal gain and criminal activities. These militias typically emerge in areas with weak state presence and governance, particularly in low-income neighbourhoods and marginalised communities. Initially formed with the alleged purpose of providing security and fighting crime, these militias often become involved in illicit activities, including drug trafficking,

extortion, illegal gambling, and protection rackets (SULLIVAN & BUNKER, 2022b).

The militias of Rio de Janeiro are perhaps the most infamous. Here the presence of loosely connected militia groups, also known as "*bondes*" or "crews," poses a significant security challenge. These militias have emerged as powerful entities with a hierarchical structure, exercising control over numerous low-income communities in the western suburbs of the city. The roots of Rio's militias can be traced back to the death squads that operated in the impoverished outskirts during the 1960s and 70s. Initially, they used lethal force to combat petty crime, but over time these groups evolved into organized gangs comprising off-duty police officers and prison guards. Slowly, they began exerting authority over large areas, seeking elected office, and accumulating wealth through various illegal activities, including property sales and fuel theft. Since the 2000s, these militias have expanded their control over significant portions of territory (FORD, 2022). They often enter neighbourhoods under the pretence of driving out criminals and drug dealers, initially garnering support from residents who hope for improved security. However, they quickly establish their own extortion and protection rackets, exploiting the very communities they claim to protect. The militias generate income through a range of illicit means. They exert control over businesses, imposing "taxes" on activities such as cooking gas sales, pirate cable TV and internet networks, and minibus transport routes. They also engage in land sales, particularly in areas with unclear ownership, and impose "taxes" on local sand quarries and construction companies. The militias constantly seek new revenue streams to expand their influence and wealth (PHILLIPS, 2022).

It is worth noting that when militias first emerged in Rio's western suburbs about two decades ago, they initially received a degree of support from residents who saw them as "community

self-defence" groups promising to tackle crime and drug trafficking. Even today, some conservative segments of Brazilian society turn a blind eye to the militias' violent methods in dealing with the country's crime problem. Additionally, there have been cases where politicians hesitate to condemn these militias outright, further complicating efforts to address the issue (SULLIVAN & BUNKER, 2022a; OECD, 2021). One of the key issues with police militias is their connection to the security forces. Due to the presence of active and former police officers within their ranks, militias can access police resources, weapons, and intelligence. This enables them to operate with a sense of impunity, as they often have insider knowledge of police operations and can manipulate or corrupt law enforcement officials. The actions of police militias exacerbate insecurity in multiple ways. Firstly, they contribute to the overall breakdown of law and order, as they engage in criminal activities and undermine the authority of legitimate security forces. This leads to a loss of trust and confidence in the police among the population, hindering effective crime prevention and investigation. Secondly, the militias engage in violent turf wars with rival criminal groups, further escalating violence and endangering the lives of innocent civilians caught in the crossfire. These conflicts often result in high numbers of homicides and other violent crimes and add to Brazil's violence epidemic (PHILLIPS, 2018). Moreover, the presence of militias perpetuates a cycle of corruption and impunity within the security sector. Their infiltration of law enforcement institutions erodes public trust and undermines the rule of law. It also hampers efforts to combat organised crime effectively, as these militias can hinder investigations and protect their criminal networks (SULLIVAN & BUNKER, 2022b).

Finally, the Amazon is a moist tropical rainforest that covers most of the Amazon Basin of South America. The largest rainforest in the world, it plays a critical role in the fight against climate change.

The Amazon rainforest covers an enormous 6.7 million square kilometers, spanning 8 countries and one overseas territory in South America. Put simply, it covers an area twice the size of India! The Amazon jungle absorbs approximately 25% of atmospheric carbon dioxide and produces around 6% of the total oxygen in the Earth's atmosphere. We should not be surprised when it is referred to as the lungs of planet Earth. Sixty percent of the Amazon rainforest lies in Brazilian territory. Thus, Brazil's environmental challenges have global implications, primarily due to the importance of the Amazon rainforest but also other biomes, such as Pantanal and Cerrado. Deforestation is a major concern in the Amazon, with illegal logging, the expansion of agricultural activities, infrastructure development and land encroachment posing threats to the integrity of forest ecosystems. The destruction of the Amazon rainforest not only results in the loss of biodiversity but also contributes to climate change. As trees are cut down and ecosystems are disrupted, the capacity of the rainforest to absorb carbon dioxide decreases, leading to increased greenhouse gas emissions and global warming (OECD, 2021). Another challenge is the illegal wildlife trade, which poses a threat to Brazil's rich biodiversity. The trafficking of rare and endangered species, both domestically and internationally, undermines conservation efforts and disrupts ecosystems. Land conflicts and encroachment on indigenous lands are also significant security challenges. Disputes over land ownership and resource extraction often lead to violence and conflicts, particularly in the Amazon region. The protection of indigenous rights and the sustainable management of land and resources are crucial for maintaining environmental security and social stability (OECD, 2021). While India also grapples with similar environmental issues, such as air pollution, soil degradation, water scarcity, and deforestation, Brazil's environmental challenges, especially regarding the Amazon rainforest, hold global significance. The preservation and sustainable management of the Amazon rainforest

are not only crucial for Brazil's domestic security and biodiversity conservation but also for the planet's overall climate regulation and the well-being of future generations.

Conclusions

In conclusion, this brief essay has highlighted the common and particular security risks faced by Brazil and India in the international system. Both countries are situated in regions characterized by complex security environments, and they encounter various vulnerabilities and challenges that require international cooperation to address. Brazil and India share many commonalities that can be leveraged to promote stability and contribute to building a more inclusive and balanced international system. By collaborating and working towards advancing their shared interests, these two emerging powers can make significant contributions to global security.

One of the key challenges faced by Brazil is its vulnerability to transnational organized crime, particularly drug trafficking. The country's extensive borders, porous coastline, and weak law enforcement infrastructure make it an attractive destination for drug traffickers. Additionally, Brazil's urban centres are plagued by high levels of violence, which further exacerbates the country's security challenges. India faces a different set of security risks due to its geopolitical context. The country is located in a volatile region characterized by ongoing conflicts with neighbouring Pakistan and China. India also faces internal threats from insurgent and terrorist groups operating in various parts of the country.

Despite these differences, Brazil and India share several vulnerabilities that require international cooperation to address effectively. Although not discussed here, both countries are increasingly facing cybersecurity threats from state-sponsored

actors seeking to steal sensitive information or disrupt critical infrastructure. They also face different challenges related to terrorism, with India grappling with terrorist propaganda, recruitment, financing and attacks and Brazilian territory being used to finance terrorist activity through intersections with organised crime and money laundering. To address these challenges effectively, Brazil and India must work together with other nations in the international community. This requires building trust between countries through diplomatic channels while also developing effective mechanisms for sharing intelligence information.

Another critical aspect of addressing these challenges is investing in domestic capabilities that can help mitigate risks. For example, both Brazil and India need to strengthen their law enforcement infrastructure to combat transnational organised crime effectively. They need to invest in domestic social and economic development to address socio-economic disparities that often function as foundational grievances for not only separatist movements but also organised crime. Finally, it is essential for Brazil and India to engage in dialogue with other nations to promote a more inclusive and balanced international system. This requires working towards common goals that benefit all nations, such as promoting economic growth and development, reducing poverty, and addressing climate change.

To sum up, Brazil and India face significant security challenges in the international system that require international cooperation to address effectively. By leveraging their commonalities and working together with other nations, these two emerging powers can make significant contributions to global security. It is essential for them to invest in domestic capabilities while also engaging in dialogue with other nations to promote a more inclusive and balanced international system.

REFERENCES

DUBOIS, Roberto. Paraguayan Authorities Conduct Record Cocaine Seizure. *Diálogo Américas,* 15 Sept. 2021. Available at: <https://dialogo-americas.com/articles/paraguayan-authorities-conduct-record-cocaine-seizure/>. Last access on: 28 Jun. 2023.

FORD, Alessandro. Lake Itaipú – The Smugglers's Paradise Between Brazil and Paraguay. *InSight Crime*, 8 Jul. 2022. Available at: <https://insightcrime.org/news/lake-itaipu-the-smugglers-paradise-between-brazil-and-paraguay/>. Last access on: 28 Jun. 2023.

GANGULY, Sumit. *The Crisis in Kashmir:* Portents of War, Hopes of Peace. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

GARAT, Guillermo. Paraguay: The cannabis breadbasket of the Southern Cone. *TNI*, Amsterdam, 3 Oct. 2016. Available at: <https://www.tni.org/en/publication/paraguay-the-cannabis-breadbasket-of-the-southern-cone>. Last access on: 28 Jun. 2023.

HUDSON, Rex. Terrorist and Organized Crime Groups in the Tri--Border Area (TBA) of South America. *U.S. Department of Justice*, Washington, Jul. 2003. Available at: <https://www.ojp.gov/ncjrs/virtual-library/abstracts/terrorist-and-organized-crime-groups-tri-border-area-tba-south>. Last access on: 28 Jun. 2023.

JAFFRELOT, Christophe. Introduction: The Invention of an Ethnic Nationalism. In: *Hindu Nationalism:* A Reader. Princeton: Princeton University Press, 2007, p. 3-25.

JAIN, B. M. *Global Power:* Indian's Foreign Policy, 1947-2006. United Kingdom: Lexington Books, 2009.

KOSMYNKA, Stanisław. The Problem of Organized Crime in the South American Tri-Border Area: Paraguay, Brazil and Argentina. *International Studies*, v. 25, n. 1, p. 9-28, 2020. Available at: <https://czasopisma.uni.lodz.pl/international/article/view/9425/9282>. Last access on: 28 Jun. 2023.

LADWIG, Walter C. India and Military Power Projection: Will the Land of Gandhi Become a Conventional Great Power? *Asian Survey*, v. 50, n. 6, p. 1162-1183, 2010.

MAHADEVAN, Prem. *The Politics of Counterterrorism in India:* Strategic Intelligence and National Security in South Asia. New York: I.B. Tauris, 2012.

MARTENS, Juan A. Entre grupos armados, crimen organizado e ilegalismos: actores e impactos políticos y sociales de la violencia en la frontera noreste de Paraguay con Brasil. *Revista sobre acesso à Justiça e Direitos Humanos nas América,* v. 3, n. 3, p. 65-87, 2019.

MCDERMOTT, Jeremy; BARGENT, James; DOUWE, den Held; RAMÍREZ, Maria Fernanda. The Cocaine Pipeline to Europe. *Global Initiative Against Transnational Organized Crime,* 2021. Available at: <https://globalinitiative.net/analysis/cocaine-to-europe/>. Last access on: 28 Jun. 2023.

MEDIRATTA, Rahul. India and Transnational Organized Crime. In: *The Oxford Handbook of India's National Security*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

MUKHERJEE, Shivaji. India's Hidden War – Maoist Insurgency in the World's Largest Democracy. In: *The Oxford Handbook of India's National Security*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

NEUMANN, Vanessa; PAGE, Stuart. The *Many Criminal Heads of the Golden Hydra*: How the Tri-Border Area's Interlocking Arcs of Crime Create LatAm's #1 International Fusion Center. Counter Extremism Project, 2018.

OECD. *Illicit Trade:* Convergiving Criminal Networks. Paris: OECD Publishing, 2016.

OECD. *Evaluating Brazil's Progress in Implementing Environmental Performance Review Recommendations and Promoting Its Alignment with OECD Core Acquis on the Environment*. Paris: OECD Publishing, 2021.

OGDEN, Chris. *Indian Foreign Policy*. Cambridge: Polity Press, 2014.

PATANKAR, V.G. Insurgency, Proxy War, and Terrorism in Kashmir. In: *India and Counterinsurgency:* Lessons Learned. New York: Routledge, 2009.

PHILLIPS, Dom. 'Lesser Evil': How Brazil's Militias Wield Terror to Seize Power from Gangs. *The Guardian*, Jul. 12, 2018. Available at: <https://www.theguardian.com/world/2018/jul/12/brazil-militia-paramilitary-wield-terror-seize-power-from-drug-gangs>. Last access on: 28 Jun. 2023.

PHILLIPS, Tom. Brazil's Fearsome Militias: Mafia Boom Increases Threat to Democracy. *The Guardian*, Oct. 12, 2022. Available at: <https://www.theguardian.com/world/2022/oct/18/brazil-militias-paramilitary-far-right-bolsonaro>. Last access on: 28 Jun. 2023.

RAY, Anasuya. Tribal Development and Maoism in India: A Gendered Perspective. *International Journal of Diversity in Organizations, Communities and Nations*, v. 11, n. 5, 2012.

ROGGIO, Bill. Al Qaeda in the Indian Subcontinent Incorporates Regional Jihadist Groups. *The Long War Journal*, 5 Sep. 2014. Available at: <https://www.longwarjournal.org/archives/2014/09/analysis_al_qaeda_in.php>. Last access on: 28 Jun. 2023.

ROUL, Animesh. India's Home-Grown Jihadi Threat: A Profile of the Indian Mujahideen. *Terrorism Monitor,* v. 7, n. 4, 2009.

ROUL, Animesh. How Islamic State Gained Ground in India Using Indigenous Militant Networks. *Terrorism Monitor,* v. 14, n. 9, 2016.

SAHNI, Ajai. Naxalism: The Retreat of Civil Governance. *Faultlines:* Writings on Conflict & Resolution, v. 5, 2000. Available at: <http://www.satp.org/satporgtp/publication/faultlines/volume5/Fault5-7asahni.htm>. Last access on: 28 Jun. 2023.

SCHOFIELD, Victoria. *Kashmir in the Crossfire.* London: I.B. Tauris, 1996.

SINGH, Rashmi. India's Experience with Terrorism. In: *The Oxford Handbook of India's National Security*. New Delhi: Oxford University Press, 2018, p. 247-266.

SINGH, Rashmi. Counterterrorism in India: An Ad Hoc Response to an Enduring and Variable Threat. In: *Non-Western Responses to Terrorism*. Manchester: Manchester University Press, 2019, p. 153-83.

STANILAND, Paul. Counterinsurgency in India. In: *The Oxford Handbook of India's National Security*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

SULLIVAN, John P.; BUNKER, Robert. *Competition in Order and Progress:* Criminal Insurgencies and Governance in Brazil. Bloomington: Xlibris, 2022a.

SULLIVAN, John P.; BUNKER, Robert. Introduction: Gangs, Militias and Competitive Control in Brazil. In: *Competition in Order and Progress: Criminal Insurgencies and Governance in Brazil*. Bloomington: Xlibris, 2022b.

SWAMI, Praveen. *The Kargil War.* New Delhi: LeftWord Books, 1999.

TANKEL, Stephen. *Storming the World Stage:* The Story of Lashkar--e-Taiba. New York: Columbia University Press, 2011.

TANKEL, Stephen. *The Indian Jihadist Movement:* Evolution and Dynamics. Washington: National Defence University Press, 2014.

THOMPSON, William R. Indian National Security and Indian State Capacity. In: *The Oxford Handbook of India's National Security*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

UNODC. *Global Study on Firearms Trafficking*. New York: United Nations publications, 2020a.

UNODC. *World Drug Report 2020*. Vienna: United Nations publications, 2020b.

UNODC. *Cocaine Insights 2:* Cocaine – A Spectrum of Products. Vienna: UNODC, 2021.

UNOCD. *Global Report on Cocaine 2023* – Local dynamics, global challenges. Vienna: United Nations publications, 2023.

UPADHYAY, Archana. *The Dynamics of Terrorism in North East India:* India's Fragile Borderlands. London and New York: I.B. Tauris, 2009.

WALLACE, Paul. Countering Terrorist Movements in India: Kashmir and Khalistan. In: *Democracy and Counterterrorism:* Lessons from the Past. Washington: United States Institute of Peace, 2007.

THE ROLE OF BUSINESS SCHOOLS IN STIMULATING BILATERAL RELATIONS: THE CASE OF FGV EAESP

Umesh Mukhi[1]

Introduction

As India-Brazil commemorate 75 years of diplomatic relations, it is a unique moment to reflect on this ongoing relationship which by far has been relatively resilient, consistent, and growing stronger. In this chapter I briefly give a retrospective view of India-Brazil relations. Whereas this relationship has evolved in a multifaceted manner specifically in trade and multilateral fora, there is a considerable gap in academia which thereby offers a unique opportunity for the policymakers to encourage higher educational institutions (HEI) to collaborate so that they can create a stronger knowledge base consequently improving perceptions of the growth and development of both economies. In this chapter, I highlight how Getulio Vargas Foundation's Sao Paulo School of Business Administration (FGV EAESP) is playing a crucial role in bridging this knowledge gap.

India-Brazil Relations

India achieved its Independence on 15th August, 1947. In the following year, 1948, Brazil established diplomatic relations (BRAZIL, 2022) with India on 6th April. Indeed, one can say that both nations shared a commonality in their past which is each of them were colonised, and later strove for the recognition of sovereignty

1 Professor of Management at Getulio Vargas Foundation's São Paulo School of Business Administration (FGV EAESP), <umesh.mukhi@fgv.br>.

and territorial integrity. From this lens, Brazil's recognition of India immediately after its independence symbolizes the value of independence, autonomy, and the importance of adhering to democratic values. Post establishment of this relationship, the first State visit was made by the Vice-President of India S. Radhakrishnan in 1954 which is almost 8 years after the Independence (See Table 1). Hereafter the next visit occurs in 1968 with the gap of 14 years and then in 1992 with gap of 24 years. Here onwards, post 1991, when India opened its economy after the Balance of Payments deficit crisis, we can witness more consequential visits in 1992, 1996, 1998 and so on. Indeed, these visits could also be attributed to the growth in parallel conjuncture of the global economy.

Year	**State Visits**	**GDP growth of India (annual %)**	**GDP growth of Brazil (annual %)**
1954	Visit of Vice-President S. Radhakrishnan to Brazil	Not available	Not available
1968	Visit of Prime Minister Indira Gandhi to Brazil	3.4	9.8
1992	Visit of Prime Minister Narasimha Rao to Brazil (Rio-92)	5.5	-0.5
1996	Visit of President Fernando Henrique Cardoso to India	7.5	2.2
1998	Visit of President K.R. Narayanan to Brazil	6.2	0.3
2004	Visit of President Luiz Inacio Lula da Silva to India	7.9	5.8
2006	Establishment of the Brazil--India Strategic Partnership; Prime Minister Manmohan Singh's visit to Brazil;	8.1	4

2007	Visit of President Luiz Inácio Lula da Silva to India;	7.7	6.1
2008	Visit of President Pratibha Patil to Brazil;	3.1	5.1
2010	Visit of Prime Minister Manmohan Singh to Brazil	8.5	7.5
2012	Visit of President Dilma Rousseff to India;	5.5	1.9
2014	Prime Minister Narendra Modi's visit to Brazil (BRICS)	7.4	0.5
2016	Visit of President Michel Temer to India	8.3	-3.3
2017	Meeting of President Michel Temer with Prime Minister Narendra Modi (on the sidelines of the IX BRICS Summit in Xiamen)	6.8	1.3
2019	Bilateral meeting between President Jair Bolsonaro and the Prime Minister of India on the sidelines of the G20 Summit in Osaka (June) Visit of Prime Minister Narendra Modi to Brazil on the XI BRICS Summit (November)	3.7	1.2
2020	Visit of President Jair Bolsonaro to India (January)	-6.6	-3.9

Table 1: State Visits and GDP Growth of India and Brazil. Source: Compiled by the author using data from World Bank, and Embassy of Brazil in India.

Post 2000, Jim O'Neill study titled *Building Better Global Economic BRICs* (GOLDMAN SACHS, 2001) in 2001 led to the traction of grouping of emerging countries Brazil, Russia, India, and China and eventually South Africa (BRICS) (IPEA, 2014). Beyond using the concept as the analytical category in economic, financial, business,

academic and media circles it led to the grouping of BRICS nations of emerging economies and shared interests on the multilateral platforms in an institutionalized manner. As a result, we can see State visits in this scenario where strategic partnerships and visions have been enacted during the State visits in 2006 and 2020.

> The bilateral strategic partnership, which has opened a new phase for India-Brazil relations in 2006, is based on a common global vision, shared democratic values, and a commitment to foster economic growth with social inclusion for the welfare of the people of both countries.
>
> India-Brazil Relations Bilateral Brief by Ministry of External Affairs, India (INDIA, 2020).

Apart from BRICS, worth noting is the engagement in the form of the India, Brazil, and South Africa (IBSA) Forum (IBSA, 2021) in 2003 and the establishment of the New Development Bank in 2015 (NDB, 2023) which represent the institutionalised mechanism of engagement of India-Brazil relations within the BRICS framework. This is an important milestone which highlights that beyond state-to-state diplomatic relations, India and Brazil can stretch their partnership to new levels of engagement. Indeed, this has been majorly characterized by State interests, but it reinforces the opportunities to expand economic opportunities.

Date	India	Brazil
2021	9.1	5
2022	6.8	2.9
2023	5.9	0.9

Table 2: Real GDP growth. Annual percent change, during and post-covid scenario. Source: IMF (2023).

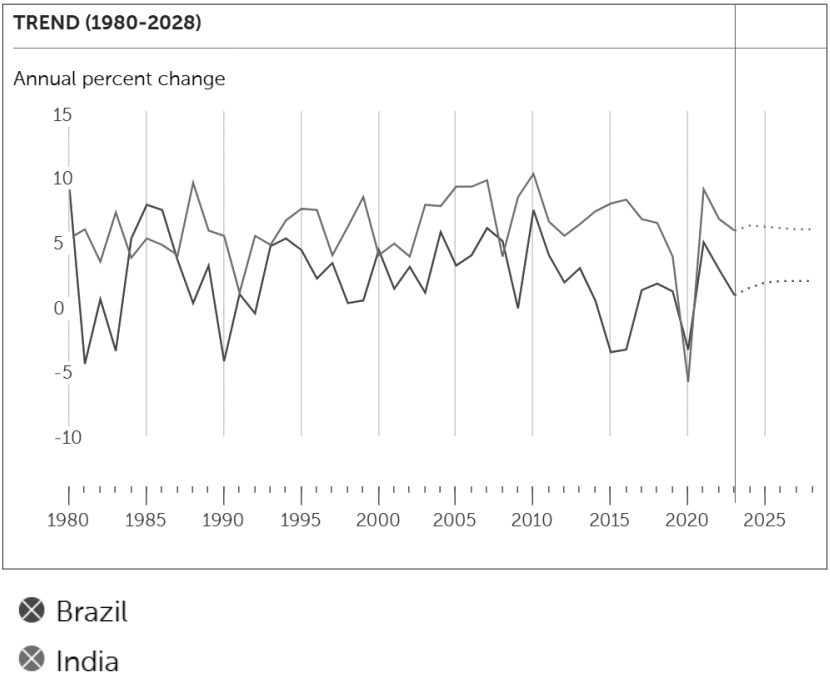


Figure 1: Comparison of India and Brazil GDP, Source: IMF.

A quick glance of the GDP Growth in Table 1, Table 2 and Figure 1 also highlights how each of the nations have shared trajectory of economic growth vis-à-vis the Financial Crises in 2008 and the Covid-19 pandemic in 2020. As a result, we can see that each of them has gone through cycles of growth and recession over two decades. Whereas India and Brazil share some similar characteristics and challenges in terms of developmental challenge and democratic nature of governance, the post-covid growth has been characterized by localised factors, political volatility, and inflation coupled with the geopolitical scenarios of Ukraine-Russia Conflict and US-China Tensions. Indeed, considering these factors the growth rate of India has been resilient compared to Brazil.

The bilateral trade has also been witnessing exponential growth (See Table 3). Amidst this scenario, one cannot discard the vast potential to expand this trade opportunity considering that China and United States still dominate as the major trading partners of Brazil (SANTANDER, 2022). Beyond trade we also see that multinationals have invested in the respective countries. Some examples from Indian companies that have been active in Brazil include Tata Consultancy Services from the IT sector, ACG in pharmaceutical or Royal Enfield in automobile. From the Brazilian side some examples include WEG Motors in infrastructure, Alpargatas in retail and Taurus in the defense sector.

Period	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
Total Trade	7,020	7,052	11,488	15,205
India's Exports	4,257	4,167	6,729	8,864
India's Imports	2,763	2,884	4,760	6,340
Trade Balance to India	1,494	1,283	1,969	2,524

Table 3: India-Brazil Bilateral Trade 2019-2022 (all figures in USD million). Source: Information provided by Indian Diplomatic mission in São Paulo.

India-Brazil Perception Gap

From the experiential perspective, in the interaction with executives, diplomats, students, and citizens of both countries, there is a perception gap which acts as a barrier but also an unexplored opportunity. These interactions reveal that stereotype assumptions prevail among masses which may lead them to presumptions, thereby undermining the opportunity to explore the potential of collaboration between the two countries. For example, an Indian presumption about Brazil would be limited to football or crime or coffee whereas the Brazilian presumption of India would be about caste, population, and poverty. Not to mention that the media often tends to reinforce the stereotypes in its coverage. A good example of

that would be Globo's soap opera *Caminho das Indias* which has had a positive impact in terms of opening Brazil to a new culture but also reinforces stereotypes. For India-Brazil relations the perception gap is further aggravated by the long distance which has led to limited interaction, less migration or marginal presence of Indian Diaspora compared to other countries. Language gap is a huge barrier which results from large Portuguese speaking population in Brazil compared to English in India. As a result, limited exchange of information takes place due to limited or fragmented communication. A good example of this could be seen from media releases: media articles about India in Brazil are often taken from international sources in English and eventually translated to Portuguese. In fact, it is an efficient way of reporting, but the lack of original reporting is often room to replicate the reporting without an original analysis of the Brazilian journalists who may be specially covering the Indian region. At least in Brazil, further lack of interest in the Indian region may be created by journalist or media houses for reasons best known to themselves. For example, when the Indian Minister of External Affairs Dr. Subrahmanyam Jaishankar visited Brazil in 2022, there was barely any media coverage except the state TV Channel. Despite my efforts to inform about this visit to journalists from outlets like CNN, there was barely any interest expressed lest the media coverage of this visit. As a result, the perception gap increases, and the society at large is deprived of information about the Indian Region.

By no means should it be generalized; I have interacted with Brazilian journalists who were very keen to analyze the Indian scenario to develop their articles. The same scenario could be applied to Indian journalism where very few journalists and academics cover Brazil. This circle from India's side is limited to academics, journalists and a few researchers who specialize in the Latin American region. An example would be the outlet of *The Financial Express* from the Indian side does cover some perspectives of Brazil.

Perception gap not only exists in the sense of psychological bias, but also in terms of knowledge gap in terms of academic formation. As highlighted in Table 1, the reality of the economic growth and business opportunities goes beyond stereotyping. If Brazilians want to expand co-operation with India and vice versa, there must be a consolidated knowledge basis which informs the decision making of businessmen and policy makers, and if people to people connection must be fostered, business schools and universities play a crucial role in bridging this knowledge gap. My conversation with academics in Brazil, Indian expatriates in Brazil and Brazilian expatriates in India revealed that there is an opportunity for capacity building or employees who can grasp the market realities as well as demonstrate intercultural abilities to work between India and Brazil considering that this business ecosystem is expanding.

Finally, the challenge of knowledge gap versus perception is the vicious circle, this requires more investment in resources such as books, didactic and pedagogical materials about India in Portuguese, vice versa about Brazil in India. Further exchange programs or joint degrees cannot provide student mobility, these again are impeded due to structural differences, travel costs, language barriers and limited interest from students.

The Case of Getulio Vargas Foundation, São Paulo School of Business Administration (FGV EAESP)

FGV EAESP[2] was founded in 1954 by the joint efforts of the Brazilian government and the Brazilian business community, with the collaboration of Michigan State University, aiming to train people to face the challenges that Brazil was going through. As of now the school offers various programs of Business Management and Public Administration at undergraduate, master's, and doctorate levels.

2 Available at: <https://eaesp.fgv.br/sobre-eaesp>. Last access on: 29 May 2023.

As of 2023 the school has 3700 students and 245 professors along with active research centers and international partners. Given the growth of the school, it has internationalized its faculty base by recruiting professors outside of Brazil who can deliver courses in English. In fact, one of the recent flagship programs of the school is to offer a full-time undergraduate program in Business Management in English.

The table below highlights the activities which have been undertaken at FGV EAESP to promote knowledge creation and dissemination related to the India-Brazil ecosystem. At the crux of these initiatives, the idea is to create a knowledge basis by being the epicenter of interactions between academia, diplomatic missions, social and private sector who are working between India-Brazil. As an educational institution we can observe that three initiatives have emerged from their respective dimensions, which are further detailed in Table 4:

Teaching	**Research**	**Societal Engagement**
India Immersion Program **Goal: To train students about India-Brazil Relations and opportunities offered by Indian economy.**	**India Brazil Business Ecosystem Research (Ongoing, expected to end in 2023)** Goal: To produce applied research based on companies which are operating in India and Brazil	**GV Executive Magazine** Goal: Dissemination via articles where insights and opportunities about the India-Brazil ecosystem are shared by academics and professionals

Table 4: Activities promoting India-Brazil knowledge dissemination at FGV EAESP.

Teaching Engagement: India Immersion Week

With respect to subjects taught, one of the unique modalities is to offer a 1-week intensive program per semester which covers approximately 40 hours of learning. This program is known as Immersion Week where the school incentivizes professors to curate an intense learning experience for students outside the school or develop a curricular activity which would develop a certain skill set. It is within this context that the India Immersion Program takes place. The idea of the India Immersion Program was initiated in 2020 and has been continued in 2021 and 2022. Indeed, certain factors played a crucial role. Firstly, the fact that I am the only Professor of Indian origin at FGV EAESP had created an expectation to share more knowledge about India's economy and companies in the management context. Secondly, often press queries related to India were directed to me to articulate and share opinions in the context of India. Finally, the curiosity of the students to know more about India coupled with the perception gap witnessed in industry and diplomatic interaction further incentivized the need to create the program.

Figure 2: Partners of India Immersion Program in 2022.

The program is offered in the second half of the semester in the month of October. On average this course has 30 students in each term who go through one week, approximately 40 hours of lectures and discussion about India-Brazil relations, business opportunities explored by companies in those respective countries and about social and cultural aspects of India. The program is conducted in hybrid mode, whereas students come to campus in person and lectures from executives happen in person or online. The majority of our students are of Brazilian origin who are in their 2nd or 3rd year of undergraduate degree. To value the intercultural aspect, classes are conducted in English and Portuguese.

One of the key highlights of the program is that it has been able to gather the support of the India-Brazil Chamber of Commerce, the diplomatic missions of both countries and the companies operating in the India-Brazil ecosystem. Worth noting is that the course begins with the keynote addresses of the Ambassador of India to Brazil and the Ambassador of Brazil to India. This kind of interaction during the opening sessions of the program with diplomatic authorities is rare for students and thereby gives more legitimacy to the course. Lately in 2022, we have also added the module of company visits where students get to visit Indian companies based in São Paulo. Throughout the week the students go through series of lectures, readings and interactions with respective stakeholders. Guest lectures include sessions by senior executives of respective companies in India-Brazil ecosystem. In 2022, Padma Shri Lia Diskin, who is widely recognized for her social work and for spreading Mahatma Gandhi's philosophy in Brazil and Latin America for almost 40 years, also interacted with students. “An opportunity to meet a lot of very influential people in relation to the India-Brazil relationship, but also people that have a lot of power within the business industry” (Student’s feedback, 2022).

> The speakers were well above my expectations. Ambassadors, The Consul General, various CEOs all had extremely major roles and yet they had all the time to discuss with us, the students, who knew very little of India beforehand (Student's feedback, 2021).

Finally, the program also features sessions on cultural aspects of Yoga, Gandhian values, music, or Indian Classical Dance which is facilitated by the Swami Vivekananda Cultural Centre. This aspect is also crucial as it lightens up the program and dives deeper into the cultural aspect which provokes the mystical and historical side of Indian Culture. In 2022, Yoga sessions were introduced at the beginning of each day to focus on the wellbeing part whereas the dance or music part is usually at the end of the program.

The data below highlights how students' perceptions changed before and after program. The perception gap as highlighted in my previous discussion is evident.

> Before the course, I didn't have much knowledge about India. After what I learned from this immersion, I changed my mind and became more interested in this great country (Student's feedback, 2021).

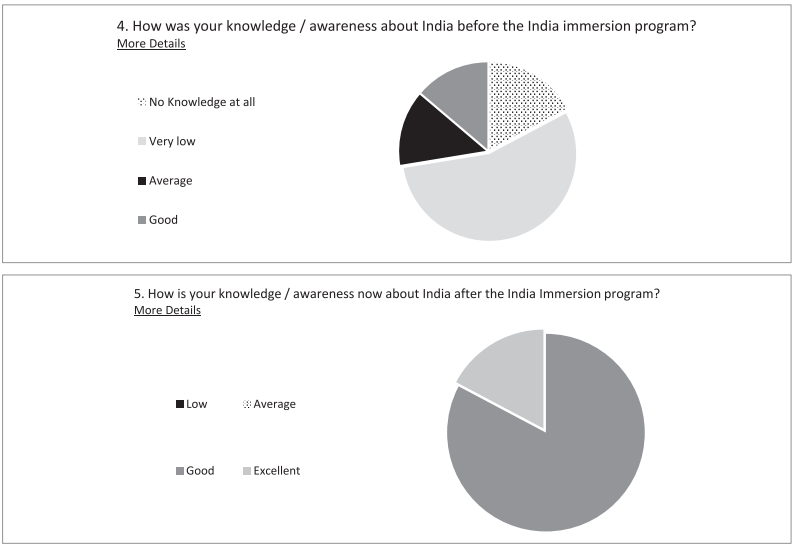


Figure 3: Student Feedback Survey, India Immersion at FGV EAESP, 2022. Source: Author.

As seen from the feedback in the following Figure 4, one can distinguish how the course had impact not only on students' perceptions but also in terms of developing the aspiration to work. The program is very effective in not only closing the perception gap but also in stimulating students to further work with Indian and Brazilian companies operating in respective countries.

> The course helped me in changing my mindset. When I was in school, my teachers taught me that India was a very poor and unequal country. Because of this, I never had interest in this country. Now I really want to know and visit India and work with them (Student's feedback, 2022).

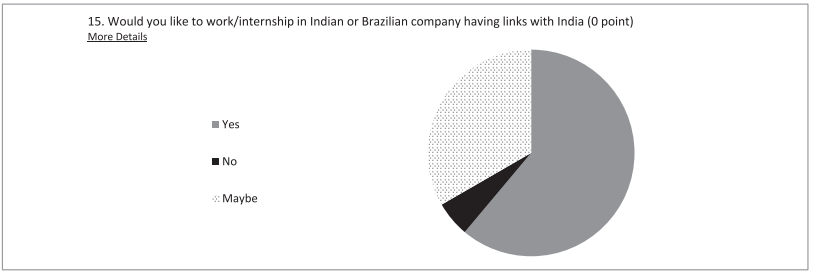


Figure 4: Student Feedback Survey, India Immersion at FGV EAESP, 2022. Source: Author.

Finally, the table below highlights the evolution and comparison of the program in terms of student feedback since 2020. The Net Promoter Score methodology (NPS) (QUALTRICS, 2023) is generally used to measure the customer experience metrics. In this course we used this question to measure the effectiveness of the programs in terms of student experience. As highlighted by score, the course has gradually evolved in terms of NPS score as well as in terms of keeping "Promoters". From 2020 to 2022, there has been a relative decline in the "Passives" also. Of course, it should be kept in mind that course has critical feedback both in terms of "Detractors" but also in terms of content load and intensive program and student workload. "Not the course's fault but some presentations were too long and by the end it was really hard to maintain the focus" (Student's feedback, 2022).

India Immersion Program at FGV	2022	2021	2020
Net Promoter Score (NPS) **NPS scores are measured with a single-question survey and reported with a number from the range -100 to +100, a higher score is desirable.**	77	62	53
Promoters **They respond with a score of 9 or 10 and are typically loyal and enthusiastic customers**	15	18	16
Passives **They respond with a score of 7 or 8. They are satisfied with your service but not happy enough to be considered promoters**	2	11	11
Detractors **They respond with a score of 0 to 6. These are unhappy customers who are unlikely to buy from you again and may even discourage others from buying from you.**	1	0	1

Table 4: NPS Course evolution of India Immersion Program. Source: Author.

Research Engagement: India-Brazil Ecosystem Survey

FGV EAESP encourages its teaching staff to produce applied research which can have relevant impact on society. The India-Brazil ecosystem survey initiative which has undertaken by teaching staff considering the knowledge gap in terms of accessing the research on

the specific challenges and opportunities in India-Brazil ecosystem. The main motive to launch this survey was to consolidate insights offered by industry executives who are operating or are keen to invest in India or Brazil. The research gathered more than 100 respondents in its initial phase of analysis with the objective of publishing the findings by the end of 2023.

Societal Engagement: GV Executive Magazine

The objective of creating the special edition magazine in Portuguese was to disseminate opinion insights from the academics and industry executives about India-Brazil co-operation. The magazine was an innovative endeavor given the fact that it was able to launch two consecutive editions in which various sectorial insights were featured for example Pharmacy, Information Technology and Startups. One of the key ideas behind the magazine production was to encourage faculty members to collaborate with industry executives to write joint articles. Furthermore, the Indian Consulate in São Paulo and the India-Brazil Chamber of Commerce were also able mobilize some sponsor funds.

Indeed, from the micro-level perspective the magazine fulfills its key function as a key bibliographic and knowledge resource. There is however a macro-level perspective in which the magazine was able to mark its influence amongst government officials. The Indian Consulate in São Paulo had received printed copies of the magazine, which were presented to high level government officials during the official visit of the Consul General. Given the credibility and reputation of FGV in Brazil, the special edition magazine served as a branding medium where it was able to gather intellectual credibility which goes beyond perception gap. When government officials in Brazil perceive that a higher education institution is focusing on India, it gives them a solid base to further explore co-operation

possibilities with India. For example, we witness that the Secretary of International Relations of Rio Grande do Sul wrote a special correspondence to the Indian Consul General in 2021 congratulating this initiative. Furthermore, the magazine was also presented to Dr. Subrahmanyam Jaishankar during his visit to Brazil in 2022.

Figure 5: Special edition focusing on India-Brazil initiatives. Source: FGV Library.

Prospects and Key Learnings

I posit that the India-Brazil partnership is yet to reach the maturity phase. For example, India's trade potential with Brazil is yet to reach its peak compared to US or China. On the other hand, India-Brazil partnership is gaining momentum based on cultural soft power, shared democratic values, and gradual alignment in Global South. The meeting of Prime Minister Modi and President Lula on the sidelines of the G7 summit on 21st May, 2023, Hiroshima, resulted in developing a shared stance on the Russia-Ukraine conflict, both

emphasized on giving impetus to a strategic partnership in wide areas of bilateral co-operation. Current volatility in the geopolitical scenario and supply chains has led to closer interaction in strategic areas of Petroleum (INDIA, 2022), Ethanol and Food Security (VINYAK, 2022). Other sectors may include Aviation in case of Embraer (THE FINANCIAL EXPRESS, 2023) or Startup in case of Jupiter (MANIKANDAN; MISHRA, 2021).

Thus, as we reflect on 75th anniversary of diplomatic relations of India-Brazil in 2023, this partnership will be incomplete without educational co-operation from the institutions in India and Brazil. One may indeed reflect on the words of Sir Radhakrishnan, who was the first Indian-Stateman to visit Brazil in 1954 and fast-forward to 2023 in which we can reflect not only about teaching initiatives but also about the role of higher education institutions to promote bilateral co-operation and knowledge exchange. "Teachers should be the best minds in the country" (Sir Sarvepalli Radhakrishnan).

Both private and public institutions must play an active role in understanding the key determinants and challenges to explore areas of knowledge development. There are a couple of learnings which can be worth reflecting at individual, organizational or policy levels, these are:

- Indian and Brazilian institutions should seek out the support of diplomatic missions in India and Brazil, as well as the Chamber of Commerce to facilitate interaction with government and private sector.
- Institutions need to overcome resource constraints and offer more didactical resources, incentives for faculty to promote teaching and research interests in India-Brazil. Research fellowships and visiting professorships could allow academics to work on concrete projects relevant to India-Brazil ecosystem.

- Institutions should combat perception gap through capacity building, training and development, research, and interaction with relevant stakeholders.
- Institutions should promote student exchange programs via joint degrees, language exchanges and elective courses. Worth noting is that schools provide opportunities for career development in conjunction with companies so that students can get exposure to ecosystem in Brazil and India.

Our experience from FGV EAESP highlights various facets of initiatives which an educational institute can undertake. Indeed, our initiatives have limitations and resource constraints, yet it highlights how it has been able to find the breakthrough within this space through the support of stakeholders in India-Brazil ecosystem. It is our hope that other institutions can also take a similar leadership to foster educational and bilateral co-operation between India and Brazil.

REFERENCES

BANCO SANTANDER. Brazilian Foreign Trade in Figures, 2022. Available at: <https://santandertrade.com/en/portal/analyse-markets/brazil/foreign-trade-in-figures>. Last access on: 29 May 2023.

BRASIL. Relações bilaterais. Embaixada do Brasil em Nova Delhi, 11 Oct. 2022. Available at: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-nova-delhi/relacoes_bilaterais>. Last access on: 29 May 2023.

EMBRAER Seeks to Expand its Presence in India and China. *The Financial Express*, 8 Apr. 2023. Available at: <https://www.financialexpress.com/business/defence-embraer-seeks-to-expand-its-presence-in-india-and-china-3039185/>. Last access on: 30 May 2023.

FGV EAESP. Available at: <https://eaesp.fgv.br/sobre-eaesp>. Last access on: 29 May 2023.

GV EXECUTIVO, v. 20, n. 3, Jul./Sep. 2021. Fundação Getulio Vargas. Available at: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/issue/view/4652>. Last access on: 30 May 2023.

IBSA. India, Brazil, South Africa Forum, 2021. Available at: <https://www.ibsa-trilateral.org/>. Last access on: 29 May 2023.

INDIA. India-Brazil Relations. *Ministry of International Affairs*, 31 Jan. 2020. Available at: <https://mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/Brazil_bilateral_brief_Jan_2020.pdf>. Last access on: 29 May 2023.

INDIA. Joint Statement on Meeting Between Minister of Petroleum and Natural Gas of India and Minister of Mines and Energy of Brazil on Cooperation Between India and Brazil in the Energy Sector, Bioenergy and Biofuels. *Press Information Bureau, Government of India*, 21 Apr. 2022. Available at: <https://pib.gov.in/PressReleasePage.aspx?PRID=1818727>. Last access on: 30 May 2023.

LEARN about BRICS. *IPEA*, 2014. Available at: <https://www.ipea.gov.br/forumbrics/en/learn-about-brics.html>. Last access on: 30 May 2023.

MANIKANDAN, A.; MISHRA, D. Exclusive: Neobank Jupiter Raises $45 Million from Brazil's Nubank, others. *The Economic Times*, 5 Aug. 2021. Available at: <https://economictimes.indiatimes.com/tech/funding/neobank-jupiter-raises-45-million-from-brazils-nubank-others/articleshow/85063723.cms>. Last access on: 30 May 2023.

NDB. History. *New Development Bank*, 2023. Available at: <https://www.ndb.int/about-ndb/history/>. Last access on: 29 May 2023.

REAL GDP Growth. Annual Percent Change. *International Monetary Fund*, 2023. Available at: <https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/BRA>. Last access on: 29 May 2023.

VINYAK, AJ. India Imports More Soya Oil From Brazil to Make up for Cooking Oils Shortage. *The Hindu Business Line*, 28 Apr. 2022. Available at: <https://www.thehindubusinessline.com/markets/commodities/with-sunflower-oil-supplies-affcted-india-imports-more-soya-oil-from-brazil/article65362643.ece>. Last access on: 30 May 2023.

WHAT is NPS? Your Ultimate Guide to Net Promoter Score. *QUALTRICS*, 2023. Available at: <https://www.qualtrics.com/experience-management/customer/net-promoter-score/>. Last access on: 30 May 2023.

WITH GS Research Report, "BRICs" Are Born. *Goldman Sachs*, 2001. Available at: <https://www.goldmansachs.com/our-firm/history/moments/2001-brics.html>. Last access on: 30 May 2023.

BRAZIL-INDIA: ENERGY DIMENSION OF THE STRATEGIC PARTNERSHIP

André Aranha Corrêa do Lago[1]

Relations between Brazil and India have intensified significantly in the past few years. During the period that I had the pleasure of being ambassador in New Delhi, I often heard the consensus on the evolution of the relationship over the decades. At its beginning, soon after the country's independence, it had a strong multilateral coordination component – in the most diverse organs of the United Nations and in GATT, for example. This pattern evolved to a plurilateral dynamic in the 1990s, with IBSA, BRICS and G20, and in the last years has become a truly bilateral relationship. With the significant growth of the Indian economy more recently, India has become Brazil's fifth trading partner in 2023.

As we know, India has reached the rank of the world's fifth economy in 2022 and is on course to become the third economy, constituting with the United States and China the only three economies that will exceed $10 trillion in gross domestic product. With all its capabilities, India, however, continues to face major challenges, related partially to the fact that it combines a territory smaller than the Brazilian Amazon biome with the largest population in the world beginning this year, with 1.4 billion people. The strategic relationship between Brazil and India is established, and its action

1 André Aranha Corrêa do Lago has a bachelor's degree in Economics from UFRJ (1981), having entered the diplomatic career in 1982. He was ambassador to Japan (2013-2018), India (2018-2023) and, cumulatively, to Bhutan (2019-2023) . Since March 2023, he has been the Secretary of Climate, Energy and Environment at the Ministry of Foreign Affairs. Corrêa do Lago is also an architecture critic.

plan allows a dynamic interaction in several areas, but there is still a lot to be done.

Given the global challenge of climate change, India has a central role. Its dependence on coal and oil requires significant investments, even more so as the population's income increases. Unlike Brazil, whose CO_2 emissions are dominated by land use issues, energy is at the heart of Indian concerns. Therefore, the relationship in this area has become increasingly significant for the bilateral relationship. Energy and climate change – both in mitigation and in adaption – are not only challenges, but above all opportunities for the bilateral relationship.

India is the third largest energy consumer after USA and China, with a share of approximately 5.8% of the world consumption. Between 1990 and 2018, energy consumption tripled, and the tendency is for demand to continue growing with the steady entry of millions of Indians into the middle class. The country imports most of its energy raw materials, with crude oil being the top product, registering $92.7 billion in 2019. In the same year, India was the world's largest importer of coal ($25 billion), surpassing China, and it is also the fourth largest importer of natural gas. India's per capita energy consumption is less than half of the world average, but there is a growth tendency with increasing purchasing power, resulting in an expansion in the number of vehicles and greater demand for urbanization and industry. In that context, India is in the process of energy transition with ambitious plans, announced during COP-26 and reinforced at COP-27, to achieve electricity generation capacity from non-fossil sources of 500GW by 2030 and to achieve the capacity to have 50% of energy needs through renewable sources by 2030. Several renewable energy sources have been explored, in particular green hydrogen, without immediately abandoning fossil fuels.

In relation to other energy sources, the Indian government has plans to expand the use of natural gas in the energy base, with the objective of reaching 15% by 2030 (from the current 6%). This number would still be below the global average of 23% and, in order to reach it, it will require substantial investments in infrastructure, as well as subsidies and support from the government. It is worth noting that Indian state-owned companies are seeking to diversify their investments in natural gas outside the country as well, including in Brazil.

An important part of the Indian energy context is investment in biofuels to ensure more sustainable urban mobility. As known, India had only 1% ethanol in gas in 2014, but in June 2022, the government announced it had reached 10% ethanol blending in gas (E10). For 2025, the goal is to reach 20% (E20), which accompanies the purpose of accelerating the production of flex-fuel engines. All of these governmental decisions have increased the opportunities for cooperation with Brazil. Major advances occur while some automakers still question the adoption of biofuel technologies, since they estimate that electrification would be inevitable, which is weighed down by several logistical challenges.

Brazil and India have strong cooperation in the renewable energy sector, and biofuels have been the cornerstone of this engagement, as demonstrated by the signing of a Memorandum of Understanding on Bioenergy Cooperation in 2020 and the holding of several seminars, including the first Ethanol Talks that year. After India's decision to accelerate biofuels targets and invest in flex-fuel, Brazil has found a growing number of interlocutors in the Indian government and industry ready to promote closer ties with Brazil in the area of biofuels, especially in the Indian Ministry of Petroleum and Natural Gas. As we know, Minister Hardeep Puri, was India's Ambassador to Brazil between 2006 and 2008, when he

identified, in the Brazilian experience with ethanol, a theme with great opportunities for India. His conviction that, with the right adjustments, ethanol would open up significant opportunities in India was a determining factor in the speed taken by the Indian government to adopt proactive legislation. Another great partner of Brazil is the Minister of Transport and Highways, Nitin Gadkari, as well as the main leaders of the Society of Indian Automobile Manufacturers (SIAM). Thanks to this institutional base, invitations to events organized by important actors related to the energy and transportation sectors have multiplied, allowing the promotion of Brazil's image as a reference in the energy transition process, having close contact with industry, government and press leaderships. Several initiatives have stimulated cooperation between the two countries, such as the third edition of the Ethanol Talks scheduled for July 2023. With support from UNICA (Brazilian Sugarcane Industry Association) and Datagro, other events have promoted public knowledge about the advantages of ethanol and "demystify" issues related to biofuel.

At the governmental level, a milestone in the relationship in the field was the visit to India in April 2022 by the then Minister of Mines and Energy, accompanied by an important entourage from the private sector, including executives from the sugar and ethanol and automobile sectors. It was clear that both parties were willing to develop a bilateral alliance for the global promotion of bioenergy and biofuels, an idea that was developed by India to propose the Global Biofuels Alliance in the context of its presidency of G20. This alliance has been developed by India, Brazil and the US and will be announced on the occasion of the G20 energy ministers' meeting in July 2023.

The interaction between private entities had a great impact on bilateral relations. The experience of the large multinational

automakers operating in Brazil and also producing in India was fundamental. Despite the big push for electric cars, it was very clear that biofuels would play a central role in the decarbonisation of transport in the country, with the significant reduction of pollution caused by the burning of agricultural waste, which is one of the main sources of pollution in large Indian cities. It is known that all the numbers in India are impressive, but one of the most impacting data is that, according to the Indian government, 50 million people in the country have their lives tied to the sugarcane production cycle, which makes evident and natural the government's attention to this sector. The rapprochement between Brazil and India in the area also opens an opportunity to overcome the difficulties faced by Brazil and India in the World Trade Organization in the context of sugar subsidies. India, with its ambitious ethanol programme, will demand its sugarcane production to comply with the ethanol blending mandate to gasoline and will necessarily reduce its exports.

The launch of a pilot project for a flex-fuel hybrid vehicle in India, based on a Corolla model imported from Brazil, and the exchange of knowledge between subsidiaries of multinationals in the automobile sector in both countries allowed SIAM to present flex-fuel models from six motorbike brands (TVS Motors; Bajaj Auto; Hero MotoCorp; Royal Enfield; Maruti Suzuki; and Yamaha). There was also an important mission of Indian government representatives, led by the Ministry of Petroleum and Natural Gas of India. In early 2023, the Brazilian government supported UNICA's booth in the ethanol pavilion at Auto Expo, Asia's largest auto show.

Bilateral cooperation in the area of energy also includes a strong relationship in the field of oil. Crude oil today accounts for a quarter of Brazil's exports to India, and petroleum products account for a third of Indian exports to Brazil. Indian companies like ONGC Videsh and Bharat Petroleum have investments in Brazilian oil basins and

want to increase their presence in the country. It is also noted that in 2020, the memorandum of understanding on cooperation on oil and natural gas was signed, which seeks to assist in expanding trade between the two countries to ensure their energy security needs. The memorandum established a working group, whose last meeting took place on April 7, 2021. Also during the 2020 presidential visit, a memorandum of understanding was signed between the National Center for Research in Energy and Materials (CNPEM) and the Indian Oil Corporation, focusing on research and development. India's energy security depends on a reliable supply of oil, which includes expanding the number of suppliers, and Brazil is seen as an extremely reliable new partner.

Among other renewable energy sources, India is paying special attention to solar energy. As part of its energy transition, the Indian government intends to expand solar energy production as a priority by 2030 in order to reduce dependence on coal. In 2015 India promoted, together with France, the creation of the International Solar Alliance (ISA) organization, based in New Delhi, which aims to collectively address the main challenges for the expansion of solar energy. The Indian government is the main funder of the organization and views its activities as a high priority. Brazil, as a full member of the ISA since December 2022, has initiated bilateral understandings with significant potential for growth. As is well known, Brazil today has more than 3% of its electricity from solar energy and has, like India, technological challenges to become competitive in the production of photovoltaic generation equipment.

Finally, it is worth noting that the largest Indian investments in Brazil today are those of the company Sterlite, whose participation in the auctions of electricity transmission is being reinforced. In India, the company is also an important player in the energy area and is identifying other possible synergies for its investments.

As we know, power transmission is a core infrastructure for greater flexibility in the best use of intermittent energy, and expertise in this area is central to the energy transition in order to reduce emissions.

The fact that India will chair the G20 in 2023, immediately before Brazil, has also allowed the group to look at energy challenges from a large developing country perspective. The sequence of presidencies offers a coherent vision, which is manifesting itself in the context of the G20 also at events such as the Clean Energy Ministerial. The Clean Energy Ministerial (CEM) and Mission Innovation (MI) events will be held in India in 2023. This is part of the Indian effort to act as a protagonist in the energy area. Since Brazil will host the events in 2024, the theme is becoming increasingly important.

India has been seeking to strengthen the country's image as an important player in the climate change issue, taking into consideration its need to ensure economic growth for the inclusion of hundreds of millions of inhabitants who are being lifted out of poverty, and also by the desire to project an image of world power. India always stresses the need for climate justice and financing by the countries historically responsible for the largest emissions since the 18th century, according to the principle of common but different responsibilities and respective capabilities. India and Brazil usually maintain convergent positions in international forums and there is excellent dialogue and concentration during multilateral negotiations related to climate change issues. In this regard, India, Brazil, South Africa and China have established the BASIC group to coordinate the actions of these countries in relation to the main processes of the climate change regime. This year, 2023, Brazil will chair the BASIC and is in close coordination with India, South Africa and China, in order to take into account the G20 agenda whose sequence is India – Brazil – South Africa.

At COP-26 of the Climate Convention, Prime Minister Narendra Modi emphasized five main goals (called by him the "Panchamrit", or five "elixirs"): 1) achieving electricity generation capacity from non-fossil sources of 500GW by 2030; 2) achieving capacity to have 50% of energy needs through renewable sources by 2030; 3) reducing projected carbon emissions by one billion tons by 2030; 4) reducing the carbon intensity of the economy, i.e. the total emitted per unit of GDP generated, by 45% by 2030; 5) and, as the biggest highlight, achieving carbon neutrality by 2070. In September 2022, India presented the first update of its Nationally Determined Contribution (NDC). The main changes include the goal of reducing emission intensity per unit of GDP by 45% by 2030, compared to 2005, and increasing the share of non-fossil fuels to 50% in installed capacity for electricity generation. These initiatives will require major investment in technology and infrastructure and are part of an ambitious project to position India as a leading center for green technologies.

In the COP-27 context, there was a great promotion of the LiFE – Lifestyle for Environment initiative, which aims to spread a more sustainable lifestyle, in line with traditions and values of conservation and moderation. In fact, the initiative fits into the Sustainable Development Goal (SDG) 12, on sustainable patterns of production and consumption. India, aware of the tendency of its middle class to adopt standards very close to those of the US middle class, seeks to use the climate agenda and the SDGs for a cultural interpretation of a more sustainable stance. The long-term strategy for the country's environmental agenda includes not only additional initiatives in the area of mitigation, such as the growth of solar and wind energy and biofuels, but an important role in the development of the hydrogen industry. Herein lies another opportunity for bilateral cooperation, since Brazil also has great potential in the

area of hydrogen and is being recognized internationally as a likely leader in green hydrogen.

In the area of adaptation, India is already facing major challenges. The high population density combined with the traditional and violent rains have already been imposing increasing impacts. Much more than Brazil, India has been the victim of extreme events more frequently and with greater impact. The Coalition for Disaster-Resilient Infrastructure (CDRI) is an important Indian projection project in the global scenario of energy, environment and climate change. Brazil joined the CDRI, whose headquarters is in Delhi, in May 2021, with the purpose of making explicit the Brazilian contribution in the area of adaptation to climate change and the possibility of strengthening its technical knowledge in this area. So far, the main form of Brazilian performance has been in technical discussions, mainly on the themes of energy (hydroelectric plants) and transport (ports). Brazil participates in both the Board of Directors (through a representative of the Ministry of Transport) and the Executive Committee (representative of the Embassy in New Delhi), representing the countries of the Americas. This exemplifies how Brazil and India have been dialoguing and cooperating both in mitigation and adaptation to climate change.

Wherever you look, Brazil and India are already aware of the importance of cooperation in the area. Despite the great advantages that Brazil has for its significantly renewable energy source, it is important that both countries look at the countless solutions that have been emerging. Both have institutions with cutting-edge technology, universities of international prestige and a dynamic business community. If great advances have been obtained in several areas, it is undoubtedly in energy that bilateral cooperation should be significantly expanded.

India's scale will give biofuels the international dimension that Brazil has always pursued. Unlike advanced economies, both countries see the transition to clean energy not as an opportunity to renew infrastructure but, as a priority, as a way to ensure clean and affordable energy for low-income populations. Ethanol, besides using existing infrastructure – including combustion engines, petrol stations, etc. – acquires a new dimension with the researches advanced in Brazil that indicate that ethanol is an economical and safe form of fuel for hydrogen transportation. The technological advances already made in Brazil in the area of bioenergy, combined with the contributions from India, with its extraordinary number of engineers and scientists, should enable a significant advance in the sector. This exceptional experience will be the reference for the growth of cooperation in other areas.

BRAZIL-INDIA BILATERAL COOPERATION: TACKLING CLIMATE CHANGE AND THE FOOD SECURITY AGENDA

Ana Flávia Barros-Platiau[1], Igor Magri de Queiroz[2], Carlos Henrique Tomé[3]

Introduction

Climate change constitutes the greatest challenge of multilateralism for life on planet Earth, which is increasingly warmer and less resilient (FUTURE EARTH, 2021; IPCC, 2023). The global average temperature continues to increase at an accelerated rate, despite the measures already implemented[4]. In its 2022 report, the IPCC reinforced warnings that global warming would engender "dangerous and widespread disruptions" in the coming decades, such as species extinction, ecosystem collapse, deadly heat waves and floods[5]. This year's Report corroborated the same findings (IPCC, 2023), and the UN has already recognised the context of climate emergency. Consequently, the Paris Agreement's goal will be difficult to achieve, given scientific estimates that we will reach

1 Professor of International Relations at the University of Brasília and associate researcher at the Escola Superior de Defesa (Brazilian Defence College). Director of the Brasília Research Centre for Earth System Governance (Netherlands) and a CNPq PQ fellow researcher.

2 Bachelor in International Relations from the University of Brasilia. Currently works at the Embassy of India in Brazil.

3 PhD candidate at the Institute of International Relations at the University of Brasilia and Legislative Consultant at the Federal Senate of Brazil.

4 Available at: <https://www.unep.org/facts-about-climate-emergency>. Last access on: 12 May 2023.

5 Summary for Policymakers of the IPCC Working Group II Report, Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Available at: <https://www.ipcc.ch/2022/02/28/pr-wgii-ar6/>. Last access on: 12 May 2023.

1.5ºC by 2030, with emissions estimated at 60 $GtCO_2e$ (UNEP, 2020). It is certain that the cost of collective inaction increases every year and falls mainly on megabiodiverse countries with high climate vulnerability, such as Brazil and India.

In this context, Brazil needs to design public policies for mitigation, but mainly emphasize adaptation measures. In this sense, the 2023 Green Transition Plan and the future Climate Change Security Council can address recommendations such as: "structural reforms and productivity-enhancing measures, economy-wide policies for resilient and low-carbon growth, sectoral policies and investment packages, and action to ensure the required investments can be financed" (WORLD BANK GROUP, 2023, p. 21). These agendas correspond to Brazil's major priorities that are of interest to the bilateral relations addressed here. They are: greater capacity for interlocution to build a multipolar and multilateral order [Belli and Nasser, (2018), use the term neo-multipolarity]; human security (in its climate, food and energy dimensions); and trade[6].

In turn, India has a recent and unprecedented trajectory of accelerated economic growth. It has become the fifth largest economy in the world and the most populous country on the planet by 2023. Besides being a powerhouse in the communications, nuclear and pharmaceutical technology sectors, India is already a global player in several areas and has the potential to collaborate with Brazil on the above priorities, notably in trade and investment. Combining the vulnerabilities that Brazil and India present with the necessary transformations for the future we want (UN, 2012), we understand that energy and food security are excellent entry points to strengthen bilateral cooperation.

6 According to Brazilian Minister of State Mauro Vieira, Brasil shall have an "active and constructive" democracy. Federal Senate hearing, Committee on Foreign Affairs and National Defense (CRE), 11 May 2023.

This chapter presents a double argumentative line. First, despite the fact that Brazil and India have converging interests in several multilateral agendas since the creation of the United Nations (UN) system, there is a still underexploited potential for the consolidation of bilateral relations. Second, climate change brings new challenges that, if combined with the current crises of political trust, economic competition and environmental degradation on a global scale, significantly increase the climate vulnerability of both countries.

In the first part of the text, instead of discussing whether Brazil and India are partners or competitors, we chose to discuss multilateral diplomacy as a starting point for improving bilateral relations, on condition that there is more collaboration than competition for the status of representatives of the global South. Next, we argue that the current international scenario inexorably brings us back to the issue of security in its multiple dimensions: human, climate, energy, water and food, among others. Therefore, in a scenario of climate emergency, the bilateral energy and food security agenda can be a compass for cooperation in the near future.

Part 1 – The long history of multilateral cooperation with India

Over the past 75 years, Brazil and India have shared common concerns in multilateral arenas that can be summarised by the "right to development" and, since the United Nations Conference on the Human Environment in 1972, by the rejection of the separation of environmental and social issues. Undoubtedly, priority themes such as the fight against hunger and poverty are today reinforced by structuring concepts of political coordination, such as "sustainable development" (AGENDA 2030), "South-South cooperation" (UNOSSC, 2023; SCHLEICHER et al., 2023), "climate vulnerabilities" (WORLD BANK GROUP, 2023), among others. In

addition to allowing a critical reading of the current international scenario, these concepts encourage greater alignment of interests and negotiating positions in various arenas.

Multilateralism as a strategy to increase bargaining power

Bilateral relations between Brazil and India are marked by a common thread that consists mainly in the search for greater capacity for dialogue and status on the international scene through political coordination in multilateral forums. In the past, Brazil and India have come closer in various multilateral initiatives, such as the G77 + China. More specific aspects of development, as in the case of the 2030 Agenda, also demonstrate the strong convergence of interests of the two countries. Coexistence in multilateral forums is also marked by various specific coalitions on trade, political, economic, climate, environmental and health issues, among others. The different strategies for rapprochement aim to increase bargaining power in multilateral arenas, such as the UN, but also the World Trade Organization (WTO) and the World Intellectual Property Organization (WIPO). In several diplomatic negotiations, Brazil and India have built a history of coordination marked by more convergences than divergences, as well as by the absence of disputes.

It is worth highlighting the rapprochement at the end of the 20th century, under the label of "emerging countries" or "rising powers" (NARLIKAR, 2013), in minilateral arrangements such as the BRICS, BASIC, IBSA and the P4. The BRICS was created by Russian initiative in 2009[7], on the margins of negotiations at the UN in New York. Its main goal is to gain more space in the multilateral arenas for

7 The idea of the BRICS was formulated by Chief Economist at Goldman Sachs, Jim O'Neill, in a 2001 study entitled "Building Better Global Economic BRICs". It became an analytical category in economic, financial, business, academic and media circles. In 2006, the concept, itself, gave rise to the grouping, incorporated into Brazil, Russia, India and China's foreign policy. In 2011, on the occasion of the Third Summit, South Africa became part of the group, who adopted the acronym BRICS. Available at: <https://www.ipea.gov.br/forumbrics/en/learn-about-brics.html>. Last access on: 6 June 2023.

emerging countries. In other words, what holds the group together is the interest in reforming the international order so that it better reflects the reality of the 21st century. BASIC was conceived as a group to align diplomatic interests within the international climate regime. Although BASIC was extremely relevant during CoP 15 in Denmark, when the "Copenhagen Accord" was negotiated (HALDING et al., 2011), it no longer has the same relevance, as was evident at CoP 27 in 2022 in Egypt[8]. However, the group has the potential to be revitalised in the near future. IBSA is a forum for the diplomatic alignment of three large multiethnic and multicultural democracies that have made similar commitments towards international development and its effective financing. Currently under the Brazilian Presidency in turn, the opportunity should be taken to resume a more pragmatic dialogue based on the IBSA Fund. Finally, the P4 is the group of aspirants to a permanent seat on the UN Security Council. Created in 2005 for the window of opportunity for UN systemic reforms, the P4 brings together Brazil, Germany, India and Japan. These are just a few examples of the myriad of initiatives and movements to bring the two countries closer together, which have acted and voted together numerous times, such as on issues related to the UN system reform (CUNHA RAEL, 2020).

However, despite having converging agendas and a diplomatic trajectory of rapprochement, multilateral cooperation is much more intense than bilateral cooperation. Brazil and India aspire to greater capacity for international dialogue, both in the scope of the global South and in the establishment of strategic partnerships and innovative commercial arrangements.

8 Available at: <https://www.dffe.gov.za/mediarelease/basicministerialmeeting_cop27egypt2022>. Last access on: 18 May 2023.

Bilateral cooperation as an element of South-South cooperation for sustainable development

"Sustainable development" and "South-South cooperation" are two structuring concepts in international relations. Combined, they provide a robust analytical framework on the recent past. Therefore, they can be useful as an entry point for diplomatic planning in the near future, as discussed by Belli and Nasser (2018).

Sustainable development can be considered a new paradigm, which, if observed, would have led us to "effective multilateralism", a concept that was recently taken up by the UN (HLABEM, 2023). The principle of sustainable development was consolidated during the United Nations Convention on Environment and Development, or Rio-92. Chapter 39 of Agenda 21 and Principle 27 of the Rio Declaration of Principles expressly mention it.

According to Birnie and Boyle (2002, p. 85), "the most significant potential aspect of the sustainable development principle was that for the first time the state's management of its own domestic environment was transformed into a matter of international concern in a systemic way". This is precisely one of the points of concern for developing countries like India and Brazil, which reject this interpretation that may constitute a limiting factor on sovereignty. However, although sustainable development can be considered a founding principle of international environmental law, its legal application and relevance remain controversial (KOTZÉ et al., 2023). Therefore, the principle is central to the institutional architecture of the UN system mainly and can be considered indispensable for Brazil and India, as emerging countries that still face profound social challenges.

"South-South cooperation", in turn, can be considered a structuring concept of international relations for two reasons. First, because it allows for a mobilizing diplomatic narrative around

the interests and priorities of the South, in counterpoint to the agendas of the North. Second, because some Southern countries have become donors (INOUE & VAZ, 2013; ORLIANGE, 2020) and this new profile allows them to play an increasingly relevant role in international development financing, as was the ambition of IBSA at the time of its creation, and has been the commitment of the New Development Bank (NDB) (CUNHA RAEL, 2020). Between the Chinese Belt and Road Initiative and the European Global Gateway, there is room for attracting investments and common projects on both sides. It is no coincidence that Brazil and India are also together in the International Development Finance Club (IDFC), represented by the National Bank for Economic and Social Development (BNDES) and the Small Industries Development Bank of India (SIDBI).

In the same vein, South-South cooperation has been defined by the UN Organisation for South-South Cooperation (UNOSCC) as

> a common endeavour of peoples and countries of the South, born out of shared experiences and sympathies, based on their common objectives and solidarity, and guided by, inter alia, the principles of respect for national sovereignty and ownership, free from any conditionalities. Operationally, South-South cooperation for development is a process whereby two or more developing countries pursue their individual and/or shared national capacity development objectives through exchanges of knowledge, skills, resources and technical know-how and through regional and interregional collective actions, including partnerships involving Governments, regional organizations, civil society, academia and the private sector, for their individual and/or mutual benefit within and across regions.

> South-South cooperation is not a substitute for, but rather a complement to, North-South cooperation.[9]

As we have seen, these two concepts are deeply related to the historical alignment of positions adopted by Brazil and India in many multilateral international fora and negotiations. Sustainable development and South-South cooperation also serve as a basis for deepening bilateral relations in the common effort to increase the joint bargaining power of the two countries.

An agenda to mitigate vulnerabilities

Old problems, such as hunger and poverty, corruption and violence in societies, feed new challenges summarized here as "climate vulnerabilities". These vulnerabilities refer to a broader and more complex agenda that encompasses related issues of human security, considering forced displacements that may reach 900 million people living in low-lying areas (GUTERRES, 2023), and human security on an unprecedented scale. Therefore, the mitigation of vulnerabilities is a priority issue for Brazil and India.

There are several topics of convergent interest, with potential for active joint action at the multilateral and bilateral levels. The subject of biofuels is of special strategic interest to both sides. For Brazil, it is a unique opportunity to compete in the international market with great advantages and diversify its export portfolio. For India, it means access to cleaner energy that could meet domestic demand in the medium term. Considering that India is the fifth largest economy in the world in nominal terms, with the potential to advance rapidly in this century, energy security is an unquestionable strategic priority.

9 Available at: <https://unsouthsouth.org/about/about-sstc/>. Last access on: 14 May 2023.

Especially considering that India's urban population percentage is about 35%, while Brazil's is about 87%[10], cooperation in infrastructure can also offer an opportunity for cooperation in the short term, with the exchange of experiences in energy transition policies and decarbonised growth. With global warming, sectors such as public transport and construction will be critical to meet the energy demand of both (RAO et al., 2019). Adaptation strategies for heat stress in megacities is another topic that will be increasingly relevant. While temperature increases in large cities will demand more air conditioning and affect efforts to reduce energy consumption, populations living in precarious conditions will not have adequate protection against heat waves (MASTRUCCI et al., 2022). Moreover, the prospect of future pandemics leads to the need for joint initiatives, such as the BRICS Center for Research and Development of Vaccines, 2022[11].

However, as mentioned in the introduction, we believe that food security is an excellent entry point for strengthening bilateral cooperation in the short term. This topic will be the subject of part 2 of this chapter.

Part 2 – Food security as national priorities of Brazil and India

During the hearing session of ambassadors in the Committee on Foreign Affairs and National Defense at the Federal Senate, on 11 May 2023, the Minister of Foreign Affairs, Mauro Vieira, cited food security as one of the most relevant agendas of the Lula government.

10 Available at: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.URB.TOTL.IN.ZS?end=2021&locations=IN&start=2021&view=map>. Last access on: 18 May 2023.

11 Launched on 22 March 2022. Members are: the Institute of Technology on Immunobiologicals (Bio-Manguinhos/Fiocruz), the Smorodintsev Research Institute of Influenza, the Indian Council of Medical Research (ICMR), the Sinovac Life Sciences Co., Ltda. and the South African Medical Research Council (SAMRC). Available at: < https://cee.fiocruz.br/?q=Os-novos-justiceiros-lancamento-do-Centro-Brics-de-P%26D-de-Vacinas-e-a-guerra-Russia-X-EUA-Otan>. Last access on: 18 May 2023.

On the same occasion, Ambassador Kenneth da Nóbrega, appointed to serve in India, highlighted food security as a point of his future work plan. This not only bases and assists joint action, but also provides impetus for other actors to have the confidence to act on this topic, projecting the paths of cooperation between Brazil and India into the future.

Discussing food security between two emerging countries may, at first glance, bring up superficial similarities. However, the food security issues in the two countries are very different. Brazil has faced major challenges in recent years in terms of food security, especially during the pandemic, reaching 58.7% of the population with some degree of food insecurity (mild, moderate, severe) in 2022 (PENSSAN, 2022). However, the problem is not the Brazilian capacity to produce food for the population, estimated at around 213 million people in 2023. According to EMBRAPA (2023), Brazil is currently the world's third largest food producer. Therefore, the challenge is distribution on a national scale.

Although India also faces distributional challenges and despite great strides towards tackling hunger in recent decades, the country has a chronic problem in relation to food insecurity, which becomes more evident when taking into account the size of the population, economic and social inequalities, and the impacts of climate change on agricultural production. The comparison of the challenges, in scale, becomes clearer when, from the Global Hunger Index (GHI) of 2022, we see that Brazil occupies the 20th position and India the 107th position, out of a total of 121 countries (VON GREBMER, 2022).

Despite the difference in scale in which the two countries have to deal with the issue of food insecurity, both face the challenge of implementing effective public policies to reduce their respective vulnerabilities. In this sense, there is a point of convergence in the search for solutions to the problem, both at the most basic level of

food supply and in the exchange of experiences on public policies to fight hunger. We highlight the social agenda, which can be revisited through the lens of the Sustainable Development Goals of the 2030 Agenda, based on a more critical reading that gives due priority to the needs and interests of the countries of the South. In other words, thinking of the 2030 Agenda as an entry point for the Global South to strengthen South-South cooperation. If, in the past, the green revolution and then the genetic revolution were landmark experiences, the trilateral initiative of the India-Brazil-South Africa Dialogue Forum (IBSA) to fight hunger and poverty (IBSA FUND, n.d.) deserves attention today.

The issue of food security in two very different countries shows that solving the problem of hunger through food is not based on nutritionism, but is imbricated with cultural and social practices that are inseparable from consumption (SCRINIS, 2021; EMBRAPA, 2023). Furthermore, it involves agricultural practices and long-term negotiations.

The advancement of cooperation in food security is not a simple and linear process of supply and demand, which is clear in what has been happening in recent years between Brazil and India. The following agendas currently permeate the food security agenda of the two countries: genetic improvement of dairy cattle; supply of vegetable oil; and cooperation in the area of grains and legumes.

Brazil has a long history with India in the issue of genetic improvement of dairy cattle. Since at least the 1960s, Brazil has conducted experiments with Indian cattle breeds, mainly the Gir breed, which resulted in the Girolando breed. With the success of genetic improvement due to the introduction of this Indian breed in Brazil, forming about 80% of the dairy cattle population (FELLET, 2018), India seeks the improvement of its milk production in Brazilian cattle. In 2022, high-level ministerial visits were made,

with delegations formed by entrepreneurs and technicians from Indian scientific institutes coming to Brazil (COMPRE RURAL, 2022), with the aim of boosting exchanges in the genetic sector between the two countries. As a result, an initial process of bovine semen export by Brazil to India was inaugurated (KHAKHARIYA, 2023).

Still in the testing phase, this cooperation demonstrates the importance of the exchange of knowledge and technology between the two countries for food security. It also points to the fact that the governance of food security brings together public and private actors at its core, so that the various interests need to be equalized and integrated in this process. On an even deeper level, it draws attention to the different ways countries view the solutions to food insecurity. In the Brazilian case, it makes sense to look to cattle as the main source of animal protein, while for India, the focus on milk is more culturally accepted.

A second issue that has grown a lot in recent years, mainly due to the global geo-political context, has been the issue of vegetable oils. India consumes about 25 million tonnes of vegetable oils annually, importing about 55% of this total. With the war in Ukraine, the supply of sunflower oil to the country has experienced a discontinuation as the conflict region is a major global producer. In this context, other vegetable oils have gained space in the Indian market, such as soybean and palm oil, despite the increase in prices due to global pressures on supply chains (AGGARWAL, 2022).

Brazil, as a major soybean producer, tripled, on average, its soybean oil exports to India between 2020 and 2021 (from about US$ 250 million to US$ 780 million), and tripled again its exports to the country between 2021 and 2022, reaching about US$2.3 billion (BRAZIL, 2023). Even with this growth, there is still room for increase, given that Argentina exported to India almost twice as much as Brazil. The market opportunity, including with recent

changes in Indian import tariffs (JANARTHANAN, 2023), both allows to bring the supply chains of the two countries closer, and complements and strengthens strategies to promote food security. However, Brazil suffers from some barriers peculiar to the production chain, such as the lack of added value to the soybean chain (LEMOS et al., 2017) and the fact that a large part of the chain is consumed domestically (CEPEA and ABIOVE, 2023).

Another agenda that has been driven by India is the promotion of traditional seeds and crops resistant to climate change. In this context, the resumption of millets, known as "the poor man's food" in that country, plays a key role in food security because they are important sources of macronutrients and, because they are resistant to climate change, they present good planting alternatives (WFP, 2022a; WFP, 2022b). In order to encourage the use of traditional seeds, which would even provide more competitiveness to Indian agricultural production, and to promote resistant crops in the international sphere, the Indian government launched the International Year of the Millet in 2023, a resolution adopted by the United Nations General Assembly (UNGA, 2021).

In this sense, there is a window of opportunity for Brazil to both contribute to climate resilience through more resilient crops and work together with India to produce cultivars that can increase food security in both countries. Despite the incipient nature of this agenda, there are already moves on the part of the Indian government to engage local producers on the issue (GOTTEMS, 2023b).

On the other hand, there is a strong mobilisation of the private sector in both Brazil and India to boost the exchange of information for mutual understanding in the area of pulses and beans. Most of the obstacles to the expansion of this market are related to the lack of information to understand the different realities of the countries, through the lack of understanding of protectionist

market measures (such as quotas, subsidies and taxes). Besides, the public food purchasing policies that regulate the Indian market are little known, as well as the specificity of the country's own food customs. However, recently, the Brazilian Bean and Pulses Institute (IBRAFE) and the Indian Pulses Importers Association (IPGA) signed a memorandum of understanding to exchange information and deepen investments, with the aim of deepening cooperation in the legume sector. Thus, the industry hopes that this agreement can bridge the gaps between the two countries in the pulses sector to strengthen relations focused on food security (GOTTEMS, 2023a).

Challenges to Brazil-India bilateral cooperation on food security

Food security is, therefore, a relevant and converging theme in cooperation between Brazil and India. However, there are obstacles that need to be overcome so that the opportunities arising from this debate can be better used by both countries.

The first great challenge is the set of differences between Brazil and India. Their differences are remarkable, ranging from economic aspects to political issues, as well as technical and cultural elements[12]. India is an agricultural country with a large part of the population living in rural areas. There is a tendency towards protectionism for the population dependent on agriculture. However, despite the good results of Indian agriculture, feeding this rural population requires large imports. Given its large population, the country will continue to experience this paradox. Besides imports, some allied strategies have been taken by the Indian government to ensure food supply. One of them has been the leasing of land in neighboring countries,

12 Targeted Public Distribution System (TPDS) – more than 800 million receive subsidised food grains every month. Available at: <https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000148883/download/?_ga=2.8675568.412717903.1684101543-1704265935.1684101543>. Last access on: 14 May 2023.

such as Myanmar, and African countries, such as Mozambique and Malawi (BHOSALE, 2021; ROY et al., 2022).

The second great challenge concerns the difficulties of mutual understanding – between Brazil and India – in the different sectors (public and private), due to different mentalities and bureaucratic processes, but with some steps towards common interests. This, however, has not harmed trade between the two countries, which has more than doubled in recent years. Since 2022, there has been a resumption of high-level meetings in Latin American countries in general, and Brazil in particular, as with the visit of India's Minister of External Affairs, Dr. S. Jaishankar.

Opportunities to boost Brazil-India bilateral cooperation for food security

Overcoming the obstacles identified in the previous section requires the convergent action of both countries within the scope of two important institutional mechanisms: the Brazil-India Strategic Partnership Plan of 2020 and active participation in the G20.

The Brazil-India strategic partnership[13] was signed on September 12, 2006. It marks the beginning of bilateral strategic dialogue to address global and bilateral issues such as international security and energy security. The Action Plan[14] for strengthening this strategic partnership was launched in 2020. Its thematic areas are primarily in the political and economic-trade sectors: a) Political-strategic coordination; b) Trade, Investment, Agriculture, Civil Aviation and Energy; c) Science, Technology and Innovation; Space Cooperation;

13 Available at: <https://mea.gov.in/bilateral-documents.htm?dtl/6335/India__Brazil_Joint_Communique>. Last access on: 14 May 2023.

14 Ministry of Foreign Affairs. Press release No. 12/2020. Plano de Ação para fortalecer a Parceria Estratégica entre o Brasil e a Índia – 25 de janeiro de 2020. Available at: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2020/plano-de-acao-para-fortalecer-a-parceria-estrategica-entre-o-brasil-e-a-india-25-de-janeiro-de-2020#:~:text=n%C2%BA>. Last access on: 12 May 2023.

Environment and Technical Cooperation; Health; d) Defence and Security; e) Culture and Education; and f) Consular Issues, Social Security and Legal Cooperation. However, the meetings of the working groups are still being organized and there is much progress to be made on the various agreements and memoranda signed between the two countries.

The current poly-crisis (WEF, 2023), in its economic, climate and social dimensions, may lead to the weakening of multilateralism. Smaller and parallel arrangements are prioritised to strengthen self-sufficiency and reduce dependence on global processes that shake the international order. In this context, the G20 has gained prominence for the international action of countries like India and Brazil, which seek to consolidate their global projection. Therefore, the meeting of President Lula with Prime Minister Modi on the margins of the G7 in Japan in 2023 is of special importance for the necessary diplomatic alignment.

Thinking in terms of the Troika (the triad of countries formed by the previous, current and future presidencies that organise G20 meetings), the group can provide a good opportunity for deepening bilateral relations. India chairs the G20 in 2023 and Brazil will chair it in 2024. The Indian government is strongly inclined to promote the continuity of the countries' agendas around the goal of development. Furthermore, despite the participation of Brazilian ministers and other representatives in the G20 meetings this year, Brazil has little time to organise its presidency of the G20, especially if we consider the profusion of topics that are currently dealt with in the scope of the group. There are good expectations of strengthening the food security agenda within the G20, even if the focus of the group is on economic governance. In 2025, South Africa will hold the presidency of the G20. This IBSA Troika (2023-2025) is a unique opportunity

for the development agenda to gain momentum in the group of the world's 20 largest economies.

Conclusion

Over the decades, security has been unfolded in several connected dimensions: human, climate, energy, water, food and health. Considering the worsening climate crisis, coupled with the economic crisis with the slow post-Covid-19 pandemic recovery, the geopolitical expansion of the North Atlantic strategic alliance (NATO) and the Russian war in Ukraine, this chapter presents the reflection that energy and food security should be taken as priority agendas for Brasilia and New Delhi, strengthening ties in a pragmatic and efficient way.

Brazil and India have an untapped bilateral cooperation potential that may provide an opportunity for sustainable development for both countries, considering that there is a traditional diplomatic alignment concerning the right to development, especially in the scope of the G77 + China. Among the various initiatives for rapprochement, we highlight IBSA, BRICS and BASIC, besides the strategic partnership of 2006 and the participation in the G20, notably in the respective Indian (2023), Brazilian (2024) and South African (2025) presidencies.

The two countries also share interests in development financing mechanisms, as in the case of the New Development Bank, the IBSA Fund and the IDFC, as well as in seeking greater capacity for dialogue in multilateral arenas. There are many sectoral opportunities for cooperation, such as trade in agricultural commodities, cooperation in biotechnology and the BRICS Centre for Vaccine Research and Development, among others. In short, bilateral cooperation can have human security as its common thread, unfolding into energy security (biofuels) and, mainly, food security (international trade).

Complementary agendas can leverage the potential of Brasilia and New Delhi to face the challenges foreseen for the coming decades. It is certain that advancing bilateral cooperation in a context of global uncertainties is no small task. However, the current convergence of interests greatly favours future political-strategic coordination in a win-win scenario.

REFERENCES

AGGARWAL, Mayank. Ukraine-Russia war jolts India's import--dependent edible oil mkt, *Aljazeera*, 15 Mar. 2022. Available at: <https://www.aljazeera.com/economy/2022/3/15/ukraine-russia-war-jolts-indias-import-dependent-edible-oil-mkt>. Last access on: 15 May 2023.

AZEVEDO, Tasso; SZABÓ, Ilona. Our Climate Future Hinges on Forest Preservation. *Project Syndicate*, 2023. Available at: <https://www.project-syndicate.org/commentary/protecting-forests-key-emissions-reductions-not-enough-by-ilona-szabo-and-tasso-azevedo-2023-04>. Last access on: 15 May 2023.

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; SCHLEICHER, Rafael. Saúde Planetária: os nexos entre saúde, clima e segurança, *Revista Diálogos Soberania e Clima*, v. 2, n. 3, 2023. Available at: <https://soberaniaeclima.org.br/wp-content/uploads/2023/03/Dialogos-Soberania-e-Clima-No_3_2023.pdf>. Last access on: 15 May 2023.

BELLI, Benoni; NASSER, Filipe. Coupling Multipolarity with Multilateralism. Brazil and the World Order in the 21st Century. In: BELLI, Benoni; NASSER, Filipe (eds). *The road ahead:* the 21st--Century world order in the eyes of policy planners. FUNAG: Brasília, 2018, p. 85-120. Available at: <http://funag.gov.br/loja/download/the-road-ahead-livro-funag.pdf>. Last access on: 15 May 2023.

BELLI, Benoni; NASSER, Filipe (eds). *The road ahead:* the 21st-Century world order in the eyes of policy planners. FUNAG: Brasília, 2018, p. 85-120. Available at: <http://funag.gov.br/loja/download/the-road-ahead-livro-funag.pdf>. Last access on: 15 May 2023.

BHOSALE, Jayashree. India signs 5-year pulses import deals with Myanmar, Malawi. *The Economic Times*, 2021. Available at: <https://economictimes.indiatimes.com/news/economy/foreign-trade/india-signs-5-year-pulses-import-deals-with-myanmar-malawi/articleshow/83871857.cms?utm_source=contentofinterest&utm_medium=text&utm_campaign=cppst>. Last access on: 15 May 2023.

BRAZIL. Ministry of Development, Industry, Trade and Services. Federal Government of Brazil. *Comex* Stat. 2023. Available at: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Last access on: 5 May 2023.

CEPEA. *Cadeia da soja e do biodiesel:* PIB, empregos e comércio exterior – primeiros resultados e metodologia, 2023. Available at: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-da-cadeia-de-soja.aspx>. Last access on: 15 May 2023.

CUNHA RAEL, Robson. Existe convergência no BRICS a respeito da reforma da ordem internacional? *Revista Tempo do Mundo*, n. 22, 2020, p. 217-238. Available at: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/243>. Last access on: 5 June 2023.

EMBRAPA. *Brasil em 50 Alimentos*. Embrapa: Brasília, 2023. Available at: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1153294/brasil-em-50-alimentos>. Last access on: 5 June 2023.

FELLET, João. Como Brasil transformou animal sagrado de marajá indiano em revolução genética e mercado bilionário. *BBC News Brasil,* 2018. Available at: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44730087>. Last access on: 15 May 2023.

FUTURE EARTH, Sustainability in the Digital Age, and International Science Council, *Global Risks Perceptions Report 2021*. Available at: <https://doi.org/10.5281/zenodo.5764288>. Last access on: 11 May 2023.

G20 India. *Early Warnings for All in Asia and the Pacific: Opportunities for action*, 2023. Available at: <https://g20drrwg.preventionweb.net/media/86863/download?startDownload=true>. Last access on: 11 May 2023.

GOTTEMS, Leonardo. Brasil fecha acordo histórico de feijão e pulses com a Índia, *Agrolink*, 2023. Available at: <https://www.agrolink.com.br/noticias/ibrafe-assina-alianca-alimentar-brasil-india_476547.html>. Last access on: 15 May 2023.

GOTTEMS, Leonardo. Summit 2023 apresentou ao mundo os "superalimentos sustentáveis" do Brasil. *Agrolink*. Available at: <https://www.agrolink.com.br/noticias/summit-2023-apresentou-ao-mundo-os--superalimentos-sustentaveis--do-brasil_478115.html>. Last access on: 15 May 2023.

GUTERRES, António. *Climate Change-induced Sea-Level Rise Direct Threat to Millions around World,* 2023. Secretary-General Tells Security Council SC/15199. Available at: <https://press.un.org/en/2023/sc15199.doc.htm>. Last access on: 15 May 2023.

HALLDING, Karl; OLSSON, Marie; ATTERIDGE, Aaron et al. *Together Alone: BASIC Countries and the Climate Change Conundrum.* Nordic Council of Ministers, Copenhagen. TemaNord, 2011.

HLABEM. A Breakthrough for People and Planet. Effective and Inclusive Global Governance for Today and the Future, 2023. Available at: <https://highleveladvisoryboard.org/breakthrough/>. Last access on: 15 May 2023.

IBSA, IBSA FUND. Available at: <http://www.ibsa-trilateral.org/ibsa_fund.html>. Last access on: 15 May 2023.

IPCC Sixth Assessment Report, AR6. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/assessment-report/ar6/>. Last access on: 12 May 2023.

JANARTHANAN, Janani. Government Allows Duty-Free Import Of Crude Soybean, Sunflower Seed Oils Under TRQ. *BQ Prime*, 2023. Available at: <https://www.bqprime.com/business/government-allows-duty-free-import-of-crude-soybean-sunflower-seed-oils-under-trq>. Last access on: 15 May 2023.

KHAKHARIYA, Nimesh. New Gir cow pedigree to yield more milk. *The Times of India*, 2023. Available at: <https://timesofindia.indiatimes.com/city/rajkot/new-gir-cow-pedigree-to-yield-more-milk/articleshow/99572872.cms?from=mdr>. Last access on: 15 May 2023.

LEMOS, Mario Luiz; GUIMARAES, Diego et al. Agregação de valor na cadeia de soja. *BNDES Setorial*, 2017, n. 46, p. 167-217. Available at: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/14138>. Last access on: 15 May 2023.

MASTRUCCI, Alessio; BYERS, Edward; PACHAURI, Shonali et al. Cooling access and energy requirements for adaptation to heat stress in megacities. *Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change*, 2022, v. 27, n. 8. Available at: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11027-022-10032-7>. Last access on: 5 June 2023.

MINISTRO do 'MAPA indiano' percorre agenda agro pelo Brasil, *Compre Rural*, 2022. Available at: <https://www.comprerural.com/ministro-do-mapa-indiano-percorre-agenda-agro-pelo-brasil/>. Last access on: 15 May 2023.

NARLIKAR, Amrita. Introduction: Negotiating the rise of new powers, *International Affairs*, 2013, v. 89, n. 3, p. 561-576.

ORLIANGE, Philippe. From poverty reduction to global challenges, a new horizon for international development cooperation?, *Revista Brasileira de Política Internacional,* v. 63, n. 2, 2020. Available at: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/ZcfDF9yNZLkmGhZmgDCX7ss/?lang=en>. Last access on: 5 Jun. 2023.

PATERSON, Matthew. Climate change and international political economy: between collapse and transformation. *Review of International Political Economy*, v. 28, n. 2, 2020. Available at: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09692290.2020.1830829>. Last access on: 5 June 2023.

PENSSAN. *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil*. Fundação Friedrich Ebert, São Paulo, 2022.

RAO, Narasimha; MIN, Jihoon; MASTRUCCI, Alessio. Energy requirements for decent living in India, Brazil and South Africa. *Nature Energy*, v. 4, n. 12, p. 1.025-1.032, 2019. Available at: <https://doi.org/10.1038/s41560-019-0497-9>. Last access on: 11 Aug. 2023.

ROY, Devesh et al. *India's self-sufficiency policies for pulses and their implications for Myanmar*. International Food Policy Research Institute. Washington: 2022. Available at: <https://ebrary.ifpri.org/utils/getfile/collection/p15738coll2/id/135831/filename/136043.pdf>. Last access on: 12 May 2023.

SCHLEICHER, Rafael; BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; COSTA, Iara (eds.). *Revista Tempo do Mundo*. n. 31, 2023. Special Issue. Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Pós-Pandemia: desafios e oportunidades para o Brasil e o mundo.

SCRINIS, Gyorgy. *Nutricionismo:* a ciência e a política do aconselhamento nutricional. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

UN. The Future We Want. United Nations General Assembly UNGA Doc A/RES/66/288, 2012. Available at: <https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_66_288.pdf> Last access on: 5 June 2023.

UNEP 2020. *Emissions Gap Report 2020*, United Nations Environment Program. Available at: <https://www.unep.org/emissions-gap-report-2020>. Last access on: 11 May 2023.

UNITED NATIONS. General Assembly 2021. International Year of Millets, 2023: resolution/adopted by the General Assembly (A/RES/75/263). Available at: <https://digitallibrary.un.org/record/3904069?ln=en>. Last access on: 6 June 2023.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY 2021, State of South--South cooperation: report of the Secretary-General (A/77/291). Available at: <https://daccess-ods.un.org/tmp/1713996.82760239.html>. Last access on: 6 June 2023.

UNOSSC. About South-South and Triangular Cooperation. Available at: <https://unsouthsouth.org/about/about-sstc/>. Last access on: 14 May 2023.

UNOSSC 2023. United Nations Office for South-South Cooperation. Available at: <https://unsouthsouth.org/>. Last access on: 14 May 2023.

VON GREBMER, K., BERNSTEIN, J. et al. *2022 Global Hunger Index*: Food Systems Transformation and Local Governance. Welthungerlife/Concern Worldwide, Bonn/Dublin, 2022. Available at: <https://www.globalhungerindex.org/pdf/en/2022.pdf>. Last access on: 6 June 2023.

WORLD BANK GROUP 2023. *BRAZIL* – Country Climate and Development. Available at: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/a713713d-0b47-4eb3-a162-be9a383c341b>. Last access on: 15 May 2023.

WORLD ECONOMIC FORUM 2023. *The Global Risks Report 2023*. Available at: <https://www.weforum.org/reports/global-risks-report-2023/>. Last access on: 21 May 2023.

WORLD FOOD PROGRAM 2022b. *Mainstreaming millets*. Policy brief 1: A Case for Inclusion of Millets in Social Safety Nets. Available at: <https://www.wfp.org/publications/mainstreaming-millets-policy-brief-1-case-inclusion-millets-social-safety-nets>. Last access on: 15 May 2023.

WORLD FOOD PROGRAM 2022a. *Mainstreaming millets*. Policy brief 3: Increasing the Consumption of Millets: Need of the Hour. Available at: <https://www.wfp.org/publications/mainstreaming-millets-policy-brief-3-increasing-consumption-millets-need-hour> Last access on: 15 May 2023.

BRAZIL'S ROLE IN INDIA'S ENERGY SECURITY: A LONG-TERM VIEW

Hari Seshasayee[1]

Introduction

At the turn of the 21st century, India was importing roughly 75 million tons of crude petroleum oil, slightly below Italy at 83 million tons. At the time, India was the 7th largest oil importer in the world. As India began industrializing rapidly, it became apparent that the country would need much more petroleum, given its essential usage in transport, industrial fuel, pharmaceuticals, petrochemicals and even fertilizers. Naturally, energy security developed into a core strategy of the Government of India, not only through the Ministry of Petroleum and Natural Gas, but also at the highest levels through the Foreign Minister and the Prime Minister.

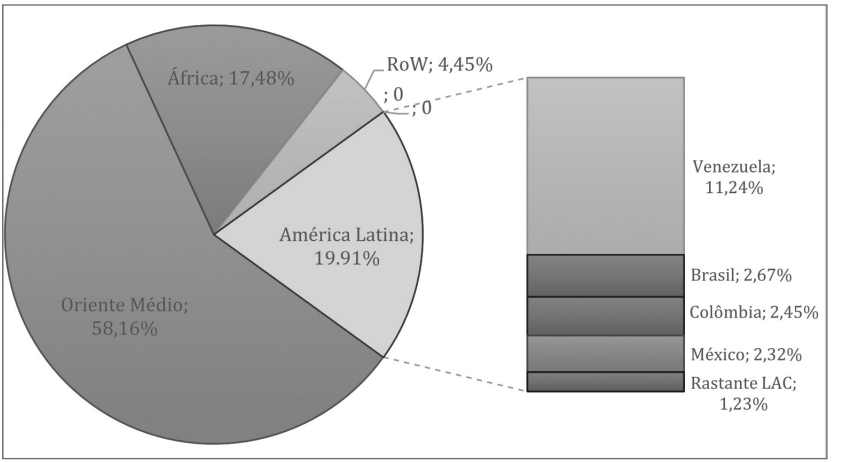
Today, two decades later, India imports three times the amount of crude petroleum oil at over 200 million tons per year and is the third largest oil importer in the world, behind only China and the United States. Nearly all of India's petroleum needs must be met through imports, since India holds a disproportionate share of 18% of the world's population but only 0.2% of the world's oil reserves. Consequently, nearly 90% of India's oil consumption needs are met through imports. Even as oil production increased by 15% between 2005 and 2015, India's oil consumption increased more than four times as much, by 62%.

1 Advisor to the Foreign Minister of Panama and an Asia-Latin America expert at the United Nations Development Programme. He is also a Visiting Fellow of the Observer Research Foundation (ORF), an Indian think tank.

Over the past five decades, India's traditional and historical sources of oil imports have been the countries of West Asia or the Middle East, primarily Saudi Arabia, Iraq, Iran, United Arab Emirates (UAE) and Kuwait. The past two decades, however, tell a different story. From 2006 onwards, an increasing large share of India's oil imports come from Latin America and Africa, in an effort to diversify suppliers and, as the saying goes, not put all eggs in one basket. By 2014, only 58% of India's oil imports came from the Middle East, and nearly 20% from Latin America and 17% from Africa (see Graph 1).

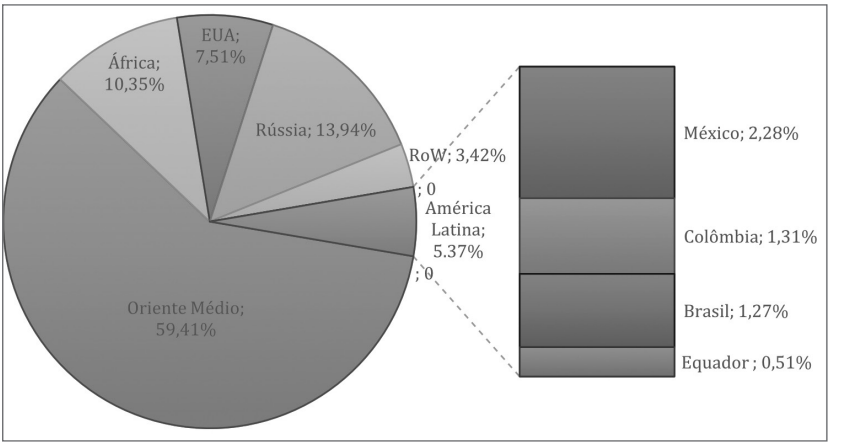
Given that a large majority of India's petroleum market is controlled by public companies, much of their strategy is influenced by state actors. A concerted effort has been made to diversify India's oil import sources. Despite recent changes in India's oil import policy – which saw a massive increase in imports from Russia and the United States, both of which are now amongst the country's top five largest import sources – the Middle East has maintained its market share of just under 60% of India's total oil imports in 2022 (see Graph 2).

Graph 1: India's oil imports from the world, 2014, by quantity



Source: Department of Commerce, Ministry of Commerce & Industry, Government of India[2].

Graph 2: India's oil imports from the world, 2022, by quantity



Source: Department of Commerce, Ministry of Commerce & Industry, Government of India.

2 Available at: <https://tradestat.commerce.gov.in/meidb/Default.asp>.

India-Latin America energy ties: a matter of common interest

India's energy relationship with Latin America or any specific country in the region, such as Brazil, cannot be understood in isolation. It must first be situated within the context of India's larger interests and global energy security.

As the previous graphs illustrate, the majority of India's oil imports come from the Middle East, which is natural given the geographical proximity and the country's historical ties with the region. More recently, Latin America and Africa have also become important suppliers of crude petroleum oil to India. This is due to a mix of a policy of diversification amongst India's government--owned oil companies as well as the market-driven tactics of India's private oil companies such as Reliance Industries and Nayara Energy – which can import large amounts of heavy crude, much of which is available in Latin America. For the region, India is a natural export destination, as the world's third-largest importer of oil and one of the world's fastest-growing economies.

Yet, Latin America's share of India's oil imports has decreased dramatically over the years; in 2014, the region accounted for 20% of India's total oil imports, and it has reduced to barely 5% in 2022. There are multiple reasons for this decline, but none more impactful than the sanctions imposed by the United States on Venezuela, home to the world's largest oil reserves. Since sanctions were imposed in 2020, India's oil imports from Venezuela have dropped to zero, and India's imports from Latin America have halved from 2020 to 2022 (see Table 1).

Table 1: India's imports of crude petroleum oil from the World and select Latin American countries – 2006-2022 (quantity in tons)

	World	Latin America	Venezuela	Mexico	Brazil	Colombia	Ecuador
2006	106,653,547	2,863,971	1,164,351	1,237,867	422,538		
2007	110,696,607	3,613,858	1,438,912	1,918,334			256,612
2008	125,783,618	8,628,648	6,579,975	1,883,284	145,123		
2009	148,583,256	10,755,152	5,389,074	1,735,388	2,045,271	635,162	93,200
2010	155,583,921	15,708,161	10,263,786	942,718	2,385,937	1,388,419	245,004
2011	157,840,608	15,626,896	9,092,728	2,081,592	3,125,189	1,022,980	
2012	187,311,159	28,585,709	17,455,966	3,773,139	4,784,385	1,463,641	974,344
2013	193,316,457	36,758,853	22,516,269	5,218,564	2,548,353	5,894,719	437,728
2014	189,407,430	38,465,746	21,598,847	4,239,857	5,007,625	5,266,970	1,311,372
2015	196,096,101	35,740,540	22,398,183	6,332,634	4,154,878	1,147,866	1,478,979
2016	212,765,123	33,466,127	23,073,473	6,428,317	3,484,837	179,352	300,148
2017	216,489,638	32,495,582	19,426,031	7,500,257	4,614,524	264,028	690,742
2018	225,556,434	30,726,594	17,453,021	8,878,412	3,124,400	894,933	285,841
2019	220,115,041	28,723,441	15,893,541	10,042,593	2,206,287	146,356	434,662
2020	196,914,649	23,955,543	9,511,963	7,951,725	3,564,061	1,515,735	910,708
2021	213,828,494	18,383,497	0	7,866,320	4,083,126	4,394,440	1,745,057
2022	225,599,130	12,084,414	0	5,136,107	2,859,974	2,945,897	1,142,436

Source: Trade Map (International Trade Center)[3].

To make up for this shortfall from Venezuela, India has imported copious amounts of oil from Russia and also from the United States. In fact, Russia and the US combined accounted for 21.5% of India's total oil imports in 2022 (see Table 2), and only one Latin American country finds its place amongst India's top 10 suppliers of oil: Mexico.

3 Available at: <https://www.trademap.org/>.

Table 2: India's imports of crude petroleum oil by country, 2022

	Country	Quantity in tons	% of total
1	Iraque	52,441,801.68	23.25%
2	Arábia Saudita	40,221,868.00	17.83%
3	Rússia	31,454,106.53	13.94%
4	Emirados Árabes Unidos	22,512,952.21	9.98%
5	EUA	16,933,471.63	7.51%
6	Kuwait	11,670,139.30	5.17%
7	Nigéria	9,567,349.37	4.24%
8	México	5,136,107.33	2.28%
9	Omã	4,679,273.12	2.07%
10	Angola	4,341,308.42	1.92%
11	República do Congo	3,167,121.36	1.40%
12	Colômbia	2,945,897.70	1.31%
13	Brasil	2,859,974.21	1.27%
	Outros países	17,667,759.5	7.83%
	Total	225,599,130.36	100%

Source: Trade Map (International Trade Center).

India-Brazil energy ties: one part of the puzzle

India's relationship with Brazil is a multi-faceted one, combining elements of politics through multilateral groupings like BRICS, G20 and IBSA, as well as economic elements in broad-based sectors such as commodities and niche areas such as aerospace and energy.

Brazil is, by a long shot, India's most important partner in the Latin American region. India's trade and investment linkages with Brazil are far more than with any other country in the region. In fact, in 2022, India's exports to Brazil surpassed even exports to traditional destinations, such as Germany, Indonesia, South Africa and France.

Thus, India-Brazil energy ties form only one small part of overall bilateral relations – as opposed to say India's energy relationship with Venezuela, which encompasses basically the entirety of India's relationship with the Andean nation. Yet, as we have seen previously,

energy security is one of the main tenets of India's national interests and forms an integral part of foreign policy. It is within two contexts that we must review India-Brazil energy ties: part of a larger puzzle of India-Brazil bilateral ties, as well as another puzzle that encompasses India's energy security. The India-Brazil energy relationship can be analyzed through two specific aspects: trade and investment.

India-Brazil energy trade: a two-way street

When it comes to Latin America, India's energy relationship is usually a one-way street of Indian imports of crude petroleum oil. However, Brazil's case is unique within the India-Latin America energy relationship: India's trade relationship with Brazil includes not only imports of Brazilian crude, but also exports of refined petroleum (such as diesel) to Brazil. As a result, the largest component of both imports and exports in India-Brazil trade is energy. In 2022, energy products represented 38.26% of the India-Brazil trade (see Table 3). From India's point of view, Brazil is an important energy partner for imports as much as it is for exports.

Table 3: Energy products as % of India-Brazil trade, 2022

	India's imports from Brazil	**India's exports to Brazil**	**Total Trade**	**% Of total India-US trade**
Energy products (HS 27, including petroleum and coal)	1,989.33	4,245.23	6,234.56	38.26%
Remaining products	4,664.98	5,395.32	10,060.3	61.74
Total India-Brazil trade	6,654.31	9,640.55	16,294.86	100%

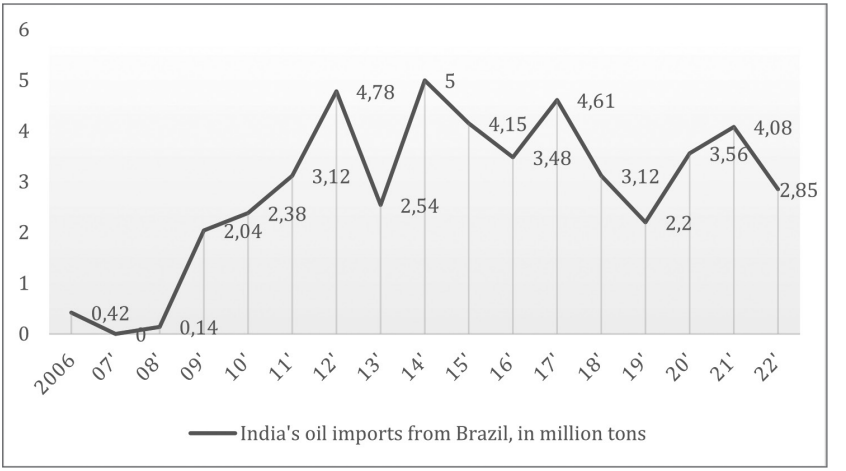
Source: Department of Commerce, Ministry of Commerce & Industry – Government of India[4].

4 Available at: <https://tradestat.commerce.gov.in/meidb/Default.asp>.

Given that energy products form the largest component of India-Brazil trade, it is natural that governments from both sides also enter the fray and attempt to deepen this energy relationship. The energy and petroleum ministers in India and Brazil frequently visit each other's countries, as they did as recently as 2022, and such high-level visits often lead to inter-governmental agreements that enable a stable, long-term relationship. An example is the long-term contract signed by government-owned oil companies on both sides, by the Indian Oil Corporation Ltd and Brazil's Petrobras, for for 1.7 million metric tonne per annum. Brazil's Ambassador to India Andre Aranha do Lago has noted that "India is one of the first countries to accept the idea that Brazil is a major player in oil".

India began importing crude petroleum oil from Brazil in 2006, initially only in small quantities. By 2009, India's oil imports from Brazil reached 2 million tons, peaking at 5 million tons by 2014 (see Graph 3). Although 2014 represented the high point of India's oil imports from Brazil, it accounted for no more than 2.6% of India's total oil imports in that year. This is a testament to the potential and scope that remains for India's oil imports from Brazil. Since 2014, although India's imports of crude oil from Brazil have dropped back to 2.2 million tons in 2019, oil imports have averaged roughly 3.5 million tons from 2009 to 2022 – this is equivalent to roughly 70,287 barrels per day (bpd) of oil or 1.75% of India's total oil imports.

Graph 3: India's oil imports from Brazil, in million tons, 2006-2022



Source: Trade Map (International Trade Center)[5].

Even though Brazil may constitute just short of 2% of India's total oil imports, the total trade value and contribution over the long term remains noteworthy. From 2006 onwards, India's imports of crude oil from Brazil have amounted to 48.5 million tons in quantity and US$ 24 billion in value (see Table 4). These are important contributions to India's energy security and deserve the attention of policymakers as well as scholars.

5 Available at: <https://www.trademap.org/>.

Table 4: India's imports of crude oil from Brazil, 2006-2022

Year	Quantity, in tons	Value, in million USD
2006	422,538	120
2007	0	0
2008	145,123	35
2009	2,045,271	933
2010	2,385,937	1,293
2011	3,125,189	2,174
2012	4,784,385	3,509
2013	2,548,353	1,787
2014	5,007,625	3,027
2015	4,154,878	1,331
2016	3,484,837	973
2017	4,614,524	1,689
2018	3,124,400	1,494
2019	2,206,287	988
2020	3,564,061	1,179
2021	4,083,126	2,019
2022	2,859,974	1,967
Total	**48,556,508**	**$ 24,518**

Source: Trade Map (International Trade Center).

Besides imports, India's exports of refined petroleum are also a matter of interest in India-Brazil energy ties. In fact, it may be surprising for most observers to note that India's exports of refined petroleum, primarily in the form of diesel, are higher in value than India's imports of crude petroleum oil from Brazil. India's total exports of refined petroleum to Brazil add to US$ 26.62 billion, while imports of crude oil from Brazil total US$ 24.51 billion (see Table 5). However, India's imports of Brazilian crude are far higher in quantity at 48 million tons in comparison to the 32 million tons of refined petroleum exports to Brazil – yet, this is unsurprising, given that refined petroleum products like diesel are sold at a premium, while crude petroleum is a commodity that is often sold at the lowest possible denominator.

Table 5: India's exports of refined petroleum to Brazil, 2003-2022

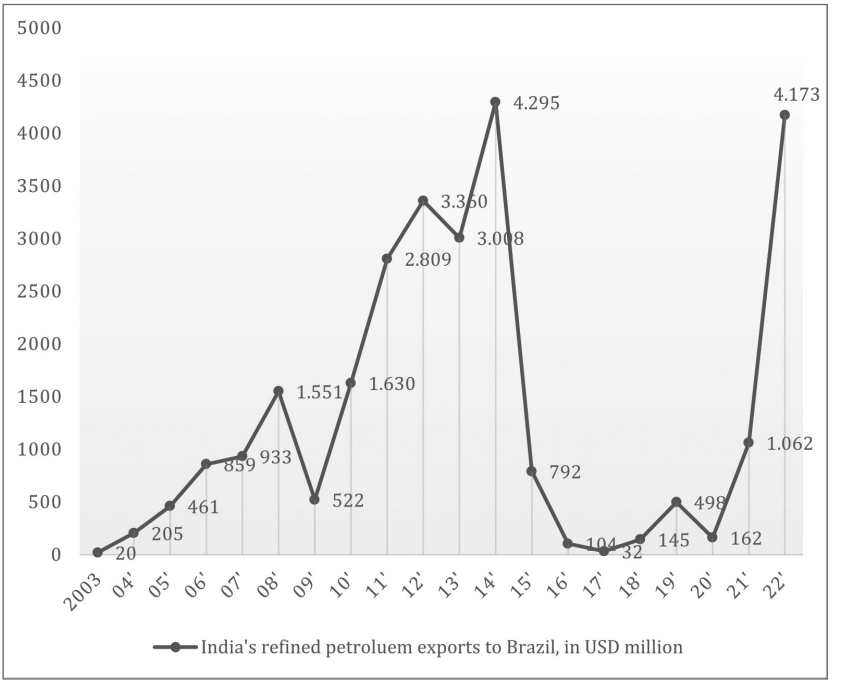
Year	Quantity, in tons	Value, in million USD
2003	432,572	20
2004	619,376	205
2005	1,008,467	461
2006	1,478,100	859
2007	1,464,393	933
2008	1,633,955	1,551
2009	942,985	522
2010	1,463,028	1,630
2011	3,110,706	2,809
2012	3,550,194	3,360
2013	3,122,009	3,008
2014	4,913,100	4,295
2015	1,591,251	792
2016	297,065	104
2017	54,509	32
2018	188,058	145
2019	861,730	498
2020	353,770	162
2021	1,864,144	1,062
2022	3,998,614	4,173
Total	**32,948,026**	**$ 26,621**

Source: Trade Map (International Trade Center).

In fact, India's exports of refined petroleum to Brazil are far more erratic than imports of Brazilian crude, which are more regular. It began at a modest pace at 432,572 tons, increasing gradually over the years and peaking at 4.9 million tons in 2014. Suddenly, exports fell and plateaued from 2016 to 2020, increasing only in 2021 to 1 million tons and climbing further to 4 million tons in 2022 (see Graph 4). These rather irregular exports are owed to changes in market dynamics, prices of refined petroleum and the global and regional demand for such products. They may also be influenced by changes in the domestic refinery and export market in India, and the demand for refined petroleum in Brazil.

Overall, energy is expected to remain the dominant component of the India-Brazil trade for the short and medium term. Due to India's shortage of petroleum reserves, we can expect India to continue importing Brazilian crude petroleum at least until 2050. Brazil too will find it economical and suitable to import Indian refined petroleum products like diesel for the coming decades given the country's refinery demand.

Graph 4: India's refined petroleum exports to Brazil in USD millions



Source: Trade Map (International Trade Center).

India-Brazil energy investments: a tale of two companies

While India-Brazil energy trade is a two-way street, investments in the India-Brazil energy space remain limited to Indian energy investments in Brazil. This is expected, given that India is energy deficient, and Brazil is endowed with abundant and always runs an energy surplus.

Indian energy companies began scouting for investment opportunities in Brazil around the same time the India-Brazil energy trade started thriving in the mid-2000s. By 2006, India's government-owned ONGC Videsh Limited (OVL) began operations in Brazil, registering a new entity in Brazil called ONGC Campos Ltd. Even today, OVL maintains an office in Rio de Janeiro. In fact, OVL's cumulative investment in Brazil totals as much as US$ 2.58 billion, of which US$ 2.48 billion is in assets that already produce oil, while US$ 106 million is invested in exploratory assets.

OVL's investments include the BC-10 deep-water project off the coast of Vitoria in the Campos Basin, where OVL holds a 27% stake in a project that includes two other international partners, Qatar Energy with 23% and Shell with the remaining 50% stake. So far, OVL has invested US$ 2.48 billion in the BC-10 project. OVL also has another 25% stake in the Block BM Seal-4 exploratory project in the Sergipe-Alagoas Offshore Basin in northeast Brazil, where Brazil's Petrobras is the chief operator with the remaining 75% stake. The BM Seal-4 project has so far seen an investment of US$ 106.38 million by OVL. Altogether, Brazil accounted for 4% of OVL's total production in the 2021-2022 financial year, part of an overall 11% contribution from Latin America towards OVL's global production. OVL is by far the largest Indian energy investor in Brazil and in Latin America – no surprise given that the company is the largest Indian energy investor globally.

Besides OVL, another Indian company, Bharat Petroleum Corporation Limited (BPCL), has invested in Brazil's oilfields. However, BPCL's investments in Brazil have met multiple obstacles due to the company's initial partner Videocon Industries, which declared corporate insolvency in 2018. The BPCL-Videocon joint venture in Brazil, called IBV Brasil Petroleo Limitada, invested US$ 280 million in ten exploratory oil blocks for a 40% stake in a project run by Brazil's Petrobras, which had a majority 60% stake. Due to Videocon Industries' insolvency proceedings, BPCL is stuck in a quandary and is in the midst of selling its stake to local Brazilian companies Eneva and PetroRio. BPCL's onerous experience is owed entirely to its partner company's insolvency, and is not indicative of India-Brazil energy ties, which appear to be rather robust and supported by governments on both sides. We can expect more Indian investments in Brazil's energy sector, including in the non-oil space, such as in ethanol and renewable energy.

Conclusion

Even as India increases the mix of renewable in its energy basket, petroleum remains the most affordable source of energy, and thus is at the core of India's energy security policy. As a result, even in the most ambitious estimates from the Government of India where renewable account for a ten-fold increase from their current levels, petroleum would still account for a massive 25% of India's total primary energy supply by 2040; in more specific terms, India's oil import demand would increase from the current 200 million tons to between 350 million and 465 million tons by 2040.

India-Brazil energy ties must be analyzed within this larger framework of India's long-term demand for petroleum, and Brazil's abundance of petroleum reserves. This alone will drive India-Brazil energy trade at least until 2050. After all, India's target for net zero is

far-off in 2070. Indian companies will continue importing reasonable amounts of Brazilian crude petroleum, as well as exporting refined petroleum products such as diesel. Given that energy products currently constitute nearly 40% of India-Brazil trade, we can also expect governments on both sides to continue to accord high levels of priority to the energy sector, including through frequent communication and visits between the energy ministers on both sides. The US$ 2.58 billion invested by OVL in Brazil is possibly the single-largest investment in the Latin American region by any Indian company, and the total US$ 2.86 billion invested by both OVL and BPCL in Brazil could be the largest investment by Indian companies in any sector in Latin America. Energy will likely continue to be the largest element of India-Brazil trade and investment, and will remain an area of focus for governments and the private sector in both countries.

REFERENCES

BP. *Statistical Review of World Energy,* Jun. 2020, p. 14. Available at: <https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2020-full-report.pdf>. Last access on: 5 Jun. 2023.

BPCL agrees to match Brazilian companies' bids for two VOVL Oil assets. *The Economic Times*. Available at: <https://m.economictimes.com/industry/energy/oil-gas/bpcl-agrees-to-match-brazilian-companies-bids-for-two-vovl-oil-assets/amp_articleshow/100402601.cms>. Last access on: 26 May 2023.

BPCL pays for defaulting Videocon in Brazil oil block. *The Economic Times*. Available at: <https://economictimes.indiatimes.com/industry/energy/oil-gas/bpcl-pays-for-defaulting-videocon-in-brazil-oil-block/articleshow/78344777.cms>. Last access on: 26 May 2023.

BRAZIL minister to visit India, energy ties in focus. *Mint*. Available at: <https://www.livemint.com/news/india/brazilian-mines-and-energy-minister-to-deepen-energy-ties-with-india-on-biofuels-and-ethanol-visiting-later-this-year-11683827622861.html>. Last access on: 26 May 2023.

INDIA. *Draft National Energy Policy,* 27 Jun. 2017. Available at: <https://niti.gov.in/writereaddata/files/new_initiatives/NEP-ID_27.06.2017.pdf>. Last access on: 5 Jun. 2023.

INDIA. *Joint Statement on meeting between Minister of Petroleum and Natural Gas of India and Minister of Mines and Energy of Brazil on Cooperation between India and Brazil in the Energy Sector, Bioenergy and Biofuels*. Available at: <https://pib.gov.in/PressReleasePage.aspx?PRID=1818727>. Last access on: 26 May 2023.

INDIA. *Tradestat*. Available at: <https://tradestat.commerce.gov.in/meidb/Default.asp>. Last access on: 5 Jun. 2023.

INTERNATIONAL Trade Centre (ITC). *Trade Map*. Available at: <https://www.trademap.org>. Las access on: 5 Jun. 2023.

ONGC Videsh. *Annual Report 2021-22*. Available at: <https://www.ongcvidesh.com/wp-content/uploads/2022/10/Revised_OVL_English-Annual-Report-21-22_11-October_low.pdf>. Last access on: 5 Jun. 2023.

ONGC Videsh. *Corporate Presentation*. Available at: <https://www.ongcvidesh.com/wp-content/uploads/2022/09/OVL_-E-PPT-September-2022.pdf>. Last access on: 5 Jun. 2023.

INDIA AND BRAZIL HISTORY OF EXCHANGE ON SCIENCE AND TECHNOLOGY AND THE PRODUCTION OF SOCIALLY RELEVANT KNOWLEDGE

Cláudio Pinheiro[1] and David Danziger[2]

Introduction

The celebrations of 75 years of official diplomatic relations between Brazil and India are a remarkable milestone and also offer an excellent occasion to revisit the history of this dialogue. Usually, the memory of the relationship between these countries has been associated with colonialism and cultural affinities of that connection. Our purpose here is to tell a scientifically and technologically oriented history of this encounter.

Effectively, the relations between the territories that now constitute India and Brazil did not begin with the establishment of official relations between these post-colonial States in 1948, but go back to a much earlier period in which these regions were linked by power structures imposed by European empires. Although

1 Professor of African Studies at the History Institute of UFRJ (Rio de Janeiro), and Director of Sephis (South-South Research Programme on the History of Development, Amsterdam); and Visiting Professor of Critical Studies and Transformation of Higher Education at Nelson Mandela University (Victoria, South Africa). His agenda includes the study of slavery and forms of dependency, and the history of knowledge production and circulation, looking at the enduring effects of colonialism on the institutionalisation of power in Western and non-Western societies.

2 PhD student in the Postgraduate Programme in Social Anthropology at the National Museum of the Federal University of Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ), having completed his master's degree at the same institution. He has a degree in History (Bachelor and Licentiate) also at UFRJ. Her research focuses on the Partition of India (1947), the Partition of Palestine (1947) and partition policies more generally, reflecting on their historical connections and recursivities through the circulation of categories, naming practices and forms of knowledge in relation to experiences of violence, noting their effects on modes of governing populations and territories.

imperialism is a totalizing and lasting historical fact affecting numerous instances of social life at the same time, the history of exchange between these countries should not be reduced to a history of colonialism and even less to a colonized history. While acknowledging this aspect, two dimensions stand out in the narrative on the past of Brazilian exchange with India and other parts of the Global South: the centrality of official exchanges and, above all, the shadow of colonialism. The weight of these axes intellectually, politically and morally dominates the way the past has been described and the future of Brazil's internationalisation projected, observing how our country projects itself in an unequal and asymmetrical manner in the impetus to interact with the Global North and South.

In fact, the global expansion of scientific knowledge is directly associated with the role of modern European empires, and included science in a "civilizing mission", which affected India, Brazil and other colonized territories, producing the empowerment of local elites that identified themselves with this colonial project (PRAKASH, 1996). In the Brazilian case, although science has acquired the same value of certification of a civilizing moral and the country has also received scientific missions, this happened very late, and in an incipient way, during the period of the Empire of Brazil (PINHEIRO, VERMEULEN & SCHRÖDER, 2019) and more systematically in the twentieth century, with initiatives such as the “French mission” at the University of São Paulo (PEIXOTO, 1991, 2001). The knowledge produced at that moment introduces tensions between new scientific knowledge brought by colonialism, traditional entities and repressed knowledge and subaltern subjects (PrakashPRAKASH, 1996). The existence of a civilising moral associated with science definitively marks the place of exemplarity of Europe, defining paradigms and agendas.

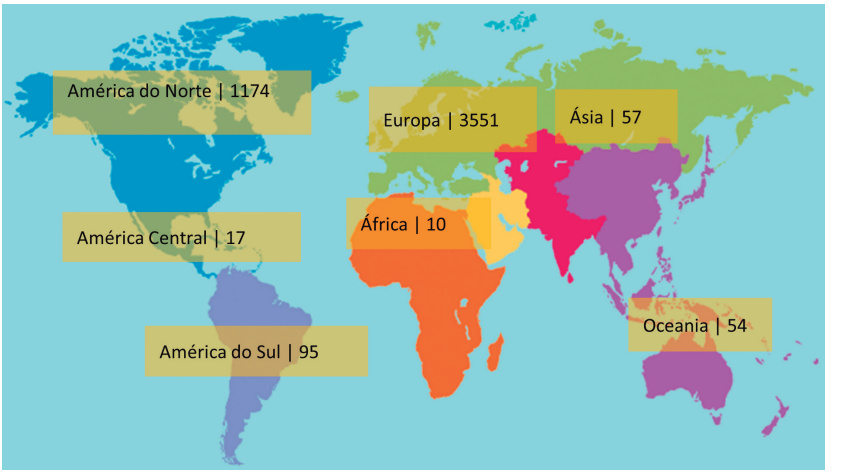
As a consequence of this, and in general terms, the North came to operate as a space of exemplarity, from where Brazil sought inspiration and models to promote the political, economic, social, scientific – and even racial – development necessary to achieve a longed-for modernity. In contrast to the scientific discredit of exchanges with post-colonial contexts of the Global South, which tended to be culturalised, populated by exoticisms and devoid of the predicates of modernity, in which social similarities and affective empathies operate as political artefacts defining priorities in cooperation agendas. Social, political and even academic common sense links the establishment of relations between Brazil, Africa and even China and India, for example, to the search for communalities or empathies attributed to a shared ancestry – referred to a "common past" borrowed from colonialism, sedimented in language (as the expression of a Lusophile political community) or in undefined notions of affections and empathies, religiosity and spirituality, among others. These are not peculiarities of the relations between Brazil and India, or even China, since they operate strongly in our connections with Africa, which contrasts with the justifications for the mobilisation of partnerships with Germany or Canada usually identified in attributes of development and modernity.

In this sense, it is important to note that Brazil, India, China and African countries elaborated quite distinct memories of the oppression of colonialism and its legacy for the formation of their post-colonial States, which impacted political solidarities between contexts of the Global South and their ways of imagining the world. But how can something as harmless and playful as imagination produce political or economic impact? Indeed, one of the most enduring and perverse effects of colonialism for the fate of postcolonial spaces is its influence on our capacity for scientific, social and political imagination (SAID, 1978, 1994). To a large extent, the imagination that informs the historical narrative about contexts (territories

and peoples) that were colonies of European countries has been consolidated as a quasi-prerogative of the colonizers themselves, their descendants and State apparatuses. This circumstance reinforces an asymmetry that opposes a North that imagines and a Global South that is imagined politically, economically, socially and culturally. Imagination and narrative are expressions of conquest and forms of the North's exercise of power over the South. Therefore, it is not at all strange that the imagination of people in Brazil (and in Latin America) about such distant and "exotic" regions of the world as India (and other parts of Asia and Africa) is indebted to stereotypes populated by the imagination of that same European colonialism. Historically, and in contrast to China or India, Brazil has been permeable to a certain colonial nostalgia, which marks the way we narrate our past relations with the world and constrains our way of imagining international cooperation policies. This characteristic marks the mistaken understanding that excellence in science and technology, as well as efficiency in economic, social and administrative management models, are exclusive properties of Northern countries – and, therefore, of industrial societies heir to Western modernity. This perception imposes a very clear representation of how Brazilian priorities in cooperation in science and technology – of researchers, institutions or the funding agencies themselves – structure global asymmetries and inequalities, informed by a moral understanding of the priorities of cooperation in science and technology.

Data from the Brazilian scientific internationalization focused on the circulation of researchers point to a graphic representation of the priorities of our researchers facing the possibility of complementing their training (doctorate and post-doctorate) and/or of carrying out research and scientific exchange stays. This map constitutes a geography of inequality based on individual initiatives of scientific mobility that took place in 2010.

Circulation of Brazilian Postgraduates abroad
with scholarships from Brazilian and foreign partner agencies



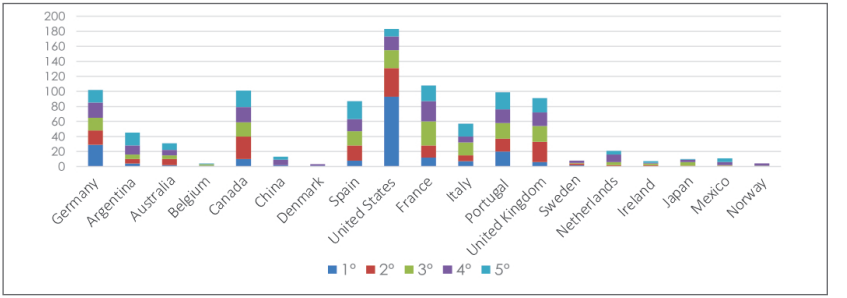
Source: CAPES internationalization report, 2010.

The internationalization report produced by CAPES in 2017 based on the results of the questionnaire "Internationalization at the Brazilian University" reinforces the clarity of a geographic representation of this asymmetry. When asked about the priorities for international scientific and technological cooperation, two groups of institutions indicated answers that, although oscillating, did not vary in essence: we are scientifically oriented by and towards the North. Among the 20 countries with which Brazilian institutions would preferentially cooperate, practically all are from the North; moreover, for Brazilian institutions with a low record of international agreements, Portugal appears as a preferential destination, even in scientific areas in which this country does not stand out in global indicators. Beyond the reiteration of attributes of civilizational empathies, the data suggests a limitation in the profile of Brazilian scientists with respect to linguistic capacities which would allow a better international integration. Even after an interval of almost a

decade, already affected by the decline in science support funds that we would see in the years 2018-2022, there was no readjustment of Brazilian priorities for scientific cooperation with institutions from the Global South.

Internationalisation at Brazilian Universities

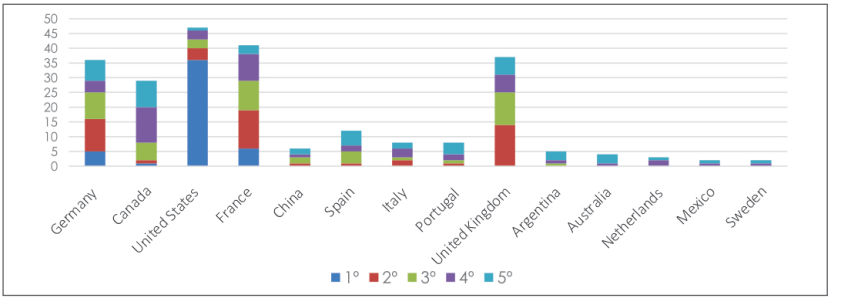
Number of times each country appears as a priority desirable destination, HEI group 1



Source: CAPES, 2017. Internationalization in Brazilian Universities: results of the questionnaire applied by CAPES.

Internationalisation at Brazilian Universities

Number of times each country appears as a priority desirable destination, HEI group 2



Source: CAPES, 2017. Internationalization in Brazilian Universities: results of the questionnaire applied by CAPES.

Although it is remarkable, it is not surprising that India does not even appear in these tables of preferred institutional "desires" for cooperation or individual mobility destinations. Even China, which figures at the top of several international indicators of research and promotion of scientific research, appears as a very timid desirable destination. This perception renews the understanding that the imposition of Eurocentric models of science that took place in the nineteenth century as part of a "second colonialism" (PRAKASH, 1996) settled paradigms and lends materiality to the enduring legacy of colonialism in histories of exchange in science and technology between India and Brazil, operating at several interrelated levels. Firstly in the prevalence of the North (namely Europe and North America) as the locus of exemplarity and scientific certification, which sustains the hegemony of a history of science and technology centred on official governmental agency and in which official State ephemerides, processes and initiatives override informal, non--hegemonic, unofficial or unregulated connections, small-scale or simply happening outside the control of official instances. Thus, for example, the erasing of memories of exchanges between social movements of organised civil society, the invisibility of the production of distributive technologies, or even of science committed to socially relevant initiatives, valuing a scientific production that takes place on the margins or in spite of the major interests of National States.

The proposal of this chapter is, therefore, to reconsider the nature of what we qualify as science and technology, observing historical processes of scientific improvement which took place outside the walls of universities and scientific research institutions, or incorporating the role of distributive technologies in the promotion of well-being (and good living), inclusion and social justice. Our intention is to emphasize unofficial and non-hegemonic stories of scientific cooperation, conducted through informal networks or institutions, but which, nevertheless, have produced relevant and

lasting scientific and social impacts, promoting the exchange of socially relevant technological knowledge among these countries. This requires retelling social histories of the connections between Brazil and India, centred on science and technology, avoiding a culturalist commitment, of an orientalist history, colonised and of mutual exoticism between contexts of the Global South. This option is made without prejudice to present initiatives of official instances – universities, research centres, ministries and others, and formalized by legislation, cooperation agreements, official visits etc. – in the framework of an agenda of bilateral or multilateral scientific cooperation.

Ecological exchanges, agricultural technologies, labour management and trade unions

Between the sixteenth and nineteenth centuries, the territories that today make up Brazil and India were connected through colonial structures. These were times of dominance of European empires – first the Portuguese, then the British, and others – and both regions were inserted in the international system from their margins, as colonies that served the political-economic priorities of their metropolises. Part of the academic historiography devoted to this period looks primarily at the circulation of people, goods, commodities, laws, books, ideas, enslaved people, operations of religious orders, etc. In the sixteenth century this trade relied heavily on the initiative of great Portuguese merchants who had connections in various squares of the world (AMARAL LAPA, 2000 [1968]; SUBRAHMANYAM, 1995; CAROLLO, 2001, p. 127-36; or FIGUEIREDO, 2001), which, after the middle of the 18th century, also started to be done directly by Brazilian and African traders that sent vessels directly to India, a trend that became established in the 19th century, when most of the mercantile traffic between these regions was in the hands

of private traders, mainly families (Indian, Angolan and Brazilian) that maintained wide networks of alliances with representatives in other continents (ANTUNES, 1997; BORGES, 1993; ANTONY, 2004; VARADARAJAN, 2005). The commercial traffic between East-Brazil--Africa-East consisted of a significant variety of goods (primary and industrialised), among them: food, spices, wood, tobacco, gold and silver, precious stones and, especially, textiles (the "Asian cloths"), which were highly valued in this complex trade network, especially in Angola and Brazil, even feeding the slave trade to the Americas (ANTUNES, 2001; FERREIRA, 2001; FIGUEIREDO, 2001). In this period, trade between Brazil (Rio and Salvador, especially) and India was not restricted to the geopolitical framework of the domains of the Portuguese empire. Ships from other parts of India (non--Portuguese) arrived in Brazil and Angola, and traders from these places sent their ships to other parts of the subcontinent in search of goods and business. Thus, ports in Malabar, Bengal, Gujarat, Karnataka, China and the East African coast started trading regularly with Brazil, "long before the [celebrated] opening of the Brazilian ports" to friendly nations in 1808 (ANTUNES, 2001, p. 407). Also in this period, other South American ports started to integrate an immense and ancient network of circulation of goods in the Indian Ocean, long controlled by Arab and Indian families and business networks, which built interesting connections between the South Atlantic and South and Southeast Asia.

What this mercantile-based colonial connection produced was not only the circulation of goods and the prosperity of trade and family networks across the Atlantic, but the improvement of technologies of transport, navigation and the transplantation and adaptability of natural species (of fauna and flora) between Brazil, India and the other parts of the Americas, Africa and Asia. This transit was not simply the curious way in which India had the chance to learn about guava, cassava, sapoti or cashew, and Brazil to taste the

mango, jackfruit or palm oil, or Africa to learn about the sweet potato, tomato or tobacco, but it served the mechanisms of establishment and sedimentation of colonization, from the domestication of species and occupation of territories (ALENCASTRO, 2000; CORREIA, 2007; FERRÃO, 2013). Furthermore, the accumulation of knowledge generated by these processes invariably depended on the work of enslaved people and the knowledge that their original societies produced. It was part of an Ecological Imperialism (CROSBY, 1993) that relates to the progressive development of an economic theory of empires to theories of development for colonial territories (ARNDT, 1981). One of the most important commodities of this process and that arrived in Brazil from India and would definitely mark the history of national agriculture and zootechnics has to do with this transit of species that associated scientific theories of economic development, agriculture, zootechnics and occupation of the territory: the zebu cattle of Indian origin (PINHEIRO & VIEIRA, 2013).

The zebu (*Bos indicus*) importation to Brazil began in the late nineteenth century from the first matrices coming from Nelore (Tamil Nadu province), on the initiative of families of the cattle-raising aristocracy of Rio de Janeiro and the Triângulo Mineiro (MEDRADO, 2013). At that time, "farmer-traders" made several trips to India, looking for cows that were brought alive following very long transportation routes. The incorporation of Indian cattle ignites a scientific debate and intra-oligarchic disputes around development projects that associated the expansion of livestock, the occupation of territory, and the improvement of genetic selection technologies (MEDRADO, 2013, 2015). This gave rise to a dispute over which bovine breed should prevail in Brazil: the crossbreeding of European breeds with local cattle, the Indian zebu in crossbreeding with the same local cattle or a genetic selection of Brazilian cattle from their already settled matrices of Iberian cattle. The importance of this debate was justified by the progressive increase in the European

demand for frozen meat (it would grow even more with the beginning of World War I), which also sharpened a dispute involving different political-economic projects of Brazilian elites.

The interest of the Brazilian State in the cattle trade with India oscillated. It was timid between 1906-08 and intense between 1910-21, when the Ministry of Agriculture subsidized the import of animals. From the 1920s onwards, the Brazilian State alternated between fostering, indifference and cohibition to the coming and implementation of zebu cattle (MEDRADO, 2013, 2015). It was between the 1920s and 1930s that this activity gained greater importance for Brazil, not only in direct trade with India, but of Brazil with other countries. In 1928, breeders from the Triângulo Mineiro region registered the Indubrasil breed (a cross between Nelore, Gir and Guzerá) and started exporting broodmares to Mexico and the United States. The creation of Indubrasil – in fact a new breed developed by genetic improvement (MEIRELLES et al., 1999) – reduced the interest for direct importation of pure Indian cattle, which would continue to occur, in fact, until 1968, when the transit of live cattle to Brazil was finally prohibited and a phase of importation of genetic material by specialized companies began[3]. This process depended on family networks of producers that invested in acquisition trips and in the development of genetic "improvement" technologies, in the foundation and maintenance of breeders' societies, associated with the political debate for models to promote development and that affected Brazilian government agendas for scientific or commercial exchange.

Like other ecological commodities, the implementation of Indian-origin zebu cattle in Brazil brought economic, scientific,

3 Even with the creation in 1997 of the Brazil-India Parliamentary Friendship Group, dedicated to the release of imports of Indian bovine genetic material, the issue only found a solution in terms of phytosanitary regulations in 2005, persisting until then the popularly called "new option", which would be characterized as a black market of semen of Indian bovine embryos frozen and illegally transported to Brazil.

political and ecological impacts on the two economies and societies. A "culturalist" history of Brazil-India relations would have emphasized these movements as part of a global food history that created affective ties between these two post-colonial territories. In contrast, on the Brazilian side, this movement has sparked heated political and scientific disputes, which have impacted the public agenda on meat consumption, on trade balance and food sovereignty, visible in mainstream newspapers (MEDRADO, 2013, 2015; WILCOX, 2017). In India, in contrast, the impact of animal exports and slaughtered meat would affect the political balance since the 19th century, with "cow protection" movements (*Guarakshini Sabhas*) opposing the mobilisation of the "right to slaughter", igniting conflicts that opposed Hindus (Sikhs, Buddhists and Farsis) and Muslims around concepts of "religious freedom" (PRAKASH, 1983; TEJANI, 2008; PATEL, 2008). The issue of political and economic disputes over cattle would resurface in the 21st century as India became the world's largest meat exporter, surpassing Brazil.

The ecological-scientific exchange, which began in the sixteenth century, did not involve the mere circulation of plants and animals, but scientific agency based on cataloguing species, observing their uses by local populations, genetic selection, later converted into agricultural or zootechnies technologies, which was connected to other instances of the discussion on promoting development. Between the 18th and 19th centuries, and in parallel with the debate on reformulating the economy's productive bases, international pressure to replace the work of enslaved Africans and their descendants led to the emergence of several intermediate modalities between enslavement and free wage labour, ranging from forced labour, serfdom and collective contracts to "colonial labour" and "indigenous labour", which gave rise to debates on forms analogous to slavery at the ILO (FERRERAS, 2017). One of the most common modalities were the coolies – Asian workers mobilized in collective labour contracts

and assisted migration, widely employed in the United States, the Caribbean, parts of Africa, Asia, Oceania and Latin America in various productive activities, especially in railway construction (LAMOUNIER, 2008; VARMA, 2016, CZEPULA, 2020).

The debate over the reformulation of the labor force in Brazil drove priorities of a eugenicist policy based on scientific racist theories (SCHWARZ, 1993), in which assisted migration policies sought to prioritize attracting workers from the "desired races" and rejecting the “undesired” – ordering Chinese, Japanese, Assyrians, or Europeans of different origins according to racial hierarchies (SCHWARCZ, 1993; LESSER, 1999). Indian migrant workers, who had been largely employed in the Caribbean, Oceania and elsewhere, appear in the Brazilian political debate on migration and labor, invariably interspersed with scientific eugenics, and quite visible in the demographic policy initiatives of the British colonial administration in India, but are fairly absent from the Brazilian historical debate. The 1910s register several negotiations and attempts of Indian companies to promote the migration of workers from the Punjab, mediated by representatives of the British crown in Brazil, which ended up not happening (PINHEIRO, 2024). Just like the pressure for the replacement of enslaved labour, the debates regarding forced labour, human trafficking, the employment of coolies and forms analogous to slavery gained much prominence in the 20th century, with the creation of the International Labour Organization and the League of Nations. At that time, and still during British colonial rule, India counted on the active participation of representatives of workers’ unions in the international debate on combating forms of slave/compulsory labour (FERRERAS, 2008).

Even if “India” was directly or indirectly present in discussions on agriculture, cattle breeding, zootechnics, trade in textiles or the labour force in Brazil, it certainly did not figure so visibly in the

public debate, if not because many of these themes tended to be restricted to specialist audiences or even an oligarchy that defined development projects and the direction of the nation.

The second half of the nineteenth century is precisely the moment of reconfiguration of the international image of India, whose representations become more available to an extra-academic public, especially in the field of "spirituality". Although part of the Brazilian interests in India are related to some extent to a Portuguese imperial matrix, the Brazilian intellectual, scientific or spiritual curiosity for the Indian subcontinent seems to have followed different paths. The perception of India as part of the "Orient" associated with philosophical or scientific interests of religious proselytism, available to the priorities of a power agenda of a transcontinental empire, were visible in the constitution of a "Portuguese Orientalism"since the sixteenth century (HESPANHA, 1999; VICENTE, 2010; VON KEMNITZ, 2016). In Brazil, the perspective that India was part of a cog in a mercantile structure of colonial empires prevailed until the twentieth century, defining priorities foreign to the sciences. Not even independence or the proclamation of the republic produced, in Brazil, autonomous political-intellectual projects with regard to our priorities of relationship with the world. To guide us scientifically there was Europe. India and the other colonial territories still figured within the framework of a frankly racist science that characterised the 19th and part of the 20th centuries. This asymmetry was reflected in Brazilian publications on India, organized around a few central axes/themes.

Brazilian publications about India

The history of Brazilian publications about India reflects a long ignorance and reasonable lack of interest on our part with respect to the subcontinent. Over a period of 150 years, between the 19th

century and 1947, about 80 publications about India in Portuguese language came out in Brazil, including books and articles. In the following fifty years, between 1948 and 2000, a little over 600 titles were published and, surprisingly, between 2001 and 2012, Brazilian publications about India totalled about 1000 titles, including books and articles in academic journals. This means that in a little over a decade of the twenty-first century, more has been published in Brazil about India than in the nineteenth and twentieth centuries combined. For a long time, most Brazilian publications about the Indian subcontinent corresponded to titles originally published in centres like Europe and the United States and later translated in Brazil. Indian authors represented a small minority and even titles related to the core of the representation about India, such as yoga or spirituality, were European or North-American titles that adopted new names in Sanskrit or Hindi.

In the mid-1980s, this picture began to change. Although timidly, more authors and titles originally published in India began to be directly translated in Brazil. Besides, Brazilian authors began to surpass foreign authors in the number of books published on themes related to the subcontinent. Generally speaking, there began to be more books about India published in Brazil, and also more and more Brazilians as authors of these texts. Although interest in India began to intensify after the 1980s, this does not mean that contemporary India is the best known by Brazilian readers.

Until the 1990s, the India seen from Brazil was associated with statements and images of *age-old traditions* constructed by a land of *ancestral history* and permeated by *spirituality*. This "traditional" India, the product of a history of ancient civilisations, was marked by the perception of a time that passes so slowly that transformations are imperceptible. And this literature was accompanied by images that illustrated a country of timeless traditions and perennial problems –

the insurmountability of the caste system, extreme poverty, disease, etc.; problems that were only bearable thanks to the "*spirituality* of a great thousand-year-old civilisation". Adapting the contents and keeping the proportions, Brazil's vision of Africa is based on similar stereotypes.

Today, the India readable by Brazilians refers mostly to sustainable economy, bilateral trade, food security, energy matrixes, the services sector and a whole host of issues that refer to the development agenda. Brazilian publications today see an *emerging India*, an economic superpower, a protagonist in international geopolitics, sovereign in the software industry, a regional leader, a rival and partner of China, and which forms, together with other newcomers to global development, a new frontier of expansion of peripheral capitalism. India as seen from Brazil has moved from the *traditional* and immemorial to the place of *ultra-modernity*. Yesterday India was published and read for its past, today for its becoming. Neither yesterday nor today does Brazil engage with issues of the Indian present, which suggests a curious picture about how we understand the relevance of our interest in other lands and peoples, especially those of the postcolonial periphery, the Global South.

The merit of this change perhaps lies in two points. First in the requalification of a Brazilian international scientific cooperation agenda in the 2000s, with the sedimentation of exchange agreements that recognize the quality and standard of excellence of science practiced in India – which, not gratuitously, occupies 7th position in the international ranking of scientific publications between 1996 and 2002[4]. To this is added, in the same period, the repositioning of Brazilian priorities in terms of a political economy of multilateralism reoriented from the emergence of multilateral agreements centred on

4 Scimago journal and country ranking. Available at: <https://www.scimagojr.com/countryrank.php>. Last access on: 1 June 2023.

new understandings of modernity produced by emerging peripheral countries – such as the IBSA, BRICS, ASPA and other agreements. This puts back a central issue in the imagination/conception of official agendas regarding scientific policies for international cooperation in Brazil. It is when the peripheries start to serve as models for development agendas, and no longer only as culturalized spaces of an affective relationship. In short: India came to be recognised as a scientific power when it began to inhabit the Western imagination and narrative of modernity. This transformation reverses a historical framework that was highly resistant to change.

History of international cooperation in science and technology

One of the aspects by which technological development and the potential for scientific cooperation can be assessed is in the scientific capital of these two countries. Since 1996, India and Brazil have been among the 20 most important countries in terms of volume of scientific publications in the world. In 2008, India broke an important paradigm, reaching the select group of the 10 countries with the largest volume of scientific publications in the world – a year in which Brazil reached the 13th position. Even though China – which in 2023 occupies the 2nd position – has consistently challenged the hegemony of the North, and for decades has been among the 10 most visible countries in scientific production, the arrival of India and Brazil to the select group of 20 or 15 most productive countries in terms of scientific publications is an achievement worthy of note.

The S&T performance of these countries in recent decades reveals an intense and constant growth, visible even in the decrease of the discrepancy vis-à-vis the main international centres. Certainly, the creation and expansion of HEIs has also accompanied and sustained this process. Comparatively, India and Brazil have very

different trajectories in terms of the formation of higher education structures: while India had its first scientific institutions founded in the eighteenth century and universities in the nineteenth century, in Brazil this process took place at the end of the nineteenth century and the beginning of the twentieth century, respectively. If we compare the political process of constitution of nationalities, scientific capacities, the constitution of critical thoughts and autonomous intellectual projects at the moment of its independence (1822), even if there were some scientific institutions that invested in teaching, Brazil did not have any university and not even at the moment of the proclamation of the republic (1889) (BOTTONI et al., 2013). Comparatively, India already had 20 universities at independence (1947), with a scientific capacity also constituted by other institutions, but by characteristics that singularize Indian science: the scientific diaspora and the existence of pre-colonial science.

In the second half of the twentieth century, the evolution of the university system in the two countries had different rhythms. In 1980, Brazil had 65 universities (20 of which were private), in 2008, 183 universities, and in 2021, around 2,600 higher education institutions (around 2,300 of which were private and just over 300 were public). India, on the other hand, had 200 in 1980 and 357 in 2005, and the number of colleges (also considered tertiary institutions) jumped from 500 in 1947 to an incredible 17,625 in 2005 – just by way of comparison, the United Kingdom has 166 institutions of higher education, Japan has 643, of which 74% are private. It is true that our demographic structure is also quite different. In 2010, while Brazil had almost 200 million inhabitants, India, the second most populous country in the world, had about 1.2 billion. On the other hand, we had at that time about 30% of our population of university age, attending universities, while India

had 13% (Institute for Scientific Information; Scopus database; University Grants Commission, India; UNESCO; CAPES-MEC; Inep).

In 2008, five years after the signing of the IBSA agreements, the sedimentation of the BRICS and other multilateral cooperation agreements, direct cooperation in S&T began to take on very different contours from those linked to the long history of this cooperation. In that year, the Ministry of Education and UNESCO commissioned to Professor Claudio Pinheiro (2008) a census of the Brazilian scientific capacity in relation to India and South Africa, mapping the history of initiatives that had been developed in cooperation. Around 1,300 researchers were identified whose professional trajectory, scientific production and activities of academic citizenship indicated the potential for building concrete bases for cooperation from objective criteria, including: research projects, participation in events, bibliographic or artistic production and teaching, the development of patents, participation in scientific and disciplinary associations, participation in the promotion of policies for scientific and technological exchange (agreements, conventions, political and academic management) and the promotion of the circulation of teachers and students (within the framework of research projects and events). Considering these criteria we see that these intellectuals are divided basically into four categories: [Group 1] Those for whom India and South Africa were circumstantial research topics[5]. [Group 2] Those with long-term, dedicated intellectual investments in themes related to India and South Africa[6]. [Group 3] From Group 2, there is also a numerically restricted set of Brazilian academics (and foreigners

5 Group 1: either by participating in events (meetings and seminars), by writing one or a few articles, or by teaching a course etc. – which points to an interaction restricted to specific moments in their intellectual trajectories.

6 These are intellectuals who have marked their careers by this type of interaction – they have sought to update themselves on the state of the art of local academic debate (in South Africa and India), have qualified in learning one of the Indian and/or South African languages, have a regular agenda of trips and exchanges with these countries, have produced publications within these thematic frameworks, etc.

based or not in Brazil) responsible for building a cooperation arena and study agendas on India and South Africa[7]. Finally, [Group 4] a set of South African and, above all, Indian scientists permanently based in Brazilian institutions. In the case of the latter group, the number of Indian researchers based in Brazil found in this research was so significant as to justify its separate inclusion. This group has been responsible for a sensitive exchange between their institutions of professional affiliation in Brazil and others in India, which is of special interest to the cooperative proposals of the IBSA Forum.

IBSA network – Brazil Researchers	
Group 1	***866***
Group 2 and Group 3	***295***
Group 4	***106***
Total researched	***1267***

A considerable part of Brazilian scientists developed cooperation initiatives that were few, inconstant, or not exactly academic with India and South Africa. However, taken as a whole, the picture indicated a significant potential for future cooperation within the IBSA framework. Many of these were doctor professors, with permanent positions in Brazilian universities and with a potential to sensitise students (undergraduate or post-graduate) to the benefits of this type of cooperation and to collaborate in the restructuring of a debate agenda in their respective areas, which included South--South cooperation. Other researchers were in a preliminary stage of training (PhD students, Master's degree students, Masters, undergraduate and graduate students), who produced texts or participated in thematic events related to the IBSA framework and

7 These people have a history of work in various academic fields and have contributed to the very invention, consolidation and visibility of this field on the national scene. They were or have been pioneers in organising study centres, seminars, publications and have sought to influence the very agenda of debates on India, Brazil and South Africa – domestically or internationally – seeking to reorient the international axes of intellectual hegemonies.

the promotion of development. The volume of publications produced by the authors of this group is significant. Part of these publications is composed by articles, interviews or participation in big media (newspapers of great circulation, radio or TV), with exoticizing and superficial themes and approaches ("wonders of Indian cuisine", "the beauties of South Africa", "the mysteries of India", etc.). The nature of these publications certainly contributes to sensitising a wide audience, yet they do not have a greater impact on the concrete production of the academic-intellectual field. When we consider the more strictly academic literature, we see that a good part of it has never been published, or are publications of restricted circulation (annals or summaries of seminars).

There are, on the other hand, other positive indications. Academics who have dedicated themselves to the production (also unedited) of course conclusion papers (individual or collective monographs), master's dissertations or doctoral theses on topics related to the IBSA-BRICS cooperation or professors who have offered regular academic courses (undergraduate and postgraduate) on topics related to India. These initiatives indicate a greater investment in the direction of direct intellectual dialogue. However, the impact of these activities on the field is still to come, especially because the incorporation of theories and research produced in India and South Africa is still quite timid. What we see so far is mainly the recourse to the bibliography produced or edited in the United States or Europe about India and South Africa (translated or not into Portuguese). This points to a history of lack of intellectual autonomy and illustrates the danger of this procedure in the sense of generating the maintenance of academic structures of dependence, before breaking them – this being a concern of the countries expressed in the creation of the IBSA Forum.

Notwithstanding the restriction of the actions of these Group 1 researchers about concrete initiatives to promote the IBSA forum, all of them already have a history and potential and certainly can be encouraged to collaborate in the solidification and institutionalization of the field, once this area of international academic cooperation is as valued by the academic funding and promotion agencies and by the governmental bodies of higher education, as that with the traditional research centres in the North. Thus, we obtained a total set of 401 valid cases. Furthermore, the community of Indian researchers living in Brazil is numerically significant – there are 106 researchers – which has contributed to the maintenance of intellectual and professional ties with India. At that time we catalogued the circulation of 62 Indian researchers as visitors or with research/doctoral/post-graduate agreements in Brazil. Furthermore, and as part of the diagnosis of the intellectual capacity of this scientific community, we mapped the command of South African and Indian languages, besides English. If an initial and intuitive view would suggest that the ability to communicate in non-hegemonic languages is a requirement for the social sciences and humanities, especially because they are not languages of scientific publication, on the other hand, they announce the density and durability of investment in this dialogue. In 2008, there were in Brazil eight Brazilian scientists mastering Zulu or Afrikaans, and 24 Brazilian scientists trained in Hindi or Sanskrit (PINHEIRO, 2008, p. 16-17), to which was added a community of 379 Indian intellectuals connected with the Brazilian academia (as permanent or visiting professors or connected to scientific collaboration projects) trained in 15 different languages of the subcontinent, which indicates the exposure of the Brazilian scientific environment to a degree of diversity very relevant to our scientific and intellectual capital.

Finally, the participation of scientific funding agencies is varied and was not restricted to governmental institutions (including NGOs

and international philanthropy) and agencies not only Brazilian, but also Indian, North American, Dutch or transnational, which indicates that the interest in India-Brazil S&T exchange operated beyond the science policy instances of the nation state – which included CAPES, CNPq, Ford Foundation (US, South Africa and Brazil), TWAS (Unesco-Italy), Sephis Foundation (Netherlands) (PINHEIRO, 2008). A qualitatively more dedicated analysis would point to the relationship between the durability of scientific cooperation initiatives and the breath of funding agents.

The university has been, in both countries, called to debate problems that impact societies in both contexts, and to offer alternatives to aspects responsible for the intense hierarchisation and social exclusion of our societies and that cross borders between different historical and cultural legacies. These categories of difference have focused on considering *rights and social and scientific inclusion of political minorities* excluded by markers such as *race, caste, gender*, the *representation of indigenous peoples*. While it is true that forces producing exclusion and social, political and economic inequality exist in both countries, they operate differently in each context. They may appear similar in their effects, but they are not homologous. *Caste* discrimination in India is not equivalent to racism in Brazil, though both circumstances may illuminate the debate of creative solutions for developing macro-policies of social inclusion, technologies of income distribution or mechanisms of representation of national minorities. Thus, dialogues and connections between India and Brazil must consider *symmetrical inequalities* and *unequal similarities* that affect the two countries mutually.

Technologies of social development, redistribution and promotion of social justice

The potential for scientific and technological cooperation between Brazil and India appears more viable in combating instances of inequality that are deeply rooted in both Brazilian and Indian societies, as in the aspects detailed above. In this sense, given both India's pioneering implementation of affirmative action policies and the impact of this type of action in Brazil, this seems to be an important point for analysis.

The Indian Constitution, promulgated in 1949, already established the reservation of places for historically disadvantaged populations in the public service and in institutions of higher education. Initially this policy of affirmative action was aimed at the so-called Scheduled Castes, populations also known as Dalits, who are on the margins of the caste system and are therefore subject to a series of exclusions, and Scheduled Tribes, populations considered autochthonous and marked by their own way of life. And more recently it has been expanded to also include the Other Backward Castes, populations subject to caste discrimination, who make up the largest demographic contingent in the country.

The fact that it is pioneering and one of the most robust sets of affirmative action policies does not, of course, guarantee that it will be relevant to the implementation of affirmative action policies in Brazil, especially given the very significant differences between modes of discrimination by race and caste, which should not be taken simply as analogues. However, at the Durban Conference itself in 2001, officially called the "Third World Conference against Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and Related Intolerance", a central milestone for the advancement of affirmative action policies in Brazil (FERES JÚNIOR, CAMPOS, DAFLON & VENTURI, 2018), there was an expressive (and controversial) participation of Dalit

activists (HOFBAUER, 2015). Thus, it is possible to think of possible approximations between these modes of confronting discrimination without reducing them into homogenising or universalising frameworks, following the actions of the activists themselves. However, this is not a movement that has been carried out.

In fact, when it comes to thinking about international experiences of affirmative action policies, especially in higher education, the exemplary model in the Brazilian public debate is the US (FERES JÚNIOR & DAFLON, 2015a). Intuitively, perhaps this case seems a more appropriate reflexive counterpart than India to think about Brazil, given its historical trajectories of colonisation, enslavement and racism, which are still present. However, the most discussed affirmative action mechanism in Brazil, to the point of becoming basically its synonym in an unreflective way, the quota system, i.e. reserving vacancies for discriminated and under-represented groups, is prohibited in the USA. Due to a decision of the US Supreme Court in 1978, it is not allowed to reserve vacancies for certain population groups, as it would violate the principle of legal equality (DIETRICH, 2022).

Curiously, the United States did not appear in the debate on affirmative action as an example to be followed, but rather as a kind of phantom to be avoided. Opponents of quotas argued that their adoption would mean the importation of a US racial model alien to the Brazilian reality, which would promote the binary racialization of a mixed-race population. Thus, affirmative action policies were attacked as an imported model that, at worst, would worsen the problem it was supposed to solve, or, at best, would be an ineffective action to combat inequality (FERES JÚNIOR & DAFLON, 2015a). In this sense, even if pragmatically it was not even about the way in which affirmative action policies were being gradually implemented in Brazil, through the quota system – unconstitutional in the U.S. – the

U.S. was taken in the public debate as the paradigmatic model from which to think affirmative action, race and combating inequality.

This point takes on an additional interesting contour through the emergence of some key figures and arguments. One of the main rhetorical lines against the quota system is that it benefits only the most advantaged groups among historically discriminated populations. Feres Júnior and Daflon (2015a) trace how this argument emerges in the Brazilian public debate through a book by the US economist Thomas Sowell. However, they note how this claim was made by Sowell from the Indian context and public debate, moulding it directly to the US reality, which, in turn, is projected onto the future of Brazil eagerly feared by quota opponents. The obliteration of the transnational trajectory of this argument also marks the obliteration of the Indian experience from the debate, replaced by the US ghost. Thus, even though there are strong analogies and similarities between the structuring of the public discussion on quotas in Brazil and India (FERES JÚNIOR & DAFLON, 2015b), the recognition of existing and possible crossings between these spaces is not realised. With this, we would like to indicate not only how geopolitical and colonial relations condition the capacities of imagination about social technologies and policies to combat inequality, but also suggest paths for other imaginations and political repertoires.

Redistribution technologies and mechanisms

If this chapter has as one of its objectives to think in a broader scenario the possibilities of science and technology interchange associated with the promotion of social development between Brazil and the Indian subcontinent, an interesting reference revolves around the experiences of micro-credit. As attested by several publications, academic and institutional, in Portuguese language on the subject (BARONE, LIMA, DANTAS & REZENDE, 2002; NERI et

al., 2008; SOUZA, 2010; SOUZA, 2014; HIGGINS & NEVES, 2016; NASCIMENTO & REBOUÇAS FILHO, 2016; MOURÃO, 2019), the work of Muhammad Yunus, founder of the Grameen Bank in Bangladesh in the 1970s and winner of the Nobel Peace Prize in 2006, is an inescapable reference. His work was crucial in the last decades to expand the scope of financial practices of microcredit, aiming to offer access to low-income population, generally excluded from the banking system, financing for the creation and implementation of productive and commercial activities, contributing to socioeconomic mobility and poverty alleviation. But as Higgins and Neves (2016) put it, the main aspect of microcredit is not simply the offer of a quantitatively small loan, but the nature of its social relationship when compared to the formalities of traditional banks and the predatory nature of loans offered by loan sharks available to these populations. What sets microcredit apart in Yunus' influential elaboration is its collective nature, its relationship of trust and emphasis on the sustainability of the financial enterprise. That is, this mode of microcredit is carried out primarily with small groups of people, historically comprising an overwhelming majority of women, with no external guarantee of payment, but carrying out a solidarity mode of guarantee, in which if one person in the group does not pay back the loan, the group as a whole is unable to take out new loans. In this sense, it is the group itself that is responsible for assessing who can be trusted or not to participate in the enterprise, conjugating its own moral parameters of trust and reciprocity. On the other hand, the emphasis on the sustainability of the financial operation, emphasizing the very low rates of default sought, makes microcredit a process that does not depend on external financiers, creating its own conditions for reproduction.

Despite its paradigmatic character, Yunus' Grameen Bank is not the only microcredit reference, being frequently highlighted in the literature the cases of Bank Rayat in Indonesia and Banco

Sol in Bolivia. Brazil also has its pioneerism in the area, with the experience of the Project União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO Project), established in 1973 in Pernambuco and Bahia, having been idealised by the NGO Acción Internacional. However, according to Souza (2010, p. 27-29), even though it was the main reference of microcredit in Latin America during its 18-year period of operation, its activities were interrupted by the high rate of default, which the author understands as a reflection of its more assistentialist posture, which aimed more to expand access to credit, than to ensure its return and the conditions for reproduction of its activities. Even so, part of the technical staff of the UNO Project and its methodology were incorporated by the CEAPE Network (Centre for Support to Small Enterprises) in the 1980s, which is still operating. Interestingly, in a commemorative publication of 15 years of CEAPE-PE, it is chosen to begin the "vision of a solidary history" of microcredit locating it this way: "From the East, a new history", in which "unlike what often occurs in the creation of new technologies, this history was not born in the offices of the most developed countries", but in Bangladesh.

However, the role of CEAPE was eclipsed on the national scene with the establishment of the Crediamigo project by Banco do Nordeste in 1998, as a social development initiative, being today the largest productive microcredit programme in Brazil and South America (MOURÃO, 2019), both mobilising the model of the guarantee and solidarity credit groups, and emphasising the conditions of sustainability and self-reproduction of credit (NASCIMENTO & REBOUÇAS FILHO, 2016). The inspiration of the well-evaluated (NERI, 2008) Crediamigo programme is often pointed out as being the Grameen Bank, being both called the "Grameen Bank tupiniquim" (NERI, 2008), and pointed out by the president of Banco do Nordeste himself (SOUZA, 2014, p. 415). But the path taken by this technological inspiration is not so clear. According to Valdi de

Araújo Dantas (2005), a sociologist involved in the UNO project and the CEAPE Network, besides having worked for Acción Internacional and as a consultant for the Inter-American Development Bank and UNICEF in Latin America, the microcredit experiences in Brazil in the 1970s, aimed especially at the urban informal sector, would have occurred in parallel and without knowledge of Yunus' initiatives, responding to similar conditions and demands, keeping mainly the differences between rural and urban contexts. The design of Crediamigo, according to Souza (2010, p. 100-110), occurred with support from both the World Bank and Acción Internacional. During the design process of the pilot project, technical visits were made to other institutions with microcredit experience in Brazil, other Latin American countries and Indonesia – but not Bangladesh. It is difficult to deny that the work of Yunus is not an unavoidable reference in this process, but perhaps its impact is so large and diffuse that it goes beyond the specific framework of his work with the Grameen Bank. Moreover, as Neri (2008), Souza (2010) and Higgins and Neves (2016) emphasize in relation to different aspects, the fundamental aspect of microcredit is its local nature, which requires a series of adaptations and experimentations in attempts to reproduce a certain international model. That is, it is not about reproducing a copy, but about understanding the intrinsic and everyday dynamics in which microcredit practices intervene, whether in rural or urban contexts. In this sense, regardless of possible and fruitless genealogical disputes regarding the origin of microcredit, a large possible space of mutual inspirations is established among diverse experiences of social development of a local and everyday nature.

Technologies for the management of social and spiritual well-being

The agenda for cooperation in social technologies between India and Brazil should point to exchange initiatives in nanotechnology and the software industry (COSTA LIMA, 2006), the pharmaceutical industry (FRANÇOSO & STRACHMAN, 2013) and, even more so, to experiences that respect technologies and initiatives in social welfare and conviviality, such as the very strong presence of Augusto Boal's "Theatre of the Oppressed" in India (which led to the foundation of the Indian Federation of Theatre of the Oppressed in 2006), the history of yoga practice in Brazil and religious exchanges within the framework of Theosophy, meditation and the use of Ayurvedic medicine in the Brazilian public health care system, SUS (MARIANO, 2020).

If the contemporary imagination about India in Brazil also operates through the projection of its attributes of spirituality and timelessness, an important element in this set is yoga, as a multidimensional body practice associated with a traditional Indian origin (GALINDO, POLETTO & PEREIRA, 2014; BASTOS, 2016; POLETTO, 2017). However, despite this strong association, the historical trajectory of yoga in Brazil does not consist of a simple unidirectional and direct process of importation of an Indian tradition. According to Simões (2022), unlike in the US and Europe, the characters who first introduced yoga in Brazil were not of Indian origin. Instead, he points out that it was a European immigrant, Léo Costet de Mascheville, known as Sevananda, who first brought and disseminated yoga in the country in the first half of the 20th century. Son of a famous occultist, his vision and practice of yoga were marked by a messianic and spiritualist tone which sought to bring together various religious practices into a single universal cult. In 1947, he would have given a lecture in an esoteric order in Rio de Janeiro, in

whose audience would be General Caio Miranda, who became one of the greatest promoters of yoga in Brazil (SIMÕES, 2015). But it was only in 1961 that Miranda published his first book on yoga, having entered this world in a self-taught way from other readings. Poletto (2017, p. 80) highlights that he would have been introduced to the world of yoga by the writings of the American William Walker Atkinson, better known by his pseudonym Ramacharaka Yogi, whose books were translated into Portuguese and published between the years 1910 and 1920 in the "Coleção Yogue Ramacháraca" of the São Paulo based publisher Pensamento, founded by a Portuguese immigrant and fond of the spiritualist and esoteric editorial agenda.

This type of contact and initiation through books, rather than through an initiation relationship with an authorised guide, also marks the trajectory of another important figure in the early development of Brazilian yoga: the also military man José Hermogénes de Andrade (POLETTO, 2017, p. 83-84). He tells how he began to practice yoga, related to health reasons, through a book written by the Indian Selvajaran Yesudian and the Hungarian Elisabeth Haich, in its French edition. Originally, the book had been published in Hungarian. Poletto (2017, p. 83) states that Yesudian's trajectory with yoga curiously began outside India, already in Hungary where he was carrying out his medical training, as many of his friends and acquaintances asked him to speak about yoga and Indian spirituality. A mark of the publications of Yesudian and Haich, which will unfold in the work of Hermogenes, is the therapeutic framing, as a corporal exercise and health practice, non-initiatic, that anyone could do.

Thus, both its more spiritualized-religious dimension and its corporeal-therapeutic dimension are already present in the origin of yoga in Brazil, related to different figures. This is a tension that is still present until today in strands that emphasize more its traditional dimension, linked to the Hindu tradition, and others

that disassociate this matrix, producing connections with other cultural, religious and corporal practices, giving rise to debates and accusations about the authenticity or legitimacy of certain yogas (SIMÕES, 2015, 2022). But perhaps the most relevant of this brief historical overview is to note how the emergence and development of yoga in Brazil was fundamentally mediated by orientalist imaginations and publications. Even Yesudian's writings only occur due to the curiosity and demand of a Hungarian public about what they imagined to be something traditionally Indian. The emergence of a Brazilian imagination about India in this case passed through the North Atlantic, which configured it in specific ways, imprinting associations with diffuse spiritualist dimensions and with modern health practices. However, as Simões (2022) puts it, these reconfigurations can also be read as being in alignment with the very transformations that Indian gurus and leaders carried out in yoga, especially when presenting it to the USA and Europe in movements of a nationalist nature, which sought to value and legitimise their own cultural-spiritual-corporal practices according to values intelligible to the international public. In this way, the determination of agency and direction in the transnational flows of yoga is not so clear, imbricating, contrasting and relating multiple subjects, values, practices and geographies. As much as this process of grounding and development of yoga in Brazil is mediated by the North Atlantic and a certain orientalist imagination, from the 1970s it also gave rise to real and significant exchanges and relations between Brazil and India, whether through the circulation of gurus, the study of Hindu texts or the going of "pilgrims" and tourists to India (GALINDO, POLETTO & PEREIRA, 2014; BASTOS, 2016). This series of movements, transformations and rooting has as one of its outcomes, even if full of challenges and questionings, the very adoption of yoga in the Unified Health System (SUS) as an

integrative health practice, making it also a public health and well--being technology in Brazil.

Conclusions

Although the weight of the colonial legacy is central to the framework of S&T exchanges between Brazil and India, it is a mistake to subject the history of the meeting to the memory of the legacy of institutions of colonial empires, as it constrains the perception of how global peripheries imagine each other outside the frameworks of knowledge production as a form of power and domination imposed by colonialism.

The world has been transformed. Brazil and India have become independent States facing the socio-economic dilemmas produced by colonialism and the complexity of their post-colonial societies. Though bilateral relations were made official soon after Indian independence in 1947, the nature of dialogues remained restricted to mutual exoticism and Brazilian public opinion, and even our intelligentsia remains largely ignorant of Indian history, culture and society.

In this respect, it is likely that the knowledge produced by the human sciences is much more inconveniently dependent on colonialism as an expedient of intellectual imagination than the knowledge produced in the areas of exact sciences, mathematics, natural sciences, health or philosophy. The same type of commitment, of a gaze that goes beyond colonialism, appears, in some way, in the State's agendas. Part of the Brazilian government's actions considered a contemporary India, politically and economically active, historically confronted by the challenge of responding to inequality as a constitutive element of the nation and which, for this very reason, offered a mirror to Brazilian challenges for the promotion of social justice. This was seen in government agendas linked to

public administration, regarding: technologies and mechanisms for redistributing income, alleviating poverty and promoting social justice; in affirmative action policies, in promoting access of national minorities to education, consumption and political participation; or even in mobilisations related to the worlds of work, including trade unionism. Finally, if we think of even more unsuspected areas, such as forms of promoting well-being and "well-living" (including "spirituality", yoga, Ayurvedic medicine and other "alternative medicines"), education, or even theatre, as central aspects of social life, here too India appears much less linked to colonialism than in the agendas of academic history and Brazilian historiography. And the historiography produced by Brazilian intellectuals on India remains inconveniently and unjustifiably linked to research agendas and intellectual commitments to the "Portuguese Empire" and its technologies of colonization, rather than in direct dialogue with Indian intellectuality – its texts, themes and approaches.

Thus, when looking at what we consider exchange in Science and Technology, the first decisive step is to clearly define what is meant by production and circulation of scientific, intellectual, and the other socially relevant instances of knowledge.

REFERENCES

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AMARAL LAPA, José Roberto. *A Bahia e a carreira da Índia*. São Paulo: Hucitec, 2000 [1968].

ANTUNES, L. Têxteis e metais preciosos: novos vínculos do comércio indo-brasileiro (1808-1820). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira , 2001, p. 379-420.

ANTONY, Philomena Sequeira. *The Goa-Bahia Intra-Colonial Relations. 1675-1825*. Tellicherry: Institute for Research in Social Sciences and Humanities (IRISH), 2004.

ARNDT, H. W. Economic Development: a semantic history. *Economic Development and Cultural Change*, v. 29, n. 3, 1981, p. 457-466.

BARONE, Francisco Marcelo; LIMA, Paulo Fernando; DANTAS, Valdi; REZENDE, Valéria. *Introdução ao Microcrédito*. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BASTOS, Cecília Guimarães. A construção social de uma ideia de Índia., *Revista Novos Olhares*, v. 5, n. 2, 2016, p. 98-111.

BOTTONI, A.; SARDANO, E. J.; COSTA FILHO, G. B. Uma breve história da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais. In COLOMBO, S. S. (org.). *Gestão universitária*: os caminhos para a excelência. Porto Alegre: Editora Penso, 2013, p. 20-42.

CAROLLO, D. Além do Atlântico e do Mediterrâneo: a atuação de uma rede comercial no século XVII. In: FURTADO, J. (org.). *Diálogos Oceânicos*: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Editora da UFMG, Belo Horizonte, 2001, p. 127-139.

CORREIA, P. C. A mandioca do Brasil para a Costa Ocidental Africana (c. 1550-c. 1650) 2007 – ULisboa, Dissertation, Lisbon.

COSTA LIMA, Marcos. Mundialização hegemônica e modernização periférica: dilemas do desenvolvimento Brasil-Índia. In: *30° ANPOCS*, 2006, Caxambu. Available at: <http://anpocs.org/index.php/papers-30-encontro/gt-26/gt05-24/3246-mlima-mundializacao/file>. Last access on: 10 May 2022.

CROSBY, Alfred. *Ecological Imperialism*: The Biological Expansion of Europe, 900-1900. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

CZEPULA, K. R. A questão dos trabalhadores "chins": salvação ou degeneração do Brasil? (1860-1877). *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, v. 47, n. 1, 2020, p. 303-325.

DANTAS, Valdi de Araújo. A tecnologia do microcrédito produtivo e orientado. Brasília, 2005. Available at: <https://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/tecnologia_do_mcpo_fomatado.pdf>. Last access on: 11 May 2023.

DIETRICH, Erich. Ações afirmativas no Brasil não são uma importação dos Estados Unidos. *Nexo Políticas Públicas*, 25 Mar. 2022. Available at: <https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2022/A%C3%A7%C3%B5es-afirmativas-no-Brasil-n%C3%A3o-s%C3%A3o-uma-importa%C3%A7%C3%A3o-dos-Estados-Unidos1>. Last access on: 15 Aug. 2023.

FERRÃO, J. E. M. Na linha dos descobrimentos dos séculos XV e XVI – Intercâmbio de plantas entre a África Ocidental e a América. Revista de Ciências Agrárias, v. 36, n. 2, 2013, p. 250-269.

FERREIRA, Roquinaldo. Dinâmica do comércio intra-colonial: geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (eds.). *Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2001, p. 339-378.

FIGUEIREDO, Luciano. O Império em apuros: notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no Império colonial português, séculos XVII e XVIII. In: Furtado, Junia (ed.). *Diálogos Oceânicos*: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Editora da UFMG, Belo Horizonte, 2001, p. 127-139.

FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica Toste. A nata e as cotas raciais: genealogia de um argumento público. *Opinião Pública*, v. 21, n. 2, 2015a, p. 238-267.

FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica Toste. Ação afirmativa na Índia e no Brasil: um estudo sobre a retórica acadêmica. *Sociologias*, v. 17, n. 40, p. 92-123.

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Verônica Toste; VENTURI, Anna Carolina. História da ação afirmativa no Brasil. In: *Ação afirmativa*: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, p. 65-89.

FERRERAS, Noberto. Trabajo esclavo contemporáneo y trabajo forzado. Las políticas de la OIT y el Brasil en diálogo y conflicto, 1930-1990. In: CARUSO, Laura; STAGNARO, Andrés (orgs.). *Una historia regional de la OIT*. Aportes sobre regulación y legislación del trabajo latinoamericano. Buenos Aires: Universidad Nacional de La Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2017, p. 65-86.

GALINDO, Dolores; POLETTO, Claudia ; PEREIRA, Leihge. Indianidades: repertórios mobilizados pela ioga transnacionalizada nos fluxos turísticos Brasil-Índia. Psicologia em Revista, v.20, n.2, 2014, p. 297-318 . Available at: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/P.1678-9523.2014v20n2p297>. Last access on: 15 Aug. 2023.

HESPANHA, Antonio Manuel (ed.). *O orientalismo em Portugal: séculos XVI-XX*. Comissão Nacional, 1999, p. 15-37.

HIGGINS, Silvio Salej; NEVES, Jorge Alexandre. Insulamento burocrático, inserção social e políticas públicas no Brasil: o caso do CrediAmigo. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, no. 59, 2016, p. 3-23.

HOFBAUER, Andreas. Racismo na Índia? Cor, raça e casta em contexto. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16, 2015, p. 153-191.

LAMOUNIER, M. L. A construção de ferrovias no Brasil Imperial: mão-de-obra brasileira. In VASQUEZ, P. (org.). *Caminhos do trem*: profissão ferroviária. São Paulo: Duetto Editorial, 2008, p. 6-24.

LESSER, Jeffrey. *Negotiating National Identity*: Immigrants, Minorities, and the Struggle for Ethnicity in Brazil. Durham: Duke University Press, 1999.

MARIANO, Bianca Palácio Adamis. *A cooperação Brasil-Índia em medicina tradicional indiana (Ayurveda) no setor de saúde pública: potenciais e desafios (2014-2020)*. 2020. Course Conclusion Paper – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

MEDRADO, Joana. *Do Pastoreio à Pecuária: a invenção da modernização rural nos sertões do Brasil Central*. 2013. Dissertation (Postgraduate studies in History) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

MEDRADO, Joana. A Guerra contra o Zebu: notas sobre o animal que dividiu as elites pecuaristas brasileiras. Ruris, v. 9, n. 2, p. 270--302, 2015

MEIRELLES, F. V. et al. Is the American Zebu really Bos indicus? *Genetics and Molecular Biology*, v. 22, n. 4, 1999, p. 543-546.

MOURÃO, Gustavo Nunes. O modelo original de microcrédito e sua versão brasileira: o que deu errado?. *Revista da FAE*, v. 22, n. 1, 2019, p. 35-50.

NASCIMENTO, José Erlândio; REBOUÇAS FILHO, Pedro José. Crédito sustentável: a força da metodologia do programa Crediamigo. *Revista GeoUECE*, v. 5, no. 9, 2016, p. 104-117.

NERI, Marcelo Cortes et al. *Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PATEL, Hitendra. Aspects of the Cow Protection Movement and the Intelligentsia in Late Nineteenth and Early Twentieth Centuries. *Proceedings of the Indian History Congress*, v. 69, 2008, p. 790-808.

PEIXOTO, Fernanda. *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo*. 1991. Dissertation (Social Anthropology) – Universidade de Campinas, Campinas, 1991.

PEIXOTO, Fernanda. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras: 1930-1960. In: MICELI, Sergio (org.). *História da Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré, 2001.

PINHEIRO, Claudio Costa; VERMEULEN, Han; SCHRÖDER, Peter. Introduction: The German Tradition in Latin American Anthropology. Revista de Antropologia, v. 62, n. 1, 2019, p. 64-96.

PINHEIRO, Claudio Costa; VIEIRA, Maira Baé Baladão. Índia e Brasil: temporalidades e escalas de um diálogo. In: LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani (orgs.). *Parcerias Estratégicas do Brasil*: a dimensão multilateral e as parcerias emergentes. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 37-63.

PINHEIRO, Claudio Costa. *Rede Acadêmica IBAS-Brasil: Pesquisadores, Instituições e Produção Intelectual Brasileira sobre India e Africa do Sul*. Presentation. MEC-UNESCO, 2008.

PINHEIRO, Claudio Costa. *Migração assistida de trabalhadores indianos para o Brasil*: debates políticos, e histórias de rumores, (in press) 2024.

POLETTO, Claudia Wanessa Rocha. *Entre Yoga e Ciência, muitas notas de rodapé*. 2017. Dissertation (History and Philosophy of Science and Technology) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

PRAKASH, G. Science between the lines. *Subaltern Studies*, v. 9, 1996.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 [1978].

SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 [1978].

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Iberismo e luso-tropicalismo na obra de Gilberto Freyre. *História da Historiografia*, v. 5, n. 10, 2012, p. 75-93.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIMÕES, Roberto. Early Latin American Esoteric Yoga as a New Spirituality in the First Half of the Twentieth Century. *International Journal of Latin American Religions*, v. 2, n. 2, 2015, p. 290-314.

SIMÕES, Roberto. In Search of the Authenticity of Contemporary Yogas of Non-Indian Matrix. *International Journal of Latin American Religions*, v. 6, n. 2, 2015, p. 323-346.

SOUZA, Maria Cecília Garcia Ferreira. *O Desenho do programa crediamigo do Banco do Nordeste*: inclusão social e mercado. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

SOUZA, Nelson Antônio. Atuação de um banco de desenvolvimento para a superação da pobreza: o exemplo do Banco do Nordeste do Brasil. In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; DA COSTA, Patrícia Vieira (eds.). *O Brasil sem Miséria*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, 2014, p. 409-424.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O império asiático português, 1500-1700*: uma história política e econômica. Lisbon: DIFEL, 1995.

TEJANI, Shabnum. *Indian Secularism*: A Social and Intellectual History, 1890-1950. Bloomington: Indiana University Press, 2008.

VARADARAJAN, Lotika. Indo-Portuguese textiles – new orientations. In: GRACIAS, Fátima da Silva; PINTO, Celsa; BORGES, Charles J. (eds.). *Indo-Portuguese History, Global Trends: Proceedings of XI International Seminar on Indo-Portuguese History*, Goa, Research Institute for Women, 2005, p. 251–259.

VARMA, Nitin. *Coolies of Capitalism*: Assam Tea and the Making of Coolie Labour. Berlin: De Grutyer, 2016.

VICENTE, Filipa Lowndes. Orientalismos periféricos? O historiador goês José Gerson da Cunha (Bombaim, 1878). *Ler História*, n. 58, 2010, p. 27-46.

VON KEMNITZ, Eva Maria. Em Portugal – O Orientalismo em fragmentos. *Revista de estudios internacionales mediterráneos*, n. 21, 2016.

WILCOX, Robert. *Cattle in the Backlands*: Mato Grosso and the Evolution of Ranching in the Brazilian Tropics. Austin: University of Texas Press, 2017.

Copyright © Fundação Alexandre de Gusmão

FUNDAÇÃO
ALEXANDRE
DE GUSMÃO

Acompanhe nossas redes sociais

@funagbrasil

Impressão: Gráfica e Editora Qualytá Ltda.
Papel da capa: cartão duplex 250g/m2
Papel do miolo: pólen similar 80g/m2

Este livro, resultado de uma proposta do chanceler brasileiro Mauro Vieira, abrange um período muito superior aos 75 anos de relações diplomáticas entre Brasil e Índia, comemorados em 2023.

O volume resgata parte da história das trocas econômicas e culturais que ocorreram entre os dois países ainda antes de se tornarem independentes. Também aborda alguns dos principais temas contemporâneos, como segurança energética, intercâmbio em ciência e tecnologia, combate à mudança climática e promoção da segurança alimentar. Finalmente, aponta para questões emergentes que merecerão atenção mais detida em meio a uma agenda cada vez mais dinâmica, identificando potencialidades e apresentando projeções para o futuro do relacionamento entre duas grandes democracias do mundo em desenvolvimento. A leitura dos artigos é ilustrada por imagens representativas da densidade dos laços de amizade e cooperação, não apenas entre governos, mas também entre sociedades.

É com vistas a contribuir para esse olhar amplo e para o maior conhecimento recíproco que a FUNAG publica esta obra. Ao iluminar semelhanças, desafios comuns e, principalmente, oportunidades de ação conjunta, nossa expectativa é que este exercício de reflexão possa reforçar a Parceria Estratégica Brasil-Índia, além de divulgar, no plano internacional, as visões de dois grandes países, conscientes de suas responsabilidades na agenda global do desenvolvimento sustentável, justo e equitativo.

Márcia Loureiro
Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão

This book, the result of a proposal by Brazilian chancellor Mauro Vieira, covers a period much longer than the 75 years of diplomatic relations between Brazil and India celebrated in 2023.

The tome recovers part of the history of the economic and cultural exchanges that took place between the two countries even before they became independent. It also addresses some of the main contemporary themes, such as energy security, exchanges in science and technology, fight against climate change and promotion of food security. Ultimately, this book points to emerging issues that shall deserve closer attention amid an increasingly dynamic agenda, identifying potentialities and presenting projections for the future of the relationship between two major democracies in the developing world. The articles are illustrated by images representing the density of bonds of friendship and cooperation, not only between governments, but also between societies.

It is with the aim of contributing to this broad perspective and to a greater reciprocal knowledge that FUNAG publishes this work. By illuminating similarities, common challenges and, above all, opportunities for joint action, our expectation is that this collective effort can reinforce the Brazil-India Strategic Partnership, in addition to disseminating, at the international level, the visions of two great countries, aware of their responsibilities in the global agenda of sustainable, fair and equitable development.

Márcia Loureiro
President of the Alexandre de Gusmão Foundation

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

ISBN 978-85-7631-948-1